KARL MARX • FRIEDRICH ENGELS

a guerra civil dos Estados Unidos

Sobre *A guerra civil dos Estados Unidos*
Cristiane L. Sabino de Souza

Para Marx, a Guerra Civil nos Estados Unidos da América foi o "embate entre dois sistemas sociais: o sistema escravocrata e o sistema de trabalho livre". Embora a questão da escravidão fosse o motivo da guerra, inicialmente a emancipação dos negros escravizados nem sequer era cogitada pelo lado "contrário à escravidão". Diante disso, o filósofo alemão foi incansável em argumentar que o triunfo do trabalho livre dependia do combate revolucionário pela abolição da "mais perversa e despudorada forma de escravização do homem registrada nos anais da história". Essa era a condição para que a guerra tivesse um sentido racional e não fosse apenas uma peleia política e constitucional; e, sobretudo, para que a classe trabalhadora livre pudesse dar um passo à frente na sua luta pela emancipação da exploração capitalista. "O trabalho de pele branca não pode se emancipar onde o trabalho de pele negra é marcado a ferro", era o que afirmava Marx.

Para além de análises de uma conjuntura de rápidas mudanças, como é a da guerra, temos em mãos elementos teóricos que se fazem atuais, pertinentes e necessários. No conjunto da obra, afluem temas como a complexa história da escravidão moderna e sua relação com o desenvolvimento capitalista; a conexão entre racismo e luta de classes; a luta da classe trabalhadora, seu caráter internacionalista e a exigência da emancipação humana na sua totalidade e diversidade.

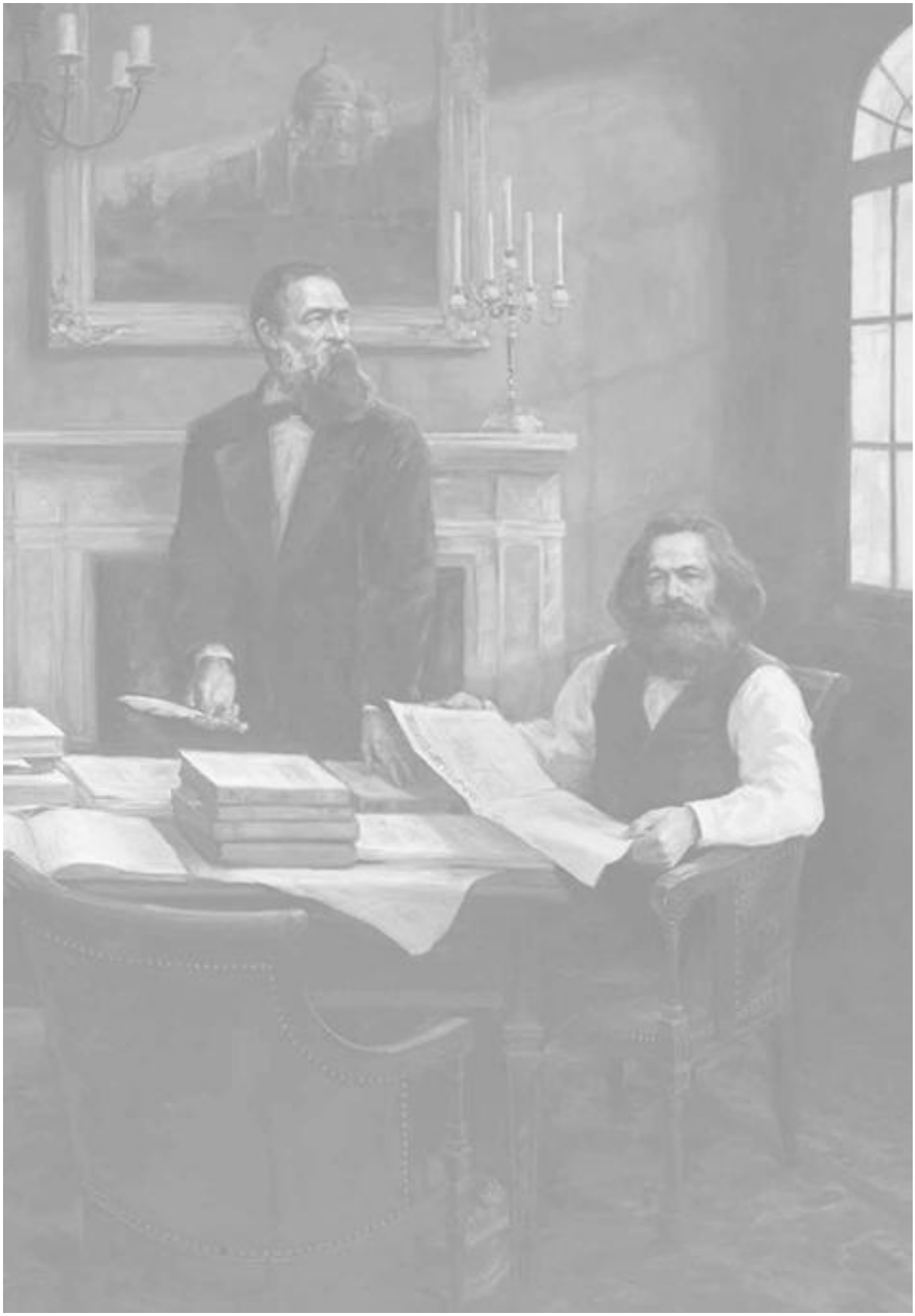
Ressaltam-se o medular combate à mídia serviçal das classes dominantes, representada pelos maiores jornais ingleses da época; as ponderações sobre o direito internacional e as relações internacionais comandadas pelos países capitalistas desenvolvidos;

além das minuciosas análises sobre a arte da guerra feitas por Engels. É vigente a denúncia do “humanismo farsesco” e seletivo, bem como do caráter colonialista das grandes potências e suas permanentes tentativas de subordinação dos territórios periféricos, como no caso da intervenção no México pela França, naquele mesmo contexto.

Esses são apenas alguns destaques de como os artigos, cartas e documentos que compõem esta obra demonstram a perspectiva universalista da contribuição teórica e política desses dois grandes intelectuais da classe trabalhadora. Eis mais uma expressão do seu empenho em estudar com profundidade as particularidades históricas em desenvolvimento e o significado disso para a luta pela emancipação humana.

Sobre *A guerra civil dos Estados Unidos*
Kevin Anderson

Na visão de Marx, a Guerra Civil dos Estados Unidos, que durou de 1861 a 1865, constituiu uma das principais batalhas pela emancipação humana do século, uma batalha que forçou os trabalhadores brancos, tanto nos Estados Unidos como na Inglaterra, a se posicionarem contra a escravidão. No prefácio de 1867 a *O capital*, ele escreveu que a Guerra Civil Americana foi o prenúncio das revoluções socialistas por vir. Ele a interpretava como uma revolução social que mudou não apenas os arranjos políticos, mas também as relações de classe e de propriedade.



Karl Marx e Friedrich Engels

A GUERRA CIVIL DOS ESTADOS UNIDOS

Seleção dos textos
Murillo van der Laan

Tradução
Luiz Felipe Osório e Murillo van der Laan

BOI TEMPO

© Boitempo, 2022

Direção-geral
Ivana Jinkings

Edição
Pedro Davoglio

Coordenação de produção
Livia Campos

Assistência editorial
João Cândido Maia

Tradução
Luiz Felipe Osório (textos em alemão)
Murillo Van der Lan (textos em inglês)

Preparação
Mariana Echalar

Revisão
Daniel Rodrigues Aurélio

Capa
desenho de Cássio Loredano
montagem de Camila Nakazone

Diagramação Antônio Kehl
p. 2, detalhe de Escrevendo para o New York Daily Tribune, Song Ke, 2018, pintura a óleo

Equipe de apoio
Elaine Ramos, Erica Imolene, Frank de Oliveira, Frederico Indiani, Higor Alves, Isabella Meucci, Ivam Oliveira, Kim Doria, Ligia Colares, Luciana Capelli, Marcos Duarte, Marina Valeriano, Marissol Robles, Mauricio Barbosa, Rai Alves, Thais Rimkus, Tulio Candiotto, Uva Costriuba

Versão eletrônica
Produção
Camila Nakazone

Diagramação
Schäffer Editorial

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

M355g

A Guerra Civil dos Estados Unidos [recurso eletrônico] / Karl Marx, Friedrich Engels ; seleção dos textos Murillo van der Laan ; tradução Luiz Felipe Osório, Murillo van der Laan. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2022.
recurso digital (Marx-Engels ; 30)

Tradução de: Compilação de diversos artigos
Formato: epub
Requisitos do sistema: adobe digital editions
Modo de acesso: world wide web
Inclui índice
ISBN 978-65-5717-154-7 (recurso eletrônico)

1. Estados Unidos - História - Guerra civil, 1861-1865. 2. Livros eletrônicos. I. Engels, Friedrich, 1820-1895. II. Laan, Murillo van der. III. Osório, Luiz Felipe. IV. Título. V. Série.

22-77250

CDD: 973.7
CDU: 94(73)”1861-1865”

Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439

É vedada a reprodução de qualquer parte deste livro sem a expressa autorização da editora.

1ª edição: maio de 2022

BOITEMPO

Jinkings Editores Associados Ltda.
Rua Pereira Leite, 373
05442-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3875-7250 / 3875-7285
editor@boitempoeditorial.com.br
www.boitempoeditorial.com.br
www.blogdaboitempo.com.br
facebook.com/boitempo

twitter.com/editoraboitempo
youtube.com/tvboitempo
instagram.com/boitempo

SUMÁRIO

PREFÁCIO, *Marcelo Badaró Mattos*

NOTA DA EDIÇÃO

ARTIGOS

1. Karl Marx – A questão americana na Inglaterra
2. Karl Marx – O comércio britânico de algodão
3. Karl Marx – O *Times* de Londres e lorde Palmerston
4. Karl Marx – A Guerra Civil Norte-Americana
5. Karl Marx – A crise na Inglaterra
6. Karl Marx – O *Times* londrino sobre os príncipes Orléans na América
7. Karl Marx – A Guerra Civil nos Estados Unidos
8. Karl Marx – Notas de economia política
9. Karl Marx – A intervenção no México
10. Karl Marx – O comércio britânico
11. Karl Marx – A intervenção no México [II]
12. Karl Marx – A deposição de Frémont
13. Karl Marx – O caso Trent
14. Karl Marx – O conflito anglo-americano
15. Friedrich Engels – Lições da guerra americana
16. Karl Marx – Os atores principais no Drama Trent
17. Karl Marx – A controvérsia sobre o caso Trent
18. Karl Marx – Crise na questão escravagista
19. Karl Marx – Temas americanos
20. Karl Marx – As notícias e seus impactos em Londres
21. Karl Marx – O governo de Washington e as potências ocidentais
22. Karl Marx – Simpatias crescentes na Inglaterra
23. Karl Marx – A opinião dos jornais e a opinião do povo

24. Karl Marx – Mistificação jornalística francesa – consequências econômicas da guerra
25. Karl Marx – Uma reunião pró-americana
26. Karl Marx – Sobre a história do despacho ocultado de Seward
27. Karl Marx – Um golpe de lorde John Russell
28. Karl Marx – A opinião pública inglesa
29. Karl Marx – Uma reunião operária em Londres
30. Karl Marx – O sentimento anti-intervencionista
31. Karl Marx – Sobre a crise do algodão
32. Karl Marx – O debate parlamentar sobre a fala do trono no Parlamento
33. Karl Marx – Assuntos americanos
34. Karl Marx – O imbróglio mexicano
35. Karl Marx – Os amigos da Secessão na Câmara dos Comuns: o reconhecimento do bloqueio americano
36. Friedrich Engels – A guerra na América
37. Karl Marx e Friedrich Engels – A Guerra Civil Americana
38. Karl Marx – Um caso Mirès internacional
39. Karl Marx – A imprensa inglesa e a queda de New Orleans
40. Karl Marx – Um tratado contra o comércio de escravos
41. Karl Marx e Friedrich Engels – A situação no teatro de guerra americano
42. Karl Marx – A humanidade inglesa e a América
43. Friedrich Engels – A Guerra Civil Americana, os encouraçados e navios-aríete
44. Karl Marx – Um debate sufocado sobre o México e a Aliança com a França
45. Karl Marx – Para a crítica da situação na América
46. Karl Marx – O protesto de Russell contra a grosseria americana. O encarecimento dos grãos – Sobre a situação na Itália
47. Karl Marx – Manifestações abolicionistas na América
48. Karl Marx – Sobre os acontecimentos na América do Norte
49. Karl Marx – Sobre a situação na América do Norte
50. Karl Marx – Sintomas de desintegração na Confederação sulista
51. Karl Marx – [Os resultados eleitorais nos estados do Norte]
52. Karl Marx – A deposição de McClellan
53. Karl Marx – A neutralidade inglesa: sobre a situação dos estados do Sul

CARTAS

1. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
2. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)
3. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)
4. Karl Marx a Lion Philips (Zaltbommel, Holanda)
5. Karl Marx a Ferdinand Lassalle (Berlim)
6. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)

7. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
8. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
9. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)
10. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
11. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)
12. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
13. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
14. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
15. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)
16. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
17. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)
18. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
19. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)
20. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)
21. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
22. Friedrich Engels e Karl Marx (Londres)
23. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)
24. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)
25. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
26. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)
27. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
28. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)
29. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
30. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)
31. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)
32. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
33. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
34. Karl Marx a Ferdinand Freiligrath (Londres)
35. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)
36. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
37. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
38. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
39. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)
40. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
41. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
42. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
43. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)
44. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
45. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)
46. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)
47. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)

48. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)
49. Friedrich Engels a Joseph Weydemeyer (Saint Louis, Missouri)
50. Karl Marx a Lion Philips (Zaltbommel, Holanda)
51. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
52. Friedrich Engels a Rudolf Engels (Barmen, Wuppertal)
53. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
54. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)
55. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
56. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
57. Friedrich Engels a Joseph Weydemeyer (Saint Louis, Missouri)
58. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)
59. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
60. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)
61. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
62. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
63. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
64. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)
65. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
66. Karl Marx a François Lafargue (Bordeaux)
67. Karl Marx a Auguste Vermorel (Paris)
68. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
69. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)
70. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
71. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)
72. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
73. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)

DOCUMENTOS

1. Karl Marx – A Abraham Lincoln, presidente dos Estados Unidos da América
2. Resposta do embaixador Adams
3. Karl Marx – [Mensagem da Associação Internacional dos Trabalhadores ao presidente Johnson]
4. Ata da reunião de 11 de maio de 1869 do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores

Índice onomástico

Cronologia resumida de Marx e Engels

Coleção Marx-Engels

PREFÁCIO

Marcelo Badaró Mattos

> Assim como a guerra de independência americana do século XVIII fez soar o alarme para a classe média europeia, a guerra civil americana do século XIX fez soar o alarme para a classe trabalhadora europeia.[1]

A afirmação de Marx, no "Prefácio" da primeira edição de *O capital*, estava longe de ser um simples argumento de retórica. Ao longo do livro, em vários momentos Marx faz referências à centralidade da escravidão para a "acumulação primitiva" de capital e à importância de sua abolição para a luta da classe trabalhadora, em escala transnacional. No capítulo "A assim chamada acumulação primitiva", especificamente dedicado ao tema, lembrou que "Liverpool teve um crescimento considerável graças ao tráfico de escravos. Esse foi seu método de acumulação primitiva [...]. Em 1730, Liverpool empregava 15 navios no tráfico de escravos; em 1751, 53; em 1760, 74; em 1770, 96; e, em 1792, 132"[2].

Marx percebeu, porém, que a conexão entre a produção capitalista inglesa e a escravidão no Sul dos Estados Unidos se prolongou para além do período da acumulação primitiva, ganhando novas dimensões após a Revolução Industrial. Ressaltando as faces mais cruéis da exploração do trabalho infantil, de um lado do Atlântico, e da escravidão africana, de outro, explica:

> Enquanto introduzia a escravidão infantil na Inglaterra, a indústria do algodão dava, ao mesmo tempo, o impulso para a transformação da economia escravista dos Estados Unidos, antes mais ou menos patriarcal, num sistema comercial de exploração. Em geral, a escravidão disfarçada dos assalariados na Europa necessitava, como pedestal, da escravidão *sans phrase* do Novo Mundo.[3]

Destacando quanto a permanência da escravidão paralisava o movimento da classe trabalhadora nos Estados Unidos, Marx afirma que a abolição, conquistada pela Guerra Civil, destravou a luta pela redução da jornada de trabalho para oito horas e, em uma das mais famosas passagens do Livro I de sua obra mais importante, foi taxativo: “o trabalho de pele branca não pode se emancipar onde o trabalho de pele negra é marcado a ferro”[4].

Entretanto, a reflexão sistemática de Marx (e Engels) sobre a Guerra Civil Americana, como demonstram os escritos reunidos nesta coletânea, é anterior à publicação de *O capital* e contemporânea à irrupção e desenvolvimento do conflito. O espaço de manifestação mais regular e sistemático das posições de Marx e Engels sobre a Guerra Civil e a questão da escravidão foi seu “jornalismo científico”[5], como se pode acompanhar na primeira parte deste livro. Atuando desde a década anterior como correspondente do *New York Daily Tribune*, Marx acompanhou os acontecimentos desde o início e foi um dos primeiros a se posicionar de forma incisiva a favor do Norte e destacar que o conflito decorria fundamentalmente da questão da escravidão. Já no primeiro artigo apresentado nesta coletânea, publicado pelo jornal de Nova York em 11 de outubro de 1861, Marx desmontava os argumentos reiterados pela imprensa britânica, que teimava em afirmar que a guerra nada tinha a ver com a escravidão, e lembrava que, embora o governo da União tivesse sido extremamente paciente na tentativa de evitar o conflito e continuasse a desviar-se do tema da escravidão, o Sul

confederado “[c]onfessou lutar pela liberdade de escravizar outras pessoas, uma liberdade que, a despeito dos protestos do Norte, afirmou ter sido ameaçada pela vitória do Partido Republicano e a eleição do sr. Lincoln à cadeira presidencial”[6].

Em diversos outros artigos para aquele jornal estadunidense e para o periódico *Die Presse*, publicado em Viena, Marx voltou a tratar do tema da escravidão como central não apenas para a compreensão da Guerra Civil Americana, mas também para a política de classe do proletariado em escala internacional.

Nos primeiros artigos escritos sobre o tema, sua maior preocupação foi desfazer os argumentos que procuravam justificar o levante dos estados confederados do Sul, em nome de uma presumida resistência liberal a tarifas restritivas impostas pelo governo da União, sob pressão dos estados do Norte. A questão central que levara à guerra, Marx não tinha dúvidas quanto a isso, era a necessidade vital, para os grandes proprietários escravistas do Sul, de reproduzir o sistema em que baseavam seu poder de classe nos novos territórios. O autor voltaria a isso no artigo “A guerra civil norte-americana”, o primeiro que publicou em *Die Presse*, em 25 de outubro de 1861, para concluir categoricamente que “todo o movimento residia e reside na questão da escravidão”[7].

Conforme demonstrou Kevin Anderson, a perspectiva de Marx era, desde o início, de que a Guerra Civil tendia a ser vencida pelo Norte, justamente porque representava, ainda que Lincoln em seu primeiro mandato pudesse resistir a essa ideia, uma luta que só se resolveria com a decisão do governo federal de pôr fim à escravidão[8]. Por isso, defendeu a necessidade de que a União não apenas proclamasse claramente seu objetivo de lutar pela liberdade dos escravizados, como também armasse batalhões de negros livres e libertos, dando sequência à guerra por um caminho revolucionário.

Foi esse o sentido de um de seus artigos para *Die Presse*, publicado em 9 de agosto de 1862, em que cobrava uma postura mais incisiva da União:

> A Nova Inglaterra e o Noroeste, que forneciam o material principal do Exército, estão decididos a impor ao governo uma guerra revolucionária e a inscrever "Abolição da Escravidão" como lema de batalha na bandeira estrelada. Lincoln hesita diante da *pressure from without* [pressão vinda de fora], mas sabe bem que é incapaz de resistir por muito tempo.

E concluía: "Assistimos até aqui apenas ao primeiro ato da Guerra Civil – a guerra constitucional. O segundo ato, a guerra revolucionária, é iminente"[9].

Essa afirmação do potencial revolucionário da Guerra Civil apareceria também no segundo tipo de material recolhido neste livro: a correspondência entre Marx e seu principal interlocutor político e intelectual, Engels. Como acontecera em outros momentos, Marx respeitava o conhecimento superior de Engels em temas estritamente militares. Aliás, os artigos deste último aqui reunidos concentram-se nesse aspecto da guerra. Contudo, Marx discordou do amigo quando este valorizou a superioridade militar do Sul como fator decisivo no conflito. Em carta escrita dois dias antes da publicação do artigo acima citado, na qual utiliza boa parte do raciocínio expresso nele, explica a Engels que não compartilhava "inteiramente de sua visão sobre a Guerra Civil Americana". Sua análise enfatizava que a superioridade militar sulista, manifesta até então, era decorrente do fato de os proprietários do Sul se concentrarem na batalha, deixando o trabalho produtivo para os trabalhadores escravizados. Agora, porém, a pressão para que a guerra assumisse uma perspectiva revolucionária levaria a uma inversão na correlação de forças: "O Norte vai finalmente levar a

guerra a sério e recorrer a meios revolucionários, e ainda vai derrubar a supremacia dos estadistas escravagistas dos estados fronteiriços. Um único regimento de negros vai mexer com os nervos dos sulistas”[10].

Como sublinha Anderson, a referência aos “nervos sulistas” é uma ironia de Marx ao fato de que os briosos oficiais dos estados confederados tremeriam em face de negros livres e armados. Se havia uma maneira revolucionária de conduzir a guerra, ela incluía aqueles que haviam sido escravizados no papel de sujeitos históricos[11].

Porém, a questão racial, subjacente ao raciocínio irônico presente naquela carta a Engels, assumia contornos mais dramáticos quando se tratava de entender como o racismo atravessava a fronteira de classe e se expressava também na forma como as parcelas de origem europeia da classe trabalhadora estadunidense percebiam nos trabalhadores e trabalhadoras de origem africana potenciais concorrentes no mercado de trabalho. Para que a Guerra Civil pudesse de fato soar o alarme de uma nova vaga revolucionária também na Europa, Marx tinha consciência de que seria necessário superar preconceitos raciais arraigados naquela parte da classe trabalhadora estadunidense e também envolver decisivamente o movimento europeu na campanha contra o Sul e a escravidão. Numa época em que já começava a tratar da questão da independência da Irlanda e das lutas dos trabalhadores e camponeses irlandeses como decisivas para um possível caminho revolucionário na Inglaterra, Marx não vacilava em apontar os limites que a ideologia racista impunha à consciência dos trabalhadores, escrevendo para *Die Presse*, em artigo publicado em 23 de novembro de 1862, que:

> O irlandês vê o negro como um perigoso concorrente. O ódio que os hábeis camponeses de Indiana e Ohio sentem pelos negros só é superado pelo ódio que

sentem pelos escravocratas. Para eles, são o símbolo da escravidão e da humilhação da classe trabalhadora, e a imprensa democrata os ameaça diariamente com uma invasão de "*niggers*" em suas terras.[12]

Por isso mesmo, Marx registra com grande entusiasmo o apoio do proletariado inglês à causa da abolição. No início de 1862, destacando os primeiros comícios pró-Norte e pela abolição da escravidão realizados em Londres, Marx louvaria a maturidade da consciência de classe do proletariado britânico. Os trabalhadores da indústria passavam pelas maiores dificuldades, decorrentes da interrupção do fornecimento de algodão pelos estados do Sul. Marx destacava, em artigo para *Die Presse*, publicado em 2 de fevereiro de 1862, que "a miséria causada pela paralisação das fábricas e pela diminuição da jornada de trabalho nos distritos manufatureiros do Norte, ambas motivadas pelo bloqueio dos estados escravagistas, cresce assustadoramente dia a dia"[13]. Reconhecia, porém, que a classe trabalhadora se mantivera firme, por meio de suas associações e manifestações, na defesa pública da neutralidade do governo ante o conflito e no apoio à União e, particularmente, ao fim da escravidão, quando tudo o que o governo britânico e os proprietários fabris do setor têxtil queriam era respaldo social para intervir a favor do Sul.

Encontrando na própria classe trabalhadora inglesa o suporte para as posições que defendera nos primeiros anos da guerra, Marx teria mais espaço para atuar diretamente nesses posicionamentos a partir da fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), em setembro de 1864. O terceiro conjunto de textos reunidos neste livro tem origem nessa atuação via AIT.

A explícita defesa da abolição pela classe trabalhadora britânica, somada ao conjunto de seus posicionamentos anteriores sobre o tema, explicam porque Marx, quando encarregado de redigir a

mensagem inaugural da AIT, em outubro de 1864, diante da Guerra Civil estadunidense e da disjuntiva Sul escravista x Norte abolicionista, não tivesse dúvidas em defender sua posição e registrar a responsabilidade da classe trabalhadora em pressionar os governos da Europa Ocidental para renunciar a qualquer apoio ao Sul escravista:

> Não foi a sabedoria das classes dominantes, mas a heroica resistência das classes trabalhadoras da Inglaterra à sua insensatez que salvou a Europa Ocidental de mergulhar em uma infame cruzada pela perpetuação e propagação da escravidão do outro lado do Atlântico.[14]

Abolicionismo e antirracismo caminhavam juntos nos posicionamentos iniciais da AIT, sistematizados pela pena de Marx. O "Regulamento Geral", adotado naquele mesmo momento inicial, definia-se pela igualdade entre os homens: "Que todas as sociedades e os indivíduos que a ela adiram reconhecerão a verdade, a justiça e a moralidade como a base de sua conduta entre si e para com todos os homens, sem distinção de cor, credo ou nacionalidade"[15].

Ainda mais significativa, porque demonstrava concretamente a intervenção internacionalista da associação recém-criada dos trabalhadores europeus em apoio à abolição da escravidão na América do Norte, foi a troca de correspondências, recuperada neste volume, entre a AIT (novamente sob a pena de Marx) e o presidente Lincoln, por ocasião de sua reeleição. Em novembro de 1864, com a assinatura de diversos de seus dirigentes, a Internacional encaminhou a Lincoln, por intermédio do embaixador estadunidense em Londres, uma carta felicitando-o pela reeleição com ampla margem de votos[16]. Segundo a carta, "[s]e a resistência ao Poder Escravagista foi a reservada palavra de ordem de sua primeira

eleição, o grito de guerra triunfante de sua reeleição é 'Morte à Escravidão'"[17]. O argumento da carta não se concentrava apenas em marcar a solidariedade do proletariado europeu à luta contra a escravidão, mas valorizava o fim da escravidão como parte do processo maior de emancipação da humanidade. E saudando a origem de classe de Lincoln, afirmava, em tom muito próximo ao do trecho que anos depois faria parte do prefácio de *O capital*, citado no início deste prefácio:

> Os trabalhadores da Europa estão seguros de que, assim como a Guerra de Independência americana iniciou uma nova era de ascensão das classes médias, a Guerra contra a Escravidão americana fará o mesmo pelas classes trabalhadoras. Eles consideram um presságio da época vindoura o fato de que coube a Abraham Lincoln, o filho obstinado da classe trabalhadora, a responsabilidade de liderar seu país na inigualável luta pelo resgate de uma raça acorrentada e pela reconstrução de um mundo social.[18]

A resposta, datada de janeiro de 1865 e assinada pelo embaixador, também reproduzida nesta coletânea, agradecia o suporte do Conselho Central da AIT, indicando um nível de reconhecimento do apoio da classe trabalhadora europeia, que já não seria sentido quando, após o assassinato do Lincoln, a Internacional tentou manter a correspondência com Andrew Johnson, o novo presidente. Essa última carta, aqui também reproduzida, ficou sem resposta, e as ações de Johnson logo seriam questionadas por Marx e Engels. Em 15 de julho de 1865, por exemplo, Engels escreve a Marx para lamentar as concessões do presidente aos proprietários do Sul, assim como a continuidade da discriminação racial, que só poderia ser superada com a concessão de direitos políticos plenos aos egressos da escravização. Nas palavras de Engels:

> A política do Sr. Johnson também me desagrada cada vez mais. O ódio aos negros se manifesta cada vez mais violentamente, & contra os velhos senhores do Sul ele renuncia a todo poder em suas mãos. Se continuar assim, em seis meses todos os velhos canalhas da Secessão estarão sentados no Congresso em Washington. Sem um sufrágio colorido não há o que fazer, & Johnson deixará aos vencidos, os ex-proprietários de escravos, a decisão sobre o assunto.[19]

O material reunido neste volume, portanto, é de grande valor para todos os leitores e leitoras da obra de Marx e Engels interessados não apenas no tema específico da Guerra Civil, embora este seja o seu objeto, é claro. Os artigos para a imprensa, as correspondências e a documentação da AIT aqui traduzidas e organizadas, com amplo aparato crítico nas notas ao texto, permitem o acesso à reflexão sistemática sobre um processo social que descortinava a dimensão mundial do mercado capitalista, manifesta na relação direta entre a produção do algodão no Sul dos Estados Unidos e a produção das fábricas têxteis inglesas, interligando, consequentemente, a exploração do trabalho escravizado nas Américas ao "cativeiro" industrial – com o espetáculo de jornadas extenuantes, trabalho infantil, miséria e degradação social – descrito em pormenores pela imprensa da classe trabalhadora britânica e por Marx e Engels em suas obras.

Além disso, a análise transatlântica dos dois destacou a potencialidade da retroalimentação entre as lutas dos sujeitos revolucionários em cada lado do oceano. E fizeram isso não com base em alguma forma ingênua de "fé" na revolução, mas reconhecendo os enormes obstáculos para a unidade dos explorados e exploradas pelo capital; por exemplo, quando destacam o preconceito racial como instrumento de reforço da concorrência e da rivalidade no interior da classe trabalhadora.

Podemos dizer que o prognóstico de Marx sobre a vitória da União, a partir do momento em que assumisse integralmente a causa

da abolição e desse um sentido revolucionário à Guerra Civil, estimulando as fugas e criando batalhões armados de ex-escravizados do Sul e negros recrutados no Norte, esteve plenamente amparado nos desdobramentos concretos daquele processo histórico. Ainda que tal dimensão revolucionária tenha sido interrompida pelas concessões posteriores do governo federal aos grandes proprietários do Sul, a perspectiva de Marx, reconhecendo a agência revolucionária de trabalhadores e trabalhadoras submetidos à escravização, era original e ainda hoje pouco destacada.

Sobre a repercussão revolucionária da vitória da União e da abolição na Guerra Civil Americana, afirmada na epígrafe deste prefácio e presente como premissa na carta a Lincoln, se a tomarmos não como uma relação de causa e efeito direta, mas como uma concepção de movimentos sociais que envolvia uma perspectiva atenta à reverberação transnacional das grandes ondas de mobilização, podemos dizer que a profecia marxiana se confirmou. Afinal, alguns anos depois da publicação do Livro I de *O capital* (1867) e do fim da Guerra Civil Americana (1865), que acabou com a escravização de homens e mulheres nos Estados Unidos, irrompeu a Comuna de Paris (1871), experiência revolucionária mais avançada da classe trabalhadora europeia nos tempos vividos por Marx.

---

[1] Karl Marx, *O capital: crítica da economia política,* Livro I: *O processo de produção do capital* (trad. Rubens Enderle, SãoPaulo, Boitempo, 2013, coleção Marx-Engels), p. 79.

[2] Ibidem, p. 829.

[3] Idem.

[4] Ibidem, p. 372.

[5] A expressão “jornalismo científico” é de Lucia Pradella. Ao estudar os escritos jornalísticos de Marx, essa autora destacou que seus artigos envolviam muita pesquisa prévia e eram dirigidos não apenas por pautas contingentes, mas por preocupações de fundo que atravessam toda a sua obra e também, a seu ver, por uma abordagem internacional da economia política que percebia o capitalismo como uma totalidade mundialmente articulada. Ver Lucia Pradella, “Crisis, Revolution and Hegemonic Transition: The American Civil War and Emancipation in Marx’s Capital”, *Science & Society*, v. 80, n. 4, 2016, p. 454-67.

[6] Ver, neste volume, p. 22.

[7] Ver, neste volume, p. 53.

[8] Kevin Anderson, *Marx nas margens: nacionalismo, etnias e sociedades não ocidentais* (trad. Allan M. Hillani e Pedro Davoglio, São Paulo, Boitempo, 2019). Ver especialmente cap. 3.

[9] Ver, neste volume, p. 213.

[10] Ver, neste volume, p. 284.

[11] Kevin Anderson, *Marx nas margens*, cit., p. 163-4.

[12] Ver, neste volume, p. 231.

[13] Ver, neste volume, p. 152.

[14] Ver, neste volume, p. 360-1.

[15] Karl Marx, “General Rules” (The International Workingmen’s Association, out. 1864). Disponível em: https://www.marxists.org. Acesso em: mar. 2022. Tradução nossa.

[16] O episódio e seu contexto foram abordados na introdução do livro de Robin Blackburn, *An Unfinished Revolution: Karl Marx and Abraham Lincoln* (Londres, Verso, 2011), que também reproduz algumas dessas fontes.

[17] Ver, neste volume, p. 353.

[18] Ver, neste volume, p. 355.

[19] Ver, neste volume, p. 337.

NOTA DA EDIÇÃO

Neste 30º volume da coleção Marx-Engels, a Boitempo publica uma seleção dos principais textos de Marx e Engels relativos à Guerra Civil dos Estados Unidos, redigidos entre 1860-1869. São ao todo 53 artigos, 4 documentos e 73 excertos de cartas traduzidos do idioma original e organizados por categoria. Os artigos estão em ordem de publicação; cartas e documentos, em ordem de redação.

A escolha dos escritos coube a Murillo van der Laan, que também se encarregou da tradução dos textos em inglês. A seleção foi feita com base em duas coletâneas estadunidenses e a partir de consultas a Marx-Engels-Gesamtausgabe (MEGA^2), Marx-Engels-Werke (MEW) e Marx/Engels Collected Works (MECW). Os comentários de Kevin Anderson, em *Marx nas margens*[1], também serviram de orientação para a construção do sumário.

Sobre as coletâneas, a primeira delas, organizada pelo historiador do trabalho e filósofo Richard Morais (que assumiu, à época, o pseudônimo de Richard Enmale), foi publicada em 1937 pela International Publishers e republicada, em 2003, pela Portage Publications. A segunda foi organizada por Saul Padover e publicada em 1972, pela McGraw-Hill Company, como parte da coleção Karl Marx Library.

As informações sobre os escritos utilizados na composição deste volume vão na primeira página de cada texto. Local e data constam

no título: em primeiro lugar, entre colchetes, local e data de publicação e, eventualmente, de republicação; em seguida, local e data de redação. Na primeira nota de rodapé, marcada sempre com asterisco, consta a referência a partir da qual esta versão brasileira foi traduzida.

O restante das notas de rodapé vai numerado e a autoria da nota é indicada pelas seguintes siglas:

N. E. A.: Nota da Edição Alemã

N. E. B.: Nota da Edição Brasileira

N. E. I.: Nota da Edição Inglesa

N. O.: Nota do Original, i. e., da edição do jornal no qual o texto foi originalmente publicado.

N. T.: Nota da Tradução Brasileira

É característico dos textos aqui compilados que os autores com frequência variem o idioma utilizado, interpolando palavras e frases em alemão, francês, inglês e latim. Com o objetivo de preservar ao máximo a fluência da leitura sem suprimir dados importantes para a pesquisa, tratamos a questão da seguinte maneira. Nos artigos e documentos, os termos em língua estrangeira foram traduzidos entre colchetes imediatamente após sua ocorrência, exceto quando, no caso dos artigos, o próprio periódico apresentou a tradução em nota de rodapé – nesses casos, mantivemos a anotação do original. Já nas cartas, como as intercalações eram excessivamente reiteradas, os termos e frases foram traduzidos ao português diretamente no corpo do texto e a versão em língua estrangeira apontada em nota de rodapé.

A edição conta ainda com um índice onomástico, que será útil ao leitor não familiarizado com a profusão de nomes citados nos textos. Embora econômico, o índice procura esclarecer brevemente a

ocupação e a posição política dos indivíduos, bem como seu lado no conflito.

A Boitempo agradece à sua equipe, sempre competente e engajada; aos tradutores Murillo van der Laan, que – além de ter selecionado o material publicado – foi responsável por verter os originais em inglês; e Luiz Felipe Brandão Osório, autor das versões do alemão; a Marcelo Badaró Mattos, que escreveu a apresentação; a Antonio Kehl, que diagramou o volume; ao ilustrador Cássio Loredano, criador do desenho da capa; à preparadora do texto, Mariana Echalar; ao revisor, Daniel Rodrigues Aurélio; e a Cristiane Luíza Sabino de Souza, autora do texto de orelha.

Maio de 2022

---

[1] Kevin Anderson, *Marx nas margens*: *nacionalismo, etnias e sociedades não ocidentais* (trad. Allan M. Hilani e Pedro Davoglio, São Paulo, Boitempo, 2019).

ARTIGOS

1. Karl Marx
A questão americana na Inglaterra[a]

[New York Daily Tribune, n. 6.403, 11 de outubro de 1861; reimp. New York Semi-Weekly Tribune, n. 1.710, 15 de outubro de 1861]
Londres, 18 de setembro de 1861

A carta da senhora Beecher Stowe para lorde Shaftesbury[1], qualquer que seja seu mérito intrínseco, fez um grande bem ao forçar os órgãos antinortistas da imprensa de Londres a se pronunciar e apresentar ao público em geral as pretensas razões de seu tom hostil contra o Norte e suas simpatias, que mal conseguem esconder, para com o Sul, que parecem muito estranhas da parte de pessoas que dizem sentir um profundo horror à escravidão. A primeira e principal queixa da imprensa de Londres é que a atual guerra americana "não é pela abolição da escravidão" e que, portanto, não se pode esperar que os magnânimos britânicos – acostumados a fazer suas próprias guerras e se interessar pelas guerras dos outros apenas por "amplos princípios humanitários" – sintam qualquer simpatia para com seus primos nortistas.

"Em primeiro lugar [...]", diz o *Economist*, "a suposição de que a disputa entre o Norte e o Sul é uma disputa entre a liberdade dos

negros, por um lado, e a escravidão dos negros, por outro, é tão insolente quanto falsa."[2] "O Norte", diz o *Saturday Review*, "não proclama a abolição e nunca pretendeu lutar pela antiescravidão. O Norte não hasteou como *auriflama* o símbolo sagrado da justiça para com o negro; seu *cri de guerre*[3] não é a abolição incondicional."[4] "Se", diz o *Examiner*, "fomos enganados sobre o verdadeiro significado do sublime movimento, quem se não os federalistas têm de responder por esse embuste?"[5]

Ora, em primeiro lugar, a premissa deve ser reconhecida. A guerra não foi empreendida com a perspectiva de pôr um fim à escravidão, e as próprias autoridades dos Estados Unidos fizeram os maiores esforços para protestar contra tal ideia. Mas devemos lembrar que não foi o Norte, mas o Sul que empreendeu essa guerra; o primeiro agiu apenas defensivamente. Se for verdade que o Norte, depois de longas hesitações e uma demonstração de tolerância desconhecida nos anais da história europeia, finalmente desembainhou a espada, não para acabar com a escravidão, mas para salvar a União, o Sul, de sua parte, iniciou a guerra proclamando veementemente a "instituição peculiar" como o único e principal objetivo da rebelião. Confessou lutar pela liberdade de escravizar outras pessoas, uma liberdade que, a despeito dos protestos do Norte, afirmou ter sido ameaçada pela vitória do Partido Republicano[6] e a eleição do sr. Lincoln à cadeira presidencial. O congresso confederado vangloriou-se de que sua moderna Constituição[7], diferentemente da Constituição dos Washingtons, Jeffersons e Adams[8], reconhecia pela primeira vez a escravidão como uma boa coisa em si, um baluarte da civilização e uma instituição divina[9]. Se o Norte declarava lutar apenas pela União, o Sul gabava-se da rebelião a favor da supremacia da escravidão. Se a Inglaterra idealista e antiescravidão não se sentia atraída pelas

declarações do Norte, como foi que não repeliu violentamente as cínicas confissões do Sul?

O *Saturday Review* procura uma saída desse horrível dilema desacreditando as declarações dos próprios secessionistas. Enxerga mais longe e descobre "*que a escravidão teve pouco a ver com a Secessão*"; as declarações de Jeff. Davis e companhia, ao contrário, eram meros "convencionalismos" com "tanto significado quanto os convencionalismos sobre altares violados e lares profanados que sempre se apresentam nessas proclamações".

O argumento básico dos jornais antinortistas é muito pobre e em todos eles encontramos quase as mesmas sentenças, repetindo-se como fórmulas de uma série matemática, a certos intervalos, com pouquíssima capacidade de variação ou combinação.

"Ora", exclama o *Economist*, "ainda ontem, quando o movimento secessionista assumiu pela primeira vez um caráter mais sério, no primeiro anúncio da eleição do sr. Lincoln, os nortistas ofereceram ao Sul, caso permanecessem na União, toda a segurança concebível para o exercício e a inviolabilidade dessa instituição detestável – negaram da maneira mais solene a intenção de interferir nela –, e seus líderes propuseram acordo atrás de acordo no Congresso, todos baseados no compromisso de que não haveria interferência na escravidão." "Como pode", diz o *Examiner*, "que o Norte estivesse disposto a condescender com as maiores das concessões ao Sul na questão da escravidão? Como foi que se propôs no Congresso uma linha geográfica dentro da qual a escravidão seria reconhecida como uma instituição essencial? Os estados do Sul não estavam satisfeitos com isso."

O que o *Economist* e o *Examiner* tinham de perguntar não era apenas por que o Crittenden[10] e outros acordos foram *propostos* no Congresso, mas por que não *passaram*? Querem apresentar essas

propostas de compromisso como se tivessem sido aceitas pelo Norte e rejeitadas pelo Sul, quando, na verdade, eles estavam estupefatos com o partido do Norte, que levou a cabo a eleição de Lincoln. As propostas nunca evoluíram para resoluções, mas sempre permaneceram em estado embrionário de *pia desideria*[11]; o Sul, é claro, nunca teve ocasião de rejeitá-las ou ratificá-las. Aproximamo-nos do cerne da questão no seguinte comentário do *Examiner*:

> A sra. Stowe diz: "O partido escravagista, descobrindo que não poderia mais usar a União para seus propósitos, resolveu destruí-la". Há aqui uma admissão de que até aquele momento o partido escravagista usou a União para seus propósitos, e seria bom que a sra. Stowe tivesse mostrado claramente quando foi que o Norte começou a se posicionar contra a escravidão.

Poderíamos supor que o *Examiner* e outros oráculos da opinião pública na Inglaterra estivessem suficientemente familiarizados com a história contemporânea para não precisarem das informações da sra. Stowe em questões tão importantes. O crescente abuso da União pelo poder escravagista, por intermédio de sua aliança com o Partido Democrata do Norte[12], é, por assim dizer, a fórmula geral da história dos Estados Unidos desde o começo deste século. As sucessivas medidas de compromisso marcam os sucessivos graus da usurpação que fizeram com que a União se transformasse cada vez mais em uma escrava dos proprietários de escravos. Cada um desses compromissos denota uma nova usurpação do Sul e uma nova concessão do Norte. Ao mesmo tempo, nenhuma das sucessivas vitórias do Sul foram conquistadas sem uma acalorada disputa com uma força antagônica no Norte, que aparecia sob diferentes nomes de partidos com diferentes palavras de ordem e diferentes cores. Se o resultado final e positivo de cada disputa se anunciava favorável ao Sul, o observador atento da história não

poderia deixar de ver que cada novo avanço do poder escravagista era um passo adiante rumo a sua derradeira derrota. Mesmo na época do Compromisso do Missouri, as forças em disputa estavam tão equilibradas que Jefferson, como podemos ver em suas memórias[13], temia que a União corresse risco de cisão diante daquele antagonismo mortal[14]. As usurpações por parte dos poderes escravagistas alcançaram seu ponto máximo quando, pelo Ato de Kansas-Nebraska[15], pela primeira vez na história dos Estados Unidos, como o próprio sr. Douglas confessou, foram rompidas todas as barreiras legais contra a difusão da escravidão nos territórios dos Estados Unidos; quando, posteriormente, um candidato do Norte comprou sua indicação à presidência propondo que a União conquistasse ou comprasse em Cuba um novo campo de domínio para os proprietários de escravos[16]; quando, mais tarde, por intermédio da decisão do caso Dred Scott[17], a difusão da escravidão pelo poder federal foi proclamada como lei da Constituição Americana; e, finalmente, quando o comércio de escravos africanos foi *de facto* reaberto em uma escala maior do que nos tempos de sua existência legal. No entanto, simultaneamente a esse clímax das usurpações do Sul, levadas a cabo com a conivência do Partido Democrata do Norte, houve sinais inequívocos de que as posições antagônicas do Norte haviam acumulado tamanha força que logo a balança do poder mudaria. A guerra do Kansas[18], a formação do Partido Republicano e a ampla votação no sr. Frémont na eleição presidencial de 1856[19], eram muitas das provas palpáveis de que o Norte havia acumulado energia suficiente para corrigir as aberrações que a história dos Estados Unidos, sob pressão dos proprietários de escravos, sofreram durante meio século e fazê-la retornar aos verdadeiros princípios de seu desenvolvimento. À parte esses fenômenos políticos, havia um

grande fato estatístico e econômico indicando que o abuso da União Federal pelos interesses escravagistas estava próximo do ponto a partir do qual ele teria de retroceder à força, ou *de bonne grâce*[20]. Esse fato foi o crescimento do Noroeste, os imensos avanços que sua população fizera de 1850 a 1860 e a nova e revigorante influência que não poderia senão agir sobre os destinos dos Estados Unidos.

Ora, isso seria um capítulo secreto da história? A "admissão" da sra. Beecher Stowe pretendia revelar ao *Examiner* e a outros *illuminati*[21] políticos da imprensa de Londres a verdade cuidadosamente oculta de que "até aquele momento o partido escravagista havia usado a União para seus propósitos?" É culpa do Norte dos Estados Unidos que os homens da imprensa inglesa desconheça o violento confronto de forças antagônicas, o atrito que foi a força motriz da história americana por meio século? É culpa dos americanos que a imprensa inglesa confunda com um capricho extravagante concebido em um único dia o que, na realidade, foi o resultado amadurecido de longos anos de luta? O próprio fato de que a formação e o progresso do Partido Republicano na América mal tenham sido notados pela imprensa de Londres diz muito sobre a falsidade de suas tiradas antiescravagistas. Consideremos, por exemplo, os dois antípodas da imprensa de Londres, *The London Times* e *Reynolds's Weekly Newspaper*, um é o grande órgão das classes respeitáveis e o outro, o único remanescente da classe trabalhadora. O primeiro, não muito antes da carreira do sr. Buchanan chegar ao fim, publicou uma elaborada defesa de sua administração e uma calúnia difamatória contra o movimento Republicano. O *Reynolds*, por sua vez, foi um dos lacaios do sr. Buchanan durante a permanência em Londres[22] e, desde então, nunca perdeu uma oportunidade de exaltá-lo e menosprezar seus

adversários. Como foi que o partido Republicano, cuja plataforma[23] foi elaborada sobre o antagonismo declarado às usurpações da escravocracia e ao abuso da União por parte dos interesses escravistas, foi vitorioso no Norte? Como foi, em segundo lugar, que grande parte do Partido Democrata do Norte, deixando de lado as velhas relações com os líderes da escravocracia, reduzindo a nada suas tradições de meio século, sacrificando grandes interesses comerciais e preconceitos políticos ainda maiores, correu para apoiar a atual administração republicana e ofereceu-lhe, de mão aberta, homens e dinheiro?

Ao invés de responder a essas perguntas, o *Economist* exclama:

> Podemos esquecer [...] que os abolicionistas foram habitualmente perseguidos e tão ferozmente maltratados no Norte e no Oeste como no Sul? Podemos negar que a teimosia e a indiferença, para não dizer a falta de sinceridade, do governo em Washington foram por anos o principal impedimento que frustrou nossos esforços para uma efetiva supressão do comércio de escravos na costa da África, enquanto um grande número de veleiros realmente envolvidos nesse comércio eram construídos com capital do Norte, para mercadores do Norte e com tripulação do Norte?

Temos aqui, de fato, uma obra-prima da lógica. A Inglaterra antiescravagista não pode simpatizar com o Norte, que está demolindo a influência devastadora da escravocracia, porque não pode esquecer que o Norte, enquanto esteve ligado a essa influência, apoiou o comércio de escravos, atacou os abolicionistas e manchou suas instituições democráticas com os preconceitos dos feitores de escravos. Ela não pode simpatizar com a administração do sr. Lincoln porque teve críticas à administração do sr. Buchanan. Ela precisa reclamar soturnamente do atual movimento de ressurreição Nortista, exaltar-se com os simpatizantes nortistas do comércio de escravos, estigmatizados pela plataforma republicana; e flertar com a escravocracia sulista, que está construindo um império

próprio, porque ela não pode esquecer que o Norte de ontem não é o Norte de hoje. A necessidade de justificar sua atitude com rabulices à Old Bailey[24] prova mais do que qualquer outra coisa que a parte antinortista da imprensa inglesa é movida por razões ocultas, tão tacanhas e covardes que não podem ser abertamente declaradas.

Como uma das manobras favoritas da imprensa inglesa é insultar a atual administração republicana pelos atos de seus predecessores pró-escravidão, ela se esforça para persuadir o povo inglês de que o *New York Herald* deve ser considerado o único órgão com opinião autêntica sobre o Norte. Depois que o *London Times* deu a deixa, a *servum pecus*[25] dos outros órgãos antinortistas, grandes e pequenos, persiste no mesmo caminho. Assim, diz o *Economist*:

> No auge do conflito, não faltaram jornais nova-iorquinos e políticos nova-iorquinos que exortassem os combatentes, agora que tinham grandes exércitos em campo para empregá-los, não uns contra os outros, mas contra a Grã-Bretanha – chegar a um compromisso sobre a disputa interna, inclusive a questão da escravidão, e invadir o território britânico, sem aviso e com força esmagadora.

O *Economist* sabe perfeitamente bem que os esforços do *New York Herald*, apoiados com entusiasmo pelo *London Times*, para envolver os Estados Unidos em uma guerra com a Inglaterra[26] tinham apenas a intenção de garantir a vitória da Secessão e frustrar o movimento de recuperação do Norte.

Ainda assim, a imprensa inglesa antinortista faz uma concessão. O arrogante *Saturday* diz: “O que estava em questão na eleição de Lincoln e precipitou a convulsão *foi simplesmente a restrição da instituição da escravidão aos estados onde essa instituição já existia*”.

E o *Economist* observa:

> De fato é verdade que era objetivo do Partido Republicano, que elegeu o sr. Lincoln, evitar que a escravidão se espalhasse para os territórios desabitados [...] Talvez seja verdade que o sucesso do Norte, se completo e incondicional, lhe permita confinar a escravidão nos quinze estados que já a adotaram e, assim, se possa chegar a sua eventual extinção – isso, entretanto, é mais uma probabilidade do que uma certeza.

Em 1859, por ocasião da incursão de John Brown a Harper's Ferry[27], o mesmo *Economist* publicou uma série de elaborados artigos com o intuito de provar que, por força de uma *lei econômica*, a escravidão americana estava fadada a uma extinção gradual a partir do momento que fosse privada de seu poder de expansão[28]. Essa "lei econômica" foi perfeitamente compreendida pela escravocracia. "Em quinze anos", disse Toombs, "se não houver um grande aumento do território escravagista, ou se permitirá que os escravos fujam dos brancos, ou os brancos terão de fugir dos escravos".

A limitação da escravidão a sua área constitucional, como proclamada pelos republicanos, foi o principal motivo pelo qual a ameaça de secessão foi feita pela primeira vez na Câmara dos Representantes, em 19 de dezembro de 1859. Tendo o sr. Singleton (Mississippi) perguntado ao sr. Curtis (Iowa) "se o partido Republicano nunca permitiria que o Sul tivesse outro pé de território escravo, enquanto permanecesse na União", e tendo o sr. Curtis respondido afirmativamente, *disse o sr. Singleton que isso dissolveria a União*. Seu conselho ao Mississippi era que, quanto mais cedo saísse da União, melhor seria: "os cavalheiros hão de recordar que [...] Jefferson Davis liderou nossas forças no México, e [...] ainda vive, talvez para liderar o exército sulista"[29]. À parte a *lei econômica* que torna a difusão da escravidão uma condição vital para sua manutenção nas áreas constitucionais, os líderes do Sul nunca se enganaram sobre a necessidade de manter o controle *político* sobre os Estados Unidos. *John Calhoun*, em defesa de suas

propostas ao Senado, afirmou solenemente, em 19 de fevereiro de 1847, “que o Senado era a única instituição que restava ao Sul para o equilíbrio dos poderes no governo”, e que a criação de novos estados escravagistas era necessária “para a manutenção do equilíbrio dos poderes no Senado”[30]. Além disso, a oligarquia dos 300 mil proprietários de escravos não poderia nem sequer manter seu domínio local, se não fosse jogando constantemente para os plebeus brancos a isca de futuras conquistas dentro e fora das fronteiras dos Estados Unidos. Se, portanto, de acordo com os oráculos da imprensa britânica, o Norte chegou à firme decisão de circunscrever a escravidão aos limites atuais e, assim, extingui-la constitucionalmente, isso não foi suficiente para angariar as simpatias antiescravagista da Inglaterra?

Mas os puritanos ingleses parecem só se contentar com uma guerra abolicionista explícita. Diz o *Economist*: “Não sendo essa, portanto, uma guerra pela emancipação da raça negra, [...] qual outro motivo teríamos para solicitar lealmente uma simpatia tão calorosa com a causa federal?”. “Houve uma época”, diz o *Examiner*, “em que nossas simpatias estavam com o Norte, porque pensávamos que ele se opunha seriamente às usurpações dos estados escravistas” e “defendia a emancipação como uma medida de justiça para com a raça negra.”

Entretanto, no mesmo número em que esses jornais dizem que não podem simpatizar com o Norte porque a sua guerra não é uma guerra abolicionista, ficamos sabendo que “o expediente desesperado de proclamar a emancipação do negro e convocar os escravos para uma insurreição geral” é uma coisa “cuja mera concepção [...] é medonha e repulsiva”, e que um “acordo” seria “muito mais preferível do que o sucesso obtido a tal custo e *manchado por tal crime*”[31].

Assim, a ânsia inglesa por uma guerra abolicionista é uma completa hipocrisia. O casco fendido aparece nas seguintes sentenças:

> Por último [...] – diz o *Economist* – a *tarifa Morrill*[32] é um título à nossa gratidão e simpatia, ou é a certeza de que, no caso de um triunfo do Norte, a tarifa será estendida a toda a República, uma razão para estarmos clamorosamente ansiosos pelo seu sucesso?
> Os americanos do Norte – diz o *Examiner* – não levam nada a sério, a não ser essa tarifa protecionista egoísta. Os estados do Sul estavam cansados de ver os frutos de seu trabalho escravo roubados pelas tarifas protecionistas do Norte.

O *Examiner* e o *Economist* comentam um ao outro. O último é honesto o suficiente para confessar finalmente que, para ele e seus seguidores, a simpatia é uma mera questão tarifária, enquanto o primeiro reduz a guerra entre o Norte e o Sul a uma guerra de tarifa, uma guerra entre o protecionismo e o livre-comércio. O *Examiner* talvez não esteja ciente de que mesmo os nulificadores de 1832[33] na Carolina do Sul, como testemunha o general Jackson, usaram o protecionismo apenas como pretexto para a secessão[34]; mas mesmo o *Examiner* deve saber que a atual rebelião não esperou a aprovação da tarifa Morrill para estourar. Na verdade, os sulistas não poderiam estar cansados de ver os frutos de seu trabalho escravo roubados por uma tarifa protecionista do Norte, considerando que de 1846 a 1861 eles tiveram uma tarifa de livre-comércio.

O *Spectator*, em seu último número, caracteriza o pensamento secreto de alguns órgãos antinortistas de maneira surpreendente:

> O que então os órgãos antinortistas consideram realmente desejável, sob a justificação de que se submetem à lógica inexorável dos fatos? Eles argumentam que a cisão é desejável somente porque, como dissemos, é o único passo possível para o fim desse conflito “sem causa e fratricida”; e depois, é claro – apenas como reflexão posterior, humilde apologia à Providência e “justificação dos caminhos de Deus para o homem”,

agora que a necessidade inevitável foi revelada –, por outras razões encontradas como belas adaptações às exigências morais do país, uma vez que o problema foi identificado. Descobrimos que será para o próprio benefício dos estados que eles sejam divididos em grupos rivais. Eles controlarão mutuamente as ambições uns dos outros; equilibrarão seus poderes e, se em algum momento a Inglaterra entrar em disputa com um deles ou mais, um maior zelo trará os grupos antagônicos em nosso auxílio. Isso será, enfatizam, um estado de coisas muito vantajoso, pois nos libertará da angústia e estimulará a "competição" política – a grande guardiã da honestidade e da pureza – entre os próprios estados.

É o caso – muito seriamente declarado – da numerosa classe de simpatizantes sulistas que surge agora entre nós. Traduzido para o inglês – e lamentamos que um argumento inglês sobre o assunto deva ser de uma natureza que exija tradução –, isso significa que a atual grande escala dessa guerra "fratricida" é deplorável, porque pode concentrar em um espasmo terrível uma série de guerras mesquinhas crônicas, paixões e cobiças entre grupos de estados rivais que ainda estão por vir. A verdade é que – e é exatamente esse sentimento nada inglês que discerne claramente essa verdade, embora ela se disfarce em frases decentes – os grupos rivais de estados americanos não poderiam viver juntos, em paz e harmonia. Essa situação crônica seria de hostilidade maligna, emergindo das próprias causas que produziram a atual contenda. O que se afirma é que os diferentes grupos de estados têm diferentes interesses tarifários. Esses diferentes interesses tarifários seriam fonte de pequenas guerras constantes, caso os estados fossem dissolvidos, e a escravidão, raiz de toda a disputa, seria fonte de inumeráveis animosidades, discordâncias e campanhas. Não se conseguiria alcançar novamente um equilíbrio estável entre os estados rivais. E, ainda assim, o que se sustenta é que esse longo futuro de conflitos incessantes é a solução providencial para a grande questão atual – a única razão legítima pela qual ela é considerada favoravelmente é que, enquanto o atual grande conflito pode resultar em uma unidade política mais forte e renovada, a alternativa de pequenas querelas infinitamente multiplicadas resultará em um continente fraco e dividido, que a Inglaterra não precisa temer.

Não negamos que os próprios americanos semearam esse estado de sentimentos mesquinho e desprezível pela atitude hostil e opressora que tão frequentemente manifestaram para com a Inglaterra, mas dizemos que o estado de sentimentos de nossa parte é mesquinho e desprezível. Entendemos que o adiamento da questão não trará nenhuma esperança de profunda e duradoura tranquilidade para a América, que isso significa um declínio e uma queda da nação americana em uma querela de clãs e tribos, e, ainda assim, levantamos nossas mãos horrorizados contra o atual conflito "fratricida", porque nele há esperanças de uma solução final. Nós os exortamos a olhar favoravelmente para um futuro indefinido de pequenos conflitos, igualmente fratricidas e provavelmente bem mais desanimadores, porque tiraria o espinho da rivalidade americana de nosso lado.

[a] Traduzido de “The American Question in England”, em *Marx & Engels Collected Works*, v. 19 (Londres, Lawrence & Wishart, 2010), p. 7-16.

[1] Em 9 de setembro de 1861, o *Times* (n. 24.033) publicou uma carta da escritora abolicionista norte-americana Harriet Beecher Stowe para lorde Shaftesbury, um político filantropo inglês, exortando os britânicos a dar apoio moral ao Norte. (N. E. I.)

[2] “American Complaints against England”, *The Economist*, n. 942, 14 de setembro de 1861. (N. O.)

[3] Grito de guerra. (N. O.)

[4] “Mrs. Beecher Stowe’s Wounded Feelings”, *The Saturday Review*, n. 307, 14 de setembro de 1861. (N. O.)

[5] “Mrs. Stowe on the American War”, *The Examiner*, n. 2.798, 14 de setembro de 1861. (N. O.)

[6] O Partido Republicano foi formado nos estados do Nordeste em 1854 por uma ampla coalizão entre a burguesia industrial e comercial, fazendeiros, trabalhadores e artesãos em oposição ao Partido Democrata. A criação do partido refletia as contradições entre o capitalismo que se desenvolvia no Norte e o sistema de trabalho escravo prevalecente no Sul. O Partido Republicano, controlado pela burguesia nortista, defendia a restrição da escravidão aos estados do Sul, a colonização livre dos territórios ocidentais e tarifas protecionistas para estimular o desenvolvimento da indústria nacional. Em 1860, o candidato republicano Abraham Lincoln foi eleito à Presidência do país. Ele conquistou 1.866.352 votos contra 1.357.157 obtidos por Stephen A. Douglas, o candidato democrata (ver neste artigo nota 12). (N. E. I.)

[7] Referência à *Constituição dos Estados Confederados da América*, adotada em Montgomery, Alabama, em 11 de março de 1861, em um congresso dos sete estados secessionistas (Alabama, Flórida, Geórgia, Louisiana, Mississippi, Carolina do Sul e Texas). O texto completo da Constituição apareceu no *New York Daily Tribune*, n. 6.206, em 16 de março de 1861. (N. E. I.)

[8] *A Constituição, como feita para os Estados Unidos pela Convenção Federal, realizada na Filadélfia, no ano 1787* [...] consolidou o domínio da burguesia e dos latifundiários na forma de uma república burguesa federal. (N. E. I.)

[9] Marx refere-se ao discurso que Alexander H. Stephens, vice-presidente da Confederação, fez em uma reunião em Savannah, em 21 de março de 1861. (N. O.)

[10] O *Compromisso Crittenden*, um projeto para uma solução pacífica dos conflitos entre o Norte e o Sul, foi submetido pelo senador do Kentucky John J. Crittenden ao Congresso dos Estados Unidos em 18 de dezembro de 1860. Previa seis emendas à Constituição dos Estados Unidos, estabelecendo, em particular, a proibição da escravidão nos estados ao norte do paralelo 36˚30’, fixada pelo Compromisso do Missouri (ver neste artigo nota 14), e a legalização da escravidão ao sul do mesmo paralelo. O projeto negava ao Congresso o direito de abolir ou alterar o sistema escravista nos estados do Sul. Uma comissão especial do Senado rejeitou o Compromisso Crittenden em 22 de dezembro de 1860. (N. E. I.)

[11] Desejos pios. (N. O.)

[12] Em meados de 1850, após a adoção do Ato de Kansas-Nebraska (ver neste artigo nota 15), o Partido Democrata dos Estados Unidos (fundado em 1828) dividiu-se em duas facções, a do Norte e a do Sul. Basicamente, ambas eram a favor da manutenção e disseminação da escravidão, mas a facção do Norte tinha uma posição mais flexível, declarando que a questão deveria ser submetida à Suprema Corte dos Estados Unidos. A fação do Sul reivindicava o direito de os territórios tomarem suas próprias decisões e queria a livre importação de escravos para essas regiões. Os mais reacionários entre os democratas do Sul prepararam o terreno para a rebelião e a instituição de uma confederação escravagista separatista. (N. E. I.)

[13] Thomas Jefferson, *Memoirs, Correspondence, and Private Papers of Thomas Jefferson, Late President of the United States* (Londres, H. Colburn and R. Bentley, 1829), v. IV, p. 333. (N. O.)

[14] O *Compromisso do Missouri*, incorporado à lei que autorizava o povo do território do Missouri a formar uma Constituição e um governo estadual, foi fechado em 1820, depois de um período de tensa disputa no Congresso e em todo o país entre apoiadores e os opositores da escravidão. O acordo do Missouri estabeleceu uma fronteira entre os estados livres e os estados escravagistas, proibindo a escravidão ao norte do paralelo 36˚30'. O acordo foi substituído pelo Ato de Kansas-Nebraska, adotado pelo Congresso dos Estados Unidos em 1854 (ver neste artigo nota 15). (N. E. I.)

[15] O *Ato de Kansas-Nebraska* (lei que organizava os territórios do Nebraska e do Kansas), aprovado em maio de 1854 depois de intensos debates no Congresso dos Estados Unidos, concedeu à população branca do Kansas e do Nebraska, que estavam sendo reconhecidos pela União, o direito de permitir ou proibir a escravidão no interior de suas fronteiras. O ato aboliu a fronteira instituída pelo Compromisso do Missouri entre os estados livres e os estados escravistas e permitiu a cada estado adotar a escravidão, independentemente de sua localização geográfica. A adoção da lei provocou um conflito armado no Kansas entre os apoiadores e os opositores da escravidão. (N. E. I.)

[16] Referência a um memorando redigido em outubro de 1854 no balneário belga de Ostende pelo ministro dos Estados Unidos em Londres, James Buchanan, em conjunto com representantes diplomáticos da França e da Espanha. O memorando recomendava ao governo dos Estados Unidos comprar ou apoderar-se da ilha de Cuba, então sob domínio espanhol, com o intuito de estender a escravidão a ela. Foi apenas em março de 1855 que o memorando veio a público, causando indignação nos Estados Unidos e no exterior. (N. E. I.)

[17] O escravo Dred Scott morou quase quatro anos nos estados não escravagistas de Illinois e Wisconsin. Em 1848, ele entrou com uma ação judicial pedindo sua liberdade. Em 1857, o pedido foi rejeitado pela Suprema Corte dos Estados Unidos. A decisão implicava que um escravo permanecia propriedade de seu senhor mesmo nos estados livres – um exemplo dos esforços dos proprietários de escravos para legalizar a escravidão em todo país. (N. E. I.)

[18] Marx refere-se aos conflitos armados que ocorreram no Kansas (1854-1856) entre os apoiadores e os opositores da escravidão, desencadeados pelo Ato de Kansas-Nebraska. Apesar do sucesso das forças antiescravagistas, o Kansas pendeu para a facção pró-

escravidão, apoiada pelo governo federal. Entretanto, a maioria da população continuou a luta e garantiu a entrada do Kansas na União como um estado livre em 1861. (N. E. I.)

[19] Na eleição presidencial de 1856, James Buchanan, candidato democrata, obteve 1.838.169 votos contra 1.341.264 votos para John C. Frémont, do Partido Republicano, que concorria pela primeira vez a uma a eleição presidencial. (N. E. I.)

[20] De própria vontade. (N. O.)

[21] Referência irônica à imprensa londrina. Os *illuminati* eram membros de uma sociedade maçônica secreta na Bavária (1776-1784). (N. E. I.)

[22] Como ministro dos Estados Unidos em Londres de 1853 a 1856. (N. O.)

[23] A plataforma eleitoral dos republicanos foi publicada no artigo “The Plataform” no *New York Daily Tribune*, n. 5.950, 19 de maio de 1860. (N. O.)

[24] Rua em Londres onde está localizada a Corte Criminal Central. (N. E. I.)

[25] Multidão de escravos. (N. O.)

[26] “Southampton, Friday”, *The Times*, n. 24.032, 7 de setembro de 1861. (N. O.)

[27] Em outubro de 1859, um grupo de dezoito insurgentes (dos quais cinco negros), liderados por John Brown, tomaram o arsenal do governo em Harper’s Ferry (Virgínia), em uma tentativa de provocar um levante de escravos nos estados sulistas. O grupo foi cercado e quase completamente eliminado pelas tropas oficiais. Brown foi gravemente ferido. Ele foi julgado e enforcado em Charleston. (N. E. I.)

[28] “Harper’s Ferry”, “The Impending Crisis in Southern States of America”, “English Sympathy with the Slavery Party in America”, *The Economist*, n. 845, n. 852, n. 853, 5 de novembro, 24 e 31 de dezembro de 1859. (N. O.)

[29] Otho Singleton (Discurso na Câmara dos Representantes, 19 de dezembro de 1859), *New York Daily Tribune*, n. 5.822, 20 de dezembro de 1859. (N. O.)

[30] John C. Calhoun (Discurso ao Senado, 19 de fevereiro de 1847), *Congressional Globe: New Series: Containing Sketches of the Debates and Proceedings of the Second Session of Twenty-Ninth Congress*, Washington, 1847. (N. O.)

[31] “The Probable Continuance of the American Conflict”, *The Economist*, n. 941, 7 de setembro de 1861. (N. O.)

[32] Referência à tarifa protecionista submetida ao Congresso pelo republicano Justin Smith Morrill e aprovada pelo Senado em 2 de março de 1861. Ela elevou consideravelmente as taxas alfandegárias. (N. E. I.)

[33] Em novembro de 1832, a Convenção da Carolina do Sul anulou as leis federais de 1828 e 1832, que impunham altas tarifas de importação. O Decreto de Anulação adotado pela Convenção em 24 de novembro proclamava a resolução dos cidadãos do estado de defender sua independência do governo federal e ameaçava a secessão da Carolina do Sul da União. O presidente Andrew Jackson, com a aprovação do Congresso, enviou tropas ao estado,

mas, sob pressão dos latifundiários escravagistas, apoiou um acordo de redução da tarifa em 2 de março de 1833. A Carolina do Sul revogou em seguida o Decreto de Anulação. (N. E. I.)

[34] *President Jackson's Proclamation against the Nullification Ordinance of South Carolina*, 11 de dezembro de 1832. (N. O.)

2. Karl Marx
O comércio britânico de algodão[a] [1]

[New York Daily Tribune, n. 6.405, 14 de outubro de 1861]
Londres, 21 de setembro de 1861

O aumento contínuo dos preços de algodão cru começa afinal a impactar seriamente as fábricas de algodão, cujo consumo chegou agora a 25% a menos que o consumo pleno. Esse resultado é consequência de uma diminuição diária da taxa de produção, com muitos moinhos trabalhando apenas três ou quatro dias por semana, parte do maquinário parado, tanto nos estabelecimentos que começaram a produzir em tempo parcial quanto naqueles que ainda estão trabalhando em tempo integral, e alguns moinhos fechando completamente. Em alguns lugares, como em Blackburn, por exemplo, o tempo parcial veio junto com a redução de salários. No entanto, o movimento de redução de jornada está apenas começando e podemos prever, com toda a segurança, que em algumas semanas o setor terá recorrido em geral a três dias de trabalho por semana, simultaneamente a uma grande paralisação do maquinário na maioria dos estabelecimentos. No geral, os fabricantes e os comerciantes ingleses foram extremamente lentos e

relutaram em reconhecer a difícil situação de seus estoques de algodão. Segundo eles:

> Toda a última safra americana já foi enviada para a Europa. A colheita da nova safra mal começou. Nenhum fardo de algodão a mais do que o que já chegou poderia vir para nós, mesmo que ninguém nunca tivesse ouvido falar da guerra e do bloqueio[2]. A temporada de embarque não começa antes de fins de novembro e, em geral, grandes exportações não ocorrem antes de fins de dezembro. Até lá, faz pouca diferença que o algodão fique retido nas fazendas ou seja enviado para os portos logo depois de ensacado. Se o bloqueio for encerrado a qualquer momento *antes do fim deste ano*, a perspectiva é que até março ou abril tenhamos recebido um carregamento tão grande de algodão quanto se o bloqueio nunca tivesse sido declarado.[3]

Nos recantos mais profundos da mente comercial cultivava-se a ideia de que toda a crise americana e, consequentemente, o bloqueio se encerrariam antes do fim do ano, ou que lorde Palmerston romperia o bloqueio à força. Essa última ideia foi completamente abandonada depois que, além de todas as outras circunstâncias, Manchester se deu conta de que dois grandes interesses – o interesse monetário, que investiu um imenso capital nas empresas industriais da América do Norte, e o comércio de cereais, que depende da América do Norte como principal fornecedora – se uniriam para averiguar qualquer agressão não provocada da parte do governo britânico. A esperança de que o bloqueio seria suspenso a tempo de atender às necessidades de Liverpool ou Manchester, ou que a guerra americana seria liquidada por meio de um acordo com os separatistas, deu lugar a um fenômeno até então desconhecido pelo mercado de algodão inglês, a saber, as operações americanas de algodão em Liverpool, em parte para especulação e em parte para reenvio à América. Consequentemente, nas duas últimas semanas o mercado de algodão de Liverpool tem vivido em estado de excitação febril, uma vez que os investimentos especulativos em

algodão dos comerciantes de Liverpool estão sendo sustentados pelos investimentos especulativos dos fabricantes de Manchester e outros lugares, ávidos por providenciar estoques de matéria-prima para o inverno. A extensão dessas últimas transações é suficientemente demonstrada pelo fato de que uma porção considerável de espaço vago nos armazéns de Manchester já foi ocupada por esses estoques e, ao longo da semana de 15 de setembro a 22 de setembro, o algodão médio americano aumentou 3 xelins e 8 pence por libra e os de melhor qualidade 5 xelins e 8 pence.

Desde o início da guerra americana, o preço do algodão vem aumentando continuamente, mas a catastrófica desproporção entre o preço da matéria-prima e o preço dos fios e dos tecidos não foi anunciada antes das últimas semanas de agosto. Até então, qualquer queda séria no preço dos produtos de algodão que se pudesse esperar pela considerável diminuição da demanda americana foi contrabalançada pela acumulação de estoques em primeira mão e pelas remessas especulativas para China e Índia. Esses mercados asiáticos, no entanto, ficaram logo abarrotados. Diz o *Calcutta Price Current* de 7 de agosto de 1861:

> Os estoques estão se acumulando, chegaram nada menos do que 24 milhões de jardas de algodão liso desde a nossa última edição. Informações locais revelam uma continuidade de remessas acima de nossas necessidades e, enquanto for esse o caso, não haverá melhoras [...] O mercado de Bombaim também está com excesso de oferta.

Algumas outras circunstâncias contribuíram para contrair o mercado indiano. A última fome que assolou as províncias do Noroeste foi sucedida pela devastação da cólera, enquanto no Sul de Bengala a chuva excessiva deixou o país debaixo de água, prejudicando seriamente a safra de arroz. Cartas enviadas de

Calcutá, que chegaram à Inglaterra na última semana, relatam que as vendas de fio 40 deram um retorno líquido de 9 ¼ pence por libra, o que não pode ser comprado em Manchester por menos de 11 ⅜ pence, enquanto a venda de tecidos de 40 polegadas para camisas, comparada com as taxas atuais de Manchester, teve perdas de 7 ½ pence, 9 pence e 12 pence por peça. No mercado chinês, os preços também caíram forçosamente pelo acúmulo de estoques importados. Nessas circunstâncias de declínio da demanda pelos produtos britânicos de algodão, os preços deles podem decerto não acompanhar o aumento progressivo do preço das matérias-primas; mas, ao contrário, a fiação, a tecelagem e a estampagem do algodão devem, em muitos casos, deixar de compensar os custos de produção. Consideremos como exemplo o seguinte caso, relatado por um dos maiores produtores de Manchester, em referência à fiação grossa:

	Por libra	Margem	Custo da fiação por libra
17 de setembro de 1860			
Custo do algodão.....	6 ¼ pence	4 pence	3 pence
Urdidura 16 fios vendida a.....	10 ¼ pence	..	..
Lucro, 1 pence por libra			

17 de setembro de 1861			
Custo do algodão.....	9 pence	2 pence	3 ½ pence
Urdidura 16 fios vendida a.....	11 pence	..	..
Prejuízo, 1 ½ pence por libra			

O consumo de algodão indiano está crescendo rapidamente e, com um aumento ainda maior nos preços, a oferta indiana avançará

em proporções cada vez maiores; mas ainda assim é impossível que, em alguns meses, não mudem todas as condições de produção e o sentido atual do comércio seja revertido. A Inglaterra está pagando o preço pelo prolongado desgoverno do vasto Império Indiano. Os dois principais obstáculos com os quais ela tem de lutar, na tentativa de substituir o algodão americano pelo algodão indiano, são a necessidade de meios de comunicação e transporte na Índia, e o estado de miséria do camponês indiano, que o incapacita de aproveitar as circunstâncias favoráveis. Ambas as dificuldades são de responsabilidade dos próprios ingleses. A moderna indústria inglesa, em geral, se apoiou em dois eixos igualmente monstruosos. O primeiro foi a *batata* como o único alimento da Irlanda e de grande parte da classe trabalhadora inglesa. Esse eixo foi varrido pela praga da batata e pela tragédia irlandesa subsequente[4]. Foi necessário adotar uma base mais ampla para a reprodução e manutenção de milhões de trabalhadores. O segundo eixo da indústria inglesa foi o algodão cultivado por escravos nos Estados Unidos. A atual crise americana força a Inglaterra a ampliar seu campo de oferta e emancipar o algodão das oligarquias que criam e consomem escravos. Enquanto os produtos de algodão ingleses dependerem do algodão cultivado por escravos, podemos afirmar verdadeiramente que eles se baseiam em uma dupla escravidão, a escravidão indireta do homem branco na Inglaterra e a escravidão direta do homem negro do outro lado do Atlântico.

---

[a] Traduzido de “The British Cotton Trade”, em *Marx & Engels Collected Works*, v. 19 (Londres, Lawrence & Wishart, 2010), p. 17-20.

[1] Neste artigo Marx provavelmente usou dados que recebeu de Engels quando esteve em Manchester na primeira metade de setembro de 1861. (N. E. I.)

[2] Lincoln impôs o bloqueio dos portos dos estados rebelados em 19 de abril de 1861 e o revogou em agosto de 1865. Durante esse período, a Marinha do Norte deteve 1.500 embarcações inimigas e apreendeu bens equivalentes a US$ 31 milhões. (N. E. I.)

[3] “The Probable Continuance of the American Conflict”, *The Economist*, n. 941, 7 de setembro de 1861. (N. O.)

[4] Entre 1845 e 1847, a requeima da batata causou fome generalizada na Irlanda. A pobreza dos pequenos arrendatários, brutalmente explorados pelos grandes proprietários de terra, tornou grande parte da população quase inteiramente dependente de uma dieta de batatas, cultivadas em seus pequenos lotes. Cerca de um milhão de pessoas morreram de fome e a onda de imigração ocasionada pela falta de alimentos levou ao deslocamento de outro milhão. Grandes áreas da Irlanda ficaram despovoadas. A terra deserta foi então transformada em pasto por proprietários ingleses e irlandeses. (N. E. I.)

3. Karl Marx
O *Times* de Londres e lorde Palmerston[a] [1]

[New York Daily Tribune, n. 6.411, 21 de outubro de 1861]
Londres, 5 de outubro de 1861

"O povo inglês participa do governo de seu país lendo o jornal *The Times*." Tal avaliação, feita por um eminente autor inglês[2] sobre o chamado autogoverno britânico, é verdade apenas no que diz respeito à política externa do reino. Quanto às reformas internas, elas nunca foram realizadas com o apoio do *Times*, mas o *Times* nunca deixou de atacá-las e opor-se mesmo depois de tomar ciência de sua completa incapacidade para contê-las. Tomemos como exemplo a Emancipação Católica, a Lei da Reforma, a revogação das leis dos cereais, o imposto do selo e a tarifa do papel[3]. Quando a vitória era incontestavelmente anunciada para os reformadores, o *Times* dava meia-volta, desertava do campo reacionário e conseguia colocar-se, no momento decisivo, do lado do vencedor. Em todos esses exemplos, o *Times* não indicou a direção para a opinião pública, mas submeteu-se a ela, grosseiramente, relutantemente, e somente depois de longas e frustradas tentativas de reverter as ondas crescentes de progresso popular. Sua influência real sobre a opinião pública está confinada, portanto, ao campo da política

externa. Em nenhuma parte da Europa as massas populares, e em particular as classes médias, são mais completamente ignorantes sobre a política externa de seu próprio país do que na Inglaterra, uma ignorância que nasce de duas grandes fontes. De um lado, desde a Revolução Gloriosa de 1688[4], a aristocracia sempre monopolizou a direção dos assuntos estrangeiros na Inglaterra. De outro lado, a crescente divisão do trabalho emasculou, em certa medida, o intelecto geral dos homens de classe média, circunscrevendo todas as suas energias e faculdades mentais às estreitas esferas de suas preocupações comerciais, industriais e profissionais. Assim, ocorreu que, enquanto a aristocracia *agia* por eles, a imprensa *pensava* por eles sobre os assuntos estrangeiros ou internacionais; ambos os partidos, a aristocracia e a impressa, descobriram muito cedo que seria do interesse de ambos associar-se. Basta abrir o *Cobbett's Political Register* para se convencer de que, desde o começo do século, os grandes jornais de Londres têm desempenhado constantemente o papel de procuradores dos gestores divinos da política externa inglesa. E ainda foram necessários alguns períodos intermediários para que o presente estado de coisas viesse à tona. A aristocracia, que monopolizou a gestão dos assuntos estrangeiros, primeiro reduziu-se a uma oligarquia, representada por um conclave secreto, chamado gabinete, e, depois, o gabinete foi substituído por um único homem, lorde Palmerston, que nos últimos trinta anos usurpou o poder absoluto de comandar as forças nacionais do Império Britânico e determinar a linha de sua política exterior. Concomitantemente a essa usurpação, pela lei de concentração, que agiu no campo da venda sensacionalista de jornais ainda mais rapidamente do que no da fiação de algodão, o *London Times* alcançou a posição de jornal nacional da Inglaterra, isto é, de representante do espírito inglês

para as demais nações estrangeiras. Se o monopólio da gestão da política externa da nação passou da aristocracia para um conclave oligárquico, e de um conclave oligárquico para um único homem, *o* ministro das Relações Exteriores da Inglaterra, isto é, lorde Palmerston, o monopólio de pensar e julgar pela nação no que concerne a suas relações exteriores e representar o espírito do público nessas relações passou da imprensa para um órgão da imprensa: o *Times*. Lorde Palmerston, que secretamente e por motivos desconhecidos do público amplo, do Parlamento e mesmo de seus colegas administrou os assuntos externos do Império Britânico, seria muito estúpido se não tivesse tentado se apossar do único jornal que usurpou o poder de emitir julgamentos públicos, em nome do povo inglês, sobre seus próprios atos secretos. De sua parte, o *Times*, que tem um vocabulário do qual nunca constou a palavra "virtude", tem se gabado de uma virtude mais do que espartana de não se aliar ao governante absoluto, de fato, do poder nacional do império. Daí que desde o *coup d'état* francês[5], quando o governo de facção foi substituído na Inglaterra pelo governo de coalizão de facções[6] e, portanto, Palmerston não encontrou mais rivais que ameaçassem sua usurpação, o *Times* tornou-se um mero escravo seu. Ele cuidou de contrabandear parte da virtude do jornal para postos subordinados do gabinete e atrair outros para o seu círculo social[7]. Desde aquela época, todo o negócio do *Times*, no que concerne aos assuntos exteriores do Império Britânico, limita-se ao fabrico de uma opinião pública em conformidade com a política externa de lorde Palmerston. O jornal prepara o espírito do público para o que Palmerston pretende fazer e conforma-o com o que Palmerston já fez.

A labuta servil que, no cumprimento desse trabalho, o *Times* tem de realizar foi bem exemplificada pela última sessão parlamentar.

Essa sessão não se mostrou nada favorável a lorde Palmerston. Alguns membros independentes da Câmara dos Comuns, liberais e conservadores, rebelaram-se contra sua ditadura usurpadora e, por uma exposição de seus delitos passados, tentaram despertar a nação para o perigo da continuidade do mesmo poder não controlado nas mesmas mãos. O sr. Dunlop, iniciando o ataque com uma moção para uma comissão especial que tratasse dos documentos afegãos[8], que Palmerston pôs na mesa da Câmara em 1839, provou que Palmerston havia realmente forjado tais documentos[9]. O *Times*, em sua cobertura parlamentar, suprimiu todas as passagens do discurso do sr. Dunlop que considerou mais prejudiciais ao seu mestre. Posteriormente, lorde Montagu, em uma moção para a publicação de todos os documentos relacionados ao Tratado Dinamarquês de 1852, acusou Palmerston de ter sido o principal responsável pelas manobras que pretendiam alterar a sucessão dinamarquesa no interesse de uma potência estrangeira[10], e por ter ludibriado a Câmara dos Comuns com declarações deliberadamente distorcidas[11]. Palmerston, no entanto, já havia chegado a um acordo com o sr. Disraeli para se esquivar da moção de lorde Montagu por uma contagem do quórum da Câmara que, de fato, suspendeu toda a tramitação. Ainda assim, o discurso de lorde Montagu durou uma hora e meia, até ser interrompido pela contagem do quórum. Como o *Times* fora informado por Palmerston de que a contagem iria ocorrer, o editor especialmente encarregado da tarefa de mutilar e manipular as coberturas parlamentares concedeu-se férias e, assim, o discurso de lorde Montagu apareceu sem mutilações nas colunas do *Times*. Na manhã seguinte, quando o erro foi descoberto, saiu um editorial endereçado a John Bull[12] explicando que a contagem era uma engenhosa instituição para inibir os enfadonhos, que lorde Montagu era usualmente enfadonho e que

os assuntos da nação não poderiam ser levados a cabo se parlamentares enfadonhos não fossem dispensados sem nenhuma cerimônia[13]. Na última sessão, Palmerston esteve novamente diante de um julgamento, quando o sr. Hennessy solicitou a divulgação dos despachos do Ministério das Relações Exteriores durante a Revolução Polonesa de 1831[14]. Novamente o *Times* recorreu, como no caso da moção do sr. Dunlop, a um simples processo de supressão. A cobertura do discurso do sr. Hennessy é quase uma edição *in usum delphini*[15]. Se considerarmos quão trabalhoso é percorrer os imensos relatórios parlamentares na mesma noite em que foram enviados da Câmara dos Comuns ao escritório do jornal, e que nessa mesma noite eles são mutilados, alterados e falsificados para não dizer nada contra a pureza política de Palmerston, é preciso admitir que, a despeito de qualquer gratificação ou vantagem que o *Times* possa colher de sua subserviência ao nobre visconde, a tarefa não é nada agradável.

Se, portanto, o *Times* é capaz, por meio de distorções e supressões, de falsificar dessa maneira a opinião pública sobre eventos que acabaram de acontecer na Câmara dos Comuns, seu poder de distorção e supressão com relação aos eventos que estão ocorrendo em solo distante, como a guerra americana, evidentemente não deve ter limites. Se, ao tratar dos assuntos americanos, o jornal tensionou todas as suas forças para exasperar os sentimentos mútuos de britânicos e americanos, ele não o fez por simpatia pelos lordes britânicos do algodão nem por estima a um suposto ou real interesse inglês. O jornal simplesmente executou as ordens do mestre. Do tom alterado do *London Times* na semana passada podemos inferir, portanto, que lorde Palmerston está prestes a recuar da atitude extremamente hostil que assumiu até agora contra os Estados Unidos. Em um de seus editoriais de hoje, o

Times – que por meses exaltou os poderes agressivos dos secessionistas e discorreu sobre a incapacidade dos Estados Unidos de lidar com eles – mostrou-se bem seguro da superioridade militar do Norte[16]. Que essa mudança de tom foi ditada pelo mestre é evidente quando consideramos que outros jornais influentes, reconhecidamente ligados a Palmerston, deram a guinada simultaneamente. Um deles, o *Economist*, dá um amplo sinal aos mercadores da opinião pública de que chegou a hora de "observar cuidadosamente" seus pretensos "sentimentos para com os Estados Unidos"[17]. A passagem no *Economist* a que faço alusão aqui, e que penso ser válido citar como prova das novas ordens recebidas pelos homens da imprensa de Palmerston, diz o seguinte:

> em um ponto reconhecemos francamente que os nortistas têm o direito de se queixar, um ponto que também nos obriga a estar mais alertas do que talvez estivemos em geral. Nossos principais jornais têm se mostrado muito dispostos a citar e melindrar-se, como se incorporassem os sentimentos e representassem a posição dos Estados Unidos, jornais notórios por seu caráter desonesto e débil influência, e agora mais do que suspeitos de serem secessionistas de coração, de navegarem sob falsas cores e professarem opiniões extremas do Norte, enquanto escrevem no interesse e possivelmente contra pagamentos do Sul. Por exemplo, poucos ingleses podem, com alguma justiça, fingir que consideram o *New York Herald* representante seja do caráter, seja da visão da seção norte da república. Novamente: devemos ser muito cuidadosos para não deixar que nossas justas críticas aos unionistas degenerem, por uma gradação insensível, em aprovação e defesa dos secessionistas. A tendência de todas as mentes ordinárias ao *partidarismo* é muito forte. [...] Ora, independentemente de quanto nos ressentimos da conduta e da linguagem do Norte, [...] não devemos nunca esquecer que a secessão do Sul foi forçada intencionalmente e iniciada com procedimentos que têm nossa mais forte e profunda desaprovação. Nós, obviamente, devemos condenar as tarifas protecionistas da União como uma opressiva e obscura estupidez. [...] Nós, obviamente, retribuímos o desejo do Sul de tarifas baixas e comércio sem restrições. Nós, obviamente, estamos ansiosos para que a prosperidade dos estados que produzem tanta matéria-prima e desejam tantos bens industrializados não sofra nenhuma interrupção ou reversão [...] Ao mesmo tempo, porém, não podemos perder de vista o fato indisputável de que o verdadeiro objetivo e motivo último da secessão *não* era defender o direito de manter a escravidão em seus próprios territórios (o que os nortistas

> estavam tão dispostos a ceder quanto eles a reivindicar), mas estender a escravidão a uma vasta e indefinida região, até aqui livre dessa maldição, mas na qual os fazendeiros imaginaram que poderiam disseminá-la daqui por diante. Sempre consideramos esse objetivo insensato, iníquo e odioso. O estado de sociedade introduzido nos estados do Sul pela instituição da servidão doméstica parece aos espíritos ingleses mais e mais detestável e deplorável quanto mais eles o conhecem. E os sulistas devem ser advertidos de que nenhuma vantagem pecuniária ou comercial que esse país possa tirar da extensão do cultivo dos solos virgens dos estados agricultores, e dos novos territórios que reivindicam, irá modificar, minimamente que seja, nossas opiniões a esse respeito, ou interferir na expressão dessas opiniões, ou deturpar ou dificultar nossas ações, sempre que estas se tornarem obrigatórias ou adequadas[18] [...] Crê-se que eles [os secessionistas] ainda nutrem a ideia extraordinária de que se deixarem a França e a Inglaterra à *míngua* – pela expectativa de perda e sofrimento em consequência da completa privação de abastecimento americano –, forçarão esses governos a intervir a seu favor e obrigar os Estados Unidos a abandonar o bloqueio [...] Não há a mais remota chance de que essas potências se sintam justificadas, nem por um momento sequer, para projetar tal ato de hostilidade contra os Estados Unidos [...] Somos menos dependentes do Sul do que o Sul de nós, como eles logo descobrirão[19] [...] Portanto, rogamos para que eles acreditem que a escravidão, enquanto existir, deve criar mais ou menos uma barreira moral entre nós, e que mesmo uma aprovação tácita está tão longe de nossos pensamentos quanto a impertinência de uma interferência aberta: Lancashire não é a Inglaterra; e, para a honra e o espírito de nossa população industrial, que também seja dito que mesmo se o fosse, o *algodão não seria o rei*[20].

Minha intenção ao citar esse artigo é mostrar que Palmerston e, consequentemente, a imprensa de Londres, que trabalha sob suas ordens, estão abandonando as atitudes hostis aos Estados Unidos. Tentarei explicar as causas que levaram a esse *revirement* [reviravolta], como dizem os franceses, em uma carta subsequente. Antes de concluir, acrescentaria que o sr. Forster, parlamentar por Bradford, realizou na última terça-feira[21], no teatro do Instituto de Mecânica de Bradford[22], uma palestra “Sobre a Guerra Civil na América”, na qual traçou a verdadeira origem e caráter dessa guerra, e foi bem-sucedido ao refutar as distorções da imprensa palmerstoniana[23].

[a] Traduzido de “The London *Times* and Lord Palmerston”, em *Marx & Engels Collected Works*, v. 19 (Londres, Lawrence & Wishart, 2010), p. 21-6.

[1] O *New York Daily Tribune* deu a seguinte nota editorial sobre este artigo no mesmo número em que foi publicado: “Um correspondente eventual de Londres nos fornece um artigo interessantíssimo, publicado esta manhã, sobre o *Times* londrino e a influência de lorde Palmerston sobre ele”. (N. E. I.)

[2] R. Lowe, “The Part of *The Times* in the Government of the Country”, *The Free Press*, n. 8, 7 de agosto de 1861. (N. O.)

[3] *Emancipação católica*: em 1829, o Parlamento britânico, sob pressão de um movimento de massas na Irlanda, suspendeu algumas das restrições que limitavam os direitos políticos da população católica. Os católicos conseguiram o direito de serem eleitos para o Parlamento e ocuparem certos postos governamentais. Simultaneamente, o critério mínimo de propriedade dos eleitores foi multiplicado por cinco. As classes dominantes britânicas esperavam que essa manobra trouxesse a elite da burguesia irlandesa e os proprietários de terra católicos para o seu lado e causasse uma divisão no movimento nacionalista irlandês. *Lei da Reforma*: aprovada pelo Parlamento britânico em junho de 1832, essa lei era direcionada contra o monopólio político da aristocracia fundiária e financeira e permitiu à burguesia industrial ser devidamente representada no Parlamento. O proletariado e a pequena burguesia, as principais forças na luta pela reforma, continuaram não sendo reconhecidos. *Revogação das leis dos cereais*: as leis dos cereais impuseram altas tarifas de importação sobre produtos agrícolas para manter altos os preços no mercado doméstico, em favor dos proprietários de terra. Aprovada em junho de 1846, a revogação dessas leis representou uma vitória da burguesia industrial, que era a favor do livre-comércio. Ao mesmo tempo, teve um efeito adverso na exportação de grãos da Irlanda, agravando os problemas econômicos do país. *Imposto do selo*: era cobrado dos jornais na Grã-Bretanha desde 1711 como forma de aumentar as receitas do Estado e combater a imprensa oposicionista. Tornou os jornais excessivamente caros, deixou-os fora do alcance da massa dos leitores e reduziu a circulação. Em 1836, o Parlamento foi obrigado a reduzir o Imposto do Selo e, em 1855, aboli-lo. *Tarifa do papel:* criada em 1694, ocasionou inúmeros protestos em meados do século XIX por impedir a redução do preço do material impresso. Rendia ao Estado cerca de 1,4 milhão de libras por ano. A campanha contra a tarifa, que durou anos, levou à sua revogação em 1861. (N. E. I.)

[4] *Revolução Gloriosa:* termo usado pelos historiadores burgueses para o golpe de Estado de 1688-1689 que estabeleceu uma monarquia constitucional na Grã-Bretanha, baseada no compromisso entre a aristocracia fundiária, por um lado, e a burguesia e a nova nobreza, de outro. (N. E. I.)

[5] Referência ao golpe de Estado na França em 2 de dezembro de 1851. (N. O.)

[6] Referência ao ministério de coalizão de George Aberdeen de 1852 a 1855 (Gabinete de Todos os Talentos), que incluía *whigs*, *peelites* e representantes da facção irlandesa no Parlamento. (N. E. I.)

[7] Graças ao apadrinhamento de Palmerston, R. Lowe, principal comentarista do *Times*, ocupou os postos de vice-presidente da Câmara do Comércio e de tesoureiro-geral entre

1855 e 1858 e foi vice-presidente do Conselho Privado para a Educação de 1859 a 1864. O editor do *Times*, John Thadeus Delane, foi introduzido por Palmerston na alta sociedade londrina. (N. E. I.)

[8] Discurso de A. M. Dunlop na Câmara dos Comuns em 19 de março de 1861, *The Times*, n. 23.885, 20 de março de 1861. (N. O.)

[9] Em 1839, o Parlamento britânico publicou um Livro Azul sobre a Pérsia e o Afeganistão (*Correspondence Relating to Persia and Afghanistan*) que continha, entre outros documentos, certo número de cartas escritas por Alexander Burnes, representante britânico em Cabul durante a Primeira Guerra Anglo-Afegã (1838-1842). As cartas haviam sido selecionadas e apresentadas pelo Ministério das Relações Exteriores de maneira que a atuação britânica na provocação da guerra fosse ocultada. Pouco antes de sua morte, Burnes enviou cópias de suas cartas a Londres. Aquelas que não foram incluídas no Livro Azul foram publicadas por sua família (Alexander Burnes, *Cabool, Being a Personal Narrative of a Journey to and Residence in That City, in the Years 1836, 7 and 8*, Londres, J. Murray, 1842; *J. Burnes' Notes on His Name and Family (Including a Memoir of Sir Alexander Burnes)*, Edimburgo, J. Wilkie, 1851). (N. E. I.)

[10] Em 8 de maio de 1852, representantes da Áustria, Grã-Bretanha, França, Noruega-Suécia, Prússia e Rússia, em conjunto com representantes da Dinamarca, assinaram em Londres um protocolo para a integridade da monarquia dinamarquesa. Baseava-se em um protocolo que estabelecia o princípio da indivisibilidade dos domínios do Reino da Dinamarca – incluindo os ducados de Eslésvico e Holsácia – adotado em 4 de julho de 1850 e assinado em 2 de agosto de 1850 pelos participantes acima mencionados na Conferência de Londres (com exceção da Prússia). No Protocolo de Londres, o tsar da Rússia, sendo descendente do duque Karl Peter Ulrich de Holsácia-Gottorp, que reinou sobre a Rússia como Pedro III (1761-1762), foi citado como um dos pretendentes legítimos ao trono da Dinamarca que renunciara ao seu direito em favor do duque Cristiano de Glücksburg, proclamado sucessor do rei Frederico VII. Isso criou precedente para o tsar da Rússia reivindicar o trono dinamarquês no caso da extinção da dinastia Glücksburg. (N. E. I.)

[11] Discurso de Robert Montagu na Câmara dos Comuns em 18 de junho de 1861, *The Times*, n. 23.963, 19 de junho de 1861. (N. O.)

[12] Personagem criado em 1712 por John Arbuthnot, tornou-se a personificação da Grã-Bretanha (N. E.)

[13] "We Are at Last Enjoying...", *The Times*, n. 24.056, 5 de outubro de 1861. (N. O.)

[14] Discurso de J. P. Hennessy na Câmara dos Comuns em 2 de julho de 1861, *The Times*, n. 23.975, 3 de julho de 1861. (N. O.)

[15] *In usum delphini* (edição delfina) significa literalmente "para o uso do Delfim" e, figurativamente, "simplificado" ou "distorcido". A frase foi cunhada em conexão com a publicação em 1668, sob o reinado de Luís XIV, de uma versão expurgada dos clássicos latinos para o herdeiro do trono francês. (N. E. I.)

[16] "The Time Is now Approaching…", *The Times*, n. 24.056, 5 de outubro de 1861. (N. O.)

[17] “English Feeling towards America”, *The Economist*, n. 944, 28 de setembro de 1861. (N. O.)

[18] Até aqui do artigo “English Feeling towards America”, cit. (N. O.)

[19] “The Last Movements of the Northern and the Southern Confederation”, *The Economist*, n. 943, 21 de setembro de 1861. (N. O.)

[20] “English Feeling towards America”, cit. (N. O.)

[21] 1º de outubro de 1861. (N. O.)

[22] Instituto de Mecânica de Bradford, West Riding, Yorkshire (fundado em 1825). (N. E. I.)

[23] A palestra de William E. Forster “On the Civil War in America” foi noticiada no *Times*, n. 24.054, 3 de outubro de 1861. (N. O.)

4. Karl Marx
A Guerra Civil Norte-Americana[a] [1]

[Die Presse, n. 293, 25 de outubro de 1861]
Londres, 20 de outubro de 1861

Há alguns meses, a imprensa londrina dominante, tanto por semanários quanto por jornais diários, vem repetindo a mesma ladainha sobre a Guerra Civil Norte-Americana. Ao mesmo tempo que insulta diariamente os estados livres do Norte, esquiva-se temerosamente da acusação de simpatizar com os estados escravagistas do Sul. Na verdade, ela escreve sempre dois artigos: um no qual ataca o Norte e outro no qual se desculpa por suas críticas ao Norte. *Qui s'excuse, s'accuse*[2].

As bases das escusas residem essencialmente nas seguintes afirmações: a guerra entre Norte e Sul é uma guerra tarifária. Além disso, é um conflito sem princípios, que não diz respeito à escravidão e envolve fundamentalmente o desejo nortista de poder. Enfim, se mesmo a lei está do lado do Norte, não parece despropositada a tentativa de subjugar 8 milhões de anglo-saxões! Uma separação entre Norte e Sul não redimiria o Norte de suas conexões com a escravidão negra e, com seus 20 milhões de habitantes e seu gigantesco território, não lhe asseguraria um desenvolvimento superior e até então inimaginável? Portanto, o Norte não deveria

estar celebrando a Secessão como um evento afortunado, em vez de querer contê-la por meio de uma sangrenta e infértil guerra civil?

Examinemos ponto a ponto as alegações da imprensa inglesa.

A guerra entre o Norte e o Sul, de acordo com a primeira desculpa, é um mero conflito tarifário, um embate entre o sistema protecionista e o sistema de livre-comércio, e a Inglaterra, é claro, está do lado do livre-comércio. O dono de escravos deve se apropriar totalmente dos frutos do trabalho cativo ou deve ser surrupiado em parte deles pelos agentes alfandegários do Norte? Essa é a questão em jogo nessa guerra. Essa descoberta brilhante coube ao *Times*. O *Economist*, o *Examiner*, o *Saturday Review* e *tutti quanti* aprofundaram ainda mais o assunto. É característico dessa descoberta que ela não tenha ocorrido em Charleston[3], mas em Londres. Nos Estados Unidos, é claro, todos já sabiam que de 1846 a 1861 vigia a tarifa de livre-comércio e que o deputado Morrill somente conseguiu passar a sua tarifa protecionista no Congresso em 1861, depois que a rebelião já havia estourado. Portanto, não houve a Secessão porque a Tarifa Morrill[4] foi aprovada no Congresso, mas, na melhor das hipóteses, a Tarifa Morrill foi aprovada no Congresso porque houve a Secessão. Em 1832, quando a Carolina do Sul teve seu primeiro ato de secessão, a tarifa protecionista de 1828 foi usada como pretexto, mas não mais do que um pretexto, como se sabe por uma declaração do general Jackson. Entretanto, desta vez, o velho pretexto não se repetiu. No Congresso Secessionista de Montgomery[5], evitou-se tocar no assunto das tarifas, porque a cultura açucareira da Louisiana, um dos estados mais influentes do Sul, é inteiramente baseada em tarifas protecionistas.

No entanto, a imprensa londrina continua insistindo que a guerra dos Estados Unidos nada mais é do que um conflito para a

manutenção da União à força. Os ianques não podem simplesmente decidir riscar 15 estrelas de sua bandeira. Eles querem desempenhar um papel colossal no palco mundial. Sim, seria bem diferente se a guerra fosse pela abolição da escravidão! A questão da escravidão, no entanto, não tem absolutamente nada a ver com essa guerra, como, entre outras coisas, afirma categoricamente o *Saturday Review.*

Antes, é importante lembrar que a guerra não partiu do Norte, mas, sim, do Sul. O Norte está na defensiva. Por meses observou passivamente os secessionistas se apropriarem de fortes, de arsenais de guerra, de estaleiros, alfândegas, cofres, navios e depósitos de armas da União, insultar a bandeira unionista e até mesmo capturar parte de suas tropas. Por fim, os secessionistas decidiram, por meio de um ruidoso ato de guerra, forçar o governo da União a abandonar a passividade e, assim, *somente por isso*, bombardearam o Forte Sumter, nos arredores de Charleston. Em 11 de abril, o general Beauregard, em uma reunião com o major Anderson, o comandante do Forte Sumter, soube que o forte só recebeu provisões para três dias e, depois disso, deveria se entregar pacificamente. Para sabotar a rendição pacífica, os secessionistas, na manhã seguinte, começaram o bombardeamento, o que permitiu a tomada do lugar em poucas horas. Mal a notícia foi telegrafada a Montgomery, sede do Congresso dos Secessionistas, o secretário da Guerra Walker declarou publicamente em nome da nova Confederação: "Ninguém poderá dizer até onde poderá ir *a guerra que começou hoje*"[6]. Ao mesmo tempo, profetizou que "a bandeira da Confederação do Sul ainda antes de 1º de maio será hasteada no topo do antigo Capitólio[7] em Washington e, muito em breve, também no Faneuil Hall[8]". Só então veio a declaração de guerra, na qual Lincoln convocou 75 mil para defender a União. O

bombardeio de Forte Sumter fechou a única saída constitucional possível, a saber, a convocação de uma assembleia geral do povo americano, como sugeriu o próprio Lincoln em seu discurso de posse. A única opção que restava a Lincoln era fugir de Washington, evacuar Maryland e Delaware, entregar de bandeja Kentucky, Missouri e Virgínia, ou responder à guerra com guerra.

O Sul rompeu a paz, esta é a palavra de ordem, com a qual se responde sobre a motivação da Guerra Civil Americana. Stephens, vice-presidente da Confederação sulista, declarou no Congresso Secessionista que a principal diferença entre a nova Constituição maquinada em Montgomery e a Constituição de Washington e Jefferson[9] era que agora, pela primeira vez, a escravidão era reconhecida como um instituto inerentemente bom e o fundamento de todo o edifício do Estado, enquanto os revolucionários da independência, homens imersos nos preconceitos do século XVIII, tratavam a escravidão como um mal importado da Inglaterra a ser remediado com o passar do tempo[10]. Outro figurão do Sul, o senhor Spratt bradou: “Para nós, trata-se de fundar *a great slave republic* [uma grande república escravagista]”. Portanto, mesmo que o Norte tenha desembainhado a espada apenas para defender a União, o Sul já não declarou que a manutenção da escravidão é incompatível com a continuidade da União?

Assim como o bombardeio do Forte Sumter foi o estopim da guerra, a vitória eleitoral do Norte, do Partido *Republicano*, a eleição de Lincoln à presidência, deu o sinal para a secessão. Lincoln foi eleito em 6 de novembro de 1860. Em 8 de novembro de 1860, já se telegrafava da Carolina do Sul: “A secessão aqui é considerada um fato consumado”; em 10 de novembro, a Assembleia Legislativa da Geórgia estudava os planos de uma secessão; e em 13 de novembro, foi convocada uma sessão extraordinária na Assembleia

do Mississipi para tratar da secessão. A própria eleição de Lincoln foi resultado de uma cisão no campo *democrata*. Durante a campanha eleitoral, os democratas do Norte se uniram em torno de Douglas, os democratas do Sul em volta de *Breckinridge*, e foi essa divisão dos votos democratas que deu a vitória ao Partido *Republicano*. De um lado, de onde vem a superioridade do Partido Republicano no Norte? De outro, de onde vem o racha *dentro* do Partido *Democrata*, cujos membros do Norte e do Sul atuaram em conjunto por mais de meio século?

Sob a presidência de Buchanan, o domínio que o Sul usurpou progressivamente da União, fazendo aliança com os democratas do Norte, chegou ao seu ponto mais alto. O último Congresso continental de 1787 e a primeira Assembleia Constitucional de 1789-1790 proibiram por lei a escravidão em todos os territórios da República a noroeste de Ohio[11]. (São considerados territórios as colônias situadas nos Estados Unidos que ainda não alcançaram a população constitucionalmente prescrita para a formação de estados independentes.) O chamado Compromisso do Missouri (1820)[12], o qual permitiu que o Missouri ingressasse nas fileiras dos Estados Unidos como estado escravagista, proibiu a escravidão em todo o território remanescente ao norte do paralelo 36° 30’ e a oeste do Missouri. Esse acordo fez o campo escravocrata aumentar vários graus de longitude, ao mesmo tempo que pareceu estabelecer uma linha geográfica muito bem definida para sua futura expansão. Essa barreira geográfica, por sua vez, foi derrubada já em 1854 pela chamada Lei de Kansas-Nebraska[13], de autoria de Stephen Douglas, então líder dos democratas do Norte. A lei, aprovada em ambas as casas congressuais, revogou o Compromisso do Missouri, colocou a escravidão e a liberdade em pé de igualdade, ordenou que o governo da União as tratasse com igual indiferença e deixou para a

soberania popular, ou seja, para a maioria dos colonos, a decisão sobre a introdução ou não da escravidão em um território. Assim, pela primeira vez na história dos Estados Unidos, todas as barreiras geográficas e legais à disseminação da escravidão nos territórios foram removidas. Sob essa nova legislação, o território até então livre do Novo México, um território cinco vezes maior que o estado de Nova York, transformou-se em um território escravocrata e a área escravagista se alargou ainda mais, desde a fronteira com o México, país vizinho, até a latitude 38° norte. Em 1859, o Novo México ganhou um código escravagista que rivalizava em barbárie com as leis do Texas e do Alabama. No entanto, como mostra o censo de 1860, o Novo México conta com não mais que meia centena de escravos para cada 100 mil habitantes. Assim, bastou ao Sul enviar alguns aventureiros com uns poucos escravos para o outro lado da fronteira para reunir, com a ajuda do governo central em Washington, seus oficiais e negociantes no Novo México, uma representação pseudopopular que impôs a escravidão no território e, com ela, o domínio dos proprietários de escravos.

Entretanto, esse método muito conveniente não se mostrou aplicável em outros territórios. Então o Sul deu um passo mais e apelou do Congresso Nacional à Corte Suprema dos Estados Unidos. Esse tribunal, que tem nove juízes, dos quais cinco do Sul, tem sido o instrumento mais solícito dos proprietários de escravos. Em 1857, no infame caso Dred Scott[14], declarou que todo cidadão americano tinha o direito de trazer para qualquer território qualquer propriedade reconhecida constitucionalmente. A Constituição reconhece os escravos como propriedade e obriga o governo da União a assegurar essa propriedade. Consequentemente, os escravos em qualquer território podiam ser obrigados a trabalhar com base no fundamento constitucional e, portanto, coube a cada

proprietário de escravo introduzir a escravidão em territórios até então livres, mesmo contra a vontade da maioria dos colonos. Às assembleias legislativas dos territórios foi retirado o direito de proibir a escravidão e tanto o Congresso como o governo da União tinham o dever de proteger os pioneiros do sistema escravagista.

Se o Compromisso do Missouri de 1820 alargou a fronteira geográfica da escravidão nos territórios, a Lei de Kansas-Nebraska de 1854 apagou qualquer limite geográfico e pôs no lugar deles uma barreira política, a vontade da maioria dos colonos, a Suprema Corte, por sua decisão de 1857, derrubou os limites políticos e transformou todos os territórios da República, atuais e futuros, de estados livres em área fértil de cultivo de escravidão.

Ao mesmo tempo, sob o governo de Buchanan, uma lei mais rígida de extradição para escravos fugidos, aprovada em 1850, passou a ser implacavelmente aplicada nos estados do Norte[15]. Bancar o capitão do mato para os proprietários de escravos do Sul parecia ser a função constitucional do Norte. Por outro lado, para dificultar ao máximo a colonização dos territórios por colonos livres, o partido escravagista frustrou todas as chamadas legislações de solo livre, ou seja, medidas que deveriam garantir aos colonos certa parcela de terra pública ainda não explorada[16].

Assim como na política interna, os interesses dos proprietários de escravos também serviram de estrela-guia na política externa dos Estados Unidos. Buchanan conseguiu de fato a presidência após a publicação do Manifesto de Ostende, no qual a aquisição de Cuba, seja por compra, seja por força das armas, é proclamada a grande tarefa da política nacional. Sob o seu governo, o norte do México já havia sido dividido entre os especuladores americanos de terras, que esperavam impacientemente o sinal para invadir Chihuahua, Coahuila e Sonora. As incansáveis expedições dos flibusteiros contra os

Estados da América Central foram conduzidas não sem o apoio determinante da Casa Branca. A *reabertura do tráfico negreiro*, secretamente apoiada pelo governo da União[17], estava estreitamente ligada a essa política externa, cujo objetivo explícito era conquistar novas áreas para a expansão da escravidão e do domínio dos proprietários de escravos. O próprio Stephen A. Douglas declarou ao Senado em 20 de agosto de 1859: “No ano passado, foram trazidos mais negros da África em um único ano do que em nenhum outro momento no passado, mesmo na época em que o comércio de escravos ainda era legal. O número de escravos importados no último ano chegou a 15 mil”.

A propaganda escravagista pela força das armas no exterior era o objetivo declarado da política nacional, e a União se tornou escrava de fato dos 300 mil proprietários de escravos que governam o Sul. Esse foi o resultado de uma série de compromissos que o Sul devia à sua aliança com os democratas do Norte. Em razão da mesma aliança, todas as tentativas periodicamente ensaiadas desde 1817 para resistir aos ataques cada vez mais numerosos dos proprietários de escravos fracassaram. Finalmente, chegou o momento da virada.

Mal foi aprovada a Lei de Kansas-Nebraska, a qual apagava a fronteira geográfica da escravidão e submetia a sua introdução à vontade da maioria dos colonos, emissários armados dos proprietários de escravos, a ralé fronteiriça do Missouri e do Arkansas, com uma faca Bowie[18] em uma mão e um revólver na outra, invadiram o Kansas e tentaram expulsar os colonos, apelando para as mais repulsivas atrocidades. Esses ataques foram apoiados pelo governo central em Washington. Daí uma reação gigantesca. Em todo o Norte, mais especificamente no Noroeste, uma organização de ajuda foi formada para apoiar o Kansas com homens, armas e dinheiro[19]. O *Partido Republicano* nasceu dessa

organização, cuja origem se deve à luta pelo Kansas. Depois que a tentativa de transformar o Kansas em um *território escravagista* pela força das armas fracassou, o Sul buscou o mesmo resultado por meio de intrigas políticas. O governo Buchanan, em particular, usou todo o seu poder para trazer o Kansas para as fileiras dos *estados escravagistas*, impondo-lhe uma constituição escravocrata. Daí uma nova batalha, dessa vez travada principalmente no Congresso, em Washington. O próprio Stephen A. Douglas, líder dos democratas no Norte, agora [1857-1858] se insurgiu contra o governo e seus aliados do Sul, porque a imposição de uma constituição escravocrata contradiz o princípio de soberania dos colonos imposto na Lei de Kansas-Nebraska, de 1854. Douglas, senador por Illinois, um estado do Noroeste, certamente perderia toda a sua influência caso concedesse ao Sul o direito de roubar do Norte, pelas armas ou pelas leis, os territórios colonizados. Portanto, assim como a luta pelo Kansas deu origem ao *Partido Republicano*, ela também provocou a primeira grande *cisão dentro do próprio Partido Democrata*.

O Partido Republicano apresentou seu primeiro programa para a eleição presidencial em 1856. Apesar de seu candidato, John Frémont, não ter vencido, a expressiva votação que recebeu mostrou o rápido crescimento do partido, em particular no Noroeste. Em sua segunda convenção nacional para as eleições presidenciais [17 de maio de 1860], os republicanos repetiram o programa de 1856, apenas com alguns acréscimos. O conteúdo principal era: “Nenhum centímetro sequer dos novos territórios será concedido à escravidão. A política externa dos flibusteiros deve acabar. A reabertura do comércio de escravos deve ser rechaçada. As leis de solo livre devem ser finalmente promulgadas para promover a colonização livre”.

O ponto crucial desse programa era que a escravidão não receberia nenhum centímetro sequer dos novos territórios, mas permaneceria de uma vez por todas nos limites dos estados onde ela já existia legalmente. A escravidão deveria ser formalmente confinada; porém, a expansão territorial contínua e a propagação contínua da escravidão para além de suas antigas fronteiras é vital para os estados escravagistas da União.

O cultivo escravagista dos artigos de exportação do Sul, como algodão, tabaco, açúcar etc., somente é rentável se for realizado por uma grande quantidade de escravos, em larga escala, e em amplas extensões de solo naturalmente fértil, que exija apenas trabalho manual. A cultura intensiva, que depende menos da fertilidade do solo do que do capital, da inteligência e da energia do trabalho, contraria a essência da escravidão. Daí a rápida transformação de estados como Maryland e Virgínia, que costumavam utilizar escravos para produzir bens de exportação, em estados que produzem escravos para depois exportá-los para as terras mais longínquas do Sul. Até mesmo na Carolina do Sul, onde os escravos representam quatro sétimos da população, o cultivo do algodão está quase completamente parado há anos por causa do esgotamento do solo. Sim, a Carolina do Sul, por força das circunstâncias, transformou-se parcialmente em um Estado fornecedor de escravos, vendendo 4 milhões de dólares por ano em escravos para os estados do extremo Sul e do Sudoeste. Quando se chega a esse ponto, a compra de novos territórios se torna necessária para que uma parte dos proprietários de escravos ocupe novas terras férteis com seus escravos, e para que um novo mercado de produção de escravos, isto é, de venda de escravos, seja formado para a parte restante. Por exemplo, não resta dúvida que, sem a incorporação de Louisiana, Missouri e Arkansas aos Estados Unidos, a escravidão na

Virgínia e em Maryland já teria se extinguido há tempos. Um dos líderes do Sul, o senador Toombs, acertou em cheio na formulação da lei econômica que dita a expansão contínua do território escravagista no Congresso Secessionista de Montgomery: “Se”, diz ele, “não houver um crescimento significativo do território escravocrata, em quinze anos os escravos terão de ser autorizados a fugir dos brancos, ou os brancos terão de fugir dos escravos”.

Como se sabe, a representação dos diferentes estados na Câmara dos Deputados depende de seu respectivo número de habitantes. Como a população dos estados livres cresce muito mais rápido que a dos estados escravagistas, o número de representantes do Norte deve ultrapassar muito rapidamente o do Sul. Assim, a sede do poder político do Sul vai ficando cada vez mais restrita ao Senado, onde cada estado, independentemente do tamanho de sua população, é representado por dois senadores. Para manter sua influência no Senado e, através dele, sua hegemonia sobre os Estados Unidos, o Sul necessitava da permanente formação de novos estados escravagistas. Mas isso somente foi possível pela conquista de terras estrangeiras, como no caso do Texas, ou pela transformação dos territórios pertencentes aos Estados Unidos primeiro em territórios escravagistas e depois em estados escravagistas, como no caso do Missouri, Arkansas etc. *John Calhoun*, venerado pelos proprietários de escravos como seu homem de Estado *par excellence*, declarou no Senado, já em 19 de fevereiro de 1847, que apenas o Senado poderia equilibrar as forças a favor do Sul, que a expansão dos territórios escravagistas era necessária para manter esse equilíbrio entre o Sul e o Norte no Senado e que as tentativas do Sul de criar novos estados à força eram, portanto, justificadas.

Enfim, a quantidade de proprietários de escravos no Sul da União não ultrapassa os 300 mil, uma pequena oligarquia que se opõe a muitos milhões de "*poor white*" [brancos pobres], cujas massas cresceram de maneira constante graças à concentração da propriedade da terra, e cuja condição só pode ser comparada à dos plebeus romanos na época da decadência total de Roma. Somente pela aquisição e pela perspectiva de aquisição de novos territórios, assim como pela flibusteria, é possível equilibrar o interesse desses "brancos pobres" com o dos proprietários de escravos, dando a estes um horizonte seguro para aplacar a sua sede insaciável de ação e domesticando aqueles com a perspectiva de um dia também se tornarem senhores de escravos.

O confinamento da escravidão dentro de seus domínios tradicionais deveria conduzir à sua extinção gradual, de acordo com a lei econômica, dizimar politicamente a hegemonia que os estados escravistas exercem por meio do Senado e, por fim, expor a oligarquia dos proprietários de escravos no interior de seus estados como um perigo ameaçador aos brancos pobres. Com o princípio de que a expansão territorial dos estados escravistas deveria ser proibida, os republicanos atacaram a raiz do domínio dos proprietários de escravos. Portanto, a vitória eleitoral dos republicanos tinha de acabar em uma guerra aberta entre o Norte e o Sul. No entanto, essa vitória só foi obtida, como já se disse, em razão da cisão no campo democrata.

A luta pelo Kansas já havia provocado um racha entre o partido da escravidão e seus aliados democratas do Norte. O mesmo embate explodiu novamente, agora de maneira mais geral, na eleição presidencial de 1860. Os democratas do Norte, com Douglas como candidato, condicionaram a introdução da escravidão nos territórios à vontade da maioria dos colonos. Os partidários da escravidão, com

Breckinridge como candidato, afirmavam que a Constituição dos Estados Unidos, como já havia declarado a Suprema Corte, estabelecia legalmente a escravidão; a escravidão já é legal em si e por si em todos os territórios e, por isso, não requer uma naturalização especial. Assim, enquanto os republicanos proibiam qualquer expansão dos territórios escravagistas, os partidários do Sul reivindicavam todos os territórios da República como domínios legais. O que haviam tentado no Kansas, por exemplo, impondo a escravidão pelo governo central contra a vontade dos colonos, agora apresentavam como lei para todos os territórios da União. Tal concessão estava além do poder dos líderes *democratas* e só facilitaria a deserção do seu exército para o campo republicano. Por outro lado, a "soberania do colono" de Douglas não contentava os partidários da escravidão. O que queriam fazer tinha de ser feito nos próximos quatro anos, sob o novo presidente, só podia ser feito com os fundos do governo central e não permitia mais demoras. Não escapou aos proprietários de escravos que uma nova potência estava se formando, o *Noroeste*, cuja população quase dobrou entre 1850 e 1860, e já era praticamente igual à população branca dos estados escravagistas – uma potência que não se inclinava por tradição, temperamento ou estilo de vida a ser arrastada de compromisso em compromisso como os velhos estados do Nordeste. A União só tinha valor para o Sul na medida em que lhe oferecia o governo federal como uma ferramenta para executar a sua política escravocrata. Senão, era melhor romper imediatamente do que assistir ao crescimento do Partido Republicano e à ascensão do Noroeste durante quatro anos, e ter de começar a disputa em condições menos favoráveis. Os partidários do escravismo partiram para a cartada final: *va baque*[20]! Quando os democratas do Norte se negaram a continuar desempenhando o papel dos "brancos

pobres” do Sul, o Sul deu a vitória a Lincoln dividindo os votos e usou essa vitória como desculpa para desembainhar a espada.

Como se pode perceber, todo o movimento residia e reside na *questão da escravidão*. Não no sentido de saber se os escravos nos estados escravistas existentes devem ser emancipados ou não, mas se os 20 milhões de homens livres do Norte deveriam continuar a se subordinar a uma oligarquia de 300 mil proprietários de escravos; se o gigantesco território da República deveria se tornar um viveiro de estados livres ou de escravidão; e, por último, se a política nacional da União deveria fazer da expansão da escravidão pelas armas no México, na América Central e na América do Sul o seu lema.

Em um próximo artigo, examinaremos a afirmação da imprensa londrina de que o Norte deve aprovar a secessão como a solução mais conveniente e a única possível para a guerra.

---

[a] Traduzido de “Der nordamerikanische Bürgerkrieg”, em *Karl Marx-Friedrich Engels Werke*, v. 15 (Berlim, Dietz Verlag, 1980), p. 329-38.

[1] Com este artigo começa a colaboração de Marx com o diário austríaco *Die Presse* [A Imprensa], que circulou de 1848 a 1896 em Viena. Fundado em julho de 1848 como um braço da burguesia liberal moderada, o diário foi temporariamente proibido após a repressão pela Revolução de 1848-1849 na Áustria, o que lhe deu reputação de oposição. No início dos anos 1860, tinha a maior circulação (30 mil assinantes) entre os jornais austríacos publicados em alemão. Sua grande popularidade nesses anos pode ser explicada por seu antibonapartismo em assuntos de política externa, mas também por sua oposição à política interna reacionária do governo austríaco. De 1856 em diante, o jornalista alemão Frieländer foi editor do *Presse*; ele já havia trabalhado no jornal *Neue Oder Zeitung*, com o qual Marx havia colaborado em 1855 como correspondente em Londres. Os editores do *Presse* tentaram várias vezes convencer Marx a colaborar com o jornal. Ele só concordou em outubro de 1861, depois que o *Presse* se manifestou contra o governo pseudoconstitucional de Schmerling na Áustria. Os editores costumavam publicar as contribuições de Marx como “do nosso correspondente em Londres” ou “Orig. Corr.”. Os artigos tratavam das questões essenciais da política externa e interna da Inglaterra, França e Estados Unidos e atualizavam os leitores alemães e austríacos sobre a situação da classe trabalhadora e dos movimentos democráticos nesses países. Muitos desses artigos se dedicaram à Guerra Civil nos Estados Unidos e ao seu impacto nos países da Europa e da América. Para um panorama sobre as questões militares, Marx costumava utilizar o material que Engels lhe fornecia. A colaboração de Marx no *Presse* durou

um pouco mais de um ano. Nesse período, 52 artigos de Marx foram publicados, dois deles em conjunto com Engels e um de autoria exclusiva de Engels. Parte significativa dos artigos e correspondências escritos por Marx para o *Presse* não chegou a ser publicada pela redação. Esse foi o principal motivo por que Marx cessou a colaboração no fim de 1862. Aparentemente a redação do artigo "A Guerra Civil Norte-Americana" começou em junho/julho de 1861, quando foi convidado por Frieländer a colaborar com o *Presse*. A parte principal do artigo "A Guerra Civil nos Estados Unidos" já estava pronta naquele momento e foi enviada à redação do jornal em outubro de 1861, junto com o primeiro artigo. (N. E. A.)

[2] "Quem se desculpa, se acusa." (N. O.)

[3] Cidade localizada hoje na Carolina do Sul, teve um papel importante na história dos Estados Unidos como uma das principais cidades do Sul. Lá fica o Forte Sumter, cujo ataque pelos confederados foi o estopim da Guerra Civil. As marcas da história permanecem até os dias atuais: a tensão racial na cidade é muito forte e presente no cotidiano, como se viu em 2015. (N. T.)

[4] Aprovada em 2 de março de 1861, a tarifa que ganhou o nome do seu proponente na Casa Legislativa em Washington visava proteger a indústria nacional e promover seu desenvolvimento e condições de concorrência no exterior. O que, na prática, favorecia a economia do Norte, mais industrializada. A tarifa foi o marco inicial de um período de protecionismo e suporte ao desenvolvimento nos Estados Unidos, sendo um dos fatores que permitiu a ascensão da colônia a grande potência mundial. (N. T.)

[5] A partir dos atos secessionistas dos estados do Sul, formou-se na cidade de Montgomery, no Alabama, um poder legislativo paralelo, no qual as questões relativas ao território secessionista eram debatidas e aprovadas, como numa constituição confederada. (N. T.)

[6] *The Times*, 27 de abril de 1861. (N. E. A.)

[7] *Capitólio:* prédio que abriga a sede do Congresso Nacional dos Estados Unidos, em Washington. (N. E. A.)

[8] O Faneuil Hall foi doado à cidade de Boston em 1742 pelo comerciante Peter Faneuil. Durante a Guerra de Independência, esse prédio foi usado para as reuniões dos patriotas americanos. (N. E. A.)

[9] Referência à Constituição de 1787, momento de fundação da pátria, capitaneado e ilustrado por figuras como George Washington e Thomas Jefferson. (N. T.)

[10] Essa percepção gradualista do fim da escravidão era compartilhada por muitos expoentes libertários, como os próprios pais da pátria, sempre baseada em um juízo moral e abstrato da repugnância do instituto da escravidão. Na prática, porém, era bem diferente, e a visão gradualista se provou equivocada. O fim dessa percepção veio com a mudança de postura de Lincoln e sua defesa intransigente e armada da emancipação escravista. (N. T.)

[11] Desde antes da fundação do Estado nacional, já havia um intenso debate sobre o abolicionismo nos Estados Unidos, permeado tanto por aspectos do racionalismo iluminista quanto por argumentos morais de grupos religiosos. Todos convergiam, no entanto, em um gradualismo ou em favor de uma abolição progressiva, que impusesse a pauta antiescravista, mas respeitasse ao mesmo tempo a demanda dos escravocratas, o que era quase

impossível. Assim, as primeiras medidas emancipadoras apareceram localmente, ao sabor da autonomia dos estados, gerando como consequência uma cisão evidente e incontornável que acabou levando à Guerra Civil. A limitação citada aqui é apenas a primeira e a oficial dos Estados Unidos enquanto nação independente. (N. T.)

[12] Não demorou para que o Compromisso do Missouri, solução de consenso encontrada em Washington para satisfazer o interesse dos escravocratas, fosse aprovado, em 1820, alargando ainda mais a área de tolerância dentro da União. (N. T.)

[13] A Lei de Kansas-Nebraska de 1854 fulminou por completo qualquer limite territorial prévio e deixou a cargo das populações locais a decisão pela escravidão ou não. Isso gerou uma série de distorções e conflitos, acirrando ainda mais o clima de tensão e fazendo surgir novos elementos políticos no embate abolicionista, como o Partido Republicano. (N. T.)

[14] O caso Dred Scott envolveu o negro escravizado Dred Scott. Junto com seu proprietário, ele se mudou para Illinois e depois para o Wisconsin, onde, conforme o Compromisso do Missouri, a escravidão era proibida. Em 1848, ele foi à Corte para exigir sua emancipação imediata. O caso se arrastou até 1857, quando a Suprema Corte dos Estados Unidos indeferiu o pedido de libertação. A decisão, que acabou legalizando a escravidão em todo o território nacional, foi alvo de fortes protestos dos abolicionistas às vésperas da Guerra Civil (1861-1865). (N. E. A.)

[15] A *Fugitive Slave Law* (Lei do Escravo Fugitivo) foi aprovada pelo Congresso dos Estados Unidos em setembro de 1850 como complemento à Lei de 1793 sobre a extradição de escravos fugitivos. De acordo com a Lei de 1850, todos os estados da União tinham competência para a captura de escravos. Uma recompensa de 10 dólares era paga por cada escravo capturado e devolvido à escravidão e apenas 5 dólares se um capturado era libertado. As autoridades e a população dos estados do Norte foram obrigadas a dar assistência aos agentes responsáveis pela captura. Uma violação da lei era punida com multa de mil dólares e seis meses de prisão. A lei aumentou o descontentamento popular e fortaleceu o movimento abolicionista. A lei era quase inexequível antes da Guerra Civil e foi finalmente revogada em 1864. (N. E. A.)

[16] Uma das reivindicações principais dos colonos livres (*Free Soilers*) – membros do partido abolicionista fundado em 1848 nos Estados Unidos – era a distribuição gratuita de terras públicas no Oeste para a colonização livre. Os colonos livres também pediam a proibição da escravidão nos novos territórios tomados do México e a proibição da venda de terras dos assentamentos a grandes proprietários e especuladores. As demandas dos colonos livres enfrentaram a resistência obstinada dos representantes dos proprietários de escravos no Congresso e no governo dos Estados Unidos. Por exemplo, a Lei de Terras (*Homestead Act*), apresentada pela primeira vez em 1854 ao Congresso e aprovada na Câmara dos Deputados, foi rejeitada no Senado. Quando o projeto de lei, que previa uma pequena quantia paga pelo cultivo das terras, foi finalmente aprovado pelas duas casas em 1860, o presidente Buchanan o vetou. (N. E. A.)

[17] A Constituição americana de 1787, que legalizava a escravidão dos negros nos estados em que ela já existia, permitiu a “importação” de negros de outras nações para esses estados a partir da sua promulgação. Só em 2 de março de 1807 o Congresso aprovou a lei que proibia a importação de escravos da África ou de qualquer país. Essa lei, que entrou em vigor

em 1º de janeiro de 1808, previa uma série de medidas contra o comércio de escravos, como o confisco de navios e sua carga, os negros transportados. No entanto, a lei era constantemente violada e o tráfico já grande de escravos cresceu, de modo que a importação de negros escravizados aumentou nos anos anteriores à Guerra Civil. (N. E. A.)

[18] A faca Bowie, de lâminas longas e cabo chato, tornou-se sinônimo de caça e defesa. Notabilizou-se nos Estados Unidos no século XIX, em razão das expedições pelos territórios nativos, e chegou ao auge na Guerra Civil. Seu nome é oriundo de um militar estadunidense, hábil com o seu manuseio e famoso por suas peripécias. (N. T.)

[19] As organizações de apoio aos colonos do Kansas foram criadas entre 1854 e 1855 em alguns estados do Norte e do Nordeste (Massachusetts, Nova York, Pensilvânia, Ohio, Illinois e outros). A primeira organização foi fundada em abril de 1854 no estado de Massachusetts. As organizações tinham como objetivo impedir a expansão da escravidão para os novos territórios dos Estados Unidos e apoiar a colonização do Kansas por pequenos agricultores livres. Elas se ocupavam do recrutamento e do apoio financeiro aos colonos, transportando ferramentas agrícolas até o Kansas, construindo casas, fornecendo alimentos, roupas, medicamentos etc. As organizações também enviaram armas ao Kansas. O movimento chegou ao auge no verão de 1856, quando os conflitos armados no Kansas se intensificaram. Em julho de 1856, o Congresso de Buffalo criou o Comitê Nacional de Ajuda ao Kansas. As tentativas de promover um plano unificado de apoio ao Kansas fracassaram, em razão da composição diversificada dos membros do movimento. A atuação das organizações teve grande influência sobre a opinião pública do país e ajudou a consolidar as forças que vieram a formar o Partido Republicano. Após o fim da Guerra Civil, as organizações se ocuparam da colonização nos estados do Oregon e da Flórida. Elas existiram até 1897. (N. E. A.)

[20] Expressão utilizada no jogo de faro, análoga ao termo “truco” no jogo popular do Brasil. (N. T.)

5. Karl Marx
A crise na Inglaterra[a]

[Die Presse, n. 305, 6 novembro de 1861]
Londres, 1º de novembro de 1861

A Inglaterra encontra-se hoje, como há quinze anos, perante uma catástrofe que ameaça atacar pela raiz todo o seu sistema econômico. A *batata* ficou conhecida como o alimento exclusivo da Irlanda e de uma parte significativa dos trabalhadores ingleses quando a doença da batata apodreceu as raízes do modo de vida irlandês em 1845 e 1846. Os resultados dessa grande catástrofe são conhecidos. A população irlandesa encolheu 2 milhões, dos quais parte morreu de fome e parte fugiu atravessando o oceano Atlântico[1]. Ao mesmo tempo, essa terrível tragédia levou os ingleses partidários do livre-comércio à vitória; a aristocracia agrária inglesa foi obrigada a sacrificar um de seus monopólios mais rentáveis, e a revogação das Leis dos Cereais[2] garantiu uma base alimentar mais variada e mais saudável para a reprodução e sobrevivência de milhões de trabalhadores.

O que a *batata* era para a agricultura irlandesa, o *algodão* é para a indústria britânica. Do processamento desse bem depende a subsistência de uma população maior do que toda a população da Escócia e maior do que dois terços da população atual da Irlanda.

De acordo com o censo de 1861, a população da Escócia era de 3.061.117 habitantes e a da Irlanda perfazia 5.764.543 habitantes, enquanto mais de 4 milhões vivem direta ou indiretamente da indústria do algodão na Inglaterra e na Escócia. Só que desta vez não é o algodoeiro que está doente. Tampouco a sua produção é exclusividade de alguma região do mundo. Ao contrário, não há planta que sirva de matéria-prima para o vestuário que germine em tão variadas extensões de terra na América, Ásia e África, como o algodão. O monopólio algodoeiro dos estados escravistas da União Americana não é oriundo da Natureza, mas, sim, da História. Cresceu e desenvolveu-se ao mesmo tempo que o monopólio da indústria algodoeira inglesa no mercado mundial. Em 1793, pouco depois das grandes invenções mecânicas na Inglaterra, um *quaker* de Connecticut, Ely Whitney, criou o *cotton gin*, uma máquina de descaroçar algodão que separa a fibra do algodão das sementes. Antes dessa invenção, o trabalho diário mais extenuante de um negro não era suficiente para separar uma libra de fibra das sementes. Depois da invenção do *cotton gin*, mesmo uma velha negra podia entregar tranquilamente 50 libras de fibras de algodão por dia, e mais tarde melhorias gradativas dobraram a eficiência da máquina. Com isso, os grilhões da cultura do algodão nos Estados Unidos se quebraram. A cultura do algodão cresceu vertiginosamente, de mãos dadas com a indústria algodoeira britânica, até se converter em uma grande potência comercial. No decorrer desse desenvolvimento, a Inglaterra pareceu se assustar algumas vezes com o monopólio americano do algodão, como se fosse um espectro ameaçador. Uma dessas vezes foi, por exemplo, quando a emancipação dos negros nas colônias inglesas foi comprada por 20 milhões de libras esterlinas. Era preocupante que a indústria em Lancashire e Yorkshire se baseasse na soberania do chicote na Geórgia e no

Alabama, enquanto o povo inglês fazia tantos sacrifícios para abolir a escravidão em suas próprias colônias. A filantropia por si só não faz história, muito menos a história do comércio. Surgiam preocupações semelhantes sempre que havia uma colheita ruim nos Estados Unidos e esse evento natural era explorado pelos proprietários de escravos para aumentar artificialmente os preços do algodão. Nessas ocasiões, os fiandeiros e os tecelões ingleses ameaçavam se rebelar contra o “rei do algodão”. Vários projetos relacionados às fontes de algodão na Ásia e na África vieram à luz. Por exemplo, em 1850. No entanto, a boa colheita subsequente nos Estados Unidos fulminou esses desejos de emancipação. Sim, o monopólio algodoeiro americano alcançou nos últimos anos um grau nunca antes imaginado, em parte em consequência da legislação de livre-comércio que aboliu a tarifa diferenciada do algodão feito por escravos, em parte graças aos grandes avanços na indústria inglesa e no cultivo do algodão americano durante a última década. Em 1857, o consumo de algodão na Inglaterra já era de quase 1,5 bilhão de libras esterlinas.

Agora, como que repentinamente, a Guerra Civil Americana ameaça esse grande sustentáculo da indústria inglesa. Enquanto a União bloqueia os portos dos estados do Sul para cortar a principal fonte de renda dos secessionistas, impedindo a exportação da safra de algodão deste ano, a Confederação dá a esse bloqueio uma força efetiva, decidindo não exportar nem um fardo sequer de algodão e forçando a Inglaterra a vir buscar ela mesma o algodão nos portos do Sul. A Inglaterra deve ser levada a romper o bloqueio pela força e declarar guerra à União, lançando a sua espada sobre a balança a favor dos estados escravagistas.

Desde o início da Guerra Civil Americana, o preço do algodão aumentou constantemente na Inglaterra, ainda que por um bom

tempo em menor proporção do que se esperava. Em geral, os empresários ingleses parecem encarar a crise americana com grande fleuma. O motivo por trás de todo esse sangue frio é indisfarçável. Toda a última colheita americana já havia chegado na Europa. O produto de uma nova colheita nunca é despachado antes do fim de novembro, e é raro que a remessa alcance um volume significativo antes do fim de dezembro. Até lá, não faz diferença se os fardos de algodão são mantidos nas plantações ou se estão armazenados nos portos do Sul. Se o bloqueio cessasse em qualquer momento antes do fim do ano, a Inglaterra podia contar que em março ou abril receberia o seu carregamento habitual de algodão, como se o bloqueio nunca tivesse existido. Os empresários ingleses, em grande parte mal informados pela imprensa inglesa, iludiam-se com a ideia de que um espetáculo bélico de seis meses terminaria com o reconhecimento da Confederação por parte dos Estados Unidos. No fim de agosto, os norte-americanos apareceram no mercado de Liverpool para comprar algodão, em parte para especular na Europa, em parte para levar de volta para a América do Norte. Esse acontecimento inimaginável abriu os olhos dos ingleses. Eles começaram a entender a gravidade da situação. Desde então, o mercado de algodão de Liverpool encontra-se em um estado de agitação febril; o preço do algodão subiu quase 100% acima da média, e a especulação com o algodão assumiu a mesma fisionomia selvagem que caracterizou a especulação ferroviária em 1845. As fiações e as tecelagens de Lancashire e outros setores da indústria algodoeira britânica restringiram a jornada de trabalho a três dias por semana, algumas pararam completamente as máquinas, as repercussões desastrosas em outros setores da indústria continuaram e, neste momento, toda a Inglaterra treme ante a aproximação da maior catástrofe econômica que já a ameaçou.

O consumo do algodão *indiano* está crescendo, evidentemente, e o aumento dos preços assegurará um abastecimento ainda mais acelerado vindo da antiga pátria do algodão. No entanto, continua impossível reverter as condições de produção e a dinâmica do comércio, por assim dizer, com um aviso prévio de alguns meses. Na verdade, a Inglaterra está pagando por sua longa e péssima administração na Índia. Suas tentativas desesperadas de substituir o algodão americano pelo algodão indiano esbarram em dois grandes obstáculos: a falta de meios de comunicação e transporte na Índia, e a condição precária do agricultor indiano, que o impede de aproveitar as circunstâncias atualmente vantajosas. Mas apesar disso, e apesar do processo de enobrecimento pelo qual o algodão indiano teria de passar para poder substituir o americano, mesmo nas circunstâncias mais favoráveis, levaria *anos* até que a Índia pudesse produzir a quantidade de algodão necessária para a exportação. Entretanto, *em quatro meses*, isso é estatisticamente certo, o estoque de algodão em Liverpool se esgotará. Durará um pouco mais somente se a limitação da jornada de trabalho a três dias por semana e se a parada total de parte das máquinas forem levadas a cabo em uma medida ainda maior do que foi feito até agora por parte dos fiadores e tecelões britânicos. Tal medida já está levando os distritos industriais à mais completa calamidade social. E se o bloqueio americano continuar depois de janeiro? O que será da Inglaterra?

---

[a] Traduzido de “Die Krise in England”, em *Karl Marx-Friedrich Engels Werke*, v. 15 (Berlim, Dietz Verlag, 1980), p. 348-51.

[1] Esse evento catastrófico é conhecido como a Grande Fome, e ocorreu aproximadamente de 1845 a 1849, mas reverberou muito além. Foi causado por uma bactéria que infestou a Europa na década de 1840, mas atingiu especialmente a Irlanda. Foi um período de fome, doenças e emigração em massa, sobretudo para os Estados Unidos. A população local se reduziu drasticamente. (N. T.)

[2] As Leis dos Cereais (*Corn Laws*) foram aprovadas em 1815 e vigeram até 1846, restringindo a importação de trigo estrangeiro e favorecendo os grandes latifundiários e produtores da Inglaterra. (N. T.)

6. Karl Marx
O *Times* londrino sobre os príncipes Orléans na América[a]

[New York Daily Tribune, n. 6.426, 7 de novembro de 1861]
Londres, 12 de outubro de 1861

Por ocasião da visita do rei da Prússia[1] a Compiègne[2], o *Times* londrino publicou alguns artigos ácidos que muito ofenderam o outro lado do Canal[3]. O *Pays, Journal de l'Empire*, por sua vez, caracterizou os editorialistas do *Times* como pessoas cujas cabeças foram envenenadas por gim e cujas canetas foram mergulhadas na lama[4]. Essa troca ocasional de invectivas tem apenas a intenção de ludibriar a opinião pública acerca das relações íntimas entre a Printing-House Square e as Tulherias[5]. Fora das fronteiras francesas, não existe bajulador maior do Homem de Dezembro[6] do que o *Times* londrino, e seus serviços são tanto mais inestimáveis quanto mais assume aqui e ali o tom e os ares de um censor Catão diante de César. Por meses, o *Times* cobriu a Prússia de insultos. Aproveitando o miserável caso Macdonald[7], disse à Prússia que a Inglaterra ficaria feliz se as províncias renanas passassem do bárbaro controle dos Hohenzollern para o despotismo esclarecido de

um Bonaparte[8]. O jornal irritou não apenas a dinastia prussiana, como também o povo prussiano. Minimizou a ideia de uma aliança anglo-prussiana no caso de um conflito prussiano com a França. Tensionou todos os seus poderes para convencer a Prússia de que ela não podia esperar nada da Inglaterra, e que o melhor que poderia fazer era chegar a um entendimento com a França[9]. Quando finalmente o fraco e hesitante monarca da Prússia decidiu a visita a Compiègne, o *Times* poderia orgulhosamente ter exclamado: "*quórum magna pars fui*"[10]; mas era hora de obliterar da memória dos britânicos o fato de que o *Times* fora o guia do monarca prussiano. Daí o rugido dos rompantes teatrais. Daí os contrarrugidos do *Pays, Journal de l'Empire*.

O *Times* recobrou a posição de antagonista mortal do bonapartismo e, portanto, o poder de auxiliar o Homem de Dezembro. A oportunidade não demorou a surgir. Luís Bonaparte é obviamente muito sensível quando o assunto é um rival de renome à coroa francesa. Ele ridicularizou a si mesmo no caso do panfleto[11] do duque d'Aumale contra Plon Plon[12] e, agindo como agiu, fez mais pela causa orleanista do que todos os partidários orleanistas juntos. Novamente, nos últimos dias, o povo francês foi chamado a traçar um paralelo entre Plon Plon e os príncipes Orléans[13]. Quando Plon Plon partiu para a América, circularam caricaturas no Faubourg St. Antoine que o representavam como um homem gordo à procura de uma coroa, mas professavam-no ao mesmo tempo como o mais inofensivo viajante, com uma aversão peculiar ao cheiro de pólvora. Enquanto Plon Plon retorna à França sem tantos louros quanto os que ele obteve na Crimeia e na Itália, os príncipes de Orléans cruzam o Atlântico para servir nas fileiras do Exército nacional. Daí a grande agitação do lado bonapartista. Não seria de bom-tom dar vazão à ira bonapartista na imprensa venal de Paris. Os temores

imperialistas seriam revelados, o escândalo do panfleto voltaria à tona e haveria comparações odiosas entre os príncipes exilados que lutavam sob a bandeira republicana contra os que escravizavam milhões de trabalhadores e o outro príncipe exilado que prestara juramento como um policial inglês para partilhar a glória de reprimir o movimento dos trabalhadores ingleses[14].

Quem iria tirar o Homem de Dezembro desse dilema? Quem senão o *Times* londrino? Se o mesmo *Times* – que em 6, 7, 8 e 9 de outubro de 1861 despertara a fúria do *Pays, Journal de l'Empire*, com suas cínicas críticas à visita a Compiègne –, se esse mesmo jornal saísse no dia 12 de outubro com um ataque implacável aos príncipes de Orléans por conta de seu alistamento nas fileiras do Exército dos Estados Unidos[15], Luís Bonaparte não provaria seu ponto contra os príncipes de Orléans? O artigo do *Times* não seria traduzido para o francês, comentado pelos jornais de Paris, enviado pelo *préfet de police* [chefe de polícia] a todos os jornais de todos os departamentos e circulado em toda a França, como a sentença imparcial do *Times* londrino, o inimigo pessoal de Luís Bonaparte, sobre os últimos feitos dos príncipes de Orléans? Consequentemente, o *Times* de hoje saiu com um ataque dos mais caluniosos a esses príncipes.

Luís Bonaparte, naturalmente, tem muito de um homem de negócios para compartilhar da cegueira judicial dos mercadores oficiais da opinião pública no caso da guerra americana. Ele sabe que o povo da Inglaterra, da França, da Alemanha, da Europa, considera a causa dos Estados Unidos a sua própria causa, a causa da liberdade, e, apesar de toda a sofística paga, eles consideram o solo dos Estados Unidos o solo livre de milhões de europeus sem terra, a terra prometida, que deve ser defendida, com a espada em mãos, das garras sórdidas dos proprietários de escravos. Luís

Bonaparte sabe, ademais, que na França as massas associam a luta pela manutenção da União à luta de seus ancestrais pela independência americana e, com eles, cada francês empunhando sua espada pelo governo nacional parece realizar o legado de La Fayette[16]. Bonaparte sabe, portanto, que se alguma coisa pode fazer os príncipes de Orléans cair nas boas graças do povo francês, é o alistamento nas fileiras do Exército dos Estados Unidos. Ele estremece diante da ideia e, consequentemente, o *Times* londrino, seu censório bajulador, diz hoje que os príncipes de Orléans "não terão nenhum ganho de popularidade com a nação francesa rebaixando-se a servir nesse *ignóbil campo de ação*". Luís Napoleão sabe que todas as guerras travadas na Europa entre nações hostis desde seu *coup d'état* [golpe de Estado] foram guerras simuladas, infundadas, arbitrárias e realizadas sob falsos pretextos. A guerra russa, a guerra italiana, para não falar das expedições piratas contra a China, a Cochinchina e assim por diante, nunca tiveram a simpatia do povo francês, instintivamente consciente de que ambas as guerras foram realizadas apenas com o objetivo de fortalecer as cadeias forjadas pelo *coup d'état*. A primeira grande guerra da história contemporânea é a guerra americana.

Os povos da Europa sabem que a escravocracia sulista iniciou essa guerra com a declaração de que a continuidade da escravocracia não era mais compatível com a continuidade da União. Consequentemente, os povos da Europa sabem que uma luta pela continuidade da União é uma luta contra a continuidade da escravocracia – que nessa disputa a mais alta forma de autogoverno popular até hoje realizada combate a mais perversa e mais despudorada forma de escravização do homem registrada nos anais da história.

Luís Bonaparte, naturalmente, lamenta profundamente que os príncipes de Orléans embarquem logo nessa guerra, tão distinta, pela vastidão de suas dimensões e grandeza de seus fins, das guerras infundadas, arbitrárias e diminutas pelas quais a Europa passou desde 1849. Consequentemente, o *Times* de Londres tem de declarar: "Fechar os olhos para a diferença entre uma guerra de nações hostis e o mais infundado e arbitrário conflito civil relatado pela história é uma forma de ofensa à moral pública"[17].

O *Times*, naturalmente, está fadado a encerrar seu ataque aos príncipes de Orléans por "servir nesse *ignóbil campo de ação*". Com grande reverência ao vencedor de Sebastopol e Solferino, o *Times* londrino diz que "é insensato arriscar uma comparação entre ações como as de Springfield e Manassas[18] e as façanhas de Sebastopol e Solferino".

A próxima correspondência confirmará o uso premeditado do *Times* pelos órgãos imperialistas. Diz o ditado que um amigo na hora da necessidade vale mil na hora da prosperidade, e o aliado secreto do *Times* londrino está neste momento em dificuldades.

Uma escassez de algodão seguida de uma escassez de grãos; uma crise comercial associada a problemas agrícolas, e ambas somadas a uma redução das receitas aduaneiras e dificuldades financeiras que levam o Banco da França a ajustar a taxa de desconto a 6% e negociar com os Rothschilds e os Barings empréstimos de 2 milhões de libras no mercado londrino, penhorar ações do governo francês no exterior e, com tudo isso, apresentar uma reserva de apenas 12 milhões contra obrigações que chegam a mais de 40 milhões. Tal estado dos negócios econômicos prepara o terreno para que os pretendentes rivais dobrem as apostas. Já houve revoltas por pão no Faubourg St. Antoine e, de todos os momentos, esse é o mais inapropriado para permitir que os príncipes

de Orléans ganhem popularidade. Daí o furioso avanço do *Times* londrino.

---

[a] Traduzido de “The London *Times* on the Orleans Princes in America”, em *Marx & Engels Collected Works*, v. 19 (Londres, Lawrence & Wishart, 2010), p. 27-31.

[1] Guilherme I. (N. O.)

[2] O rei Guilherme I da Prússia foi o convidado de Napoleão III em Compiègne (França) de 6 a 8 de outubro de 1861. (N E. I.)

[3] Marx se refere aos seguintes editoriais: “The popularity of a Government...”, *The Times*, n. 24.057, 7 de outubro de 1861; “The King of Prussia Is Welcomed to Compiègne...”, *The Times*, n. 24.058, 8 de outubro de 1861; “It Is, Perhaps, a Mistake to Attribute...”, *The Times*, n. 24.059, 9 de outubro de 1861. (N. O.)

[4] “Paris, Thursday, Oct. 10, 7 A. M.”, *The Times*, n. 24.061, 11 de outubro de 1861. (N. O.)

[5] No período em questão, a redação do *Times* era na Printing-House Square, em Londres. O palácio das Tulherias, em Paris, era a residência do monarca francês. No linguajar político, Tulherias se referia ao governo francês. (N. E. I.)

[6] Napoleão III. (N. O.)

[7] Em setembro de 1860, durante uma viagem à Alemanha, o capitão Macdonald, do Exército britânico, ficou seis dias detido em Bonn e foi multado por insubordinação às autoridades locais. (N. E. I.)

[8] “We Trust We Have Now Heard...”, *The Times*, n. 23.928, 9 de maio de 1861, editorial. (N. O.)

[9] “The Tone in which the Outrage on Captain Macdonald...”, *The Times*, n. 23.926, 7 de maio de 1861, editorial; “We Trust We Have Now Heard...”, cit. (N. O.)

[10] “Em que tomei grande parte” (Virgílio, *Eneida*, II, 6). (N. O.)

[11] Referência ao panfleto de Henrique de Orléans (duque de Aumale) *Lettre sur l’histoire de France*, escrito em resposta ao discurso do príncipe Napoleão ao Senado francês na primavera de 1861. Sob ordens de Napoleão III, o panfleto foi confiscado e o editor multado e preso. (N. E. I.)

[12] José Carlos Paulo Bonaparte, príncipe Napoleão. (N. O.)

[13] Francisco Ferdinando Filipe Luís Maria de Orléans, príncipe de Joinville; Roberto Filipe Luís Eugênio Ferdinando de Orléans, duque de Chartres; Luís Filipe Alberto de Orléans, conde de Paris. (N. O.)

[14] Uma alusão a Napoleão III que em 1848, exilado na Grã-Bretanha, se voluntariou na Special Constabulary (reserva da polícia formada por civis), a qual ajudou a dispersar um ato organizado por trabalhadores cartistas em 10 de abril de 1848. (N. E. I.)

[15] "Perhaps There Is no Position which an Erring Mortal...", *The Times*, n. 24.062, 12 de outubro de 1861, editorial. (N. O.)

[16] Durante a Guerra de Independência dos Estados Unidos (1775-1783), a França, tentando enfraquecer a Grã-Bretanha, ajudou as colônias americanas insurgentes com dinheiro e armas. A luta pela libertação americana foi seguida com especial simpatia na França pelas frações liberais e democráticas. O marquês de La Fayette se destacou entre os voluntários franceses que lutaram do lado americano. Ele também atuou nas revoluções francesas de 1789 e 1830. (N. E. I.)

[17] "Perhaps There Is no Position...", cit. (N. O.)

[18] Em 21 de julho de 1861, o Exército da União foi derrotado pelas forças confederadas no rio Bull Run, perto de Manassas, Virgínia, na primeira grande batalha da Guerra Civil dos Estados Unidos. Em 10 de agosto de 1861, o Exército da União, derrotado em Wilson's Creek, foi forçado a abandonar a cidade de Springfield, Missouri. (N. E. I.)

7. Karl Marx
A Guerra Civil nos Estados Unidos[a]

[Die Presse, n. 306, 7 de novembro de 1861]
Fins de outubro de 1861

"Deixe-o ir, ele não é digno da sua raiva!" Esse conselho de Leporello à amante abandonada de Don Juan é o que a sabedoria política inglesa – mais recentemente pela boca de lorde John Russell – repete ao Norte dos Estados Unidos. Se o Norte permitir que o Sul siga o seu caminho, ele se libertará de toda relação com a escravidão, do seu pecado original histórico, e pavimentará as bases para um novo e superior desenvolvimento.

Em verdade, se o Norte e o Sul formassem dois países independentes, como a Inglaterra e Hanôver, essa separação não seria mais difícil do que foi a separação entre Inglaterra e Hanôver[1]. No entanto, "o Sul" não é nem uma área geograficamente apartada do Norte nem uma unidade moral. Não é de maneira alguma uma nação, mas, sim, uma palavra de ordem.

O conselho de um divórcio amigável pressupõe que a Confederação do Sul, apesar de ter tomado a ofensiva, conduz suas ações com objetivos meramente defensivos. Acredita-se que, para os partidários da escravidão, trata-se apenas de unir as regiões sob o seu domínio anterior em um grupo de estados independentes e

tirá-los do domínio da União. Nada poderia estar mais errado. “*O Sul precisa de todo o seu território*. Ele o quer e ele o terá.” Com esse grito de guerra, os secessionistas atacaram o Kentucky. Por “todo o seu território” eles entendem, em primeiro lugar, todos os *border states* [estados fronteiriços]: Delaware, Maryland, Virgínia, Carolina do Norte, Kentucky, Tennessee, Missouri e Arkansas. Também reivindicam todo o território ao sul da linha que vai da ponta noroeste do Missouri até o oceano Pacífico. O que os proprietários de escravos chamam de “Sul” abrange mais do que três quartos do antigo território da União. Grande parte da área reivindicada pertence ainda à União e primeiro deve ser tomada. No entanto, todos os estados conhecidos como estados fronteiriços, inclusive aqueles que pertencem à Confederação, nunca foram *de fato* estados escravagistas. Ao contrário, eles compõem uma região dos Estados Unidos onde o sistema escravocrata e o sistema do trabalho livre coexistem e disputam a supremacia, o verdadeiro campo de batalha entre o Sul e o Norte, entre a escravidão e a liberdade. Portanto, a guerra da Confederação sulista não é uma guerra defensiva, mas, sim, uma guerra de conquista para expandir e perpetuar a escravidão.

A cadeia montanhosa que começa no Alabama e se estende ao norte até o rio Hudson – de certa forma a coluna vertebral dos Estados Unidos – corta o chamado Sul em três partes. A região montanhosa, formada pelos montes Allegheny, com suas duas cadeias paralelas, as montanhas Cumberland a oeste e as montanhas Blue Ridge a leste, separa as planícies da costa oeste das planícies dos vales ao sul do Mississippi. As duas planícies separadas pela região montanhosa, com seus imensos campos de arroz e extensas plantações de algodão, são a verdadeira região da escravidão. A longa cunha de montanhas que avança para o coração

da escravidão, sob uma atmosfera livre, um clima fresco e um solo rico em carvão, sal, calcário, minério de ferro, ouro e, enfim, as mais variadas matérias-primas necessárias para um desenvolvimento industrial variado, está localizada principalmente em terras livres. Por sua composição física, o solo aqui só pode ser cultivado com sucesso em pequenos lotes. O sistema escravagista vegeta muito esporadicamente e nunca criou raízes. Na maioria dos chamados estados fronteiriços, os habitantes das terras altas constituem o núcleo da população livre e tomam o partido do Norte por uma questão de autopreservação.

Consideremos as regiões em disputa em suas particularidades.

Delaware, o mais a nordeste dos estados fronteiriços, pertence de fato e moralmente à União. Desde o início da guerra, todas as tentativas dos secessionistas de formar ali nem que seja uma facção que lhe fosse favorável fracassaram por unanimidade da população. O elemento escravocrata desse estado está há tempos em extinção. Somente de 1850 a 1860, a quantidade de escravos caiu pela metade, a ponto de Delaware ter apenas 1.798 escravos para uma população total de 112.218 pessoas. Ainda assim, Delaware é reivindicado pela Confederação sulista e, de fato, ele seria militarmente insustentável para o Norte, caso o Sul tomasse o estado de Maryland.

Em *Maryland* também há o conflito já mencionado entre as terras altas e as terras baixas. De uma população total de 687.034 pessoas, 87.188 são escravas. As últimas eleições gerais para o Congresso em Washington mostraram mais uma vez que a esmagadora maioria da população está do lado da União. O exército de 30 mil soldados da União que atualmente ocupa Maryland deve servir não apenas de reserva para o Exército do Potomac, mas também para manter sob controle os proprietários de escravos no

interior do estado. Aqui vemos um fenômeno semelhante ao de outros estados fronteiriços, onde a grande massa popular apoia o Norte e um número insignificante de escravagistas apoia o Sul. O que lhes falta em números, o partido escravagista compensa com os instrumentos de poder que lhe são assegurados pelos cargos públicos ocupados anos a fio, pela vocação hereditária à intriga política e pela concentração de grandes fortunas nas mãos de poucos.

A *Virgínia* é hoje o grande campo de batalha onde o exército principal da Secessão e o exército principal da União se enfrentam. Nas terras altas no noroeste da Virgínia, a massa de escravos chega a 15 mil, enquanto a população livre, que é vinte vezes maior, consiste em sua maioria de agricultores independentes. As planícies orientais da Virgínia, por outro lado, têm quase meio milhão de escravos; a criação e a venda de negros para os estados do Sul são a sua principal fonte de renda. Assim que os chefes locais das terras baixas, valendo-se de intrigas, impuseram sua vontade na sessão que aprovou a ordenança de secessão na Assembleia Legislativa em Richmond, abrindo às pressas os portões da Virgínia ao exército do Sul, o Noroeste da Virgínia abandonou a Secessão, formou um novo estado e agora defende, sob a bandeira da União e com armas na mão, seu território contra os invasores do Sul.

O *Tennessee*, com seus 1.109.847 habitantes, dos quais 275.784 escravos, está nas mãos da Confederação sulista, que decretou lei marcial em todo o estado e estabeleceu um sistema de proscrição que lembra os tempos do triunvirato romano. Quando os proprietários de escravos propuseram no inverno de 1861 uma assembleia geral popular para votar a secessão ou a não secessão, a maioria do povo se negou a participar de qualquer convenção para limar qualquer pretexto ao movimento. Mais tarde, quando o

Tennessee já havia sido militarmente dominado pela Confederação e estava sob um sistema de terror, mais de um terço dos eleitores ainda se declararam a favor da União nas eleições. Como na maioria dos estados fronteiriços, o verdadeiro centro de resistência contra o partido escravagista é a região montanhosa do leste do Tennessee. Em 17 de junho de 1861, uma assembleia geral popular do Tennessee Oriental reuniu-se em Greenville, declarou-se a favor da União, enviou para o Senado em Washington o ex-governador do estado, Andrew Johnson, um dos mais fervorosos unionistas, e publicou uma "*declaration of grievances*" [declaração de queixas], um documento com queixas e denúncias de todos os instrumentos de fraude, intriga e terror que retiraram o Tennessee da União pelo "voto". Desde então, o Tennessee Oriental é mantido sob controle pela força das armas secessionistas.

Situações semelhantes às da Virgínia Ocidental e do Tennessee Oriental são encontradas no norte do Alabama, no noroeste da Geórgia e no norte da Carolina do Norte.

Mais a oeste, no estado fronteiriço do *Missouri*, com 1.173.317 habitantes e 114.965 escravos – concentrados sobretudo na região noroeste do estado –, a assembleia popular de agosto de 1861 decidiu a favor da União. Jackson, governador do estado e instrumento do partido escravagista, rebelou-se contra a Assembleia do Missouri, foi banido e agora lidera as hordas armadas que invadiram o Arkansas e o Tennessee a partir do Texas para colocá-los de joelhos perante a Confederação e rasgar seu vínculo com a União pela espada. O Missouri, neste instante, ao lado da Virgínia, é o principal teatro da guerra civil.

O *Novo México*, que não é um estado, mas um mero território para o qual sob o governo de Buchanan foram importados 25 escravos para que fosse enviada de Washington uma proposta de

constituição escravocrata, não desejava isso, como o próprio Sul teve de admitir. Mas o Sul cobiça o Novo México e, por isso, mandou para lá um grupo de bandoleiros armados a partir da fronteira com o Texas. Contra esses "libertadores", o Novo México implora pela proteção da União.

Note-se que demos ênfase particular à proporção de escravos em relação à população livre em cada estado fronteiriço. Essa relação é, de fato, crucial. É o termômetro pelo qual se pode aferir a temperatura do sistema escravagista. A alma de todo o movimento secessionista é a Carolina do Sul. São 402.541 escravos para 301.271 pessoas livres. Em segundo lugar vem o Mississippi, o estado que deu à Confederação do Sul o seu ditador, Jefferson Davis. Lá são 436.696 escravos para 354.699 pessoas livres. Em terceiro lugar vem o Alabama, com 435.132 escravos para 529.164 pessoas livres.

O último dos estados fronteiriços em guerra, que ainda não mencionamos, é o *Kentucky*. Sua história recente é particularmente característica da política da Confederação sulista. Kentucky tem 225.490 escravos dentro de uma população de 1.135.713. Em três eleições gerais consecutivas – no inverno de 1861, quando foi eleita a assembleia dos estados fronteiriços; em junho de 1861, quando houve a eleição para o Congresso em Washington; e, finalmente, em agosto de 1861, nas eleições para a Assembleia de Kentucky – uma maioria crescente votou a favor da União. Na contramão, Magoffin, governador do Kentucky, e todos os dignitários do estado são partidários fanáticos do partido escravocrata, assim como Breckinridge, representante do Kentucky no Senado em Washington, vice-presidente dos Estados Unidos no governo de Buchanan e candidato do partido escravocrata na eleição presidencial de 1860. Muito fraca para atrair o Kentucky para a Secessão, a influência do

partido escravagista foi forte o suficiente para fazer o estado declarar-se neutro quando a guerra estourou. A Confederação reconheceu essa neutralidade enquanto lhe foi conveniente, enquanto esteve ocupada esmagando a resistência no Tennessee Oriental. Assim que atingiu esse objetivo, bateu à porta do Kentucky com a coronha da espingarda, gritando: "*O Sul necessita de todo seu território*. Ele o quer e ele o terá".

Do sudoeste e do sudeste, tropas de mercenários invadem simultaneamente o estado "neutro". Kentucky acordou do sonho da neutralidade: sua Assembleia se declarou abertamente a favor da União, cercou o governador traidor com um comitê de segurança pública, chamou o povo às armas, destituiu Breckinridge e ordenou aos secessionistas que deixassem imediatamente a região invadida. Foi o estopim da guerra. Um destacamento do exército da Confederação do Sul se dirige a Louisville, enquanto voluntários de Illinois, Indiana e Ohio se reúnem para salvar o Kentucky dos missionários armados da escravidão.

As tentativas da Confederação de incorporar, por exemplo, o Missouri e o Kentucky contra a vontade deles comprovam a falácia do pretexto de que ela luta pelos direitos de cada estado contra os arbítrios da União. Ela reconhece aos estados que qualifica de "Sul" o direito de se separar da União, mas não o direito de permanecer nela.

Mesmo os verdadeiros estados escravagistas, por mais que a guerra externa, a ditadura militar interna e a escravidão disseminada lhes deem uma aparência de harmonia neste momento, não são imunes aos focos de resistência. Um exemplo ilustrativo é o Texas, com 180.388 escravos para uma população de 601.039 habitantes. A lei de 1845, pela qual o Texas se juntou aos Estados Unidos enquanto estado escravagista, autorizou-o a formar não um, mas

cinco novos estados em seu território. Assim, o Sul ganharia dez, e não duas novas cadeiras no Senado, e aumentar o número de votos no Senado era um dos objetivos prioritários da política sulista na época. Todavia, de 1845 a 1860 os proprietários de escravos entenderam que era impraticável recortar o Texas, onde a população alemã tinha um papel importante[2], mesmo que fosse apenas em dois, sem dar vantagem ao partido do trabalho livre sobre o partido da escravidão no segundo estado. A melhor prova de quão vigorosa é a oposição à oligarquia escravagista dentro do próprio Texas.

A *Geórgia* é o maior e mais populoso dos estados escravagistas. Para um total de 1.057.327 habitantes, há 462.230 escravos, ou seja, quase metade da população. Apesar disso, até agora o partido escravagista não conseguiu aprovar por referendo geral popular a Constituição outorgada pelo Sul em Montgomery.

Na Assembleia Legislativa da Louisiana, que se reuniu em 21 de março de 1861 em New Orleans, Roselius, um veterano da política do estado, declarou:

> A Constituição de Montgomery não é uma constituição, mas uma conspiração. Ela não institui um governo popular, mas uma *oligarquia raivosa e sem limites*. Ao povo não foi autorizado opinar sobre o seu conteúdo. A Convenção de Montgomery cavou o túmulo da liberdade política e, agora, estamos sendo convocados para participar de seu funeral.

A oligarquia de 300 mil proprietários de escravos não se aproveitou do Congresso de Montgomery apenas para declarar a separação do Sul. Ela se valeu dele também para revolucionar a constituição interna dos estados escravagistas, para subjugar completamente aquela parcela da população branca que ainda conservava certa independência sob a proteção e a constituição democrática da União. De 1856 a 1860, porta-vozes políticos, juristas, moralistas e teólogos do partido escravagista tentaram não

apenas provar que a escravidão dos negros era justificada, como ainda foram além, alegando que a cor era indiferente e a classe trabalhadora, em toda a parte do mundo, fora criada para a escravidão.

Percebe-se, portanto, que a guerra da Confederação é, no verdadeiro sentido da palavra, uma guerra de conquista para disseminar e perpetuar a escravidão. A maioria dos estados fronteiriços e dos territórios pertence ainda à União, da qual eles tomaram partido primeiro pelas urnas e agora pelas armas. A Confederação os considera do “Sul” e tenta tomá-los da União. Nos estados fronteiriços temporariamente ocupados, a Confederação mantém sob controle a região montanhosa relativamente livre por meio de lei marcial. Mesmo nos verdadeiros estados escravagistas, ela suplanta a democracia pela oligarquia insaciável dos 300 mil proprietários de escravos.

Se abdicasse de seus planos de conquista, a Confederação sulista renunciaria à sua viabilidade e ao objetivo da Secessão. A Secessão somente ocorreu porque, sob a União, transformar os estados fronteiriços e os territórios em estados escravagistas não parecia mais ser realizável. Por outro lado, se o Norte cedesse pacificamente as regiões reivindicadas pela Confederação sulista, ele deixaria mais de três quartos da área total dos Estados Unidos para a república escravagista. O Norte perderia todo o Golfo do México, o oceano Atlântico, com exceção da estreita faixa da baía de Penobscot até a baía de Delaware, e se desconectaria do oceano Pacífico. Ao Missouri, Kansas, Novo México, Arkansas e Texas seguiu a Califórnia[3]. Os grandes estados agrícolas da bacia formada pelas montanhas Rochosas e pelos montes Allegheny, dos vales do Mississippi, Missouri e Ohio, incapazes de arrancar a foz do Mississipi das mãos da poderosa e hostil república escravagista do

Sul, seriam obrigados, por interesse econômico, a se separar do Norte e se juntar à Confederação do Sul. Os estados do Noroeste, por sua vez, carregariam todos os estados mais a leste para a espiral da Secessão, com exceção talvez dos estados da Nova Inglaterra[4].

Em verdade, não haveria dissolução da União, mas *reorganização*, uma *reorganiza*ção baseada na escravidão, sob o incontrastável controle da oligarquia escravagista. O plano de tal reconstrução foi abertamente proclamado pelas principais vozes do Sul no Congresso de Montgomery, e um parágrafo da nova constituição permite que cada estado da antiga União incorpore-se à nova Confederação. O sistema escravista empestearia toda a União. Nos estados do Norte, onde a escravidão dos negros era em geral impraticável, a classe trabalhadora branca seria rebaixada mais e mais à condição de hilotas[5]. O que estaria inteiramente de acordo com o princípio proclamado em alto e bom som de que somente algumas raças são passíveis de liberdade e, assim como o trabalho real é o fardo do negro no Sul, no Norte seria o fardo do alemão e do irlandês, ou de sua descendência direta.

A batalha entre o Sul e o Norte, portanto, não é nada mais do que um embate entre dois sistemas sociais: o sistema escravocrata e o sistema de trabalho livre. Como esses dois sistemas não podem mais coexistir pacificamente no continente norte-americano, a luta estourou. E só pode terminar com o triunfo de um sobre o outro.

Se, por um lado, os estados fronteiriços, as áreas em disputa nas quais os dois sistemas lutam pela supremacia, são o nervo na carne do Sul, por outro, não podemos nos esquecer de que até agora, no decorrer da guerra, eles são o maior ponto de fraqueza do Norte. Alguns proprietários de escravos nessas regiões fingiram lealdade ao Norte a mando dos conspiradores do Sul; outros entenderam que

continuar na União atendia a seus interesses reais e valores tradicionais. Ambos os grupos atordoaram o Norte do mesmo modo. O medo de manter satisfeitos os “leais” proprietários de escravos, o medo de jogá-los nos braços da Secessão, em uma palavra, a excessiva atenção aos interesses, preconceitos e sensibilidades desses aliados ambíguos deixou o governo da União desde o início da guerra com fragilidades incuráveis, forçando-o a meias medidas, forçando-o a abandonar hipocritamente o princípio da guerra e, com isso, poupar o ponto mais vulnerável do inimigo, a raiz do mal – *a própria escravidão*.

Se Lincoln revogou recentemente, e muito timidamente, a Proclamação do Missouri[6], de Frémont, que emancipa os negros pertencentes aos rebeldes, foi apenas em consideração aos ruidosos protestos dos “leais” proprietários de escravos do Kentucky. Aqui há um ponto de inflexão. Com o Kentucky, o último estado fronteiriço foi tragado para o campo de batalha entre o Sul e o Norte. Com a verdadeira guerra pelos estados fronteiriços ocorrendo nos próprios estados fronteiriços, vencê-la ou perdê-la sai da esfera das negociações diplomáticas e parlamentares. Uma parte dos proprietários de escravos vai deixar cair a máscara de lealdade, a outra vai se contentar com a perspectiva de compensação financeira, como a que a Grã-Bretanha deu aos agricultores das Índias Ocidentais[7]. Os próprios acontecimentos os empurram para a palavra de ordem decisiva: *a emancipação dos escravos*.

Como até mesmo os mais obstinados democratas e diplomatas do Norte chegaram a esse ponto é mostrado por algumas manifestações recentes. O general Cass, ministro da guerra de Buchanan e até agora um dos mais entusiasmados aliados do Sul, declarou em uma carta aberta que a emancipação dos escravos era uma condição *sine qua non* para salvar a União. O dr. Brownson,

porta-voz do partido católico do Norte, segundo ele próprio o adversário mais enérgico do movimento de emancipação de 1836 a 1860, publicou um artigo na edição de outubro do *Revue*[8] *em favor* da abolição:

> Se nós – diz ele entre outras coisas – nos opusemos à abolição enquanto ela ameaçou a União, agora devemos nos opor ainda mais resolutamente à continuação da escravidão, pois estamos convencidos de que uma maior duração da escravidão é incompatível com a preservação da União ou da nossa nação como república livre.

Por fim, *The World*[9], um órgão nova-iorquino dos diplomatas de Washington, conclui um de seus últimos artigos contra os abolicionistas com as seguintes palavras: "No dia em que for decidido quem sucumbirá, a escravidão ou a União, nesse dia será proferida a sentença de morte da escravidão. Se o Norte não puder vencer sem a emancipação, triunfará com a emancipação".

---

[a] Traduzido de "Der Bürgerkrieg in den Vereinigten Staaten", em *Karl Marx-Friedrich Engels Werke*, v. 15 (Berlim, Dietz Verlag, 1980), p. 339-47.

[1] Com a morte do último representante da dinastia Hanôver em 1837, terminava a união pessoal entre Inglaterra e Hanôver, que existia desde 1714. (N. E. A.)

[2] Os Estados Unidos foram um dos destinos dos socialistas e anarquistas alemães perseguidos após a malograda Revolução de 1848-1849, durante a Primavera dos Povos, quando estouraram as revoltas populares contra a ordem restauradora e conservadora da Santa Aliança, imposta após o Congresso de Viena de 1815. (N. T.)

[3] As tentativas dos partidários do Sul em 1860 e 1861 para separar a Califórnia da federação norte-americana mediante a criação de uma república "neutra" no oceano Pacífico foram descobertas a tempo pelo governo de Lincoln. (N. E. A.)

[4] Nova Inglaterra: grupo de seis estados no Nordeste dos Estados Unidos (Maine, Massachusetts, Connecticut, Rhode Island, Vermont e New Hampshire) com elevado desenvolvimento industrial. A Nova Inglaterra foi o centro do movimento abolicionista (contra a escravidão). (N. E. A.)

[5] *Hilotas*: originalmente os povos nativos do Sul do Peloponeso que foram subjugados pelos espartanos. Os hilotas, que eram escravos de Esparta, tinham de cultivar a terra para a classe dominante, os espartanos, e entregar a eles até metade dos frutos de seu trabalho. As frequentes revoltas dos hilotas foram cruelmente reprimidas pelos senhores de escravos. (N. E. A.)

[6] A Proclamação do Missouri, feita pelo general Frémont em 30 de agosto de 1861, determinava o confisco do patrimônio dos habitantes do estado do Missouri que apoiaram a Confederação e pegaram em armas contra a União, e declarava livres os escravos pertencentes a eles. O presidente Lincoln instruiu Frémont a manter as medidas de confisco dos bens, mas excluir a libertação dos escravos. (A lei aprovada pelo Congresso em 6 de agosto de 1861 previa apenas a libertação dos escravos utilizados pelos rebeldes diretamente para os fins da guerra.) Como se negou a atender ao pedido do presidente, Frémont foi exonerado do posto de Comandante Supremo do Exército no Missouri em outubro de 1861. (N. E. A.)

[7] Em 1833, após a revolta dos escravos na ilha da Jamaica, o Parlamento inglês aprovou a lei de abolição da escravatura nas colônias. Foram disponibilizados 20 milhões de libras esterlinas como indenização aos proprietários de escravos nas Índias Ocidentais e em outras colônias inglesas. (N. E. A.)

[8] *Brownson's Quarterly Review*: revista católica norte-americana, editada e publicada por Orestes Brownson de 1844 a 1855 em Boston e de 1856 a 1865, e de 1872 a 1875, em Nova York. (N. E. A.)

[9] *The World*: diário norte-americano, circulou de 1860 a 1931 em Nova York. (N. E. A.)

8. Karl Marx
Notas de economia política[a]

[Die Presse, n. 308, 9 de novembro de 1861]
Londres, 3 de novembro de 1861

A política cotidiana não existe mais na Inglaterra neste momento. O interesse do país está voltado para a crise financeira, comercial e agrícola francesa, para a crise da indústria britânica, a escassez de algodão e a questão americana.

Nos criteriosos círculos locais ninguém se enganou nem por um minuto de que as sucessivas operações de câmbio do Banco da França com algumas das grandes casas dos dois lados do Canal era um paliativo do pior tipo. Tudo o que poderia ser e foi alcançado com isso foi uma redução *momentânea* do fluxo de ouro para a Inglaterra. As repetidas tentativas do Banco da França de recrutar o reforço de tropas metálicas em São Petersburgo, Hamburgo e Berlim afetaram seu crédito sem encher seus cofres. O aumento da taxa de juros dos títulos do tesouro para manter os preços estáveis e a necessidade de conseguir abatimento no pagamento do novo empréstimo italiano contraído por Vítor Emanuel são considerados sintomas alarmantes da enfermidade financeira francesa. Também sabemos que, neste momento, dois projetos se digladiam nas Tulherias[1]. Os bonapartistas puros-sangues, com Persigny e Péreire (do banco

Crédit Mobilier[2]) à frente, querem submeter o Banco da França à administração do governo, reduzi-lo a mero gabinete do Ministério das Finanças e utilizar o órgão assim remodelado como uma fábrica de *assignats*[3].

Sabe-se que esse princípio embasou originalmente a administração do Crédit Mobilier. O partido menos aventureiro, representado por Fould e outros renegados dos tempos de Luís Filipe, propõe um *novo empréstimo nacional*, que de acordo com uns deve chegar a 400 milhões, de acordo com outros a 700 milhões de francos. O *Times*, em seu editorial de hoje, reflete provavelmente a intenção da City quando afirma que a França está totalmente paralisada pela crise econômica e perdeu a influência que tinha sobre a Europa. Enganam-se o *Times* e a City. Se o poder de dezembro[4] conseguir sobreviver ao inverno sem grandes tempestades internas, a trombeta da guerra soará na primavera. A enfermidade interna não seria curada, mas silenciada.

Em um artigo anterior[5], apontei que a fraude do algodão em Liverpool nas últimas semanas lembra os momentos mais loucos da especulação ferroviária de 1845. Dentistas, cirurgiões, advogados, cozinheiros, viúvas, trabalhadores, escribas e senhores, comediantes e sacerdotes, soldados e alfaiates, redatores de jornal e proprietários de terras, homens e mulheres, todos especulavam com o algodão. Quantidades muito pequenas, de 1 a 4 fardos, foram compradas, vendidas e revendidas. Quantidades maiores permaneceram meses a fio no mesmo depósito, embora tenham mudado vinte vezes de mãos. Quem comprava algodão às 10 horas da manhã, vendia-o às 11 horas com um ganho de ½ *penny* por libra. Assim, frequentemente o mesmo algodão circulava seis vezes durante dez horas por várias mãos. Nesta semana, contudo, houve uma espécie de paralisação, e sem nenhum outro motivo racional, a

não ser que a libra do algodão (especificamente o algodão orleans médio) chegou a 1 xelim, porque 12 *pence* equivalem a 1 xelim e assim fazem um número redondo. Portanto, todos se decidiram a vender assim que esse patamar máximo foi atingido. Isso provocou um aumento repentino da oferta e, por consequência, uma reação. Assim que os ingleses se familiarizarem com a possibilidade de 1 libra de algodão *passar* 1 xelim, a dança de São Vito voltará ainda mais louca que nunca.

O último relatório mensal da Câmara de Comércio[6] sobre as exportações e importações britânicas não ajudou em nada a dissipar o nevoeiro. A *tabela de exportações* cobre um período de nove meses, de janeiro a setembro de 1861. Em comparação com o mesmo período de 1860, mostra uma perda de cerca de £ 8 milhões, dos quais £ 5.671.730 são referentes às exportações aos Estados Unidos, o restante para a América do Norte britânica[7], Índias Orientais, Austrália, Turquia e Alemanha. Aumento só é visto em relação à Itália. Assim, por exemplo, a exportação de produtos com algodão britânico para a Sardenha, Toscana, Nápoles e Sicília subiu de £ 756.892 em 1860 para £ 1.204.287 em 1861; a exportação de fios de algodão britânico passou de £ 348.158 para £ 538.373; a exportação de ferro passou de £ 120.867 para £ 160.912 etc. Esses números não deixam de pesar na balança da simpatia britânica pela liberdade italiana[8].

Embora as exportações britânicas tenham caído quase £ 8 milhões, as *importações aumentaram* em proporção ainda maior, uma situação que não facilita em nada o equilíbrio. Esse crescimento das importações se deve em especial ao aumento das importações de trigo. Enquanto nos primeiros oito meses de 1860 o valor das importações de trigo estava em apenas £ 6.796.131, no mesmo período deste ano ele estava em £ 13.431.487.

O fenômeno mais estranho revelado pela *tabela das importaçõ*es é o rápido aumento das *importações francesas*, que hoje alcançam £ 18 milhões anuais, enquanto as exportações inglesas para a França não são muito maiores do que para a Holanda, por exemplo. Os políticos do continente até agora não conseguiram captar esse novo fenômeno da história do comércio moderno. Ele mostra que a dependência econômica da França em relação à Inglaterra é talvez seis vezes maior do que a dependência econômica da Inglaterra em relação à França, quando consideramos não apenas as cifras das tabelas de exportação e importação britânicas, mas também quando as comparamos com as tabelas francesas de exportação e importação. Deduz-se disso que a Inglaterra se tornou o principal mercado de exportação da França, enquanto a França continua sendo um mercado inteiramente secundário para a Inglaterra. Disso advém, apesar de todo o chauvinismo e de todas as rodamontadas sobre Waterloo, o terrível pavor de um conflito com a "pérfida Albion"[9].

Por fim, outro elemento importante emerge das últimas tabelas de exportações e importações da Inglaterra. Enquanto as exportações inglesas para os *Estados Unidos* caíram mais de 25% nos primeiros *nove* meses do ano, em comparação com o mesmo período em 1860, o porto de Nova York, sozinho, *aumentou* em £ 6 milhões suas exportações para a Inglaterra nos primeiros *oito* meses do ano. A exportação do ouro americano para a Inglaterra quase parou nesse mesmo período, enquanto, ao inverso, o ouro fluía da Inglaterra para Nova York havia semanas. Em verdade, são Inglaterra e França, com suas entressafras, que cobrem o déficit norte-americano, enquanto a tarifa Morrill[10] e a economia indissociável da Guerra Civil dizimaram simultaneamente o consumo das manufaturas inglesas e francesas na América do Norte. E agora

compare esses fatos estatísticos com as jeremiadas do *Times* sobre a ruína financeira da América do Norte.

---

[a] Traduzido de “Volkswirtschaftliche Glossen”, em *Karl Marx-Friedrich Engels Werke*, v. 15 (Berlim, Dietz Verlag, 1980), p. 357-60.

[1] Antigo e importante palácio parisiense que funcionou como residência oficial de reis e do imperador Luís Bonaparte, quando foi considerado por muitos o centro do poder francês. O prédio foi destruído por um incêndio em 1871 e demolido em 1882. (N. T.)

[2] *Crédit Mobilier* (Société Générale de Crédit Mobilier): banco francês, em regime de sociedade anônima, fundado pelos irmãos Péreire em 1852. O banco tinha relações estreitas com o governo de Napoleão III, das quais se aproveitou para especular; foi à bancarrota em 1867 e dissolvido em 1871. (N. E. A.)

[3] Os *assignats* eram títulos da dívida pública francesa emitidos pelo Tesouro. Ao longo da Revolução Francesa tornaram-se moeda nacional por decisão das assembleias revolucionárias, multiplicando-se e levando o país a uma forte inflação. (N. T.)

[4] Alusão ao golpe de Estado de 2 de dezembro de 1851, que estabeleceu o Segundo Império na França. (N. T.)

[5] Referência ao artigo “O comércio britânico de algodão” (neste volume, p. 32). (N. T.)

[6] Ministério do Comércio e Transportes. (N. E. A.)

[7] Canadá. (N. E. A.)

[8] Aqui há uma referência de Marx ao processo de unificação da Itália, que ocorreu mais intensamente de 1859 a 1861, e envolveu guerras, conflitos, negociações e disputas internas. Conservadores e liberais capitaneados pelo rei Vítor Emanuel, do reino de Piemonte-Sardenha, impôs-se com a valiosa ajuda de potências estrangeiras (como França e a Inglaterra) sobre projetos à esquerda, como os de Giuseppe Mazzini e Giuseppe Garibaldi (que contava com a simpatia e a amizade do próprio Marx). (N. T.)

[9] “Pérfida Albion” é uma alcunha de sentido hostil e sarcástico utilizada para referir-se à Grã-Bretanha ou, mais especificamente, à Inglaterra. (N. T.)

[10] *Tarifa Morrill*: tarifa protecionista proposta ao Congresso pelo republicano Justin Morrill. Em maio de 1860, passou pela Câmara dos Deputados e em 2 de março de 1861 foi promulgada como lei pelo Senado. Previa um aumento significativo das tarifas alfandegárias nos Estados Unidos. (N. E. A.)

9. Karl Marx
A intervenção no México[a]

[Die Presse, n. 311, 12 de novembro de 1861]
Londres, 7 de novembro de 1861

O *Times* traz hoje, com seu conhecido estilo caleidoscópico, colorido e bem-humorado, um editorial sobre a invasão do governo francês no Dappental e o protesto da Suíça contra essa violação de território[1]. O oráculo da Printing House Square[2] lembra que, no momento da batalha mais vigorosa entre os industriais ingleses e os proprietários de terra, crianças pequenas empregadas nas fábricas eram orientadas a jogar agulhas nas partes mais sensíveis do maquinário e assim atrapalhar o funcionamento de todo o poderoso autômato. O maquinário é a Europa, a criança é a Suíça e a agulha que ela joga no autômato em pleno funcionamento é a invasão de *Luís Bonaparte* em seu território, ou melhor, os gritos dos suíços contra a incursão dos franceses. Então, a agulha transforma-se, repentinamente, no grito dado em razão da agulhada, e a metáfora, em uma brincadeira tola contra o leitor, o qual aguardava uma metáfora. O *Times* continua regozijando-se de sua própria descoberta, a de que o Dappental é uma região com apenas uma única pequena cidade chamada Cressonnières. E terminam o curto artigo em completa contradição com o início. Por que, exclamam eles, preocupar-se com

essa ninharia suíça, se na próxima primavera a Europa inteira estará em chamas? Não se deve esquecer de que um pouco antes a Europa era um autômato em pleno funcionamento. Todo o artigo parece completamente sem sentido e, não obstante, ele tem um sentido. É uma declaração de que Palmerston deu *carte blanche*[3] aos seus aliados do outro lado do Canal na questão suíça. A explicação para tal declaração pode ser encontrada na enxuta nota do *Moniteur* de que Inglaterra, França e Espanha chegaram em 31 de outubro a um acordo de *intervenção conjunta no México*[4]. Tão longe é o cantão de Vaud de Veracruz, tão próximo é o artigo do *Times* sobre o Dappental da nota do *Moniteur* sobre o México.

É plausível que Luís Bonaparte incluísse uma intervenção no México entre as muitas possibilidades que tem sempre na manga para distrair o povo francês. É certo que a Espanha, cujo parco sucesso no Marrocos e em Santo Domingo[5] já lhe subiu à cabeça, sonha com uma restauração no México. É sabido, no entanto, que o projeto francês ainda não estava maduro e que tanto a França quanto a Espanha resistiam a uma cruzada no México sob o comando britânico.

Em 24 de setembro, o *Moniteur* privado de Palmerston, o *Morning Post*[6], divulgou detalhes de um tratado que Inglaterra, França e Espanha haviam celebrado para intervir conjuntamente no México. Um dia depois, o *Patrie*[7] negou a existência de qualquer tratado desse tipo. Em 27 de setembro, o *Times* contestou o *Patrie*, sem citá-lo. De acordo com o artigo do *Times*, lorde Russell *comunicou* ao governo francês a decisão inglesa de intervir, a que o senhor Thouvenel respondeu que o imperador da França havia tomado uma decisão semelhante. Agora era a vez da Espanha. O governo espanhol declarou por meio de um órgão semioficial que pretendia intervir no México, mas não ao lado da Inglaterra.

Choveram desmentidos. O *Times* havia anunciado categoricamente que “o presidente da União Americana dera pleno consentimento à expedição pretendida”. Mal a notícia chegou ao outro lado do Atlântico, todos os órgãos do governo americano a rotularam de mentira, afirmando que o presidente Lincoln estava a favor e não contra o México. De tudo isso pode-se concluir que o plano de intervenção, em sua forma atual, surgiu do Palácio de St. James.

Não menos intrigantes e contraditórias que as declarações sobre a origem do acordo foram as declarações sobre os seus propósitos. Um dos órgãos de Palmerston, o *Morning Post*, afirmou que o México não era um Estado organizado, com um governo existente, mas um mero antro de bandidos. E deve ser tratado como tal. A expedição visava a apenas um objetivo: satisfazer os credores do Estado mexicano na Inglaterra, na França e na Espanha. Para isso, as forças aliadas ocupariam os principais portos do México, arrecadariam a entrada e a saída alfandegária e manteriam essa “garantia material” até que todas as dívidas fossem saldadas.

Ao contrário, o outro órgão de Palmerston, o *Times*, afirmou que, por experiência, a Inglaterra estava “calejada contra a espoliação do falido México”. Não se trata dos interesses privados de credores, mas, sim, que “eles esperam que a mera presença de uma esquadra aliada no Golfo do México e a ocupação de alguns portos sejam suficientes para encorajar o governo mexicano a *novos* esforços para preservar a paz interna e forçar os descontentes a uma oposição mais constitucional do que o banditismo”.

Depois disso, haveria ainda a expedição para o apoio do novo governo mexicano. Ao mesmo tempo, porém, o *Times* deu a entender que “para que a Cidade do México ficasse suficientemente sanada, seria necessária uma penetração maior”.

A forma mais original de fortalecer um governo é, sem dúvida, sequestrar à força suas receitas e seus territórios. Por outro lado, a mera ocupação dos portos e a cobrança de tarifas alfandegárias induziriam o governo mexicano a instituir uma linha aduaneira mais para o interior. As tarifas de importação sobre mercadorias estrangeiras e as tarifas de exportação sobre bens americanos seriam duplicadas, e a intervenção satisfaria, de fato, as reivindicações dos credores europeus, pilhando o comércio euro-mexicano. O governo mexicano somente pode tornar-se solvente pela consolidação interna, e somente pode consolidar-se internamente se a sua independência externa for respeitada.

Se os supostos fins da expedição se contradizem, os supostos meios para esses supostos fins se contradizem ainda mais. Os próprios jornais do governo inglês admitem que até seria possível obter uma coisa ou outra por meio de uma intervenção unilateral, fosse da França, ou da Inglaterra, ou da Espanha, mas que por meio de uma intervenção *conjunta* desses Estados não se obteria nada.

Cabe lembrar que no México, sob Juárez, presidente oficial da República, o partido liberal controla quase todos os pontos estratégicos; que o partido católico do general Márquez enfrenta derrota atrás de derrota; e que o grupo de bandoleiros que ele organiza foi empurrado de volta para as montanhas de Querétaro e lá eles dependem da aliança com o cacique Mejía. A última esperança do partido católico era a intervenção *espanhola*.

> O único ponto – diz o *Times* – em que pode haver conflito entre nós e nossos aliados é o *governo da república*. A Inglaterra deseja deixá-lo nas mãos do partido liberal, enquanto a França e a Espanha são suspeitas de partidarismo em favor do regime católico recentemente derrubado. Seria muito estranho se a França, no novo e no velho mundo, posasse ao mesmo tempo de protetora dos padres e dos bandidos. Assim como na Itália os partidários de Francisco II, em Roma, têm se preparado para tornar Nápoles

> ingovernável, no México as estradas, assim como as ruas da capital, estão repletas de bandidos que o partido católico declara abertamente como aliados.

É justamente por isso que a Inglaterra fortalece o governo liberal; ao empreender uma cruzada contra eles com a França e a Espanha, busca asfixiar a anarquia enviando novas tropas aliadas da Europa ao partido eclesiástico, que se encontra nas últimas!

As costas do México, por mais pestilentas que sejam, exceto nos curtos meses de inverno, somente podem ser mantidas com a conquista do país. Mas um terceiro jornal do governo inglês, o *Economist*, considera impossível a conquista do México. Como diz o periódico,

> caso se queira derrotá-lo com um príncipe britânico e com um exército inglês, então, desperta-se a fúria mais selvagem dos Estados Unidos. O ciúme da França tornaria tal conquista impossível, e a proposta seria rejeitada quase unanimemente pelo Parlamento inglês tão logo lhe fosse apresentada. A Inglaterra, por sua vez, não poder confiar o governo do México à França. À Espanha em hipótese alguma.

A expedição inteira é, portanto, uma mistificação, cuja senha o *Patrie* soletrou nas entrelinhas: “O tratado reconhece a necessidade de estabelecer um governo forte no México que possa manter a paz e a ordem por lá”.

Trata-se simplesmente de aplicar aos Estados da América, por uma nova Santa Aliança, o princípio segundo o qual a Santa Aliança foi chamada a intervir na governança interna dos países da Europa. O primeiro plano desse tipo foi elaborado para os Bourbons da Espanha e da França na época da Restauração Chateaubriand. Ele falhou por causa de *Canning* e de *Monroe*, o presidente dos Estados Unidos, que declarou ilegal toda interferência de países europeus em assuntos internos dos Estados americanos. Desde então, a União Americana sempre afirmou a Doutrina Monroe[8] como lei

internacional. A atual Guerra Civil, no entanto, criou a situação ideal para abrir um precedente de intervenção das monarquias europeias, que posteriormente pode ser aprimorado. Esse é o verdadeiro objetivo da intervenção anglo-franco-espanhola. Seu resultado imediato pode e deve ser a *restauração* da anarquia, que já agonizava no México.

Para além de todos os princípios gerais do direito internacional, o evento tem um grande significado para a Europa, já que a Inglaterra comprou a lealdade de Luís Bonaparte na expedição mexicana fazendo concessões no campo da política continental.

---

[a] Traduzido de "Die Intervention in Mexiko", em *Karl Marx-Friedrich Engels Werke*, v. 15 (Berlim, Dietz Verlag, 1980), p. 361-5.

[1] Depois da Segunda Guerra de Independência italiana, em 1859, cujo resultado foi a anexação de Savoia e Nice pela França, Napoleão III tentou tomar para si uma parte do território suíço. Em 28 de outubro de 1861, as tropas francesas invadiram a Suíça, especificamente a região do Dappental, no cantão de Vaud (Waadt) e ocuparam a vila de Cressonnières. O governo suíço protestou e foi apoiado por potências europeias. Em 1862, a Suíça cedeu parte do Dappental à França, depois de receber uma compensação territorial do governo de Napoleão III. (N. E. A.)

[2] A redação do *Times* encontra-se localizada na praça Printing House Square, em Londres. (N. E. A.)

[3] Carta-branca, poderes ilimitados. (N. O.)

[4] A Intervenção no México ou Expedição Mexicana (1861-1865) foi uma intervenção militar de Inglaterra, França e Espanha com o objetivo de derrubar o governo progressista de Benito Juárez e transformar a República mexicana em uma colônia das grandes potências europeias. Além disso, os intervencionistas queriam utilizar o México como preparação para intervir na Guerra Civil Americana e apoiar os estados escravagistas. Contudo, pouco depois do início da intervenção (dezembro de 1861), houve desavenças entre, de um lado, Inglaterra e Espanha e, de outro, França; como consequência, Inglaterra e Espanha retiraram suas tropas do território mexicano em abril de 1862. Os interventores franceses mantiveram a conquista e, após tomar a Cidade do México no verão de 1863, proclamaram em 1864 o Império do México, com o protegido de Napoleão III, o arquiduque austríaco Maximiliano, no poder. O povo mexicano lutou contra os invasores franceses com coragem e persistência sob a liderança de Juárez, levando-os a derrotas importantes, o que os fez deixar o México em 1867. Contribuiu para o fracasso da aventura mexicana de Napoleão III a mudança no

cenário internacional, com a vitória dos estados do Norte na Guerra Civil Americana e o aumento da sua impopularidade na França. (N. E. A.)

[5] Em outubro de 1859, a Espanha, em busca de colônias no Norte da África, declarou guerra ao Marrocos. A luta que se prolongou até março de 1860 não trouxe nenhum resultado significativo para os espanhóis, em razão da obstinada resistência do povo marroquino, defensor da liberdade. Em abril de 1860, a paz foi celebrada; a Espanha recebeu uma contribuição monetária e obteve parcas concessões territoriais.

Santo Domingo: a parte oriental da ilha do Haiti, que foi colônia espanhola até 1821, foi proclamada República Dominicana independente em 1844. Em 1861, essa parte da ilha foi anexada pela Espanha, em consequência da vitória do partido pró-espanhol no país em março de 1861: o partido declarou a união "voluntária" de Santo Domingo às possessões espanholas nas Índias Ocidentais. O domínio colonial em Santo Domingo terminou em 1865 com a expulsão definitiva dos espanhóis. (N. E. A.)

[6] *Morning Post:* diário inglês que circulou em Londres de 1772 a 1937. Em meados do século XIX era o órgão do ala direitista dos *whigs* (liberais), cujos representantes se agrupavam em torno de Palmerston. (N. E. A.)

[7] *Patrie:* diário francês fundado em 1841 em Paris; em 1850, representava os interesses do eleitorado monarquista, o chamado Partido da Ordem; mais tarde, tornou-se órgão dos bonapartistas. (N. E. A.)

[8] *Doutrina Monroe:* mensagem do presidente dos Estados Unidos, James Monroe, ao Congresso americano em 2 de dezembro de 1823 pela qual nenhuma potência europeia poderia intervir em conflitos entre Estados americanos ou adquirir territórios americanos ("América para os americanos!"); em contrapartida, os Estados Unidos se absteriam de qualquer intervenção no continente europeu. Mais tarde, a Doutrina Monroe foi utilizada pelos expansionistas americanos para estabelecer a supremacia dos Estados Unidos em todo o continente americano. (N. E. A.)

10. Karl Marx
O comércio britânico[a]

[New York Daily Tribune, 23 de novembro de 1861]
Londres, 2 de novembro de 1861

Os relatórios da Câmara Inglesa de Comércio mostram, nos últimos nove meses até 30 de setembro de 1861, uma queda acentuada das exportações e um aumento ainda maior das importações. Uma comparação entre as exportações dos últimos três anos dá os seguintes resultados gerais:

Valor das exportações dos últimos nove meses até 30 de setembro
1859.....£ 98.037.311
1860..... 101.724.346
1861..... 93.795.332[1]

Consequentemente, as exportações deste ano, se comparadas com o período correspondente em 1860, caíram £ 7.929.014; desse total, a maior parte, ou seja, £ 5.671.730, deve-se à repentina contração do comércio americano. A extensão em que essa perda

afetou os diferentes ramos da indústria britânica pode ser vista na tabela abaixo:

Valor das exportações para os Estados Unidos nos últimos nove meses até 30 de setembro			
	1859	1860	1861
	£	£	£
Cerveja comum e cerveja ale	78.060	76.843	25.642
Carvão e antracito	144.556	156.665	200.244
Algodão	2.753.782	2.776.472	1.130.973
Cerâmica e porcelana	448.661	518.778	191.606
Retrosaria e chapelaria	1.204.085	1.083.438	542.312
Roupa de cama	1.486.276	1.337.778	493.654
Ferragem e cutelaria	865.066	776.772	446.095
Metal, ferro, ferro-gusa	205.947	165.052	79.086
Lingotes, parafusos e barras	642.822	546.493	148.587
Trilhos de todo tipo	744.505	665.619	168.657
Ferro fundido	16.489	17.056	9.239
Ferro forjado de todo tipo	357.162	378,842	125,752
Aço bruto	372.465	457.490	216.246
Cobre, folhas e pregos	99.422	44.971	10.005
Chumbo bruto	53.451	66.015	1.451
Folhas de flandres	935.692	833.644	274.488
Sementes oleaginosas	122.570	72.915	1.680
Sal	63.876	84.818	59.809
Seda, tecidos, lenços e fitas	197.605	102.393	88.360

Valor das exportações para os Estados Unidos nos últimos nove meses até 30 de setembro			
	1859	1860	1861
	£	£	£
Outros produtos de seda	129.557	93.227	22.984
Soda	439.584	399.153	142.311
Destilados (britânicos)	53.173	56.423	12.430
Lã – tecidos de todo tipo	586.701	535.130	250.023
Tecidos variados, flanelas, cobertores etc.	1.732.224	1.612.284	652.399
Lã penteada	1.052.053	840.507	377.597
Total	15.785.784	13.698.778[2]	5.671.730

Além da diminuição causada pela queda do comércio americano, as exportações em geral mostram uma queda de £ 2.257.284. A maior parte dessa perda ocorreu no mês de setembro, quando os altos preços do algodão e o consequente aumento dos fios e manufaturados de algodão começaram a reagir fortemente nos mercados da América do Norte Britânica[3], Índia Oriental e Austrália. Durante todo o período de nove meses até setembro de 1861, a Turquia e a Alemanha, ao lado dos Estados Unidos, foram os países que mais restringiram a absorção das mercadorias britânicas. A exportação para a França não cresceu em nível observável; o único caso evidente de aumento ficou limitado a um artigo agropecuário, isto é, a lã de ovelha e cordeiro. Durante os primeiros nove meses de 1860, a Inglaterra exportou para a França 4.735.150 libras de lã, equivalentes a £ 354.047[4]. Durante o período correspondente deste ano, essa exportação cresceu para 8.716.082 libras, no valor de £ 642.468. O único outro ponto significativo das exportações refere-se

à Itália. As exportações britânicas para o novo reino estão claramente crescendo, fato que em grande medida explica as simpatias inglesas para com a liberdade italiana[5]. Assim, por exemplo, as exportações de algodão britânico para Sardenha, Toscana, Nápoles e Sicília aumentaram de £ 756.892 em 1860 para £ 1.204.287 em 1861; as exportações de fios de algodão de £ 348.158 em 1860 para £ 538.373 em 1861; as exportações de ferro de £ 120.867 em 1860 para £ 160.912 em 1861.

As tabelas de importação vão apenas até os primeiros *oito meses* deste ano. O resultado geral mostra os números subsequentes:

Valor real das importações
1859.....£ 88.993.762
1860..... 106.894.278
1861..... 114.558.107

O principal desse aumento nas importações deve-se ao grande aumento das compras de trigo do exterior, que de £ 6.796.131 nos primeiros oito meses de 1860 passaram para £ 13.431.487 no período correspondente de 1861. Quanto ao algodão cru, a quantidade importada caiu apenas levemente durante esse período, a despeito de seu preço ter aumentado muito, como pode ser visto nos seguintes números:

Quantidade de algodão importada (nos primeiros oito meses)		
	Quintal Britânico [cwts][6]	Valor
1859	8.023.082	£ 24.039.197
1860	10.616.347	28.940.676

1861	9.616.087	30.809.279

Não existe uma política geral na Inglaterra neste momento. Tudo e todos estão absorvidos pela questão industrial e pela crise americana. Em artigo anterior, chamei atenção para o estado febril do comércio de algodão em Liverpool. Nas últimas duas semanas, ele exibiu todos os sintomas da mania das ferrovias de 1845[7]. Cirurgiões, dentistas, médicos, advogados, cozinheiros, trabalhadores, escriturários e lordes, comediantes e párocos, soldados e marinheiros, jornalistas e coordenadoras de internatos, homens e mulheres, todos especulavam com o algodão. Muitos dos lotes comprados, vendidos e revendidos totalizavam apenas um, dois, três ou quatro fardos. Quantidades mais consideráveis permaneceram nos mesmos armazéns, apesar de terem mudado vinte vezes de proprietários. O algodão era comprado às 10 horas e posto à venda às 11 horas, com um lucro de 12 pence por cada libra. Muitos lotes circularam dessa forma por diversas mãos em doze horas. Nesta semana, entretanto, houve uma espécie de reação em razão de que o xelim é um número redondo, composto de 12 pence, e a maioria das pessoas decidiu vender assim que o preço da libra do algodão foi empurrado a 1 xelim; consequentemente, houve repentinamente um grande aumento nas ofertas de algodão e, portanto, uma reação no preço. Isso, entretanto, pode ser apenas transitório.

A opinião britânica familiarizando-se com a ideia de que 1 libra de algodão pode custar 15 pence, rompe-se a barreira temporária à especulação e a mania especulativa reaparece com fúria redobrada. Há algo nesse movimento que é favorável aos Estados Unidos. Ele é hostil ao partido do “rompa o bloqueio”. Já há protestos públicos da parte dos especuladores que dizem com razão que qualquer

movimento bélico do governo britânico seria um ato de injustiça direta contra aqueles comerciantes que, confiando na adesão do governo britânico a seu reconhecido e declarado princípio de não interferência, fizeram cálculos, especularam domesticamente, enviaram pedidos ao exterior e compraram algodão estimando o preço que ele alcançaria no curso natural, provável e previsível dos eventos.

O *Economist* de hoje publica um artigo muito tolo no qual, a partir das estatísticas sobre a população e a área dos Estados Unidos, chega à conclusão de que havia espaço suficiente para pelo menos sete grandes impérios e que, consequentemente, "o sonho do domínio universal" deveria ser banido dos corações dos unionistas[8]. A única inferência racional que o *Economist* poderia ter extraído de seus dados estatísticos, isto é, que os nortistas, mesmo que desejassem, não poderiam desistir de suas reivindicações sem entregar à instituição da escravidão vastos estados e territórios "nos quais a escravidão ainda perdura, mas não pode manter-se como uma instituição permanente"; nessa única conclusão racional o *Economist* nem sequer toca.

Afora suas próprias dificuldades comerciais, a Inglaterra está incomodada com o estado crítico das finanças francesas. As manobras do Banco da França para conter a saída de metais preciosos para a Inglaterra por meio de letras de câmbio, obtidas dos Rothschilds e outras grandes firmas, resultaram, como era previsível, apenas em uma mitigação temporária de seus constrangimentos. Ela recorreu sucessivamente aos bancos de Berlim, Hamburgo e São Petersburgo, mas todas essas tentativas, ao invés de ajudar, apenas revelaram seu desespero. A difícil situação em que o governo francês se encontra aparece em duas medidas que ele tomou nos últimos quinze dias. Para manter os

títulos do Tesouro, os juros tiveram de subir 7,5%, enquanto Vítor Emanuel recebeu ordens para adiar parte das prestações do novo empréstimo italiano, do qual os capitalistas franceses têm uma grande quantia. Ele, é claro, atendeu ao pedido de seu patrono.

Nas Tulherias, há agora duas influências opostas, propondo duas panaceias opostas para a cura temporária da doença financeira. Os verdadeiros bonapartistas, Persigny e o Crédit Mobilier[9], acalentam um projeto que submeta o Banco da França ao controle direto e completo do governo, para convertê-lo em mero anexo do Tesouro e usar o poder obtido para emitir sem restrição papel-moeda estatal não conversível. A outra parte, representada por Fould e outros renegados de antigos regimes, propõe um novo empréstimo, cuja quantia é diversamente estimada pelos mais modestos a £ 16 milhões e pelos mais ousados a £ 30 milhões.

---

[a] Traduzido de “British Commerce”, em *Marx & Engels Collected Works*, v. 19 (Londres, Lawrence & Wishart, 2010), p. 57-61.

[1] Essa tabela e as seguintes são de “The Board of Trade Returns”, *The Economist*, n. 949, 2 de novembro de 1861. (N. O.)

[2] Marx teria aqui um total de “16.200.711”. O erro é do *The Economist*, do qual Marx tirou a tabela. (N. E. I.)

[3] Canadá. (N. O.)

[4] Esses números e os seguintes são citados de “Accounts Relating to Trade and Navigation for the Nine Months Ended September 30, 1861” (*The Economist*, n. 949, 2 de novembro de 1861). (N. O.)

[5] Marx refere-se à atitude do governo britânico ante a revolução burguesa de 1859-1860 na Itália, que culminou com o estabelecimento de um Estado italiano unificado. Preocupado com as ambições de hegemonia de Napoleão III na Europa, os círculos dominantes da Grã-Bretanha eram a favor da unidade italiana sob a égide da dinastia Sarda. (N. E. I.)

[6] Os números nessa coluna referem-se a um período de nove meses. (N. O.)

[7] Em 1844, o Parlamento aprovou uma lei para a regulamentação das ferrovias, que colocou as empresas ferroviárias sob controle do governo, e uma lei de registro, constituição e

regulamentação das sociedades anônimas, que tornou os projetos ferroviários passíveis de registro pelo Departamento de Ferrovias da Câmara de Comércio e aprovação pelo Parlamento. As leis acirraram a competição entre as empresas ferroviárias, causando uma verdadeira "mania ferroviária", com o número de projetos mais do que triplicando em pouco tempo. Para terminar os projetos a tempo, as empresas atraíam desenhistas e litógrafos umas das outras, importavam-nos às centenas e faziam-nos trabalhar praticamente 24 horas por dia. Escriturários especiais espionavam empresas rivais e interferiam na entrega de seus documentos, alugando e escondendo cavalos e negando aos concorrentes o transporte ferroviário. No último dia do registro, 30 de novembro de 1845, centenas de funcionários sitiaram o Departamento Ferroviário da Junta Comercial, chegando a atirar documentos pelas janelas. Como resultado, mais de 600 projetos haviam sido depositados até o meio-dia, quando o registro foi encerrado. (N. E. I.)

[8] "Motives of the Federalists in Coercing the Secessionists", *The Economist*, n. 949, 2 de novembro de 1861. (N. O.)

[9] *Société Générale du Crédit Mobilier:* grande banco francês fundado pelos irmãos Péreire em 1852. Era intimamente associado ao governo de Napoleão III e, sob a proteção deste, envolveu-se em grandes especulações. Foi à bancarrota em 1867 e extinto em 1871. (N. E. I.)

11. Karl Marx
A intervenção no México [II][a]

[New York Daily Tribune, n. 6.440, em 23 de novembro de 1861]
Londres, 8 de novembro de 1861

A proposta de intervenção no México feita pela Inglaterra, França e Espanha é, em minha opinião, um dos mais monstruosos empreendimentos já registrados nos anais da história internacional. É um artifício verdadeiramente ao estilo de Palmerston, que surpreende os não iniciados pela insanidade dos propósitos e pela imbecilidade dos meios empregados, que parecem inteiramente incompatíveis com a conhecida capacidade do velho conspirador.

É provável que, entre os muitos ferros que Luís Bonaparte é obrigado a manter no fogo para entreter o público francês, tenha aparecido uma expedição mexicana. Decerto a Espanha, cuja cabeça sempre fraca se empolgou com os sucessos baratos no Marrocos e em Santo Domingo, sonha com uma restauração no México. No entanto, é certo que o plano francês não estava maduro e tanto a França quanto a Espanha resistiram a uma expedição conjunta ao México sob a liderança inglesa.

Em 24 de setembro, o *Moniteur* privado de Palmerston, o *London Morning Post*, anunciou em detalhes o projeto para a intervenção

conjunta, de acordo com os termos de um pacto recém-concluído, segundo o jornal, entre Inglaterra, França e Espanha[1]. Essa declaração mal cruzara o Canal quando o governo francês a desmentiu pelas colunas do *Patrie* de Paris. Em 27 de setembro, o *Times* londrino, órgão nacional de Palmerston, rompeu pela primeira vez o seu silêncio sobre o projeto em um editorial que contradizia o *Patrie*, mas não o citava. O *Times* chegou a declarar que o conde Russell comunicara ao governo francês que a Inglaterra decidira pela intervenção no México e que sr. Thouvenel respondera que o imperador dos franceses chegara a uma conclusão similar. Era a vez da Espanha. Um jornal semioficial de Madri, apesar de confirmar as intenções da Espanha de interferir no México, repudiava a ideia de uma intervenção conjunta com a Inglaterra. O *dementis* [desmentido] não se esgotara. O *Times* afirmara categoricamente que "o presidente americano dera consentimento integral à expedição". Todos os jornais americanos que tomaram conhecimento do artigo do *Times* negaram há muito tempo a afirmação.

É certo, portanto, e foi expressamente admitido pelo *Times*, que uma intervenção conjunta sob a forma atual é um feito inglês, isto é, palmerstoniano. A Espanha foi intimada a aderir por pressão da França; e a França foi atraída com concessões no campo da política europeia. Nesse sentido, é uma coincidência significativa que o *Times* de 6 de novembro, no mesmo número em que anunciou a conclusão de uma convenção em Londres a favor de uma interferência conjunta no México[2], publicou um editorial no qual desdenhava e tratava com uma insolência extraordinária o protesto da Suíça à recente invasão de seu território – o Dappental – por uma força militar francesa[3]. Como recompensa por se associar à expedição mexicana, Luís Bonaparte obteve *carte blanche* [carta branca] para levar adiante os seus planos de usurpação na Suíça e,

talvez, em outras partes do continente europeu. As negociações sobre esses pontos entre a Inglaterra e a França duraram os meses de setembro e outubro.

Não há na Inglaterra uma população desejosa de uma intervenção no México, a não ser os que possuem títulos da dívida mexicana, que, no entanto, nunca poderiam se gabar de ter o controle da opinião pública. Daí a dificuldade de explicar ao público o plano palmerstoniano. O melhor era confundir o elefante britânico com declarações contraditórias, elaboradas no mesmo laboratório e compostas dos mesmos materiais, mas variando as doses administradas ao animal.

O *Morning Post*, em sua edição de 24 de setembro, anunciou que não haveria "nenhuma guerra territorial no México", e que o único ponto em discussão eram os empréstimos do Tesouro mexicano; que "seria impossível lidar com o México como um governo organizado e estabelecido", e que, consequentemente, "os principais portos mexicanos seriam temporariamente ocupados e suas receitas aduaneiras confiscadas"[4].

O *Times* de 27 de setembro declarou, ao contrário, que "endurecemos depois de tolerar tanto tempo a desonestidade, a rejeição, a pilhagem legal e irremediável de nossos compatriotas, por negligência de uma comunidade falida", e que, consequentemente, "o assalto privado aos ingleses que possuem títulos da dívida" não é, como disse o *Post*[5], o motivo fundamental da intervenção. Embora observe, *en passant* [de passagem], que "o ambiente na Cidade do México é bastante bom, caso seja necessário avançar tão longe", o *Times* esperava, no entanto, que "a mera presença de uma esquadra conjunta no golfo e a captura de certos portos instará o governo mexicano a *novos* esforços para manter a paz e convencerá

os descontentes de que eles devem se limitar a uma forma de oposição mais constitucional do que o banditismo".

Se, portanto, de acordo com o *Post*, haveria a expedição porque "não existe governo no México", segundo o *Times* ela foi planejada apenas para encorajar e apoiar o governo mexicano *existente*. Para que fique claro! O meio mais peculiar já concebido para consolidar um governo consiste em capturar seu território e confiscar suas receitas.

Depois que o *Times* e o *Morning Post* deram a deixa, John Bull foi entregue aos pequenos oráculos ministeriais, que insistiram sistematicamente por quatro semanas no mesmo estilo contraditório, até que finalmente a opinião pública se acostumou à ideia de uma intervenção conjunta no México, embora tenha sido mantida em deliberada ignorância dos objetivos e propósitos da intervenção. Finalmente, as negociações com a França chegaram ao fim; o *Moniteur* anunciou que a convenção entre as três potências interventoras fora concluída em 31 de outubro[6]; e o *Journal des Débats*, do qual um dos proprietários fora apontado para o comando de uma das embarcações da esquadra francesa, informou ao mundo que não havia pretensão de conquista territorial permanente; Vera Cruz e outros pontos da costa seriam capturados; foi acordado que haveria um avanço sobre a capital, caso as autoridades constituídas do México se recusassem a cooperar com as demandas da intervenção; e que, além do mais, um governo forte seria importado para a República[7].

O *Times*, que depois de sua primeira declaração em 27 de setembro[8] parece ter se esquecido da própria existência do México, teve agora de dar um passo adiante. Quem ignora sua ligação com Palmerston, e a introdução originária dos planos de Palmerston nas colunas do *Times*, seria induzido a considerar o editorial de hoje a

mais mordaz e impiedosa sátira de toda a aventura. Ele começa afirmando que “a expedição é notável” (posteriormente diz que é *curiosa*). “Três Estados se unem para coagir um quarto a comportar-se, *não tanto por meio da guerra, mas por uma interferência oficial em nome da ordem*.”[9]

Interferência oficial em nome da ordem! Esse é o jargão da Santa Aliança[10] e parece realmente *notável* vindo da Inglaterra, que sempre glorificou o princípio da não intervenção! E por que o “caminho da guerra, da declaração de guerra e todas as outras exigências do direito internacional” são suplantadas “*por uma interferência oficial em nome da ordem*”? Porque, diz o *Times*, “não existe governo no México”. E qual o objetivo declarado da expedição? “Apresentar exigências às autoridades constituídas do México.”

As únicas reclamações das potências interventoras, os únicos motivos que poderiam dar uma aparência mínima de justificação aos seus procedimentos hostis são facilmente resumidos. Trata-se dos créditos dos que possuem títulos da dívida e uma série de injúrias pessoais que dizem terem sido feitas contra os súditos da Inglaterra, da França e da Espanha. Essas são as razões da intervenção publicadas originalmente no *Morning Post* e, algum tempo atrás, endossadas oficialmente por lorde John Russell em uma entrevista com representantes dos detentores dos títulos da dívida mexicana na Inglaterra. O *Times* de hoje afirma: “Inglaterra, França e Espanha combinaram uma expedição para trazer o México ao cumprimento de suas obrigações específicas e dar proteção aos súditos das respectivas coroas”.

No entanto, ao longo do artigo, o *Times* dá um giro e exclama:

> Sem dúvida, conseguiremos ao menos obter o reconhecimento de nossas reivindicações pecuniárias; de fato, uma *única fragata britânica poderia ter resolvido essa*

questão em qualquer momento. Podemos confiar também que a mais escandalosa das injúrias será expiada por reparações mais rápidas e substantivas; mas *é claro que, se ao menos isso tivesse sido feito, não teríamos de recorrer aos meios extremos que foram propostos agora*.

O *Times*, portanto, confessa com todas as letras que as razões originariamente apresentadas para a expedição são pretextos superficiais; que para obter reparação nada semelhante aos procedimentos atuais era necessário; e que, na verdade, o "reconhecimento de reivindicações financeiras e a proteção dos súditos europeus" não têm nada a ver com a intervenção conjunta no México. Então qual é o verdadeiro objetivo e propósito dessa intervenção?

Antes de seguir o *Times* em suas explicações, vejamos *en passant* mais algumas "*curiosidades*" que ele teve o cuidado de não mencionar. Em primeiro lugar, é de fato "curioso" ver a Espanha – de todos os países, justo a Espanha – se tornar um cruzado pela santidade das dívidas externas! O *Courrier du Dimanche* do último domingo[11] já convoca o governo francês a aproveitar a oportunidade e obrigar a Espanha a "cumprir suas obrigações eternamente adiadas para com os credores franceses".

A segunda "curiosidade", ainda maior que a primeira, é que o próprio Palmerston que, segundo uma declaração recente de lorde John Russell, está prestes a invadir o México para fazer o governo deste pagar os credores ingleses, sacrificou voluntariamente, e a despeito do governo mexicano, os direitos da Inglaterra e as garantias dadas pelo México aos seus credores britânicos[12].

Pelo tratado concluído com a Inglaterra em 1826, o México se comprometeu a não permitir a escravidão em nenhum dos territórios que então constituíam seu império[13]. Por outra cláusula do mesmo tratado, ofereceu à Inglaterra, como garantia dos empréstimos

obtidos com capitalistas britânicos, 45 milhões de acres de terras públicas no Texas. Foi Palmerston quem interferiu, dez ou doze anos depois[14], em favor do Texas e contra o México. No tratado concluído por ele com o Texas, ele sacrificou não apenas a *causa antiescravidão*, mas também a *hipoteca das terras públicas*, roubando assim dos credores ingleses as suas garantias. O governo mexicano protestou na época, mas, enquanto isso, o secretário John C. Calhoun se permitiu a chacota de informar ao gabinete de St. James que seu desejo "de ver a escravidão abolida no Texas se realizaria melhor" pela anexação do Texas aos Estados Unidos. Os credores ingleses perderam, de fato, qualquer crédito sobre o México, com o sacrifício voluntário, da parte de Palmerston, das garantias hipotecárias dadas a ele no tratado de 1826.

Mas, uma vez que o *Times* londrino reconhece que a atual intervenção não tem nada a ver com as reivindicações financeiras ou com as injúrias pessoais, qual é afinal o seu suposto ou real objetivo? "*Uma interferência oficial em nome da ordem.*"[15]

Com a Inglaterra, a França e a Espanha planejando uma nova Santa Aliança e formando um areópago armado para a restauração da ordem em todo o mundo, o "México", diz o *Times*, "*deve ser resgatado da anarquia* e posto no caminho do autogoverno e da paz. Um governo forte e estável deve ser estabelecido" pelos invasores, e esse governo deve ser tirado de "um partido mexicano".

Ora, alguém imagina que Palmerston e seu porta-voz, o *Times*, realmente consideram a intervenção conjunta um meio para o fim declarado, isto é, a extinção da anarquia e o estabelecimento de um governo forte e estável no México? Muito longe de prezar por uma crença quimérica desse tipo, o *Times* afirma expressamente em seu editorial de 27 de setembro:

> O único ponto em que talvez haja uma diferença entre nós e nossos aliados diz respeito ao *governo da república*. A Inglaterra ficará satisfeita se ele *permanecer* nas mãos do *partido liberal que está no poder*, mas há suspeitas de que a França e a Espanha preferem o *domínio eclesiástico que foi recentemente deposto* [...] De fato, seria estranho se a França se tornasse, tanto no Velho como no Novo Mundo, a protetora dos padres e dos bandidos.

Em seu editorial de hoje, o *Times* argumenta no mesmo sentido e resume seus escrúpulos na seguinte sentença: "É *difícil supor* que as potências interventoras possam coincidir todas em uma preferência absoluta por um dos dois partidos que dividem o México, e é *igualmente difícil imaginar* que um acordo seja praticável entre inimigos tão determinados".

Palmerston e o *Times* estão, portanto, muito cientes de que "existe um governo no México", que "o Partido Liberal", ostensivamente favorecido pela Inglaterra, "está no poder", que o "*domínio eclesiástico foi deposto*"[16]; que uma intervenção espanhola era a última esperança de padres e bandidos; e, finalmente, que a anarquia mexicana estava morrendo. Eles sabem, portanto, que a intervenção conjunta, sem outro fim declarado senão resgatar o México da anarquia, produzirá o efeito oposto: enfraquecerá o governo constitucional, fortalecerá o partido sacerdotal pelo suprimento de baionetas francesas e espanholas, reacenderá as brasas da guerra civil e, ao invés de extinguir, *restaurará* a anarquia com toda a sua força.

A inferência que o próprio *Times* faz dessas premissas é realmente "notável" e "curiosa". Diz que "essas considerações podem nos induzir a olhar com certa ansiedade para os resultados da expedição, [mas] elas não depõem contra a *conveniência da expedição em si*"[17].

Consequentemente, não depõe contra a conveniência da expedição em si que a expedição deponha contra seu único

propósito claro. Não depõem contra ela os meios que dificultam seu próprio fim declarado.

No entanto, mantive *in petto* [em segredo] a maior "curiosidade" apontada pelo *Times*. "Se", diz ele, "o presidente *Lincoln* aceitasse o convite, que foi entregue pela convenção, para participar das próximas operações, *a natureza do trabalho se tornaria ainda mais curiosa*."

Seria, de fato, a maior de todas as "curiosidades" que os Estados Unidos, convivendo amistosamente com o México, se associassem a mercadores da ordem europeus e, participando de seus atos, sancionassem a interferência de um areópago armado europeu nos assuntos internos dos Estados americanos. O primeiro projeto de transplante da Santa Aliança para o outro lado do Atlântico foi planejado por *Chateaubriand* para os Bourbons franceses e espanhóis na época da restauração[18]. A tentativa foi inibida por um ministro inglês, sr. *Canning*, e por um presidente americano, sr. *Monroe*. A presente convulsão nos Estados Unidos pareceu a Palmerston um momento oportuno para assumir o antigo projeto sob uma nova forma. Uma vez que os Estados Unidos, pelo momento, não devem permitir que nenhuma complicação externa interfira em sua guerra pela União, tudo o que podem fazer é *protestar*. Aqueles na Europa que lhes desejam o melhor esperam que eles protestem e, portanto, repudiem firmemente diante de todo o mundo qualquer cumplicidade com esse que é um plano dos mais nefastos.

Essa expedição militar de Palmerston, levada a cabo por uma coalizão com outras duas potências europeias, teve início durante o recesso, sem a sanção e contra a vontade do Parlamento britânico. A primeira guerra extraparlamentar de Palmerston foi a guerra afegã, mitigada e justificada por *documentos falsos*[19]. Outra guerra desse

tipo foi a guerra persa de 1856-1857[20]. Ele a defendeu na época, alegando que "o princípio da sanção prévia da Câmara não se aplica às guerras *asiáticas*"[21]. Ao que parece também não se aplica às guerras *americanas*. Junto com o controle das guerras estrangeiras, o Parlamento perderá todo o controle do Tesouro nacional e o governo parlamentar se transformará em mera farsa.

---

[a] Traduzido de "The Intervention in Mexico", em *Marx & Engels Collected Works*, v. 19 (Londres, Lawrence & Wishart, 2010), p. 71-8.

[1] Aqui e abaixo Marx utiliza as resenhas do artigo "The Projected Intervention in Mexico", *The Free Press*, n. 10, 2 de outubro de 1861. (N. O.)

[2] "Paris, Tuesday, Nov. 5, 7 A.M.", *The Times*, n. 24.083, 6 de novembro de 1861. (N. O.)

[3] "Some of our Middle-Aged Readers May Recollect the Time...", *The Times*, n. 24.083, 6 de novembro de 1861. (N. O.)

[4] Aqui e abaixo Marx utiliza as resenhas do artigo "The Projected Intervention in Mexico", cit. (N. O.)

[5] *The Morning Post*. (N. O.)

[6] "Bulletin", *Le Moniteur Universel*, n. 309, 5 de novembro de 1861. (N. O.)

[7] "France. Paris, 3 novembre", *Journal de Débats*, 6 de novembro de 1861. (N. O.)

[8] "The Assurance, in Spite of the Denial of the Patrie...", *The Times*, n. 24.049, 27 de setembro de 1861, editorial. (N. O.)

[9] "In a Very Short Time...", *The Times*, n. 24.085, 8 de novembro de 1861. (N. O.)

[10] *Santa Aliança:* associação de monarcas europeus formada em 1815 para eliminar os movimentos revolucionários e preservar as monarquias feudais nos países europeus. Sua famosa declaração estipulava que os monarcas iriam "em todas as ocasiões e lugares, dar uns aos outros auxílio e assistência", e que "perante seus súditos e exércitos considerariam a si mesmos pais de famílias" (Art. I). (N. E. I.)

[11] 3 de novembro de 1861. (N. O.)

[12] *The Times*, n. 24.049, 27 de setembro de 1861. (N. O.)

[13] Aqui e abaixo Marx utiliza as informações dos documentos citados no artigo "Annexation of the Texas, a Case of War between England and the United States", *The Portfolio; Diplomatic Review*, Londres, 1844, v. III, n. XI. (N. O.)

[14] Em 1840. (N. O.)

[15] *The Times,* n. 24.085, 8 de novembro de 1861. (N. O.)

[16] *The Times*, n. 24.049, 27 de setembro de 1861. (N. O.)

[17] Aqui e mais abaixo, *The Times*, n. 24.085, 8 de novembro de 1861. (N. O.)

[18] Em 1823, Chateaubriand, ministro das Relações Exteriores da França, tentou organizar uma intervenção armada contra um conjunto de países latino-americanos com o intuito de restaurar a dominação colonial espanhola e expandir as colônias francesas. As colônias espanholas se tornariam reinos autônomos, comandadas por príncipes Bourbon, incluindo membros da linhagem francesa. O plano fracassou, sobretudo pela oposição britânica e dos Estados Unidos, que tentaram explorar os movimentos de libertação nacional das colônias espanholas para estabelecer sua influência. (N. E. I.)

[19] *Correspondence Relating to Persia and Afghanistan* (Londres, J. Harrison & Son, 1839). Marx se refere à Primeira Guerra Anglo-Afegã (1838-1842), na qual a Grã-Bretanha procurou estabelecer seu domínio colonial sobre o Afeganistão. Ambas as invasões das tropas britânicas, em 1838 e 1842, falharam. (N. O.)

[20] A ocasião da Guerra Anglo-Persa de 1856-1857 foi uma tentativa dos governantes da Pérsia de capturar o principado de Herate. O governo britânico usou essa tentativa como pretexto para iniciar uma intervenção armada contra o Afeganistão e a Pérsia a fim de estabelecer seu domínio na região. Declarou guerra contra a Pérsia e enviou tropas a Herate, mas o levante pela libertação nacional na Índia (1857-1859) forçou os britânicos a buscar um acordo com a Pérsia. Pelo tratado de paz assinado em Paris, em março de 1857, a Pérsia renunciou à sua reivindicação sobre Herate. (N. E. I.)

[21] Discurso de Henry John Palmerston na Câmara dos Comuns em 16 de julho de 1857, em *Hansard's Parliamentary Debates* (Londres, 1857), 3. série, v. CXLVI. (N. O.)

12. Karl Marx
A deposição de Frémont[a]

[Die Presse, n. 325, 26 de novembro de 1861]
19 de novembro de 1861

A deposição de Frémont do comando geral do Missouri é um ponto de inflexão na história da Guerra Civil Americana. Frémont tem dois grandes pecados a pagar. Ele foi o primeiro candidato do Partido Republicano à Presidência [1856] e é o primeiro general do Norte que ameaçou os escravocratas com a emancipação dos escravos [em 30 de agosto de 1861]. É, portanto, um rival para os futuros candidatos à Presidência e um obstáculo para os conciliadores do presente.

Nos últimos vinte anos, consolidou-se nos Estados Unidos a prática muito peculiar de não eleger para a Presidência nenhum homem que ocupe uma posição de destaque em seu próprio partido. O nome desses homens é usado em prévias eleitorais, porém, quando o pleito real se aproxima, eles são abandonados e substituídos por medíocres desconhecidos de influência local. Foi assim que se tornaram presidentes Polk, Pierce, Buchanan etc. Foi assim também com Abraham Lincoln. O general Andrew Jackson foi o último presidente dos Estados Unidos que chegou ao cargo por

sua importância pessoal, enquanto seus sucessores, ao contrário, foram todos eleitos graças à sua insignificância pessoal.

No ano eleitoral de 1860, os nomes mais destacados do Partido Republicano eram Frémont e Seward. Conhecido por suas aventuras na guerra do México[1], sua destemida exploração da Califórnia e sua candidatura em 1856, Frémont era uma figura notável demais para ser até mesmo cogitado, pois não se tratava mais de um comício republicano, mas, sim, de uma vitória eleitoral do partido. Portanto, ele não se apresentou como candidato. Seward, por sua vez, foi senador republicano no Congresso em Washington, governador do estado de Nova York e, desde a fundação do Partido Republicano, foi, sem dúvida, seu principal orador. Foi necessária uma série de derrotas acachapantes para fazer o senhor Seward renunciar à própria candidatura e tornar-se tutor de oratória de Abraham Lincoln, que era mais ou menos desconhecido na época. Contudo, quando viu fracassar as suas próprias tentativas de se candidatar, impôs-se como um Richelieu republicano a um homem que considerava um Luís XIII republicano. Ajudou a fazer Lincoln presidente, sob a condição de que Lincoln o fizesse secretário de Estado, um cargo comparável, de certo modo, ao de um primeiro-ministro inglês. De fato, Lincoln mal foi eleito presidente, Seward se assegurou da Secretaria de Estado. Imediatamente, houve uma estranha mudança na atitude do Demóstenes do Partido Republicano, que ficou famoso após profetizar o “conflito irremediável” entre o sistema do trabalho livre e o sistema escravocrata[2]. Embora eleito em 6 de novembro de 1860, Lincoln somente tomou posse em 4 de março de 1861. Nesse intervalo, durante a sessão de inverno do Congresso, Seward se tornou o centro de todas as tentativas de acordo; os órgãos nortistas do Sul, como o *New York Herald*, para o qual Seward era até então a *bête noire* [besta negra], passaram repentinamente a

elogiá-lo como o estadista da reconciliação e, em verdade, não foi por culpa dele que a paz não foi alcançada. Aparentemente Seward considerava a Secretaria de Estado uma mera etapa preliminar e estava menos preocupado com o "conflito irremediável" do presente do que com a presidência futura. Ele provou, mais uma vez, que os virtuoses das palavras são estadistas perigosamente medíocres. Leia seus despachos oficiais! Que mistura repugnante de grandiloquência e indigência intelectual, expressões de força e atos de fraqueza!

Assim, para Seward, Frémont era o perigoso rival que ele tinha que arruinar; uma tarefa que parecia tanto mais fácil uma vez que Lincoln era, segundo a sua tradição advocatícia, avesso a toda genialidade, apegado às filigranas da Constituição e zeloso em cada passo que pudesse desagradar os "leais" proprietários de escravos dos estados fronteiriços. A personalidade de Frémont impunha outra postura. Ele é manifestamente um homem teatral, um tanto pomposo e extravagante, e não sem arroubos melodramáticos. O governo tentou primeiro fazê-lo abdicar voluntariamente por uma série de perseguições mesquinhas. Quando não deu certo, tomaram-lhe o comando no exato momento em que o exército que ele organizou enfrentava o inimigo no sudoeste do Missouri, e uma batalha decisiva se avizinhava.

Frémont é o ídolo dos estados do Noroeste, que o celebram como o seu "*pathfinder*" [desbravador][3]. Consideraram sua destituição um insulto pessoal. Se o governo da União sofrer mais algum acidente, como os de Bull Run e Balls Bluff[4], ele próprio entregará Frémont como líder à oposição, que se levantará e esmagará o sistema diplomático vigente até agora na condução da guerra. A acusação publicada pelo Ministério da Guerra em Washington contra o general deposto será tratada mais tarde.

[a] Traduzido de “Die Absetzung Frémonts”, em *Karl Marx-Friedrich Engels Werke*, v. 15 (Berlim, Dietz Verlag, 1980), p. 381-3.

[1] *Guerra Mexicana:* a guerra entre os Estados Unidos e o México (1846-1848) foi provocada pelas reivindicações expansionistas dos latifundiários escravagistas sobre o México e pela grande burguesia. Nessa guerra, os Estados Unidos tomaram para si quase metade do território do México, incluindo todo o Texas, a Nova Califórnia e o Nova México. (N. E. A.)

[2] *“Conflito irremediável”:* uma expressão que Seward usou em seu discurso em Rochester, no estado de Nova York, em outubro de 1858, e que se tornou muito popular. Ele tinha em mente as contradições irreconciliáveis entre o Sul e o Norte e a inevitabilidade da colisão. (N. E. A.)

[3] *Pathfinder:* título de um popular romance de James Fenimore Cooper. Frémont foi assim nomeado em razão de suas incursões pela Califórnia. (N. E. A.)

[4] Sobre a batalha de Bull Run, ver “O *Times* londrino sobre os príncipes Orléans na América”, neste volume, nota 18, p. 62. Na batalha de Balls Bluff (a noroeste de Washington), os exércitos do Sul aniquilaram em 21 de outubro de 1861 alguns regimentos do exército do general Stone, que haviam atravessado para a margem direita do rio Potomac e lá permaneceram sem reforços. Ambas as batalhas mostraram sérias deficiências na organização e na tática do exército do Norte. (N. E. A.)

13. Karl Marx
O caso Trent[a]

[Die Presse, n. 331, 2 de dezembro de 1861]
Londres, 28 de novembro de 1861

O conflito entre o vapor-correio inglês Trent[1] e o navio de guerra norte-americano San Jacinto na estreita passagem do Velho Canal das Bahamas[2] é o grande acontecimento do dia. Na tarde de 27 de novembro, o vapor-correio inglês La Plata levou a notícia do incidente a Southampton, de onde o telégrafo tratou de relampejá-la imediatamente para todas as partes da Grã-Bretanha. Na mesma noite, a Bolsa de Valores de Londres foi palco de cenas tempestuosas, semelhantes às da época do anúncio da guerra na Itália. O valor dos títulos públicos caiu de ¾ a 1%. Os rumores mais desvairados correram Londres. O embaixador americano *Adams* teve seu passaporte retido, todos os navios americanos no Tâmisa foram embargados etc. Ao mesmo tempo, houve uma reunião de comerciantes indignados na Bolsa de Valores de Liverpool para exigir do governo britânico medidas de reparação em nome da honra ferida da bandeira nacional. O inglês comum foi para a cama convencido de que dormiria em paz, mas acordaria em estado de guerra.

Apesar disso, é quase certo que o conflito entre o Trent e o San Jacinto não terá a guerra como seu desdobramento. A imprensa

semioficial, como o *Times* e o *Morning Post*, amenizou a situação e tentou conter a chama das paixões com frias deduções jurídicas. Jornais como o *Daily Telegraph*, que ruge ao menor *mot d'ordre*[3] do Leão britânico, estão se revelando verdadeiros exemplos de moderação. Somente a imprensa *tory* [conservadora], como o *Morning Herald* e o *Standard*, partiu para o ataque. Esses fatos obrigam os especialistas a concluir que o governo já tomou a decisão de não transformar o desagradável incidente em um *casus belli*[4].

Além disso, o evento, senão os próprios detalhes do seu desenrolar, eram previsíveis. Em 12 de outubro, os senhores Slidell, embaixador da Confederação na França, e Mason, embaixador da Confederação na Inglaterra, acompanhados de seus secretários Eustis e Mac-Farland, romperam o bloqueio de Charleston com o vapor Theodora e navegaram até Havana para tentar atravessar para a Europa sob bandeira britânica. Sua chegada era esperada diariamente na Inglaterra. Navios de guerra norte-americanos deixaram Liverpool para interceptar os senhores e seus despachos deste lado do Atlântico. O governo britânico levou a questão aos seus consultores jurídicos para saber se os norte-americanos tinham competência para tomar tal medida. A resposta dos consultores foi afirmativa.

A questão jurídica gira em círculos. A América do Norte adota o direito marítimo *inglês*, com todo o seu rigor, desde a fundação dos Estados Unidos. Um princípio basilar desse direito do mar é que todos os *navios mercantes neutros* estão sujeitos a *revista* pelas partes beligerantes.

"Esse direito", declarou lorde Stowell em uma sentença célebre, "conduz à única certeza de que nenhum contrabando será transportado em navios neutros."

A maior autoridade americana, *Kent*, explicou no mesmo sentido: “O direito de autopreservação confere à nação em guerra essa prerrogativa. A jurisprudência do tribunal do almirantado inglês sobre direito de visita e inspeção é plenamente reconhecida pelos tribunais de nosso país”.

Não foi, como às vezes erroneamente se pensa, uma oposição ao direito de inspeção que levou à guerra anglo-americana de 1812 a 1814[5]. Os Estados Unidos declararam a guerra porque a Inglaterra se arrogou *ilegalmente* o direito de inspecionar *navios de guerra* americanos, sob o pretexto de capturar marinheiros ingleses desertores.

O San Jacinto, portanto, tinha o direito de inspecionar o Trent e confiscar qualquer contrabando ali presente. Que os *despachos* em poder de Mason, Slidell e companhia se encaixam na categoria de contrabando, até o *Times*, o *Morning Post* e outros o admitem. A questão é se os senhores Mason, Slidell e companhia eram eles mesmos o contrabando e se, portanto, podiam ser apreendidos! O ponto é espinhoso e há divergência entre os juristas. Pratt, autoridade inglesa mais renomada sobre “contrabando”, menciona em um parágrafo: “*Quase contrabando – despachos, passageiros*”, nomeadamente, “comunicação de informações e ordens de um governo em guerra para seus agentes no estrangeiro, ou o trânsito de passageiros militares”. Os senhores Mason e Slidell, embora não sejam oficiais, não deixam de ser enviados de um governo que nem a Inglaterra nem a França reconhecem. O que eles são, afinal? Mesmo *Jefferson* aponta em suas memórias, a respeito da justificação dos conceitos muito amplos de contrabando[6] declarados pela Inglaterra nas guerras anglo-francesas, que o contrabando, por sua própria natureza, exclui qualquer definição e dá necessariamente grande margem à arbitrariedade. De todo modo, o que se pode ver é que, a

partir do fundamento do direito inglês, a *questão jurídica* está se diluindo em uma controvérsia de Duns Escoto[7], cujo potencial explosivo não irá além da troca de notas diplomáticas.

O *Times* julgou corretamente a dimensão política do procedimento norte-americano quando disse: “O próprio sr. Seward deve saber que a voz desses comissários sulistas, ressoando de sua prisão, é mil vezes mais eloquente em Londres e Paris do que seria se fosse ouvida em St. James ou nas Tulherias”.

E a Confederação já não é representada em Londres pelos senhores Yancey e Mann?

Consideremos essa última operação do senhor Seward uma das faltas de tato características da fraqueza consciente que finge força. Se a aventura marítima acelerar a aposentadoria de Seward do gabinete de Washington, os Estados Unidos não terão nenhum motivo para classificá-lo como um evento desagradável nos anais da história da guerra civil.

---

[a] Traduzido de “Der „Trent“-Fall”, em *Karl Marx-Friedrich Engels Werke*, v. 15 (Berlim, Dietz Verlag, 1980), p. 389-91.

[1] O vapor-correio está ligado à dinâmica do funcionamento dos navios mercantes na época. Em geral eram barcos contratados pelo governo britânico para o transporte dos correios pela companhia postal nacional, a Royal Mail, o que fazia com que ganhassem o prefixo RMS antes de seu nome, ou seja, Royal Mail Ship. O Trent era um desses casos. (N. T.)

[2] O Velho Canal das Bahamas é um estreito entre a porção norte da ilha de Cuba e o sul do Grande Banco das Bahamas, com cerca de 161 quilômetros de comprimento e 24 quilômetros de largura. Importante passagem da rota colonial espanhola, foi preterido por ser alvo constante de ações de pirataria. (N. T.)

[3] Palavra de ordem. (N. O)

[4] Caso para guerra. (N. O.)

[5] A guerra entre Inglaterra e Estados Unidos (1812-1814) foi provocada pela política de não reconhecimento da soberania nacional dos Estados Unidos pelas classes dominantes inglesas e por suas tentativas de restabelecer seu domínio sobre a América. Serviu como

pretexto para os Estados Unidos declararem guerra à Inglaterra a captura ilegal de navios e marinheiros americanos pelos ingleses. No conflito contra a Inglaterra, as Forças Armadas americanas contaram com o apoio das massas populares, que viam nas ações dos ingleses o perigo de restabelecimento do regime colonial. Essa luta era vista como uma segunda Guerra de Independência. As ações militares de 1812 a 1814 em terra firme não foram boas para os americanos. Apesar da ocupação temporária de Washington em agosto de 1814, a Inglaterra, que estava muito enfraquecida em razão das guerras contra Napoleão e sofrera perdas consideráveis após as operações bem-sucedidas da frota americana, foi obrigada a assinar a paz em dezembro de 1814, em Gante, e reconhecer o status pré-guerra. As operações militares foram encerradas em janeiro de 1815, depois que as tropas americanas impuseram uma derrota decisiva ao exército inglês em New Orleans. (N. E. A.)

[6] Em resposta ao bloqueio continental de 1806 decretado por Napoleão, que proibia os países do continente europeu de comercializar com a Inglaterra, a Inglaterra estabeleceu um controle sobre o comércio marítimo dos países neutros e aproveitou o amplo comércio de contrabando como uma oportunidade para apreender os navios da França e de outros países em alto-mar. (N. E. A.)

[7] *Controvérsia de Duns Escoto:* método de introdução das disputas escolásticas pela justaposição de “prós” e “contras” (*pro et contra*); do nome do filósofo nominalista medieval João Duns Escoto (ca. 1265-1308), em cujas obras o método foi amplamente desenvolvido. (N. E. A.)

14. Karl Marx
O conflito anglo-americano[a]

[Die Presse, n. 332, 3 de dezembro de 1861]
Londres, 29 de novembro de 1861

Os procuradores da Coroa[1] apresentaram ontem seu parecer sobre a aventura marítima no Canal das Bahamas. As atas do processo consistiam em relatórios por escrito dos oficiais ingleses que permaneceram a bordo do Trent e no depoimento do comodoro Williams, que se encontrava a bordo como agente do almirantado, mas desembarcou em Southampton em 27 de novembro, vindo no navio La Plata, e foi imediatamente convocado via telégrafo a se apresentar em Londres. Os procuradores da Coroa reconheceram o direito do San Jacinto de visitar e inspecionar o Trent. Visto que a proclamação de neutralidade da rainha Vitória, logo no início da Guerra Civil Americana, relaciona explicitamente os *despachos* como artigo de contrabando[2], não havia dúvidas quanto a esse ponto. Restava saber, porém, se os senhores Mason, Slidell e companhia eram contrabando e, portanto, confiscáveis. Os procuradores da Coroa pareciam ser dessa opinião, visto que deixaram passar a questão jurídica *de fundo*. Em sua avaliação, conforme noticiou o *Times*, acusam o comandante do San Jacinto apenas de um *erro de procedimento*. Em vez de apreender os senhores Mason, Slidell e

companhia, ele tinha de ter levado o próprio Trent a reboque até o porto americano mais próximo e lá tê-lo submetido ao julgamento de um tribunal de presas[3]. Esse é incontestavelmente o procedimento correspondente aos ditames do direito marítimo inglês e, portanto, também do norte-americano.

Também é indiscutível que os ingleses violaram essas leis com frequência durante a guerra antijacobina[4] e agiram sumariamente, como no caso San Jacinto. Seja como for, na opinião dos procuradores da Coroa, todo o conflito se reduz a um *erro técnico* e, portanto, não tem nenhuma consequência imediata. Duas circunstâncias facilitaram a aceitação dessa versão pelo governo da União, isto é, a execução de uma satisfação formal. Em primeiro lugar, o capitão Wilkes, comandante do San Jacinto, não poderia ter recebido nenhuma instrução direta de Washington. Na viagem de volta da África para Nova York, ele atracou em Havana no dia 2 de novembro e zarpou em 4 de novembro, enquanto o seu encontro com o Trent em alto-mar ocorreu em 8 de novembro. A estadia de apenas dois dias do capitão Wilkes em Havana não lhe permitiria qualquer troca de correspondências com o seu governo. O cônsul-geral da União[5] era a única autoridade americana com quem ele poderia ter tido contato. Em segundo lugar, ele claramente perdera a cabeça, como mostrou sua recusa em entregar os despachos.

A importância do acontecimento reside no impacto moral que teve sobre o povo inglês e no capital político que os algodoeiros ingleses partidários da Secessão podem facilmente tirar dele. A reunião dos indignados de Liverpool, que já mencionei aqui, serve para caracterizá-los. O encontro ocorreu às 15 horas do dia 27 de novembro, nas câmaras de leilão de algodão da Bolsa de Valores de Liverpool, uma hora depois do alarmante telegrama vindo de Southampton.

Após tentativas infrutíferas de forçar à presidência o senhor Cunard, proprietário dos navios a vapor Cunard[6], que trafegam entre Liverpool e Nova York, e outros grandes dignitários do comércio, um jovem comerciante chamado *Spence*, conhecido por um panfleto a favor da república escravocrata, assumiu a cadeira de presidente. Contrariamente às regras das reuniões inglesas, ele próprio, na condição de presidente, propôs "apelar para que o governo faça valer a dignidade da bandeira britânica, exigindo uma imediata reparação pelos danos sofridos".

Aplausos e mais aplausos, palmas efusivas e vivas atrás de vivas! O principal argumento do porta-voz da república escravocrata era que os navios negreiros tinham sido até então protegidos pela bandeira americana do direito de inspeção reivindicado pela Inglaterra. E então o filantropo se entregou a ataques furiosos contra o comércio de escravos! Admitiu que a Inglaterra provocou a guerra de 1812-1814 contra os Estados Unidos, porque insistiu em procurar marinheiros ingleses desertores nos navios de guerra da União.

> Mas – prosseguiu em sua maravilhosa dialética – há uma enorme diferença entre usar o direito de inspeção para recapturar desertores da Marinha Britânica e o direito de sequestrar a força homens da mais alta dignidade, como os senhores Mason e Slidell, independentemente da proteção da bandeira inglesa!

Seu grande trunfo ficou para o final da diatribe:

> Estive recentemente – vociferou ele – no continente europeu. Os comentários que fizeram lá sobre a nossa conduta com os Estados Unidos me deixaram envergonhado. O que afirma todo homem inteligente no continente? Que decidimos nos dobrar servilmente a cada injustiça, a cada violação de nossa dignidade pelo governo dos Estados Unidos. O que eu poderia responder? Só pude corar de vergonha. Mas o jarro tanto vai à fonte que um dia quebra. Nossa paciência já foi suficientemente testada, enquanto foi possível controlá-la (a paciência). Agora, finalmente, chegamos aos fatos (!), e é um fato muito desagradável e marcante (!), e é dever de todo inglês informar ao

governo quão forte e uníssono é o sentimento desta grande nação quanto às injustiças praticadas contra a sua bandeira.

Essa enxurrada absurda de palavras foi celebrada com uma salva de palmas. Vozes contrárias foram recebidas com vaias, urros e assobios. Quando o senhor Campbell comentou que toda a reunião fora “ilegal”, o implacável Spence respondeu: “Que seja, mas o fato que estamos enfrentando é por si só ilegal”. Em resposta à sugestão de um senhor Turner de que a reunião fosse remarcada para o dia seguinte para que “a cidade de Liverpool tivesse a sua palavra e não uma camarilha de corretores de algodão usurpando o seu nome”, ressoaram por todos os lados: “Peguem-no pelo pescoço, chutem-no para fora”! O senhor Turner, sem se deixar abalar, repetiu sua proposta, a qual, novamente contra todos os protocolos das reuniões inglesas, não foi levada a votação. Spence venceu. Em verdade, nada esfriou mais os ânimos em Londres do que a notícia da vitória do senhor Spence.

---

[a] Traduzido de “Der englisch-amerikanische Streit”, em *Karl Marx-Friedrich Engels Werke*, v. 15 (Berlim, Dietz Verlag, 1980), p. 392-4.

[1] Os procuradores da Coroa *(law officers of the Crown*) são os representantes máximos do poder judiciário na Inglaterra: são equivalentes ao procurador-geral da União e ao advogado-geral da União. (N. E. A.)

[2] A proclamação da rainha Vitória sobre a neutralidade da Inglaterra na Guerra de Secessão foi emitida em 13 de maio de 1861, em resposta ao bloqueio dos portos da Confederação pelos Estados Unidos em abril de 1861. A proclamação reconhecia o bloqueio do Sul somente quando este fosse efetivo e, ao mesmo tempo, reconhecia os direitos dos estados do Sul de se apropriar de navios americanos em alto-mar. Na realidade, a proclamação significou o reconhecimento na prática da Confederação como parte beligerante. (N. E. A.)

[3] Os tribunais de presas são instituídos pelas partes beligerantes em seus respectivos territórios para decidir quanto ao direito de confisco dos navios capturados (presas). As presas marítimas são navios mercantes inimigos ou cargas confiscadas por uma das partes

beligerantes durante o conflito. Navios neutros também podem ser considerados presas, se estiverem transportando artefatos de guerra. (N. E. A.)

[4] A guerra antijacobina refere-se basicamente às Guerras Napoleônicas, que colocou a Inglaterra e a Santa Aliança contra a insurgência e a favor da restauração das ordens monárquicas no continente europeu. (N. T.)

[5] O cônsul-geral da União em Havana naquele momento era Charles Helm, um diplomata declaradamente simpático à Confederação, o que o fez deixar o posto no decorrer da Guerra Civil. Por esse motivo é que Marx descarta qualquer possibilidade de influência dele na ação do capitão Wilkes. (N. T.)

[6] A Cunard Line é uma companhia de transporte marítimo anglo-americana, fundada por Samuel Cunard em 1840 em Southampton, com atuação e protagonismo até os dias atuais. (N. T.)

15. Friedrich Engels
Lições da guerra americana[a]

[The Volunteer Journal, for Lancashire and Cheshire, n. 66, 6 de dezembro de 1861]
Início de dezembro de 1861

Há algumas semanas, quando chamamos atenção para o processo de depuração que se tornara necessário no exército americano de voluntários, estávamos longe de exaurir as valorosas lições que essa guerra tem dado aos voluntários deste lado do Atlântico. Pedimos licença, portanto, para retornar ao assunto.

O tipo de guerra que está sendo travado na América é realmente sem precedentes. Do Missouri a Chesapeake Bay, um milhão de homens, divididos quase igualmente em dois campos hostis, estão há seis meses diante uns dos outros sem terem realizado uma única grande ação. No Missouri, os dois exércitos avançam, recuam, batalham, avançam e recuam novamente, em turnos, sem nenhum resultado visível; mesmo agora, depois de sete meses de marcha e contramarcha – o que deve ter devastado o país a um grau terrível –, as coisas ainda parecem muito distantes de serem decididas. No Kentucky, depois de um longo período de aparente neutralidade[1], mas de preparação real, parece iminente um estado similar de coisas. Na Virgínia Ocidental, houve ações constantes de menor

alcance sem nenhum resultado aparente; e no Potomac, onde as maiores massas de ambos os lados estão concentradas, quase à vista uma da outra, nenhuma das partes ataca, mostrando que, da forma como as coisas estão, nem mesmo uma vitória teria utilidade. E a menos que circunstâncias alheias a esse estado de coisas causem uma grande mudança, esse estéril sistema de guerra pode continuar por meses.

Como podemos explicar isso?

Os americanos têm, de ambos os lados, praticamente apenas voluntários. O pequeno núcleo do antigo Exército regular dos Estados Unidos ou foi dissolvido ou é muito fraco para influenciar a enorme massa de recrutas inexperientes que se acumularam no palco da guerra. Não há sequer sargentos instrutores suficientes para transformar esses homens em soldados. Consequentemente, o treinamento deve acontecer de maneira muito lenta e não há realmente como prever quanto tempo poderá levar até que o excelente material humano recrutado em ambas as margens do Potomac esteja apto para se movimentar em grandes massas e lutar ou aceitar lutar com suas forças combinadas.

Mas ainda que os homens pudessem ser treinados em tempo razoável, não haveria oficiais suficientes para liderá-los. Sem mencionar os oficiais intermediários – que necessariamente não podem ser escolhidos entre os civis –, não há comandantes de batalhões em número suficiente, ainda que cada tenente ou segundo-tenente fosse nomeado para tal posto. É inevitável, portanto, um número considerável de coronéis civis; e ninguém que conheça nossos voluntários pensará que McClellan ou Beauregard são demasiadamente tímidos, se se recusarem a entrar em ações agressivas ou movimentos estratégicos complicados com coronéis civis, formados há seis meses, executando suas ordens.

Vamos pressupor, entretanto, que essa dificuldade tenha sido, no geral, superada; que os coronéis civis, com seus uniformes, também tenham adquirido o conhecimento, a experiência e o tato necessários para o desempenho de seus deveres – ao menos no que concerne à infantaria. Mas como será com a cavalaria? Um regimento de cavalaria requer mais tempo e mais experiência no treino dos oficiais do que um regimento de infantaria. Supondo-se que todos os homens ingressem na cavalaria com um conhecimento suficiente de equitação – isto é, que consigam permanecer equilibrados em seus cavalos, tenham comando sobre eles, saibam como arreá-los e alimentá-los –, ainda assim o tempo necessário para treiná-los mal diminuiria. O hipismo militar, aquele tipo de controle sobre o cavalo que o faz realizar todos os movimentos necessários para as evoluções da cavalaria, é muito diferente da equitação comumente praticada por civis. A cavalaria de Napoleão, que o senhor William Napier[2] considerou quase melhor do que a cavalaria inglesa da época, consistia notoriamente nos piores cavaleiros que já adornaram uma sela; e muitos de nossos melhores cavaleiros de campo, ao ingressar nos exércitos de voluntários montados, descobriram que tinham ainda muito para aprender. Não deve nos surpreender, portanto, que os americanos são muito deficientes na cavalaria, e que o pouco que eles têm consiste em um tipo cossaco ou indígena de tropas irregulares (*rangers*), incapazes de atacar de forma combinada.

Na artilharia, devem estar em situação ainda pior; e da mesma maneira os engenheiros. Ambos são ramos altamente científicos das forças armadas e requerem longos e cuidadosos treinamentos de oficiais e suboficiais – certamente, mais ainda do que na infantaria. Além do mais, a artilharia é um ramo mais complicado do que a cavalaria; precisa de armas, cavalos preparados para esse tipo de

condução e duas classes de homens treinados: atiradores e condutores; precisa também de grandes laboratórios, ferrarias, oficinas etc. para a munição e diversas carroças para transportá-la – tudo isso providenciado por um complexo maquinário. Dizem que os federalistas[3] têm, ao todo, seiscentas peças de artilharia em campo; como elas servirão, porém, podemos bem imaginar, sabendo que é totalmente impossível formar, a partir do nada e em seis meses, cem baterias completas, bem equipadas e bem servidas.

Mas suponhamos, novamente, que todas essas dificuldades sejam superadas e a parte combativa das duas seções hostis dos americanos estejam em boas condições para o trabalho. Ainda assim, elas poderiam se movimentar? Certamente que não. Um exército deve ser alimentado; e um exército grande em um território comparativamente pouco povoado, como a Virgínia, o Kentucky e o Missouri, deve ser alimentado sobretudo por armazéns. O suprimento de munição deve ser reabastecido; o exército deve ser seguido por armeiros, seleiros, carpinteiros e outros profissionais para manter o equipamento militar em boas condições. Todos esses requisitos estão claramente ausentes na América; tiveram de ser organizados praticamente do nada; e não temos nenhuma evidência de que, mesmo agora, o sistema de gerenciamento e transporte dos dois exércitos tenha saído de sua primeira infância.

A América, tanto o Norte quanto o Sul, tanto a federada quanto a confederada, não possuía uma organização militar, por assim dizer. Numericamente, o exército de linha era totalmente inadequado para enfrentar qualquer inimigo respeitável; a milícia era quase inexistente. As guerras passadas da União nunca exigiram esforço da força militar do país; a Inglaterra, entre 1812 e 1814, não dispunha de muitos homens e o México defendeu-se sobretudo com uma turba[4]. O fato é que, por sua posição geográfica, a América não tinha

inimigos que pudessem atacá-la com mais de 30 mil ou 40 mil soldados regulares, no pior dos casos; e, para tais números, a imensa extensão do país logo se mostraria um obstáculo mais formidável do que qualquer tropa que a América pudesse colocar contra eles; enquanto seu exército era suficiente para formar um núcleo de aproximadamente 100 mil voluntários e treiná-los em um tempo razoável. Mas quando uma guerra civil convoca mais de um milhão de combatentes, todo o sistema colapsa e tudo tem de começar do começo. Os resultados estão diante de nós. Duas tropas imensas e desajeitadas enfrentam-se, uma temendo a outra, e quase com tanto medo da vitória quanto da derrota, e tentam, com um imenso custo, estabelecer-se como algo parecido com uma organização regular. O desperdício de dinheiro, por mais espantoso que seja, é inevitável, dada a total ausência de um trabalho de base organizado sobre o qual se pudesse erguer a estrutura. Com a ignorância e a inexperiência reinando absolutas em todos os departamentos, como poderia ser diferente? Por outro lado, o resultado daquilo que foi desembolsado, em eficiência e organização, é extremamente fraco. E poderia ser diferente?

Os voluntários britânicos podem agradecer aos céus por terem, de saída, um numeroso, disciplinado e experiente exército para abrigá-los sob as suas asas. A despeito dos preconceitos inerentes a todo ofício, esse exército os recebeu e os tratou bem. Espera-se que os voluntários ou o público jamais pensem que as tropas voluntárias podem superar algum dia, e em qualquer grau, as regulares. Se alguém o faz, contemplar o estado dos dois exércitos americanos de voluntários deve provar a ignorância e a insensatez de tal pensamento. Nenhum exército de civis recém-formado jamais poderá subsistir em condição eficiente se não for treinado e apoiado pelos imensos recursos materiais e intelectuais depositados nas

mãos de um exército regular proporcionalmente forte e, acima de tudo, pela organização que forma a principal força dos regulares. Suponhamos que uma invasão ameace a Inglaterra e comparemos o que seria feito com o que inevitavelmente vem acontecendo na América. Na Inglaterra, o Ministério da Guerra, com a ajuda de alguns escriturários a mais, facilmente encontrados entre militares formados, estaria apto a realizar todo o trabalho adicional que resultaria de um exército de 300 mil voluntários; há um número suficiente de oficiais que recebem meio soldo para assumir três ou quatro batalhões de voluntários, cada um sob sua inspeção especial e, com algum esforço, todo batalhão poderia ter um oficial de linha como assistente e um como coronel. A cavalaria, obviamente, não poderia ser improvisada; mas uma reorganização resoluta dos voluntários da artilharia – com oficiais e condutores da Artilharia Real – ajudaria a formar muitas baterias de campo. Os engenheiros civis do país esperam apenas uma oportunidade para receber o treinamento do lado militar da profissão, o que os tornaria engenheiros oficiais de primeira classe. Os serviços de gerenciamento e transporte estão organizados e poderiam ser adaptados para abastecer as necessidades de 400 mil homens, tão facilmente quanto as de 100 mil. Nada estaria desorganizado, nada seria perturbado; por toda parte haveria ajuda e assistência aos voluntários, que em nenhum momento teriam de tatear no escuro; e, salvo alguns tropeços que seriam inevitáveis logo que a Inglaterra se lançasse à guerra, não vemos razão para que em seis meses tudo não funcionasse muito suavemente.

Olhe-se agora para a América e veja-se que valor tem um exército regular para um exército emergente de voluntários.

[a] Traduzido de “Lessons of the American War”, em *Marx & Engels Collected Works*, v. 18 (Londres, Lawrence & Wishart, 2010), p. 525-9.

[1] No início da Guerra Civil, o Kentucky, um dos estados fronteiriços (aqueles adjacentes ao paralelo 38˚, que separa o Sul escravagista do Norte) declarou neutralidade. O território em si foi palco de um sério conflito entre os apoiadores da União e os dos confederados, cujas tropas invadiram o Kentucky, violando sua “neutralidade”. Em setembro de 1861, a Assembleia Legislativa do estado decretou sua adesão à União, a despeito da resistência do governador. (N. E. I.)

[2] William Napier, *History of the War in the Peninsula and in the South of France: from the year 1807 to the year 1814,* v. 3, (Filadélfia, Carey and Hard, 1842), p. 272. (N. O.)

[3] Os *federalistas* ou *unionistas* na Guerra Civil Americana eram partidários do Norte, opostos aos Secessionistas ou Confederados, apoiadores da Confederação dos Estados do Sul. (N. E. I.)

[4] Engels refere-se aqui às guerras entre a Grã-Bretanha e os Estados Unidos em 1812-1814 e entre os Estados Unidos e o México em 1846-1848. (N. E. I.)

16. Karl Marx
Os atores principais no Drama Trent[a]

[Die Presse, n. 337, 8 de dezembro de 1861]
Londres, 4 de dezembro de 1861

É importante, neste momento, que nos familiarizemos com os protagonistas do drama Trent. De um lado, está o herói ativo, o comandante do San Jacinto, capitão *Wilkes*; do outro, os heróis passivos, *J. M. Mason* e *John Slidell*. O capitão Charles Wilkes é descendente direto do irmão do famoso demagogo inglês Wilkes, que, por um momento, ameaçou o trono de Jorge III. A luta com as colônias norte-americanas salvou a dinastia Hanôver de uma revolução inglesa, cujos sintomas foram imediatamente audíveis nos gritos estridentes de um tal Wilkes e nas cartas de um tal Junius[1]. O capitão Wilkes, nascido em 1798 em Nova York, há 43 anos a serviço da Marinha americana, comandou a esquadra que de 1838 a 1842 explorou de norte a sul do oceano Pacífico em nome do governo da União. Ele publicou um relatório sobre essa expedição em cinco volumes[2]. Também é autor de um livro sobre a América ocidental que traz algumas informações valiosas sobre a Califórnia e a região do Oregon. Agora, o que é certo é que Wilkes improvisou sozinho o ataque, sem nenhuma orientação de Washington.

Os dois comissários da Confederação sulista que foram capturados – os senhores *Mason* e *Slidell* – são opostos em todos os sentidos. Mason, nascido em 1798, é oriundo de uma daquelas antigas famílias aristocráticas da Virgínia que fugiram da Inglaterra após o abate dos monarquistas na Batalha de Worcester[3]. O avô do nosso herói pertence ao círculo de homens que, ao lado de Washington, Jefferson etc., são considerados pelos americanos "*the revolutionary fathers*" [os pais da revolução]. John Slidell não é, como seu colega, nem de origem aristocrática nem, como Mason, escravagista de nascimento. Sua cidade natal é Nova York, onde seu avô e seu pai ganharam a vida como honestos *tallow-chandlers* [sebeiros]. Após estudar direito alguns anos, *Mason* entrou para a carreira política. Figurou várias vezes como membro da Assembleia Legislativa da Virgínia a partir de 1826, apareceu em uma sessão da Câmara dos Deputados do Congresso americano em 1837, mas somente veio a ter relevância em 1847. Nesse ano, foi eleito pela Virgínia para o Senado americano, no qual atuou até a primavera de 1861. *Slidell*, hoje com 68 anos, foi obrigado a deixar Nova York mais cedo do que gostaria em razão de um adultério e um duelo, enfim, uma história escandalosa. Ele partiu para New Orleans, onde vivia da jogatina e depois da advocacia. Primeiro foi deputado na Louisiana, não demorou muito foi para a Câmara dos Deputados e, finalmente, para o Senado do Congresso americano. Como líder das falcatruas eleitorais durante o pleito presidencial de 1844, e depois como integrante de um esquema de fraude com terras públicas, ele próprio ficou chocado com o tipo de moralidade que é comum na Louisiana.

Mason herdou a influência, Slidell a adquiriu. Ambos os homens se encontraram e se complementaram no Senado americano, o bastião da oligarquia escravocrata. De acordo com a Constituição

americana, o Senado elege uma Comissão Especial para Assuntos Externos que desempenha o mesmo papel que o *privy council*[4] [conselho privado] exercia outrora na Inglaterra, antes de o chamado "gabinete", mais uma grandiosidade teoricamente desconhecida da constituição inglesa, usurpar as competências do conselho privado. Mason foi por muito tempo presidente de tal comissão, enquanto Slidell foi um de seus mais destacados membros.

Mason, firmemente convencido de que todos que nascem na Virgínia são semideuses e todo ianque é um plebeu malandro, nunca procurou disfarçar seu desprezo pelos colegas do Norte. Prepotente, arrogante e insolente, sabia franzir constantemente a testa em dobras sombrias da carranca de Zeus e levar os costumes do campo para o Senado. Fanático encomiasta da escravidão, desavergonhado caluniador do Norte, em especial da classe trabalhadora, e de conduta abertamente antibritânica, Mason cansou o Senado com a importunação de uma retórica profusa que tenta inutilmente esconder um enorme vazio sob uma pompa oca. Como uma espécie de protesto, nos últimos anos ele tem usado uma capa de linho cinza tecido à mão na Virgínia; entretanto, o que caracteriza o homem é que o tal casaco cinza é adornado com botões brilhantes, todos provenientes de um estado da Nova Inglaterra, Connecticut.

Enquanto Mason encenava o Júpiter Tonans[5] da oligarquia escravocrata no proscênio, Slidell trabalhava nos bastidores. Com uma rara habilidade para as intrigas, uma perseverança incansável e uma crueldade sem limites, mas, ao mesmo tempo, cauteloso, dissimulado, nunca inoportuno e sempre atuante, Slidell era a alma do conclave conspiratório dos sulistas. Sua reputação pode ser julgada pelo fato de que em 1845, um pouco antes do início da guerra com o México, ele foi enviado para lá como diplomata, mas o México se recusou a tratá-lo como tal[6]. As intrigas de Slidell

levaram Polk à Presidência. Foi um dos conselheiros mais perniciosos do presidente Pierce e o gênio do mal da administração Buchanan. Ambos, Mason e Slidell, foram os principais oradores da lei dos escravos fugitivos; ambos provocaram o banho de sangue no Kansas e, em conjunto, estiveram por trás das medidas da administração Buchanan que deram ao Sul todos os meios de apostasia, enquanto deixavam o Norte sem saída.

Já em 1855, Mason declarou em um evento público na Carolina do Sul que "o Sul só tem uma saída: a separação imediata, absoluta e perpétua". Em março de 1861, declarou no Senado "que não devia lealdade ao governo da União", mas manteve seu assento no Senado e continuou a receber seu salário, enquanto a segurança de sua pessoa o permitiu – um espião no conselho supremo da nação e um parasita fraudulento no tesouro nacional.

A bisavó de Mason era filha do famoso sir William Temple. Ele era, portanto, um parente distante de Palmerston. Mason e Slidell não se apresentavam ao povo do Norte apenas como adversários políticos, mas como *inimigos pessoais*. Daí o júbilo geral com sua captura, que foi capaz até mesmo de abafar nos primeiros dias a preocupação com o perigo que vinha da Inglaterra.

---

[a] Traduzido de "Die Hauptakteure im „Trent"-Drama", em *Karl Marx-Friedrich Engels Werke*, v. 15 (Berlim, Dietz Verlag, 1980), p. 406-8.

[1] Em 1763, o escritor inglês John Wilkes criticou a fala do trono do rei Jorge III da Inglaterra, no jornal *The North Briton*, publicado por ele. Por essa crítica, foi expulso da Câmara dos Comuns e considerado um fora da lei. Foi obrigado a fugir para a França. Após seu retorno, em 1768, Wilkes foi eleito várias vezes ao Parlamento, mas em todas os votos foram declarados inválidos. Wilkes somente voltou ao Parlamento na quinta vez em que foi eleito. O caso Wilkes tornou-se um termômetro do crescimento da crise política na Inglaterra. Depois que se tornou *sheriff* (xerife) e *lord mayor* (prefeito) de Londres, Wilkes estranhamente oprimiu as agitações das classes populares em 1780 e expôs a si mesmo como um demagogo. Em conexão com o caso Wilkes, ficaram famosas as cartas publicadas no jornal

The Public Advertiser, do fim de 1768 até 1772, sob o pseudônimo de Junius. O autor das cartas liderou a luta pela reabilitação de Wilkes e pela democratização do sistema político inglês. Em 1772, as cartas de Junius foram publicadas em formato de livro. Como se descobriu mais tarde, o autor era o publicista inglês Philip Francis. (N. E. A.)

[2] Charles Wilkes, *Narratives of the United States Exploring Expedition during the Years 1838, 1839, 1840, 1841 e 1842* (Filadélfia, Lea & Blanchard, 1845). (N. T.)

[3] Na Batalha de Worcester, em 3 de setembro de 1651, as tropas inglesas de Cromwell infligiram uma derrota acachapante ao Exército Real Escocês, comandado por Carlos II, que fugiu para a França. (N. E. A.)

[4] O Conselho Privado do Rei foi criado no século XIII, na Inglaterra, e era composto originalmente por representantes da nobreza feudal e do alto clero. Até o século XVII, o conselho, na qualidade de órgão consultivo supremo do rei, desempenhou um papel importante no governo do Estado. Com o desenvolvimento do parlamentarismo e o fortalecimento do gabinete ministerial, o conselho perdeu progressivamente a sua importância. (N. E. A.)

[5] Júpiter, Deus do Trovão. (N. T.)

[6] Em novembro de 1845, Slidell foi enviado ao México pelo presidente Polk com a missão secreta de expandir a fronteira sul do Texas e adquirir o Novo México e a Alta Califórnia. Após o governo mexicano recusar-se a credenciar Slidell como embaixador plenipotenciário, os Estados Unidos iniciaram a guerra contra o México em abril de 1846 e tomaram para si as regiões citadas. (N. E. A.)

17. Karl Marx
A controvérsia sobre o caso Trent[a]

[Die Presse, n. 340, 11 de dezembro de 1861]
Londres, 7 de dezembro de 1861

A imprensa palmerstoniana – mostrarei em outra oportunidade que Palmerston controla tão *incondicionalmente* $^{9}/_{10}$ da imprensa inglesa quando o assunto é relações internacionais quanto Luís Bonaparte controla $^{9}/_{10}$ da imprensa francesa –, a imprensa palmerstoniana sente que trabalha sob "obstáculos encantadores"[1]. Admite, por um lado, que os procuradores da Coroa reduziram a acusação contra os Estados Unidos a um mero *erro de procedimento*, um *deslize técnico*. Alega, por outro lado, que, com base em tal preciosismo jurídico, os Estados Unidos receberam um *ultimato imperativo* que somente podia ser emitido mediante uma grave violação da lei, mas não a partir de um mero erro formal no exercício de um direito reconhecido. Agora, a imprensa palmerstoniana está novamente apelando para a questão jurídica *material*. A grande importância do caso parece exigir uma breve apreciação da questão jurídica *material*.

Por enquanto, cabe ressaltar que nem um único jornal inglês ousou condenar o San Jacinto por visitar e inspecionar o Trent. Assim, esse ponto fica fora da controvérsia.

Primeiramente, lembremos a importante passagem da proclamação de neutralidade da rainha Vitória em 13 de maio de 1861. O trecho diz:

> *Vitória R.* Visto que estamos em paz com os Estados Unidos [...] alertamos a todos os nossos amados súditos [...] que não infrinjam nossa proclamação [...] rompendo o bloqueio legalmente reconhecido, ou *transportando oficiais* [...] *despachos* [...] ou qualquer outro contrabando de guerra. Qualquer um que cometa tal violação da lei estará sujeito a diversas penalidades previstas pelo direito inglês e pelo direito internacional [...] Essas pessoas não gozarão, em hipótese alguma, de nossa *proteção* contra as consequências de seu comportamento, mas, ao contrário, terão de enfrentar nosso descontentamento.

Essa proclamação da rainha Vitória declara de pronto que despachos são contrabando e submete o navio que transporte tal contrabando às “penalidades previstas pelo direito internacional”. Que penalidades são essas?

Wheaton, um autor americano de direito internacional cuja autoridade é reconhecida nos dois lados do Atlântico, diz em seu livro *Elements of International Law* [Elementos do direito internacional], página 565:

> O transporte de despachos do inimigo sujeita o navio *neutro* que os transporta a *apreensão* e *confisco*. As consequências de tal serviço vão muito além do efeito do transporte de contrabando comum [...] como diz o senhor *W. Scott*, juiz *inglês*: o transporte de material de guerra é necessariamente de natureza limitada, enquanto o de despachos é um ato que pode comprometer todo um plano de campanha do oponente [...] O confisco de artigo ofensivo, que constitui a penalidade habitual por contrabando, seria ridículo, se fosse utilizado no caso de contrabando de despachos. Despachos não contam como carga. Portanto, seu confisco não afeta o proprietário do navio, não pune o navio que o transporta. É a embarcação que carrega os despachos que deve ser *confiscada*.

Walker, em seu *Introduction of American Law* [Introdução ao direito americano], afirma: “Os neutros não devem participar do transporte de *despachos inimigos*, sob pena de confisco do navio e da carga”.

Kent, tido como uma autoridade definitiva nos tribunais ingleses, explica em seus *Commentaries* [Comentários]: “Se, durante a inspeção de um navio, houver a constatação de que ele transporta *despachos inimigos*, ele estará sujeito à pena de apreensão e confisco em julgamento de um tribunal de presas”.

O *doutor Robert Phillimore*, “Advocate of Her Majesty in her office of Admiralty” [advogado de Sua Majestade no Tribunal do Almirantado], sustenta em sua mais nova obra sobre direito internacional, página 370:

> As comunicações oficiais de um agente público sobre assuntos de um governo em guerra são *despachos* que imprimem um caráter hostil a quem os transporta. As consequências nefastas de tal serviço são imprevisíveis e vão muito além do transporte de contrabando comum; pois é evidente que, por meio do transporte de tais despachos, os mais importantes planos de um exército beligerante podem ser apoiados ou sabotados [...] A pena de confisco é não apenas o confisco do navio que transporta os despachos, mas também de toda a sua carga.

Dois pontos, portanto, são certos. A proclamação da rainha Vitória em 13 de maio de 1861 submete às sanções do direito internacional os navios ingleses que carregarem despachos da Confederação. O direito internacional, de acordo com especialistas ingleses e americanos, impõe prisão e confisco como *penalidade* a tais navios.

Os órgãos de Palmerston *mentiram*, portanto, seguindo ordens vindas de cima – e nós fomos suficientemente ingênuos para acreditar em sua mentira –, quando afirmaram que o capitão do San Jacinto se abstivera de procurar *despachos* no Trent, por isso não

encontrou nenhum; por causa desse descuido, portanto, o Trent se tornara à prova de balas. Os jornais americanos de 17 a 20 de novembro, *não tendo ainda conhecimento* das mentiras inglesas, relataram *unanimemente* que os despachos *foram apreendidos* e já se encontravam prontos para serem submetidos ao Congresso em Washington. Isso muda toda a situação. Em razão desses despachos, o San Jacinto tinha o direito de rebocar o Trent e qualquer tribunal de presas americano tinha o dever de confiscá-lo, assim como a sua carga. Com o Trent, os passageiros também estariam necessariamente sob a jurisdição americana.

Os senhores Mason, Slidell e companhia, tão logo o Trent atracou em Monroe, entraram como rebeldes na jurisdição americana. Se o capitão do San Jacinto tivesse se contentado em se apropriar dos despachos e de seus portadores, ao invés de ter ele mesmo rebocado o Trent até um porto americano, ele não teria piorado a situação de Mason, Slidell e companhia, mas o *erro de procedimento* beneficiou o Trent, sua carga e seus passageiros. E, de fato, teria sido vergonhoso se a Inglaterra declarasse guerra aos Estados Unidos, porque o capitão Wilkes cometeu um *erro de procedimento* prejudicial aos Estados Unidos e útil à Inglaterra.

A questão de saber se os próprios Mason, Slidell e companhia eram contrabando só foi e só pôde ser levantada porque os jornais de Palmerston espalharam a *mentira* de que o capitão Wilkes não procurou nem apreendeu os despachos. Nesse caso, Mason, Slidell e companhia eram, de fato, os únicos objetos no navio Trent que poderiam eventualmente ser enquadrados na categoria de contrabando. Mas ignoremos isso por um momento. A proclamação da rainha Vitória define os “*oficiais*” de uma parte beligerante como contrabando. São “oficiais” somente os oficiais militares? Mason, Slidell e companhia eram “oficiais” da Confederação? “Oficiais”, diz

Samuel Johnson em seu dicionário da língua inglesa, são "*men employed by the public*", ou seja, *funcionários* públicos. *Walker* dá a mesma explicação. (Ver a edição de 1861 de seu dicionário.)

Assim, de acordo com o uso da língua inglesa, Mason, Slidell e companhia, emissários, *id est*, funcionários da Confederação, encaixam-se na categoria de oficiais que a proclamação real declara ser *contrabando*. O capitão do Trent tinha conhecimento dessa condição deles, o que tornava confiscáveis ele próprio, o navio e seus passageiros. Se, de acordo com Phillimore e todas as outras autoridades, um navio que transporta um despacho inimigo pode ser confiscado porque violou a neutralidade, isso vale em grau ainda maior para a *pessoa* que transporta o despacho. De acordo com *Wheaton*, mesmo um *emissário* inimigo, desde que esteja *in transitu*[2], pode ser preso. No entanto, a base de todo direito internacional é que qualquer membro da parte beligerante pode ser considerado e tratado como "beligerante" pela outra parte.

"Enquanto um homem", diz *Vattel*, "continuar a ser um cidadão de seu país, ele é o inimigo de todos com quem sua nação está em guerra."

Vê-se, portanto, que os procuradores da Coroa reduziram o ponto de discórdia a um mero *erro de procedimento*, não um erro *in re*[3], mas um erro *in forma*[4], visto que na prática não houve *nenhuma violação ao direito material*. Os órgãos de Palmerston estão novamente desvirtuando a questão jurídica de fundo, porque um mero erro de procedimento *em favor* do Trent não fornece pretexto válido para um ultimato estridente.

Nesse meio-tempo, vozes influentes falaram de dois lados diametralmente opostos: os senhores *Bright* e *Cobden*, de um lado, e, de outro, *David Urquhart*. Eles são inimigos pessoais e de princípios; os dois primeiros são pacíficos cosmopolitas, o outro é o

“último dos ingleses”[5]; os dois primeiros estão sempre prontos a sacrificar o direito internacional em prol do comércio internacional, o outro nunca hesita nem um segundo: “*Fiat justitia, pereat mundus*”[6], e por “justiça” ele entende a justiça “inglesa”. As vozes de *Bright* e *Cobden* são importantes porque representam uma fração poderosa dos interesses da classe média e no Ministério são representadas por Gladstone, Milner Gibson e, em maior ou menor medida, sir Cornewall Lewis. A voz de Urquhart também é importante, porque o direito internacional é o objeto de estudo de sua vida e todos o veem como um intérprete *incorruptível* desse direito internacional.

As fontes jornalísticas habituais reproduzirão o discurso de Bright em favor dos Estados Unidos e a carta de Cobden, que foi no mesmo sentido. Logo, não me detenho nisso.

O órgão de *Urquhart*, *The Free Press*[7], afirma em seu último número, de 4 de dezembro:

> Devemos bombardear Nova York! Essa gritaria tresloucada pode ser ouvida nas ruas de Londres há oito dias, desde a noite em que chegou a notícia desse acontecimento insignificante de guerra. O ato cometido foi um daqueles que a Inglaterra cometeu como *algo óbvio em todas as guerras* em que se envolveu, ou seja, a apreensão de pessoas e bens inimigos a bordo de uma embarcação neutra.

O *Free Press* foi além, dizendo que Palmerston sacrificou o direito marítimo inglês *em favor da Rússia* no Congresso de Paris, em 1856, sem a autorização da Coroa ou do Parlamento, e completou:

> Na época, para justificar a violação, os órgãos de Palmerston afirmaram: *Mantendo o direito de visita e inspeção*, certamente nos envolveríamos em uma *guerra com os Estados Unidos* por ocasião da primeira guerra na Europa. E agora, pelos mesmos órgãos, ele nos pede para bombardear Nova York, porque os Estados Unidos estão agindo de acordo com aquela mesma lei que vale tanto para eles quanto para nós.

Em relação às declarações dos “órgãos de opinião pública”, o *Free Press* observa: “O relincho do descongelado chifre de postilhão do Barão de Münchhausen[8] não foi nada em comparação com o barulho estridente da imprensa inglesa com a prisão de Mason e Slidell”.

E coloca lado a lado com humor, em “estrofes” e “antístrofes”, as contradições com as quais a imprensa inglesa tenta condenar os Estados Unidos por “violação do direito”.

---

[a] Traduzido de “Streit um die Affäre „Trent”, em *Karl Marx-Friedrich Engels Werke*, v. 15 (Berlim, Dietz Verlag, 1980), p. 409-13.

[1] Heinrich Heine, “Prólogo”, em *Nova Primavera* (N. E. A.)

[2] Em trânsito. (N. O.)

[3] Erro na coisa. (N. O.)

[4] Erro na forma. (N. O.)

[5] *“O último inglês”:* referindo-se a Urquhart como o “último inglês”, Marx zomba de seu gosto pelas instituições inglesas antigas, em analogia com o “último romano”, referência aos assassinos de César, Brutus e Cassius, que mantiveram os usos e costumes da velha Roma republicana no período de declínio da República. (N. E. A.)

[6] “Que se faça justiça, ainda que o mundo pereça”. (N. O.)

[7] *The Free Press:* jornal inglês de oposição ao governo de Palmerston; foi publicado por Urquhart e seus apoiadores de 1855 a 1865 em Londres; alguns textos de Marx chegaram a ser publicados no jornal. (N. E. A.)

[8] *Barão de Münchhausen* é uma personagem satírica, criada por Rudolph Raspe em 1785, largamente conhecida no espaço germânico. Suas histórias são marcadas pelo realismo fantástico e misturam mentiras e realidade. (N. T.)

18. Karl Marx
Crise na questão escravagista[a]

[Die Presse, n. 343, 14 de dezembro de 1861]
Londres, 10 de dezembro de 1861

Nos Estados Unidos chegou-se claramente a um ponto crítico em relação ao problema subjacente a toda a guerra civil: a questão escravagista. O general Frémont foi deposto por declarar livres os escravos dos rebeldes. Pouco depois, o governo de Washington emitiu uma instrução ao general Sherman, comandante da expedição na Carolina do Sul, que ia ainda mais longe que Frémont, uma vez que ordenava que os escravos fugitivos, mesmo os dos *leais* proprietários de escravos fossem considerados trabalhadores assalariados e, sob certas circunstâncias, fossem armados, restando aos *leais* proprietários de escravos a perspectiva de uma indenização posterior. O coronel Cochrane foi mais longe que Frémont e exigiu o armamento geral dos escravos como medida de guerra. O secretário de Guerra Cameron endossou publicamente a "opinião" de Cochrane. O ministro do Interior desautorizou o ministro da Guerra em nome do governo. O ministro da Guerra repetiu sua "opinião" de maneira mais enérgica em um encontro público e declarou que a incluirá em seu informe ao Congresso. O general Halleck, sucessor de Frémont no Missouri, assim como o general Dix

na Virgínia Oriental, estão expulsando os escravos fugitivos do campo de guerra e proibindo sua presença nas proximidades das posições ocupadas pelo exército. O general Wool, por sua vez, está recebendo o “contrabando” negro[1] de braços abertos no Forte Monroe; os velhos líderes do Partido Democrata, senadores Dickinson e Crosswell (outrora membros da chamada Regência Democrática)[2] declararam em carta aberta sua concordância com Cochrane e Cameron, e o coronel *Jennison*, no Kansas, superou todos seus antecessores em um discurso a suas tropas no qual bradou, entre outras coisas:

> Não contemporizar com os rebeldes e com os que simpatizam com eles [...] Expliquei ao general Frémont que não teria desembainhado a espada se acreditasse que a escravidão sobreviveria a esta guerra. Os escravos dos rebeldes sempre encontrarão guarida neste acampamento e serão defendidos até o último homem e a última bala. *I want no men who are not abolitionists* [Não quero homens que *não sejam abolicionistas*]; não tenho lugar para eles e espero que essas pessoas não estejam entre nós, porque todos sabem que a escravidão é o início, o meio e o fim desta guerra infernal [...] Se o governo desaprova minha conduta, pode retirar minha patente, porém, nesse caso, agirei *on my own hoock* [por minha conta], ainda que no início conte com apenas meia dúzia de homens.

Nos estados escravagistas fronteiriços, especialmente no *Missouri*, e em menor grau no Kentucky etc., a questão escravocrata já está praticamente resolvida. Há nesses estados uma gigantesca supressão do elemento escravo. Cinquenta mil escravos desapareceram do Missouri, dos quais uma parte fugiu e outra foi enviada pelos próprios proprietários para os estados mais ao Sul.

Curiosamente, um acontecimento dos mais importantes e mais significativos não foi mencionado em nenhum jornal inglês. Em 18 de novembro, delegados de 45 condados da Carolina do Norte reuniram-se na ilha de Hatteras, nomearam um governo provisório, revogaram o Ato de Secessão e proclamaram o retorno da Carolina

do Norte à União. As partes da Carolina do Norte presentes nessa Assembleia foram convocadas para eleger os representantes do estado no Congresso em Washington.

---

[a] Traduzido de “Krise in der Sklavenfrage”, em *Karl Marx-Friedrich Engels Werke*, v. 15 (Berlim, Dietz Verlag, 1980), p. 419-20.

[1] *Contrabando negro* era o nome dado, durante a Guerra Civil Americana, aos negros que conseguiam fugir dos proprietários de escravos rebeldes e buscavam abrigo nas bases do Exército da União. Apesar das ordens do governo em Washington, desde os primeiros meses de guerra alguns generais da União se negaram a devolver esses negros aos seus antigos proprietários. Por isso os escravos de propriedade de rebeldes utilizados para o trabalho de fortificação eram considerados contrabando de guerra. (N. E. A.)

[2] A *Regência Democrática* foi um grupo majoritário do Partido Democrata no estado de Nova York. Existiu até 1854 e ganhou a alcunha de Regência de Albany porque sua sede era na cidade de Albany, centro administrativo do estado de Nova York. A Regência de Albany foi o centro nacional do Partido Democrata dos Estados Unidos. (N. E. A.)

19. Karl Marx
Temas americanos[a]

[Die Presse, n. 346, 17 de dezembro de 1861]
13 de dezembro de 1861

A notícia sobre o destino do Harvey Birch, assim como da permanência do cruzador Nashville[1] no porto de Southampton, chegou a Nova York em 29 de novembro, mas não parece ter causado o espetáculo sensacionalista esperado por alguns círculos específicos; não, ao menos, da maneira como temiam, do outro lado, aqueles contrários à guerra. Desta vez uma onda de impacto quebrou sobre a outra onda de impacto. Nova York estava agitada com os embates da campanha para a eleição a prefeito, marcada para 3 de dezembro. O correspondente do *Times* em Washington, senhor Russell, que estraga seu talento celta tentando se passar por inglês, deu de ombros diante do tumulto eleitoral. O senhor Russell elogia, é claro, o delírio de um *cockney*[2] ao dizer que a eleição para prefeito em Nova York é a mesma bobagem antiquada da eleição para prefeito em Londres. O prefeito londrino é conhecido por não ter nada o que fazer com a maior parte de Londres. Ele é o governante da cidade apenas nominalmente, uma criatura de conto de fadas que tenta provar sua existência servindo boa sopa de tartaruga em festas e maus julgamentos em casos de abuso policial.

Um prefeito em Londres é um estadista apenas na fantasia dos escritores parisienses de *vaudevilles* e *fait-divers*[3]. A prefeitura de Nova York, ao contrário, é um poder real. No início do movimento secessionista, o então prefeito, o grande *Fernando Wood*, estava prestes a proclamar Nova York como uma república independente[4], com o acordo, é claro, de Jefferson Davis. O plano fracassou em razão da energia do Partido Republicano na Empire City[5].

Em 27 de novembro, Charles Sumner, do estado de Massachusetts, membro do Senado americano, onde foi agredido a golpes de bengala por um senador sulista na época do caso do Kansas[6], fez diante de um público numeroso no Instituto Cooper[7] em Nova York uma palestra brilhante sobre as origens e as motivações ocultas da rebelião dos proprietários de escravos. Ao final do discurso, a reunião aprovou a seguinte resolução:

> A doutrina apresentada pelo general Frémont sobre a emancipação dos escravos dos rebeldes, assim como as manifestações posteriores do general Burnside, senador Wilson, George Bancroft (o famoso historiador), coronel Cochrane e Simon Cameron, para quem a eventual abolição da escravidão foi utilizada como causa da rebelião, expressaram uma necessidade moral, política e militar. Depois da sentença desse encontro, o espírito público do Norte tornou-se simpático a qualquer plano prático que se possa propor para eliminar esse mal nacional, e considera esse resultado a única conclusão coerente para essa luta entre a civilização e a barbárie.

Em relação ao discurso de Sumner, o *New York Tribune* observa:

> A alusão do senhor Sumner aos debates vindouros no Congresso sobre a questão escravagista acende a esperança de que esse órgão finalmente entenda em que reside realmente a fraqueza do Sul e a fortaleza do Norte e recorra às medidas decisivas, pelas quais toda a rebelião possa ser rapidamente e definitivamente derrotada.

Em uma correspondência privada oriunda do *México*, lê-se entre outras coisas:

O embaixador inglês faz o papel de amigo próximo da administração do presidente Juárez [...] Pessoas íntimas das intrigas espanholas garantem que o general Márquez foi encarregado pela Espanha de reagrupar as forças dispersas dos partidários da Igreja, tanto mexicanos quanto espanhóis. Esse grupo deveria aproveitar a oportunidade que se ofereceria em breve para implorar à Sua Majestade católica um rei para o trono do México. Dizem que para esse lugar já foi escolhido um tio da rainha. Como o homem é velho, deixaria a cena no curso natural da vida e, como se deve evitar qualquer cláusula que nomeie seu sucessor, o México voltaria para a Espanha – de modo que no México prevaleceria a mesma política do Haiti.

---

[a] Traduzido de “Amerikanisches”, em *Karl Marx-Friedrich Engels Werke*, v. 15 (Berlim, Dietz Verlag, 1980), p. 421-2.

[1] Em 19 de novembro de 1861, o cruzador confederado Nashville atacou o navio mercante norte-americano Harvey Birch e incendiou-o. Em 21 de novembro, o Nashville buscou refúgio no porto inglês de Southampton e, assim, escapou da perseguição. (N. E. A.)

[2] Morador da região leste de Londres. (N. T.)

[3] *Vaudeville* é um gênero de poesia e composição dramática muito popular, o equivalente a uma novela na América Latina. *Fait-divers* são notícias jornalísticas de casos diversos e aleatórios, curiosidades, excentricidades e fatos pitorescos do dia a dia. (N. T.)

[4] Em 6 de janeiro de 1861, o prefeito de Nova York, Fernando Wood, apresentou à Câmara Municipal, na tradicional mensagem de abertura dos trabalhos do ano novo, um plano de separação de Nova York dos estados do Norte, com uma declaração de Nova York como cidade livre. (N. E. A.)

[5] Nova York. (N. O.)

[6] *Caso do Kansas:* durante a luta armada no Kansas, o senador republicano Charles Sumner discursou em 19 e 20 de maio de 1856 no Congresso americano sobre o crime cometido contra o Kansas e denunciou as intrigas dos proprietários de escravos do estado. O discurso de Sumner insuflou a ira dos proprietários de escravos e seus partidários no Congresso. Dois dias depois, Sumner foi espancado em uma sala do Senado pelo proprietário de escravos Brooks e ficou seriamente ferido. Sumner somente pode voltar à cena política em 1859. (N. E. A.)

[7] *Instituto Cooper:* faculdade particular em Nova York fundada em 1859 pelo industrial e filantropo Peter Cooper. (N. E. A.)

20. Karl Marx
As notícias e seus impactos em Londres[a]

[New York Daily Tribune, n. 6.462, 19 de dezembro de 1861]
Londres, 30 de novembro de 1861

Desde a declaração de guerra contra a Rússia, nunca testemunhei uma excitação em todos os estratos da sociedade inglesa como a que resultou das notícias do caso Trent, trazidas a Southampton pelo La Plata no dia 27 deste mês. Às 14 horas, pelo telégrafo elétrico, o anúncio do "evento desfavorável" foi enviado a todas as bolsas de valores britânicas. Todos os títulos comerciais caíram, enquanto o preço do salitre subiu. Os títulos consolidados do governo inglês tiveram queda de 0,75%, enquanto no Lloyd's[1] foram cobrados 5 guinéus dos navios de Nova York pelos riscos da guerra. À noite, os rumores mais desvairados circulavam em Londres, dizendo que o ministro americano havia recebido seus passaportes[2], que havia ordens para que todos os navios americanos nos portos do Reino Unido fossem apreendidos, e assim por diante. Em Liverpool, os comerciantes de algodão simpatizantes da Secessão aproveitaram a oportunidade para, em dez minutos, organizar no salão de leilão de algodão da Bolsa de Valores uma reunião de repúdio, presidida pelo sr. Spence, o autor de um obscuro panfleto favorável à

Confederação sulista[3]. O comodoro Williams, agente do almirantado a bordo do Trent que chegou com o La Plata, foi logo convocado a se apresentar em Londres.

No dia seguinte, 28 de novembro, a imprensa londrina apresentou, no geral, um tom de moderação que contrastava estranhamente com a tremenda excitação política e comercial da noite anterior. Os jornais de Palmerston, *Times*, *Morning Post*, *Daily Telegraph*, *Morning Advertiser* e *Sun*, receberam ordens para acalmar os ânimos, ao invés de exasperá-los. O *Daily News*, em suas críticas à conduta do San Jacinto, evidentemente pretendia menos atingir o governo do que se livrar da suspeita de "preconceitos ianques", enquanto o *Morning Star*, órgão de John Bright, sem apresentar qualquer julgamento sobre a política e a sabedoria do "ato", afirmou sua legalidade. Houve apenas duas exceções ao tom geral da imprensa londrina. O *Morning Herald* e o *Standard* – escribas dos *tories* que, de fato, formam um único jornal sob dois nomes diferentes – deram vazão à feroz satisfação por finalmente terem apanhado os "republicanos" na armadilha e encontrado um *casus belli* já pronto. Foram apoiados apenas por um outro jornal, o *Morning Chronicle*, que há anos tem tentado prolongar sua incerta existência vendendo-se alternadamente ao envenenador Palmer e às Tulherias[4]. A excitação da bolsa foi amplamente atenuada pelo tom pacífico dos principais jornais londrinos. No mesmo dia 28 de novembro, o comandante Williams apresentou-se diante do almirantado e relatou as circunstâncias do ocorrido no Velho Canal das Bahamas. O relato, juntado aos depoimentos por escrito dos oficiais a bordo do Trent, foi imediatamente submetido aos procuradores da Coroa[5], cuja opinião, mais à noite, foi oficialmente entregue a lorde Palmerston, conde Russell e outros membros do governo.

No dia 29 de novembro foi possível notar uma leve mudança no tom da imprensa ministerial. Soube-se que os procuradores da Coroa, por razões técnicas, declararam *ilegais* os procedimentos da fragata San Jacinto, e que mais tarde, naquele dia, o Gabinete, em uma reunião geral, decidiu enviar a lorde Lyons, no próximo navio a vapor, instruções para que ele siga a opinião dos procuradores ingleses. Por isso a excitação nas principais praças de negócios – como a Bolsa de Valores, o Lloyd's, o Jerusalém, o Baltic[6] etc. – se instalou com força redobrada e foi estimulada ainda mais pelas notícias de que os carregamentos de salitre destinados à América haviam sido paralisados no dia anterior, e que no dia 29 as autoridades alfandegárias receberam uma ordem geral proibindo a exportação desse artigo para qualquer país, exceto sob certas rigorosas condições. Os fundos ingleses caíram mais ¾ e, em determinado momento, prevaleceu um verdadeiro pânico em todos os mercados de ações, quando se tornou impossível fazer qualquer transação comercial com certos títulos, enquanto, segundo todos os relatos, houve uma queda severa dos preços. À tarde, houve uma recuperação no mercado de ações, em consequência de diversos rumores, mas principalmente da notícia de que o sr. Adams expressara a opinião de que o ato do San Jacinto seria repudiado pelo Gabinete de Washington.

Em 30 de novembro (hoje) todos os jornais londrinos, com a única exceção do *Morning Star*, apresentaram a alternativa de reparação pelo Gabinete de Washington ou *guerra*.

Resumida a história dos acontecimentos desde a chegada do La Plata até hoje, seguirei agora com o registro das opiniões. Há, é claro, dois pontos a serem considerados: de um lado, a lei; de outro, a política de captura dos comissários sulistas[7] a bordo de um vapor-correio inglês.

Quanto ao aspecto legal do caso, a primeira dificuldade discutida pela imprensa *tory* e pelo *Morning Chronicle* foi que os Estados Unidos nunca reconheceram os secessionistas sulistas como beligerantes e, consequentemente, não poderiam reivindicar direitos beligerantes relacionados a eles.

Esse sofisma foi imediatamente descartado pela própria imprensa ministerial.

> Nós – disse o *Times* – já reconhecemos esses estados confederados como um poder beligerante e, quando for a hora, devemos reconhecer seu governo. Impusemo-nos, portanto, todos os deveres e inconveniências de uma potência neutra entre duas beligerantes.[8]

Por isso, independentemente de os Estados Unidos reconhecerem ou não os confederados como beligerantes, eles têm o direito de insistir que a Inglaterra se submeta a todos os deveres e inconveniências de uma potência neutra em uma guerra marinha.

Consequentemente, com as exceções mencionadas, toda a imprensa londrina reconhece o direito do San Jacinto de entrar e vistoriar o Trent para certificar-se de que ele não transportava bens ou pessoas que pertençam à categoria "contrabando de guerra". As insinuações do *Times* de que a lei das decisões inglesa[9] "foi aprovada *sob circunstâncias muito diferentes* daquelas que agora ocorrem"; que "os navios a vapor não existiam na época" e vapores-correio, "carregando cartas que interessam imediatamente todas as nações do mundo, eram desconhecidos"; que "nós [os ingleses] estávamos *lutando para existir* e fizemos naqueles dias *coisas que não devemos* permitir que outros façam" não foram seriamente contestadas. O *Moniteur* privado de Palmerston, *The Morning Post*, declarou no mesmo dia que vapores-correio eram simplesmente navios comerciais; não compartilhavam, portanto, das isenções ao

direito de busca que têm os navios de guerra e transporte[10]. Na realidade, o *direito de busca* foi concedido ao San Jacinto pela imprensa londrina, assim como pelos procuradores da Coroa. A objeção de que o Trent não estava navegando de um porto beligerante a outro, mas, ao contrário, estava indo de um porto neutro a outro, foi ao chão pela decisão de lorde Stowell de que o direito de busca tem o intuito de averiguar o destino de um navio[11].

Surgiu, então, a questão de saber se, ao disparar um pelouro contra a proa do Trent e, na sequência, atirar uma granada que explodiu perto dele, o San Jacinto não teria violado os usos e cortesias relacionados ao exercício do direito de abordagem e busca. A imprensa londrina concedeu em geral que, uma vez que os detalhes do ocorrido foram averiguados, até aqui, apenas pelos depoimentos de uma das partes, questões menores como essa não poderiam influenciar a decisão que seria tomada pelo governo britânico.

O direito de busca, exercido pelo San Jacinto, sendo concedido, o que ele teria de averiguar? Se havia *contrabando de guerra*, presumivelmente transportado pelo Trent. O que é contrabando de guerra? Os *despachos* de um governo beligerante são contrabando de guerra? As *pessoas* que carregam esses despachos são contrabando de guerra? E, sendo ambas as perguntas respondidas de maneira afirmativa, esses despachos e seus portadores continuam sendo contrabando de guerra, se forem encontrados em um navio comercial que vai de um porto neutro a outro? A imprensa londrina admite que as decisões das mais altas autoridades legais de ambos os lados do Atlântico são tão contraditórias, e podem ser reivindicadas com tal aparência de justiça tanto de maneira afirmativa quanto negativa, que, de todo modo, um caso *prima facie*[12] foi criado para o San Jacinto.

Simultaneamente a essa opinião predominante na imprensa da Inglaterra, os procuradores da Coroa inglesa deixaram completamente de lado a questão material e consideraram apenas a questão formal. Eles afirmaram que a lei das nações não foi violada em *substância*, mas apenas na *forma*. Chegaram à conclusão de que o San Jacinto cometeu o erro de prender, por conta própria, os comissários sulistas, ao invés de conduzir o Trent a um porto federal e submeter a questão ao tribunal de presas, pois nenhum cruzador armado tem o direito de se tornar juiz no mar. Uma violação dos *procedimentos* da parte do San Jacinto é, portanto, tudo o que lhe é imputado pelos procuradores da Coroa inglesa, que, em minha opinião, estão corretos em suas conclusões. Pode ser fácil desenterrar precedentes que mostram que a Inglaterra também transgrediu as formalidades da lei marítima; mas à violação da lei não deve ser nunca permitido suplantar a própria lei.

A questão que se pode levantar agora é se a reparação demandada pelo governo inglês – isto é, a restituição dos comissários sulistas – é justificada no caso de uma injúria que os próprios ingleses reconhecem que é de *forma*, e não de *substância*. Um jurista de Temple[13] observa no *Times* de hoje:

> Mesmo que o caso não seja tão claramente a nosso favor a ponto de uma decisão da Corte americana condenando a embarcação poder ser questionada por nós como manifestamente contrária às leis das nações, a irregularidade cometida pelo capitão americano[14], permitindo que o Trent prosseguisse até Southampton, claramente redundou em benefício para os proprietários e para os passageiros britânicos. Poderíamos em tal caso encontrar um motivo de contenda internacional em um erro de procedimento que, de fato, nos foi favorável?[15]

No entanto, se o governo americano deve conceder, como me parece, que o capitão Wilkes cometeu uma violação da lei marítima, seja formal, seja material, sua justa reputação e interesse devem

impedi-lo de censurar os termos da restituição a ser dada à parte prejudicada. Eles devem ter em mente que farão o trabalho dos secessionistas, se envolverem os Estados Unidos em uma guerra com a Inglaterra, que tal guerra seria uma bênção para Luís Bonaparte em suas dificuldades atuais e, consequentemente, teria todo o peso oficial da França a seu favor; e, por fim, que com as forças atuais sob comando britânico nas posições da América do Norte e das Índias Ocidentais, e com as forças da expedição mexicana[16], o governo inglês teria à sua disposição um imenso poder marítimo.

Quanto à política de apreensão no Canal das Bahamas, a voz não apenas da imprensa inglesa, mas também da europeia, é unânime ao expressar perplexidade diante da estranha conduta do governo americano, provocando tamanho perigo internacional para apreender os senhores Mason, Slidell e Cia, enquanto os senhores Yancey e Mann se pavoneiam em Londres. Com certeza, o *Times* está certo quando diz: "O próprio sr. Seward deve saber que a voz desses comissários sulistas, ressoando de sua prisão, é mil vezes mais eloquente em Londres e Paris do que seria se fosse ouvida em St. James ou nas Tulherias"[17].

O povo dos Estados Unidos, tendo se submetido magnanimamente à restrição de suas próprias liberdades para salvar seu país, certamente não estará menos pronto a reverter a seu favor a maré da opinião pública na Inglaterra, reconhecendo abertamente, e compensando cuidadosamente, um tropeço internacional cuja vindicação poderia realizar os mais ardentes anseios dos rebeldes.

---

[a] Traduzido de "The News and its Effect in London", em *Marx & Engels Collected Works*, v. 19 (Londres, Lawrence & Wishart, 2010), p. 95-100.

[1] O *Lloyd's* é uma seguradora e um centro de informações marítimas fundado em Londres no fim do século XVII por Edward Lloyd, proprietário de um café onde eram feitos acordos de seguro marítimo. (N. E. I.)

[2] Charles Adams. (N. O.)

[3] James Spence, *The American Union...* (Londres, R. Bentley, 1861). (N. O.)

[4] Ver "O *Times* londrino sobre os príncipes Orléans na América", nota 5, p. 59. (N. E. I.)

[5] Roundell Palmer e William Atherton. (N. O.)

[6] O *Baltic* (Baltic Mercantile and Shipping Exchange, Limited) fornecia informações sobre o mercado internacional de mercadorias e fretes, assim chamado em homenagem ao café Baltic, de meados do século XVIII, que era frequentado por mercadores que negociavam com os portos bálticos. (N. E. I.)

[7] James Murray Mason e John Slidell. (N. O.)

[8] "It Requires a Strong Effort...", *The Times*, n. 24.102, 28 de novembro de 1861, editorial. (N. O.)

[9] A *lei das decisões*, *aplicada à Grã-Bretanha e alguns outros países*, considera os precedentes legais fontes do direito. Esse princípio subjaz a todo o sistema judiciário dos países anglo-saxões. A decisão dada por uma corte em um caso anterior é tomada como diretriz oficial em casos similares ou análogos em cortes de mesma instância ou instâncias inferiores. (N. E. I.)

[10] "The Government of the United States Has Taken a Step...", *The Morning Post*, n. 27.440, 28 de novembro de 1861. (N. O.)

[11] "It Requires a Strong Effort...", cit. (N. O.)

[12] Plausível. (N. O.)

[13] *Temple* são dois edifícios, ou conjuntos de edifícios, ocupados por duas das quatro *Inns of Court* em Londres (Inner Temple e Middle Temple). Está no local de um antigo mosteiro da Ordem dos Templários. (N. E. I.)

[14] Charles Wilkes. (N. O.)

[15] Justitia, "To the Editor of *The Times*", *The Times*, n. 24.104, 30 de novembro de 1861. (N. O.)

[16] Ver "A intervenção no México", p. 75 deste volume. (N. E.)

[17] "It Requires a Strong Effort...", cit. (N. O.)

21. Karl Marx
O governo de Washington e as potências ocidentais[a]

[Die Presse, n. 354, 25 de dezembro de 1861]
20 de dezembro de 1861

Uma das surpresas mais marcantes da guerra anglo-franco-turco-russa, já tão cheia de surpresas, foi indiscutivelmente a declaração sobre o direito marítimo[1] acordada em Paris, na primavera de 1856. Quando a guerra começou, a Inglaterra disparou as suas armas mais temidas contra a Rússia: o confisco dos bens pertencentes ao inimigo transportados em navios neutros e a pirataria. No fim da guerra, a Inglaterra quebrou essas armas e ofereceu os cacos ao altar da paz. A Rússia, como parte supostamente derrotada, obteve uma concessão que solicitava em vão desde Catarina II por meio de uma série de "neutralidades armadas"[2], guerras e intrigas diplomáticas. Em contrapartida, a Inglaterra, supostamente vitoriosa, renunciou aos grandes expedientes de ataque e defesa que obteve com a sua potência naval e que soube manter por um século e meio contra um mundo em armas.

As razões humanitárias que serviram de pretexto para a Declaração de 1856 derretem ante a análise mais superficial. A pirataria não é uma *barbárie* maior do que as ações de batalhões de

voluntários ou guerrilhas em conflitos terrestres. Os navios piratas são a guerrilha dos mares. O confisco de bens particulares de uma nação em guerra também ocorre em conflitos terrestres. Por exemplo, as requisições de guerra afetam apenas o tesouro do governo inimigo ou não impactam também o patrimônio privado das pessoas? A natureza da guerra terrestre protege o bem inimigo que se encontra em solo neutro, ou seja, sob a soberania de uma potência neutra. A natureza da guerra naval apaga essas fronteiras, uma vez que o mar, como uma via comum das nações, não pode se submeter à soberania de nenhuma potência neutra.

Em verdade, a Declaração de 1856 esconde sob o manto da retórica filantrópica uma grande desumanidade. Ela transforma a guerra de guerra popular em guerra de governo. Ela reveste a propriedade de uma inviolabilidade que nega a pessoa. Ela livra o comércio dos horrores da guerra e, com isso, torna as classes comerciais e mercantis indiferentes aos horrores da guerra. Além disso, nem é preciso dizer que os pretextos humanitários da Declaração de 1856 são endereçados unicamente à galeria europeia, assim como os pretextos religiosos da Santa Aliança.

É fato notoriamente conhecido que lorde *Clarendon*, que foi quem revogou o direito marítimo inglês na Conferência de Paris, como ele próprio admitiu depois na Câmara dos Lordes, agiu sem conhecimento prévio e sem mandato da Coroa. Sua única procuração era uma correspondência *particular* de Palmerston. Até agora, Palmerston não ousou pedir a sanção da Declaração de Paris ao Parlamento inglês e a assinatura de Clarendon. Para além de todos os debates sobre o conteúdo do acordo, havia o receio de discussões constitucionais para saber se o ministro inglês poderia usurpar o direito de revogar o fundamento do poder naval inglês com uma canetada, independentemente da Coroa e do Parlamento.

Palmerston deveu à influência da Escola de Manchester que esse *coup d'état* ministerial não tenha levado a reações furiosas, mas foi silenciosamente aceito como um *fait accompli* [fato consumado][3]. Em conformidade com os interesses representados por ela, e portanto com a filantropia, a civilização e o progresso, ela descobriu uma inovação que permitia ao comércio inglês manter os negócios com o inimigo sem ser perturbado: os navios neutros, enquanto marinheiros e soldados duelavam pela honra da nação. Os homens de Manchester vibraram com o fato de que o ministro, por meio de um ato inconstitucional, tenha vinculado a Inglaterra a compromissos internacionais cuja aprovação pela via parlamentar constitucional era pouco provável. Daí a indignação do grupo de Manchester na Inglaterra diante das revelações do Livro Azul submetidas por Seward ao Congresso americano em Washington.

Como se sabe, os Estados Unidos foram a única grande potência a não aderir à Declaração de Paris de 1856. Se eles renunciassem à pirataria, seriam obrigados a criar uma grande marinha nacional. Todo dispêndio de seus recursos de guerra com questões marítimas, simultaneamente, ameaçava a manutenção de um exército terrestre no mesmo patamar elevado das forças europeias. Não obstante, o presidente Buchanan declarou que estava disposto a assinar a Declaração de Paris se, com a exclusão dos contrabandos de guerra, ela assegurasse a mesma inviolabilidade a todos os bens a bordo dos navios, inimigos ou neutros. A proposta foi rejeitada. O Livro Azul de Seward agora mostra que Lincoln, logo após a sua posse, propôs à Inglaterra e à França a adesão dos Estados Unidos à Declaração de Paris, desde que a pirataria fosse abolida, mas também que a proibição da pirataria fosse estendida aos rebeldes dos Estados Unidos, ou seja, à Confederação sulista. A resposta

prática que recebeu foi o reconhecimento dos direitos beligerantes da Confederação sulista[4].

"O humanitarismo, o progresso e a civilização" sopraram aos governos de St. James e das Tulherias que a proibição da pirataria diminuiria extraordinariamente as chances de secessão e, consequentemente, a dissolução dos Estados Unidos. A Confederação foi então reconhecida às pressas como parte beligerante, para depois o governo de Washington receber como resposta que, naturalmente, a Inglaterra e a França não poderiam aceitar a proposta de uma parte beligerante que obrigasse a outra parte em conflito. A mesma "nobre sinceridade" anima todas as negociações diplomáticas da Inglaterra e da França com o governo da União desde o início da Guerra Civil e, se o San Jacinto não tivesse barrado o Trent nas Bahamas, qualquer outro incidente serviria de pretexto para o conflito que lorde Palmerston pretendia.

---

[a] Traduzido de "Das Kabinett von Washington und die Westmächte", em *Karl Marx-Friedrich Engels Werke*, v. 15 (Berlim, Dietz Verlag, 1980), p. 427-9.

[1] Referência à declaração dos princípios do Direito Internacional Marítimo, aprovada pela Conferência de Paris em 16 de abril de 1856; ela proibiu a pirataria e assegurou a proteção dos navios mercantes dos Estados neutros contra ataques das partes beligerantes. A aprovação da declaração foi uma vitória diplomática da Rússia que, desde 1780, lutava contra a demanda da Inglaterra de ter o direito de controlar e confiscar navios de países neutros. (N. E. A.)

[2] A declaração de neutralidade armada foi proclamada em 2 de março de 1780 por Catarina II; foi instituída durante a Guerra de Independência Americana (1775-1783) contra a Inglaterra. Dava aos navios neutros o direito de resistir aos ataques de Estados beligerantes com armas, bem como o direito dos Estados neutros ao livre-comércio com as partes em conflito, o princípio da inviolabilidade da propriedade inimiga quando esta estiver sob bandeira neutra, e a legalidade do bloqueio apenas no caso de a entrada do porto bloqueado ser de fato fechada por navios de guerra. Essa declaração foi a base da Convenção que a Rússia celebrou com vários Estados. A declaração foi adotada nos anos 1780 a 1783 por Dinamarca, Suécia, Prússia, Áustria, Portugal e Reino das Duas Sicílias. (N. E. A.)

[3] *Escola de Manchester:* corrente econômica adotada pelos ideólogos burgueses ingleses na primeira metade do século XIX. Os adeptos do livre-comércio, entusiastas dessa corrente, formaram o chamado Partido de Manchester, o partido da burguesia industrial inglesa. Eles defendiam a liberdade de comércio, a não intervenção do Estado na economia do país e a exploração ilimitada da classe trabalhadora. Manchester era o centro da agitação política. À frente do movimento estavam os dois fabricantes têxteis, Cobden e Bright. Seguindo os interesses da burguesia industrial, envidaram esforços para quebrar o monopólio do algodão dos estados sulistas. Em razão disso, opuseram-se à intervenção da Inglaterra em favor dos estados do Sul durante a Guerra Civil Americana. (N. E. A.)

[4] Ver “O conflito anglo-americano”, nota 2, p. 98. (N. E. A.)

22. Karl Marx
Simpatias crescentes na Inglaterra[a]

[New York Daily Tribune, n. 6.467, 25 de dezembro de 1861]
Londres, 7 de dezembro de 1861

Os amigos dos Estados Unidos deste lado do Atlântico esperam ansiosamente que medidas conciliatórias sejam tomadas pelo governo federal. Assim o fazem não por conta dos cacarejos frenéticos da imprensa britânica sobre um incidente de guerra que, de acordo com os próprios procuradores da Coroa inglesa, acabou sendo um mero erro de procedimento e pode ser resumido como uma violação da lei internacional, porque o capitão Wilkes, ao invés de apreender o Trent, sua carga, seus passageiros e os comissários[1], apreendeu apenas os comissários. A ansiedade daqueles que desejam o bem da Grande República tampouco reside no receio de que esta, no longo prazo, não se mostre capaz de enfrentar a Inglaterra, a despeito da guerra civil que a assola; e, menos ainda, no receio de que os Estados Unidos abdiquem, mesmo que por um instante, e numa hora de sombria provação, a posição altiva que mantiveram no Conselho das Nações. Os motivos que os impelem são de uma natureza bem distinta.

Em primeiro lugar, a questão mais imediata para os Estados Unidos é esmagar a rebelião e restaurar a União. O desejo mais importante dos escravocratas e de seus instrumentos nortistas sempre foi mergulhar os Estados Unidos em uma guerra contra a Inglaterra. O primeiro passo inglês, assim que irrompesse as hostilidades, seria reconhecer a Confederação Sulista e o segundo seria pôr fim ao bloqueio. Em segundo lugar, nenhum general aceitará lutar no momento e sob as condições escolhidas pelo inimigo, a não ser que seja forçado a isso.

> Uma guerra contra a América – diz o *Economist*, um jornal de profunda confiança de Palmerston – deve sempre ser um dos mais lamentáveis incidentes na história da Inglaterra; mas se tem de acontecer, *o atual período certamente é o que nos causará o mínimo de danos, e é o único momento de nossa história conjunta que nos concederia uma compensação eventual e parcial*.[2]

As mesmas razões que explicam o afã da Inglaterra para aproveitar qualquer pretexto decente para a guerra nesse "único momento" deveriam impedir os Estados Unidos de avançar tal pretexto nesse "único momento". Não se vai à guerra com o intuito de causar ao inimigo "*um mínimo de dano*", e, menos ainda para lhe dar, por meio da guerra, "*uma compensação eventual e parcial*". O momento favorável estaria inteiramente de um lado, o do inimigo. É necessário um grande esforço de raciocínio para provar que uma furiosa guerra interna em curso em um Estado é o momento menos oportuno para entrar em uma guerra externa? Em qualquer outro momento, as classes comerciantes da Grã-Bretanha teriam olhado com extremo horror para uma guerra contra os Estados Unidos. Agora, ao contrário, uma grande e importante parte da comunidade comercial tem instado há meses o governo a romper violentamente o bloqueio e, assim, abastecer o principal ramo da indústria britânica

com matéria-prima. O temor de uma redução do comércio exterior com os Estados Unidos perdeu força quando tal redução de fato já ocorreu. “Eles” (os estados do Norte), diz o *Economist*, “são péssimos clientes, ao invés de bons.” O imenso crédito usualmente concedido pelo comércio inglês aos Estados Unidos, sobretudo aceitando letras de câmbio sacadas da China e da Índia, já foi reduzido a perto de um quinto do que era em 1857. Por último, mas não menos importante, a França dezembrista, falida, internamente paralisada, assolada por dificuldades no exterior, agarrar-se-ia a uma guerra anglo-americana como um verdadeiro presente dos deuses e, para obter apoio inglês na Europa, colocaria toda a sua força no apoio à “Pérfida Albion” do outro lado do Atlântico. Basta ler os jornais franceses. O tom de indignação que colocam em seu afetuoso cuidado com a “honra da Inglaterra”, as violentas diatribes sobre a necessidade de a Inglaterra vingar-se do ultraje contra a Union Jack, as vis denúncias a tudo que é americano seriam verdadeiramente terríveis, se não fossem, ao mesmo tempo, ridículos e repugnantes. Finalmente, se os Estados Unidos cederem nesse caso, eles não perderão um pingo de dignidade. A Inglaterra reduziu sua queixa a um mero *erro de procedimento, um equívoco técnico* do qual ela mesma foi sistematicamente culpada em todas as suas guerras marítimas, mas contra o qual os Estados Unidos nunca deixaram de protestar e contra o qual o presidente Madison, na mensagem que deflagrou a guerra de 1812[3], disserta como uma das violações mais chocantes do direito internacional. Se podemos defender os Estados Unidos por retribuir à Inglaterra na mesma moeda, podemos acusá-los de repudiar magnanimamente – em favor de um único capitão americano[4], agindo por sua própria responsabilidade – o que sempre denunciaram como uma usurpação sistemática por parte da Marinha britânica! Na realidade, os ganhos

de um tal procedimento estariam todos do lado americano. A Inglaterra, por um lado, reconheceria o direito dos Estados Unidos de apreender e levar a um tribunal de presas americano toda embarcação inglesa empregada a serviço da Confederação. Por outro lado, ela praticamente desistiria, de uma vez por todas e diante dos olhos do mundo todo, de uma reivindicação da qual ela não desistiu no Tratado de Paz de Gante, em 1814[5], ou nas negociações entre lorde Ashburton e o secretário Webster em 1842[6]. A questão, portanto, reduz-se a isto: é preferível ter "o evento desfavorável" em seu benefício ou, cego pelas paixões do momento, transformá-lo em vantagem para os inimigos internos e externos?

Desde que enviei minha última correspondência[7], há oito dias, os títulos consolidados britânicos baixaram novamente. Uma queda que totaliza 2% em comparação com a última sexta-feira, sendo os atuais preços 89 $^{3}/_{4}$ a $^{7}/_{8}$ em dinheiro e 90 a $^{1}/_{9}$ nas novas contas em 9 de janeiro. Essa cotação corresponde à cotação dos títulos consolidados britânicos nos dois primeiros anos da Guerra Anglo-Russa[8]. Essa queda se deve inteiramente à interpretação beligerante dos jornais americanos mostrada na última correspondência, ao tom exacerbado da imprensa londrina – cuja moderação, que durou apenas dois dias, não passou de uma simulação orquestrada por Palmerston –, ao envio de tropas para o Canadá, à proclamação que proíbe a exportação de armas e materiais para a fabricação de pólvora[9] e, finalmente, às pomposas declarações diárias sobre as extraordinárias preparações para a guerra nos portos e os arsenais marítimos.

De uma coisa podemos ter certeza: Palmerston quer um pretexto legal para uma guerra com os Estados Unidos, mas choca-se no Gabinete com a mais determinada oposição dos srs. Gladstone e

Milner Gibson e, em menor grau, do sr. Cornewall Lewis. “O nobre visconde” é apoiado por Russell, uma ferramenta abjeta em suas mãos, e por todo o círculo social dos *whigs*. Se o Gabinete em Washington desse o desejado pretexto, o atual Gabinete explodiria e seria substituído por uma administração *tory*. Os passos preliminares para tal mudança de cenário já foram acertados entre Palmerston e Disraeli. Daí o furioso grito de guerra do *Morning Herald* e do *Standard*, lobos famintos uivando diante da perspectiva de migalhas – há muito tempo perdidas – de um caridoso Estado.

As intenções de Palmerston podem ser demonstradas pela lembrança de alguns fatos. Foi ele quem insistiu na proclamação que reconhecia os secessionistas como beligerantes, na manhã de 14 de maio, depois de ter sido informado por um telegrama de Liverpool que o sr. Adams chegaria a Londres na noite de 13 de maio. Foi ele quem, depois de uma severa batalha com seus colegas, despachou 3 mil homens para o Canadá – um exército ridículo, se a intenção era cobrir uma fronteira de 1.500 milhas, mas um truque astuto, se o objetivo era causar uma rebelião e irritar a União. Muitas semanas atrás, foi ele quem incitou Bonaparte a propor uma intervenção armada conjunta “na luta fratricida”, apoiou esse projeto na reunião do Gabinete e não o realizou apenas por resistência de seus colegas. Ele e Bonaparte recorreram então à intervenção mexicana como um *pis aller*. Essa operação serviu a dois propósitos: provocar um justo ressentimento do lado dos americanos e, simultaneamente, fornecer um pretexto para enviar uma esquadra disposta, como diz o *Morning Post*, a “cumprir qualquer dever que a conduta hostil do governo de Washington nos demande nas águas do Atlântico Norte”[10]. Na época em que a expedição se iniciou, o *Morning Post*, juntamente com o *Times* e os lacaios menores da imprensa de Palmerston, disseram que era uma coisa boa, e até filantrópica,

porque exporia a Confederação escravagista a duas frentes – o Norte antiescravagista e às forças antiescravagistas da Inglaterra e da França. E o que diz o mesmo *Morning Post*, essa curiosa mistura de Jenkins e Rodomonte, de bajulação e ostentação, na edição de hoje, por ocasião do discurso de Jefferson Davis[11]? Escutemos o oráculo de Palmerston:

> Devemos olhar para essa intervenção como algo que pode permanecer em operação por um tempo considerável; e enquanto o governo do Norte está muito longe para se permitir entrar materialmente nessa questão, a Confederação do Sul, por outro lado, estende-se por muitas milhas ao longo da fronteira do México, de maneira que demonstrações de disposição amigável aos promotores da intervenção têm consequências nada insignificantes. O governo do Norte tem invariavelmente reclamado de nossa neutralidade, mas o Sul, de maneira estadista e moderada, reconheceu tudo o que podemos fazer por ambas as partes; e seja pela perspectiva de nossas negociações no México, seja por nossas relações com o Gabinete em Washington, a tolerância amigável da Confederação sulista é um ponto importante a nosso favor.[12]

Devo observar que o *Nord* de 3 de dezembro – um jornal russo e, consequentemente, já iniciado nas intenções de Palmerston – insinua que a expedição mexicana foi planejada, desde o início, não por seus motivos aparentes, mas para uma guerra contra os Estados Unidos[13].

A carta do general Scott produziu uma reação tão benéfica na opinião pública, e mesmo na Bolsa de Valores de Londres, que os conspiradores de Downing Street e das Tulherias[14] acharam necessário liberar o *Patrie*, que afirmou, com todos os ares de informação derivada de fontes oficiais, que a captura dos comissários sulistas no Trent foi autorizada diretamente pelo Gabinete em Washington.

[a] Traduzido de “Progress of Feeling in England”, em *Marx & Engels Collected Works*, v. 19 (Londres, Lawrence & Wishart, 2010), p. 110-4.

[1] James Murray Mason e John Slidell. (N. O.)

[2] “The Effect of an American War upon English Commerce”, *The Economist*, n. 954, 7 de dezembro de 1861. (N. O.)

[3] James Madison, *To the Senate and House of Representatives of the United States* [mensagem especial ao Congresso sobre a crise da política externa – Mensagem de Guerra, Washington, 1º de junho de 1812]. (N. O.)

[4] Charles Wilkes. (N. O.)

[5] Tratado de Paz entre Sua Majestade Britânica e os Estados Unidos da América, assinado em Gante em 24 de dezembro de 1814.(N. O.)

[6] Em 1842, lorde Ashburton e Daniel Webster conduziram as negociações, em nome da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, que resultaram na assinatura, em 9 de agosto, de um tratado que traçava as fronteiras entre os Estados Unidos e os territórios britânicos na América, bania o comércio de escravos e estipulava a extradição de criminosos. O tratado, entretanto, não continha nenhuma disposição que desse à Grã-Bretanha o direito de revistar navios americanos suspeitos de tráfico de escravos. (N. E. I.)

[7] Ver “As notícias e seus impactos em Londres”, neste volume, p. 118. (N. E.)

[8] Guerra da Criméia de 1853-1856. (N. O.)

[9] R. Vitória, “A Proclamation [4 de dezembro de 1861]”, *The Times*, n. 24.108, 5 de dezembro de 1861. (N. O.)

[10] “We Are Glad to Be Able to Inform our Readers…”, *The Morning Post*, n. 27.442, 30 de novembro de 1861. (N. O.)

[11] Jefferson Davis, “To the Congress of the Confederate States, Richmond, nov. 18, 1861”, *New York Daily Tribune*, n. 6.441, 25 de novembro de 1861. (N. O.)

[12] “The Principal Intelligence Conveyed by the Edinburgh…”, *The Morning Post*, n. 27.448, 7 de dezembro de 1861. (N. O.)

[13] “Resumé politique”, *Le Nord*, n. 337, 3 de dezembro de 1861. (N. O.)

[14] Em 6 de dezembro de 1861 o *Times* trazia um artigo sobre o incidente no Trent de autoria do general estadunidense Winfield Scott. Ele se posicionava a favor de um acordo pacífico para o conflito, dizendo que os Estados Unidos não queriam guerra contra a Grã-Bretanha. (N. E. I.)

23. Karl Marx
A opinião dos jornais e a opinião do povo[a]

[Die Presse, n. 359, 31 de dezembro de 1861]
Londres, 25 de dezembro de 1861

Os políticos da Europa continental, que pensam ter na imprensa londrina um termômetro do humor do povo inglês, estão tirando neste momento, necessariamente, conclusões falsas. Desde as primeiras notícias do caso Trent, o orgulho nacional inglês se incendiou e os apelos à guerra contra os Estados Unidos ecoam em quase todas as classes sociais. A imprensa londrina, ao contrário, demonstrou moderação, e até mesmo o *Times* duvidou que houve um *casus belli*. De onde vem esse fenômeno? Palmerston não estava seguro de que os procuradores da Coroa seriam capazes de encontrar um pretexto jurídico para a guerra. Uma semana e meia antes da chegada do La Plata em Southampton, agentes da Confederação sulista em Liverpool denunciaram ao gabinete inglês a intenção de cruzadores americanos de zarpar de portos *ingleses* e capturar os senhores Mason, Slidell etc. em alto-mar, reivindicando a intervenção do governo inglês. Seguindo o parecer dos procuradores da Coroa, o governo negou o pedido. Daí o tom pacífico e moderado da imprensa londrina, em contraste com a impaciência belicosa do povo. No entanto, tão logo os procuradores da Coroa – o procurador-geral

e o advogado-geral, ambos também membros do governo – conseguiram encontrar um pretexto *técnico* para se meter com os Estados Unidos, as posições do povo e da imprensa se inverteram. A febre beligerante da imprensa cresceu à medida que a sanha guerreira no povo arrefeceu. Neste instante, uma guerra contra os Estados Unidos é tão impopular em todas as camadas sociais do povo inglês, com exceção dos amigos dos algodoeiros e dos latifundiários, quanto o urro de guerra é avassalador na imprensa.

Mas preste atenção à imprensa londrina! No topo está o *Times*, cujo editor-chefe, *Bob Lowe*, é um antigo demagogo na Austrália que a instigou a se separar da Inglaterra. É um membro menor do Gabinete, uma espécie de ministro da Educação e mero fantoche de Palmerston. O *Punch*[1] é o bobo da corte do *Times*, que transforma a sua *sesquipedalia verba*[2] em piadas curtas e caricaturas estúpidas. Palmerston colocou um dos redatores-chefes do *Punch* no Conselho de Saúde com um salário de £ 1.000 por ano.

O *Morning Post* é em parte propriedade privada de Palmerston. Outra parte desse estranho órgão foi vendida à Embaixada Francesa. O restante pertence à "*haute volée*" [nata da sociedade] e publica reportagens sob medida para bajuladores e fofoqueiros. O *Morning Post* é conhecido pelo povo inglês como o *Jenkins*[3] da imprensa.

O *Morning Advertiser* é a propriedade comum dos "fornecedores licenciados", isto é, os bares que, além de cerveja, podem vender outras bebidas alcoólicas. Também é um órgão dos *pietistas* ingleses e dos ditos esportistas, ou seja, pessoas que ganham a vida com corridas de cavalos, apostas, boxe etc. O editor desse jornal, o senhor *Grant*, que já trabalhou como estenógrafo em jornais, um homem com pouca instrução literária, teve a honra de ser convidado para os saraus privados de Palmerston. Desde então, venera o "*truly*

English minister" [verdadeiro ministro inglês][4], a quem denunciara como um "agente russo" quando estourou a guerra russa. Além disso, cabe ressaltar que o santo patrono desse jornal de pinguços é o conde Shaftesbury e Shaftesbury é genro de Palmerston. Shaftesbury é o papa da *low church*[5], aqueles que arrolham o *Sanctus Spiritus* no profano espírito do bom anunciante.

E o *Morning Chronicle*! *Quantum mutatus ab illo*[6]! Durante quase meio século, grande órgão do partido *whig* e não desafortunado rival do *Times*, seu brilho se apagou desde a guerra dos *whigs*[7]. Passou por metamorfoses de todos os tipos, transformou-se em um *penny paper*[8], em busca de "sensações", tais como tomar partido do envenenador *Palmer*. Anos depois foi vendido à Embaixada Francesa, que rapidamente se cansou de jogar dinheiro fora. O jornal então se lançou no antibonapartismo, mas não obteve o sucesso desejado. Por fim, encontrou o esperado comprador nos senhores Yancey e Mann – os agentes da Confederação sulista em Londres.

O *Daily Telegraph* é propriedade privada de um tal *Levy.* Seu jornal foi qualificado pela própria imprensa inglesa de *mob paper* [órgão demagogo] de Palmerston. Além dessa função, ele anima a *chronique scandaleuse*[9]. É típico do *Telegraph* que, à chegada da notícia do Trent, tenha declarado *a guerra impossível*, por ordens de cima. A dignidade e a moderação que lhe foram impostas soaram tão estranhas para ele mesmo que, desde então, publicou meia dúzia de artigos sobre a moderação e a dignidade que tem demonstrado. Contudo, tão logo a correlação de forças começou a mudar, o *Telegraph*, depois de muita pressão, tentou compensar a atitude anterior soltando um alto rugido, conclamando todos os seus camaradas à guerra.

O *Globe*[10] é um vespertino ministerial que recebe subsídio oficial de todos os ministérios *whigs*.

Os jornais *tories Morning Herald* e *Evening Standard*, ambos pertencentes à mesma butique, são caracterizados por duas direções: de um lado, o ódio visceral às "colônias inglesas *revoltosas*" e, de outro, a vazante crônica do caixa. Eles sabem que uma guerra contra os Estados Unidos explodiria o atual governo de coalizão e abriria caminho para um governo *tory*. Com um governo *tory*, voltariam os subsídios oficiais para o *Herald* e o *Standard*. Lobos famintos, portanto, não uivariam mais alto atrás da caça do que esses jornais conservadores atrás de uma guerra contra os Estados Unidos e da chuva de ouro em seu rastro!

Da imprensa londrina, dignos de menção são apenas o *Daily News* e o *Morning Star*, ambos do lado oposto dos trombeteadores da guerra. O *Daily News* teve de refrear suas ambições em virtude da relação estreita com lorde John Russell, enquanto o *Morning Star* (órgão de Bright e Cobden) perdeu influência por seu caráter de "jornal pela paz a qualquer preço".

A maioria dos semanários londrinos é mero eco da imprensa diária e, portanto, preponderantemente belicista. O *Observer*[11] está no orçamento ministerial. O *Saturday Review* está à procura de sua alma e acredita tê-la encontrado fingindo uma grandiosidade cínica sobre preconceitos "humanitários". Para mostrar "alma", os advogados corrompidos, os padres e os mestres-escola que escrevem esse jornal aplaudem com um largo sorriso os proprietários de escravos desde o início da Guerra Civil Americana. Mais tarde, como não poderia deixar de ser, tocaram as trombetas da guerra com o *Times*. Por ora, estão esboçando planos de campanha contra os Estados Unidos, cuja flagrante ignorância é de arrepiar os cabelos.

Exceções mais ou menos respeitáveis são o *Spectator*, o *Examiner* e, especialmente, o *MacMillan's Magazine*[12].

Como se pode ver, em geral, a imprensa londrina – com exceção dos órgãos algodoeiros, os jornais provinciais fazem um contraste louvável – representa nada mais do que Palmerston e mais Palmerston. Palmerston quer a guerra, o povo inglês não a quer. Os próximos acontecimentos mostrarão quem vencerá o duelo, Palmerston ou o povo. De todo modo, ele joga um jogo mais perigoso do que Luís Bonaparte em 1859[13].

---

[a] Traduzido de "Die Meinung der Journale und die Meinung des Volkes", em *Karl Marx-Friedrich Engels Werke*, v. 15 (Berlim, Dietz Verlag, 1980), p. 430-3.

[1] *Punch* ou *The London Charivari:* revista semanal satírica, publicada desde 1841 em Londres. (N. E. A.)

[2] Palavras pomposas. (N. O.)

[3] Figura do lacaio (N. T.)

[4] Na reunião da Câmara dos Comuns em 25 de junho de 1850, lorde Russell nomeou para ministro das Relações Exteriores lorde Palmerston, um verdadeiro ministro inglês em razão de sua atitude no caso do comerciante Pacífico, durante o conflito anglo-grego. Pacífico era português de nascimento e possuía cidadania britânica. Sua casa em Atenas foi incendiada em 1847. O governo inglês tomou o fato como pretexto para enviar sua frota para a Grécia em 1850 e para dar um áspero ultimato ao governo grego. Em um discurso agressivo no Parlamento em 25 de junho de 1850, Palmerston defendeu a legalidade da ação da Inglaterra e declarou que era necessário defender o prestígio dos cidadãos britânicos, comparando-os com os da Roma Antiga. O antigo brocardo citado por Palmerston – "*civis romanus iura*" (eu sou um cidadão romano) – ilustrava os privilégios e a posição superior conferida pela cidadania romana. Palmerston aplicou metaforicamente a fórmula ao cidadão inglês Pacífico. (N. E. A.)

[5] *Low Church* (Igreja Baixa): vertente da Igreja Anglicana que se difundiu principalmente entre a burguesia e o baixo clero. Em contraste com os altos estamentos da Igreja, seu foco principal era a propaganda da moral burguesa cristã. (N. E. A.)

[6] "Quão diferente de antes!" (N. O.)

[7] Marx descreve a Guerra da Crimeia (1853-1856) como uma guerra de liberais, iniciada pelo governo de coalizão Aberdeen, no qual os liberais ocupavam os postos mais altos. (N. E. A.)

[8] Jornaleco. (N. O.)

[9] Crônica escandalosa. (N. O.)

[10] *The Globe and Traveller:* diário londrino fundado em 1803; como órgão dos *whigs*, foi o jornal oficial de seu governo; em 1866 tornou-se um órgão dos conservadores. (N. E. A.)

[11] *The Observer:* revista semanal fundada em 1791 em Londres. (N. E. A.)

[12] *Macmillan's Magazine:* revista inglesa publicada de 1859 a 1907 em Londres. (N. E. A.)

[13] Alusão ao grito de guerra de Napoleão lll em janeiro de 1859, no contexto de preparação para a guerra italiana. (N. E. A.)

24. Karl Marx
Mistificação jornalística francesa – consequências econômicas da guerra[a]

[Die Presse, n. 4, 4 de janeiro de 1862]
Londres, 31 de dezembro de 1861

A crença em milagres parece apenas se mudar de uma esfera para outra. Se é expulsa da natureza, aparece na política. Ao menos essa é a visão dos jornais parisienses e de seus aliados nos telégrafos e nas correspondências dos jornais. Por exemplo, os vespertinos parisienses de ontem anunciaram: lorde Lyons declarou ao senhor Seward que aguardaria até a noite de 20 de dezembro, mas retornaria a Londres, caso o governo de Washington se recusasse a extraditar os prisioneiros. Desde *ontem*, portanto, os jornais parisienses já sabiam das providências tomadas por lorde Lyons *após* ter recebido os despachos que lhe foram enviados pelo Europa. Até hoje, entretanto, a notícia da chegada do Europa a Nova York não chegou ainda à Europa. O *Patrie* e consortes, antes de serem informados da chegada do Europa à América, publicaram notícias na Europa sobre os acontecimentos que se seguiram à chegada do Europa aos Estados Unidos. Aparentemente, o *Patrie* e consortes acreditam que tal velocidade não é obra de bruxaria. Um jornal local observa em um artigo sobre a Bolsa de Valores que essas invenções

parisienses, assim como os artigos incendiários de certos jornais ingleses, servem não apenas às especulações políticas de certos governantes, mas também às especulações financeiras de certos agentes privados.

O *Economist*, que tem sido até aqui um dos mais entusiasmados partidários da guerra, publicou, em seu último número, a carta de um comerciante de Liverpool e um editorial no qual o público inglês é alertado a não subestimar os perigos de uma guerra com os Estados Unidos. A Inglaterra importou em 1861 cerca de £ 15.380.901 em grãos, dos quais quase £ 6 milhões dos Estados Unidos. A Inglaterra sofreria mais com a impossibilidade de comprar os grãos americanos do que os Estados Unidos com a impossibilidade de vendê-los. Os Estados Unidos teriam a vantagem de possuir *informações privilegiadas*. Se decidirem pela guerra, imediatamente voariam telegramas de Washington para São Francisco e os navios americanos começariam as operações de guerra nas águas do Pacífico e da China muitas semanas antes de a Inglaterra conseguir levar a mensagem do conflito à Índia.

Desde o estouro da Guerra Civil, o comércio dos Estados Unidos com a China, e também com a Austrália, diminuiu em gigantesca proporção. No entanto, na medida em que ainda é pujante, a carga é paga em geral com letras de crédito inglesas, ou seja, com capital inglês. Em contrapartida, o comércio inglês com a Índia, a China e a Austrália, sempre muito significativo, cresce constantemente desde a interrupção do comércio com os Estados Unidos. Os navios piratas americanos teriam, portanto, mais espaço, enquanto os piratas ingleses teriam um campo relativamente insignificante. O investimento inglês nos Estados Unidos é superior a todo o capital investido na indústria algodoeira inglesa. O investimento americano

na Inglaterra é praticamente nulo. A Marinha inglesa eclipsou a Marinha americana, mas não tanto quanto na guerra de 1812-1814.

Se já naquela época os piratas americanos pareciam muito superiores aos ingleses, como estarão agora? Um bloqueio efetivo dos portos norte-americanos, sobretudo no inverno, está completamente fora de questão. Nas águas interiores[1] entre o Canadá e os Estados Unidos – e a superioridade aqui é crucial para a guerra terrestre no Canadá –, os Estados Unidos teriam soberania absoluta desde o início do conflito.

Em suma, o comerciante de Liverpool chega à seguinte conclusão: "Ninguém na Inglaterra ousaria recomendar a guerra meramente por causa do algodão. Seria mais barato para nós o Estado subsidiar os distritos algodoeiros durante três anos do que fazer guerra contra os Estados Unidos por um ano".

Ceterum censo[2], o incidente com o Trent não levará à guerra.

---

[a] Traduzido de "Französischer Nachrichtenhumbug – Ökonomische Kriegskonsequenzen", em *Karl Marx-Friedrich Engels Werke*, v. 15 (Berlim, Dietz Verlag, 1980), p. 434-5.

[1] Os Grandes Lagos da América do Norte são formados pelos lagos Superior, Michigan, Huron, Erie e Ontário. (N. T.)

[2] *Ceterum censeo:* opinião apresentada repetidamente; início da frase de encerramento repetida várias vezes nos discursos do senador Catão, o Velho, um antigo estadista romano: "*Ceterum censeo Carthaginem esse delendam*" ("No mais, quero dizer que Cartago deve ser destruída"). (N. E. A.)

25. Karl Marx
Uma reunião pró-americana[a]

[Die Presse, n. 5, 5 de janeiro de 1862]
Londres, 1º de janeiro de 1862

O movimento antiguerra do *povo inglês* ganha cada dia mais energia e envergadura. Reuniões públicas em diferentes partes do país insistem na solução *arbitral* para resolver o imbróglio entre a Inglaterra e os Estados Unidos. *Petições públicas* chovem sobre o chefe do gabinete, e a *imprensa provincial* independente é quase unânime em sua oposição ao brado de guerra da imprensa londrina.

O que se segue é um relatório detalhado da reunião realizada na última segunda-feira [30 de dezembro de 1861], em *Brighton*, visto que ela foi puxada pela classe trabalhadora e teve como os dois principais oradores, os senhores *Conningham* e *White*, que são membros influentes do Parlamento, com assento no lado *ministerial* da Casa.

O senhor *Wood* (um trabalhador) apresentou a primeira moção, dizendo

> que a desavença entre a Inglaterra e os Estados Unidos surgiu de um mal-entendido sobre o direito internacional e não de um insulto deliberado contra a bandeira britânica; que, portanto, essa reunião é da opinião de que toda a questão deve ser submetida à

decisão arbitral de uma potência neutra; que uma guerra contra os Estados Unidos não se justifica nas atuais circunstâncias, mas merece a condenação do povo inglês.

Em apoio à moção, o senhor Wood lembrou, entre outras coisas:

Dizem que esse novo insulto é apenas a gota d'água dentro de uma série de insultos dos Estados Unidos contra a Inglaterra. Supondo que isso seja verdade, o que provaria o grito de guerra no momento atual? Provaria que, enquanto os Estados Unidos estavam inteiros e fortes, nós aceitávamos tranquilamente seus insultos; mas agora, no momento em que estão em perigo, vamos aproveitar nossa posição favorável para nos vingar. Esse nosso comportamento não nos faria aparecer aos olhos do mundo civilizado como covardes?

O senhor *Conningham*:

Neste momento, desenvolve-se no seio da União uma política de emancipação escravagista (aplausos), e expresso a mais sincera esperança de que nenhuma intervenção do governo inglês será permitida (aplausos). [...] *Querem vocês, ingleses livres, admitir que estão sendo submetidos a uma guerra antirrepublicana*? Porque essa é a intenção do *Times* e do partido que o sustenta [...] Conclamo os trabalhadores da Inglaterra, que têm grande interesse em manter a paz, a levantar suas vozes e, se necessário, suas mãos para impedir tamanho crime (aplausos efusivos). [...] O *Times* empregou todos os meios para incitar o espírito belicoso do país e criar um clima de hostilidade perante os americanos com escárnio e ofensas [...] Não pertenço ao chamado partido pacifista. O *Times* apoiou a política da Rússia e [em 1853] fez de tudo para induzir nosso país a assistir em silêncio aos ataques militares da barbárie russa no Leste. Eu estava entre aqueles que se pronunciaram contra essa política falaciosa. No momento da apresentação da Lei da Conspiração, que deveria facilitar a extradição de asilados políticos, nenhum esforço do *Times* parecia grande demais para forçar a Câmara dos Comuns a aprová-la. Eu era um dos 99 membros da Casa que resistiram a esse ataque à liberdade do povo inglês e derrubaram o ministro (aplausos). Esse ministro está hoje no comando do gabinete. Profetizo que se ele tentar envolver nosso país em uma guerra contra os Estados Unidos sem motivos bons e satisfatórios, seu plano fracassará miseravelmente. Prometo a ele outra derrota vergonhosa, uma derrota maior do que foi o projeto de lei de conspiração (aplausos efusivos). [...] Não conheço a mensagem oficial que foi enviada a Washington, mas a opinião predominante é que os procuradores da Coroa recomendaram ao governo que se apoiasse no estrito fundamento jurídico de que os comissários do Sul não deveriam ser interceptados sem

que o navio que os transportava fosse também apreendido. Portanto, a extradição de Slidell e Mason deve ser exigida como condição *sine qua non*.
Suponhamos que o povo do outro lado do Atlântico não permita que o governo os extradite. Vocês querem ir à guerra pela liberdade desses dois emissários dos escravocratas? [...] Há neste país um partido antirrepublicano a favor da guerra. Lembrem-se da última guerra contra a Rússia. A publicação dos despachos secretos de São Petersburgo não deixou mais dúvidas de que os artigos publicados pelo *Times* foram escritos por uma pessoa que tinha acesso a papéis e documentos secretos do Estado russo. O senhor Layard leu os impressionantes trechos na Câmara dos Comuns. E o *Times*, em sua consternação, mudou imediatamente o tom e na manhã seguinte soou as trombetas da guerra [...] O *Times* atacou reiteradamente o imperador Napoleão e apoiou nosso governo em sua demanda de créditos ilimitados para fortificações terrestres e armadas flutuantes. Depois que o *Times* fez isso, e deu o alarme contra a França, ele quer, agora, expor nossa costa ao imperador francês, envolvendo nosso país em uma guerra transatlântica [...] É de se temer que os principais armamentos atuais não sejam endereçados apenas ao caso Trent, mas à possibilidade de reconhecimento de um governo dos Estados escravagistas. Se a Inglaterra fizer isso, ela se cobrirá com o fardo da desonra eterna.

O senhor *White*:

A classe trabalhadora deve perceber que é a criadora desta reunião e todos os custos deste evento estão sendo arcados por seu comitê [...] O atual governo nunca teve o tato de agir de maneira sincera e verdadeira com o povo [...] Não acreditei, nem por um momento, na mais remota possibilidade de que uma guerra estourasse a partir do caso Trent. Disse na cara de mais de um membro do governo que nenhum deles acredita na possibilidade de uma guerra em decorrência do caso Trent. Então por que essas demonstrações de poder com preparativos para a guerra? Acredito que a Inglaterra e a França tenham chegado a um acordo quanto à independência dos estados do Sul na próxima primavera. Até lá, a Grã-Bretanha terá uma frota portentosa nas águas americanas. O Canadá estaria plenamente preparado para se defender. Se os estados do Norte estiverem dispostos a transformar o reconhecimento do Sul em um *casus belli*, a Grã-Bretanha estará preparada [...].

O orador passou a enumerar os perigos de uma guerra contra os Estados Unidos, recordando a simpatia que a América demonstrou por ocasião da morte do general Havelock, a ajuda que os marinheiros americanos deram aos navios ingleses na infeliz batalha

de Peiho etc.[1] Concluiu dizendo que a Guerra Civil extinguiria a escravidão e que a Inglaterra deve, portanto, estar do lado do Norte.

Depois que a moção original foi aprovada por unanimidade, uma petição endereçada a Palmerston foi apresentada, debatida e referendada.

---

[a] Traduzido de “Amerikafreundliches Meeting”, em *Karl Marx-Friedrich Engels Werke*, v. 15 (Berlim, Dietz Verlag, 1980), p. 436-8.

[1] *O debate do discurso no Parlamento:* resposta ao discurso do trono que a Câmara dos Lordes e a Câmara dos Comuns submetem e discutem, segundo a Constituição inglesa, por ocasião da abertura do ano parlamentar. Da mesma maneira que o discurso do trono, o discurso do Parlamento contém questões basilares do plano de ação governamental. Trata-se, nesse caso, do debate de 24 de janeiro de 1860. Envolvia a preparação dos governos da Inglaterra e da França, no início de 1860, para uma nova, e terceira, guerra chinesa (Guerra do Ópio). Essa guerra foi iniciada no verão do mesmo ano. Tinha como objetivo impor à China novas condições de sujeição. O pretexto para a guerra foi uma provocação militar de ingleses e franceses no rio Peiho. Em junho de 1859, uma esquadra inglesa e dois navios franceses tentaram entrar à força em Pequim. No estuário do rio Peiho, os aliados europeus foram contidos pela artilharia dos Fortes de Taku. A tentativa de tomar os fortes fracassou e as embarcações anglo-francesas tiveram de recuar com grandes prejuízos. O acordo comercial anglo-francês assinado em 23 de janeiro de 1860 foi uma vitória dos partidários do livre-comércio nos dois países e expressou os interesses da burguesia industrial inglesa. (N. E. A.)

26. Karl Marx
Sobre a história do despacho ocultado de Seward[a]

[Die Presse, n. 17, 18 de janeiro de 1862]
Londres, 14 de janeiro de 1862

O finado caso Trent ressuscitou, mas desta vez não como um *casus belli* entre a Inglaterra e os Estados Unidos, mas sim entre o povo inglês e o governo. O novo imbróglio será decidido no Parlamento, que se reunirá no próximo mês. Indubitavelmente, o leitor já tomou conhecimento da polêmica do *Daily News* e do *Star* contra o *Morning Post* sobre a ocultação e a negação do despacho de paz de Seward, de 30 de novembro, que foi lido a lorde John Russell em 19 de dezembro pelo emissário americano, senhor Adams. Peço licença para voltar ao assunto. Quando o *Morning Post* teve a garantia de que o despacho de Seward não estava nem remotamente relacionado ao caso Trent, as ações despencaram e milhões de propriedades mudaram de mãos; uns perderam e outros ganharam. Nos círculos empresariais e industriais, a injustificada mentira extraoficial do *Morning Post*, descoberta após a publicação do despacho de Seward de 30 de novembro, suscitou uma enorme indignação.

Na tarde de 8 de janeiro, a notícia da paz chegou a Londres. Na mesma noite, o *Evening Star* (edição vespertina do *Morning Star*) interpelou o governo sobre a ocultação do despacho de Seward. Na manhã seguinte, 9 de janeiro, o *Morning Post* respondeu o seguinte:

> o que se está perguntando é: por que o despacho de Seward não foi divulgado antes, quando o senhor Adams o recebeu, ainda no decorrer no mês de dezembro? A explicação é muito simples. O despacho recebido do senhor Adams *was not communicated* [não foi comunicado].

Na noite do mesmo dia, o *Star* desmentiu o *Post* e declarou que a "justificativa" era uma desculpa miserável. O despacho não apenas foi *comunicado*, mas *lido* em voz alta pelo senhor Adams aos lordes Palmerston e Russell.

Na manhã seguinte, sábado 11 de janeiro, o *Daily News* tomou partido e provou por um artigo de 21 de dezembro do próprio *Morning Post* que este último e o governo da época estavam perfeitamente a par do despacho de Seward e intencionalmente o ocultaram. O governo se preparava para se retirar. Na noite de 11 de janeiro, o extraoficial *Globe* declarou que o senhor Adams informou o governo em 19 de dezembro do despacho de Seward, o qual, no entanto, não continha uma "proposta do governo de Washington", mas "um pedido de desculpas pela violação da bandeira inglesa". Essa confissão envergonhada de traição deliberada ao povo inglês durante três semanas apenas inflamou a chama acesa, ao invés de apagá-la. Um grito de raiva percorreu todos os jornais dos distritos industriais da Grã-Bretanha, até que ontem finalmente encontrou eco nos jornais *tories*. Cabe assinalar que a questão não foi incluída na ordem do dia pelos políticos, mas sim pelo mercado. Comentários do *Morning Star* de hoje sobre o caso:

Lorde John Russell é, sem dúvida, cúmplice na ocultação da verdade; também deixou que a mentira do *Morning Post* circulasse sem ser refutada, mas é incapaz de citar o contundente e incalculavelmente prejudicial artigo do *Morning Post* de 21 de dezembro. Somente um homem pode fazer tal coisa; o ministro, que fabricou a Guerra no Afeganistão[1], era o único capaz de omitir a mensagem de paz de Seward. A absurda complacência da Câmara dos Comuns já o perdoou por uma ofensa; o Parlamento e o povo não irão se unir para castigá-lo por outra?

---

[a] Traduzido de “Zur Geschichte der unterdrückten Sewardschen Depesche”, em *Karl Marx-Friedrich Engels Werke*, v. 15 (Berlim, Dietz Verlag, 1980), p. 445-6.

[1] Referência ao conflito conhecido como Primeira Guerra Anglo-Afegã, que durou de 1838 a 1842, no contexto da disputa do Grande Jogo, com o Império Russo, por influência política e controle dos recursos naturais na Ásia Central. O evento foi marcado por um dos piores reveses britânicos na região, ou seja, foi considerado um grande fracasso. (N. T.)

27. Karl Marx
Um golpe de lorde John Russell[a]

[Die Presse, n. 20, 21 de janeiro de 1862]
Londres, 17 de janeiro de 1862

A posição de lorde John Russell na última crise foi absolutamente irritante, mesmo para um homem cuja vida parlamentar inteira provou que ele raramente hesitou em sacrificar o poder político por um cargo no governo. Ninguém se esquece de que lorde John Russell perdeu o cargo de primeiro-ministro para Palmerston, mas ninguém parece se lembrar de que ele ficou com o Ministério das Relações Exteriores sob a administração Palmerston. Todo mundo considera um axioma óbvio que Palmerston dirige o Gabinete em seu próprio nome e a política externa sob o nome de Russell. Com a chegada das primeiras notícias de paz de Nova York, *whigs* e *tories* competiram em trombetas para glorificar a capacidade de governança de Palmerston, enquanto o ministro das Relações Exteriores, lorde John Russell, não recebeu um ínfimo elogio, nem como assistente. Ele foi completamente ignorado. Entretanto, mal estourou o escândalo da *omissão* do despacho americano de 30 de novembro, o nome de Russell foi ressuscitado de entre os mortos.

Tanto os que o atacaram quanto os que o defenderam descobriram que o responsável pelo Ministério das Relações

Exteriores se chamava lorde John Russell. Mas a paciência de Russell já estava no limite. Sem esperar pela abertura do Parlamento e contra todos os acontecimentos ministeriais, ele publicou de pronto, no diário oficial do Parlamento, o *Gazette*[1] de 12 de janeiro, toda a sua correspondência com lorde Lyons. Essa correspondência comprovou que o senhor Adams leu o despacho de Seward de 30 de novembro para lorde John Russell em 19 de dezembro, que Russell reconheceu expressamente o despacho como um pedido de desculpas pelo ato do capitão Wilkes e que o senhor Adams, após a declaração de Russell, considerava certa uma saída pacífica para o imbróglio. Depois dessa revelação *oficial*, o que fazer com o *Morning Post* de 21 de dezembro, que negou a chegada de qualquer despacho de Seward relacionado ao caso Trent? E com o *Morning Post* de 9 de janeiro, que acusou o senhor Adams de omitir esse mesmo despacho? E com todo o alarido de guerra da imprensa de Palmerston entre 19 de dezembro de 1861 e 8 de janeiro de 1862? E mais! O despacho de lorde John Russell para lorde Lyons de 19 de dezembro de 1861 prova que o Gabinete inglês não emitiu *nenhum ultimato de guerra*; que lorde Lyons *não* foi instruído a deixar Washington sete dias depois que "esse ultimato" foi feito; que Russell ordenou ao embaixador que evitasse qualquer ato que parecesse uma ameaça; por fim, que o Gabinete inglês decidiu não tomar *nenhuma decisão definitiva até receber* a resposta americana. Toda a política bradada aos quatro ventos pela imprensa palmerstoniana, que encontrou tantos ecos servis no continente, é, portanto, simples quimera. Ela nunca foi realmente executada. Isso apenas comprova, como afirmou hoje um jornal londrino, "que Palmerston tentou, na marra, anular a política declarada e vinculante dos conselheiros *responsáveis* da Coroa".

Que o *coup de main*[2] de lorde John Russell atingiu a imprensa palmerstoniana como um raio vindo do céu límpido é a prova mais impressionante de um fato. O *Times* de ontem omitiu a correspondência de Russell e não fez nenhuma menção a ela. Somente hoje apareceu em suas colunas um impresso da *Gazette* londrina, introduzido e prefaciado por um editorial que cuidadosamente evita tocar no verdadeiro problema, a controvérsia entre o povo inglês e o governo, e somente o ataca na taciturna frase: “lorde John Russell fez todo o possível para extrair um pedido de desculpas do despacho de Seward de 30 de novembro”. Mas a ira do Júpiter Tonans da Printing House Square[3] voou pelos ares em um segundo editorial, no qual o senhor Gilpin, membro do governo, ministro do Câmara de Comércio e partidário da Escola de Manchester, é declarado indigno de seu cargo no Ministério. Gilpin, outrora livreiro, demagogo, apóstolo da moderação, que ninguém considera um herói, na última terça-feira em uma reunião pública em Northampton, onde é representante parlamentar, exortou criminosamente o povo inglês a impedir com protestos públicos o reconhecimento prematuro da Confederação sulista, que ele impiedosamente rotulou de aberração da escravidão. Como se, exclama o *Times* indignado, Palmerston e Russell – agora o *Times* se lembra da existência de lorde John Russell – não tivessem combatido a escravidão durante toda a sua vida! Foi sobretudo uma indiscrição, uma indiscrição calculada da parte do senhor Gilpin, instar o povo inglês contra os apetites pró-escravidão de um governo ao qual ele mesmo pertence. Mas, como dissemos, o senhor Gilpin não é um herói. Em toda sua carreira demonstrou pouca predisposição ao martírio. Sua indiscrição aconteceu no mesmo dia em que lorde John Russell desferiu seu *coup de main*. Podemos concluir, portanto, que o governo não é uma “*happy family*”[4] e que

seus membros individualmente já se familiarizaram com a ideia de "divórcio".

Não menos notável é que os desdobramentos ministeriais do drama Trent são um *epílogo russo*. A Rússia, que durante toda a barulheira permaneceu em silêncio e de braços cruzados nos bastidores, agora salta ao proscênio, dá tapinhas nos ombros do senhor Seward – e declara que chegou o momento do acordo definitivo dos direitos marítimos dos neutros. A Rússia, como se sabe, está predestinada a pôr as questões urgentes da civilização na pauta da história mundial, na hora e no lugar certo. A Rússia se torna inatacável pelas potências marítimas, tão logo elas renunciem aos seus direitos de guerra contra os neutros, ou seja, seu poderio sobre o comércio exterior russo. A Convenção de Paris de 16 de abril de 1856, que é em parte copiada palavra por palavra do acordo russo de neutralidade "armada" contra a Inglaterra de 1780, por enquanto, não é lei na Inglaterra. Que ironia do destino, se o entrevero anglo-americano terminar com o Parlamento e a Coroa inglesa sancionando uma concessão que dois ministros ingleses, por conta própria, fizeram à Rússia para pôr fim à Guerra Anglo-Russa.

---

[a] Traduzido de "Ein Staatsstreich Lord John Russells", em *Karl Marx-Friedrich Engels Werke*, v. 15 (Berlim, Dietz Verlag, 1980), p. 451-3.

[1] *The London Gazette:* jornal do governo inglês, publicado duas vezes por semana desde 1666. (N. E. A.)

[2] Golpe de mão, ataque supresa. (N. O.)

[3] Ver "A intervenção no México", nota 2, p. 75. (N. E. A.)

[4] Família feliz. (N. O.)

28. Karl Marx
A opinião pública inglesa[a]

[New York Daily Tribune, n. 6.499, em 1º de fevereiro de 1862]
Londres, 11 de janeiro de 1862

As notícias sobre a solução pacífica do conflito do Trent[1] foram saudadas com júbilo pela maior parte da população inglesa, provando inequivocamente a impopularidade da temida guerra e o medo de suas consequências. Não se deve nunca esquecer nos Estados Unidos que ao menos as *classes trabalhadoras* da Inglaterra, do começo ao fim de todas as dificuldades, nunca os abandonaram. Foi graças a ela que, a despeito de todos os venenosos estímulos diariamente administrados por uma imprensa venal e irresponsável, nem uma única reunião pública de guerra pôde ser realizada no Reino Unido enquanto a paz tremeu sobre a balança. A única reunião de guerra convocada na chegada do *La Plata*, no salão de leilões de algodão da Bolsa de Valores de Liverpool, foi uma reunião marginal, que se limitou aos comerciantes de algodão. Mesmo em Manchester, o temperamento das classes trabalhadoras foi tão bem compreendido que uma tentativa isolada de convocar uma reunião de guerra foi quase tão prontamente abandonada quanto cogitada.

Onde quer que houvesse reuniões públicas na Inglaterra, Escócia ou Irlanda, elas protestaram contra os ferozes gritos de guerra da imprensa, contra as sinistras intenções do governo, e declararam-se a favor de uma resolução pacífica para a questão pendente. A esse respeito, as duas últimas reuniões realizadas, uma em Paddington, Londres, e a outra em Newcastle upon Tyne, são típicas. A primeira aplaudiu os argumentos do sr. Washington Wilkes de que a Inglaterra não tinha justificativa para encontrar falhas na captura dos comissários sulistas; enquanto a reunião de Newcastle, quase unanimemente, adotou a seguinte resolução: em primeiro lugar, os americanos se tornaram culpados apenas pelo exercício *legal* do direito de busca e apreensão; segundo, o capitão do Trent[2] deve ser punido pela violação da neutralidade inglesa, como proclamado pela rainha[3]. Em circunstâncias ordinárias, a conduta dos trabalhadores britânicos poderia ter sido antecipada pela simpatia natural que as classes populares de todo o mundo devem sentir pelo único governo popular do mundo.

Nas atuais circunstâncias, no entanto, quando grande parte das classes trabalhadoras britânicas sofre direta e severamente as consequências do bloqueio sulista; quando outra parte é indiretamente golpeada pela restrição do comércio americano, em razão – assim lhes dizem – das egoístas “políticas protecionistas” dos republicanos; quando o único semanário democrático restante, o jornal *Reynolds*, se vendeu para os senhores Yancey e Mann e, semana após semana, esgota toda a sua linguagem chula em um apelo para que as classes trabalhadoras exijam do governo, por seus próprios interesses, uma guerra com a União; sob tais circunstâncias, um simples senso de justiça requer que se preste homenagem à resoluta atitude das classes trabalhadoras britânicas,

ainda mais quando contrastada com a conduta hipócrita, assediadora, covarde e estúpida do oficial e afortunado John Bull.

Quanta diferença nessa atitude do povo em comparação com aquela que ele adotou por ocasião das dificuldades com os russos[4]! Na época, o *Times,* o *Post* e outros *yellow-plushes* [jornais sensacionalistas] da imprensa londrina mendigavam paz e foram repreendidos por grandes reuniões de guerra em todo o país. Agora que uivam para a guerra, recebem como resposta reuniões a favor da paz que denunciam os planos liberticidas e as tendências pró-escravidão do governo. As caretas dos áugures da opinião pública sobre as notícias de uma solução pacífica para o caso Trent são realmente divertidas.

Em primeiro lugar, eles devem se parabenizar por sua dignidade, razoabilidade, boa vontade e moderação, demonstradas diariamente durante um mês inteiro. Eles *foram* moderados nos primeiros dois dias após a chegada do La Plata, quando Palmerston não estava seguro se seria possível mobilizar qualquer pretexto legal para o conflito. Mas mal os procuradores da Coroa[5] encontraram uma trivialidade legal, eles iniciaram um alvoroço que não se via desde a guerra antijacobina[6]. Os despachos do governo inglês deixaram Queenstown no começo de dezembro. Não se poderia esperar nenhuma resposta oficial de Washington antes do começo de janeiro. Os novos incidentes que surgiram nesse intervalo estiveram todos a favor dos americanos. O tom da imprensa transatlântica era calmo, embora o caso Nashville[7] tenha despertado suas paixões. Todos os fatos apurados indicaram que o capitão Wilkes agiu por conta própria. A posição do governo de Washington era delicada. Se resistisse às demandas inglesas, complicaria a guerra civil com uma guerra internacional. Se cedesse, poderia prejudicar sua popularidade em casa e pareceria que estava cedendo à pressão

externa. E, nesse contexto, o governo trava, simultaneamente, uma guerra que deve ter a seu favor as mais calorosas simpatias de todos os homens que não são malfeitores confessos.

A simples prudência e a decência convencional deveriam, portanto, ter ditado à imprensa londrina, pelo menos no período entre a demanda inglesa e a resposta americana, que se abstivesse cuidadosamente de qualquer palavra calculada que pudesse inflamar paixões, cultivar animosidades, complicar a situação. Mas não! Essa imprensa "inexprimivelmente mesquinha e rasteira", como diz William Cobbett, e ele é um *connoisseur* [conhecedor], realmente se gabava de ter se submetido miseravelmente, por quase meio século, ao menosprezo e aos insultos dos governos pró-escravidão dos Estados Unidos, por temor de um poder unificado, e agora anseia, com a exultação selvagem dos covardes, por sua vingança da administração republicana, distraída por uma guerra civil. Nos registros da humanidade não há uma infâmia autodeclarada como essa.

Um dos *yellow-plushes*, o *Moniteur* privado de Palmerston – *The Morning Post* –, encontra-se sob uma horrível acusação feita pelos jornais americanos. John Bull nunca foi informado – uma informação que lhe foi cuidadosamente ocultada pelos oligarcas que o governam – que o sr. Seward, sem aguardar o despacho de Russell, negou qualquer participação do Gabinete em Washington no ato do capitão Wilkes. O despacho do sr. Seward chegou a Londres em 19 de dezembro. Em 20 de dezembro, o rumor desse "segredo" se espalhou na Bolsa de Valores. No dia 21, o *yellow-plush* do *Morning Post* adiantou-se e anunciou solenemente que "o despacho em questão não tem nada a ver com o ultraje sofrido por nosso vapor-correio"[8].

No *Daily News*, *Morning Star* e outros jornais londrinos, encontram-se *yellow-plushes* astutamente manejados, mas não se saberá por meio deles o que as pessoas lá fora dizem. Elas dizem que o *Morning Post* e o *Times*, como o *Patrie* e o *Pays*, enganaram o público não apenas para desorientá-lo politicamente, mas para depená-los na Bolsa de Valores, pelo interesse de seus patrões.

O descarado *Times*, inteiramente consciente de que durante toda a crise comprometeu apenas a si mesmo, e dando outra prova do vazio de suas pretensões de influenciar a verdadeira população da Inglaterra, prega hoje uma peça que aqui, em Londres, funciona apenas sobre os músculos do riso, mas que do outro lado do Atlântico pode ser mal interpretada[9]. As "classes populares" de Londres, ou a "turba", como as chamam o *yellow-plush*, deram sinais inequívocos – e até insinuaram nos jornais – de que considerariam uma piada demasiadamente apropriada tratar Mason (que, por acaso, é um parente distante de Palmerston, uma vez que o Mason original era casado com uma filha de sir W. Temple), Slidell & Cia. com as mesmas manifestações que Haynau recebeu em sua visita à cervejaria Barclay[10]. O *Times* fica horrorizado com a simples ideia de um incidente tão perturbador. E como ele tenta evitá-lo? Aconselhando o povo da Inglaterra a não dirigir a Mason, Slidell & Cia. nenhum tipo de *ovação* pública! O *Times* sabe que seu artigo de hoje será motivo de risada em todas as tavernas de Londres. Mas não importa! As pessoas do outro lado do Atlântico podem imaginar, talvez, que a grandeza do *Times* os poupou da afronta de ovações públicas a Mason, Slidell & Cia., mas o fato é que o *Times* pretende apenas poupar aqueles cavalheiros de um insulto público!

Enquanto o caso Trent não estava decidido, o *Times*, o *Post*, o *Herald,* o *Economist,* o *Saturday Review*, de fato toda a requintada e mercenária imprensa londrina, tentaram ao máximo persuadir John

Bull de que o governo de Washington, mesmo se quisesse, seria incapaz de manter a paz, porque a turba ianque não permitiria e porque o governo federal é um governo da turba. Agora os fatos os desmentem. Eles se redimem de suas perversas calúnias contra o povo americano? Eles ao menos confessam os erros que um *yellow-plush*, ousando julgar os atos de um povo livre, não pode senão cometer? De forma alguma. Eles descobriram unanimemente que o governo americano, não se antecipando às demandas da Inglaterra e não entregando os traidores sulistas logo que foram capturados, perdeu uma grande oportunidade e tirou todo o mérito de sua atual concessão. De fato, *yellow-plush*! O sr. Seward repudiou o ato de Wilkes antes da chegada das demandas inglesas e imediatamente declarou que estava disposto a seguir um caminho conciliatório[11]; e o que se fez em situações similares? Quando, sob o pretexto de recrutar à força marinheiros ingleses que estavam a bordo de navios americanos – um pretexto que não estava de forma alguma ligado aos direitos marítimos de guerra, mas a uma franca e monstruosa usurpação de todo o direito internacional –, o Leopard disparou contra o Chesapeake, matando 6 e ferindo 21 de seus marinheiros, e prendeu os supostos ingleses a bordo do Chesapeake, o que o governo inglês fez? Esse ultraje foi perpetrado em 20 de junho de 1807. A verdadeira satisfação, a entrega dos marinheiros etc., foi oferecida apenas em 8 de novembro de 1812, cinco anos mais tarde. O governo britânico, é verdade, repudiou imediatamente o ato do almirante Berkeley, como o sr. Seward fez com relação ao capitão Wilkes; mas, para punir o almirante, removeu-o de um posto inferior e colocou-o em um superior. A Inglaterra, ao proclamar suas Ordens do Conselho[12], confessou claramente que elas eram um ultraje aos direitos dos neutros em geral, e dos Estados Unidos em particular; que tais ultrajes lhe foram impostos como medida de retaliação

contra Napoleão; e que ela ficaria muito satisfeita em revogá-los, quando Napoleão revogasse suas violações aos direitos dos neutros[13]. Napoleão as revogou, ao menos com relação aos Estados Unidos, na primavera de 1810. A Inglaterra insistiu no seu ultraje confesso aos direitos marítimos da América. Sua resistência durou de 1806 a 23 de junho de 1812 – depois de os Estados Unidos terem declarado guerra contra a Inglaterra em 18 de junho de 1812. Consequentemente, nesse caso, a Inglaterra se absteve por seis anos, não de reparar um ultraje confesso, mas de descontinuá-lo. E essas pessoas falam da magnífica oportunidade perdida pelo governo americano! Errado ou certo, foi um ato covarde do governo britânico sustentar uma queixa justificada em um suposto equívoco técnico, e um mero erro de procedimento, com um ultimato, uma demanda de entrega dos prisioneiros. O governo americano pode ter motivos para ceder a tal demanda; mas não teria nenhum para antecipá-la.

Pela atual solução para o conflito do Trent, não se resolveu a questão subjacente a toda a disputa, isto é, os direitos de guerra de uma potência marítima contra Estados neutros, e é possível que volte a ocorrer. Com vossa permissão, devo examinar toda a questão em uma correspondência subsequente. Por ora, permitam-me adicionar que, em minha opinião, os srs. Mason e Slidell prestaram um grande serviço ao governo federado. Havia na Inglaterra um influente partido da guerra, que seja por razões comerciais ou políticas, mostrava-se desejoso de um conflito com os Estados Unidos. O caso Trent colocou à prova esse partido. Ele fracassou. O fervor pela guerra foi descontado em uma questão menor, o vapor foi liberado. A fúria vociferante da oligarquia levantou suspeitas na democracia inglesa, os grandes interesses britânicos ligados aos Estados Unidos se posicionaram, o verdadeiro caráter

da guerra civil foi trazido para o âmbito doméstico pela classe trabalhadora e, por último, mas não menos importante, o perigoso período em que Palmerston governa sozinho, sem ser questionado pelo Parlamento, está chegando rapidamente ao fim. Esse foi o único momento em que se pôde arriscar uma guerra inglesa em favor dos escravocratas. Agora isso está fora de questão.

---

[a] Traduzido de “English Public Opinion”, em *Marx & Engels Collected Works*, v. 19 (Londres, Lawrence & Wishart, 2010), p. 137-42.

[1] Em 26 de dezembro de 1861, o governo dos Estados Unidos decidiu soltar James Murray Mason e John Slidell, os emissários confederados presos a bordo do navio a vapor Trent. No início de janeiro de 1862, Mason, Slidell e seus secretários foram transferidos para um vapor inglês. Quando informado disso, Russell declarou que o governo britânico estava satisfeito e considerou o incidente do Trent encerrado. (N. E. I.)

[2] Moir. (N. O.)

[3] R. Vitória, “A Proclamation [13 de maio de 1861]”, *The Times*, n. 23.933, 15 de maio de 1861. (N. O.)

[4] Referência à Guerra da Crimeia. (N. O.)

[5] Roundell Palmer e William Atherton. (N. O.)

[6] Referência às guerras da França contra as várias coalizões europeias entre 1792 e 1815, quando a Grã-Bretanha e a França se envolveram em uma aguda disputa pela supremacia política e econômica na Europa. Em retaliação contra o Bloqueio Continental de Napoleão (1806), que proibia os países europeus de comercializar com a Grã-Bretanha, esta última impôs seu controle sobre o comércio marítimo dos Estados neutros. A Grã-Bretanha também recorreu ao contrabando e à prática de captura em alto-mar de navios da França e de outros países. (N. E. I.)

[7] Em 19 de novembro de 1861, Nashville, um corsário confederado, atacou o navio mercador unionista Harvey Birch, prendeu a tripulação, tomou a carga e queimou o navio. Em 21 de novembro, o Nashville, com o consentimento das autoridades britânicas, abrigou-se no porto de Southampton. Ele foi perseguido até lá pelo cruzador unionista Tuscarora, que estava vigiando a movimentação dos navios piratas. Para não ser acusada de violação de sua neutralidade, as autoridades da Grã-Bretanha ordenaram, em 3 de fevereiro de 1862, que ambos os navios deixassem o porto, mas deteve o Tuscarora por 24 horas para permitir que o Nashville escapasse. (N. E. I.)

[8] “In the Present State of the Public Mind...”, *The Morning Post*, n. 27.460, 21 de dezembro de 1861, editorial. (N. O.)

[9] “A Turn of the Wheel, which the American Cabinet Has Managed to Make...”, *The Times*, n. 24.140, 11 de janeiro de 1862, editorial. (N. O.)

[10] Durante sua estadia em Londres em 1850, Julius Haynau, um marechal austríaco conhecido pelas cruéis medidas repressivas que tomou contra os participantes do movimento revolucionário da Hungria e da Itália, visitou a cervejaria Barclay, Perkins & Co., e foi fisicamente atacado pelos indignados trabalhadores da cervejaria e obrigado a fugir. A ação dos trabalhadores foi calorosamente aprovada pela população de Londres. (N. E. I.)

[11] “New York, Dec. 28”, *The Times*, n. 24.139, 10 de janeiro de 1862. (N. O.)

[12] *Ordem do Conselho:* na Grã-Bretanha, uma ordem emitida por um soberano a partir das recomendações do Conselho Privado. (N. E. I.)

[13] “Ordem do Conselho. Na corte do Palácio da Rainha, 11 de novembro de 1807, presente, Excelentíssima Majestade no Conselho do Rei.” (N. O.)

29. Karl Marx
Uma reunião operária em Londres[a]

[Die Presse, n. 32, 2 de fevereiro de 1862]
Londres, 28 de janeiro de 1862

A classe trabalhadora, um elemento tão preponderante em uma sociedade que há muito tempo não possui mais um *campesinato* forte, não é representada no Parlamento, como é de conhecimento geral. Entretanto, ela não é desprovida de influência política. Nenhuma inovação significativa, nenhuma medida legal decisiva foi levada adiante neste país sem *pressure from without* [pressão de fora], ou seja, a oposição requer tal pressão contra o governo ou o governo requer tal pressão contra a oposição. Os ingleses entendem que a *pressão de fora* vem das grandes manifestações populares, extraparlamentares, que, naturalmente, não podem acontecer sem a participação ativa da classe trabalhadora. *Pitt* sabia como usar as massas contra os *whigs* em sua cruzada antijacobina. A emancipação católica, a lei da reforma, a revogação das leis dos cereais, a lei da jornada de dez horas, a guerra contra a Rússia, a rejeição da lei de conspiração de Palmerston[1], todas essas medidas foram fruto de violentas manifestações extraparlamentares, nas quais a classe trabalhadora, ora açulada artificialmente, ora agindo espontaneamente, unicamente como *persona dramatis*[2], unicamente

como coro, desempenhava o papel principal ou, a depender das circunstâncias, era o próprio espetáculo. Ainda mais impressionante é a atitude da classe trabalhadora inglesa em relação à Guerra Civil Americana.

A miséria causada pela paralisação das fábricas e pela diminuição da jornada de trabalho nos distritos manufatureiros do norte, ambas *motivadas* pelo bloqueio dos estados escravagistas, cresce assustadoramente dia a dia. As outras frações da classe trabalhadora não sofrem no mesmo grau, mas sentem fortemente os efeitos da crise da indústria algodoeira nos demais setores da indústria desde a queda das exportações de seus próprios produtos para o Norte dos Estados Unidos em razão da tarifa Morrill[3] e o fim dessas exportações para o Sul em virtude do bloqueio. A intervenção inglesa na América tornou-se, portanto, nesse momento, uma questão de vida ou morte para a classe trabalhadora. Além disso, do lado dos seus "*natural superiors*" ["superiores naturais"], não se economizam meios para inflamar a raiva dos operários contra os Estados Unidos. O único órgão operário ainda existente, grande e de ampla circulação, o *Reynold's Newspaper*, foi comprado especificamente para repetir o *Ceterum censeo*[4] da intervenção inglesa, semanalmente, durante seis meses, em diatribes furiosas. Portanto, a classe trabalhadora está plenamente consciente de que o governo está somente à espera do brado de intervenção vindo de baixo, a pressão de fora, para colocar um fim ao bloqueio e à miséria inglesa. Sob essas circunstâncias é admirável a determinação com a qual a classe trabalhadora se mantém em silêncio, e quando o quebra, é para levantar sua voz contra a intervenção nos Estados Unidos. Isso é mais uma nova e reluzente prova da competência indestrutível do povo inglês, uma competência que constitui o segredo da grandeza da Inglaterra e que, na

linguagem hiperbólica de Mazzini, fez o soldado inglês comum parecer um semideus na Guerra da Crimeia e na insurreição indiana.

Para caracterizar a "política" da classe trabalhadora, serve o relato de uma grande reunião operária que ocorreu ontem em Marylebone, o distrito mais populoso de Londres.

O senhor *Steadman*, o presidente, abriu a sessão dizendo que era necessário tomar uma decisão sobre *a recepção dos senhores Mason e Slidell* pelo povo inglês. "Temos de pesar se esses senhores vieram para cá para libertar os escravos de seus grilhões ou para fundir mais um anel a essa corrente."

O senhor *Yates*:

> A classe trabalhadora não pode se calar nessa ocasião. Os dois cavalheiros, que atravessaram o oceano Atlântico até nosso país de navio, são agentes dos estados escravagistas e tiranos. Eles se encontram em insurreição aberta contra a ordem constitucional de seu país e vêm para cá para induzir o nosso governo a reconhecer a independência dos estados escravagistas. É dever da classe trabalhadora manifestar sua opinião, caso o governo inglês acredite que somos indiferentes à sua política externa. Devemos mostrar que o dinheiro gasto por este povo para a emancipação dos escravos não deve ser desperdiçado inutilmente. Tivesse o nosso governo jogado limpo, teria apoiado com a alma e o coração os estados do Norte no esmagamento dessa terrível rebelião.

Após uma defesa intransigente dos estados do Norte e a observação de que "o violento discurso do senhor Lovejoy contra a Inglaterra foi provocado pelas calúnias da imprensa inglesa", o orador apresentou a seguinte moção:

> Esta reunião decide que os agentes dos rebeldes, Mason e Slidell, agora em viagem da América à Inglaterra, são absolutamente indignos de simpatias morais da classe trabalhadora deste país, uma vez que são proprietários de escravos e agentes declarados da tirânica facção, que neste momento se rebela contra a república americana e é inimiga jurada dos direitos sociais e políticos da classe trabalhadora em todos os países.

O senhor *Whynne* apoiou a moção. Contudo, entende que se deve evitar todo insulto pessoal a Mason e Slidell, durante a sua estadia em Londres.

O senhor *Nichols*, um morador "do *extremo norte* dos Estados Unidos", como ele próprio se anunciou, e, na verdade, enviado à reunião como *advocatus diaboli*[5] pelos senhores Yancey e Mann, protestou contra a moção:

> Estou aqui porque existe liberdade de expressão. Na nossa terra, há três meses o governo não permite que ninguém abra a boca. A liberdade não foi esmagada só no Sul, mas no Norte também. A guerra tem muitos inimigos no Norte, mas ai de quem tocar nesse assunto. Não menos que duzentos jornais foram empastelados ou destruídos por vandalismo. Os estados do Sul têm o mesmo direito de se separar do Norte como os Estados Unidos tiveram de se separar da Inglaterra.

Apesar da eloquência do senhor Nichols, a primeira moção foi aprovada por unanimidade. Ele se ergueu novamente: "Se vocês acusam os senhores Mason e Slidell de serem proprietários de escravos, então deveriam pensar o mesmo de Washington, Jefferson etc."

O senhor *Beales* refutou Nichols em um discurso impecável e, em seguida, apresentou uma segunda moção:

> Tendo em vista os esforços mal disfarçados do *Times* e outros jornais manipuladores para induzir a opinião pública inglesa a uma percepção falsa dos assuntos americanos, com o intuito de nos envolver em uma guerra contra milhões de nossos irmãos de sangue, sob qualquer pretexto, abusar dos perigos que rondam a república para desmerecer as instituições democráticas, esta assembleia considera dever imprescindível dos trabalhadores, visto que não são representados no Senado da Nação, declarar sua simpatia aos Estados Unidos em sua luta gigantesca para preservar a União; denunciar a vergonhosa desonestidade e a defesa da escravidão do *Times* e dos jornais aristocráticos a ele filiados; empregar a expressão mais enfática em favor da mais rigorosa política de não intervenção nos assuntos dos Estados Unidos e da resolução de todas as controvérsias por árbitros ou tribunais arbitrais indicados de comum acordo; denunciar a política de guerra dos escroques da bolsa de valores; e

expressar o mais caloroso apoio aos esforços dos abolicionistas por uma solução definitiva para a questão escravagista.

Essa moção foi aprovada por unanimidade, assim como a proposição final de “fazer chegar ao governo americano, por intermédio do senhor Adams, uma cópia das deliberações tomadas, como expressão dos sentimentos e opiniões da classe trabalhadora na Inglaterra”.

---

[a] Traduzido de “Ein Londoner Arbeitermeeting”, em *Karl Marx-Friedrich Engels Werke*, v. 15 (Berlim, Dietz Verlag, 1980), p. 454-7.

[1] *Lei de Conspiração:* Palmerston apresentou em 8 de fevereiro de 1858, sob pressão do governo francês, que acusava a Inglaterra de dar asilo a criminosos políticos, uma Lei do Estrangeiro (também chamada de Lei de Conspiração) na Câmara dos Comuns, depois de ter anunciado em 5 de fevereiro a intenção de fazê-lo. De acordo com a lei, quer fosse inglês ou estrangeiro, todo aquele que organizasse ou participasse de conspiração contra a vida de qualquer pessoa na Inglaterra ou outro país seria levado aos tribunais e severamente punido. Sob pressão de um amplo movimento de contestação, a lei foi rejeitada em 12 de fevereiro na Câmara dos Comuns; Palmerston foi obrigado a renunciar. (N. E. A.)

[2] Personagem em ação. (N. O.)

[3] Ver “Notas de economia política”, nota 10, p. 74. (N. E.)

[4] Ver “Mistificação jornalística francesa”, nota 2, p. 136. (N. E.)

[5] Advogado do diabo. (N. O.)

30. Karl Marx
O sentimento anti-intervencionista[a]

[Die Presse, n. 34, 4 de fevereiro de 1862]
Londres, 31 de janeiro de 1862

A grandeza comercial de *Liverpool* é oriunda do *comércio de escravos*. As únicas contribuições de Liverpool à literatura poética da Inglaterra são odes ao comércio escravagista. Há cinquenta anos, era risco de vida para *Wilberforce* pisar o chão de Liverpool. Como no século passado em relação ao comércio de escravos, o comércio do produto da escravidão – o algodão – formou a base material da grandeza de Liverpool neste século. Não é obra do acaso, portanto, que Liverpool seja o centro dos secessionistas ingleses. Ela é, de fato, a única cidade do Reino Unido onde foi possível realizar uma reunião quase pública a favor da guerra contra os Estados Unidos durante a última crise. E, agora, o que diz Liverpool? Ouçamos um de seus grandes jornais diários, o *Daily Post*[1].

Em um editorial intitulado “The Cute Yankee” [“O malandro ianque”], afirma, entre outras coisas:

> Os ianques, com sua habitual malandragem, transformaram uma aparente perda em um ganho real, e tiraram proveito da Inglaterra [...] A Grã-Bretanha exerceu de fato a sua soberania, mas com que propósito? Desde a fundação dos Estados Unidos, os ianques sempre reivindicaram o privilégio de uma bandeira neutra, sob a qual os passageiros

navegam protegidos de todas as usurpações e ataques beligerantes. Nós contestamos ao extremo esse privilégio durante a guerra antijacobina, a guerra anglo-americana de 1812-1814 e, mais recentemente, em 1842, durante as negociações entre lorde Ashburton e o secretário de Estado Daniel Webster. Agora, nossa oposição deve cessar. *O princípio ianque venceu*. O senhor Seward registra o fato e declara que, em consequência do caso Trent, nós cedemos por princípio e os Estados Unidos obtiveram uma concessão de nossa parte, para cuja realização eles haviam esgotado *em vão* até então todos os meios diplomáticos *e* bélicos.

Mais importante ainda é a admissão do *Daily Post* da mudança de opinião, até mesmo em Liverpool.

Os confederados – diz a gazeta – certamente não fizeram nada para perder a opinião pública até então favorável a eles. Muito pelo contrário! Eles lutaram com afinco e fizeram enormes sacrifícios. Se não conservarem a independência, todos devemos admitir que a mereceram. Em todo caso, a corrente da opinião pública agora vai contra suas pretensões. Há quatro semanas eles eram *fine fellows* [bons camaradas]. Agora são considerados *a very sorry set* [um bando bastante melancólico] [...] Houve realmente uma reação. A seita contrária à escravidão, tão mansa na última manifestação popular, urra e esbraveja contra o comércio de seres humanos e os rebeldes escravocratas! [...] Mesmo os muros de nossa cidade não se cobriram de cartazes cheios de denúncias e invencionices venenosas contra os senhores Mason e Slidell, autores da maldita lei sobre os escravos fugitivos? [...] Os confederados perderam no caso Trent. Devia ser a sua vitória, foi a sua ruína. Eles perderam a simpatia deste país, e terão de familiarizar-se com essa estranha situação tão logo quanto possível. Foram muito maltratados, mas para isso *there will be no redress* [não há remédio].

A confissão desse jornal pró-Secessão explica com facilidade a súbita mudança de linguagem de alguns importantes jornais palmerstonianos por ocasião da abertura do Parlamento. O *Economist* do último sábado trouxe um artigo intitulado: “O bloqueio deve ser respeitado?”.

Ele parte do *axioma* de que o bloqueio é mera *formalidade* e, portanto, sua violação é permitida pelo direito internacional. A França exigiu que fosse removido à força. A decisão prática sobre a questão está nas mãos da Inglaterra, que tem grandes e urgentes motivos

para tal. Em particular, ela precisa do algodão americano. Aliás, é difícil ver como um mero "bloqueio de papel" pode impedir o envio do algodão.

"Ainda assim", exclama o *Economist*, "a Inglaterra *deve* respeitar o bloqueio." Após uma série de falsos motivos que embasaram essa decisão, ele finalmente chega ao cerne da questão[2]:

> Nesse caso – diz ele – o governo deveria ter todo o país atrás dele. Mas a grande maioria do povo inglês não está *preparada* para uma intervenção que, ainda por cima, teria a aparência de apoio de nossa parte à instituição de uma república escravocrata. O sistema social da Confederação é baseado na escravidão; os federalistas fizeram de tudo para nos convencer de que a escravidão é a raiz da Secessão, que eles são inimigos da escravidão – e que a escravidão é o objeto de nossa mais absoluta repugnância [...] Aqui reside a verdadeira falácia do sentimento popular. A dissolução, não a restauração da União, a independência, não a derrota do Sul, é a única saída segura para a emancipação dos escravos. Esperamos esclarecer isso oportunamente aos nossos leitores. Por enquanto, *isso não está claro*. *A maioria dos ingleses pensa de outra forma*. Enquanto persistirem nesse preconceito, toda intervenção de nosso governo que nos coloque em oposição ativa contra o Norte e, consequentemente, em aliança com o Sul, carecerá da sincera cooperação da nação britânica.

Em outras palavras, a tentativa de uma intervenção derrubaria o Ministério. E isso também explica por que o *Times* se posicionou tão resolutamente contra qualquer intervenção e a favor da neutralidade da Inglaterra.

---

[a] Traduzido de "Interventionsfeindliche Stimmung", em *Karl Marx-Friedrich Engels Werke*, v. 15 (Berlim, Dietz Verlag, 1980), p. 458-60.

[1] *The Daily Post:* diário inglês, órgão dos círculos comerciais e industriais; foi publicado com esse nome em Liverpool de 1855 a 1879. (N. E. A.)

[2] No original "Pudels Kern". Aqui há uma clara referência a Goethe, muito recorrente nos escritos de Marx, e mais especificamente ao *Fausto*. *Pudel* (poddle) é a raça de cães e a forma que Mefistófeles adquire em um trecho da obra. A expressão popularizou-se e significa algo não tão óbvio ou imperceptível que vem à tona. (N. T.)

31. Karl Marx
Sobre a crise do algodão[a]

[Die Presse, n. 38, 8 de fevereiro de 1862]
Início de fevereiro de 1862

Há alguns dias realizou-se a reunião anual da *Câmara de Comércio de Manchester*. Ela representa os interesses de Lancashire, o maior distrito industrial do Reino Unido e a sede da manufatura algodoeira britânica. O presidente do encontro, o senhor E. Potter, e os principais oradores, os senhores Bazley e Turner, representam Manchester e parte de Lancashire na Câmara dos Comuns. A partir das negociações do encontro, inteiramo-nos *oficialmente* da postura que o grande centro da indústria algodoeira britânica adotará em relação à crise americana no "Senado da Nação".

Na reunião do *ano passado* da Câmara de Comércio, o senhor Ashworth, um dos maiores barões do algodão na Inglaterra, comemorou com exuberância pindárica a pujante expansão da indústria algodoeira na última década. Ressaltou que mesmo as crises comerciais de 1847 e 1857 não geraram perdas na exportação de fios e tecidos de algodão ingleses. Explicou que esse fenômeno se deve à força milagrosa do sistema de livre-comércio, introduzido em 1846. Mesmo ali soou estranho que o mesmo sistema que foi incapaz de poupar a Inglaterra das crises de 1847 e 1857

fosse capaz de proteger um ramo muito *específico* da indústria inglesa, a algodoeira, dos efeitos perversos dessa crise. Mas o que ouvimos hoje? Todos os oradores, inclusive o senhor Ashworth, admitem que, desde 1858, vem ocorrendo uma tremenda transformação nos mercados asiáticos e que, graças a uma *superprodução* contínua e maciça, a atual estagnação viria inevitavelmente, mesmo sem a Guerra Civil Americana, a Tarifa Morrill[1] e o bloqueio. Resta saber se, sem esses agravantes, a queda nas exportações no último ano teria alcançado o valor de £ 6 milhões, mas não parece improvável, quando sabemos que os principais mercados da Ásia e da Austrália são abastecidos há doze meses com algodão inglês.

Portanto, a atual crise na indústria algodoeira inglesa, conforme admite a Câmara de Comércio de Manchester, que tem autoridade *nesse* assunto, é resultado não do bloqueio americano, mas da superprodução inglesa. E quais seriam as consequências de uma continuação da Guerra Civil Americana? A essa pergunta temos novamente uma resposta unânime: o sofrimento desmesurado da classe trabalhadora e a ruína dos pequenos fabricantes.

“Em Londres”, observou o senhor Cheetham, “dizem que temos algodão suficiente para continuar trabalhando. Mas o algodão não está em questão. O que está em discussão é, sobretudo, seu *preço*. Com os preços atuais, o capital do fabricante vai ser torrado.”

A Câmara de Comércio, contudo, opõe-se terminantemente a *qualquer intervenção* nos Estados Unidos, embora a maior parte de seus membros seja suficientemente doutrinada pelo *Times* para considerar que a dissolução da União é inevitável.

“A última coisa”, diz o senhor *Potter*, “que podemos recomendar seria a intervenção. O último lugar de onde viria tal sugestão é

Manchester. Nada nos fará decidir a favor de algo tão moralmente reprovável."

O senhor *Bazley*: "O conflito americano deve sujeitar-se ao mais estrito princípio de não intervenção. O povo desse grande país deve resolver seus próprios assuntos sem ser perturbado."

O senhor *Cheetham*: "A opinião dominante neste distrito opõe-se terminantemente a qualquer intervenção no conflito americano. É necessário que isso fique claro, porque, em caso de dúvida, haverá do outro lado uma pressão extraordinária sobre o governo".

O que sugere, então, a Câmara de Comércio? Que o governo inglês derrube todos os entraves que a administração ainda coloca à cultura do algodão na Índia. Deve, mais especificamente, suspender o imposto de 10% sobre a importação que incide sobre os fios e os tecidos de algodão inglês na Índia. Mal o regime da Companhia das Índias Orientais foi extinto[2], mal a Índia Oriental foi incorporada ao Império Britânico, Palmerston, por intermédio do senhor Wilson, iniciou a cobrança do imposto de importação sobre os produtos manufaturados *ingleses* na Índia, ao mesmo tempo que vendia Savoia e Nice no tratado de comércio anglo-francês. Enquanto o mercado francês se abriu em certa medida à indústria inglesa, o mercado das Índias Orientais se fechou a ela em proporção muito maior.

O senhor Bazley observou, no tocante a esse assunto, que desde a introdução desse imposto grandes quantidades de maquinário inglês foram exportadas para Bombaim e Calcutá e fábricas em estilo inglês foram construídas lá. Eles se prepararam para arrebatar o melhor algodão indiano. Se acrescentarmos 15% de frete aos 10% do imposto de importação, os rivais artificialmente criados por iniciativa do governo inglês desfrutam de uma tarifa protecionista de 25%.

Em geral, a reunião dos grandes dignitários da indústria inglesa demonstrou um amargo ressentimento contra a tendência protecionista que se difundia cada vez mais nas colônias, especialmente na Austrália. Os cavalheiros esquecem que durante um século e meio as colônias protestaram em vão contra o "sistema colonial" da metrópole. Naquele momento, as colônias reivindicavam o livre-comércio. A Inglaterra manteve a proibição. Agora, a Inglaterra prega o livre-comércio, e as colônias consideram a proteção contra a Inglaterra mais adequada aos seus interesses.

---

[a] Traduzido de "Zur Baumwollkrise", em *Karl Marx-Friedrich Engels Werke*, v. 15 (Berlim, Dietz Verlag, 1980), p. 461-3. (N. E.)

[1] Ver "Notas de economia política", nota 10, p. 74. (N. E.)

[2] Em julho de 1858, o Parlamento inglês aprovou a "Lei do Governo da Índia". Em virtude dessa lei, a Índia ficou sob o controle direto da Coroa e a Companhia das Índias Orientais foi dissolvida. A lei previa a formação de um Conselho da Índia como órgão consultivo junto ao Ministério dos Assuntos Indianos. O governador-geral da Índia recebeu o título de vice-rei, mas na prática era somente um executor das vontades do ministro para a Índia em Londres. (N. E. A.)

32. Karl Marx
O debate parlamentar sobre a fala do trono no Parlamento[a]

[Die Presse, n. 42, 12 de fevereiro de 1862]
Londres, 7 de fevereiro de 1862

A abertura do Parlamento foi uma cerimônia sem brilho. A ausência da rainha e a leitura da fala do trono pelo lorde chanceler[1] baniu qualquer efeito teatral. A fala do trono é normalmente curta, sem grande impacto. Recapitula os *faits accomplis*[2] da política externa e remete os documentos ao Parlamento para apreciação. Uma única frase causou certa comoção, aquela em que a rainha "*trusts*" (espera, acredita) que "não há motivo para se temer uma perturbação da paz na Europa". A frase quis dizer, em verdade, que a paz europeia pertence ao plano da esperança e da fé.

Os cavalheiros que propuseram a resposta à fala do trono nas duas casas congressuais foram, como manda a prática parlamentar, convocados para a tarefa havia três semanas. A resposta consiste basicamente em um amplo eco da fala do trono e em elogios que os ministros distribuem entre si em nome do Parlamento. Quando, em 1811, sir *Francis Burdett* se antecipou aos oficialmente encarregados de dar a resposta à fala e aproveitou a oportunidade para fazer

críticas cortantes a ela, parecia que a própria Carta Magna[3] estava em perigo. Desde então, nunca mais aconteceu tal monstruosidade.

O interesse do debate da fala do trono restringe-se, portanto, às "sugestões" dos clubes oficiais de oposição e às "contrassugestões" dos ministros. Desta vez, porém, o interesse era mais acadêmico do que político. Foi a melhor fala fúnebre ao príncipe Alberto, que durante a sua vida não achou leve o fardo da oligarquia inglesa. Conforme a *vox populi*, Derby e Disraeli venceram a palma acadêmica, o primeiro como orador natural, o outro como orador artificial.

A parte "empresarial" do debate girou em torno dos *Estados Unidos*, do *México* e do *Marrocos*.

Em relação aos *Estados Unidos*, os *Outs* (os que estão fora do Gabinete) elogiaram a política dos *Ins*[4] (os *beati possidentes*)[5]. *Derby*, o presidente conservador da Câmara dos Lordes, e *Disraeli*, o líder conservador da Câmara dos Comuns, fizeram oposição não ao governo, mas um ao outro.

Derby, de início, demonstrou seu ressentimento pela falta de uma "*pressure from without*" [pressão de fora]. "Admirava", disse ele, a postura estoica e honrosa dos trabalhadores das fábricas. Quanto aos donos das fábricas, teve de excluí-los de seus elogios. O imbróglio americano lhes era extremamente conveniente, uma vez que a superprodução e a transferência de todos os mercados os obrigaram a restringir, em qualquer circunstância, as transações comerciais.

Derby, então, atacou violentamente o governo da União, "que expôs a si mesmo e ao povo à mais indigna humilhação" e não agiu como "cavalheiro", visto que não tomou a iniciativa e não entregou voluntariamente Mason, Slidell e companhia, arrependendo-se depois. Seu segundo na Câmara dos Comuns, o senhor *Disraeli*,

compreendeu imediatamente a que ponto o fracasso de Derby prejudicava as esperanças ministeriais dos conservadores. Portanto, declarou o contrário: “Quando penso nas grandes dificuldades que os homens de Estado da América do Norte tiveram de enfrentar, sou obrigado a dizer que eles as enfrentaram de maneira viril e corajosa”.

Por outro lado – com a consistência que lhe é habitual –, *Derby* protestou contra as “novas doutrinas” do direito marítimo. A Inglaterra sempre reivindicou os direitos dos beligerantes contra as pretensões dos neutros. É verdade que lorde Claredon fez uma concessão “perigosa” em Paris, em 1856[6]. Felizmente, ela não foi ratificada pela Coroa, “de sorte que não muda o estado do direito internacional”. O senhor *Disraeli*, em contrapartida, em clara concordância com o governo, evitou tocar nesse ponto.

Derby aprova a política de não intervenção do governo. Ainda não é a hora de reconhecer a Confederação sulista, mas ele exige documentos autênticos para avaliar “até que ponto o bloqueio é efetivo e, portanto, juridicamente vinculante”. Lorde John Russell, por sua vez, declarou que o governo da União utilizou um número suficiente de navios para o bloqueio, mas não o executou rigorosamente em todos os lugares. O senhor Disraeli não quer se permitir julgar a natureza do bloqueio, mas exige documentos oficiais para esclarecê-lo. Ele alerta contra qualquer reconhecimento prematuro da Confederação, visto que a Inglaterra se compromete, neste momento, ao ameaçar um Estado norte-americano (o México), cuja independência ela própria foi uma das primeiras a reconhecer.

Depois dos *Estados Unidos*, foi a vez do *México*. Nenhum parlamentar condenou uma guerra sem uma declaração de guerra, mas a ingerência nos assuntos internos de um país sob o xibolete da “não intervenção” e a coalizão da Inglaterra com a França e a Espanha para esmagar um país semi-indefeso. Os *Outs*, em

verdade, deixaram claro que utilizam o México como pretexto para manobras partidárias. *Derby* exige documentos tanto sobre o tratado entre as três grandes potências quanto sobre a forma de sua execução. Ele aprova o acordo porque, em sua opinião, o caminho correto para qualquer dos Estados pactuantes era fazer valer as suas pretensões *independentemente* dos outros. Certos rumores o fizeram temer que, ao menos uma das potências – a Espanha – pretendia extrapolar os limites do acordo. Como se Derby realmente acreditasse que a grande potência Espanha teria a audácia de agir contra a vontade da Inglaterra e da França! Lorde *John Russell* respondeu: “As três grandes potências perseguem o *mesmo* objetivo e receariam impedir os mexicanos de resolver seus próprios assuntos internos”.

O senhor *Disraeli*, na Câmara dos Comuns, abstém-se de qualquer juízo antes de examinar os documentos apresentados. No entanto, acha “*suspeito* o anúncio do governo”. O primeiro país a reconhecer a independência do México foi a Inglaterra. Esse reconhecimento lembra uma política memorável, a política contra a Santa Aliança, e um homem memorável, *Canning*. Que estranha circunstância levou a Inglaterra a dar o primeiro golpe contra essa independência? Ademais, em muito pouco tempo, a intervenção mudou de pretexto. Inicialmente, tratava-se de uma reparação de danos aos súditos ingleses. Agora, há rumores de introdução de novos princípios de governo e estabelecimento de uma nova dinastia. Lorde *Palmerston* faz referência aos documentos apresentados, ao tratado que proíbe aos Aliados “sujeitar” o México e impor uma forma de governo que desagrade ao povo. Concomitantemente, porém, abre um esconderijo diplomático. Ouviu falar que um partido no México quer que a república se torne uma monarquia. Ele não conhece a força desse partido. “De sua parte, apenas gostaria que o

México encontre *alguma forma de governo* com a qual os governos estrangeiros possam dialogar". Por isso deseja estabelecer uma "nova" forma de governo. Explica *a inexistência do atual governo*. Reivindica a prerrogativa da Santa Aliança de Inglaterra, França e Espanha decidirem sobre a existência ou não de governos estrangeiros. "Isso é o máximo", acrescenta modestamente, "que o governo da Grã-Bretanha pretende alcançar". Mais nada!

A última "questão em aberto" da política externa toca ao *Marrocos*. O governo inglês celebrou um tratado com o Marrocos para permitir que ele pague sua dívida com a Espanha, uma dívida que a Espanha nunca poderia ter imposto ao Marrocos sem a permissão da Inglaterra. Certas pessoas, ao que parece, teriam adiantado dinheiro ao Marrocos para que ele pagasse à Espanha dentro do prazo, acabando assim com o pretexto para uma nova ocupação de Tetuão[7] e a retomada da guerra. O governo inglês, de uma maneira ou outra, garantiu a essas pessoas os juros de seus empréstimos e, por sua vez, como garantia, assumiu a administração das alfândegas do Marrocos. Derby achou essa maneira de garantir a independência do Marrocos *rather strange* [um tanto estranha], mas não obteve nenhuma resposta dos ministros. O senhor *Disraeli* foi além na Câmara dos Comuns e afirmou que a transação era "de certa forma inconstitucional", na medida em que o governo impôs novas obrigações financeiras à Inglaterra pelas costas do Parlamento. Palmerston simplesmente o mandou voltar aos "documentos" apresentados.

Assuntos internos nem foram tratados. Derby apenas alertou para os temas "palpitantes", como a reforma parlamentar, em consideração ao "estado de espírito da rainha". Ele está disposto a homenagear regularmente a classe trabalhadora inglesa, sob a condição de que ela aguente sua exclusão da representação

parlamentar com o mesmo estoicismo que demonstrou no caso do bloqueio americano.

Seria um erro concluir da idílica abertura do Parlamento um futuro idílico. Muito pelo contrário! A dissolução do Parlamento ou a dissolução do governo é o mote da sessão deste ano. Em um próximo momento, haverá oportunidade para explicar esse dilema.

---

[a] Traduzido de “Die Adreßdebatte im Parlament”, em *Karl Marx-Friedrich Engels Werke*, v. 15 (Berlim, Dietz Verlag, 1980), p. 468-71.

[1] William Ewart Gladstone. (N. O.)

[2] Fatos consumados. (N. O.)

[3] *Magna Charta (Magna Charta Libertatum)*: documento imposto ao rei João I (João Sem Terra) pelos grandes senhores feudais, pelos barões e pelo alto clero, apoiados pela cavalaria e pelas cidades. A Carta, assinada em 15 de junho de 1215, limitou os poderes do rei, especialmente em favor dos grandes senhores feudais, e fez certas concessões à cavalaria e às cidades; à massa popular, aos servos, a Carta não concedia nenhum direito. (N. E. A.)

[4] Os que ocupam cargos no Gabinete. (N. O.)

[5] Felizes os que têm posses. (N. O.)

[6] Ver “O governo de Washington e as potências ocidentais”, nota 1, p. 123. (N. E.)

[7] De acordo com os termos do tratado de paz que foi celebrado em abril de 1860, após o término da Guerra Hispano-Marroquina (ver “A intervenção no México”, nota 5, p. 76), a cidade de Tetuão foi ocupada por tropas espanholas até a quitação da dívida. (N. E. A.)

33. Karl Marx
Assuntos americanos[a]

[Die Presse, n. 61, 3 de março de 1862]
26 de fevereiro de 1862

O *presidente Lincoln* não ousa dar um passo à frente sem que a força das circunstâncias e o clamor generalizado da opinião pública lhe empurrem, proibindo-lhe maiores hesitações. No entanto, quando o "Old Abe" [Velho Abe] se convence de que houve uma mudança, ele surpreende igualmente amigos e inimigos com uma ação repentina e tão silenciosa quanto possível. Recentemente, por exemplo, ele deu um golpe que, se tivesse ocorrido seis meses atrás, talvez lhe tivesse custado o cargo de presidente e, há alguns meses, teria rendido uma enxurrada de debates. Estamos falando da *destituição de McClellan* do posto de *commander in chief*[1] das Forças Armadas da União. Lincoln substituiu primeiro o ministro da Guerra, Cameron, por um jurista enérgico e implacável, o senhor *Edwin Stanton*. Stanton decretou de imediato uma ordem aos generais Buell, Halleck, Butler, Sherman e outros comandantes de departamentos inteiros ou chefes de expedições, na qual estava previsto que, daquele momento em diante, eles receberiam todas as ordens, públicas e confidenciais, diretamente do Ministério da Guerra e, por outro lado, a este se reportariam diretamente. Por fim, Lincoln

emitiu ordens nas quais assinava sob o atributo constitucional de "*commander in chief of the Army and Navy*"[2]. Dessa maneira "discreta", o "jovem Napoleão"[3] foi privado de seu comando supremo sobre *todas* as Armas e circunscrito ao comando do exército do Potomac, embora tenha mantido o *título* de "*commander in chief*". Os êxitos no Kentucky, Tennessee e na costa atlântica pesaram favoravelmente à ascensão do presidente Lincoln ao comando supremo.

O posto de comandante em chefe, que *McClellan* ocupara até então, foi levado da Inglaterra para os Estados Unidos e corresponde aproximadamente à dignidade de um *grand connetable*[4] do antigo Exército francês. Durante a Guerra da Crimeia, a própria Inglaterra descobriu a inadequação desse instituto ultrapassado. Chegou-se então a um compromisso, em que parte das atribuições anteriores do comandante em chefe foi transferida para o Ministério da Guerra.

Falta-nos o material necessário para avaliar a tática fabiana[5] de McClellan no Potomac. Mas não restam dúvidas de que sua influência funcionou como uma pedra de tropeço na condução geral da guerra. Pode-se dizer de McClellan o que Macaulay disse de Essex: "Os erros militares de Essex advêm em grande parte de sua timidez política. Ele era honesto, mas nunca foi muito ligado à causa do Parlamento, e o que mais temia, ao lado de uma grande derrota, era uma grande vitória".

McClellan, como a maioria dos oficiais regulares do Exército formados em West Point[6], está mais ou menos ligado pelo *esprit de corps*[7] aos velhos camaradas que hoje estão no campo inimigo. Eles são animados pelo mesmo ciúme contra os *parvenus* [recém-chegados] que afeta os "soldados civis". A guerra, em sua opinião, deve ser conduzida de forma puramente técnica, com uma

preocupação constante de restauração da União sob suas velhas bases, e consequentemente deve manter-se sobretudo imune a tendências revolucionárias e de princípios. Que bela visão de uma guerra que é essencialmente uma guerra de princípios! Os primeiros generais do Parlamento inglês cometeram os mesmos erros.

"Mas", disse Cromwell em seu discurso de 4 de julho de 1653 ao Rump Parliament [Parlamento Manco], "como tudo mudou desde que chegaram ao poder os homens que professavam *a principle of godliness and religion*[8]".

O "*Star*"[9], de Washington, órgão especial de McClellan, explica em um de seus últimos números: "O objetivo de todas as manobras militares do general McClellan é a restauração da União *inteira*, exatamente da maneira como ela era antes do início da rebelião".

Não admira então que, no Potomac, sob os olhos do general supremo, o exército tenha sido treinado para capturar escravos. Recentemente, McClellan, por ordem especial, expulsou do acampamento a família de músicos Kutchinson por cantarem canções contra a escravidão.

Para além dessas manifestações "antitendência", McClellan estendeu seu escudo protetor sobre os traidores do Exército da União. Por exemplo, ele promoveu Maynard, embora Maynard, como comprovaram documentos oficiais da Comissão de Investigação da Câmara dos Deputados, fosse um agente dos separatistas. Desde o general Patterson, cuja traição foi decisiva na derrota em Manassas, até o general Stone, que negociou a derrota em Balls Bluff em entendimento direto com os inimigos, McClellan sabia como livrar cada militar traidor do tribunal de guerra e, na maioria dos casos, da destituição do cargo. A Comissão de Investigação do Congresso revelou fatos ainda mais surpreendentes a esse respeito. Lincoln decidiu tomar uma medida enérgica e mostrar que, com a sua

ascensão ao comando supremo, chegara ao fim o tempo dos traidores e produzira-se uma *mudança* na política de guerra. Por ordem sua, em 10 de fevereiro, às duas horas da manhã, o general Stone foi preso em sua cama e levado para o Forte Lafayette. Algumas horas depois, veio a ordem de prisão, assinada por *Stanton*, na qual constava a acusação de alta traição, que será julgada por um tribunal de guerra. A prisão de Stones e a instauração do processo acusatório ocorreram sem que o general McClellan tivesse sido previamente comunicado.

McClellan estava claramente determinado, mesmo inativo e ostentando uma prematura coroa de louros, a não permitir que nenhum outro general tomasse precauções. Os generais Halleck e Pope decidiram de comum acordo forçar o general Price, que já fora salvo de Frémont por intervenção de Washington, a travar uma batalha decisiva. Um telegrama de McClellan os proibiu de levar a ideia adiante. O general Halleck foi “ordenado” por telegrama semelhante a desistir do Forte Columbus quando este já estava quase afundado. McClellan havia proibido expressamente os generais do Oeste de se comunicar entre eles. Todos tinham de se dirigir a Washington quando o assunto era uma ação combinada. O presidente Lincoln lhes deu a liberdade de ação de que necessitavam.

Quão frutífera foi a política geral de guerra de McClellan para a secessão é mais bem demonstrado pelos panegíricos que o *New York Herald* lhe rendia. Ele é o herói do coração do *Herald*. O famoso *Bennett*, proprietário e redator-chefe do *Herald*, havia dominado as administrações anteriores de Pierce e Buchanan por intermédio de seus “representantes especiais”, aliás, correspondentes em Washington. Sob o governo Lincoln, ele tentou recuperar o mesmo poder por meios sinuosos, na medida em que

seu “representante especial”, o dr. Ives, um homem do Sul e irmão de um oficial confederado desertor, caiu nas graças de McClellan. Esse Ives deve ter gozado de grande liberdade sob o patrocínio de McClellan, sobretudo na época em que Cameron era chefe do Ministério da Guerra. Evidentemente, ele esperava que Stanton lhe concedesse os mesmos privilégios e, por isso, apresentou-se em 8 de fevereiro no Gabinete de Guerra, onde o ministro da Guerra, seu primeiro secretário e alguns membros do Congresso discutiam medidas de guerra. Apontaram-lhe a porta. Ele fincou os calcanhares no chão e finalmente bateu em retirada, ameaçando fazer o *Herald* abrir fogo contra o atual Ministério da Guerra, caso fosse privado de seu “privilégio especial”, sobretudo no Departamento de Guerra, de receber telegramas, comunicados públicos e notícias de guerra. Na manhã seguinte, 9 de fevereiro, o dr. Ives reuniu todo o estado-maior de McClellan para um café da manhã regado a champanhe. Contudo, a desgraça veio a galope. Um suboficial entrou com seis homens, prendeu o poderoso Ives e o levou para o Forte MacHenry, onde foi mantido, como dizia expressamente a ordem do ministro da Guerra, “sob rigorosa vigilância na condição de espião”.

---

[a] Traduzido de “Amerikanische Angelegenheiten”, em *Karl Marx-Friedrich Engels Werke*, v. 15 (Berlim, Dietz Verlag, 1980), p. 478-81.

[1] Comandante em chefe. (N. O.)

[2] Comandante em chefe do Exército e da Marinha. (N. O.)

[3] George McClellan foi apelidado de ”jovem Napoleão“ por seus apoiadores do Partido Democrata porque foi nomeado comandante em chefe das tropas da União aos 34 anos. (N. E. A.)

[4] Grande condestável. (N. O.)

[5] *Tática Fabiana:* assim chamada em homenagem ao general romano Quintus Fabius Maximus, conhecido como Cunctator (“o procrastinador”). Durante a Segunda Guerra Púnica

contra Aníbal (218-201 a.C.), ele tentou se valer das vantagens dos romanos, como os suprimentos inesgotáveis e a portentosa reserva humana, para reverter a correlação de forças e o moral do exército em benefício próprio. Por isso, sua estratégia era evitar uma batalha decisiva e defender-se entrincheirado. Cada erro do oponente era aproveitado e o moral do exército, destroçado por derrotas anteriores, era levantado por pequenos sucessos individuais. (N. E. A.)

[6] *West Point* (estado de Nova York) possui uma academia militar fundada em 1802, a única dos Estados Unidos no século XIX. O sistema de treinamento dos oficiais, baseado no completo isolamento do mundo exterior, contribuiu para o desenvolvimento de um espírito de casta entre os estudantes da academia. (N. E. A.)

[7] Espírito corporativista. (N. O.)

[8] Princípios de piedade e de religião. (N. O.)

[9] *Evening Star:* jornal americano fundado em 1852 em Washington. (N. E. A.)

34. Karl Marx
O imbróglio mexicano[a] [1]

[New York Daily Tribune, n. 6.530, 10 de março de 1862]
Londres, 15 de fevereiro de 1862

O Livro Azul sobre a intervenção no México[2], recentemente publicado, contém as mais condenatórias revelações da moderna diplomacia inglesa, com todo o seu jargão hipócrita – feroz contra os fracos, rastejante diante dos fortes – e seu total desprezo ao direito internacional. Devo reservar para outra carta a tarefa de transmitir, em uma análise detalhada dos despachos trocados entre Downing Street e os representantes britânicos no México, a prova irrefutável de que o atual imbróglio tem origem inglesa, que a Inglaterra tomou a iniciativa de provocar a intervenção, e que o fez sob pretextos tão frágeis e contraditórios que nem sequer conseguem encobrir os reais, porém inconfessos motivos de sua atitude. A infâmia dos meios empregados para desencadear a intervenção mexicana só é superada pela imbecilidade decrépita com que o governo britânico finge surpresa e se exime da execução do nefasto esquema planejado por ele mesmo. É da última parte desse assunto que pretendo tratar aqui[3].

Em 13 de dezembro de 1861, o sr. Istúriz, embaixador espanhol em Londres, apresentou a John Russell uma nota que continha instruções enviadas pelo capitão-general de Cuba[4] aos comandantes espanhóis à frente da expedição no México. John Russell guardou a nota e manteve silêncio. Em 23 de dezembro, o sr. Istúriz lhe dirigiu uma nova nota com o intuito de explicar as razões que levaram a expedição espanhola a deixar Cuba antes da chegada das forças inglesas e francesas. Novamente, John Russell guarda a nota e persiste em seu comportamento taciturno. O sr. Istúriz, ansioso para certificar-se de que o prolongado comedimento discursivo – tão incomum ao prolixo filho da casa de Bedford – indicava alguma possível artimanha, solicita uma reunião, que lhe é concedida e ocorre em 7 de janeiro. John Russell estava havia mais de um mês inteiramente a par do início unilateral por parte da Espanha das operações contra o México. Quase um mês havia passado desde que o evento lhe fora oficialmente comunicado pelo sr. Istúriz. Em face de tudo isso, em seu encontro com o embaixador espanhol, John Russell não emitiu nem uma palavra que demonstrasse o menor descontentamento ou espanto com “os precipitados passos do general Serrano”, tampouco suas declarações deixaram qualquer impressão ao sr. Istúriz de que as coisas não estavam bem e os procedimentos espanhóis não foram completamente aprovados pelo governo britânico. O orgulho castelhano do sr. Istúriz rejeita, é claro, qualquer ideia de que a Espanha estivesse sendo manipulada por seus poderosos aliados e usada como mero instrumento. No entanto, a data da reunião com o Parlamento se aproxima e John Russell tem de redigir uma série de despachos, voltados especialmente para o consumo parlamentar e não para os assuntos internacionais. Consequentemente, em 16 de janeiro ele escreve um despacho questionando, em tom bastante

indignado, a iniciativa unilateral da Espanha. Dúvidas e escrúpulos que por mais de um mês dormiram em seu peito e não deram sinais de existência nem mesmo em 7 de janeiro, em sua reunião com o sr. Istúriz, despertaram de uma vez do sereno sono daquele confiável, sincero e insuspeito estadista. O sr. Istúriz sente como se um raio o fulminasse e em sua resposta, datada de 18 de janeiro, recorda um tanto quanto ironicamente à Sua Excelência as oportunidades que perdeu de dar vazão ao seu ressentimento póstumo. Ele retribui Sua Excelência na mesma moeda, tomando em sua justificação da iniciativa da Espanha o mesmo tom de *naïveté* [inocência] que lorde John Russell mostrou quando solicitou explicações.

"O capitão-general de Cuba", diz o sr. Istúriz, "chegou muito cedo porque temia chegar tarde demais a Vera Cruz." "Além disso", e aqui ele alfineta lorde John, "a expedição estava preparada havia um bom tempo em todos os aspectos", a despeito do capitão-general, até meados de dezembro, "não ter sido informado dos detalhes do tratado e dos locais combinados para o encontro das esquadras."

O tratado não foi concluído antes de 20 de novembro. Se, portanto, o capitão-general estava havia muito tempo com a expedição "preparada em todos os aspectos antes de meados de dezembro", as ordens que lhe foram enviadas originariamente da Europa para iniciar a expedição não aguardaram o tratado. Em outras palavras, o acordo original entre as três potências e as providências tomadas para a sua execução não aguardaram o tratado e diferiam nos "detalhes" de suas cláusulas, que, desde o começo, não tinham a intenção de orientar as ações, mas apenas de servir como formulações decentes e necessárias para conciliar a opinião pública com o plano nefasto. Em 23 de janeiro, John Russell responde ao sr. Istúriz com um blefe, dizendo em uma nota que "o governo britânico *não estava inteiramente* satisfeito com a

explicação dada", mas, ao mesmo tempo, não suspeitava que a Espanha cometeria a imprudência de presumir que poderia agir à revelia da Inglaterra e da França. Lorde John Russell, tão sonolento e tão inativo por um mês inteiro, desperta e ganha vida para a sessão parlamentar, que se aproxima a passos largos. Não há tempo a perder. Em 19 de janeiro ele tem uma reunião com o conde Flahaut, embaixador francês em Londres. Flahaut lhe dá a má notícia de que seu mestre considera necessário "enviar forças adicionais ao México", que a Espanha, com sua iniciativa precipitada, arruinou a coisa toda; que

> os aliados devem avançar até o interior do México e que não apenas as forças acordadas seriam insuficientes para a operação, mas a própria operação assumiria um caráter no qual Luís Bonaparte não poderia permitir que as forças francesas estivessem em uma posição de inferioridade com relação às da Espanha, ou correriam o risco de serem comprometidas.

Ora, a argumentação de Flahaut foi tudo, menos convincente. Se a Espanha excedera o acordado, bastaria uma única nota a Madri enviada das dependências de St. James ou das Tulherias para alertá-la de suas ridículas pretensões e conduzi-la de volta ao modesto papel que lhe fora imposto pelo acordo. Mas não. Porque a Espanha rompera com o que fora acordado – uma violação meramente formal e sem qualquer consequência, uma vez que a sua chegada prematura a Vera Cruz não alterou em nada os pretensos objetivos e propósitos da expedição; porque a Espanha considerou ancorar em Vera Cruz na ausência das forças inglesas e francesas, não restou outro caminho à França senão seguir a Espanha, romper com o acordo e não apenas aumentar suas forças expedicionárias, como alterar todo o caráter da operação. Naturalmente, não era necessário nenhum pretexto para que as potências aliadas

cometessem o assassinato e, logo no começo da expedição, ignorassem os pretextos e propósitos sob os quais aparentemente fora planejada. Consequentemente, John Russell, apesar de "lamentar as providências" tomadas pela França, ele as endossa, dizendo ao conde Flahaut que "da parte do governo de Sua Majestade, ele não tem nenhuma objeção à *validade* do *argumento* francês". Em um despacho em 20 de janeiro, encaminha ao conde Cowley, embaixador inglês em Paris, o relato de sua reunião com o conde Flahaut. No dia anterior, 19 de janeiro, ele redigira um despacho a sir F. Crampton, embaixador inglês em Madri – despacho esse que era uma curiosa mistura de hipócrita palavreado dirigido ao Parlamento britânico e dissimuladas insinuações à corte de Madri sobre o verdadeiro significado do linguajar liberal a que ele tão livremente se entregara. "Os procedimentos do marechal Serrano", diz ele, "são calculados para produzir certa inquietação", não apenas por causa da partida precipitada da expedição espanhola de Havana, mas também pelo "tom das proclamações do governo espanhol". Mas, simultaneamente, o *bon homme* [bom homem] sugere à corte em Madri uma desculpa plausível para a aparente violação do acordo. Ele tem absoluta convicção de que a corte em Madri não pretende mal algum; no entanto, os comandantes, tão distantes da Europa, algumas vezes são "precipitados", o que exige que "sejam observados muito de perto". Assim, o bom homem Russell oferece voluntariamente seus serviços para jogar a responsabilidade da corte madrilenha nas costas dos indiscretos comandantes espanhóis, "tão distantes", e fora do alcance dos sermões do bom homem Russell. Não menos curiosa é a outra parte do despacho. As forças aliadas não devem impedir o direito dos mexicanos de "escolher seu próprio governo", dando a entender que não existe "governo algum" no México; mas que, pelo contrário, não apenas os novos governantes,

mas também “uma nova forma de governo” deve ser escolhida pelos mexicanos sob os auspícios dos aliados invasores. A “constituição de um novo governo” pelos mexicanos “encantaria” o governo britânico; obviamente, porém, as forças militares dos invasores não devem falsificar o sufrágio geral a que pretendem convocar os mexicanos para o estabelecimento de um novo governo. Cabe, é claro, aos comandantes da invasão armada julgar qual forma de governo é ou não “repugnante aos sentimentos do México”. Em todo caso, o bom homem Russell lava suas mãos inocentemente. Despacha dragões estrangeiros ao México para forçar o povo a “escolher” um novo governo; mas espera que os dragões façam isso com gentileza e sejam cuidadosos ao depurar os sentimentos políticos do país que eles invadiram. É necessário discorrer, por um momento que seja, sobre essa nítida farsa? Além do contexto dos despachos do bom homem Russell, leiam-se o *Times* e o *Morning Post* de outubro, seis semanas antes da conclusão da falsa convenção de 30 de novembro[5], e encontrar-se-ão reproduções do governo inglês que predizem todos os eventos desfavoráveis que Russell finge descobrir apenas no fim de janeiro, e os quais ele atribui à “precipitação” de um embaixador espanhol distante da Europa.

A segunda parte da farsa que Russell teve de interpretar foi trazer para a mesa a questão do arquiduque Maximiliano da Áustria como rei do México, que a França e a Inglaterra mantiveram *in petto* [em segredo].

Em 24 de janeiro, cerca de dez dias antes da abertura do Parlamento, lorde Cowley escreve a lorde Russell que não apenas as fofocas de Paris estavam muito ocupadas com o arquiduque, mas que os próprios oficiais que iriam com os reforços para o México diziam que a expedição tinha como propósito tornar o arquiduque Maximiliano rei do México. Cowley pensa ser necessário interpelar

Thouvenel sobre essa delicada questão. Thouvenel responde que não fora o governo francês, mas emissários mexicanos, “vindo para esse propósito, e indo a Viena”, que iniciaram tais negociações com o governo austríaco.

E agora, finalmente, espera-se que o insuspeito John Russell, que há apenas cinco dias, em seu despacho a Madri, insistiu nos termos do acordo e que depois, no discurso real de 6 de janeiro, proclamou como motivo e propósito exclusivos da intervenção[6] “a reparação” apoiada pelos súditos europeus, espera-se agora que ele finalmente se enfureça, se agite, espume de raiva diante da ideia de que sua confiança e boa vontade foram manipuladas por truques nunca vistos antes. Nada disso! O bom homem Russell recebe a fofoca de Cowley em 26 de janeiro e, no dia seguinte, corre para redigir um despacho oferecendo voluntariamente seu patrocínio à candidatura do arquiduque Maximiliano ao trono mexicano[7].

Ele informa sir C. Wyke, seu representante no México, que as tropas francesas e espanholas marcharão “imediatamente” rumo à Cidade do México; que “dizem” que o arquiduque Maximiliano é o ídolo do povo mexicano e que, se for esse o caso, “não há nada na convenção que impeça sua ascensão ao trono do México”.

Há duas coisas notáveis nessas revelações diplomáticas: primeiro, que a Espanha é feita de tola; e, segundo, que não passe nem sequer minimamente pela mente de Russell que ele não pode travar uma guerra com o México sem uma declaração prévia de guerra, e que ele não pode formar uma coalizão com potências estrangeiras para essa guerra, exceto com base em um tratado que vincule todas as partes. E essas são as pessoas que nos cansaram dois meses com seu palavreado hipócrita sobre a sacralidade e o culto que prestam às estritas regras do direito internacional[8]!

[a] Traduzido de “The Mexican Imbroglio”, em *Marx & Engels Collected Works*, v. 19 (Londres, Lawrence & Wishart, 2010), p. 172-7.

[1] Último artigo de Marx publicado no *New York Daily Tribune*. A última contribuição de Engels para o *Tribune* – um artigo sobre o progresso da Guerra Civil nos Estados Unidos, escrito por volta de 7 de março de 1862 a pedido de Marx – não foi publicada pelo jornal. (N. E. I.)

[2] *Correspondence Respecting the Affairs of Mexico*: *Presented to both Houses of Parliament by command of Her Majesty*, Londres, 1862, 3 v. (N. O.)

[3] Marx utiliza aqui e abaixo o material publicado sob o título de “Papers Relating to Mexican Affairs”, *The Times*, n. 24.168, 13 de fevereiro de 1862. (N. O.)

[4] Francisco Serrano y Dominguez. (N. O.)

[5] Provável referência ao tratado assinado em 20 de novembro de 1861. (N. O.)

[6] John Russell [discurso na Câmara dos Lordes em 6 de fevereiro de 1862], *The Times*, n. 24.163, 7 de fevereiro de 1862. (N. O.)

[7] Possivelmente, trata-se de um deslize. Russell recebeu o relatório de Cowley no dia 25, e seu despacho foi enviado no dia 27. (N. O.)

[8] Alusão aos debates sobre o incidente do Trent no Parlamento britânico e na imprensa. (N. E. I.)

35. Karl Marx
Os amigos da Secessão na Câmara dos Comuns: o reconhecimento do bloqueio americano[a]

[Die Presse, n. 70, 12 de março de 1862]
Londres, 8 de março de 1862

Parturiunt montes[1]! Os amigos ingleses da *Secéssia* estão, desde a abertura do Parlamento, ameaçando com uma "moção" contra o bloqueio americano. A moção foi finalmente apresentada à Câmara dos Comuns sob a forma muito despretensiosa de uma proposta na qual o governo é solicitado a "apresentar mais documentos sobre a real situação do bloqueio" – e mesmo essa discreta proposta foi rejeitada sem passar pela formalidade da chamada nominal.

O senhor *Gregory*, o proponente, membro de Galway[2], já havia apresentado uma moção de reconhecimento da Confederação sulista em sessão parlamentar do ano passado, pouco depois da eclosão da guerra civil. Há de se admitir que seu discurso neste ano contou com alguma habilidade sofística. Sua fala padeceu, entretanto, de um mal fatal: ela foi dividida em duas partes e uma anulou a outra. A primeira descreveu os efeitos nefastos do bloqueio sobre a indústria algodoeira inglesa e, por isso, pediu sua derrubada. A segunda

provou, a partir dos documentos apresentados pelo governo, além de duas petições, uma dos senhores Yancey e Mann e outra do senhor Mason, que o bloqueio simplesmente não existe, a não ser no papel, e, portanto, não pode ser reconhecido. O senhor Gregory apimentou sua argumentação citando recorrentemente o *Times*. O *Times*, para o qual é muito inconveniente relembrar suas falas de oráculo neste momento, agradeceu ao senhor Gregory por meio de um *leader*[3] no qual ele é exposto ao escárnio público.

A moção do senhor Gregory foi apoiada pelo senhor Bentinck, um ultraconservador que luta há dois anos em vão para conseguir uma secessão do senhor Disraeli no campo conservador.

Foi em si um espetáculo ridículo ver os supostos interesses da indústria inglesa representados por Gregory, o representante de Galway, um insignificante porto na costa oeste da Irlanda, e Bentinck, o representante de Norfolk, um distrito puramente agrícola.

O senhor *Forster*, representante de Bradford, um centro industrial inglês, levantou-se contra ambos. O discurso de Forster merece um exame mais detido, uma vez que provou irrefutavelmente a nulidade da retórica sobre o caráter do bloqueio americano difundida pelos amigos da Secessão na Europa. Primeiro, disse ele, os Estados Unidos seguiram à risca todas as formalidades exigidas pelo direito internacional. Não declararam um porto em estado de bloqueio sem proclamação prévia, sem notificação especial sobre a hora de sua abertura e sem estabelecer o prazo de 15 dias após os quais são proibidas a circulação, a atracação e partida de embarcações neutras estrangeiras.

O argumento sobre a “inefetividade” legal do bloqueio se baseia unicamente nos casos supostamente frequentes nos quais ele é violado. Antes da abertura do Parlamento, dizia-se que seiscentas embarcações o haviam desrespeitado. O senhor Gregory agora

reduz esse número para quatrocentos. Seu material comprobatório se baseia em duas listas, uma entregue em 30 de novembro pelos comissários sulistas *Yancey* e *Mann* e outra, suplementar, fornecida por *Mason* ao governo. De acordo com Yancey e Mann, desde a proclamação do bloqueio até 20 de agosto, mais de quatrocentas embarcações o romperam, ou seja, entraram e saíram dos portos locais. Contudo, segundo os relatórios oficiais da alfândega, o número total de embarcações que entraram e saíram foi somente 322. Desse número, 119 zarparam antes da declaração do bloqueio e 56 antes do fim do prazo permitido de 15 dias. Restam 147 navios. Desses 147 navios, 25 eram embarcações fluviais que vinham da Irlanda para New Orleans, onde ficaram em pousio; 106 eram embarcações de cabotagem, todas, com exceção de três, que, como disse o próprio senhor Mason, são “quase terrestres”. Desses 106, 66 navegavam entre Mobile e New Orleans. Quem conhece essa costa sabe quão absurdo é chamar de violação de bloqueio a navegação de uma embarcação em lagoas, que mal chega a alto-mar e apenas se arrasta ao longo da costa. O mesmo vale para os navios entre Savannah e Charleston, onde eles se esgueiram entre ilhas em meio a estreitas faixas de terra. Conforme depoimento do cônsul inglês Bunch, esses barcos rasos aparentemente só estiveram em mar aberto uns poucos dias. Se deduzirmos os 106 navios costeiros, restam 16 partidas rumo a portos estrangeiros, das quais 15 são para portos americanos, especificamente Cuba, e uma para Liverpool. O “navio” que atracou em Liverpool era uma escuna, assim como todos os demais “navios”, com exceção de uma chalupa. O senhor Forster exclamou: “Fala-se muito em bloqueio de aparências. Essa lista dos senhores Yancey e Mann não é uma lista de aparências? Ele submeteu a lista suplementar do senhor Mason a análise similar e mostrou que o número de cruzadores que

escaparam do bloqueio foi três ou quatro, enquanto na última guerra anglo-americana[4], não menos do que 516 cruzadores americanos violaram o bloqueio inglês e chegaram à costa da Inglaterra. “O bloqueio, ao contrário do que dizem, foi maravilhosamente eficaz desde o seu início”.

O relatório do cônsul inglês forneceu mais provas, sobretudo pelas flutuações de preços no Sul. Em 11 de janeiro, o preço do algodão em New Orleans oferecia um lucro de 100% na exportação para a Inglaterra; o lucro na importação de sal foi de 1.500%; e o lucro sobre o contrabando de guerra foi ainda maior. Apesar dessa perspectiva atrativa de lucro, era tão impossível enviar algodão para a Inglaterra quanto sal para New Orleans ou Charleston. De fato, o senhor Gregory não reclama que o bloqueio é ineficaz, mas que é eficaz até demais. Ele pede que coloquemos um fim no embargo e, com isso, à paralisia da indústria e do comércio. Uma resposta diz:

> Quem demanda a esta Casa que viole o bloqueio? Os representantes dos distritos que estão sofrendo? Esse grito vem de Manchester, onde as fábricas tiveram de ser fechadas, ou de Liverpool, onde os navios estão ociosos nas docas por falta de carga? Pelo contrário. O grito vem de Galway e é apoiado por Norfolk.

Ao lado dos secessionistas, destaca-se o senhor *Lindsay*, um grande construtor de navios de North Shields. Lindsay ofereceu seus estaleiros à União e viajou a Washington com esse propósito. Lá, no entanto, amargou a decepção de ver suas ofertas comerciais rejeitadas. Desde então, dirigia suas simpatias à Secéssia.

O debate foi encerrado por um longo discurso do senhor *R. Palmer*, o *solicitor general* [procurador-geral], que falou em nome do governo. Ele provou com argumentos baseados no direito internacional a validade e a adequação do bloqueio. Nessa oportunidade, como o acusou lorde Cecil, ele rasgou os novos

princípios proclamados na Convenção de Paris de 1856. Entre outras coisas, expressou sua surpresa por Gregory e seus consortes ousarem invocar no Parlamento britânico a autoridade de Monsieur de Hautefeuille. Essa “autoridade”, todavia, foi inventada no campo bonapartista. Os artigos de Hautefeuille na *Revue Contemporaine*[5] sobre os direitos marítimos dos neutros no mar demonstram a mais completa ignorância ou *mauvaise foi*[6] do mais alto nível.

Com o completo fiasco no Parlamento inglês dos pró-secessionistas quanto à questão do bloqueio, todas as perspectivas de um rompimento entre a Inglaterra e os Estados Unidos foram descartadas.

---

[a] Traduzido de “Die Sezessionistenfreunde im Unterhaus – Anerkennung der amerikanischen Blockade”, em *Karl Marx-Friedrich Engels Werke*, v. 15 (Berlim, Dietz Verlag, 1980), p. 482-5.

[1] A montanha pariu! (N. O.)

[2] Circunscrição eleitoral, localizada na ilha da Irlanda (atual Irlanda), cujos delegados representavam os interesses irlandeses em Londres. William Gregory (1817-1892), político liberal, era um deles. (N. T.)

[3] Artigo de fundo. (N. O.)

[4] Ver “O caso Trent”, notas 5 e 6, p. 96-7. (N. E.)

[5] *La Revue Contemporaine:* revista bimensal francesa, em circulação de 1851 a 1870 em Paris; durante a Segunda República, foi órgão do Partido da Ordem, que agregou legitimistas e orleanistas; depois do golpe de Estado, em 2 de dezembro de 1851, órgão bonapartista. (N. E. A.)

[6] Má-fé. (N. O.)

36. Friedrich Engels
A guerra na América[a] [1]

[The Volunteer Journal, for Lancashire and Cheshire, n. 80, 14 de março de 1862]
Escrito entre 7 e 14 de março de 1862.

O verdadeiro início da campanha nessa guerra data do avanço das forças da União sobre o Kentucky. Esse avanço não começou antes de o Missouri e a Virgínia Ocidental serem finalmente reconquistados. As tropas secessionistas possuíam três fortes posições – acampamentos entrincheirados – no estado do Kentucky: à esquerda, junto ao Mississippi, Columbus; no centro, Bowling Green; à direita, junto ao Cumberland, Mill Springs. Essa linha se estendia por 250 milhas retas. Por estrada, a distância certamente chegava a 300 milhas de leste a oeste. Uma linha de tal extensão cortava qualquer possibilidade de apoio mútuo entre esses exércitos e dava às forças federais a oportunidade de atacá-los separadamente, com forças superiores. Não havia nenhum grande risco nisso, uma vez que nenhum dos três era forte o suficiente para avançar, mesmo sem oposição, para além do rio Ohio. O grande erro no posicionamento dos secessionistas foi a tentativa de ocupar tudo e a consequente dispersão das tropas. Um acampamento central entrincheirado e forte, destinado a ser o campo de batalha

preparado para a ação decisiva, e mantido pelo corpo principal, teria defendido o Kentucky de maneira muito mais eficiente; ou teria atraído o principal corpo dos federalistas ou os teria colocado sob uma posição de desvantagem, caso eles tentassem marchar através dele sem notar essa forte concentração de tropas. Da maneira como estavam, os federalistas tentaram atacar todos os três acampamentos, um após o outro, e manobrar o inimigo para fora deles, obrigando-o a lutar em campo aberto. Esse plano estava completamente de acordo com as regras da arte militar e foi executado com um vigor e uma velocidade que merecem muitos elogios, assim como o sucesso cabal obtido. Perto de meados de janeiro, um corpo de 15 mil federalistas se deslocou para Mill Springs, que era mantido por 10 mil confederados. Os federalistas manobraram para fazer os adversários acreditarem que não havia nada além de uma pequena força nas redondezas. O general confederado Zollicoffer mordeu imediatamente a isca, saiu de seus domínios e atacou o primeiro corpo federalista que encontrou, mas logo descobriu que teria de lidar com uma força numericamente superior à sua e, no mínimo, equivalente em termos de ânimo e disciplina. Ele tombou e suas tropas foram completamente desbaratadas, como os federalistas em Bull Run[2]. Mas, desta vez, a vitória foi acompanhada de algo muito diferente. O exército derrotado foi perseguido de perto até chegar destroçado, desmoralizado, sem artilharia de campanha e equipamentos, ao acampamento de Mill Springs. O acampamento foi construído na margem norte do rio Cumberland, de modo que as tropas, caso sofressem nova derrota, não tinham como recuar, a não ser pelo rio, com uns poucos navios a vapor e botes. Veremos que quase todos os acampamentos secessionistas estavam na margem inimiga de um rio. Isso é perfeitamente correto e de grande utilidade – quando há

uma ponte. O acampamento, nesse caso, serve como cabeça de ponte e dá aos ocupantes a chance de lançar suas forças, da forma como acharem melhor, nas duas margens do rio, obtendo com isso pleno comando sobre ele. Entretanto, fazer a mesma coisa quando não há uma ponte é colocar as tropas em uma posição em que não há como recuar depois de um movimento malsucedido e, portanto, ou elas terão de se render, ou serão massacradas e afogadas, como os federalistas, que foram empurrados para o Potomac, em Balls Bluff[3], depois da traição do general Stone.

Consequentemente, quando os secessionistas derrotados chegaram ao acampamento de Mill Springs, tornou-se imediatamente patente para eles que, a menos que repelissem um ataque a suas trincheiras, teriam de se render muito rapidamente. Depois da experiência da manhã, não tinham mais confiança em sua capacidade para resistir; e quando os federalistas, na manhã seguinte, avançaram para atacar o acampamento entrincheirado, descobriram que o inimigo aproveitara a noite para atravessar o rio, abandonando acampamento, equipamentos, artilharia e estoques. Assim, a extrema direita da linha confederada recuou de volta ao Tennessee; e o Kentucky oriental, onde a população é predominantemente de unionistas, foi reconquistado pela União.

Mais ou menos na mesma época – segunda metade de janeiro – começaram os preparativos para expulsar os secessionistas de Columbus e Bowling Green. Uma poderosa frota de barcos-morteiro e de canhoneiras blindadas foi preparada e espalhou-se a notícia de que elas acompanhariam um forte exército que estava marchando Mississippi abaixo, de Cairo a Memphis e New Orleans. Houve um reconhecimento ridiculamente visível em Columbus. O recuo desse forte contingente de tropas, que não teve nenhum efeito, parecia criar um sério obstáculo às tropas da União. Mas parece que todas

essas demonstrações no Mississipi foram mera diversão. Quando tudo estava pronto, as canhoneiras foram discretamente levadas para o Ohio e de lá para o rio Tennessee, de onde zarparam para o Forte Henry. Esse lugar, juntamente com Forte Donelson, no rio Cumberland, formava a segunda linha de defesa dos secessionistas no Tennessee. A posição foi bem escolhida, pois se tivessem de recuar para trás do rio Cumberland, seu fronte ficaria coberto e o rio Tennessee cobriria seu flanco esquerdo, enquanto a estreita faixa de terra entre os dois seria facilmente coberta pelos dois acampamentos mencionados. Mas a rápida ação dos federalistas rompeu essa segunda linha antes mesmo que a esquerda e o centro da primeira fossem atacados.

Na primeira semana de fevereiro, as canhoneiras federalistas apareceram diante de Forte Henry e bombardearam-no com tamanha eficiência que ele imediatamente se rendeu. A guarnição escapou para Forte Donelson, mas a força terrestre da expedição não era forte o suficiente para avançar sobre o local. As canhoneiras então desceram novamente o Tennessee, subiram o Ohio e o Cumberland em direção a Forte Donelson; apenas uma canhoneira subiu corajosamente o Tennessee, até o coração do estado, margeando o estado do Mississippi e penetrando até Florence, no norte do Alabama, onde uma série de pântanos e bancos de areia (os chamados *mussel shoals*) impede a navegação. O simples fato de uma canhoneira ter realizado essa longa jornada (ao menos 150 milhas) e ter retornado sem ter sido atacada prova que, ao menos ao longo desse rio, deve predominar uma forte simpatia pela União, que sem dúvida dirá se os federalistas devem avançar tão longe.

A expedição naval Cumberland acima afinou seus movimentos com aqueles das forças terrestres sob comando dos generais Halleck e Grant. Os secessionistas em Bowling Green foram

enganados a propósito das movimentações federalistas e permaneceram quietos e confiantes em seus acampamentos, enquanto, uma semana depois da queda de Forte Henry, Forte Donelson era atacado por terra por 40 mil federalistas e ameaçado pelo rio por uma poderosa frota de canhoneiras. Da mesma forma que em Mill Springs e em Forte Henry, o acampamento entrincheirado de Forte Donelson foi construído de costas para o rio e sem ponte para retiradas. Foi a praça mais forte que os federalistas atacaram até o momento. Não só a fortificação foi construída com muito mais cuidado, como era grande o suficiente para abrigar os 20 mil homens que se encontravam lá. No primeiro dia de ataque, as canhoneiras silenciaram o fogo das baterias de frente para o rio e bombardearam o interior da fortificação, enquanto as forças terrestres penetraram nos postos avançados dos inimigos, obrigando o corpo principal a se abrigar sob os canhões do forte. No segundo dia, as canhoneiras, tendo sofrido severamente no dia anterior, pareciam ter feito pouco trabalho, mas as forças terrestres tiveram de travar uma longa e muitas vezes dura batalha com as colunas da guarnição, que tentaram investir contra a sua direita para manter aberta a linha de recuo até Nashville. Mas um vigoroso ataque da ala direita dos federalistas contra a ala esquerda dos secessionistas e o envio de reforços para a ala esquerda dos federalistas deu a vitória aos atacantes. Várias obras exteriores foram invadidas; a guarnição, encurralada nas linhas internas de defesa, sem possibilidade de recuo e, evidentemente, sem condições de resistir a um ataque na manhã seguinte, rendeu-se incondicionalmente no terceiro dia. O general Floyd escapou na noite do segundo dia, segundo dizem, com 5 mil homens. Não está muito claro como foi possível; esse número é muito grande para ter sido escondido em navios a vapor durante a noite; mas, ainda assim,

podem ter cruzado o rio e escapado pela margem direita. Toda a artilharia, equipamentos, mantimentos, além de 13.300 prisioneiros, caíram nas mãos dos unionistas; no dia seguinte, foram feitos mais mil prisioneiros e, com a chegada da guarda avançada federalista, Clarksville, uma cidade rio acima, rendeu-se com grandes quantidades de mantimentos, reunidos ali pelas tropas secessionistas.

Se Nashville também caiu, parece muito duvidoso e temos poucos motivos para acreditar nisso. Em todo caso, essas vitórias dos federalistas, no curto espaço de três semanas, são suficientes para que fiquem satisfeitos. Columbus, o único local que os secessionistas ainda têm no Kentucky, eles só podem mantê-lo sob um risco muito grande. Se perderem uma batalha decisiva no Tennessee, a guarnição de Columbus não poderá escapar, sendo obrigada a se render, a menos que os federalistas cometam erros muito grandes. E um dos grandes resultados dessas vitórias é que agora os confederados serão obrigados a travar uma batalha decisiva no Tennessee. Segundo dizem, eles têm 65 mil homens concentrados em Nashville e no seu entorno; é possível que tenham conseguido recrutar uma força ainda maior. Mas as tropas combinadas de Halleck, Grant, Buell e Thomas, além da reserva que sai às pressas dos campos de formação no Kentucky, Ohio, Indiana e Illinois, permitirá aos federalistas superá-los em número; com a *morale* [moral] necessariamente mais alta do que a dos adversários, graças aos últimos sucessos, e com um partido forte a favor da União entre a população para mantê-los bem informados das movimentações do inimigo, não acreditamos que eles tenham motivos para temer o resultado.

[a] Traduzido de “The War in America”, em *Marx & Engels Collected Works*, v. 18 (Londres, Lawrence & Wishart, 2010), p. 530-4.

[1] Esta é uma versão resumida da série de artigos sobre a Guerra Civil Americana que Engels escreveu na primeira metade de março de 1862 para o *New York Daily Tribune.* Para uma ideia do trabalho de Engels para essa série de artigos, ver a carta de 8 de março de 1862 para Marx e a resposta de Marx em 15 de março do mesmo ano. Engels, entretanto, não conseguiu publicar os artigos no *Tribune* (a essa altura, Marx havia rompido com os editores do jornal, entre os quais crescia a influência dos que defendiam um acordo com os proprietários de escravos do Sul). Marx traduziu o trabalho de Engels para o alemão, complementou-o com um texto próprio e enviou-o para o *Die Presse*, no qual foi publicado em 26 e 27 de março de 1862 sob o título “A Guerra Civil na América”. A versão do texto do *Volunteer Journal* e a do *Die Presse*, portanto, coincidem amplamente, apesar de esta última ser naturalmente mais completa e informativa, sobretudo quanto aos detalhes da captura do Nashville pelos nortistas – notícias que foram veiculadas depois que o artigo para o *Volunteer Journal* fora escrito. No *Volunteer Journal*, o artigo foi publicado sem assinatura, mas com a observação editorial “Pelo autor dos ‘Ensaios aos voluntários’”. (N. E. I.)

[2] Ver “O *Times* londrino sobre os príncipes Orléans na América”, neste volume, nota 18, p. 62. (N. E.)

[3] Na Batalha de *Balls Bluff* (a noroeste de Washington), em 21 de outubro de 1861, os sulistas derrotaram diversos regimentos do exército do general Stone, que haviam cruzado para a margem direita do Potomac e foram deixados sem reforços. (N. E. I.)

37. Karl Marx e Friedrich Engels
A Guerra Civil Americana[a]

[Die Presse, n. 84, 26 de março de 1862]
Março de 1862

De qualquer ângulo que se olhe, a Guerra Civil Americana oferece um espetáculo sem paralelos nos anais da história das guerras. A vasta extensão do território em disputa; a alargada frente das linhas de operação; a numerosa força dos exércitos inimigos, cuja constituição não se compara a nenhuma base organizacional anterior; o custo fabuloso desses exércitos, a maneira como são conduzidos e os princípios gerais, táticos e estratégicos, sob os quais a guerra está sendo travada, são todos inéditos aos olhos dos espectadores europeus.

A conspiração secessionista, organizada, patrocinada e apoiada pela administração Buchanan muito tempo antes de sua eclosão, deu ao Sul uma vantagem que o fez imaginar que poderia alcançar sozinho seus objetivos. Ameaçado por sua população escrava e por um forte sentimento unionista entre os brancos, com dois terços menos de pessoas livres do que o Norte, porém mais disposto ao ataque, graças à massa de ociosos aventureiros que abriga, o Sul dependia de uma ofensiva rápida, ousada, quase temerária. Se os sulistas conseguissem tomar St. Louis, Cincinnati, Washington,

Baltimore e, talvez, Filadélfia, poderiam contar com um pânico generalizado, durante o qual a diplomacia e o suborno poderiam garantir o reconhecimento da independência de todos os estados escravagistas. Se esse primeiro ataque fracassasse, ao menos nos pontos decisivos, sua situação se deterioraria dia a dia, ao mesmo tempo que as forças do Norte se desenvolveriam.

Esse ponto foi corretamente compreendido pelos homens que, com um espírito genuinamente bonapartista, organizaram a conspiração separatista. Eles iniciaram a campanha de maneira condizente. Bandos de aventureiros invadiram o Missouri e o Tennessee, enquanto tropas mais regulares tomaram a Virgínia Oriental e prepararam um *coup de main* em Washington. Com o fracasso do golpe, a campanha do Sul perdeu *do ponto de vista militar*.

O Norte entrou no teatro de guerra relutante, sonolento, como era de se esperar, dado o seu maior desenvolvimento industrial e comercial. O maquinário social era muito mais complexo do que no Sul, e requeria muito mais tempo movimentá-lo nessa direção inusual. O recrutamento de três meses de voluntários foi um grande erro, mas talvez inevitável. De início, a política do Norte era manter a defensiva em todos os pontos decisivos, organizar suas forças, empregá-las somente em operações de pequena escala, sem correr o risco de entrar em batalhas decisivas, e, por fim, uma vez que a organização fosse suficientemente forte, e os traidores fossem mais ou menos extirpados do Exército, partir para uma ofensiva enérgica e, sobretudo, reconquistar o Kentucky, o Tennessee, a Virgínia e a Carolina do Norte. A metamorfose de civis em soldados devia consumir mais tempo no Norte do que no Sul. Uma vez concretizada, podia-se contar com a superioridade individual do homem do Norte.

De modo geral, descontados os erros do início que se originavam mais no campo político do que no militar, o Norte agiu de acordo com esses princípios. A guerra de guerrilha no Missouri e na Virgínia Ocidental, ao mesmo tempo que protegeu as populações unionistas, treinou as tropas no campo de batalha e na artilharia, sem expô-las a uma derrota decisiva. O grande vexame de Bull Run[1] foi, de certa maneira, o resultado do erro anterior de recrutar voluntários em três meses. Foi um absurdo permitir que uma posição forte, em um terreno dificultoso, sob o controle de um inimigo numericamente pouco inferior, fosse atacada por recrutas inexperientes. O pânico que tomou conta do Exército da União no momento decisivo, e cujo motivo ainda não foi devidamente esclarecido, não poderia surpreender quem em alguma medida fosse familiarizado com a história das guerras populares. Tais coisas ocorreram com frequência com as tropas francesas de 1792-1795, mas não impediram as mesmas tropas de ganhar as batalhas de Jemappes e Fleurus, Montenotte, Castiglione e Rivoli[2]. A troça por parte da imprensa europeia sobre o pânico em Bull Run tinha somente uma atenuante: a notoriedade dada anteriormente por uma parte da imprensa norte-americana.

Os seis meses de trégua que se seguiram à derrota de Manassas[3] foram mais bem aproveitados pelo Norte do que pelo Sul. Não apenas as fileiras nortistas foram preenchidas em escala maior do que as sulistas, como seus oficiais receberam instruções melhores; a disciplina e o treinamento das tropas não enfrentaram os mesmos obstáculos que no Sul. Traidores, intrometidos e incompetentes foram removidos, de sorte que o período de pânico pertence ao passado. Os exércitos de ambos os lados, evidentemente, não podem ser comparados aos grandes exércitos europeus ou mesmo ao antigo exército regular dos Estados Unidos.

Napoleão conseguiu treinar batalhões de recrutas inexperientes no primeiro mês de caserna, fazê-los marchar no segundo mês e, no terceiro, liderá-los diante do inimigo; mas cada batalhão recebeu um acréscimo suficiente de oficiais e suboficiais experientes, cada unidade, soldados mais velhos e, no dia da batalha, as tropas mais jovens formaram brigadas com as tropas veteranas e, por assim dizer, foram “enquadradas” por elas. Todas essas condições estavam ausentes nos Estados Unidos. Sem a experiência militar que migrou para a América em razão da agitação revolucionária de 1848-1849 na Europa, a organização do Exército da União teria levado muito mais tempo. A diminuta quantidade de mortos e feridos em relação ao total de efetivos (normalmente um para vinte) comprova que a maioria dos confrontos, mesmo os mais recentes no Kentucky e no Tennessee, foram travados principalmente com armas de fogo a distâncias relativamente grandes e os ataques pontuais a baioneta cessaram logo antes do fogo inimigo ou puseram o inimigo para correr antes do confronto corporal. Enquanto isso, a nova campanha se iniciou sob ventos favoráveis, com o avanço bem-sucedido de Buell e Halleck no Kentucky e no Tennessee.

Depois da retomada do Missouri e da Virgínia Ocidental, a União reiniciou a campanha avançando sobre o Kentucky. Ali os secessionistas possuíam três fortes posições, com acampamentos entrincheirados: à esquerda, junto ao Mississipi, Columbus; no centro, Bowling Green; e à direita, junto ao Cumberland, Mill Springs. Essa linha se estendia trezentas milhas de oeste para leste. Sua extensão cortou a capacidade de esses três corpos se apoiarem e ofereceu às tropas da União a chance de atacar cada um individualmente com forças militarmente superiores. O grande erro na estratégia dos secessionistas foi tentar manter tudo ocupado. Um único acampamento central, bem entrincheirado, concentrado no

campo de batalha para um confronto decisivo e formado pelo exército principal, teria defendido o Kentucky com muito mais eficácia. Ou teria atraído a força principal da União ou a teria colocado em uma posição perigosa, se tentassem continuar a marchar, apesar da forte concentração de tropas inimigas à frente.

Dadas as circunstâncias, os unionistas decidiram atacar os três acampamentos em sequência, forçar o inimigo a sair e fazê-lo enfrentar o combate em campo aberto. Esse plano, seguindo todas as regras da arte da guerra, foi executado com rapidez e energia. Em meados de janeiro, uma força de cerca de 15 mil unionistas marchou em Mill Springs, ocupada por 20 mil secessionistas. Os unionistas manobraram de uma maneira que fez o inimigo acreditar que estava diante de uma força militar inferior. O general Zollicoffer caiu imediatamente na armadilha, saiu de sua trincheira e atacou os unionistas. Logo percebeu que estava diante de uma força militar superior. Ele caiu, e suas tropas tiveram de engolir uma derrota tão fragorosa como a dos unionistas em Bull Run. Desta vez, porém, a vitória foi cacifada de uma maneira bem diferente. O exército derrotado foi duramente perseguido, até chegar arrasado, desmoralizado, sem artilharia de combate e sem equipamentos, ao acampamento em Mill Springs. Esse acampamento estava estabelecido na margem norte do rio Cumberland, de maneira que, em caso de uma nova derrota, as tropas não tivessem recuo aberto, a não ser pelo rio, por meio de navios a vapor e barcas fluviais. Descobriu-se que quase todos os acampamentos secessionistas estão do lado *inimigo* do rio. Tal posição não apenas é indicada, como também é muito prática, quando se tem uma ponte na retaguarda. O acampamento funciona, nesses casos, como uma cabeça de ponte e dá aos seus ocupantes a oportunidade de posicionar suas forças à vontade, em qualquer uma das margens do

rio, e assim obter o controle total do local. Em contrapartida, um acampamento do lado inimigo do rio, sem ponte na retaguarda, impede a retirada em confrontos desafortunados e obriga as tropas a se render ou se expor a massacres ou afogamentos, como ocorreu com os unionistas em Balls Bluff do lado inimigo do Potomac, para onde a traição do general Stone os mandou[4].

Quando os secessionistas derrotados chegaram ao seu acampamento em Mill Springs, logo compreenderam que um ataque inimigo às suas trincheiras teria de ser repelido ou então teriam de se render em muito pouco tempo. Depois da experiência daquela manhã, haviam perdido a confiança em sua capacidade de resistir. Assim, quando os unionistas avançaram no dia seguinte para atacar o acampamento, descobriram que o inimigo aproveitara a madrugada para atravessar o rio, deixando para trás o acampamento, a bagagem, a artilharia e os suprimentos. Dessa maneira, a linha secessionista mais à direita recuou até o Tennessee, e o Kentucky oriental, onde a massa da população era refratária aos escravagistas, foi reconquistado pela União.

Na mesma época – por volta de meados de janeiro – começaram os preparativos para expulsar os secessionistas de Columbus e Bowling Green. Uma portentosa frota de barcos-morteiro e canhoneiras blindadas era mantida a postos e, por toda a parte, espalhou-se a notícia de que ela iria acompanhar um exército numeroso que marchava ao longo do Mississippi, do Cairo até Memphis e New Orleans. No entanto, todas as demonstrações de força no Mississippi não passaram de mera manobra diversionista. No momento decisivo, as canhoneiras foram levadas para Ohio e de lá para o Tennessee, de onde zarparam para o Forte Henry. Esse lugar, junto com o Forte Donelson no rio Cumberland, forma a segunda linha de defesa dos secessionistas no Tennessee. A

posição foi bem escolhida, porque, no caso de uma retirada por trás do Cumberland, este último protegeria o front, o Tennessee esconderia o flanco esquerdo, enquanto a estreita faixa de terra entre os dois rios estava adequadamente coberta pelos dois fortes supramencionados. A rápida ação dos unionistas, no entanto, rompeu a segunda linha, antes mesmo que o flanco esquerdo e o centro da primeira fossem atacados.

Na primeira semana de fevereiro, as canhoneiras dos unionistas apareceram na frente do Forte Henry, o qual se rendeu após um breve bombardeio. A guarnição escapou rumo ao Forte Donelson, já que as forças terrestres da expedição sulista não eram fortes o suficiente para cercar o local. As canhoneiras foram novamente Tennessee abaixo, na direção de Ohio, e de lá pelo Cumberland até o Forte Donelson. Uma única canhoneira navegou corajosa pelo rio Tennessee, atravessando o coração do estado do Tennessee, margeando o estado do Mississippi e penetrando até Florence, ao norte do Alabama, onde uma série de pântanos e bancos de areia (conhecidos pelo nome de *mussleshoals*[5]) impede a navegação. O fato de uma única canhoneira ter feito essa longa viagem – de 150 milhas, no mínimo – e ter retornado, sem sofrer um único ataque, prova que o clima ao longo do rio é favorável à União, e será de grande benefício para as tropas unionistas se avançarem tão longe.

A expedição naval pelo Cumberland combinou seus movimentos com aqueles das forças terrestres sob o comando dos generais Halleck e Grant. Os secessionistas de Bowling Green foram enganados pelos movimentos dos unionistas. Permaneciam tranquilos em seus acampamentos, enquanto uma semana após a queda do Forte Henry o Forte Donelson era cercado por 40 mil unionistas por terra e ameaçado pelo rio por uma portentosa frota de canhoneiras. Como no campo de Mill Springs e no Forte Henry, o

Forte Donelson ficava de costas para o rio, sem uma ponte para auxiliar a retirada. Era o local mais fortemente armado que os unionistas já haviam atacado. Os trabalhos foram conduzidos com mais cuidado; além disso, havia espaço suficiente para abrigar os 20 mil homens que o ocupavam. No primeiro dia do ataque, as canhoneiras silenciaram o fogo das baterias orientadas para o rio e bombardearam o interior das defesas, enquanto as forças terrestres fizeram recuar os postos avançados do inimigo e obrigaram o grosso dos secessionistas a procurar abrigo sob os canhões de sua própria linha de defesa. No segundo dia, as canhoneiras, que haviam sofrido sérios danos no dia anterior, pareciam não estar muito bem alinhadas. As tropas terrestres, por sua vez, tiveram de travar uma longa e às vezes acalorada batalha contra as colunas da guarnição, que tentavam romper o flanco direito do inimigo para assegurar a linha de retirada para Nashville. No entanto, um vigoroso ataque do flanco direito dos unionistas ao flanco esquerdo dos secessionistas e reforços significativos recebidos pelo flanco esquerdo dos unionistas decidiram a batalha em favor das forças de ataque. Várias obras exteriores[6] foram tomadas. A guarnição, presa em suas linhas internas de defesa, sem chance de retirada e claramente incapaz de resistir a mais um ataque na manhã seguinte, rendeu-se incondicionalmente um dia depois.

[Continuação]
[Die Presse, n. 85, 27 de março de 1862]

Com o Forte Donelson, caíram nas mãos dos unionistas artilharia, equipamentos e suprimentos de guerra; 30 mil secessionistas renderam-se no dia da tomada da edificação; e mais mil no dia

seguinte; e assim que os postos avançados dos vitoriosos chegaram a Clarksville, uma cidade que fica mais acima no rio Cumberland, ela abriu seus portões. Provisões substanciais também tinham sido guardadas ali para os secessionistas.

A tomada do Forte Donelson deixa apenas um enigma: a fuga do general Floyd com 5 mil homens no segundo dia de bombardeio. O número de homens era alto demais para que tivessem fugido em barcos a vapor durante a madrugada. Com algumas medidas de precaução por parte dos agressores, eles não teriam escapado.

Sete dias depois da captura do Forte Donelson, Nashville foi ocupada pelos federalistas. A distância entre os dois lugares é de cerca de 100 milhas inglesas, e uma marcha de 15 milhas por dia, por caminhos miseráveis, durante a pior estação do ano, glorifica as tropas da União. Ao receber a notícia da queda do Forte Donelson, os secessionistas evacuaram Bowling Green; uma semana depois, deixaram Columbus e se retiraram para uma ilha no Mississippi, 45 milhas ao sul. Assim, o Kentucky foi completamente reconquistado pela União. O Tennessee, por sua vez, somente permanecerá sob o controle dos secessionistas, se estes oferecerem uma grande batalha e a vencerem. Para isso, dizem que eles têm concentrados 65 mil homens. Ainda assim, nada impede que os unionistas os enfrentem com uma força ainda maior.

A condução da campanha no Kentucky, desde Somerset até Nashville, merece os mais altos elogios. A reconquista de um território tão vasto, avançando do Ohio ao rio Cumberland em apenas um mês, mostra um vigor, uma determinação e uma rapidez que raras vezes os exércitos regulares europeus demonstraram. Compare-se, por exemplo, com o lento avanço dos aliados de Magenta a Solferino em 1859[7] – sem perseguir o inimigo em

retirada, sem tentar capturar retardatários nem cercar todo o destacamento.

Halleck e Grant, em especial, dão belos exemplos de guerra decisiva. Sem a menor consideração nem por Columbus nem por Bowling Green, concentram suas forças nos pontos decisivos, Forte Henry e Forte Donelson, atacam-nos com rapidez e vigor e, com isso, fazem com que Columbus e Bowling Green se tornem insustentáveis. Então marcham até Clarksville e Nashville, sem dar tempo aos secessionistas em retirada de tomar novas posições no norte do Tennessee. Ao longo dessa rápida perseguição, as tropas secessionistas em Columbus ficam completamente isoladas do centro e do flanco direito de seu exército. Os jornais ingleses criticaram injustamente essa operação. Mesmo se o ataque ao Forte Donelson fracassasse, os secessionistas de Bowling Green sob o comando do general Buell não conseguiriam destacar homens suficientes para permitir que a guarnição perseguisse em campo aberto os unionistas derrotados ou impedisse sua retirada. Columbus, por outro lado, era tão distante que não poderia de forma alguma interferir nos movimentos de Grant. De fato, depois que os unionistas expulsaram os secessionistas do Missouri, Columbus se tornou um posto completamente inútil para estes últimos. As tropas que formavam sua guarnição foram obrigadas a acelerar a retirada rumo a Memphis ou Arkansas para não correr o risco de uma rendição inglória.

Em consequência do expurgo do Missouri e da reconquista do Kentucky, o teatro de guerra se estreitou de tal maneira que os diferentes exércitos ao longo de toda a linha de operação podem cooperar em certa medida e trabalhar juntos para alcançar melhores resultados. Em outras palavras, só agora a guerra está adquirindo um caráter estratégico e a configuração geográfica do país está

ganhando um novo significado. Agora a tarefa dos generais do Norte é encontrar o calcanhar de Aquiles dos estados algodoeiros.

Até a tomada de Nashville, era impossível qualquer comunhão estratégica entre o exército do Kentucky e o exército do Potomac. Eles estavam muito longe um do outro. Estavam na mesma linha de frente, mas as linhas de operação eram bem distintas. Somente com o avanço vitorioso no Tennessee é que os movimentos do exército do Kentucky se tornaram importantes para todo o teatro de guerra.

Os jornais americanos, influenciados por McClellan, estão dando muita atenção à teoria do Plano Anaconda. Segundo ela, uma gigantesca linha de exércitos deverá cercar a rebelião, espremer cada vez mais os rebelados e, finalmente, estrangular o inimigo. Isso é pura infantilidade. Estão requentando o chamado *Sistema de Cordão*[8], criado por volta de 1770 na Áustria, e que foi utilizado contra os franceses de 1792 a 1797 com grande obstinação e sucessivos fracassos. Com Jemappes, Fleurus e, especialmente, Montenotte, Millesimo, Dego, Castiglione e Rivoli, esse sistema acabou. Os franceses cortaram a “anaconda” ao meio, atacando o ponto onde haviam concentrado forças superiores. Os pedaços da “anaconda” foram fatiados um a um.

Em Estados bem povoados e com maior ou menor centralização, há sempre um centro cuja ocupação pelo inimigo quebraria a resistência nacional. Paris é um exemplo brilhante. Os estados escravagistas, porém, não têm tal centro. Eles são pouco povoados, com poucas cidades grandes e todas situadas na costa. Então vem a pergunta: existe um ponto de gravidade militar cuja captura quebraria a espinha dorsal de sua resistência ou, como a Rússia em 1812, eles só podem ser conquistados se forem ocupados cada vila e cada lugarejo, ou seja, toda a sua periferia?

Veja-se a forma geográfica da Secéssia[9], com seu longo trecho de costa no Atlântico e seu longo trecho de costa no Golfo do México. Enquanto os confederados controlaram o Kentucky e o Tennessee, a coisa toda formava uma grande massa compacta. A perda desses dois estados criou um enorme buraco em seu território, separando os estados a norte do Atlântico dos estados do Golfo do México. O caminho direto da Virgínia e das duas Carolinas até o Texas, a Louisiana, o Mississippi e, em parte, o Alabama, passando pelo Tennessee, foi tomado pelos unionistas. A única estrada que liga os dois grandes blocos de estados escravagistas, depois que o Tennessee foi completamente reconquistado pela União, passa pela Geórgia. O que prova que a Geórgia é chave para a *Secéssia*. Com a perda da Geórgia, a Confederação ficaria dividida em dois blocos descontínuos, sem ligação entre eles. Uma reconquista da Geórgia pelos secessionistas seria dificilmente concebível, pois as forças unionistas estariam concentradas em uma posição central, enquanto seus adversários estariam divididos em dois campos e dificilmente teriam forças suficientes para um ataque conjunto.

Seria necessário para tal operação conquistar toda a Geórgia, junto com a costa da Flórida? De maneira alguma. Em um país onde a comunicação, sobretudo entre pontos distantes, depende muito mais das estradas de ferro do que das rodovias, basta ter o controle das ferrovias. A linha férrea mais ao sul entre os estados do Golfo do México e a costa atlântica passa por Macon e Gordon, nos arredores de Milledgeville.

A ocupação desses dois pontos, portanto, dividiria a *Secéssia* e permitiria aos unionistas atacar uma parte de cada vez. Pode-se ver do que foi dito acima que nenhuma república sulista é viável sem o controle do Tennessee. Sem o Tennessee, o centro vital da Geórgia

ficaria a apenas oito ou dez dias de marcha da fronteira; o Norte seguraria o Sul firmemente pelo pescoço e, à mínima pressão, o Sul teria de se render ou lutar de novo para sobreviver, em circunstâncias em que uma única derrota eliminaria qualquer perspectiva de sucesso.

Do exposto até aqui, pode-se concluir que:

O Potomac *não* é a posição mais valiosa no teatro de guerra. A tomada de Richmond e o avanço do exército do Potomac mais ao sul – dificultoso, em razão dos muitos riachos que cortam a linha de marcha – poderiam ter um efeito moral estupendo. Em termos estritamente militares, os movimentos *não* decidiriam nada.

A decisão sobre a campanha pertence ao exército do Kentucky, que agora se encontra no Tennessee. Por um lado, esse exército está mais próximo dos pontos cruciais; por outro, ocupa um território sem o qual a Secéssia não se sustenta. Esse exército, portanto, deveria ser reforçado em detrimento de todos os outros e em sacrifício de todas as operações menores. Seu próximo objetivo seriam Chattanooga e Dalton, no Alto Tennessee, onde ficam os principais centros ferroviários de todo o Sul. Após a ocupação, a conexão entre os estados a leste e a oeste da *Secéssia* estaria limitada às linhas da Geórgia. O objetivo seguinte seria, então, cortar mais uma linha ferroviária, entre Atlanta e Geórgia, para finalmente, com a tomada de Macon e Gordon, eliminar o último elo entre os dois setores[10].

Se, ao contrário, o Plano Anaconda for seguido à risca, apesar de todas as vitórias e mesmo no Potomac, a guerra pode se estender indefinidamente, levando as dificuldades financeiras e as complicações diplomáticas a ganharem novos contornos.

[a] Traduzido de “Der Amerikanische Bürgerkrieg”, em *Karl Marx-Friedrich Engels Werke*, v. 15 (Berlim, Dietz Verlag, 1980), p. 486-95.

[1] Ver “O *Times* londrino sobre os príncipes Orléans na América”, nota 18, p. 62. (N. E.)

[2] Na primeira guerra de coalizão contra a República Francesa (1792-1797), o Exército francês, sob o comando de Dumouriez, venceu as tropas austríacas nos arredores de Jemappes (Bélgica), em 6 de novembro de 1792. Na batalha de Fleurus (Bélgica), as tropas francesas derrotaram o Exército austríaco em 26 de junho de 1794. Nas batalhas de Montenotte (12 de abril de 1796), Castiglione (5 de agosto de 1796) e Rivoli (14 e 15 de janeiro de 1797), o Exército francês, sob o comando de Napoleão Bonaparte, derrotou as tropas aliadas austro-piemontesas no Piemonte e na Lombardia. (N. E. A.)

[3] A mesma batalha é denominada aqui ora Manassas, ora Bull Run. Manassas é uma cidade do estado da Virgínia, cortada pelo rio Bull Run, perto da qual se deu a batalha. Os confederados preferiam chamar a batalha de “Bull Run” (Corrida de Touro) em alusão à batida em retirada das tropas unionistas. Já a União a chamava de Batalha de Manassas. Na verdade, a referência é à segunda batalha, ou Batalha do Segundo Manassas, ocorrida entre 28 e 30 de agosto de 1862. (N. T.)

[4] Ver “A deposição de Frémont”, nota 4, p. 94. (N. E.)

[5] A cidade de Muscle Shoals fica no extremo norte do estado do Alabama. (N. T.)

[6] Na arquitetura militar, uma obra exterior é uma obra defensiva de menor porte, erguida no perímetro externo de uma fortaleza principal, destacada ou semidestacada desta. Também se chamam obras exteriores os trabalhos de engenharia militar realizados por uma força sitiante para atacar uma fortaleza. (N. T.)

[7] Batalhas durante a guerra da França e da Sardenha contra a Áustria, em 1859. Na batalha de Magenta, em 4 de junho de 1859, o Exército francês derrotou o Exército austríaco. Em Solferino, o Exército austríaco foi derrotado em 24 de junho de 1859 pelas tropas franco-sardas. (N. E. A.)

[8] *Sistema de cordão:* tipo de combate utilizado com frequência na Europa Ocidental no século XVIII, no qual as tropas eram posicionadas uniformemente ao longo de toda a frente de batalha. Isso possibilitava que a linha fosse facilmente rompida, em qualquer ponto, com uma maior concentração de tropas. (N. E. A.)

[9] Termo inventado por Marx para ironizar o Sul secessionista. (N. T.)

[10] O curso posterior da Guerra Civil nos Estados Unidos mostrou que o único plano estratégico correto para vencer a Confederação sulista era o que Marx e Engels apresentaram no presente ensaio. O exército do Sul somente foi derrotado depois que o comando supremo do exército do Norte executou um plano semelhante na segunda metade de 1864. A famosa “Marcha ao Mar”, empreendida pelo general Sherman, dividiu o território da Confederação em dois e criou as condições necessárias para que as tropas do general Grant derrotassem o exército do Sul. Na primavera de 1865, o exército do Sul capitulou. (N. E. A.)

38. Karl Marx
Um caso Mirès internacional[a] [1]

[Die Presse, n. 120, 2 de maio de 1862]
Londres, 28 de abril de 1862

Um tema importante nos círculos diplomáticos locais é a presença da França no México. É intrigante que Luís Bonaparte tenha aumentado suas tropas expedicionárias no momento em que prometeu reduzi-las e que queira seguir adiante enquanto a Inglaterra recua. É público e notório que o impulso para a intervenção no México[2] foi dado pelo gabinete de St. James e não pelo das Tulherias. É sabido também que Luís Bonaparte adora conduzir todas as suas ações, especialmente suas aventuras ultramarinas, sob a égide inglesa. Como se sabe, o império francês restaurado não chegou ainda nem perto de repetir a obra-prima de aquartelar os exércitos franceses em todas as capitais da Europa moderna. Em contrapartida, *pis aller* [ao menos], levou-os às capitais da velha Europa, a Constantinopla, Atenas e Roma, e ainda por cima a Pequim[3]. Será que o efeito teatral de uma incursão na capital dos astecas e a oportunidade de aumentar a coleção militar-arqueológica à moda de Montauban[4] foram perdidos? Mas se considerarmos o estado atual das finanças francesas e os graves conflitos com os Estados Unidos e a Inglaterra aos quais podem levar as ações de Luís Bonaparte no México, então

a interpretação acima mencionada de sua conduta, que é adorada por diversos jornais britânicos, deve ser rejeitada sem hesitação. Acredito, contudo, que posso dar a solução para o caso.

Na época da Convenção de 17 de julho de 1861[5], quando as reivindicações dos credores ingleses deveriam ter sido satisfeitas, o plenipotenciário inglês imediatamente exigiu o acesso a todo serviço da dívida mexicana ou do registro de infrações, visto que o ministro das Relações Exteriores do México estimou a dívida com a França em 200 mil dólares, ou seja, uma bagatela de 400 mil libras esterlinas. Por outro lado, o cálculo feito *agora* pela França ultrapassa em muito esses modestos limites.

Sob a administração católica de Zuloaga e Miramón, uma emissão de títulos do governo mexicano no valor de 14 milhões de dólares foi negociada pelo banco suíço J. B. Jecker e Cia. O valor total realizado na primeira emissão foi de apenas 5% do valor nominal, ou seja, 700 mil dólares. A soma total dos títulos emitidos logo caiu nas mãos de franceses influentes, inclusive aliados do Império e membros da "*haute politique*" [alta política]. O banco Jecker e Cia vendeu esses títulos a um preço bem abaixo do valor nominal estipulado originalmente.

Miramón contraiu essa dívida no momento em que se encontrava no controle da capital. Mais tarde, depois que foi relegado ao papel de mero líder guerrilheiro, fez com que o seu ministro das Finanças, o senhor Peza y Peza, emitisse títulos da dívida no valor nominal de 38 milhões de dólares. Novamente foi o banco Jecker e Cia que intermediou a emissão, mas dessa vez restringiu os adiantamentos à modesta quantia de menos de 500 mil dólares, ou de 1% a 2% do total. Mais uma vez, os banqueiros suíços souberam se livrar o mais rápido possível de seu patrimônio mexicano, e os títulos caíram novamente nas mãos desses franceses "notáveis", entre os quais

alguns *habitués* da corte imperialista[6], cujos sobrenomes viverão tanto quanto o caso Mirès nos anais das bolsas europeias.

Essa dívida de 52 milhões de dólares, da qual não foram quitados até agora nem 4,2 milhões, o governo do presidente Juárez se recusa a reconhecê-la. De um lado, porque não sabe nada sobre ela; de outro, porque os senhores Miramón, Zuloaga e Peza y Peza não tinham competência constitucional para contrair uma dívida pública de tal monta. Os "notáveis" franceses acima mencionados, no entanto, sabiam exatamente como impor o ponto de vista oposto no momento certo. Lorde Palmerston, por sua vez, foi informado em tempo hábil por alguns parlamentares que todo o caso levaria a questionamentos e reações altamente adversas na Câmara dos Comuns. Entre outras coisas, a questão era se as forças britânicas marítimas e terrestres poderiam ser empregadas para apoiar as arriscadas operações de certos políticos *rouge-et-noir*[7] do outro lado do Canal. Portanto, Palmerston se aproveitou avidamente da Conferência de Orizaba[8] para se livrar de um acordo que ameaçava se transformar em um caso Mirès internacional.

---

[a] Traduzido de "Eine internationale Affäre Mires", em *Karl Marx-Friedrich Engels Werke*, v. 15 (Berlim, Dietz Verlag, 1980), p. 496-8.

[1] *Caso Mirès:* o julgamento do conhecido banqueiro francês Jules Mirès em Paris, no verão de 1861, revelou esquemas financeiros escandalosos nos quais estavam envolvidas figuras do alto escalão do Segundo Império. Mirès foi acusado de especulação fraudulenta e violação da lei das sociedades de crédito. Foi condenado a multa e cinco anos de prisão, mas em 1862 foi absolvido pelas instâncias superiores. (N. E. A.)

[2] Ver "A intervenção no México", nota 4, p. 76. (N. E.)

[3] Durante a Guerra da Crimeia, as tropas de ocupação francesas estiveram em Atenas e Constantinopla. Roma foi ocupada pelos franceses em 1849. Em outubro de 1860, as tropas de intervenção anglo-francesas ocuparam Pequim. (N. E. A.)

[4] Na Terceira Guerra do Ópio (ver "Uma reunião pró-americana", nota 1, p. 139), após a tomada de Pequim em 1860 sob o comando do general Montauban, as tropas de intervenção

anglo-francesas saquearam o famoso Palácio de Verão (Yuan Ming Yuan), o tesouro mais valioso da arquitetura e da arte chinesa, e queimaram-no até as últimas cinzas. O valor dos artigos roubados da China foi estimado em muitos milhões de francos. (N. E. A.)

[5] *Convenção de 17 de julho de 1861:* decreto do Congresso mexicano de 17 de julho de 1861 sobre a suspensão do pagamento de títulos estrangeiros por um período de dois anos. Esse decreto foi usado por Inglaterra, França e Espanha como pretexto para uma intervenção conjunta (ver “A intervenção no México”, nota 5, p. 76). Com o intuito de evitar uma guerra, o governo mexicano, cujo presidente era Juárez, derrubou o decreto em novembro de 1861 e declarou que cumpriria as exigências das três grandes potências. (N. E. A.)

[6] O termo designa os defensores do império, e não o conceito de imperialismo notabilizado posteriormente por Lênin e outros. (N. T.)

[7] Vermelho e preto (cores do jogo de roleta, ou seja, as cores dos jogadores). (N. O.)

[8] *Conferência de Orizaba:* conferência de representantes da Inglaterra, França e Espanha, realizada na primavera de 1862 em Orizaba (México), com o objetivo de definir as futuras ações conjuntas das três grandes potências no México. Descobriu-se, no entanto, que havia divergências de opinião entre os Estados envolvidos na intervenção. O representante francês se recusou a negociar com o governo mexicano e declarou nulo o acordo de paz provisório celebrado em 19 de fevereiro em Soledad. Os plenipotenciários ingleses e espanhóis se recusaram a continuar participando da intervenção. Logo após a Conferência de Orizaba, os governos da Inglaterra e da Espanha retiraram suas tropas do México (ver “A intervenção no México”, nota 5, p. 76). (N. E. A.)

39. Karl Marx
A imprensa inglesa e a queda de New Orleans[a]

[Die Presse, n. 138, 20 de maio de 1862]
Londres, 16 de maio de 1862

Com a chegada dos primeiros rumores da queda de New Orleans[1], *Times*, *Herald*, *Standard*, *Morning Post*, *Daily Telegraph* e outros "*sympathisers*" [simpatizantes] ingleses dos *nigger-drivers*[2] sulistas provaram estrategicamente, taticamente, filologicamente, exegeticamente, politicamente, moralmente e solidamente que os rumores eram um dos "*canards*"[3] que Reuter, Havas, Wolff[4] e seus *understrappers*[5] costumam soltar com tanta frequência. Os meios naturais de defesa de New Orleans foram incrementados não apenas por novas fortificações, mas também por todo tipo de máquinas infernais submarinas e canhoneiras blindadas. E ainda pelo espírito espartano dos cidadãos de New Orleans e por seu ódio mortal contra os mercenários de Lincoln. Afinal, não foi em New Orleans que a Inglaterra viu a derrota, o que levou a um amargo desfecho a sua segunda guerra contra os Estados Unidos (1812-1814)? Logo, não havia dúvida de que New Orleans se imortalizaria como uma segunda Saragoça ou uma Moscou[6] do "reino do Sul". Além disso, abrigava 15 mil fardos de algodão, com os quais seria muito fácil acender uma fogueira interminável, à parte o fato de que em 1814 os

fardos de algodão devidamente umedecidos provaram ser mais resistentes ao fogo do que as trincheiras de Sebastopol. Assim, a queda de New Orleans trouxe à tona, com uma clareza solar, uma das mais conhecidas falácias dos ianques.

Assim que os primeiros rumores foram confirmados pelos vapores que vinham de Nova York dois dias depois, o grosso da imprensa inglesa pró-escravidão persistiu no ceticismo. O *Evening Standard*, em especial, estava tão agarrado à sua incredulidade que publicou no mesmo número um editorial no qual provava, preto no branco, a invulnerabilidade da Cidade da Meia-Lua[7] e um "últimas notícias" no qual anunciava em letras garrafais a queda da cidade inexpugnável. Mas o *Times*, que sempre considerou a discrição a melhor parte da bravura, deu uma guinada. Ainda tinha dúvidas, mas ao mesmo tempo se preparava para tudo, já que New Orleans era uma cidade de "*rowdies*" [baderneiros] e não de heróis. O *Times* tinha razão dessa vez. New Orleans é uma estufa da escória boêmia francesa – no sentido estrito da palavra, uma colônia penal francesa – e jamais, no decorrer do tempo, negou suas origens. Somente o *Times* chegou *post festum* [depois do ocorrido] a esse fato amplamente conhecido.

Mas enfim o *fait accompli* atingiu até o mais incrédulo são Tomé. O que fazer? A imprensa inglesa pró-escravidão prova agora que a queda de New Orleans significa uma vantagem para os confederados e um revés para os federalistas.

A queda de New Orleans permitiu ao general Lovell reforçar com as suas tropas o exército de Beauregard, que realmente precisava cada vez mais desse reforço, já que se dizia que 160 mil homens (provavelmente um exagero!) de Halleck estavam concentrados a sua frente e, por outro lado, o general Beauregard perdera contato com o Leste, depois que foi interrompida a conexão ferroviária de

Memphis até Chattanooga, mais especificamente, até Richmond, Charleston e Savannah. Depois dessa interrupção (que muito antes da Batalha de Corinth chamamos de movimento estratégico necessário), Beauregard não tinha mais comunicação ferroviária com Corinth, a não ser a que leva a Mobile e New Orleans. Depois que New Orleans caiu e ele passou a contar apenas com a ferrovia para Mobile, é claro que ele não podia mais fornecer às suas tropas as provisões necessárias. Então recuou para Tupelo e, na opinião da imprensa inglesa pró-escravidão, sua capacidade de abastecimento evidentemente aumentará com a invasão das tropas de Lovell!

Por outro lado, esclarecem os mesmos oráculos, a febre amarela vai acabar com os federalistas em New Orleans e, enfim, se a cidade não é nenhuma Moscou, seu prefeito não seria, ao menos, um Brutus? Basta apenas ler (ver *New York*[8]) a carta melodramaticamente corajosa que endereçou ao comodoro Farragut. "*Brave words, sir, brave words!*"[9]. Mas bravas palavras não quebram ossos.

A imprensa escravagista do Sul não trata a queda de New Orleans com tanto otimismo quanto seus consoladores ingleses, como se pode perceber nos trechos a seguir.

O *Richmond Dispatch*[10] afirmou:

> O que fizeram com as canhoneiras blindadas, a Mississippi e a Lousiana, que se esperava que fossem a salvação da Cidade da Meia-Lua? Essas embarcações, visto a sua eficácia contra o inimigo, pareciam ser feitas de vidro. É inútil negar que a queda de New Orleans é um duro golpe. O governo confederado foi isolado da Louisiana Ocidental, do Texas, do Missouri e do Arkansas.

O *Nordfolk Day Book*[11] observou: "Esta foi a derrota mais sentida desde o início da guerra. Indica um futuro de miséria e

privações para todas as classes da sociedade e, pior, ameaça até a provisão do nosso exército".

O *Atlantic Intelligencer*[12] lamentou:

> Esperávamos outro resultado. A aproximação do inimigo não foi de surpresa; estava prevista há tempos e nos foi prometido que, se ele chegasse perto do Forte Jackson, uma artilharia assustadora o obrigaria a recuar ou sua destruição estaria garantida. Em tudo isso estávamos equivocados, como cada vez que se supôs que as fortificações garantiriam a segurança de uma praça ou cidade. Parece que as invenções modernas acabaram com a capacidade de defesa das fortificações. As canhoneiras blindadas ou as destroem ou passam por cima delas sem nenhum pudor. Tememos que Memphis tenha o mesmo destino de New Orleans. Não seria tolice nos iludirmos com esperanças?

Por fim, o *Peterburg Express*[13]: "A tomada de New Orleans pelos federalistas é o acontecimento mais extraordinário e mais desastroso de toda a guerra".

---

[a] Traduzido de "Die englische Presse und der Fall von New Orleans", em *Karl Marx-Friedrich Engels Werke*, v. 15 (Berlim, Dietz Verlag, 1980), p. 499-501.

[1] New Orleans capitulou em 29 de abril de 1862, depois da queda dos fortes St. Jackson e St. Philip, que deveriam assegurar o caminho de acesso à cidade a partir do Mississippi. As tropas do Norte entraram na cidade em 1º de maio. A tomada de New Orleans, um dos principais centros políticos e militares da Confederação escravocrata foi considerada um grande sucesso militar do exército do Norte. (N. E. A.)

[2] Capatazes. (N. O.)

[3] Balão de ensaio. (N. O.)

[4] *Reuter, Havas e Wolff:* agências telegráficas oficiosas em Londres, Paris e Berlim. (N. E. A.)

[5] Subagentes. (N. O.)

[6] *Saragoça* ficou famosa pela firmeza com que seus defensores lutaram contra o domínio de Napoleão durante a guerra de libertação do povo espanhol. A cidade foi cercada duas vezes pelos franceses (de junho a agosto e a partir de dezembro de 1808); somente em fevereiro de 1809 os defensores capitularam ante a superioridade militar dos franceses.

Moscou, que teve um papel fundamental na guerra patriótica do povo russo contra a invasão napoleônica (1812), tornou-se um símbolo da resistência nacional. Em 13 de setembro de 1812, as tropas russas deixaram Moscou para que o Exército fosse preservado e o contra-ataque fosse preparado. Durante a ocupação da cidade pelas tropas francesas, um grande incêndio queimou a cidade por cinco dias a fio. (N. E. A.)

[7] *Cidade da Meia-Lua:* nome com que é popularmente conhecida a cidade de New Orleans, cuja parte mais antiga fica em uma curvatura do delta do Mississippi. (N. E. A.)

[8] Referência ao jornal *New York Daily Tribune* (N. O.)

[9] "Bravas palavras, senhor, bravas palavras!" (Shakespeare, *Henrique IV*, parte I, ato V, cena IV). (N. O.)

[10] *Daily Dispatch:* jornal diário, órgão dos escravocratas sulistas; circulou de 1857 a 1867 em Richmond (Virgínia). (N. E. A.)

[11] *The Nordfolk Day Book:* jornal diário, órgão dos escravocratas sulistas; circulou de 1857 a 1867 em Nordfolk (Virgínia). (N. E. A.)

[12] *The Daily Intelligencer:* jornal diário, órgão dos escravocratas sulistas; circulou de 1854 a 1871 em Atlanta (Geórgia). (N. E. A.)

[13] *Daily Express*: jornal diário, órgão dos escravocratas sulistas; circulou de 1852 a 1869 em Petersburg (Virgínia). (N. E. A.)

40. Karl Marx
Um tratado contra o comércio de escravos[a]

[Die Presse, n. 140, 22 de maio de 1862]
Londres, 18 de maio de 1862

O tratado para a abolição do comércio de escravos celebrado em 7 de abril deste ano, em Washington, entre Inglaterra e Estados Unidos foi informado *in extenso*[1] ao público pela imprensa americana. Os pontos principais desse importante documento são os seguintes: o direito de inspeção é recíproco, mas só pode ser exercido de ambos os lados por navios de guerra, desde que tenham recebido autorização especial de uma das potências contratantes para esse fim. De tempos em tempos as potências contratantes deverão compartilhar entre si estatísticas completas da parte da armada destacada para o monitoramento do comércio negreiro. O direito de inspeção somente poderá ser exercido contra navios mercantes que estejam dentro das 200 milhas marítimas da costa africana, ao sul dos 32 graus de latitude norte, e dentro das 30 milhas marítimas da costa de Cuba. A inspeção, seja de navios ingleses de cruzeiros americanos, seja de navios americanos de cruzeiros ingleses, não poderá ocorrer na faixa marítima (ou seja, a três milhas marítimas da costa), que pertence ao território inglês ou

americano, assim como na frente dos portos e bases de potências estrangeiras.

Tribunais mistos, meio ingleses e meio americanos, sediados em Serra Leoa, Cidade do Cabo e Nova York, julgarão os navios capturados. Em caso de condenação, a tripulação do navio, desde que não acarrete em custos exorbitantes, será entregue à jurisdição da nação sob cuja bandeira navegou. Não apenas a tripulação (inclusive capitão, timoneiro etc.), mas também o proprietário do navio incorrerão nas penalidades previstas na legislação do país. As indenizações aos proprietários dos navios mercantes que tenham sido absolvidos pelos tribunais mistos serão pagas no prazo de um ano pelo país sob cuja bandeira navegava o navio que fez a captura. A razão legal para a apreensão é não apenas a presença de negros cativos no navio, mas também a existência de dispositivos projetados especificamente para o tráfico negreiro, como algemas, grilhões e outros instrumentos de aprisionamento dos negros, além de suprimentos em quantidade claramente desproporcional às necessidades da tripulação. Uma embarcação em que se encontrarem tais artigos suspeitos terá de fornecer provas de sua inocência e, mesmo que seja absolvida, não terá direito a indenização.

O comandante de um cruzador que extrapolar suas competências estabelecidas em tratado será punido por seu país. Se o comandante de um cruzador de uma das potências contratantes suspeitar que um navio mercante escoltado por um ou mais navios de guerra de outra potência contratante está transportando negros ou está envolvido no comércio de escravos africanos, ou está equipado para essa atividade, ele comunicará sua suspeita ao comandante da escolta e inspecionará em conjunto com ele a embarcação suspeita, a qual será levada à sede de um tribunal misto, caso se enquadre na

categoria de embarcação suspeita prevista pela tratado. Os negros a bordo de navios condenados são colocados à disposição do governo sob cuja bandeira se realizou a apreensão. Devem ser postos imediatamente em liberdade ou permanecer em liberdade sob a responsabilidade do governo em cujo território se encontram. O tratado somente poderá ser dissolvido após dez anos de vigência. Permanecerá em vigor um ano inteiro após a data de revogação por qualquer uma das partes contratantes.

O comércio negreiro sofreu um golpe fatal desse tratado anglo-americano – resultado direto da Guerra Civil Americana. O efeito do tratado será complementado pelo projeto de lei apresentado recentemente pelo senador Sumner que revoga a lei de 1808 sobre o comércio de negros nas costas dos Estados Unidos e considera crime o transporte de escravos de um porto a outro dos Estados Unidos[2]. A lei em questão paralisa em grande medida o comércio entre os estados produtores de negros (*border slave states*) e os estados consumidores de negros (os estados genuinamente escravagistas).

---

[a] Traduzido de “Ein Vertrag gegen den Sklavenhandel”, em *Karl Marx-Friedrich Engels Werke*, v. 15 (Berlim, Dietz Verlag, 1980), p. 502-3.

[1] Em detalhes. (N. O.)

[2] Pela lei que proibia a importação de escravos negros, promulgada em 1º de janeiro de 1808 (ver “A Guerra Civil Norte-Americana”, nota 17, p. 49), o comércio de escravos foi mantido nos Estados Unidos entre os estados escravagistas do Sul e do Sudoeste, sobretudo nas cidades costeiras do Sul. A proibição da importação de escravos negros da África teve como consequência um aumento do comércio interno; estados do Sul como Maryland, Virgínia e Carolina do Norte transformaram-se em estados produtores de negros para a venda. O projeto de lei apresentado pelo senador Sumner em 2 de maio de 1862 revogava os dispositivos da lei de 1808 que regulavam o comércio de escravos nas costas dos Estados Unidos e ainda proibia a transferência de escravos de um estado para o outro. (N. E. A.)

41. Karl Marx e Friedrich Engels
A situação no teatro de guerra americano[a]

[Die Presse, n. 148, 30 de maio de 1862]
23 a 25 de maio de 1862

A tomada de New Orleans, como mostram os informes detalhados que agora chegam, distingue-se como uma demonstração de bravura quase inigualável da frota. A frota unionista era composta apenas de embarcações de madeira: uns seis navios de guerra, cada qual com 14 a 25 canhões, apoiados por uma numerosa esquadra de canhões e morteiros. Essa frota tinha à sua frente dois fortes que bloqueavam a passagem pelo Mississippi. No raio de ação dos cem canhões dos fortes, o rio foi obstruído por uma espessa corrente, atrás da qual se amontoavam torpedos, arsenal em botes e outros instrumentos de guerra. Esses primeiros obstáculos tiveram, portanto, de ser superados para se passar por entre os fortes. Além dos fortes, porém, havia ainda uma assustadora segunda linha de defesa, formada por canhoneiras blindadas, entre elas o Manassas, um aríete de ferro, e o Louisiana, uma poderosa bateria flutuante. Após os unionistas terem bombardeado seis dias consecutivos, sem produzir nenhum resultado, os dois fortes que dominavam completamente o rio, eles decidiram desafiar o fogo inimigo, forçar a barreira blindada em três divisões, navegar rio acima e arriscar a

lutar contra os "*ironsides*" [blindados]. A ousadia foi recompensada. Assim que a flotilha atracou em New Orleans, a vitória foi naturalmente decidida.

Beauregard não tinha mais o que defender em Corinth. Sua posição somente tinha sentido enquanto cobrisse o Mississippi e a Louisiana, especialmente New Orleans. Ele estava agora estrategicamente em uma posição em que, se perdesse uma batalha, não lhe restaria opção senão dissolver seu exército em grupos de guerrilha, pois, sem uma grande cidade com ferrovias e suprimentos por trás do exército, ele não conseguiria manter as massas mobilizadas por muito tempo.

McClellan deu provas incontestáveis de que é um militar incapaz que, elevado a um posto de comando e responsabilidade por uma coincidência fortuita, faz a guerra não para derrotar o inimigo, mas sobretudo para não ser derrotado por ele e, assim, não perder a grandeza usurpada. Comporta-se como os velhos "generais manobradores", que desculpavam a medrosa hesitação em tomar decisões táticas evitando estrategicamente o inimigo e, assim, obrigando-o a ceder posições. Os confederados sempre lhe escapam, porque ele nunca age no momento crucial. Foi assim que os deixou bater tranquilamente em retirada de Manassas até Richmond – embora o plano de retirada tivesse sido anunciado dez dias antes nos jornais de Nova York (no *Tribune*, por exemplo). Em seguida, ele dividiu seu exército e cercou os confederados estrategicamente, estabelecendo-se com suas tropas em volta de Yorktown. Uma guerra de cerco dá sempre mais desculpas para perder tempo e evitar o confronto direto. Assim que ele conseguiu concentrar um poder militar superior ao dos confederados, deixou-os ir de Yorktown para Williamsburg, e partir de lá, sem forçá-los a lutar. Uma guerra nunca foi tão patética. Se a batalha de retirada em

Williamsburg terminou em derrota para a retaguarda confederada, e não em uma segunda Bull Run para as tropas unionistas, McClellan não teve nenhuma influência nesse resultado.

Após uma marcha de cerca de 12 milhas (inglesas) sob 24 horas de chuva ininterrupta e por verdadeiros lamaçais, os 8 mil soldados da União sob o comando do general *Heintzelman* (de ascendência *alemã*, mas nascido na Pensilvânia) chegaram relativamente perto de Williamsburg e encontraram poucas unidades inimigas. Assim que teve a certeza de que estava com uma força numericamente inferior, o general pediu reforços a Williamsburg, para as tropas principais, que aumentaram gradualmente até chegar a 25 mil homens. Às 9 horas da manhã, o embate esquentou; às 13h30 o general Heintzelman descobriu que a batalha pendia a favor do inimigo. Ele enviou mensageiro atrás de mensageiro ao general Kearny, que se encontrava a oito milhas na retaguarda, mas avançava muito lentamente em razão da estrada, que havia sido "dissolvida" pelas fortes chuvas. Durante uma hora inteira, Heintzelman ficou sem reforços e o 7º e o 8º Regimentos de Jersey, com seu suprimento de pólvora já no fim, começaram a fugir para a floresta dos dois lados da estrada. Heintzelman colocou então o coronel Menill e um esquadrão de cavalaria da Pensilvânia em ambos os lados da floresta, ameaçando atirar nos desertores. O que fez com que eles parassem.

A ordem foi novamente restaurada com o exemplo de um regimento de Massachusetts, que também ficou sem pólvora, mas, ainda assim, plantou a baioneta no mosquete e ficou em silêncio à espera do inimigo. Finalmente, a vanguarda de Kearny apareceu sob o comando do brigadeiro Berry (do estado do Maine). O exército de Heintzelman recebeu seus salvadores com um grande hurra; ele mandou que os músicos do regimento tocassem "Yankee Doodle"[1]

e, em frente às tropas exaustas, Berry e seus homens formaram uma linha de quase meia milha. Após um tiroteio preliminar, a brigada de Berry partiu para uma carga relâmpago de baioneta e fez o inimigo recuar do campo de batalha para as suas trincheiras, cuja maioria acabou sob o controle das tropas unionistas depois de reiterados ataques e contra-ataques. Assim, o equilíbrio da batalha se restabeleceu. O reforço de Berry salvou os unionistas. Às 4 horas da tarde, a chegada das brigadas de Jameson e Birney determinou a vitória para os unionistas. A retirada dos confederados de Williamsburg começou às 9 horas da noite e prosseguiu no dia seguinte – até Richmond – sob dura perseguição da cavalaria de Heintzelman. Já entre 6 e 7 horas da manhã, depois da batalha, Heintzelman ordenou que o general Jameson ocupasse Williamsburg. A *arrière-garde* [retaguarda] do inimigo em retirada havia desocupado a cidade cerca de meia hora antes, pelo lado oposto. A batalha de Heintzelman foi, no sentido mais autêntico da palavra, uma batalha de infantaria. A artilharia mal entrou em cena. O que decidiu o confronto foram os tiros de mosquete e a carga de baioneta. Se o Congresso em Washington quisesse expressar um voto de agradecimento, deveria fazê-lo em nome do general Heintzelman, que salvou os ianques de uma segunda Bull Run, e não de McClellan, que, à sua maneira habitual, protelou a “decisão tática” e deixou escapar pela terceira vez o adversário em situação numericamente inferior.

O exército confederado na Virgínia tem melhores chances do que as forças de Beauregard, em primeiro lugar porque terá à sua frente um McClellan, e não um Halleck, e em segundo lugar porque, em sua linha de retirada, há vários rios que cortam as montanhas em direção ao mar. No entanto, para impedir que ele se divida em vários destacamentos, sem guerrear, os generais serão obrigados, mais

cedo ou mais tarde, a aceitar uma batalha, exatamente como os russos tiveram de lutar em Smolensk e Borodino[2], mesmo contra a vontade de seus generais mais conscientes. Por mais vergonhosa que tenha sido a guerra de McClellan – o recuo constante, o abandono de artilharia, munição e outros suprimentos de guerra, além das infelizes escaramuças de retirada – os confederados estavam muito desmoralizados, como se verá no dia da batalha decisiva. Portanto, chegamos à seguinte conclusão:

Se Beauregard ou Jefferson Davis perderem uma batalha decisiva, seus exércitos se fragmentarão em gangues. Se um dos dois ganhar uma batalha decisiva, o que é bastante improvável, a fragmentação de seus exércitos será, na melhor das hipóteses, postergada. Eles não são capazes de tirar uma vantagem duradoura de uma vitória. Eles não conseguem avançar vinte milhas inglesas sem fincar acampamento e esperar uma nova ofensiva do inimigo.

Resta investigarmos as chances de uma guerra de guerrilha. Mas é especialmente impressionante nessa guerra de proprietários de escravos quão baixa, ou melhor, quão inexistente é a participação popular. Em 1813, as linhas de comunicação dos franceses foram constantemente interrompidas e destruídas por Colomb, Lützow, Tchernychev e vinte outros líderes guerrilheiros e cossacos. Em 1812, a população russa desapareceu completamente da linha de marcha francesa. Em 1814, os camponeses franceses se armaram e mataram as patrulhas aliadas e os retardatários, mas aqui nada acontece. As pessoas se submetem ao *destino das grandes batalhas* e se consolam com o "*victrix causa diis placuit, sed victa Catoni*"[3]! A reputação da guerra à faca se dissipa na névoa. Não resta dúvida de que o *white trash* (o "lixo branco", como os próprios fazendeiros chamam os "brancos pobres") tentará a guerra de guerrilha e o banditismo. O que transformará muito rapidamente os

proprietários de terras em unionistas. Até pedirão ajuda aos ianques. Os supostos incêndios nos campos de algodão etc. ao longo do Mississippi são baseados exclusivamente no testemunho de dois kentuckianos que dizem ter ido até Louisville – certamente não pelo Mississippi. O fogo em New Orleans foi claramente organizado. O fanatismo dos comerciantes de New Orleans se explica pelo fato de que tiveram de comprar uma grande quantidade de títulos do governo confederado em dinheiro vivo. O incêndio em New Orleans se repetirá em outras cidades; outras coisas certamente pegarão fogo, mas esses golpes teatrais só podem resultar na ruptura completa entre os proprietários de terra e o "*white trash*" e, com isso, *finis Secessiae*[4].

---

[a] Traduzido de "Die Lage auf dem amerikanischen Kriegsschauplätze", em *Karl Marx-Friedrich Engels Werke*, v. 15 (Berlim, Dietz Verlag, 1980), p. 504-7.

[1] "Yankee-Doodle": canção popular no Norte dos Estados Unidos durante a Guerra Civil. (N. E. A.)

[2] Batalhas de libertação russa contra a invasão napoleônica em 16 e 18 de agosto de 1812, na cidade de Smolensk, e em 7 de setembro de 1812, perto da vila de Borodino. Esta última foi uma batalha sangrenta, com mais de 70 mil baixas para um total de 250 mil homens. (N. T.)

[3] "A causa vitoriosa agradou aos deuses, a derrotada a Catão!" [Lucano, *Farsália*, trad. Brunno Vieira, Campinas, Editora da Unicamp, 2011]. (N. O.)

[4] Fim da Secessão. (N. O.)

42. Karl Marx
A humanidade inglesa e a América[a]

[Die Presse, n. 168, 20 de junho de 1862]
Londres, 14 de junho de 1862

A humanidade na Inglaterra, como a liberdade na França, tornou-se um artigo de exportação para os *traders in politics*[1]. Recordamos a época em que o tsar Nicolau mandou os soldados espancarem damas polonesas e lorde Palmerston considerou “pouco política” a indignação moral de alguns parlamentares com o caso. Recordamos que, há cerca de uma década, houve uma revolta nas Ilhas Jônicas[2] que deu azo para que o regente inglês mandasse açoitar um número significativo de senhoras gregas. *Probatum est*[3], disseram na ocasião Palmerston e seus colegas *whig*, que se encontravam no governo. Há alguns anos, foi comprovado por documentos oficiais ao Parlamento que os coletores de tributos na Índia utilizavam medidas coercitivas contra mulheres dos *ryots*[4], cuja infâmia nos proíbe de dar mais detalhes. Palmerston e seus colegas não se atreveram a justificar tais abominações, mas como teriam gritado se um governo estrangeiro tivesse ousado manifestar publicamente sua indignação contra essa infâmia inglesa, ainda que insinuando vagamente que interviria se Palmerston e seus colegas não exonerassem imediatamente os fiscais indianos. No entanto, nem o próprio Catão,

o Censor[5], teria zelado mais escrupulosamente pelos costumes dos cidadãos romanos do que os aristocratas ingleses e seus ministros pela “humanidade” dos ianques em guerra!

As damas de New Orleans, beldades loiras, ornadas com joias de mau gosto, quase comparáveis às mulheres dos antigos mexicanos, exceto que não devoram seus escravos *in natura*, são dessa vez – costumava ser os portos de Charleston – a causa do florescimento da humanidade britânico-aristocrática. As mulheres inglesas (mas que não são damas nem possuem escravos) que estão passando fome em Lancashire não fizeram nenhum lábio parlamentar se mexer até agora; o grito de socorro das mulheres irlandesas, que são jogadas seminuas na rua em consequência do progressivo colapso do sistema de pequenos arrendamentos na verde Erin[6], e são perseguidas de todos os lados como se os tártaros tivessem descido sobre elas, só conseguiu até agora um único eco dos Lordes, dos Comuns[7] e de *Her Majesty’s Government*[8] – uma homilia sobre o direito absoluto da propriedade privada[9]. Mas as damas de New Orleans! São naturalmente um caso diferente. Essas damas eram ilustradas demais para participar da refrega da guerra, como as deusas do Olimpo, ou para se jogar nas chamas, como as mulheres de Sagunto[10]. Elas descobriram uma nova e segura forma de heroísmo, uma forma que só poderia ser inventada por proprietárias de escravos, e apenas por proprietárias de escravos que viessem de um país onde a parte livre da população é de negociantes, comerciantes de algodão, açúcar ou tabaco, e não tem escravos, como os *cives* [cidadãos] do mundo antigo. Depois que seus maridos fugiram de New Orleans ou se esconderam nos quartos dos fundos, essas damas correram para a rua para cuspir no rosto das tropas unionistas, ou lhes mostrar a língua, ou até mesmo, como Mefistófeles, lhes fazer um gesto

obsceno, acompanhado de palavras insultuosas. Essas megeras acreditaram que podiam ser más “impunemente”.

Esse foi o seu heroísmo. O general Butler emitiu um comunicado no qual informava que elas deveriam ser tratadas como prostitutas de rua, se continuassem a bancar as prostitutas. Butler é advogado de formação, mas não parece ter estudado adequadamente a *statute law*[11]. Do contrário, ele as teria proibido de pisar na rua, como fazem as leis impostas na Irlanda sob Castlereagh[12]. A advertência de Butler às “ladies” [senhoras] de New Orleans causou tamanha indignação no conde Carnarvon, em sir J. Walsh (que desempenhou um papel ridículo e odiado na Irlanda) e no senhor Gregory (que há um ano exigiu o reconhecimento da Confederação) a ponto de o conde da Câmara Alta, o cavaleiro real e o homem “*without a handle to his name*”[13] da Câmara Baixa interpelarem o governo para saber que providências seriam tomadas em nome da “humanidade” ofendida. Russell e Palmerston puniram o mordomo[14], ambos esperavam que o governo de Washington o destituísse, e o tão sensível Palmerston – que reconheceu o *coup d’état* de dezembro de 1851[15] (quando “ladies” foram mortas a tiros ou estupradas pelos zuavos) pelas costas da rainha e sem o conhecimento prévio de seus colegas por pura consideração “humanitária” –, o mesmo visconde sentimental declarou que a ameaça de Butler era uma “infâmia”. Na verdade, *ladies*, e *ladies* que são até mesmo proprietárias de escravos, essas *ladies* não deveriam ter permissão nem mesmo para lançar seus cuspes e sua malícia sobre tropas da União, camponeses, artesãos e outros populares! Isso é “infâmia”.

Ninguém na plateia se engana com essa humanidade farsesca. Trata-se em parte de evocar e em parte de fortalecer os ânimos para intervenções externas, inicialmente do lado francês. Os cavaleiros da humanidade na Câmara dos Lordes e dos Comuns

jogaram fora a máscara da comoção, como se tivessem recebido um comando após os primeiros excessos melodramáticos. A declamação serviu apenas como prólogo para a questão de saber se o imperador dos franceses, em caso de mediação, se comportaria adequadamente perante o governo inglês, e se o governo inglês aproveitaria a oferta, como se esperava. Russell e Palmerston declararam não estar a par da oferta. Russell disse que o atual momento não era propício para qualquer mediação. Palmerston, mais cauteloso e reservado, limitou-se a dizer que o governo inglês não busca mediação neste momento.

O plano é que a França atue como mediadora no recesso do Parlamento inglês e, no outono, quando o México já estiver seguro, inicie a intervenção. O impasse no teatro de guerra americano despertou do marasmo os especuladores da intervenção em St. James e nas Tulherias. Esse próprio impasse se deve a um erro estratégico na condução da guerra pelo Norte. Se o exército do Kentucky tivesse avançado rapidamente para os centros ferroviários da Geórgia, após as vitórias no Tennessee, ao invés de ter se deixado atrair para o sul do Mississippi, Reuter e companhia teriam sido passados para trás em seu comércio de rumores de "intervenção" e "mediação". Seja como for, a Europa só pode esperar ansiosamente por um golpe de Estado que "restabeleça a ordem nos Estados Unidos" e, assim, também lá "salvar a civilização".

---

[a] Traduzido de "Englische Humanität und Amerika", em *Karl Marx-Friedrich Engels Werke*, v. 15 (Berlim, Dietz Verlag, 1980), p. 508-10.

[1] Mercadores da política. (N. O.)

[2] No fim de 1858 e início de 1859, as ilhas Jônicas, sobre as quais fora estabelecido um protetorado britânico em 1815, fortaleceram o movimento de libertação nacional que exigia a

revogação dos poderes ilimitados do regente britânico e a anexação à Grécia. A luta iniciada em 1825 terminou em 1864, com a anexação das Ilhas Jônicas pela Grécia. (N. E. A.)

[3] Está provado. (N. O.)

[4] Camponeses indianos. (N. O.)

[5] O censor romano controlava usos e costumes. (N. T.)

[6] Antigo nome celta da Irlanda. (N. O.)

[7] Câmara dos Lordes e Câmara dos Comuns. (N. O.)

[8] Governo de Sua Majestade. (N. O.)

[9] Obviamente, trata-se de uma referência aos projetos de lei sobre proprietários e inquilinos na Irlanda que foram apresentados ao Parlamento inglês em novembro de 1852. Eles previam certa flexibilização nos termos de arrendamento de terra na Irlanda. Em 1853, os projetos de lei passaram pela Câmara dos Comuns – hipocritamente aprovados pelo governo de coalizão, que somente tentava assegurar o apoio dos parlamentares irlandeses às suas políticas –, mas encontraram resistência na Câmara dos Lordes. Nos anos seguintes, eles se alternaram entre a Câmara dos Lordes e a Câmara dos Comuns e sofreram várias mudanças; em julho de 1855, a discussão foi suspensa por tempo indeterminado. Marx fez análises e avaliações dos projetos de lei em alguns artigos. (N. E. A.)

[10] *Sagutinas:* mulheres da cidade de Sagunto, na Espanha. Em 219 a.C., Sagunto, que na época era aliada de Roma, foi atacada pelas tropas de Aníbal, general cartaginês, e tomada após um cerco de oito meses. Os habitantes da cidade, que se recusaram a se entregar, atearam fogo no próprio corpo. (N. E. A.)

[11] *Statute law* (direito escrito): as normas jurídicas, cuja fonte são as leis nacionais – elaboradas pelo Parlamento inglês. (N. E. A.)

[12] Depois da brutal repressão do governo inglês ao levante nacional de libertação da Irlanda em 1798, o Parlamento inglês adotou em 1801, por iniciativa de Castlereagh, as leis reacionárias sobre a instalação do estado de exceção na Irlanda e a revogação do direito ao habeas corpus (*habeas corpus*: “que tenhas o (teu) corpo”; forma introdutória das ordens de prisão medievais), segundo o qual toda ordem de prisão deve ter um fundamento. (N. E. A.)

[13] Sem título no nome. (N. O.)

[14] Marx faz aqui um trocadilho com o sobrenome do general: “butler” é “mordomo” em inglês. (N. T.)

[15] *Coup d’etat* – depois do golpe de Estado bonapartista em 2 de dezembro de 1851 na França, Palmerston, então ministro das Relações Exteriores, reconheceu o golpe de Luís Bonaparte em conversa com o embaixador francês em Londres. Esse reconhecimento foi dado por Palmerston sem consulta prévia aos outros membros do gabinete *whig*. Isso levou à sua renúncia em dezembro de 1851, embora em princípio o governo inglês compartilhasse da posição de Palmerston e tenha sido o primeiro governo europeu a reconhecer o regime bonapartista na França. (N. E. A.)

43. Friedrich Engels
A Guerra Civil Americana, os encouraçados e navios-aríete[a]

[Die Presse, n. 181, 3 de julho de 1862]
Fim de junho de 1862

Há aproximadamente três meses e meio, em 8 de março de 1862, a batalha naval entre o Merrimac e as fragatas Cumberland e Congress, em Hampton Roads, pôs fim à longa era dos navios de guerra feitos de madeira. Em 9 de março de 1862, a batalha naval entre o Merrimac e Monitor inaugurou, nessas mesmas águas, a era da guerra entre embarcações encouraçadas[1].

Desde então, o Congresso em Washington aprovou recursos significativos para a construção de diversos navios encouraçados e a conclusão da grande bateria[2] de navios de ferro do senhor Stevens (de Hoboken, nos arredores de Nova York)[3]. O senhor Ericsson ocupa-se da conclusão de seis navios, construídos de acordo com a planta do Monitor, sendo, todavia, bem maiores e com duas torres móveis, cada uma flanqueada de dois grandes canhões. Um segundo encouraçado, o Galena, que não foi construído pelo senhor Ericsson e a partir de uma planta diferente daquela do Monitor, foi finalizado e logo se juntou ao Monitor, primeiro para escoltar o Merrimac e depois para varrer das margens do rio James os fortes rebeldes; a

sete ou oito milhas de Richmond, a tarefa está sendo cumprida. O terceiro encouraçado no rio James é o Bengaluche, batizado originalmente Stevens, em homenagem ao seu inventor e primeiro proprietário.

Um quarto encouraçado, o New Ironsides, está sendo construído na Filadélfia e deverá estar em condições de navegar em poucas semanas. O Vanderbilt e um outro grande vapor foram transformados em navios-aríete; uma grande quantidade de navios de madeira, como o Roanoke, vai renascer como encouraçados. O governo da União também mandou construir de quatro a cinco canhoneiras encouraçadas em Ohio, que prestarão bons serviços nos fortes Henry, Donelson e em Pittsburg Landing. Por fim, o coronel *Ellet* e seus amigos equiparam vários navios-aríete, achatando e encouraçando velhos vapores em Cincinnati e outros lugares em Ohio. Ele não os armou com canhões, mas, sim, com atiradores de elite, dos quais o Oeste é tão farto. Então ele ofereceu ao governo da União o aríete, a tripulação e seus próprios serviços. Voltaremos posteriormente ao primeiro feito desses aríetes improvisados.

Os confederados, por sua vez, não ficaram de braços cruzados. Começaram a construir navios encouraçados novos e a reformar os antigos em Nordfolk. Mas antes que tivessem terminado, Nordfolk caiu nas mãos das tropas da União e todos esses navios foram destruídos. Os confederados também construíram três navios-aríete de grande tonelagem em New Orleans, e um quarto encouraçado de uma tonelagem gigantesca e espetacularmente armado estava quase pronto quando New Orleans caiu. De acordo com os oficiais da Marinha da União, se esse quarto navio já estivesse pronto para a guerra, toda a marinha da União estaria sob o mais alto perigo, visto que o governo de Washington não tinha adversário à altura para se

opor a esse monstro. Seu custo foi de 2 milhões de dólares. Soube-se que foram os próprios rebeldes que destruíram a embarcação.

Em *Memphis*, os confederados construíram nada menos do que oito navios-aríete, cada qual carregando de quatro a seis canhões de calibre pesado. Em Memphis ocorreu também a primeira “Batalha dos Aríetes” no rio Mississippi, em 6 de junho. Embora a flotilha da União que desceu o Mississippi contasse com cinco canhoneiras encouraçadas, foram sobretudo os dois navios-aríete do coronel Ellet, o Queen e o Monarch, que decidiram a batalha. Dos oito aríetes inimigos, quatro foram destruídos, três foram capturados e um escapou. Depois que as canhoneiras da União abriram uma intensa canhonada contra os navios rebeldes e os entretiveram por um tempo, o Queen e o Monarch navegaram no meio da esquadra inimiga. O fogo das canhoneiras cessou quase completamente, pois os aríetes do coronel Ellet se enredaram com as forças inimigas num emaranhado que impedia que os canhoneiros distinguissem entre amigo e inimigo.

Como dissemos acima, os aríetes de Ellet não carregavam canhões, mas uma miríade de atiradores. As máquinas a vapor e as caldeiras eram protegidas apenas por carpintaria. Potentes motores a vapor e uma proa pontiaguda feita de madeira de carvalho revestida de ferro compunham todo o equipamento desses aríetes. Homens, mulheres e crianças se aglomeraram aos milhares na íngreme margem do Mississippi em Memphis para assistir dali, com receosa tensão, à “Batalha dos Aríetes”, em alguns pontos apenas a meia milha inglesa do teatro de guerra. O conflito durou pouco mais de uma hora. Enquanto os rebeldes perderam sete navios e cem homens, dos quais cerca de quarenta afogados, somente um navio da União foi seriamente atingido, apenas um homem foi ferido e nenhum morreu.

Com exceção de um aríete encouraçado que conseguiu escapar da batalha naval de Memphis, os confederados podem contar talvez com alguns aríetes e encouraçados em Mobile. Além deles e das poucas canhoneiras em Vicksburg, já ameaçadas rio acima por Farragut e rio abaixo por Davis, a frota confederada está com os dias contados.

---

[a] Traduzido de “Der Amerikanische Bürgerkrieg und die Panzer- und Widderschiffe”, em *Karl Marx-Friedrich Engels Werke*, v. 15 (Berlim, Dietz Verlag, 1980), p. 511-3.

[1] *Batalha Naval de Hampton Roads:* em 8 de março de 1862 ocorreu na baía de Hampton Roads uma batalha entre o primeiro encouraçado dos estados do Sul, o Merrimac, e a frota de madeira dos estados do Norte. Durante a batalha, as fragatas do Norte “Cumberland” e “Congress” foram destruídas e as outras ficaram seriamente danificadas. Na manhã de 9 de março, o encouraçado unionista Monitor entrou em ação e, depois de quatro horas de combate, fez o Merrimac bater em retirada. A artilharia do Monitor, ao contrário do Merrimac, ficava em uma torre blindada, na parte central do navio, construído de acordo com o projeto do engenheiro John Ericsson. (N. E. A.)

[2] Bateria é uma subunidade básica de artilharia, comandada por um capitão e situada em geral em posições de tiro próximas. (N. T.)

[3] Na verdade, Hoboken é uma cidade do estado de New Jersey. O sr. Robert Livingston Stevens (1787-1856) era arquiteto naval e engenheiro mecânico. Ele e seu pai, John Stevens, modernizaram a navegação a vapor e os navios de guerra nos Estados Unidos. (N. T.)

44. Karl Marx
Um debate sufocado sobre o México e a Aliança com a França[a]

[Die Presse, n. 198, 20 de julho de 1862]
Londres, 16 de julho de 1862

Uma das mais estranhas invenções do parlamentarismo inglês é o *count out* [contagem de quórum]. O que é o *count out*? Se houver menos de quarenta membros na Câmara dos Comuns, eles não formam quórum, ou seja, a assembleia fica impossibilitada de tomar decisões. Se um parlamentar independente apresenta uma proposta, o que é igualmente problemático para *ambas* as frações oligárquicas, os *Ins* e os *Outs* [o governo e a oposição], eles fazem acordo para que, no dia do debate, ambos os lados abandonem gradativamente a sessão. Se os bancos se esvaziarem o necessário, o *government whip* [líder do governo], ou seja, o parlamentar indicado pelo gabinete para cuidar da disciplina partidária, faz um sinal para um irmão previamente escolhido para a tarefa. O irmão parlamentar se levanta e pede inocentemente ao *chairman* [presidente da Casa] que conte os presentes. A contagem se inicia e eis que se verifica que menos de quarenta parlamentares estão reunidos. O processo é encerrado. A proposta impopular é *rejeitada*

sem que os partidos governistas e oposicionistas fiquem na incômoda e comprometedora posição de ter de rejeitá-la.

Na sessão de ontem, o *count out* foi conduzido de modo muito interessante. Lorde R. *Montagu* havia anunciado para esse dia uma proposta para a comunicação de novos documentos diplomáticos sobre *a intervenção no México*. Iniciou seu discurso com as seguintes palavras:

> No sábado passado, o último Livro Azul sobre o México foi apresentado a esta Casa, portanto ela já deve ter condição de debater a questão mexicana. Eu sei que os governistas e os oposicionistas combinaram de pedir contagem de quórum para a minha proposta. Eu espero, pelo senso de dever desta Casa, que não se tolerará tal manobra em um assunto tão importante.

Mas lorde R. Montagu não fez as contas. Depois de ele próprio ter discursado, *Layard* respondeu em nome do governo; *Fitzgerald* conversou com alguns colegas em nome dos *tories*; *Kinglake* (um parlamentar liberal) levantou-se. O *preâmbulo* de seu discurso terminou com as seguintes palavras:

> Todo o conjunto das negociações, revelado pelos documentos apresentados, oferece um exemplo ilustrativo do modo como o governo francês se aproveita dos vínculos com esta nação para manter o trono imperial.
> Para o governo francês é de vital importância desviar a atenção do povo dos assuntos internos, que mostram seu envolvimento em grandes empreendimentos no exterior e, o que é ainda mais relevante, para o governo mostrar que o faz com o respaldo de uma das grandes potências respeitáveis.

Mal *Kinglake* terminou de pronunciar essas palavras, um "*honorável*" membro do Parlamento propôs que a Casa fosse "*contada*". E quem diria! A Casa se desmanchara a somente 33 membros. A proposta de lorde *Montagu* foi fulminada pelo *count out* contra o qual protestara na abertura do debate.

Afora o discurso interrompido de Kinglake, somente lorde Montagu tinha um interesse concreto. O discurso do lorde R. Montagu trazia uma discussão importante sobre os fatos:

> Sir Charles Wyke assinou um tratado com o México. Por servilismo a Luís Bonaparte, esse tratado não foi ratificado por lorde John Russell. Sir Charles Wyke assinou o referido tratado depois que a França, graças a sua ligação com Almonte, o líder do partido reacionário, tomou um caminho que revogava as disposições conjuntas entre Inglaterra, França e Espanha. O próprio lorde John Russell declarou em um despacho oficial que esse tratado satisfaz todas as legítimas demandas da Inglaterra. Em sua correspondência com Thouvenel, no entanto, ele prometeu, conforme o desejo de Bonaparte, *não* ratificar o tratado por ora. Ele permitiu que Thouvenel comunicasse essa decisão ao *corps legislatif* [assembleia legislativa]. Sim, lorde Russell se rebaixou a ponto de prometer a Thouvenel que interromperia toda comunicação com sir Charles Wyke até 1º de julho de 1862 – prazo que daria tempo a Thouvenel para responder. Thouvenel respondeu que Bonaparte não contestava o direito da Inglaterra de negociar isoladamente, mas desaprovava o tratado anglo-americano concluído por sir Charles Wyke. Em seguida, Russell ordenou a Wyke que suspendesse a ratificação do tratado.

A Inglaterra, continuou Montagu, usou de sua influência para fazer cumprir as reivindicações fraudulentas sobre o Tesouro mexicano, as quais *Morny* e "*talvez pessoas do mais alto escalão* na França" adquiriram por intermédio de *Jecker*, o vigarista suíço da Bolsa.

> Toda a negociação com o México – ele continuou – foi iniciada sem o conhecimento prévio do Parlamento. A primeira guerra extraparlamentar foi travada em 1857. Palmerston escusou-se do fato, alegando que a guerra fora travada na Ásia. O mesmo argumento está sendo aplicado agora à América do Norte. E acabará sendo aplicado à Europa. O regime parlamentar torna-se assim pura farsa, pois ao perder o controle sobre suas guerras, o Parlamento perde o controle sobre sua carteira.

Lorde *Montagu* concluiu: "Acuso o governo de nos ter aliado ao assassino da liberdade na França, de permitir que esse aventureiro inescrupuloso instale o despotismo em terra estrangeira. Ele

associou nosso destino ao de uma pessoa que desperta a repulsa das pessoas e a vingança dos céus".

---

[a] Traduzido de "Eine unterdrückte Debatte über Mexiko und die Allianz mit Frankreich", em *Karl Marx-Friedrich Engels Werke*, v. 15 (Berlim, Dietz Verlag, 1980), p. 521-3.

45. Karl Marx
Para a crítica da situação na América[a]

[Die Presse, n. 218, 9 de agosto de 1862]
Londres, 4 de agosto de 1862

A crise que domina atualmente os Estados Unidos deve-se a duas razões específicas: uma militar e outra política.

Se a última campanha tivesse sido conduzida conforme *um* plano estratégico, o exército principal do Oeste teria aproveitado as vitórias no Kentucky e no Tennessee para penetrar pelo Norte do Alabama até a Geórgia e tomar o controle dos centros ferroviários de Decatur, Milledgeville etc., como explicamos anteriormente nesta coluna. Desse modo, a ligação entre os exércitos secessionistas do Leste e do Oeste teria sido cortada e o apoio mútuo se tornaria impossível. Ao invés disso, o exército do Kentucky desceu o Mississippi na direção de New Orleans e a vitória nos arredores de Memphis não teve outro resultado a não ser despachar a maioria das tropas de Beauregard para Richmond, de maneira que os confederados, com um efetivo maior e em posição superior, enfrentaram McClellan, que não se aproveitou da derrota das tropas inimigas em Yorktown e Williamsburg e, além disso, dividiu suas forças. O comando militar de McClellan, descrito anteriormente, por si só foi suficiente para assegurar a ruína do exército mais numeroso

e mais disciplinado. E, ainda, o ministro da Guerra, Stanton, cometeu um erro imperdoável. Com o intuito de impressionar no exterior, ele suspendeu o recrutamento após a conquista do Tennessee, condenando o exército a um enfraquecimento progressivo, logo quando mais necessitava de reforços para uma ofensiva rápida e decisiva. Apesar dos erros estratégicos e do comando militar de McClellan, a guerra, desde que recebesse um afluxo constante de recrutas, estava até então, se não decidida, ao menos próxima de um fim vitorioso. O passo em falso de Stanton foi tanto mais desastroso quanto o Sul, naquele momento, estava alistando todos os homens entre 18 e 35 anos, ou seja, apostando tudo numa cartada final. São esses homens treinados que têm dado a supremacia aos confederados em quase todos os lugares e lhes têm assegurado a iniciativa do ataque. Eles prenderam Halleck, expulsaram Curtis do Arkansas, bateram McClellan e, sob o comando de Stonewall Jackson, deram o sinal para os comboios de guerrilhas que estão penetrando pelo Ohio.

As causas militares da crise estão em parte interligadas às políticas. Foi a influência do Partido Democrata que elevou um incompetente como McClellan, um ex-apoiador de Breckinridge, a *commander in chief* de todas as forças militares do Norte. Foi a consideração temerosa dos desejos, vantagens e interesses dos porta-vozes dos *estados fronteiriços escravagistas* (*border slave states*) que se sobrepôs até agora aos princípios norteadores da Guerra Civil e, por assim dizer, a esvaziou. Os “leais” proprietários de escravos dos estados fronteiriços garantiram que as *fugitive slave laws* [leis dos escravos fugitivos][1] fossem mantidas e a simpatia dos negros pelo Norte fosse violentamente reprimida, de maneira que nenhum general ousasse levar uma companhia de negros a campo e, por fim, a escravidão, que era o calcanhar de

Aquiles do Sul, se tornasse uma couraça impenetrável. Graças aos escravos, que fazem todo o trabalho produtivo, todos os homens brancos do Sul estão aptos e saudáveis para ir para o campo de batalha!

Nesse momento em que aumentam as ações da Secessão, os porta-vozes dos estados fronteiriços elevam suas exigências. Entretanto, o apelo de Lincoln[2] mostra a eles, ameaçando-lhes com a inundação pela ala abolicionista, que a situação pode dar uma guinada revolucionária. Lincoln sabe o que a Europa não sabe, que não foi de maneira alguma a apatia ou o recuo ante a pressão da derrota que fizeram sua demanda de 300 mil recrutas ser recebida tão friamente. A Nova Inglaterra e o Noroeste, que forneciam o material principal do exército, estão decididos a impor ao governo uma guerra revolucionária e a inscrever "Abolição da Escravidão" como lema de batalha na bandeira estrelada. Lincoln hesita diante da *pressure from without* [pressão vinda de fora], mas sabe bem que é incapaz de resistir por muito tempo. Daí seu apelo aos estados fronteiriços para que renunciem voluntariamente ao instituto da escravidão, com compensações contratuais vantajosas. Ele sabe que foi apenas a persistência da escravidão nos estados fronteiriços que manteve intocável até agora a escravidão no Sul e impediu o Norte de aplicar seu remédio mais radical. Ele só se engana quando pensa que os "leais" proprietários de escravos serão convencidos por discursos benevolentes e argumentos racionais. Eles somente cederão à força.

Assistimos até aqui apenas ao primeiro ato da Guerra Civil – a guerra constitucional. O segundo ato, a guerra revolucionária, é iminente. Nesse ínterim, o Congresso agora suspenso decretou uma série de medidas importantes nas primeiras sessões, que gostaríamos de resumir aqui.

Com exceção da legislação financeira, o Congresso aprovou a *Homestead Bill* [Lei de Terras], que havia tempos era aguardada em vão pelas massas populares do Norte, segundo a qual uma parte das terras públicas é cedida gratuitamente aos colonos, nativos ou imigrantes, para cultivo[3]. Ela aboliu a escravidão na Columbia e na capital federal, com compensação monetária para os antigos proprietários de escravos[4]. A escravidão foi declarada "impossível para sempre" em todos os territórios dos Estados Unidos. O ato de admissão do novo estado da Virgínia Ocidental na União prevê a abolição progressiva da escravidão e declara que todas as crianças negras nascidas após 4 de julho de 1863 são livres. As condições da emancipação gradual foram emprestadas, em geral, da lei aprovada na Pensilvânia há setenta anos com o mesmo objetivo. Um quarto ato visa emancipar todos os escravos dos rebeldes, assim que caiam nas mãos do exército republicano. Outra lei, que está sendo aplicada pela primeira vez, estipula que os negros emancipados podem se alistar e ser enviados em campanha contra o Sul. A independência das repúblicas negras da Libéria e do Haiti[5] foi reconhecida e um tratado que visa à abolição do comércio de escravos foi finalmente celebrado com a Inglaterra.

Logo, seja qual for o destino da guerra, podemos afirmar com muita segurança que a escravidão negra não sobreviverá muito tempo à Guerra Civil.

---

[a] Traduzido de "Zur Kritik der Dinge in Amerika", em *Karl Marx-Friedrich Engels Werke*, v. 15 (Berlim, Dietz Verlag, 1980), p. 524-6.

[1] Ver "A Guerra Civil Norte-Americana", nota 15, p. 48.

[2] *Apelo de Lincoln:* carta do presidente Lincoln, datada de 12 de julho de 1862, aos representantes dos estados fronteiriços no Congresso dos Estados Unidos. Nela ele sugere que a libertação gradual dos escravos negros nos estados fronteiriços, mediante indenização

dos proprietários de escravos, deveria ser aplicada para pôr fim à guerra o mais rapidamente possível. (N. E. A)

[3] A *Homestead Bill*, aprovada em 20 de maio de 1862, foi um dos atos mais importantes do governo Lincoln. De acordo com essa lei, todo cidadão e toda pessoa que desejasse se tornar cidadã dos Estados Unidos poderia receber 160 acres (65 hectares) de terras públicas, mediante o pagamento de uma pequena taxa de US$ 10. Por US$ 1,25 por acre, a terra se tornava propriedade plena do agricultor, se começasse a cultivá-la nos cinco anos seguintes. A Homestead Bill, aprovada sob forte pressão popular, foi uma das medidas revolucionárias do governo de Lincoln para virar a guerra em favor do Norte. (N. E. A.)

[4] O distrito federal de Columbia compreende a capital federal dos Estados Unidos (Washington) e arredores, que funcionam como uma unidade administrativa autônoma. A abolição da escravidão na capital dos Estados Unidos era uma das principais exigências das forças abolicionistas na época da Guerra de Independência (1775-1783). Pela lei de 16 de abril de 1862, 3 mil negros foram libertados sob os termos da Lei de Compensação. Segundo essa lei, o governo se comprometia a pagar trezentos dólares ao proprietário por cada escravo libertado. (N. E. A.)

[5] *Libéria:* República da África Ocidental; foi fundada em 1847 pela Sociedade Americana de Colonização para receber negros libertos dos Estados Unidos. *Haiti:* um Estado formalmente independente na porção ocidental da ilha do Haiti; é uma República desde 1859. O estabelecimento de relações diplomáticas entre o governo dos Estados Unidos e as repúblicas negras da Libéria e do Haiti (junho de 1862), já reconhecidas por outras potências mundiais, foi uma vitória dos abolicionistas. Ao mesmo tempo, o reconhecimento diplomático da Libéria e do Haiti tinha como objetivo promover a emigração dos negros dos Estados Unidos para esses países. A criação de colônias para negros libertos fora dos Estados Unidos foi um dos pontos do programa de Lincoln contra o qual os representantes das alas revolucionárias abolicionistas protestaram. (N. E. A.)

46. Karl Marx
O protesto de Russell contra a grosseria americana. O encarecimento dos grãos – Sobre a situação na Itália[a]

[Die Presse, n. 233, 24 de agosto de 1862]
Londres, 20 de agosto de 1862

Lorde John Russell é conhecido entre os ingleses como o "*letter writer*" [escrevedor de cartas]. Em sua última carta ao senhor Stuart, ele protestou contra os insultos dos jornais norte-americanos à "Old England" [Velha Inglaterra]. *Et tu, Brute!*[1] É impossível falar com um inglês respeitável, olho no olho, que não fique surpreso com esse *tour de force*[2]! O jornalismo inglês, como se sabe, realizou feitos inigualáveis de 1789 a 1815, em seus raivosos ataques contra a nação francesa. E, no entanto, ano passado ele conseguiu superar essa tradição com sua "*malignant brutality*" [brutalidade maligna] contra os Estados Unidos! Alguns exemplos recentes serão suficientes.

"Prestamos", diz o *Times*, "todo o nosso apoio moral aos nossos descendentes" (os proprietários de escravos do Sul) "que lutam tão bravamente e com tanta persistência por sua liberdade contra uma raça mestiça de ladrões e opressores."

O *Evening Post*[3], de Nova York (órgão abolicionista), observa: “Será que esses escrevinhadores ingleses, esses descendentes de britânicos, dinamarqueses, saxões, celtas, normandos e holandeses são tão puro-sangue assim que todos os outros povos parecem mestiços em comparação a eles?”.

Logo após a publicação do trecho acima, o *Times* chamou o presidente Lincoln, em Garamond negrito, de “respeitável palhaço”, seus ministros de “bando de canalhas” e o Exército dos Estados Unidos de “exército cujos oficiais são vigaristas ianques e cujos soldados são bandidos alemães”. E lorde John Russell, não contente com os louros de suas cartas ao bispo de Durham e ao sir James Hudson em Turim[4], ainda ousa em sua carta a Stuart reclamar dos “insultos da imprensa norte-americana” à Inglaterra.

Contudo árvores não brotam no céu. Apesar da impertinência maldosa e do rancor acumulado, o governo da Inglaterra manterá a paz com os “vigaristas ianques” e limitará sua profunda simpatia pelos valorosos vendedores de sangue humano do Sul a frases de papel mata-borrão e a ações isoladas de contrabando, pois o encarecimento dos grãos não está para brincadeira, e qualquer conflito com os ianques acrescentaria a fome à falta de algodão.

A Inglaterra há muito deixou de viver de sua própria produção de grãos. Em 1857, 1858 e 1859, importou por volta de £ 66 milhões em grãos e farinha; e em 1860, 1861 e 1862 foram £ 118 milhões. No tocante à quantidade de cereais e farinha importados, foram 10.278.774 quartos em 1859, 14.484.976 quartos em 1860 e 16.094.914 quartos em 1861. Somente nos últimos cinco anos, a importação de cereais aumentou 50%.

A Inglaterra, na verdade, já importa metade de sua demanda de cereais do exterior. E é bastante provável que o próximo ano aumente pelo menos 30% essa importação, ou seja, 30% sobre o

preço de custo, uma vez que a safra abundante nos Estados Unidos impedirá que o preço dos cereais suba demais. A queda na safra de cereais prevista para este ano deverá ser de 1/4 a 1/5 da colheita média, como mostram os relatórios pormenorizados de todos os distritos agrícolas publicados recentemente por *Mark Lane Express*[5] e *The Gardeners Chronicle and Agricultural Gazette*. Se lorde Brougham declarou após o acordo de paz de 1815 que a Inglaterra, com uma dívida pública de 1 bilhão, dava à Europa uma recompensa por "*good behaviour*" [bom comportamento], a queda da safra de cereais deste ano nos Estados Unidos é a melhor garantia de que a Inglaterra "*will not break the Queen's peace*" [não perturbará a paz da Rainha].

Recebi uma carta de Gênova, de um dos melhores amigos de Garibaldi, da qual apresento aqui alguns trechos.

Entre outras coisas, diz:

> As últimas cartas de Garibaldi e de vários oficiais de seu acampamento chegaram ontem aqui (16 de agosto). Elas estão datadas de 12 de agosto. Todas respiram a decisão inabalável do general de manter o seu mote: "Roma ou morte!" e dão ordens permanentes nesse sentido a seus amigos. Por outro lado, ordens *positivas* foram enviadas ontem de Turim ao general Cugia para tomar as últimas medidas, ou seja, atacar com fuzis e baionetas os voluntários e prender Garibaldi e seus amigos, caso ele se recuse a entregar as armas em 24 horas. Se as tropas obedecerem, uma verdadeira catástrofe se avizinha. A decisão de tomar medidas extremas veio em razão de um telegrama de Paris que dizia: "O imperador não condescenderá em negociar com o governo italiano enquanto Garibaldi não for desarmado". Se Rattazzi amasse mais a sua pátria do que o próprio cargo, teria renunciado em favor de Ricasoli ou outro ministro menos impopular. Teria considerado que tomar partido de Luís Bonaparte contra a Itália, ao invés de tomar partido da Itália contra Bonaparte, é pôr em risco a monarquia a que ele diz servir. Se na Sicília o sangue italiano escorre pelas mãos de italianos, não é culpa de Garibaldi, pois seu grito de guerra é: "Viva o Exército italiano!". E o entusiasmo com o qual esse exército é recebido em toda a parte comprova a influência de Garibaldi. Se, no entanto, o exército derramar o sangue dos voluntários, quem ousa contar com a serena reação do povo?

[a] Traduzido de “Russells Protest gegen die amerikanische Grobheit – Kornteuerung – Zur Lage in Italien”, em *Karl Marx-Friedrich Engels Werke*, v. 15 (Berlim, Dietz Verlag, 1980), p. 527-9.

[1] “Até tu, Brutus!” (N. O.)

[2] Demonstração de força. (N. O.)

[3] *The Everting Post:* diário que circulou com esse nome em Nova York de 1891 a 1934. Ao final dos anos 1840 e início dos anos 1850, apoiou as demandas dos *free soilers* (defensores do solo livre); em 1856, tornou-se órgão do Partido Republicano; desde 1934, é publicado sob o nome *The Post*. (N. E. A.)

[4] Na carta ao bispo de Durham, datada de 4 de novembro de 1850, Russell, então primeiro-ministro, colocou-se hipocritamente como defensor do protestantismo contra as “ações usurpadoras” do papa Pio IX, que publicou um édito sobre a nomeação dos bispos e arcebispos católicos na Inglaterra. Na carta ao embaixador inglês em Turim, James Hudson, datada de 27 de outubro de 1860, o ministro das Relações Exteriores, Russell, aprovou, em oposição a Rússia, França, Áustria e Prússia, a anexação do Sul da Itália pelo Reino da Sardenha, assim como a atitude de Vítor Emanuel II, que se aproveitou do movimento revolucionário do povo italiano para alcançar seus objetivos dinásticos. Nessa carta, ele também afirmou que os povos têm o direito de depor seus governos a qualquer momento. Ao mesmo tempo, a declaração dirigida contra Napoleão III afetou diretamente a base do governo monárquico, ao qual Russell devia lealdade. (N. E. A.)

[5] *The Mark Lane Express and Agricultural Journal:* boletim semanal da bolsa de grãos, órgão da burguesia comercial, circulou com esse nome de 1832 a 1924 em Londres. (N. E. A.)

47. Karl Marx
Manifestações abolicionistas na América[a]

[Die Presse, n, 239, 30 de agosto de 1862]
Londres, 22 de agosto de 1862

Como observamos anteriormente nesta coluna, o presidente *Lincoln*, temeroso à lei, apegado à Constituição, cidadão nascido no estado fronteiriço escravagista do *Kentucky*, somente com muito esforço consegue escapar do controle dos "leais" proprietários de escravos e tenta evitar ao máximo qualquer rompimento claro com eles, mas, justamente por isso, entra em conflito com os partidos do Norte, que em princípio são mais consistentes e estão sendo cada vez mais empurrados ao primeiro plano pelas circunstâncias. O discurso de *Wendell Phillips*, em Abington, *Massachusetts*, por ocasião da celebração anual da emancipação dos escravos nas Índias Ocidentais inglesas, pode ser considerado o prólogo desse embate.

Wendell Phillips é, ao lado de *Garrison* e *G. Smith*, o líder dos abolicionistas da Nova Inglaterra. Durante trinta anos, proclamou ininterruptamente e sob risco da própria vida a emancipação dos escravos como lema de guerra, sendo igualmente implacável com as chacotas da imprensa, a ira dos arruaceiros pagos e as ideias moderadas dos amigos preocupados. Como um dos grandes oradores do Norte, que alia personalidade de ferro, energia vigorosa

e sentimento puro, é reconhecido até mesmo por seus oponentes. O *Times* de Londres – e o que poderia caracterizar de maneira tão marcante esse honorável jornal? – denunciou o discurso de Wendell Phillips em Abington, em sua edição de hoje, ao governo de Washington. Ele teria "abusado" da liberdade de expressão. Diz o *Times*:

> É impossível imaginar algo mais violentamente excessivo. Jamais, em tempos de guerra civil, algo tão temerário foi dito em outro país por um homem que estivesse em seu perfeito juízo e valorizasse minimamente sua vida ou sua liberdade. Ao ler o discurso, não se pode escapar da conclusão de que o objetivo do orador era obrigar o governo a persegui-lo.

E o *Times*, apesar ou talvez por causa de seu ódio contra o governo da União, parece que não se furtará a assumir o papel de promotor público do caso!

O discurso de Wendell Phillips em Abington é, na atual situação, mais importante do que um boletim de guerra. Portanto, vamos resumir aqui as passagens mais impactantes. Diz entre outras coisas:

> O governo luta para manter a escravidão e por isso luta em vão. Lincoln está travando uma guerra política. Até hoje, ele teme mais o Kentucky do que todo o Norte. Ele confia no Sul. Os negros nos campos de batalha do Sul, quando perguntados se tinham medo da chuva de balas de canhão e bombas que rasgam a terra e destroem as árvores, responderam: "Não, Massa[1], sabemos que não são contra nós!". Os rebeldes poderiam dizer a mesma coisa das bombas de McClellan. Eles sabem que não são para machucá-los. Não digo que McClellan seja um traidor, mas afirmo que, se fosse um traidor, teria de agir exatamente como agiu. Não se tema por Richmond, McClellan não a tomará. Se a guerra for conduzida desse modo, sem objetivo racional, será um desperdício inútil de sangue e ouro. Seria preferível que o Sul fosse independente a pôr em risco uma única vida humana que seja em nome de uma guerra baseada na repugnante política atual. Para prosseguir a guerra tal como é tocada hoje, são necessários 125 mil homens por ano e 1 milhão de dólares por dia. Contudo, não vamos conseguir nos livrar do Sul. Como disse Jefferson a propósito da escravidão: "Os

estados do Sul têm o lobo pelas orelhas, mas não podem nem segurá-lo nem deixá-lo ir". Nós temos o Sul pelas orelhas e não podemos nem segurá-lo nem deixá-lo ir. Se o reconhecermos amanhã, não teremos paz. O Sul viveu oitenta anos conosco, teve medo de nós todo esse tempo, odiou-nos metade desse tempo, perturbou-nos e aproveitou-se de nós permanentemente. Inflado pela aceitação de suas exigências atuais, o Sul não ficaria um ano dentro de linhas fronteiriças imaginárias. Não! No instante em que falássemos em termos de paz, ele gritaria vitória! Nunca teremos paz enquanto não erradicarmos a escravidão. Enquanto a tartaruga estiver à frente do nosso governo, o buraco que abrimos com uma mão tapamos com a outra. Deixemos que a nação obedeça às resoluções da Câmara de Comércio de Nova York e o Exército terá algo por que vale a pena lutar. Se Jefferson Davis tivesse o poder, ele não tomaria Washington. Ele sabe que a bomba que cairia nesta Sodoma despertaria toda a nação.

Lord All the North esbraveja a uma voz: "Abaixo a escravidão! Abaixo tudo que impede a salvação da República!". Jefferson Davis está plenamente satisfeito com seus êxitos. São maiores do que ele previra, muito maiores! Se puder continuar dessa forma até 4 de março de 1863, a Inglaterra, e isso já é esperado, reconhecerá a Confederação do Sul [...] O presidente não sancionou a lei de confiscos. Pode ser que ele seja honesto, mas o que isso tem a ver com a sua honestidade? Ele não tem nem discernimento nem cautela. Quando fui a Washington, certifiquei-me de que Lincoln havia redigido a proclamação da emancipação geral dos escravos três meses atrás e que McClellan o fez recuar da decisão; e que os representantes do Kentucky o fizeram manter McClellan, em quem ele não confia. Lincoln levará anos para aprender a combinar seus escrúpulos jurídicos com as demandas de uma guerra civil. Essa é a terrível condição de um governo democrático e seu mal maior.

Na França cem homens convencidos de sua boa causa levariam toda a nação com eles; mas para que nosso governo dê um passo, 19 milhões têm de se mover primeiro. E quantos desses milhões não ouviram anos a fio que a escravidão é uma instituição criada por Deus! Com esses preconceitos que paralisam mãos e coração, pedem ao presidente que os salve dos negros! Se essa teoria estiver correta, somente o despotismo escravocrata pode dar uma paz temporária [...]. Conheço Lincoln. Pude avaliá-lo em Washington. Ele é um "*first-rate second-rate man*" [de uma mediocridade de primeira categoria]. Ele espera sinceramente, como uma vassoura encostada, que a nação o pegará na mão e com ele varrerá a escravidão [...] Em anos passados, não muito longe desta tribuna da qual eu falo, os *whigs* dispararam morteiros para calar a minha voz, e qual foi o resultado?

Os filhos desses *whigs* estão cavando a própria sepultura nos pântanos de Chickahominy[2]. Dissolva-se essa união em nome de Deus e coloque-se outra em seu lugar, em cuja pedra fundamental esteja escrito: "Igualdade política para todos os cidadãos do mundo" [...] Durante a minha estadia em Chicago, perguntei aos juristas de Illinois que trabalharam com Lincoln que tipo de homem ele era. Ele era capaz de dizer não? A resposta foi: "Falta-lhe coragem". Se os americanos queriam eleger um homem

absolutamente incapaz de liderança, de iniciativa, eles deveriam escolher Abraham Lincoln. Jamais alguém o ouviu dizer um não! Perguntei: “McClellan é um homem capaz de dizer não?”. O diretor da Estação Ferroviária Central de Chicago, da qual McClellan foi empregado, respondeu-me: “Ele é incapaz de decidir. Faça-lhe uma pergunta e ele demorará uma hora para voltar com a resposta”. Enquanto cuidou da administração da Estação Ferroviária Central, ele jamais conseguiu resolver uma questão controversa.

E são esses dois homens que têm hoje, mais do que todos os outros, o destino da República do Norte em suas mãos! Homens mais familiarizados com a situação do Exército asseguram que Richmond poderia ter sido tomada umas cinco vezes, se o preguiçoso que comanda o exército do Potomac o tivesse permitido; mas ele preferiu cavar trincheiras nos pântanos de Chickahominy e depois abandonar vergonhosamente a localidade e as suas paredes de lama. Lincoln, por um temor covarde dos estados fronteiriços escravagistas, mantém esse homem em seu posto atual; mas há de chegar o dia em que Lincoln terá de admitir que jamais confiou em McClellan [...] Esperemos que a guerra dure o suficiente para nos transformarmos em homens, então venceremos rapidamente. Deus colocou em nossas mãos o raio da emancipação para que possamos esmagar esta rebelião [...].

---

[a] Traduzido de “Abolitionistische Kundgebungen in Amerika”, em *Karl Marx-Friedrich Engels Werke*, v. 15 (Berlim, Dietz Verlag, 1980), p. 530-3.

[1] Senhor [do francês “monsieur”]. (N. O.)

[2] A Batalha de Richmond, que ocorreu nas margens pantanosas do rio Chickahominy, durou sete dias (de 25 de junho a 1º de julho de 1862) e terminou com a retirada das tropas do exército do Norte sob o comando de McClellan. (N. E. A.)

48. Karl Marx
Sobre os acontecimentos na América do Norte[a]

[Die Presse, n. 281, 12 de outubro de 1862]
Londres, 7 de outubro de 1862

A curta campanha em Maryland[1] selou o destino da Guerra Civil Americana, porém a sorte da guerra ainda pode oscilar por um período mais ou menos longo para um lado ou outro das partes beligerantes. Tratamos anteriormente nesta coluna que a luta pelo controle dos estados fronteiriços escravagistas é a luta pelo domínio da União, e a Confederação se encontrava em desvantagem nesse embate, o qual ela tem travado somente em circunstâncias favoráveis, e estas não são as mais recorrentes.

Maryland era considerada com razão a cabeça, e o Kentucky o braço do partido dos proprietários de escravos nos estados fronteiriços. A capital de Maryland, Baltimore, somente se manteve "leal" sob lei marcial. Era um dogma, não apenas do Sul, mas também do Norte, que a aparição dos confederados em Maryland daria o sinal para um levante popular contra os "satélites de Lincoln". Não seria apenas um sucesso militar, mas uma demonstração moral que seria capaz de eletrizar os elementos sulistas em todos os estados fronteiriços e puxá-los à força para o seu vórtice.

Com Maryland, Washington cairia, a Filadélfia ficaria ameaçada e Nova York não estaria mais em segurança. A incursão simultânea no Kentucky[2], o estado fronteiriço mais importante em população, localização e recursos econômicos, é – se considerada isoladamente – mero diversionismo. Com o apoio de vitórias decisivas em Maryland, o partido unionista no Tennessee seria esmagado, o Missouri sobrepujado, Arkansas e Texas assegurados, New Orleans ameaçada e, sobretudo, a guerra seria empurrada para Ohio, o estado central dos nortistas, cuja posse é fulcral para o Norte, assim como a Geórgia é para o Sul. Um exército confederado em Ohio isolaria o oeste do leste dos estados do Norte e traria o inimigo para combate em seu próprio centro. Após o fiasco do exército principal dos rebeldes em Maryland, a incursão no Kentucky, que avançou com pouca energia e não encontrou simpatia popular em lugar nenhum, minguou até se reduzir a uma insignificante marcha guerrilheira. Mesmo a tomada de Louisville agora somente uniria os "gigantes do Oeste"[3], as multidões de Iowa, Illinois, Indiana e Ohio em uma "avalanche" semelhante à que atingiu o Sul na primeira campanha gloriosa do Kentucky.

Assim, a campanha de Maryland provou que falta potência às ondas de secessão para atravessar o Potomac e chegar ao Ohio. O Sul está limitado à defensiva, mas a possibilidade de sucesso está *apenas na ofensiva*. Privado dos estados fronteiriços, espremido entre o Mississippi a oeste e o oceano Atlântico a leste, o Sul nada conquistou – a não ser uma sepultura.

É importante não nos esquecermos nem por um instante que os sulistas eram donos dos estados fronteiriços, governavam politicamente, quando hastearam a bandeira da rebelião. O que eles queriam eram os territórios. Com os territórios, eles perderam também os estados fronteiriços.

E, no entanto, a incursão em Maryland foi empreendida sob as condições o mais favoráveis possível. Uma série vergonhosa de derrotas ultrajantes do lado do Norte; a desmoralização do exército da Federação; “Stonewall” Jackson como o herói do dia; Lincoln e seu governo ridicularizados; o Partido Democrata recuperando a sua força no Norte e já contando com a presidência de Jefferson Davis; França e Inglaterra prestes a proclamar em voz alta a legitimidade internamente reconhecida dos proprietários de escravos! “*E pur si muove.*”[4] A razão, todavia, vence na história mundial.

Ainda mais importante que a campanha em Maryland é a proclamação de Lincoln. A figura de Lincoln é *sui generis*[5] nos anais da história. Nenhuma iniciativa, nenhuma motivação idealista, nenhum coturno, nenhum ornamento histórico. Ele consegue os feitos mais significativos sempre da maneira mais insignificante possível. Outros, quando se trata de metros quadrados de terra, proclamam uma “luta por um ideal”. Lincoln, quando se trata de ideais, proclama seus “metros quadrados”. Hesitante, relutante, contrariado, canta a ária de bravura de seu próprio papel como se pedisse perdão pelas circunstâncias que o obrigaram a “ser um leão”. Os decretos mais terríveis e historicamente extraordinários que lança contra o inimigo parecem e se esforçam por parecer peças cotidianas que um advogado entrega ao advogado da parte contrária, chicanas, *actiones juris*[6] tacanhas. Desse mesmo caráter é sua proclamação mais recente, o documento mais importante da história americana desde a fundação da União, seu manifesto pela abolição da escravidão[7], a demolição da velha Constituição americana. Não há tarefa mais fácil do que apontar os elementos esteticamente desagradáveis, logicamente inadequados, formalmente burlescos e politicamente contraditórios das principais ações de Lincoln como homem de Estado, como fazem os píndaros ingleses da escravidão,

Times, *Saturday Review* e *tutti quanti*[8]. E, não obstante, Lincoln ocupará imediatamente seu lugar ao lado de Washington na história dos Estados Unidos e da humanidade! E não é que hoje em dia, enquanto o insignificante se pavoneia melodramaticamente deste lado do Atlântico, o significante, de maneira completamente irrelevante, caminha por aí no Novo Mundo vestido com roupas do cotidiano?

Lincoln não nasceu de uma revolução popular. O jogo do sufrágio universal, inconsciente dos grandes destinos que lhe foram reservados, colocou-o no topo, um plebeu que foi de quebrador de pedra a senador por Illinois, sem brilho intelectual, sem grandeza particular de caráter, sem importância excepcional – uma natureza média da boa vontade. O Novo Mundo nunca alcançou vitória tão grande, provando que, com sua organização política e social, a natureza média da boa vontade é suficiente para fazer o que no Velho Mundo necessitaria de heróis!

Hegel já observou que a comédia está acima da tragédia, assim como o humor da razão está acima do seu páthos[9]. Lincoln não possui o páthos da ação histórica, mas como figura do povo possui humor. Em que momento proclama que a escravidão na Confederação será abolida a partir de 1º de janeiro de 1863? No mesmo momento em que a Confederação, como estado independente, decide discutir no Congresso de Richmond um “acordo de paz”. Ao mesmo tempo que os proprietários de escravos dos estados fronteiriços acreditavam que “*the peculiar institution*” [a instituição peculiar] estava tão garantida pela invasão sulista do Kentucky quanto o domínio sobre o seu compatriota, o presidente Abraham Lincoln, em Washington.

[a] Traduzido de “Zu den Ereignissen in Nordamerika”, em *Karl Marx-Friedrich Engels Werke*, v. 15 (Berlim, Dietz Verlag, 1980), p. 551-3.

[1] *A curta campanha em Maryland:* iniciada pelos confederados no estado de Maryland em 4 de setembro de 1862, terminou em 17 de setembro com a derrota deles nos arredores do rio Antietam. (N. E. A.)

[2] As tropas confederadas, que em 12 de setembro de 1862 invadiram o Kentucky, foram derrotadas em 8 de outubro na Batalha de Perryville. (N. E. A.)

[3] *“Gigantes do Oeste”:* Marx chamava dessa forma a população rural dos estados ocidentais dos Estados Unidos; no século XIX, eles próprios se definiam como o “Grande Oeste”; durante a Guerra Civil, tiveram um papel decisivo na luta contra a escravidão. (N. E. A.)

[4] E, no entanto, ela se move. (N. O.)

[5] Peculiar. (N. O.)

[6] Direito de ação. (N. O.)

[7] *A proclamação de Lincoln sobre a libertação dos escravos negros* de 22 de setembro de 1862 declarava livres, a partir de 1º de janeiro de 1863, os escravos negros dos estados que ainda estavam em insurreição contra a União. Ao mesmo tempo, aos negros era concedido o direito de servir no Exército e na Marinha. Com a libertação dos negros, o caráter da guerra começou a mudar e se tornou uma luta revolucionária. Sem distribuir terras e mantendo o domínio dos grandes latifundiários no Sul, a proclamação de Lincoln não podia libertar os negros da perversa exploração dos ex-proprietários de escravos e da bárbara discriminação racial. (N. E. A.)

[8] Todos os outros. (N. O.)

[9] Marx claramente tem em mente um pensamento expresso por Hegel em seus *Cursos de estética*, livro III, seção A, “O princípio da tragédia, da comédia e do drama” [ed. bras.: Georg Wilhelm Friedrich Hegel, *Curso de estética*, v. 4, trad. Marco Aurélio Werle e Oliver Tolle, São Paulo, Edusp, 2004, p. 234-5]. (N. E. A.)

49. Karl Marx
Sobre a situação na América do Norte[a]

[Die Presse, n. 309, 10 de novembro de 1862]
Londres, 4 de novembro de 1862

O general Bragg, comandante do exército do Sul no Kentucky – as outras forças armadas do Sul presentes no estado limitam-se a bandos de guerrilha – expediu uma proclamação sobre a sua invasão neste estado fronteiriço que lança uma importante luz sobre as últimas movimentações articuladas no xadrez da Confederação. A proclamação de Bragg, endereçada aos estados do Noroeste, presume consumado o seu sucesso no Kentucky e aparentemente é calculada a partir da eventualidade de um avanço vitorioso no Ohio, estado central do Norte. Ele declara, em primeiro lugar, a disposição da Confederação de garantir a livre navegação nos rios Mississippi e Ohio. Essa garantia só faz sentido se os proprietários de escravos estiverem no controle dos estados fronteiriços. Pressupunha-se em Richmond[1], portanto, que as incursões simultâneas de Lee em Maryland e a de Bragg no Kentucky lhes dariam o controle dos estados fronteiriços de um só golpe. Bragg continua assim a provar a legitimidade do Sul, que luta por sua independência, mas também quer a paz; no entanto, o ponto principal da proclamação é a proposta de uma separação pacífica dos estados do Noroeste, um

convite para que eles se separem da União e se juntem à Confederação, na medida em que os interesses econômicos dos estados do Noroeste e do Sul são complementares, enquanto os do Noroeste e do Nordeste são hostis. Como se pode ver, o Sul estava certo de que teria o controle dos estados fronteiriços quando anunciou oficialmente o objetivo seguinte de reconstruir a União, com a exclusão dos estados da Nova Inglaterra.

Como em Maryland, porém, a invasão do Kentucky fracassou: assim como ocorreu com o primeiro na Batalha de Antietam Creek, aconteceu também com o último na Batalha de Perryville, nos arredores de Louisville. Como lá, os confederados estavam na ofensiva, atacando a vanguarda do exército de Buell. A vitória dos federalistas deveu-se ao comandante da vanguarda, o general McCook, que resistiu às forças inimigas, que eram francamente superiores, até que Buell tivesse tempo para dirigir sua tropa principal para o campo de batalha. Não resta a menor dúvida de que a derrota em Perryville terá como resultado a evacuação do Kentucky. Ao mesmo tempo, o bando de guerrilha mais expressivo, formado pelos partidários mais fanáticos do sistema escravagista no Kentucky e liderado pelo general Morgan, foi praticamente dizimado em Frankfort (entre Louisville e Lexington). Por fim, houve a vitória decisiva em Rosecrans, nas imediações de Corinth, que exigiu do exército invasor derrotado, sob o comando do general Bragg, uma retirada rápida.

Assim, a campanha dos confederados para retomar os estados fronteiriços escravagistas, empreendida em grande escala, com habilidade militar e sob condições econômicas favoráveis, foi um completo fracasso. Para além dos resultados militares imediatos, essas batalhas contribuem de outro modo para o obstáculo principal. O domínio dos atuais estados escravagistas sobre os estados

fronteiriços envolve, naturalmente, o elemento escravagista nestes últimos, o mesmo elemento que impõe ao governo da União considerações diplomáticas e constitucionais em sua luta contra a escravidão. Entretanto, esse elemento foi praticamente aniquilado no palco principal da guerra civil, os estados fronteiriços, pela própria guerra civil. Grande parte dos proprietários de escravos migraram para o Sul com seu "*black chattel*" [gado negro] para manter sua propriedade em segurança. A cada derrota dos confederados, essa migração aumenta em escala.

Um de meus amigos, um oficial alemão[2] que lutou no Missouri, no Arkansas, no Kentucky e no Tennessee sob as estrelas e as listras, escreveu-me que essa migração lembra o êxodo da Irlanda em 1847 e 1848[3]. Além disso, a parcela ativa dos escravocratas, de um lado, os jovens e, de outro, os chefes políticos e militares, cindiu-se da maioria de sua classe, ou formando bandos de guerrilha em seus próprios estados e sendo dizimados, ou abandonando a terra natal e juntando-se ao Exército ou à administração da Confederação. Resultado: de um lado, uma enorme redução do elemento escravagista nos estados fronteiriços, onde sempre se teve de lutar contra as "*encroachments*" [invasões] da mão de obra livre; de outro, o desaparecimento da parcela ativa dos escravagistas e seu séquito branco. Restou somente um punhado de escravagistas "moderados" que logo avançarão com voracidade sobre a indecente compensação financeira oferecida por Washington em troca de seu "*black chattel*", cujo valor se perderá fatalmente quando o mercado sulista for fechado para o comércio de escravos. Em suma, a própria guerra traz uma solução pela revolução de fato na forma social dos estados fronteiriços.

Para o Sul, a estação mais favorável para a guerra terminou; para o Norte, começa agora, quando os rios voltam a ser navegáveis

e a combinação de guerra terrestre e naval, que já se provou bem-sucedida, pode ser empregada novamente. O Norte aproveitou avidamente esse intervalo. As “embarcações encouraçadas” para os rios no Oeste, dez no total, estão próximas da conclusão; e o mesmo para o dobro de embarcações semiencouraçadas para as águas rasas. No Leste, muitos navios blindados novos já deixaram os estaleiros, enquanto outros ainda estão sob o martelo. Todos estarão prontos até 1º de janeiro de 1863. Ericsson, o inventor e construtor do Monitor, está conduzindo a construção de mais nove navios novos, baseados no mesmo modelo. Quatro deles já estão “nadando”.

O exército no Potomac, no Tennessee e na Virgínia, e também em diferentes pontos do Sul, como Norfolk, New Bern, Port Royal, Pensacola e New Orleans, recebe novos ingressantes todos os dias. O primeiro contingente de 300 mil homens, anunciado por Lincoln em julho, foi completamente apresentado, e uma parte já se encontra no teatro de guerra. O segundo contingente de 300 mil homens vem se formando gradualmente há nove meses. Em alguns estados, o alistamento compulsório foi abolido em favor do voluntário e nenhum deles encontrou grandes dificuldades. A ignorância e o ódio marcaram o recrutamento como um acontecimento inédito na história dos Estados Unidos. Nada poderia ser mais equivocado. Durante a Guerra de Independência e a Segunda Guerra contra a Inglaterra (1812-1815), um grande número de homens foi recrutado, inclusive em várias pequenas guerras contra os indígenas, sem que isso gerasse uma oposição significativa.

É um fato curioso que, no decorrer deste ano, a Europa forneceu um contingente de emigração de cerca de 100 mil almas aos Estados Unidos, e a metade desses emigrantes seja de irlandeses e britânicos. No recente congresso da Association for the Advancement

of Science[4], em Cambridge, o economista Merivale teve de lembrar aos seus compatriotas que o *Times*, o *Saturday Review*, o *Morning Post* e o *Morning Herald*, para não falar dos *minorum gentium*[5], esqueceram-se completamente ou querem fazer a Inglaterra esquecer-se do fato de que a maioria da sobrepopulação inglesa encontrou uma nova pátria nos Estados Unidos.

---

[a] Traduzido de “Zur Lage in Nordamerika”, em *Karl Marx-Friedrich Engels Werke*, v. 15 (Berlim, Dietz Verlag, 1980), p. 558-61.

[1] Capital dos estados confederados. (N. T.)

[2] Joseph Weydemeyer. (N. O.)

[3] Referência à grande fome que ocorreu no país, em razão da escassez de batatas. (N. T.)

[4] Associação para o Avanço da Ciência. (N. O.)

[5] Subdeuses; aqui: de menor importância. (N. O.)

50. Karl Marx
Sintomas de desintegração na Confederação sulista[a]

[Die Presse, n. 313, 14 de novembro de 1862]
Londres, 7 de novembro de 1862

A imprensa inglesa é mais sulista que o próprio Sul. Enquanto no Norte ela vê tudo escuro, na terra dos "*nigger*" [negros] ela vê tudo branco; nos próprios estados escravagistas, ninguém se deixa enganar pela "euforia da vitória" celebrada pelo *Times*.

A imprensa sulista protestou unanimemente contra a derrota de Corinth e acusou os generais Price e Van Dorn de "inépcia e arrogância"[1]. O *Mobile Advertiser* menciona um regimento, o 42º do Alabama, que entrou em ação na sexta-feira com 530 homens fortes, no sábado com 300 homens e, no domingo à noite, com 10. O restante fora morto, preso, ferido ou perdido pelo caminho. Os jornais da Virgínia falam em linguagem similar.

"Está claro", diz o *Richmond Whig*, "que o objetivo imediato da nossa campanha no Mississippi fracassou." "É de se temer", continua o *Richmond Enquirer*, "que o resultado dessa batalha tenha uma influência devastadora sobre a nossa campanha no Oeste."

Essa premonição se realizou, como mostram a retirada do Kentucky por Bragg e a derrota dos confederados em Nashville

(Tennessee).

Das mesmas fontes, os jornais da Virgínia, da Geórgia e do Alabama, obtemos informações interessantes sobre o conflito entre o governo central em Richmond e os governos dos estados escravagistas. O motivo foi a última lei de recrutamento, na qual o Congresso estende o serviço militar obrigatório para muito além da idade habitual. Na Geórgia, um tal Levingood foi recrutado por essa lei e, por ter se recusado, foi preso por um agente da Confederação, J. P. Bruce. Levingood recorreu à mais alta corte do condado de Elbert (Geórgia), que ordenou que o detido fosse imediatamente libertado. Na extensa justificação da sentença, consta, entre outras coisas:

> No preâmbulo da Constituição da Confederação foi cuidadosa e expressamente enfatizado que as unidades estatais são soberanas e independentes. Em que sentido se pode dizer isso na Geórgia, quando qualquer militar pode ser retirado à força da tutela de seu comandante? Se o Congresso em Richmond pode aprovar uma lei de conscrição com exceções, o que o impede de aprovar uma sem exceções e assim alistar o governador, os membros do Legislativo e do Judiciário e, com isso, pôr fim a todo governo central? [...] Por esse e outros motivos, fica ordenado e sentenciado que o ato de conscrição do Congresso é nulo de pleno direito e não tem qualquer validade jurídica [...].

Assim, o estado da Geórgia revogou a conscrição dentro de suas fronteiras, e o governo da Confederação não ousou revogar a revogação.

Na Virgínia, houve rusgas semelhantes entre o “estado especial” e a “União dos estados especiais”. A razão da querela foi a resistência do governo local de conceder o direito aos agentes do senhor Jefferson Davis de alistar os homens das milícias da Virgínia e incorporá-los ao exército da Confederação. Nessa ocasião, houve uma acalorada troca de cartas entre o ministro da Guerra e o

general J. B. Floyd, um sujeito infame que, sob o mandato de Buchanan como ministro da Guerra da União, se preparou para a secessão e "secionou" parte considerável do Tesouro do Estado para os seus cofres privados. Conhecido no Norte como "Floyd, the thief" [Floyd, o ladrão], esse notório líder da Secessão aparece agora como o defensor dos direitos da Virgínia contra a Confederação. O *Richmond Examiner* observa, entre outras coisas, a propósito da correspondência entre Floyd e o atual ministro da Guerra:

> A correspondência inteira é uma boa ilustração da resistência e da hostilidade que nosso estado [Virgínia] e seu exército sofreram da parte da Confederação em Richmond. A Virgínia foi atormentada com infindáveis imposições. Mas tudo tem limite, e a paciência do estado não tolerará mais a repetição de injustiças [...] A Virgínia entregou quase todas as armas, munições e suprimentos de guerra que permitiram a vitória nas batalhas de Bethel e Manassas. Cedeu às forças confederadas, de suas próprias armarias e arsenais, 73 mil rifles e mosquetes, 233 artigos de artilharia e uma estupenda fábrica de armas. Suas unidades foram levadas quase à completa exaustão a serviço da Confederação; ela teve de rechaçar o inimigo de sua fronteira ocidental por sua própria iniciativa; e não é revoltante que agora as criaturas do governo da Confederação ousem jogar seu jogo com ela?

No Texas, da mesma maneira, as repetidas remoções de sua população masculina adulta para o Leste despertou o repúdio à Confederação. Em 30 de setembro, o senhor Oldham, representante do Texas, protestou no Parlamento em Richmond:

> Na Expedição dos Gansos Selvagens, de Sibley, 3.500 homens das tropas principais do Texas foram enviados para morrer nas planícies áridas do Novo México. O resultado foi atrair o inimigo para as nossas fronteiras, que ele cruzará no inverno. As melhores tropas do Texas foram levadas para o Leste do Mississippi, removidas para a Virgínia, usadas nos locais mais perigosos, onde foram dizimadas. Três quartos de cada regimento do Texas descansam em sepulturas ou tiveram de pedir baixa por motivo de enfermidade. Se esse governo continuar a agir dessa maneira com as unidades de combate do Texas para manter esses regimentos com seu efetivo habitual, o Texas estará arruinado,

> irreversivelmente arruinado. Isso é errado e impolítico. Meus constituintes têm família, bens e pátria para defender. Em seu nome, protesto contra a remoção de homens do Oeste do Mississippi para o Leste e a consequente exposição do nosso próprio estado às invasões do inimigo do Norte, do Sul, do Leste e do Oeste.

Pode-se ver duas coisas pelas citações tiradas dos próprios jornais sulistas. Os violentos esforços do governo confederado para preencher as fileiras do exército extrapolaram todos os limites. As fontes militares estão se esgotando. Em segundo lugar, e mais decisivo, a doutrina dos "*state rights*" (da soberania dos estados confederados), com a qual os usurpadores de Richmond marcaram constitucionalmente a Secessão, começa já a se voltar contra eles mesmos. O senhor Jefferson Davis não teve mais êxito, do que se gabou seu admirador inglês Gladstone, em "fazer do Sul uma nação"[2].

---

[a] Traduzido de "Symptome der Aufreibung in der südlichen Konföderation", em *Karl Marx-Friedrich Engels Werke*, v. 15 (Berlim, Dietz Verlag, 1980), p. 562-4.

[1] Em 3 de outubro de 1862, as tropas dos estados do Sul, sob o comando dos generais Price e Van Dorn, atacaram as posições dos estados do Norte, perto de Corinth. A batalha, que durou dois dias, terminou com a derrota e a retirada dos confederados. (N. E. A.)

[2] Referência ao discurso de Gladstone em Newcastle, em 7 de outubro de 1862, no qual declarou que os estados do Sul haviam criado não apenas um exército e uma marinha, mas também – o que era mais importante – uma nação. (N. E. A.)

51. Karl Marx
[Os resultados eleitorais nos estados do Norte][a]
[1]

[Die Presse, n. 321, 23 de novembro de 1862]
Londres, 18 de novembro de 1862

As eleições são de fato uma derrota para o governo de Washington[2]. Os antigos líderes do Partido Democrata exploraram habilmente o ressentimento pela incapacidade financeira e pela inépcia militar, não restando dúvidas de que o estado de Nova York pode se tornar oficialmente, nas mãos de Seymour, Wood e Bennett, o centro de perigosas intrigas. Por outro lado, não se deve exagerar a importância prática dessa reação. A atual Câmara dos Representantes continua funcionando e os novos membros somente assumirão em dezembro de 1863. As eleições, no tocante ao Congresso de Washington, até aqui são mera amostra. Não houve eleição para governador em nenhum estado, com exceção de Nova York. Assim, o Partido Republicano ainda está no comando de cada estado. A vitória dos republicanos em Massachusetts, Iowa, Illinois e Michigan contrabalançou em certa medida as derrotas em Nova York, Pensilvânia, Ohio e Indiana.

Uma análise mais detida da vitória dos “democratas” leva a um resultado completamente diferente daquele que é alardeado pelos

jornais ingleses. A *cidade* de Nova York, fortemente corroída pela ralé irlandesa (que até pouco tempo atrás estava ativamente envolvida no comércio escravagista), sede do mercado financeiro americano e repleta de credores das hipotecas das plantações do Sul, sempre foi tão "democrata" quanto Liverpool é *tory*. Os *distritos* do estado de Nova York votaram nos republicados desta vez, como o fizeram em 1856, mas não com o mesmo entusiasmo de 1860. Grande parte desse eleitorado também está no campo. Se somarmos os distritos urbanos e rurais, a maioria democrata no estado de Nova York é apenas de 8 a 10 mil votos.

Na Pensilvânia, que oscilou muito tempo entre *whigs*[3] e democratas, e depois entre democratas e republicanos, a maioria democrata é de meros 3.500 votos, em Indiana é ainda menor e em Ohio, onde totaliza 8 mil votos, os líderes democratas que foram rejeitados por simpatizar com o Sul, como o infame Vallandigham, perderam seus assentos no Congresso. O irlandês vê o negro como um perigoso concorrente. O ódio que os hábeis camponeses de Indiana e Ohio sentem pelos negros só é superado pelo ódio que sentem pelos escravocratas. Para eles, são o símbolo da escravidão e da humilhação da classe trabalhadora, e a imprensa democrata os ameaça diariamente com uma invasão de "*niggers*" em suas terras. Além disso, o ressentimento pela natureza miserável da guerra na Virgínia foi mais intenso nesses estados, que forneceram os contingentes mais numerosos de voluntários.

No entanto, nada disso é o ponto principal. No momento da eleição de Lincoln (1860) não havia nem a guerra civil nem a questão da emancipação dos escravos. O Partido Republicano, nesse momento bastante apartado do Partido Abolicionista, não almejava nada mais do que protestar com seus votos em 1860 contra a expansão da escravidão pelos territórios, mas ao mesmo tempo

proclamou a não interferência nesse instituto nos estados onde ele já existia legalmente. Com um lema de campanha a favor da *emancipação dos escravos*, Lincoln teria fracassado. Ele foi resolutamente rejeitado.

A situação era completamente diferente nas eleições que acabaram de terminar. Os republicanos uniram-se à causa dos abolicionistas. Manifestaram-se enfaticamente a favor da imediata emancipação, seja por ela mesma, seja como forma de acabar com a rebelião. Considerando esse fato, as maiorias governamentais em Michigan, Illinois, Massachusetts, Iowa e Delaware e a minoria bastante significativa que votou neles nos estados de Nova York, Ohio e Pensilvânia, são surpreendentes. Antes da guerra, um resultado como esse era impossível, mesmo em Massachusetts. Basta a atuação enérgica do governo e do Congresso, que se reunirá no próximo mês, para dar aos abolicionistas, que agora coincidem com os republicanos, preponderância moral e numérica em toda a parte. A sede de intervenção de Luís Bonaparte[4] lhes confere certo apoio "de fora". O único perigo reside na manutenção de generais como McClellan, que, além de sua comprovada incompetência, são declaradamente "*proslavery men*" [homens pró-escravidão].

---

[a] Traduzido de "[Die Wahlresultate in den Nordstaaten]", em *Karl Marx-Friedrich Engels Werke*, v. 15 (Berlim, Dietz Verlag, 1980), p. 565-6.

[1] Este artigo foi incluído em uma longa revisão editorial publicada em 23 de novembro de 1862. O texto foi introduzido pela seguinte nota editorial: "No que diz respeito às últimas eleições nos estados do Norte da União, aos quais tanta importância é atribuída em Paris e Londres, apresentamos aqui um relato de nosso correspondente de Londres, que está bem informado sobre os assuntos americanos". Marx esboçou o conteúdo básico deste artigo em uma carta a Engels de 17 de novembro de 1862. (N. E. I.)

[2] Nas eleições para a *Câmara dos Representantes no Congresso*, que ocorreram em 4 de novembro de 1862 no Norte, os republicanos venceram na maioria dos estados, mas perderam um número significativo de votos em comparação com o pleito anterior, sobretudo em Nova York e nos estados do Noroeste, que votaram nos democratas. Para governador do estado de Nova York foi eleito Seymour, um dos líderes do Partido Democrata. (N. E. A.)

[3] *Whig:* partido político dos Estados Unidos que, de 1834 a 1852, representou principalmente os interesses da burguesia industrial e financeira; pertencia também a ele uma parte dos latifundiários. Quando a luta para resolver a questão da escravidão gerou divisão e reagrupamento das forças políticas nacionais, a maioria dos *whigs* formou em 1854, com membros do Partido Democrata do Norte e uma ala dos agricultores, o Partido Republicano, que era contra a escravidão. O restante dos *whigs* se juntou ao Partido Democrata, que representava os interesses dos latifundiários escravagistas. (N. E. A.)

[4] Referência a um despacho do governo francês, datado de 30 de outubro de 1862, aos representantes diplomáticos da Inglaterra e da Rússia. Apresentava a proposta de intervenção conjunta das três grandes potências com o objetivo de suspender temporariamente as hostilidades, levantar o bloqueio e abrir os portos do Sul dos Estados Unidos ao comércio europeu. A proposta de Napoleão III de interferir nos assuntos internos dos Estados Unidos foi rejeitada pela Rússia em 8 de novembro de 1862 e, posteriormente, também pelo governo inglês. (N. E. A.)

52. Karl Marx
A deposição de McClellan[a]

[Die Presse, n. 327, 29 de novembro de 1862]
Londres, 24 de novembro de 1862

Deposição de McClellan! Foi a resposta de Lincoln à vitória eleitoral dos democratas.

Os jornais democratas divulgaram com a maior confiança que a eleição de *Seymour* para o governo do estado de Nova York revogava automaticamente a *Proclamação* pela qual Lincoln declarava a escravidão abolida na *Secéssia* a partir de 1º de janeiro de 1863. Mal o jornaleco profético deixou a gráfica, seu general favorito – favorito porque, "ao lado de uma grande derrota, o que ele mais temia era uma vitória decisiva"[1] – foi privado de seu comando e retornou à vida civil.

Cabe lembrar que McClellan respondeu à proclamação de Lincoln com uma contraproclamação, uma ordem ao seu exército na qual proibia qualquer manifestação contrária à medida do presidente, mas ao mesmo tempo deixava escapar as fatídicas palavras: "É o dever de cada cidadão, por meio das urnas, retificar os equívocos do governo ou julgar suas ações". Como as eleições se aproximavam, McClellan, que estava à frente do principal exército dos Estados Unidos, desafiou, assim, o presidente. Jogou todo o peso do seu

cargo na balança. Fazendo um pronunciamento ao estilo espanhol, McClellan não poderia expressar mais claramente sua hostilidade à política do presidente. Após a vitória dos democratas nas eleições, restava apenas uma alternativa a Lincoln: ou ele naufragava, tornando-se um instrumento do partido comprometido com a escravidão, ou chutava McClellan para fora junto com toda sua base de sustentação dentro do Exército.

A demissão de McClellan *neste* momento é, portanto, uma manifestação política. No entanto, ela havia se tornado inevitável de qualquer forma. *Halleck*, o *commander in chief*, acusou McClellan de insubordinação direta em um relatório ao ministro da Guerra. Logo após a derrota dos confederados em Maryland, em 6 de outubro, Halleck ordenou a travessia do Potomac, em especial porque o nível baixo das águas do Potomac e de seus afluentes favorecia as operações militares na época. McClellan desobedeceu à ordem e permaneceu estacionado, sob o pretexto de que seu exército não podia marchar por falta de provisões. Halleck, no relatório mencionado, prova que a justificativa era infundada, que o exército do Leste gozava de grandes privilégios junto ao Comissariado, em comparação com o exército do Oeste, e que os suprimentos que faltavam poderiam facilmente ser recebidos tanto ao sul quanto ao norte do Potomac. O relatório de Halleck é seguido de um segundo relatório no qual o comitê designado para investigar a rendição de Harper's Ferry[2] aos confederados acusa McClellan de conduzir de modo incompreensivelmente lento as tropas da União concentradas nas proximidades daquele arsenal – ele permitiu que marchassem apenas seis milhas inglesas por dia – para socorrê-lo. Ambos os relatórios, o de Halleck e o do comitê, estavam nas mãos do presidente antes da vitória dos democratas.

A conduta de McClellan como general foi tantas vezes retratada nesta coluna que basta lembrarmos como ele sempre tentou trocar a decisão tática pela protelação estratégica e como foi incansável na descoberta de princípios do Estado-Maior que o impediam de aproveitar vitórias ou antecipar derrotas. A breve campanha de Maryland o coroou com uma falsa auréola. Cabe dizer, porém, que ele recebeu suas ordens gerais de marcha do general Halleck, que também elaborou o plano da primeira campanha do Kentucky, e que a vitória no campo de batalha se deveu exclusivamente à bravura dos generais subordinados, em especial o general Reno, que acabou tombando, e o general Hooker, que ainda não se recuperou completamente de seus ferimentos. Napoleão escreveu certa vez a seu irmão José que o perigo no campo de batalha é o mesmo por todos os lados, e que a maneira mais segura de encontrá-lo é tentar evitá-lo. McClellan parece ter entendido esse axioma, mas sem a aplicação prática que Napoleão insinuou ao irmão. Durante toda a sua carreira militar, McClellan nunca esteve no campo de batalha, nunca esteve sob fogo, uma peculiaridade que o general Kearny enfatizou em uma carta que seu irmão publicou após Kearny ter tombado sob o comando de Pope em uma batalha nas cercanias de Washington[3].

McClellan soube esconder sua mediocridade sob a máscara da severidade reservada, do silêncio taciturno e do retraimento dignificante. Suas próprias deficiências lhe garantiam a confiança irrestrita do Partido Democrata no Norte e o “reconhecimento leal” dos secessionistas. Ele conquistou apoiadores entre os altos oficiais de seu exército criando um estado-maior de um tamanho até então inédito nos anais da história das guerras. Alguns dos mais antigos, ex-oficiais do Exército da União e formados na academia de West Point, viram nele um ponto de apoio para sua rivalidade com os

“generais civis” recém-surgidos e suas simpatias secretas com os “camaradas” do lado inimigo. O soldado raso conhecia suas habilidades militares apenas de ouvir falar; quanto ao resto, atribuíam-lhe todas as façanhas do Comissariado e tinham muito a dizer de sua reservada afabilidade. O único dom de McClellan era assegurar popularidade perante seu exército.

O sucessor de McClellan, *Burnside*, é desconhecido demais para fazermos um julgamento. Pertence ao Partido Republicano. Por outro lado, *Hooker*, que assumiu o comando do corpo do exército que serviu sobretudo sob o comando de McClellan, é indubitavelmente um dos combatentes mais capazes da União. “*Fighting Joe*” [Joe Lutador], como o chamam as tropas, teve a maior parte de suas vitórias em Maryland. Ele é *abolicionista*.

Os mesmos jornais americanos que nos trazem a notícia da deposição de McClellan compartilham as declarações de Lincoln nas quais ele afirma que não se desviará nem um centímetro de sua proclamação.

> Lincoln – observa com razão o *Morning Star* – provou para o mundo ser um homem lento, mas íntegro, que age com extrema cautela, mas nunca recua. Cada passo em sua carreira administrativa foi dado na direção correta e foi firmemente mantido. Partindo da decisão de excluir a escravidão dos territórios, ele atingiu finalmente o objetivo de todo o “movimento antiescravagista”, extirpar o monstro do solo da União, e já toma a gloriosa posição de ter tirado da União a responsabilidade pela continuidade da escravidão.

---

[a] Traduzido de “Die Absetzung McClellans”, em *Karl Marx-Friedrich Engels Werke*, v. 15 (Berlim, Dietz Verlag, 1980), p. 567-9.

[1] Thomas Macauly, *Critical and Historical Essays* (Londres, Longmans, Green & Co., 1870). (N. E. A)

[2] *Harper’s Ferry:* importante posto militar à margem do rio Potomac, foi ocupado pelas tropas dos estados do Sul sob o comando do general Jackson em 15 de setembro de 1862,

durante a incursão em Maryland; a guarnição de mil homens e um grande arsenal caíram nas mãos dos confederados. (N. E. A)

[3] Referência à Batalha de Chantilly (condado de Fairfax), que aconteceu sob condições terríveis poucos dias após a Segunda Batalha de Bull Run. Chuvas torrenciais impediram o uso de certas armas de fogo e os soldados, já esgotados, travaram uma luta corpo a corpo no meio da lama. (N. T.)

53. Karl Marx
A neutralidade inglesa: sobre a situação dos estados do Sul[a]

[Die Presse, n. 332, 4 de dezembro de 1862]
Londres, 29 de novembro de 1862

As negociações entre o governo local e o de Washington sobre o corsário Alabama[1] ainda estão sobre a mesa, ao mesmo tempo que novas negociações sobre a reforma de navios de guerra confederados nos portos ingleses já se iniciaram. O professor Francis W. Newman, um dos representantes teóricos do radicalismo inglês, publicou hoje uma carta no *Morning Star* em que afirma, entre outras coisas:

> Após confirmar com um jurista inglês a ilegalidade do Alabama, o cônsul americano em Liverpool enviou ao lorde John Russell um protesto formal. Os procuradores da Coroa foram consultados e declararam a reforma do Alabama também ilegal; mas a investigação se arrastou tanto que a embarcação pirata encontrou uma oportunidade para fugir. Neste momento, uma frota de navios mais ou menos blindados está a postos em Liverpool e pronta para levantar à força o bloqueio naval americano. Além disso, um enxame de navios piratas se prepara para acompanhar o Alabama em sua infame carreira. Será que o nosso governo fechará os olhos pela segunda vez e dará passe livre aos sucessores do Alabama? Temo que sim. O senhor Gladstone, em seu discurso em Newcastle, disse ter sido informado que o presidente rebelde, a quem já rendeu homenagens, teria em breve uma frota. Seria uma alusão à frota que seus amigos de Liverpool estão construindo? [...] Lorde Palmerston e Russell, assim como os *tories*, são

movidos por um ódio ao republicanismo que ultrapassa todo o pudor e receio, enquanto o senhor Gladstone, talvez o próximo primeiro-ministro, professa abertamente sua admiração pelos perjurados usurpadores que conspiraram para perpetuar e propagar a escravidão.

Dos jornais que chegaram hoje da América, talvez o mais interessante seja o órgão confederado, o *Richmond Examiner*. Ele traz um artigo detalhado sobre a situação, do qual resumo o mais importante no trecho abaixo:

O extraordinário e repentino aumento do poder naval inimigo nos ameaça com perspectivas terríveis. O arsenal alcançou tal dimensão que parece, sob vários pontos de vista, mais perigoso que o poder terrestre do inimigo. Os ianques comandam agora cerca de duzentos navios de guerra a mais do que no início da guerra. Houve grandes preparativos para as operações navais do próximo inverno e, além dos navios que estão prontos para o serviço, ainda estão sendo construídos cerca de cinquenta navios de guerra com couraça de ferro. Temos todos os motivos para acreditar que a frota ianque que atacará nossa costa neste inverno é muito superior às precedentes em armamento e construção. Os objetivos das próximas incursões militares são da maior importância. A tarefa é tomar nossos últimos portos marítimos, completar o bloqueio e, por fim, abrir pontos de invasão nos distritos no Sul para pôr em prática o ato de emancipação dos escravos no início do novo ano. Seria tolice negar as vantagens que nosso inimigo obterá ao capturar nossos últimos portos marítimos ou lidar com tal infortúnio com o consolo de que ainda podemos derrotar o inimigo em uma guerra no interior de nosso território. [...] Com Charleston, Savannah e Mobile nas mãos do inimigo, *o bloqueio seria executado com ainda mais força, tal que nem sequer se pareceria com os sofrimentos que tivemos que amargar até agora*. Teríamos de renunciar a construir uma frota deste lado do oceano Atlântico e nos submeter à humilhação de entregar nossa construção naval ao inimigo ou destruí-la nós mesmos. Nosso grande sistema de conexões ferroviárias nos estados algodoeiros seria mais ou menos interrompido e, talvez tarde demais, descobriríamos que a guerra terrestre, sobre a qual depositamos tanta esperança, teria de prosseguir sob circunstâncias que proíbem a manutenção, a provisão e a concentração de grandes exércitos [...] Contudo, as tenebrosas consequências da captura de nossos portos desapareceriam diante de um perigo ainda maior, o maior dessa guerra – a ocupação de pontos estratégicos nos estados algodoeiros, de onde o inimigo pode pôr em prática seu plano de emancipação. Grandes esforços, naturalmente, estão sendo empreendidos para assegurar que essa medida favorita dos abolicionistas fracasse, e para que o espírito de vingança, que o senhor Lincoln arrolhou

em uma garrafa até 1º de janeiro, não se dissipe na inofensiva efervescência de água com gás [...] A tentativa está sendo feita agora contra o nosso lado mais vulnerável; o coração do Sul será envenenado [...] A previsão de uma desgraça vindoura não soa bem aos ouvidos das massas, que acreditam cegamente no governo e confundem devoção com patriotismo [...] Não afirmamos que *Charleston*, *Savannah* e *Mobile* não estão em condição de se defender. Há decerto uma verdadeira comoção entre as autoridades militares do Sul, segundo as quais esses portos são mais inexpugnáveis que o de Gibraltar; mas os militares e seus porta-vozes já enganaram muitas vezes o nosso povo com uma falsa sensação de segurança [...] Ouvimos as mesmas palavras a respeito de New Orleans. De acordo com os relatos, as linhas defensivas superavam as de Tiro contra Alexandre[2]! No entanto, uma bela manhã o povo despertou com a bandeira do inimigo tremulando em seu porto [...] O estado de defesa de nossos portos é um segredo dos círculos oficiais. Todavia, os marcos do passado recente não são reconfortantes. Há algumas semanas, *Galveston* caiu nas mãos do inimigo quase sem nenhuma resistência. Os jornais locais foram proibidos de escrever sobre as defesas da cidade. Não houve tampouco nenhum grito de ajuda que tenha chegado aos ouvidos moucos do governo. O povo não se revoltou. Seu patriotismo foi instado a permanecer na ignorância, confiar nos líderes e submeter-se às ordens da Providência. Desse modo, outro prêmio caiu no colo do inimigo [...] O método de encobrir todos os assuntos militares com o manto do sigilo trouxe péssimos resultados ao Sul. Ele pode ter abafado as críticas e ocultado os erros do governo. Mas não cegou o inimigo. Ele parece sempre bem informado sobre o estado das nossas defesas; enquanto o nosso povo só descobre sua fraqueza quando cai nas mãos dos ianques.

---

[a] Traduzido de “Englische Neutralität – Zur Lage in den Südstaaten”, em *Karl Marx-Friedrich Engels Werke*, v. 15 (Berlim, Dietz Verlag, 1980), p. 570-2.

[1] *Alabama:* cruzador construído e equipado na Inglaterra para os estados do Sul. Em 23 de junho de 1862, logo após o navio ser lançado, o embaixador dos Estados Unidos em Londres, Adams, protestou junto ao governo inglês contra a construção e equipamento de guerra do Alabama. Apesar disso, o governo inglês permitiu que o navio fosse até os Açores e se equipasse. Em dois anos (1862-1864), o cruzador destruiu cerca de setenta navios da frota norte-americana. As negociações com o governo inglês para a indenização dos prejuízos causados pelo Alabama e outros navios piratas construídos na Inglaterra duraram até 1872. Elas terminaram com a assinatura de um compromisso de pagamento de 15,5 milhões de dólares pela Inglaterra aos Estados Unidos. (N. E. A.)

[2] *Tiro:* importante cidade comercial na antiga Fenícia; resistiu com suas linhas defensivas a Alexandre, o Grande, que venceu após sete meses de luta (322 a.C.). (N. E. A.)

CARTAS

1. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)

Londres, não antes de quarta-feira, 11 de janeiro de 1860[a]

[…]

Do meu ponto de vista, o que há de mais grandioso acontecendo no mundo neste momento, é o movimento dos escravos – por um lado, na América, iniciado com a morte de Brown; por outro lado, na Rússia. Você deve ter visto que a nobreza da Rússia entrou de cabeça na agitação constitucional, e dois ou três membros das principais famílias já seguiram para a Sibéria. Ao mesmo tempo, Alexandre [II] azedou o clima com os camponeses, declarando literalmente em sua última manifestação que, com a emancipação, o princípio comunista[1] deve ser abandonado. Em suma, o movimento "social" eclodiu a oeste e a leste. Isso, somado à crise[2] que se aproxima na Europa Central, será grandioso.

Vi ainda pelo *Tribune* que no Missouri houve um novo levante de escravos, que obviamente foi ocultado. Mas o primeiro sinal já foi dado. Com a coisa ficando cada vez mais séria, o que será, então, de Manchester?

[…]

Salut

Seu,

KM

---

[a] Excerto traduzido de “Karl Marx an Friedrich Engels in Manchester, London, frühestens Mittwoch, 11. Januar 1860”, em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 10 (Berlim, Akademie Verlag, 2000), p. 152-3.

[1] *The communistic principle*. (N. T.)

[2] *Downbreak*. (N. T.)

2. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)

Manchester, quinta-feira, 26 de janeiro de 1860[a]

Manchester, 26 jan. 1860

Caro Mouro,

[…]

Sua opinião sobre o significado do movimento dos escravos na América e na Rússia está se confirmando. A história de Harper's Ferry e suas consequências no Missouri estão rendendo frutos, por todas as partes os negros libertos estão sendo expulsos de seus estados, & li no primeiro relatório do algodão de Nova York (W. P. Wright & Co. de 10 de janeiro de [18]60) que os agricultores já estavam correndo para levar seu algodão para os portos para se resguardar de qualquer possível consequência decorrente do caso de Harper's Ferry[1]. Na Rússia, a coisa também está ficando bastante complicada; a *Augsburger Allgemeine Zeitung* tem, agora, um correspondente muito bom em [São] Petersburgo, que, entretanto, direciona seu enfoque mais para o movimento político da nobreza dentro da ordem constitucional, o qual, naturalmente, também impulsiona a reboque a movimentação dos camponeses.

Na Índia, uma crise colossal se avizinha. Os boletins de mercado[2] anexos fornecem um panorama sobre a opinião dos filisteus locais sobre a situação. Muitos fios, agora, estão com um preço muito elevado, quase mais alto que em 1857, quando chegou

ao ápice; com isso, o algodão está 2⅜ até 2½ d. *mais barato*. Somente em Burnley, 26 novas fábricas estão em construção; em outros lugares, em negociação. Os trabalhadores, em todos os lugares, continuam recebendo mês após mês um acréscimo de 10% no salário, & em breve aumentará ainda mais. Em minha opinião, a presença do capital fictício nos negócios indianos é, agora, novamente tão abundante[3] quanto em 1846-47, & a maioria compra somente porque *precisa*, não podendo parar de comprar. No entanto, se não fosse isso, o aumento da produção sozinho levaria a um colapso colossal[4] até o outono ou, no mais tardar, até a primavera de 61.

Esses imbecis ingleses acreditam agora que eles, em seguida, inundarão a França. Uma besta de uma estamparia em tecido chita – um dos mais espertos – diz que com 30% de tarifa alfandegária na *França,* ele poderia fazer um negócio por lá e ganhar 15% mais do que em qualquer outro mercado. O tolo imagina que os preços monopolistas continuarão na França, mesmo com o fim do monopólio. Que toda a história é apenas uma armadilha para atrair o lado notoriamente fraco do John Bull e finalmente derrubá-lo, ninguém ainda se atentou.

[…]

Saudações à esposa e às jovens senhoritas[5].

Seu

F. E.

---

[a] Excerto traduzido de “Friedrich Engels an Karl Marx in London, Manchester, Donnerstag, 26. Januar 1860”, em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 10 (Berlim, Akademie Verlag, 2000), p. 165-6.

[1] *Hurried their cotton on to the ports in order to guard against any probable consequences arising out of the Harpers-Ferry affair*. (N. T.)

[2] *Market Reports*. (N. T.)

[3] *Rife*. (N. T.)

[4] *Collapse*. (N. T.)

[5] *Young ladies*. (N. T.)

3. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)

Manchester, segunda-feira, 7 de janeiro de 1861[a]

Mehr, 7 jan. 1861

Caro Mouro,

[...]

As coisas na América do Norte também estão cada vez mais animadas. Caso os sulistas[1] arrisquem uma jogada tão ousada, o negócio vai ficar muito feio com os escravos. O menor movimento das forças militares do Norte poderia colocar tudo em chamas. Em todo caso, no que diz respeito à escravidão, parece que ela está chegando rapidamente ao fim, & se assim o for, também o será com a produção de algodão[2]. No entanto, como será a reação na Inglaterra, isso ficará claro em breve. E, em meio a desdobramentos tão intensos, uma besta como Bonaparte acredita que pode continuar pescando em águas turvas por muito tempo.

Saudações

Seu

F. E.

---

[a] Excerto traduzido de "Friedrich Engels an Karl Marx in London, Manchester, Montag, 7. Januar 1861", em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 11 (Berlim, Akademie Verlag,

2005), p. 291-2.

[1] *Southerners*. (N. T.)

[2] *Cotton production*. (N. T.)

4. Karl Marx a Lion Philips
(Zaltbommel, Holanda)

Londres, segunda-feira, 6 de maio de 1861[a]

6 de maio de 1861

9, Grafton Terrace, Maitland Park,
Haverstock Hill, Londres

Querido tio,

[...]

Aqui em Londres, há uma grande consternação pelo andamento das coisas na América. Os atos de violência a que recorreram não apenas os estados secessionistas, mas também alguns estados centrais ou fronteiriços[1] – e teme-se que todos os oito estados fronteiriços[2] tomem partido pelos secessionistas, nomeadamente Virgínia, Kentucky, Missouri, Carolina do Norte, Tennessee, Arkansas, Maryland e Delaware –, esses atos de violência tornaram impossível *qualquer compromisso*. Não restam dúvidas de que, no início do conflito, a balança penderá a favor do Sul, onde a classe dos aventureiros brancos pobres constitui um fundo inesgotável para uma milícia beligerante. No longo prazo, naturalmente, o Norte vencerá, uma vez que, em caso de emergência, pode jogar a cartada final da revolução dos escravos. A grande dificuldade do Norte é a questão: como levar suas forças para o Sul? Uma marcha que não

enfrente resistência, nesta época do ano, a 15 milhas por dia, seria até factível; mas Charleston, o ponto acessível mais próximo, fica a 544 milhas de Washington, 681 da Filadélfia, 771 de Nova York e 994 de Boston, e as três últimas cidades são as principais bases de operação contra o Sul. Montgomery, a sede do Congresso secessionista fica a 910, 1050, 1130 e 1150 milhas respectivamente desses mesmos lugares. A marcha por terra parece, portanto, fora de questão[3]. (O uso das ferrovias pelos invasores do Norte só levaria à sua própria destruição.) Logo, o que resta é somente a rota naval e a guerra marítima, o que pode facilmente levar a implicações com potências estrangeiras. Hoje à noite, o governo inglês se pronunciará na Câmara dos Comuns sobre a atitude que pretende tomar perante tal depravação.

Para mim, pessoalmente, é claro que os acontecimentos americanos não me ajudam, visto que, por enquanto, os leitores dos jornais transatlânticos somente têm olhos e ouvidos para sua própria história. Apesar disso, recebi uma oferta interessante do *Presse* vienense, que aceitarei se alguns pontos ambíguos forem esclarecidos. Terei de escrever a eles de Londres.

[...]

Seu fiel sobrinho,

K. Marx

---

[a] Excerto traduzido de “Karl Marx an Lion Philips in Zaltbommel, London, Montag, 6. Mai 1861”, em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 11 (Berlim, Akademie Verlag, 2005), p. 455-7.

[1] *Border states*. (N. T.)

[2] Idem.

[3] *Out of question*. (N. T.)

5. Karl Marx a Ferdinand Lassalle (Berlim)

Londres, quarta-feira, 29 de maio de 1861[a]

29 de maio de 1861

Caro Lassalle,

[…]

Minha correspondência americana, em virtude da atual situação por lá, continua totalmente suspensa, até que as relações europeias retomem o interesse para as transatlânticas[1].

Em Paris, como consequência da crise americana, domina o ambiente de incertezas entre os trabalhadores. Idem em Lyon.

Toda a imprensa oficial inglesa é, naturalmente, a favor dos proprietários de escravos[2]. São os mesmos sujeitos que cansaram o mundo com sua filantropia contra o comércio de escravos[3]. Mas algodão, algodão[4]!

[…]

Salut

Seu

KM

---

[a] Excerto traduzido de "Karl Marx an Ferdinand Lassalle in Berlin, London, Mittwoch, 29. Mai 1861", em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 11 (Berlim, Akademie Verlag, 2005), p. 480-1.

[1] *Transatlantics*. (N. T.)

[2] *Slaveholders*. (N. T.)

[3] *Antislave trade.* (N. T.)

[4] *Cotton, cotton!* (N. T.)

6. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)

Manchester, quarta-feira, 12 de junho de 1861[a]

Manchr, 12 de junho de 1861

Caro Mouro,

infelizmente, não consegui juntar nenhum jornal sobre a guerra americana, & ela acontece em muitos lugares que não se encontram no mapa. A questão principal é que:

O Sul vinha se armando silenciosamente há anos, mas especialmente desde a empolgação com a eleição presidencial, &, por meio da traição de ministros de Buchanan, recebeu nos últimos tempos dinheiro e armas em massa[1]. Até 4 de março, o Norte estava completamente paralisado. E mesmo até a queda de Sumter, Lincoln nada fez ou nada pôde fazer a não ser concentrar e recuperar um par de tropas da linha (18 mil homens no total, divididos em sua maioria em combates contra os índios no Oeste) & deixá-las a postos. Agora, finalmente, depois do ataque a Sumter, o Norte estava suficientemente exaltado para tentar silenciar todos os ataques inimigos &, portanto, viabilizar uma poderosa ação militar. Foram convocados 75 mil homens, que já devem estar a postos, mas parece que dez vezes mais se colocaram à disposição, & pode haver até 100 mil homens a postos, mesmo que estejam ainda longe de estar concentrados. Um novo contingente de Lincoln é ansiosamente esperado, & demandará menos tempo, uma vez que tudo está mais

bem preparado. Os 75 mil homens, ou melhor, a parte que está nos arredores de Washington, no Ohio, de frente para o Kentucky, e em St. Louis (Missouri) (sem contar as reservas em Ohio e na Pensilvânia) é suficiente para restabelecer o equilíbrio entre as forças do Norte & do Sul na linha do Potomac, & até mesmo permitir, de momento, uma ofensiva do Norte a uma curta distância.

O primeiro objetivo tanto para o Sul quanto para o Norte era Washington. A ofensiva do Sul foi muito fraca; para além de Richmond, o contingente principal parece não ser forte o suficiente para dar o golpe necessário. A única coisa que conseguiram foi enviar uma coluna móvel para Harper's Ferry, no Potomac, ao norte de Washington. Essa posição[2] é excelente para uma ofensiva contra o Norte (Maryland & Pensilvânia), está situada na confluência do Shenandoah, um rio importante, com o Potomac, e é taticamente muito valiosa & controla completamente ambos os rios. O arsenal parece ter sido colocado de propósito ali por um governo que já previa e favorecia uma futura secessão. A ocupação de Harper's Ferry quebra o controle da linha do Potomac pelas tropas da União em um ponto sensível, & dá às tropas sulistas, caso consigam avançar em massa[3] até essa linha, de uma vez só, o domínio total de ambas as margens.

O destino de Maryland e Delaware dependia da manutenção de Washington pelo Norte; sem conexão com o Sul, ocupados pelas tropas da União, eles sucumbiram imediatamente à União. Segundo êxito do Norte.

A reconquista do Missouri pelos alemães de St. Louis foi o terceiro êxito, & de grande importância, visto que o controle de St. Louis bloqueia o Mississippi. Até que ponto a neutralidade do Kentucky é favorável ao Norte ou ao Sul dependerá

fundamentalmente das circunstâncias e dos acontecimentos. De todo modo, ela limita o teatro de guerra à área a leste.

Resultado: assim, mesmo após todos os preparativos do Sul, ele não conseguiu nada, enquanto o Norte, que teve apenas um mês de preparação, reconquistou a capital nacional & três estados escravagistas, & um quarto não ousou se separar; assim, a ofensiva sulista parou no Potomac & o Norte já se deslocou para além desse rio, até agora sem encontrar resistência. Para cada homem a mais que o Sul pode empregar agora na guerra, o Norte tem de três a quatro à disposição. Os estados secessionistas têm cerca de 7,2 milhões de habitantes, dos quais mais de 3 milhões são escravos; ao menos 1 milhão de brancos devem ser desconsiderados por causa da guarda dos escravos, de modo que sobram apenas 2,2 milhões da massa da população disponível para a guerra. Se desse total 10% for convocado – o máximo que provavelmente já foi mobilizado para uma defensiva –, há quando muito 250 mil homens. Mas seguramente não serão tantos. A Suíça, com aproximadamente a mesma população – pouco mais de 2 milhões – tem, *no papel*, cerca de 160 mil militares alistados. Em contrapartida, o Norte, contando somente os estados livres, tem 20 milhões, todos disponíveis, com exceção de, digamos, a Califórnia, Utah & os territórios do extremo Oeste. Se dissermos 17 milhões da população disponíveis, & não tirarmos 10%, mas somente um terço disso, 3 ⅓, como disponível para a guerra de ofensiva, teremos mais de 500 mil homens, mais do que o suficiente para esmagar o Sul, mesmo que ele se esforce ao máximo. No que concerne à relação homem a homem, não há dúvida de que o povo do Norte é física e moralmente muito superior ao do Sul. O espírito truculento dos sulistas se mistura ao de assassinos covardes. Todos andam armados, mas somente para em uma

discussão *poder dar um tiro em seu oponente enquanto ele espera um soco*. Essa é a média.

---

[a] Traduzido de “Friedrich Engels an Karl Marx in London, Manchester, Mittwoch, 12. Juni 1861 (Fragment)”, em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 11 (Berlim, Akademie Verlag, 2005), p. 495-7.

[1] *En masse*. (N. T.)

[2] *Position*. (N. T.)

[3] *En masse*. (N. T.)

7. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)

Londres, quarta-feira, 19 de junho de 1861[a]

19 de junho de 1861

Caro Frederick,

[…]

Muito obrigado pela carta sobre a América. Se algo importante acontecer (do ponto de vista militar), não deixe de me escrever sua opinião a esse respeito. Conforme a imagem que tenho do general Scott – agora com 76 anos – na guerra mexicana (veja Ripley), espero dele as maiores burradas, a menos que o velho asno seja controlado por alguém. Acima de tudo, lentidão e indecisão. A propósito, vejo pelas notícias do *Tribune* que agora o Norte está falando abertamente de guerra contra a escravidão e pela abolição.

Lorde Montagu, como já havia anunciado, trouxe ontem à Câmara dos Comuns, por ocasião do caso Schleswig-Holstein, o Protocolo de Londres de Palmerston (sobre a sucessão dinamarquesa) de 1850. O velho recorreu aos seus meios habituais. Montagu mal começou o discurso, a sessão foi encerrada por uma contagem de quórum[1] previamente combinada.

[…]

Seu

K. M.

[a] Excerto traduzido de “Karl Marx an Friedrich Engels in Manchester, London, Mittwoch, 19. Juni 1861”, em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 11 (Berlim, Akademie Verlag, 2005), p. 506-8.

[1] *Count out*. (N. T.)

8. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)

Londres, segunda-feira, 1º de julho de 1861[a]

1º de julho de 1861

Caro Frederic,

[…]

Escreva-me, de preferência *logo*, o que você pensa dos movimentos (militares) na Virgínia. As burradas[1] dos oficiais militares – o brigadeiro-general Peirce, um *"alfaiate"* por natureza do estado de Massachusets – obviamente vão se repetir com bastante frequência de ambos os lados. Washington ainda está sob ameaça? Você acredita que a posição dos sulistas[2] em Manassas Junction é ofensiva? Ou os sujeitos não estão, na verdade, concebendo a possibilidade de retirada? No Missouri, a derrota dos sulistas[3] parece decidida e por lá aparece agora o terrível "coronel[4] Boernstein". De uma carta privada a Weber fica claro que o "coronel[5] Willich" está à frente de um batalhão em Cincinnati. Ele parece ainda não ter entrado em ação.

Estudando mais a fundo esse caso americano, veio-me à cabeça que o conflito entre o Sul e o Norte – há cinquenta anos este último tem se rebaixado, fazendo concessão após concessão –, finalmente (se desconsiderarmos as afrontosas reivindicações da "cavalaria"[6]) atingiu seu paroxismo, em razão do peso que o extraordinário desenvolvimento dos estados do Noroeste[7] pôs na balança. Essa

população, uma rica mistura de frescos ingredientes alemães e ingleses, essencialmente de agricultores independentes[8], não era naturalmente tão intimidante quanto os cavalheiros de Wallstreet e os *quakers* de Boston. Depois do último censo (1860), ela cresceu em torno de 67% no período de 1850 a 1860 e, em 1860, chegava a 7.870.869 milhões, enquanto a população livre dos estados escravistas secessionistas, de acordo com o mesmo censo, era de cerca de 5 milhões. Esses estados do Noroeste[9] forneciam não apenas a maioria do governo, mas também o presidente em 1860. Foi também essa mesma região do Norte que primeiro se manifestou contra qualquer reconhecimento de independência de uma Confederação sulista[10]. Por óbvio, eles não podiam abandonar as partes baixas e o estuário do Mississippi a estados estrangeiros. Foi também a população desse Noroeste[11] que foi esculpida na troca de socos com os rufiões da fronteira[12] na questão do Kansas (da qual, na verdade, se pode datar a guerra atual).

Uma análise mais aprofundada da história do movimento secessionista revela que a Secessão, a Constituição (de Montgomery), o Congresso (ibidem) etc. [...], tudo foi usurpação[13]. Em nenhum lugar, permitiu-se que o povo votasse em massa[14]. Quanto a essa "usurpação"[15] – que diz respeito não apenas à separação do Norte, mas também à confirmação e consolidação da oligarquia dos 300 mil proprietários de escravos contra os 5 milhões de brancos –, artigos muito característicos de sua época apareceram nos jornais[16] sulistas.

[...]

Salut

Seu

K. M.

[a] Excerto traduzido de “Karl Marx an Friedrich Engels in Manchester, London, Montag, 1. Juli 1861”, em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 11 (Berlim, Akademie Verlag, 2005), p. 520-2.

[1] *Blunders*. (N. T.)

[2] *Southerners*. (N. T.)

[3] Idem.

[4] *Colonel*. (N. T.)

[5] Idem.

[6] *Chivalry*. (N. T.)

[7] *North Western States*. (N. T.)

[8] *Self-working farmers*. (N. T.)

[9] *North Western States*. (N. T.)

[10] *Southern Confederacy*. (N. T.)

[11] *North Western*. (N. T.)

[12] *Border ruffians*. (N. T.)

[13] *Usurpations*. (N. T.)

[14] *En masse*. (N. T.)

[15] *Usurpation*. (N. T.)

[16] *Papers*. (N. T.)

9. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)

Manchester, quarta-feira, 3 de julho de 1861[a]

3 de julho de 1861

Caro Mouro,

Suas perguntas sobre a situação na Virgínia são mais fáceis de fazer do que de responder. Se Washington ainda está sob ameaça? Não de imediato, caso contrário os sulistas[1] não teriam perdido tanto terreno; mas também não se sabe qual a proporção entre as forças em combate. Se o primeiro ataque incisivo dos nortistas for firmemente rechaçado, é impossível dizer o que vai acontecer depois, porque não se sabe onde eles vão se posicionar. Entretanto, mesmo na proporção de 3 para 1, o Potomac já seria um obstáculo suficiente.

A posição na Manassas Junction – determinada pela necessidade do Sul[2] de manter a conexão por trem com o noroeste da Virgínia até Paris e Estrasburgo. Se MJ for perdida, a comunicação ferroviária mais próxima com a Virgínia Ocidental (do outro lado das montanhas) será de Richmond via Gordonsville até Staunton – 80 milhas ao sul; eles perderiam a oportunidade de mover rapidamente suas reservas, sobretudo aquelas imediatamente atrás da formação, de oeste para leste, conforme a necessidade, & o que quer que encontrassem na Virgínia Ocidental poderia ser isolado ou rechaçado. Esse é o sentido da posição – se ela possui algum

sentido tático, não posso dizer, os mapas não revelam nada. De forma geral, a guerra na Virgínia Ocidental vai girar irremediavelmente em torno dos entroncamentos ferroviários.

A história de Big Bethel[3] não significa nada, taticamente foi muito mal administrada[4]. Fazer um ataque noturno com tais voluntários, e ainda em colunas separadas, só podia terminar em confusão, mortes dos dois lados e fuga em pânico.

Em contrapartida, duas coisas parecem muito mal feitas no Norte: 1) a massa do corpo recém-formado e completamente móvel não foi mobilizada, ficou estacionada a 400-500 milhas do campo de batalha, enquanto seria inestimável no Potomac; & 2) o velho bravo[5] Scott parece ter de novo planos de cercos colossais que não levam a nada, a não ser a dispersões colossais de suas tropas; em que medida isso pode levar à derrota, dada a condução frouxa & os desconhecidos heróis do Sul, é impossível precisar.

Como assim não houve concordância sobre a Secessão? Aqui está estampado em todos os jornais que as resoluções das convenções foram ratificadas em cada estado por voto popular.

[...]

Saudações às senhoritas[6].

Seu

F. E.

---

[a] Excerto traduzido de “Friedrich Engels an Karl Marx in London, Manchester, Mittwoch, 3. Juli 1861”, em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 11 (Berlim, Akademie Verlag, 2005), p. 524-5.

[1] *Southerners*. (N. T.)

[2] Idem.

[3] Referência à tentativa das tropas da União, sob o comando do general Francis Edwin Pierce, de capturar as fortificações dos confederados em Big Bethel, perto do Forte Monroe,

Virgínia, nas primeiras horas de 10 de junho de 1861. Uma coluna da União abriu fogo contra outra por engano. Mais tarde, os confederados obrigaram os unionistas a recuar desordenadamente. (N. E. I.)

[4] *Mismanaged*. (N. T.)

[5] *Brave old*. (N. T.)

[6] *Ladies*. (N. T.)

10. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)

Londres, sexta-feira, 5 de julho de 1861[a]

5 de julho de 1861

Caro Engels,

[…]

No que tange à história da secessão, o assunto foi completamente deturpado nos jornais ingleses. Com exceção da Carolina do Sul, a secessão sofreu uma forte resistência por toda a parte.

Em primeiro lugar, nos estados fronteiriços escravagistas[1]. No inverno de 1861, houve uma Convenção[2] dos estados fronteiriços[3]. Foram convidados Virgínia, Kentucky, Arkansas, Maryland, Delaware, Tennessee e Carolina do Norte. Com esse propósito, houve convenções em cada estado individualmente para que pudessem enviar delegados[4] para a Convenção Geral[5].

Delaware se recusou a até mesmo convocar uma convenção com tal objetivo.

Tennessee idem. A legislatura[6] democrata retirou o estado da União com um golpe[7]. Ainda assim, posteriormente, houve uma eleição para ratificar esse ato inválido[8]. O que foi feito sob um clima de terror[9]. Mais de um terço da população não votou. Do restante, um terço era contra a secessão, inclusive todo o leste do Tennessee, que naquele momento se armou contra a secessão.

Kentucky. 100 mil favoráveis à União[10]; somente alguns milhares votaram pela secessão.

Maryland declarou-se favorável à União, já que elegeu seis unionistas para o Congresso[11].

Carolina do Norte e até mesmo o *Arkansas* elegeram delegados favoráveis à União[12], e o primeiro até mesmo com uma robusta maioria. Posteriormente, veio o clima de terror.

Virgínia. O povo elegeu uma convenção pró-União[13] (por maioria). Parte desses sujeitos vendeu seus votos. No auge da febre sulista – queda de Sumter – uma ordenança de secessão[14] foi aprovada *secretamente*[15] por 88 a 55. Todos os outros passos – enquanto a ordenança[16] ainda era sigilosa – para capturar[17] o estaleiro da Marinha federal em Nordfolk[18] e o arsenal federal em Harper's Ferry[19] foram dados em segredo. Foram denunciados às autoridades federais[20] antes de executados[21]. A aliança com o governo[22] de Jefferson Davis foi celebrada em segredo e um grande efetivo de tropas confederadas[23] desembarcou de repente no estado. Sob sua proteção (genuinamente bonapartista), a secessão foi votada. Apesar do clima de terror sistemático[24], 50 mil votos foram para a União[25]. O noroeste da Virgínia[26], como agora se sabe, foi claramente contra a secessão.

Em segundo lugar, os estados do Golfo[27]. A votação propriamente dita aconteceu somente em alguns estados. Na maioria deles, as *convenções*, que se reuniram para decidir a posição dos estados sulistas quanto à eleição de Lincoln (e posteriormente formaram o Congresso de Montgomery com os *mesmos* delegados[28]), usurparam o poder não apenas de decidir pela secessão, mas também de reconhecer a Constituição, Jefferson Davis etc. Como isso aconteceu, você saberá pelos trechos abaixo, tirados de jornais sulistas.

Texas, onde, depois da Carolina do Sul, regem o maior partido escravagista[29] e o clima de terror[30], teve ainda assim 11 mil votos favoráveis à União.

Alabama, não houve voto popular nem pela secessão nem pela nova Constituição etc. Lá, a convenção eleita aprovou a ordenança de secessão[31] com 61 votos contra 39. Os 39 dos condados do Norte[32], povoados quase inteiramente por brancos, representam mais homens livres[33] do que os 61; de acordo com a *Constituição dos Estados Unidos*[34], cada proprietário de escravo vota também por três quintos de seus escravos.

Louisiana. Houve mais votos a favor da União[35] do que da secessão[36] na eleição dos delegados para a Convenção. Mas os delegados[37] desertaram.

O oeste da Carolina, o leste de Tennessee, o norte do Alabama e a Geórgia são distritos montanhosos com interesses muito distintos daqueles dos pântanos[38] do Sul.

O caráter de 2 de dezembro[39] de toda essa manobra secessionista (os sujeitos foram forçados a provocar a guerra para manter o movimento sob o grito de “o Norte contra o Sul”[40]), você pode verificar nos excertos a seguir, ainda evidente no fato de que os traidores da administração de Buchanan que estavam à frente do movimento – o ministro da Guerra, Floyd, o ministro da Marinha, Toucey, o ministro das Finanças, Cobb, o ministro do Interior, Thompson –, juntamente com os principais senadores do Sul, estavam profundamente envolvidos nas dilapidações[41] que chegaram a muitos milhões e que o Congresso (Câmara dos Deputados) entregou a uma Comissão de Inquérito[42] no decorrer de dezembro de 1860. Para parte desses sujeitos, ao menos, tratava-se de se livrar da prisão. Em função disso, eles eram as ferramentas mais eficientes da oligarquia de 300 mil proprietários de escravos[43].

Estes, por sua quantidade, posição e meios, eram capazes de derrubar[44] qualquer oposição a eles naquele momento, isso é indiscutível. Em parte dos "brancos pobres"[45] eles encontraram a turba[46] que substituiu os zuavos a seu serviço.

Georgia. *The Griff in Union*: É zombaria pura o fato de que os mesmos homens que fizeram a constituição em Montgomery voltaram para a Geórgia e a ratificaram sob o nome de Convenção Estadual[47].

The Macon Journal: As convenções estaduais [...] convocadas para outros propósitos [...] assumem que são o povo e, sob tal assunção de poder, podem nomear delegados para a Convenção Geral sem consultar o povo. *Todos os atos do Congresso da Confederação são aprovados em sessões secretas, a portas fechadas*, e o que é feito é mantido longe do povo.[48]

The Augusta Chronicle and Sentinel (maior jornal da Geórgia):

> *Todo o movimento a favor da secessão*, e a formação de um novo governo, ao menos no que concerne à Geórgia, procederam apenas com um *quase consentimento* do povo e foram levados a cabo, sob circunstâncias de grande agitação e frenesi, *por uma maioria fictícia*. Com todos os instrumentos utilizados etc., a eleição de 4 de janeiro mostrou uma queda de cerca de 3 mil votantes e uma maioria absoluta de deputados eleitos de 79. Mas na assembleia, adulando, persuadindo, *subornando* e empregando todos os tipos de artimanha fraudulenta, a Convenção chegou à maioria de 31 [contra a União] [...] A *Convenção da Geórgia* e o *Congresso dos Confederados* conseguiram avançar em seu trabalho, mas ninguém pode negar, à revelia do povo.[49]

> *Alabama*. *The Mobile Advertiser*: "A Convenção adotou a Constituição permanente em nome do estado do Alabama [...] A grande ironia é que os delegados não foram escolhidos para esse propósito"[50].

North Alabamian:

> A Convenção se apressou em usurpar a prerrogativa e em ratificar a Constituição [...] É um fato notável que a substancial força física do país, os bravos homens, trabalhadores braçais, dos quais se espera que façam tudo na batalha quando convocados pelo país, foram, desde o início, contrários à ordenança de Secessão".[51]

Mississippi. Há denúncias semelhantes sobre usurpação de poderes no *Jackson Mississippian* e no *Vicksburg Whig*.

Louisiana. *New Orleans True Delta*: "Aqui a Secessão somente teve sucesso suprimindo o resultado das eleições [...] o governo foi transformado para despotismo"[52]. Na *Convenção Estadual*[53] da Louisiana (New Orleans) de 22 de março de 1861, disse o *velho*[54] *Roselius* (um dos principais políticos[55] dos Estados Unidos[56]): "O instrumento de Montgomery [...] não inaugurou um governo do povo, mas uma oligarquia absoluta odiosa. Ao povo não foi permitido participar de nenhuma questão"[57].

Em *Louisville*, Kentucky, o senador Guthrie (pró-escravidão e ministro das Finanças no governo Pierce) disse em 16 de março de 1861 que "todo o movimento foi um complô[58] e uma usurpação[59]". E continua: "No Alabama, a maioria do voto popular foi contra a Secessão, mas uma apertada maioria de delegados foi favorável, então, eles retiraram a todos, e recusaram que o povo tivesse voz quanto à questão. O voto da Louisiana também foi contrário à Secessão, mas os delegados ocultaram isso, e etc."[60]

Seu

KM

---

[a] Excerto traduzido de "Karl Marx an Friedrich Engels in Manchester, London, Freitag, 5. Juli 1861", em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 11 (Berlim, Akademie Verlag, 2005), p. 529-32.

[1] *Border slave states*. (N. T.)

[2] *Convention*. (N. T.)

[3] *Border states*. (N. T.)

[4] *Delegates*. (N. T.)

[5] *General Convention*. (N. T.)

[6] *Legislature*. (N. T.)

[7] *Coup de main*. (N. T.)

[8] *Invalid act*. (N. T.)

[9] *A reign of terrorism*. (N. T.)

[10] *Union ticket*. (N. T.)

[11] *Union men as members of Congress*. (N. T.)

[12] *Union delegates*. (N. T.)

[13] *Union convention*. (N. T.)

[14] *Ordinance of Secession*. (N. T.)

[15] *Passed secretly*. (N. T.)

[16] *Ordinance*. (N. T.)

[17] *Capture*. (N. T.)

[18] *Federal Navy Yard at Norfolk*. (N. T.)

[19] *Federal Armory at Harpers Ferry*. (N. T.)

[20] *Federal authorities*. (N. T.)

[21] *Execution*. (N. T.)

[22] *Government*. (N. T.)

[23] *Confederate troops*. (N. T.)

[24] *Systematic terrorism*. (N. T.)

[25] *Union votes*. (N. T.)

[26] *North West Virginia*. (N. T.)

[27] *Gulf States*. (N. T.)

[28] *Delegates*. (N. T.)

[29] *Slave party*. (N. T.)

[30] *Terrorism*. (N. T.)

[31] *Passed the Ordinance of Secession.* (N. T.)

[32] *Northern counties*. (N. T.)

[33] *Free men*. (N. T.)

[34] *United States Constitution*. (N. T.)

[35] *Union votes*. (N. T.)

[36] *Secession votes*. (N. T.)

[37] *Delegates*. (N. T.)

[38] *Swamps*. (N. T.)

[39] Referência ao golpe de Estado de Luís Bonaparte em 2 de dezembro de 1851. (N. E.)

[40] *The North against the South*. (N. T.)

[41] *Dilapidations*. (N. T.)

[42] *Committee of Enquiry*. (N. T.)

[43] *Slaveholders*. (N. T.)

[44] *Top put down*. (N. T.)

[45] *Poor whites*. (N. T.)

[46] *Mob*. (N. T.)

[47] "*It is mere mockery for the same men who made the Constit. in Montgomery to come back to Georgia and ratify it under the name of a State Convention*" (N. T.)

[48] "*The State Conventions [...] called for another purpose [...] assume that they are the people, and under such an assumption of power can appoint delegates to a General Convention without consulting the people. All the acts of the Congress of their Confederacy are passed in secret session with closed doors, and what is done is kept from the people*". (N. T.)

[49] "*The whole movement for secession, and the formation of a new Gvt, so far at least as Georgia is concerned [e a Geórgia é mais populoso dos estados escravagistas], proceed on only a quasi consent of the people and was pushed through, under circumstances of great excitement and frenzy, by a fictitious majority. With all the appliances brought to bear etc, the election of the 4th of January showed a falling off of nearly by 3000, and an absolute majority of elected deputies of 79. But, upon assembling, by wheedling, coaxing, buying, and all the arts of deception, the convention showed a majority of 31* [*against Union*] [...] *The Georgia Convention and the Confederate Congress have gone forward in their work, as none can deny, without authority from the people*". (N. T.)

[50] "*The Convention has adopted the permanent Constit. in behalf of the State of Alabama* [...] *The great fact stands forth that the delegates were not chosen for any such purpose*". (N. T.)

[51] "*The Convention made haste to usurp the prerogative, and ratify the Constitution* [...] *It is a remarkable fact, that the substantial, physical force of the country, the hardfisted, handworking men, expected to do all the fighting when the country calls, were from the beginning opposed to the Ordinance of Secession*". (N. T.)

[52] "*Here secession succeeded only by suppressing the election returns* [...] t*he government has been changed into despotism".* (N. T.)

[53] *State Convention*. (N. T.)

[54] *Old*. (N. T.)

[55] *Politicians*. (N. T.)

[56] *United States*. (N. T.)

[57] "*The Montgomery instrument* [...] *did not inaugurate a government of the people, but an odious and unmitigated oligarchy. The people had not been permitted to act in the matter*". (N. T.)

[58] *Plot*. (N. T.)

[59] *Usurpation*. (N. T.)

[60] "*In Alabama a majority of the popular vote was cast against going out, but a small majority of the delegates were for secession, they took Al. out, and refused the people to have any voice in the matter. The vote of Louisiana, too, was against secession, but the delegates suppressed it etc.*". (N. T.)

11. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)

Manchester, quarta-feira, 27 de novembro de 1861[a]

Mehr, 27 nov. 1861

Caro Mouro,

Esses ianques enlouqueceram completamente para pregar essa peça insana contra os comissários confederados[1]? O fato[2] de que também aqui no Canal um navio de guerra está à espera do vapor-correio[3] prova que as instruções gerais foram dadas de Washington. Capturar presos políticos à força em um navio estrangeiro é o *casus belli* mais claro que se pode ter. Os sujeitos só podem ser completamente imbecis para chamar uma guerra contra a Inglaterra na cara e na coragem. Se a guerra estourar realmente, você pode enviar suas cartas para Nova York pela Alemanha ou por Le Havre em envelopes através de um intermediário, mas terá de tomar cuidado para não alimentar os inimigos[4] da rainha[5].

[...]

Seu

F. E.

---

[a] Excerto traduzido de “Friedrich Engels an Karl Marx in London, Manchester, Mittwoch, 27. November 1861”, em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 11 (Berlim, Akademie Verlag,

2005), p. 605.

[1] *Confederate commissioners*. (N. T.)

[2] *Fact*. (N. T.)

[3] *Mail steamer*. (N. T.)

[4] *Enemies*. (N. T.)

[5] *Queen*. (N. T.)

12. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)

Londres, segunda-feira, 9 de dezembro de 1861[a]

9 dez. 1861

Caro Engels,

[…]

A *guerra*, como expliquei desde o primeiro dia no *Presse*, não será com a América, e só lamento não ter tido meios para explorar a burrice de uma Bolsa de Valores dominada por Reuter e pelo *Times* durante esse período de idiotices.

[…]

Salut

Seu

KM

---

[a] Excerto traduzido de “Karl Marx an Friedrich Engels in Manchester, London, Montag, 9. Dezember 1861”, em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 11 (Berlim, Akademie Verlag, 2005), p. 615-6.

13. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)

Londres, quinta-feira, 19 de dezembro de 1861[a]

19 dez. 1861

Caro Engels,

[…]

Quanto à *guerra com a América*, *pode ser* que Pam[1] seja bem-sucedido e consiga concretizá-la, mas não será fácil. Ele precisa de um pretexto[2] e *não* me parece que *Lincoln lhe dará um*. Parte do governo, Milner Gibson, Gladstone, mais ou menos[3] Lewis, não serão enganados[4] tão facilmente quanto John Russell.

Considerando o caso em si, os americanos, segundo o direito marítimo *inglês*, que também é aplicável a eles, não são culpados nem do ponto de vista *material* nem do ponto de vista *formal*. Quanto à questão do direito *material*[5], os próprios procuradores da Coroa inglesa[6] já decidiram nesse sentido. Uma vez que Pam queria um pretexto[7], evocou-se um *erro in forma*, um tecnicismo, uma artimanha jurídica[8]. O que também está errado. De acordo com o direito marítimo inglês, é preciso distinguir duas coisas. Se um navio neutro transporta artigos e pessoas *beligerantes*[9], ou *contrabando de guerra*[10], coisas ou pessoas. Nesse último caso, o navio com carga e pessoas deve ser apreendido e levado a um porto para julgamento[11]. No primeiro caso – quando *não restam dúvidas* de que os bens[12] (o que no caso de pessoas é impossível) não

passaram para o domínio dos neutros –, as pessoas ou bens beligerantes[13] são confiscáveis em alto-mar[14], enquanto o navio etc. será liberado. Essa jurisprudência – ignorada pelas autoridades – foi continuamente confirmada pela Inglaterra, como me convenci após consultar o registro de Cobbett sobre toda a controvérsia com os neutros desde 1793.

Por outro lado, dado que os procuradores da Coroa[15] inglesa restringiram a questão a um erro *in forma*, isto é, reconheceram o *direito* dos ianques de confiscar todo navio inglês que carregue beligerantes[16] e rebocá-los até um porto para julgá-los[17], os ianques podem muito facilmente – e, em minha opinião, eles o farão – declarar que estão satisfeitos com essa concessão, que no futuro não violarão a *forma* do confisco etc., e que extraditarão Mason e Slidell por agora[18].

Se Pam quer realmente a guerra, é claro que pode fazê-la acontecer. Em minha opinião, *esse não é seu objetivo*. Se os americanos negociarem nos termos que imagino que farão, Pam dará uma nova prova ao estúpido John Bull de que ele é o "verdadeiro ministro inglês"[19]. O sujeito estará, então, livre para fazer o que quiser. Usará a oportunidade para:

1) exigir dos ianques o reconhecimento da Declaração de Paris sobre o direito dos neutros etc.;

2) sob esse pretexto, *o que até agora ele não se atreveu a fazer*, apelar para que o Parlamento inglês ratifique a renúncia de Clarendon ao velho direito marítimo inglês[20] – assinada em seu nome (Pam), pelas costas da Coroa e sem o conhecimento do Parlamento.

Pam está velho e os russos tentam emplacar a Declaração de Paris desde Catarina II. Ainda lhes faltam duas coisas: *a sanção do Parlamento inglês e a adesão dos Estados Unidos*[21]. Ambas serão

alcançadas nessa oportunidade. O espetáculo de guerra me parece somente um acessório teatral para fazer o estúpido John Bull aceitar a renúncia definitiva ao seu próprio direito marítimo[22] em favor da Rússia como uma vitória sobre os ianques graças à coragem[23] do "verdadeiro ministro inglês"[24].

As razões adicionais para o espetáculo da guerra seriam: desviar a atenção da Polônia (já que mesmo sujeitos como Conningham, de Brighton, reivindicavam em reuniões públicas a suspensão do pagamento do empréstimo russo-holandês[25]) e desviar a atenção da Dinamarca, onde a Rússia está ocupada, neste momento, em afastar o herdeiro presuntivo do trono, o Glücksburg, que ela mesma colocou lá.

É possível, é claro[26], que os ianques não cedam e Pam seja obrigado a ir à guerra para cumprir os preparativos e as rodamontadas que fez até agora. Contudo, eu apostaria cem contra um que isso não vai acontecer.

Salut

Seu KM

---

[a] Excerto traduzido de "Karl Marx an Friedrich Engels in Manchester, London, Donnerstag, 19. Dezember 1861", em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 11 (Berlim, Akademie Verlag, 2005), p. 622-4.

[1] Referência a lorde Palmerston. (N. E.)

[2] *Pretext*. (N. T.)

[3] *Plus ou moins*. (N. T.)

[4] *Befooled*. (N. T.)

[5] "*As to the question of material right*". (N. T.)

[6] *Crown lawyers*. (N. T.)

[7] *Pretext*. (N. T.)

[8] *A technicality, a legal quibble*. (N. T.)

[9] *A neutral ship belligerent goods e persons carries*. (N. T.)

[10] *Contraband of war.* (N. T.)

[11] *To be seized and brought into a port for adjudication*. (N. T.)

[12] *Goods*. (N. T.)

[13] *Belligerent goods*. (N. T.)

[14] *On the high sea*. (N. T.)

[15] *Crown lawyers*. (N. T.)

[16] *Belligerents*. (N. T.)

[17] *For adjudication*. (N. T.)

[18] *For the nonce*. (N. T.)

[19] *The truly English minister*. (N. T.)

[20] *Old English maritime law*. (N. T.)

[21] *United States*. (N. T.)

[22] *Maritime laws*. (N. T.)

[23] *Pluck*. (N. T.)

[24] *Truly English Minister*. (N. T.)

[25] *Stoppage of further payment of the Dutch-Russian loan*. (N. T.)

[26] *Of course*. (N. T.)

14. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)

Londres, segunda-feira, 3 de março de 1862[a]

3 de março de 62

Caro Engels,

[…]

Ficaria grato se você pudesse me enviar *esta semana* (até a manhã de sexta-feira) um artigo em *inglês* sobre a guerra americana. Pode escrevê-lo *de maneira bem informal*. O *Tribune* vai publicá-lo como uma carta de um oficial estrangeiro[1]. Observação: o *Tribune* odeia McClellan, que é vinculado ao Partido Democrata e, *enquanto* foi comandante em chefe de todos os exércitos[2], e não apenas no Potomac (onde até poderia se justificar), mas, sim, em *todos* os teatros de batalha, especialmente no Oeste, ele impediu por meio de *intervenção direta* qualquer ação. (Ele também é a alma das intrigas mais absurdas contra Frémont). Além disso, esse Mac, por espírito corporativista[3], e ódio aos civis[4], protegeu todos os traidores do Exército, como o coronel Maynard e o general Stone. A prisão deste ocorreu um ou dois dias depois que Clellan foi deposto do cargo de comandante em chefe[5] de todos os exércitos. Idem, o desavergonhado "representante"[6] do *New York Herald* em Washington foi preso como espião[7] contra a vontade de McClellan, e depois de ter brindado um dia antes toda a equipe[8] de McC. com um café da manhã regado a champanhe.

[…]

Salut

Seu

KM

---

[a] Excerto traduzido de “Karl Marx an Friedrich Engels in Manchester, London, Montag, 3. März 1862”, em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 12 (Berlim, Akademie Verlag, 2013), p. 29-30.

[1] *Letter of a Foreign Officer*. (N. T.)

[2] *Commander in chief of all the armies*. (N. T.)

[3] *Esprit de corps*. (N. T.)

[4] *Civillians*. (N. T.)

[5] *Commander in chief*. (N. T.)

[6] *Representative.* (N. T.)

[7] *Spy.* (N. T.)

[8] *Staff.* (N. T.)

15. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)

Manchester, quarta-feira, 5 de março de 1862[a]

Manchester, 5 de março de 62

Caro Mouro,

[…]

Você terá o artigo. Os arrogantes do Sul estão levando uma bela surra. O mais agradável é a recepção que as canhoneiras encontraram em todas as partes no rio Tennessee até Florence, Alabama (onde os bancos de areia começam a atrapalhar a navegação). Assim, no Tennessee ocidental, na planície, a maioria também é incontestavelmente a favor da União. Quinze mil prisioneiros, incluindo o melhor general dos confederados, Johnston, que decidiu Bull Run com um rápido movimento de concentração no centro, não é brincadeira.

[…]

Se vier a paz ou outra solução na América, pode ser que em função disso minha remuneração de julho de 61 a 62 caia em £ 100 – logo, terei de me endividar. Nós temos um monte de bens & não podemos vender nada, & estamos presos a isso até que a coisa na América volte ao normal, podendo perder todo o lucro acumulado até o final de dezembro. Penso que enquanto a rinha continuar, os sujeitos não terão como celebrar a paz.

[…]

Seu
F. E.

---

[a] Excerto traduzido de “Friedrich Engels an Karl Marx in London Manchester, Mittwoch, 5. März 1862”, em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 12 (Berlim, Akademie Verlag, 2013), p. 32-3.

16. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)

Londres, quinta-feira, 6 de março de 1862[a]

6 de março de 1862

Caro Frederick,

[…]

O Relatório da Câmara de Comércio[1] mostra, já como consequência da crise americana, grandes mudanças nas posições que os diversos mercados ocupam para as exportações inglesas. Índia no topo com £17 923 767 (incluindo Ceilão e Cingapura. A Índia somente com £16 412 090).

[…]

Não me parece muito provável[2] que os sulistas[3] celebrem a paz até julho de 1862. Se os nortistas[4] tiverem: 1) assegurados os estados fronteiriços[5] – e toda a questão gira em torno disso desde o início; 2) o Mississippi até New Orleans e o Texas, provavelmente começará um segundo período da guerra no qual os nortistas[6] não farão grandes esforços militares, mas, sim, vão tentar por meio do isolamento dos estados do Golfo[7] levá-los finalmente a uma reanexação[8] voluntária.

O comportamento do Bull durante essa guerra é, sem dúvida, o mais vergonhoso que já aconteceu.

[…]

Salut

Seu
KM

---

[a] Excerto traduzido de “Karl Marx an Friedrich Engels in Manchester, London, Donnerstag, 6. März 1862”, em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 12 (Berlim, Akademie Verlag, 2013), p. 34-7.

[1] *Board of trade*. (N. T.)

[2] *Probable*. (N. T.)

[3] *Southerners*. (N. T.)

[4] *Northerners*. (N. T.)

[5] *Border states*. (N. T.)

[6] *Northerners*. (N. T.)

[7] *Gulf States*. (N. T.)

[8] *Re-annexation*. (N. T.)

17. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)

Manchester, segunda-feira, 5 de maio de 1862[a]

Manchester, 5 de maio de 1862

Caro Mouro,

[...]

Sobre a América:

1) Batalha de Corinth. Pode ser classificada entre as grandes batalhas modernas bem travadas nas quais as forças militares são praticamente equivalentes. Eylau, Wagram, Lützen, Bautzen (aqui os franceses eram muito mais fortes, mas estavam sem cavalaria &, por isso, incapazes de realizar uma perseguição), Borodino, Magenta, Solferino. A batalha pega fogo, diz Clausewitz, como pólvora úmida, bem devagar, consumindo ambos os lados, &, no final, as vantagens conquistadas pelo lado vencedor são mais morais do que materiais. Em todo caso, a vantagem que Beauregard alcançou no domingo foi muito mais intensa e significativa do que Grant & Buell conseguiram na segunda-feira. A maior parte dos troféus permanece com os confederados, apesar de que eles foram finalmente derrotados, ou seja, foram obrigados a desistir do ataque e a recuar. Essa é a tática. A estratégia, todavia, é:

Beauregard concentrou todas as tropas que conseguiu para atacar, sempre que possível, as divisões federais que se aproximavam uma a uma. O que fracassou. As tropas de Grant,

Buell e Wallace foram suficientes para rechaçá-lo. Se tivessem perdido essa batalha, teriam perdido o Tennessee, mas eles o mantiveram. Foi graças apenas a sua barricada em Corinth que Beauregard não precisou recuar imediatamente para o sul. Se essa barricada será capaz de protegê-lo contra o ataque de Halleck (que agora assumiu o comando-geral), não podemos saber. Também não podemos confiar no boato de que ele vai receber um reforço colossal do Mississippi, Louisiana & Alabama. Se isso for parcialmente o caso, ainda são aqueles recrutas de segundo escalão que mais atrapalham do que ajudam. Por outro lado, as forças em Pittsburg Landing estavam tão próximas do equilíbrio, que, *sem reforços*, Halleck não conseguirá fazer um ataque rápido a um campo entrincheirado, muito menos uma grande operação ofensiva. Não sabemos quais tropas, além das que participaram em Pittsburg Landing, os federalistas têm no Tennessee ou no Kentucky, por isso é difícil dizer quais são as chances. Enquanto isso, os unionistas interromperam a ferrovia de Memphis até Chattanooga (ou seja, até Richmond, Charleston e Savannah), assim como a oeste e a leste de Corinth. Consequentemente, Beauregard está limitado a uma ferrovia (até Mobile & New Orleans) & a questão agora é se ele conseguirá abastecer suas tropas por mais tempo em Corinth[1].

2) Virgínia. O herói McClellan está em apuros[2]. Acho que, com isso, ele vai sepultar sua falsa glória. Ele aceitou que McDowell lhe cedesse uma divisão, mas isso não vai ajudá-lo muito. Somente os *encouraçados* podem salvá-lo, dos quais um (Galena) zarpou para Monroe. Sobre isso, veja o correspondente americano no *Morning Star* de hoje, muito interessante para o Império Oriental[3]. A partir daí, você verá por que o *Monitor*, recentemente equipado, estava atracado, enquanto o *Merrimac*, o *Yorktown* etc. levaram com eles os três navios de transporte. Varrendo os rios à direita & à esquerda

& no flanco e na retaguarda, esses navios poderiam salvar os imbecis ou os traidores, exatamente como as canhoneiras em Pittsburg Landing salvaram o Sherman (os jovens recrutas nunca estiveram em combate).

3) Regiões Montanhosas[4]. Frémont ainda está em Wheeling &, em razão disso, a parte montanhosa do sul da Virgínia, assim como o leste do Tennessee, ainda estão nas mãos do inimigo. Ou seja, *as melhores regiões da União*! Não há um porquê para isso. De todo modo, já no início de abril, em Knoxville, no Tennessee, o regimento entrincheirado dos confederados provavelmente levará o primeiro tiro.

[...]

Bonaparte está blefando novamente na América. Ele irá se resguardar para não atiçar esse vespeiro. Antes do término do ano (vide o *Morning Star*), seus encouraçados, assim como toda a marinha mercante francesa, não estarão mais no Oceano e, então, adeus diversão!

A propósito, você deve ter visto no *Standard* de hoje (ou no *Morning Herald*) que o general Hecker se tornou o principal capturador de negros (Manhattan). *Guarde o jornal.*

[...]

Seu

F. E.

---

[a] Excerto traduzido de “Friedrich Engels an Karl Marx in London, Manchester, Montag, 5. Mai 1862”, em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 12 (Berlim, Akademie Verlag, 2013), p. 87-9.

[1] Os dados e análises das hostilidades contidos nesta carta foram usados no artigo “A imprensa inglesa e a queda de New Orleans”, de Marx, e “A situação no teatro de guerra americano”, de Marx e Engels. (N. E. I.)

[2] *In a dead fix*. (N. T.)

[3] *Ostreich*, antigo nome germânico para Áustria. (N. T.)

[4] *Mountain Department*. (N. T.)

18. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)

Londres, terça-feira, 6 de maio de 1862[a]

6 de maio

Caro Frederick,

[...]

Vou escrever mais uma vez a Dana. A remessa do *Tribune* me faz muita falta. É muita mesquinhez de Greeley e McElrath. Dos últimos números do *Tribune* de março, pude constatar duas coisas. Primeiro, que McClellan foi *perfeitamente* informado oito dias antes da retirada dos confederados. Segundo, que o *Times*, durante o caso Trent, se valeu do que farejou com sua tromba em Washington para apostar na Bolsa de Valores de Nova York.

[...]

As atuais manobras de Bonaparte no México (originalmente a coisa vinha de Pam) podem ser explicadas pelo fato de que Juarez somente reconheceu a dívida oficial com a França em 46 mil libras esterlinas. Mas Miramón e seu bando emitiram por intermédio do banqueiro suíço Jecker et Co. títulos da dívida pública no valor de 52 milhões de dólares (pelos quais foi pago algo em torno de 4 milhões). Esses títulos da dívida pública, com Jecker et Co somente como espantalhos[1], caíram a quase zero nas mãos de Morny et Co. Eles exigem o seu reconhecimento por Juarez. Por isso, essas lágrimas[2].

Schurz – se tornou general-brigadeiro sob o comando de Frémont!!!

Seu

KM

---

[a] Excerto traduzido de “Karl Marx an Friedrich Engels in Manchester London, Dienstag, 6. Mai 1862”, em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 12 (Berlim, Akademie Verlag, 2013), p. 90-1.

[1] *Hommes de paille*. (N. T.)

[2] *Hinc illae lacrimae*. (N. T.)

19. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)

Manchester, segunda-feira, 12 de maio de 1862[a]

Manchester, 12 de maio de 62

Caro Mouro,

[…]

O que me deixa louco no sucesso todo dos ianques não é a questão militar propriamente dita, mas a lentidão e a apatia evidentes em todo o Norte. Onde está a energia revolucionária no povo? Eles se deixam surrar & ficam orgulhosos da surra que levaram. Onde em todo o Norte há um único sinal de que as pessoas são sérias em alguma coisa? Nunca vi nada assim antes, nem nos piores momentos na Alemanha. Os ianques parecem, ao contrário, em sua maioria, já ficarem felizes com a perspectiva de ludibriar seus credores.

Au revoir

Seu

F. E.

---

[a] Excerto traduzido de “Friedrich Engels an Karl Marx in London, Manchester, Montag, 12. Mai 1862”, em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 12 (Berlim, Akademie Verlag, 2013), p. 94.

20. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)

Manchester, sexta-feira, 23 de maio de 1862[a]

Mehr, 23 de maio de 62

Caro Mouro

[…]

McClellan continua da maneira habitual. Os confederados sempre escapam dele porque ele nunca vai adiante, com a desculpa de que são muito[1] mais fortes do que ele. É por isso que eles sempre escapam. Uma guerra nunca foi conduzida dessa forma e, por isso, ele recebe um voto de agradecimento. Enquanto isso, essas infelizes escaramuças de retirada & as fugas constantes são suficientes para desmoralizar os confederados, &, quando a batalha decisiva chegar, eles perceberão isso.

A tomada de New Orleans foi uma façanha da frota. Extraordinária, especialmente a passagem dos fortes. Depois tudo ficou mais fácil. O efeito moral sobre os confederados foi gigantesco, & o material logo se fará sentir. Beauregard não tem mais nada que defender em Corinth, a posição só fazia sentido se tivesse de cobrir o Mississippi & a Louisiana, especialmente New Orleans. Beauregard está estrategicamente em uma posição em que mais uma batalha perdida o deixará sem alternativa, a não ser dissolver suas tropas em guerrilhas, uma vez que sem uma grande cidade atrás do seu

exército concentrando ferrovias & provisões, ele não *conseguirá* manter os contingentes unidos.

Se o exército confederado for derrotado na Virgínia, para evitar as histórias desmoralizantes anteriores, ele próprio terá de se dissolver em guerrilhas. Teria melhores chances, porque, em sua linha de retirada, muitos rios atravessam as montanhas até o mar, & teria a sua frente a besta do M'Clellan; no entanto, a natureza dos acontecimentos o levarão ou a aceitar uma batalha derradeira, ou a se dividir em bandos *sem* batalha. Exatamente como os russos tiveram de lutar em Smolensk & Borodino *contra* a vontade dos generais, que avaliaram corretamente a situação.

Se Beauregard ou o exército da Virgínia vencerem uma batalha, & não importa quão grande seja, isso ajudará pouco. Os confederados não estão em condições de tirar o menor benefício disso. Não conseguem avançar 20 milhas inglesas sem atolar &, portanto, terão de esperar um novo ataque. Falta-lhes tudo. A propósito, considero esse caso totalmente impossível sem traição direta.

O destino dos exércitos confederados depende agora de uma única batalha; resta examinar as chances de uma guerra de guerrilha. Agora, em relação a essa guerra em particular, é extremamente surpreendente quão pouco, ou melhor, quanto a população não participou dela. Em 1813, as linhas de comunicação francesas foram constantemente interrompidas e prejudicadas por Colomb, Lützow, Tchernychev e vinte outros líderes guerrilheiros e cossacos. Em 1812, a população russa desapareceu completamente da linha de marcha francesa. Em 1814, os camponeses franceses se armaram para matar as patrulhas aliadas e os retardatários, mas aqui, não acontece nada. As pessoas se submetem à sorte das grandes batalhas e se consolam com a máxima *a causa vencedora*

agradou aos deuses[2] etc. Todo aquele alarde em torno da guerra na ponta da faca acabou em puro chorume. E as guerrilhas vão continuar avançando? Imagino que o lixo branco[3] do Sul tentará algo assim depois da dissolução definitiva dos exércitos, mas estou convencido demais da natureza burguesa dos fazendeiros para não duvidar nem por um minuto que eles vão se converter imediatamente em ardentes defensores da União. Que tentem o banditismo[4] e os fazendeiros vão receber os ianques de braços abertos em toda a parte. As grandes fogueiras[5] no Mississippi são baseadas exclusivamente nos dois cidadãos do Kentucky que, segundo se diz, chegaram a Louisville – certamente não *pelo* Mississippi. O incêndio em New Orleans foi facilmente organizado & deverá se repetir em outras cidades; certamente algumas outras coisas também serão queimadas, mas o assunto deve levar necessariamente à cisão[6] entre fazendeiros e comerciantes, de um lado, &, de outro, o lixo branco[7], &, com isso, a Secessão acabou.

O fanatismo dos comerciantes de New Orleans pela Confederação se explica simplesmente pelo fato de que os sujeitos tiveram de aceitar uma massa de títulos da Confederação[8] em troca de dinheiro vivo. Sei de vários casos assim. Não podemos nos esquecer disso. Um bom empréstimo compulsório é uma forma esplêndida de amarrar a burguesia à revolução & embaralhar seus interesses de classe e seus interesses pessoais.

As melhores estimas à sua esposa e às meninas.

Seu

F. E.

---

[a] Excerto traduzido de “Friedrich Engels an Karl Marx in London, Manchester, Freitag, 23. Mai 1862”, em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 12 (Berlim, Akademie Verlag, 2013), p. 109-11.

[1] *A good deal*. (N. T.)

[2] *Victrix causa Diis placuit &t.*(N. T.)

[3] *White trash.* (N. T.)

[4] *Brigandage*. (N. T.)

[5] *Bonfires.* (N. T.)

[6] *Split*. (N. T.)

[7] *White trash.* (N. T.)

[8] *Confederation scrips*. (N. T.)

21. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)

Londres, terça-feira, 27 de maio de 1862[a]

27 de maio de 62

Caro Frederick,

[…]

A explosão do *Merrimac* me parece um claro ato de covardia da parte dos porcos confederados[1]. Os canalhas sempre podem arriscar algo mais. É maravilhoso que o *Times* (que defendeu com tanto ardor todos os projetos de leis de repressão[2] contra a Irlanda) agora lamente que se perca "liberdade" se o Norte tiranizar o Sul. O *Economist* também é muito bom. Em seu último número, ele explica que a fortuna financeira dos ianques[3] – a não depreciação do papel-moeda – é *incompreensível* (embora a questão seja muito simples). Até agora, semana após semana, ele consolou seus leitores com tal depreciação. Embora agora confesse que não entende do assunto e enganou seus leitores, os quais ele conforta com preocupações sombrias sobre as "operações de guerra" das quais não entende absolutamente nada.

O que tornou as operações em papel excepcionalmente mais fáceis para os ianques (o ponto central, assumir a confiança em sua causa e, portanto, em seu governo) foi o fato de que, em razão da Secessão, o Oeste estava quase sem papel-moeda, ou seja, sem meio circulante[4] em geral. Todos os bancos cujos títulos[5] principais

consistiam em obrigações[6] emitidas pelos estados escravagistas[7] quebraram. Além disso, milhões[8] em moeda que circulavam no Oeste em papéis bancários diretos dos bancos sulistas[9] foram tirados de circulação[10]. Em seguida, durante todo esse período, em parte em virtude da tarifa Morrill, em parte em virtude da própria guerra, que em grande medida foi responsável por acabar com a importação de bens de luxo, a balança comercial e, portanto, a taxa de câmbio foi favorável aos ianques[11] em relação à Europa. Uma taxa de câmbio desfavorável teria abalado seriamente a confiança patriótica nos papéis pelo lado dos filisteus.

No mais, é ridícula essa preocupação de John Bull com os juros da dívida pública que o Tio Sam[12] terá de pagar! Como se não fosse uma bagatela em comparação com a dívida inglesa, além do que os Estados Unidos[13] são hoje inquestionavelmente mais ricos do que a Inglaterra em 1815 com sua dívida bilionária.

[...]

E não é que Pam colocou Bonaparte em uma bela furada no México!

Salut

Seu

KM

---

[a] Excerto traduzido de “Karl Marx an Friedrich Engels in Manchester, London, Dienstag, 27. Mai 1862”, em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 12 (Berlim, Akademie Verlag, 2013), p. 114-5.

[1] O Merrimack, primeiro navio blindado dos rebeldes, destruiu vários navios de guerra unionistas em março de 1962. Para evitar que caísse na mão dos nortistas, foi explodido pelos confederados em 11 de maio de 1862, depois que eles evacuaram a base naval de Norfolk, Virgínia. (N. E. I.)

[2] *Coercion Bills*. Aprovadas no parlamento britânico em 1833 e 1847, a fim de destruir o movimento revolucionário na Irlanda, concederam poderes de emergência às autoridades

inglesas. (N. T.)

[3] *Yankees*. (N. T.)

[4] *Circulating medium*. (N. T.)

[5] *Securities*. (N. T.)

[6] *Bonds*. (N. T.)

[7] *Slave states*. (N. T.)

[8] *Millions*. (N. T.)

[9] *Southern banks*. (N. T.)

[10] *Currency*. (N. T.)

[11] *Yankees*. (N. T.)

[12] *Uncle Sam.* (N. T.)

[13] *United States.* (N. T.)

22. Friedrich Engels e Karl Marx (Londres)

Manchester, quinta-feira, 29 de maio de 1862[a]

Manchester, 29 de maio de 1862

Caro Mouro,

[…]

Anneke está com o exército de Buell & começa a escrever a partir de hoje no *Augsburger*. Tenho um pouco de receio pelas tropas de Halleck, a coisa já se arrastou por muito tempo & parece que ele não recebeu nenhum reforço, embora as mentiras de Spence no *Times* não signifiquem nada. Willich comanda o 32º Regimento de Indiana como coronel (o eterno coronel![1]).

[…]

Parece que agora começou uma pequena guerra de guerrilha, mas certamente não é muito importante, & caso haja uma vitória, o avanço das tropas auxiliares, junto com uma cavalaria, logo põe fim à coisa. Em caso de derrota, seria, é claro, fatal.

Seu

F. E.

---

[a] Excerto traduzido de “Friedrich Engels an Karl Marx in London Manchester, Donnerstag, 29. Mai 1862”, em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 12 (Berlim, Akademie Verlag, 2013), p. 116.

[1] *The eternal colonel!* (N. T.)

23. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)

Manchester, quarta-feira, 4 de junho de 1862[a]

Mehr, 4 de junho de 1862

Caro Mouro,

[…]

Então, finalmente, soubemos pela carta de Anneke que Halleck tinha em 26 de abril um pouco mais que 100 mil homens & 300 canhões, incluindo Pope & Mitchell, & que ainda esperava a chegada de Curtis & Sigel com mais reforços. Até 29 de abril a situação do Exército parece em geral satisfatória, Anneke não mencionou doenças. Com base nisso, concluo que os relatos sobre doenças eram falsos. A propósito, é preciso dizer que Stanton & Halleck sabem como fazer o público e a imprensa desconfiar, é muito fácil ter um correspondente para cada exército ao qual o general diz o que ele deve escrever, de sorte que o público receba alguma notícia. – A grande batalha, portanto, deve ser travada assim que Sigel & Curtis chegarem por lá. O cálculo de Spence de que 120 mil homens são necessários para manter em ordem os *estados fronteiriços*[1] é risível; parece não haver quase nenhum homem no Kentucky (com exceção dos campos de treinamento para recrutas perto de Louisville, de onde sairão as tropas de Siegel) & em Nashville, segundo Anneke, havia convalescentes etc.; no mais, além dos exércitos de Halleck e McClellan, restam nos estados fronteiriços[2]

apenas Frémont (que, ao que parece, não tem mais exército algum), Banks (que deve estar bem enfraquecido) & McDowell, que pertencem todos ao exército *regular*. Por outro lado, Spence se engana 1) os exércitos dos federais não perfazem 500 mil homens neste momento, 2) certamente eles distribuíram mais de 90 mil homens pela costa. Calculo algo como:

Na costa	100 mil homens
Banks & Frémont	30 mil
Siegel & Curtis	30 mil
M'Clellan	80 mil
Arredores de Washington	30 mil
McDowell	30 mil
Halleck	100 mil

Portanto, um total de 400 mil homens em campo, mais cerca de 60 mil recrutas, convalescentes & pequenos destacamentos que podem ser repartidos no Missouri, em ambas as margens do baixo Ohio & do Tennessee, & em parte nas cidades do Nordeste, somando ao todo 460 mil homens. Aqui minha conta é incrementada por um novo recrutamento de 50 mil homens, que em breve deve ser seguido de outro de igual proporção; parece que querem manter o exército com uma força regular de 500 mil homens.

A maior asneira & presunção de Stanton foi suspender o recrutamento. Isso foi daninho materialmente, & causou toda a perda de tempo em Corinth & Richmond; & moralmente essa revogação causa muito mais prejuízo – sem levar em conta o fato de que agora será muito mais difícil conseguir recrutas. Há gente suficiente lá; em decorrência da imigração, os estados do Norte devem ter pelo

menos 3 ou 4% a mais de população entre 20 e 35 anos do que qualquer outra região.

De resto, o senhor[3] Anneke aparece em suas cartas como o velho rabugento[4], preguiçoso e sabichão que analisa o Exército não de acordo com as circunstâncias, ou com o adversário, mas, sim, com os antigos exércitos europeus, & não como eles eram, mas como *deveriam ser*. O burro deveria se lembrar da bagunça que ele mesmo deve ter visto com bastante frequência durante as manobras prussianas.

[...]

Seu

F. E.

---

[a] Excerto traduzido de “Friedrich Engels an Karl Marx in London, Manchester, Mittwoch, 4. Juni 1862”, em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 12 (Berlim, Akademie Verlag, 2013), p. 117-8.

[1] No original, em inglês: *border states*. (N. T.)

[2] Idem.

[3] *Monsieur*. (N. T.)

[4] *Faultfinder.* (N. T.)

24. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)

Manchester, quarta-feira, 30 de julho de 1862[a]

Mehr, 30, quarta-feira, 1862

Caro Mouro,

[...]

Afinal, a história na América está indo mal, & o senhor Stanton é o principal culpado, porque, depois da conquista do Tennessee, ele suspendeu o recrutamento por pura presunção, o que condenou o Exército a um contínuo enfraquecimento exatamente no momento em que precisava de mais reforços para uma ofensiva rápida e decisiva. Com um fluxo constante de recrutas, a guerra poderia ainda não estar decidida, mas o êxito seria certo. Com vitórias sucessivas, os recrutas se apresentariam naturalmente. E a medida foi ainda mais estúpida uma vez que o Sul estava justamente recrutando todos os homens de 18 a 35 anos, ou seja, estava apostando tudo em uma última cartada. Enquanto isso, essas pessoas treinadas estão agora por toda a parte, dando preponderância aos confederados & garantindo a iniciativa da ofensiva para eles. Cercaram Halleck, expulsaram Curtis do Arkansas, derrotaram McClellan &, sob o comando de Jackson no vale do Shenandoah, deram o sinal para os comboios de guerrilheiros, que já estão avançando sobre Ohio. É impossível agir de maneira mais estúpida do que Stanton.

E mais. Vendo que não poderia tirar McClellan do comando do exército do Potomac, Stanton cometeu a tolice de enfraquecê-lo, enviando comandos especiais para Frémont, Banks & McDowell, & *dividindo as forças com o intuito de derrubar McClellan*. A consequência disso foi que não só McClellan foi derrotado, como agora a opinião pública pensa que não foi McClellan, mas Stanton o culpado pela derrota. Bem feito para o senhor Stanton.

Nada disso teria significado e poderia até ser aproveitado, se a guerra finalmente tivesse uma condução revolucionária. Mas ela não tem. A derrota não incita os ianques, ela os relaxa. Se já se chegou ao ponto de, para conseguir recrutas, aceitar levá-los *por somente 9 meses*, isso não significa nada mais do que: já estamos ferrados & queremos apenas um exército de aparência como meio de barganha durante as negociações de paz. Esses 300 mil voluntários, esse era o critério, &, negando-se a fornecê-los, o Norte declara que, no fundo[1], não está nem um pouco interessado na coisa toda. E depois, que covardia no governo e no Congresso! Temem a conscrição, as medidas financeiras resolutas, atacar a escravidão e, sobretudo, o que é urgente, e deixam tudo no ar, & se uma pseudomedida acaba passando no Congresso, o honorável Lincoln lhe acrescenta tantas cláusulas que ela é reduzida a nada. Essa frouxidão, esse colapso, como um balão furado, ante a pressão das derrotas que um exército, o mais forte e melhor, sofreu & que, na prática, deixou Washington vulnerável, essa total ausência de penetração nas massas populares – isso me prova que está tudo acabado[2]. Aquelas poucas reuniões de massa etc. não querem dizer nada, não chegam nem perto da comoção de uma eleição presidencial.

Junte a isso a total falta de habilidade. Um general mais imbecil do que o outro. Não existe um que seja capaz de tomar uma iniciativa

ou decisão independente. A iniciativa está de novo há três meses totalmente com o inimigo. E depois, as medidas fiscais, todas, uma mais louca do que a outra. Desorientação e covardia por todos os lados, com exceção do soldado comum. O mesmo vale para os políticos – tão absurdos e desnorteados. E o povo[3] está mais desamparado do que se estivesse há 3 mil anos sob o cetro austríaco.

Para o Sul, por outro lado – não adianta fechar os olhos para o fato[4] –, a questão é de vida ou morte. O fato de não conseguirmos algodão é uma prova. As guerrilhas nos estados fronteiriços é outra. No entanto, depois de tal isolamento do mundo, que uma população agrária possa suportar uma guerra dessa monta, & depois de pesadas derrotas, perda de recursos, pessoas & território, possa agora ser novamente vitoriosa & ameaçar o Norte com uma ofensiva, isso é decisivo em minha opinião. Eles estão lutando extraordinariamente bem, & o que havia de sentimento pela União[5], à parte as montanhas, certamente será perdido com a reocupação do Kentucky & do Tennessee.

Se eles ganharem o Missouri, conseguirão também os territórios[6], & o Norte pode fazer as malas.

Como eu disse, se o Norte não entrar em estado revolucionário imediatamente, levará uma tremenda surra & a terá merecido – & é o que parece estar acontecendo.

[...]

Saudações à sua esposa & às crianças.

Fraternamente,

Seu

F. E.

[a] Excerto traduzido de “Friedrich Engels an Karl Marx in London, Manchester, Mittwoch, 30. Juli 1862”, em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 12 (Berlim, Akademie Verlag, 2013), p. 168-70.

[1] *Au fond.* (N. T.)

[2] *That it is all up*. (N. T.)

[3] *Populus*. (N. T.)

[4] *It’s no use shutting one’s eyes to the fact.* (N. T.)

[5] *Union feeling*. (N. T.)

[6] *Territories*. (N. T.)

25. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)

Londres, quinta-feira, 7 de agosto de 1862[a]

Londres, 7 de agosto

Caro Engels,

[...]

Não compartilho inteiramente de sua visão sobre a Guerra Civil Americana[1]. Não acredito que já esteja tudo acabado[2]. Os nortistas[3] foram controlados desde o início pelos representantes dos estados fronteiriços escravagistas[4], que também puseram McClellan, esse velho partidário de[5] Breckinridge, no comando do Exército. O Sul, ao contrário, agiu em uma única direção desde o início. Foi o próprio Norte que transformou a escravidão em uma força militar do Sul, ao invés de virá-la contra ele. O Sul deixou o trabalho produtivo[6] com os escravos e, assim, pôde conduzir toda a sua força militar para o campo de batalha sem ser perturbado. Os sulistas tinham uma liderança militar unificada; o Norte, não. Que não havia plano estratégico já estava claro nas manobras do exército do Kentucky depois da conquista do Tennessee. Em minha opinião, tudo isso vai dar uma nova guinada[7]. O Norte vai finalmente levar a guerra a sério e recorrer a meios revolucionários, e ainda vai derrubar a supremacia dos estadistas escravagistas dos estados fronteiriços[8]. Um único regimento de negros vai mexer com os nervos dos sulistas.

A dificuldade de conseguir 300 mil homens parece-me puramente política. O Noroeste e a Nova Inglaterra querem e vão forçar o governo a abandonar a condução diplomática da guerra e já estão realizando acordos para fazer aparecer 300 mil homens[9]. Se Lincoln não ceder (o que ele fará), haverá uma revolução.

No que tange à falta de talento militar, a escolha dos generais, feita até agora com base apenas em chicanas diplomáticas e partidárias, dificilmente poderia trazer algum militar talentoso para o comando. O general Pope me parece um homem com energia.

No que tange às medidas financeiras, elas são ineptas, como é normal em um país onde de fato[10] (para toda a federação) ainda não existiam impostos, mas não tão estúpidas quanto as de Pitt e dos conservadores. A atual desvalorização da moeda não me parece que possa ser atribuída a razões econômicas, mas, sim, a motivos puramente políticos, à desconfiança[11]. Isso vai mudar com a adoção de outra política.

No curto e longo prazo da história, parece-me que a atual guerra precisa ter uma condução revolucionária, mas até agora os ianques[12] só tentaram conduzi-la dentro dos limites constitucionais.

Salut

Seu

KM

---

[a] Excerto traduzido de “Karl Marx an Friedrich Engels in Manchester, London, Donnerstag, 7. August 1862”, em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 12 (Berlim, Akademie Verlag, 2013), p. 185-7.

[1] *American civil war.* (N. T.)

[2] *That all is up*. (N. T.)

[3] *Northerners*. (N. T.)

[4] *Border slaves states*. (N. T.)

[5] *Partisan of*. (N. T.)

[6] *Productive labour*. (N. T.)

[7] *Take another turn*. (N. T.)

[8] *Border slaves statesmen*. (N. T.)

[9] *Terms on which the 300.000 men shall come forth*. (N. T.)

[10] *In fact.* (N. T.)

[11] *Distrust*. (N. T.)

[12] *Yankees*. (N. T.)

26. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)

Manchester, terça-feira, 9 de setembro de 1862[a]

Manchester, 9 set. 1862

Caro Mouro,

[...]

A história de Bull Run II foi uma boa peça pregada por Stonewall Jackson, de longe o melhor sujeito da América. Se ele tivesse sido apoiado na frente de batalha durante o ataque do exército principal dos confederados, & se tudo tivesse dado certo (ou até mesmo parcialmente), senhor[1] Pope provavelmente já estaria entregue. No entanto, a coisa não levou a nada, a não ser fazer os confederados conquistarem uma grande vantagem moral – respeito por seu espírito guerreiro & por Jackson – & alguns metros quadrados de território, o que, em contrapartida, acelerou a unificação e concentração de todo o Exército federal em frente a Washington. No próximo vapor, provavelmente teremos mais notícias sobre novas batalhas nas quais os federalistas poderiam ser vitoriosos, se os generais não fossem tão estúpidos. Mas o que fazer com essa gentalha! Pope é o pior de todos, só sabe se gabar, contraordenar, mentir e esconder as surras. Em verdade, McClellan, o espertalhão do estado-maior, parece agora ser novamente uma pessoa razoável. Uma vez que foi ordenado que a partir de agora todos os futuros generais-superiores precisarão ser aprovados no exame prussiano

do nó da espada[2]. É patético demais, & os sujeitos no Sul, que ao menos sabem o que querem, já me parecem heróis em comparação com a economia morosa do Norte. Ou você acredita que os cavalheiros no Norte vão esmagar a “rebelião”[3]?

Adieu

Seu

F. E.

---

[a] Excerto traduzido de “Friedrich Engels an Karl Marx in London, Manchester, Dienstag, 9. September 1862”, em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 12 (Berlim, Akademie Verlag, 2013), p. 229-30.

[1] *Monsieur*. (N. T.)

[2] Exame interno ao generalato aplicado pelas forças armadas da Prússia. (N. T.)

[3] *Rebellion.* (N. T.)

27. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)

Londres, quarta-feira, 10 de setembro de 1862[a]

Londres, 10 de setembro

Caro Engels,

[…]

No que tange aos ianques, estou inteiramente certo, tanto agora quanto antes, de que o Norte ao final vencerá; a guerra civil pode, contudo, passar por todos os tipos de episódios, talvez também por armistícios, e se arrastar. O Sul somente faria e poderia celebrar a paz sob a condição de receber os estados fronteiriços escravistas[1]. Nesse caso, a Califórnia também iria para ele, o Noroeste a seguiria, e toda a Federação, com exceção dos estados da Nova Inglaterra[2], formaria novamente um país, dessa vez sob a reconhecida supremacia dos proprietários de escravos[3]. Seria a reconstrução dos Estados Unidos[4] sobre as bases exigidas pelo Sul. Isso é impossível e não vai acontecer.

O Norte, por sua vez, somente pode celebrar a paz se a Confederação[5] se limitar aos velhos estados escravagistas e ficar encerrada entre o rio Mississippi e o Atlântico[6]. Nesse caso, a Confederação[7] não tardaria a chegar a sua morte espiritual. Armistício etc. no meio do caminho, com base no atual *status quo*, poderia no máximo levar a uma pausa na guerra.

A maneira como o Norte trava a guerra não é muito diferente de outras repúblicas *burguesas* onde a fraude reinou soberana por tanto tempo. O Sul, uma oligarquia, se adapta melhor, ou seja, uma oligarquia na qual todo o trabalho produtivo vai para os negros[8] e os 4 milhões de "lixo branco"[9] são flibusteiros por profissão. Apesar de tudo, aposto meu pescoço que esse pessoal perderá, mesmo tendo "Stonewall Jackson". É possível, no entanto, que no próprio Norte haja antes uma espécie de revolução.

Willich é o general-brigadeiro e, como Kapp contou em Colônia, Stephens também deve entrar na guerra.

Parece-me que você se deixou contaminar um pouco demais[10] pelo aspecto[11] militar da coisa.

No que tange ao elemento econômico, não quero sobrecarregá-lo com isso em sua viagem.

Salut
Seu
KM

---

[a] Excerto traduzido de "Karl Marx an Friedrich Engels in Manchester, London, Mittwoch, 10. September 1862", em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 12 (Berlim, Akademie Verlag, 2013), p. 233-4.

[1] *Border slaves states*. (N. T.)

[2] *New England States*. (N. T.)

[3] *Acknowledged supremacy of the slaveholders*. (N. T.)

[4] *United States*. (N. T.)

[5] *Confederacy*. (N. T.)

[6] *Atlantic*. (N. T.)

[7] *Confederacy*. (N. T.)

[8] *Niggers*. O termo *nigger* adquiriu hoje – especialmente nos Estados Unidos – um sentido mais pejorativo e inaceitável do que tinha na Europa durante o século XIX. (N. E. I.)

[9] *White trash*. (N. T.)

[10] *A little too much*. (N. T.)

[11] *Aspect*. (N. T.)

28. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)

Manchester, quinta-feira, 16 de outubro de 1862[a]

Manchester, 16 out. 1862

Caro Mouro,

[…]

O que você acha da América? A ruína[1] financeira, que não pode ser contida por meio dessas estúpidas medidas monetárias, se aproxima. Militarmente, o Norte parece um pouco mais próximo de andar de novo com as próprias pernas.

[…]

Saudações à esposa e às meninas.

Seu

F. E.

---

[a] Excerto traduzido de “Friedrich Engels an Karl Marx in London, Manchester, Donnerstag, 16. Oktober 1862”, em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 12 (Berlim, Akademie Verlag, 2013), p. 252-3.

[1] *Crash*. (N. T.)

29. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)

Londres, quarta-feira, 29 de outubro de 1862[a]

Recebi as £ 10

29 de outubro de 62

Caro Engels,

[…]

Quanto à América, acredito que a campanha de Maryland foi decisiva, na medida em que mostrou que, mesmo nessa parte mais ao sul dos estados fronteiriços[1], o apoio à Confederação é baixo. Toda a luta gira em torno dos estados fronteiriços[2]. Quem os tiver, terá o domínio da União[3]. O fato de Lincoln ter promulgado o futuro ato de emancipação no momento em que os confederados avançavam sobre o Kentucky mostra que cessou toda a consideração pelos leais proprietários de escravos dos *estados fronteiriços*[4]. A emigração de proprietários de escravos do Missouri, do Kentucky e do Tennessee com seu gado negro[5] para o Sul já é enorme e, com a guerra prolongando-se ainda mais, o Sul certamente vai perder todo o seu apoio ali. Ele começou a guerra pelos territórios. A própria guerra era uma maneira de destruir o poder dos sulistas nos estados fronteiriços[6]; de todo modo, como a criação de escravos[7] e o mercado interno de escravos[8] não encontravam mais mercado, os vínculos com o Sul foram gradativamente se afrouxando. Portanto, em minha opinião, para o

Sul, a questão agora é apenas de defesa. Sua única chance de sucesso, no entanto, é a ofensiva. Se for confirmada a notícia de que Hooker receberá o comando ativo do exército do Potomac, que M'Clellan será "retirado" para o posto "teórico" de *comandante em chefe*[9] e que Halleck assumirá o comando supremo no Oeste, então a guerra na Virgínia terá um caráter bem mais vigoroso. Além disso, a época do ano mais favorável aos confederados[10] já passou[11].

Moralmente, o fracasso da campanha de Maryland teve um enorme significado.

No que tange ao aspecto financeiro, os Estados Unidos[12] sabem desde a época da Guerra de Independência, e nós, a partir da observação dos austríacos, até onde se pode ir com a moeda desvalorizada. O fato é que os ianques nunca exportaram tantos grãos para a Inglaterra como neste ano, a safra atual está novamente muito acima da média e há dois anos a balança comercial não é tão favorável. Assim que o novo sistema tributário (apesar de insosso e muito parecido com o de Pitt) entrar em vigor, virá finalmente o *refluxo*[13] do papel-moeda, que foi *emitido* ininterruptamente até agora. Uma prolongação da emissão de papel na atual escala é supérflua, portanto, e pode gerar ainda mais inflação. O que tornou a inflação menos perigosa do que foi em circunstâncias semelhantes na França, e mesmo na Inglaterra, é que os ianques nunca proibiram *a prática dos dois preços*, um preço em ouro[14] e um preço em papel-moeda[15]. A verdadeira desvantagem da coisa é dissolvida em uma dívida interna, para a qual o equivalente correto nunca foi recebido, e em um prêmio por emprego e especulação[16].

Quando os ingleses se gabam de que sua inflação nunca ultrapassou 11% (segundo outros, durante algum tempo[17] ela chegou a mais do que o dobro disso), eles deliberadamente se

esquecem de que não apenas continuaram pagando os antigos impostos, como também pagaram anualmente os novos sobre os antigos, portanto o refluxo[18] das notas bancárias estava assegurado desde o início, enquanto os ianques conduziram a guerra um ano e meio sem impostos (com exceção dos baixíssimos impostos de importação), simplesmente por meio de repetidas emissões de papel-moeda. Com base no processo, que agora atinge seu ponto de inflexão, a inflação ficou, de fato, relativamente baixa.

A fúria com que os sulistas receberam a medida de Lincoln comprova sua importância. Todos os decretos de Lincoln têm a aparência de peças pouco criativas e herméticas que um advogado apresenta a sua contraparte. Isso não impede, porém, o seu conteúdo histórico e, na verdade, me diverte quando penso, por outro lado, no drapeado com que o francês[19] reveste as coisas mais insignificantes.

Naturalmente, como outros, vejo como são repulsivos os movimentos dos ianques; acho isso explicável por sua natureza de democracia "burguesa". No entanto, os acontecimentos lá estão mudando o mundo e em toda história não há nada mais asqueroso do que a atitude inglesa em relação a isso.

Saudação ao Lupus.

Salut

Seu

KM

---

[a] Excerto traduzido de "Karl Marx an Friedrich Engels in Manchester, London, Mittwoch, 29. Oktober 1862", em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 12 (Berlim, Akademie Verlag, 2013), p. 256-8.

[1] *Border states*. (N. T.)

[2] Idem.

[3] *Union*. (N. T.)

[4] *Border states*. (N. T.)

[5] *Black chattel*. (N. T.)

[6] *Border states* (N. T.)

[7] *Breeding of slaves*. (N. T.)

[8] *Internal slave trade*. (N. T.)

[9] *Commander in chief*. (N. T.)

[10] *Confederates*. (N. T.)

[11] *Gone*. (N. T.)

[12] *United States*. (N. T.)

[13] *Reflux*. (N. T.)

[14] *Gold price*. (N. T.)

[15] *Paper price* (N. T.)

[16] *Premium for jobbing and speculation*. (N. T.)

[17] *During some time*. (N. T.)

[18] *Reflux*. (N. T.)

[19] *Frenchman*. (N. T.)

30. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)

Manchester, quarta-feira, 5 de novembro de 1862[a]

Manchester, 5 nov. 1862

Caro Mouro,

[...]

Quanto à América[1], creio também, é claro, que os confederados receberam em Maryland um golpe moral inesperado e de grande significado. Também estou convencido de que o domínio definitivo sobre os estados fronteiriços[2] decidirá o resultado da guerra. Agora, não estou de forma alguma certo de que a história ocorrerá da maneira clássica como você parece acreditar. Apesar de todo o alvoroço dos ianques, não há ainda nenhum sintoma de que essas pessoas vejam a coisa como uma questão de existência nacional. Ao contrário, essas vitórias eleitorais dos democratas mostram antes que o partido dos cansados da guerra está crescendo. Se houvesse apenas uma prova, um sinal de que a massa do Norte começará a agir como na França em 1792 & 93, seria muito bom. No entanto, a única revolução que se pode esperar parece antes uma contrarrevolução democrata & uma paz preguiçosa, que também distribuirá os estados fronteiriços[3]. Que a questão está longe de ser resolvida – isso é fato. Mas antes disso, devo dizer que não consigo me entusiasmar com um povo que, em uma questão tão colossal, se

deixa apanhar continuamente por uma força que é ¼ de sua própria população & depois de dezoito meses de guerra não conseguiu nada mais do que descobrir que todos os seus generais são umas bestas & que seus líderes civis são patifes & traidores. A coisa precisa ser diferente, mesmo em uma república burguesa, se eles não quiserem afundar na lama. O que você diz sobre a maneira repugnante como os ingleses estão lidando com as coisas é inteiramente a minha opinião.

[…]

Melhores cumprimentos.

Seu

F. E.

---

[a] Excerto traduzido de “Friedrich Engels an Karl Marx in London, Manchester, Mittwoch, 5. November 1862”, em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 12 (Berlim, Akademie Verlag, 2013), p. 262-3.

[1] *Quant à la Amérique*. (N. T.)

[2] *Border states*. (N. T.)

[3] Idem.

31. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)

Manchester, sábado, 15 de novembro de 1862[a]

Manchester, 15 nov. 1862

Caro Mouro,

[...]

Aguardo ansiosamente que o vapor[1] traga notícias das eleições nova-iorquinas. Se os democratas vencerem no estado de Nova York, já não saberei mais o que pensar dos ianques. Que um povo que se encontra em um grande dilema histórico, que é ao mesmo tempo uma questão da sua própria existência, se torne reacionário em massa[2] após dezoito meses de luta & vote pela própria rendição, isso vai além da minha compreensão. Por melhor que seja que, por um lado, a república burguesa sinta vergonha de si mesma na América, de sorte que nunca mais possa ser pregada por seus próprios méritos[3], mas somente como meio e forma de transição para a revolução social, é irritante que uma oligarquia podre, com apenas metade da população, demonstre ser tão forte quanto a flácida, grande e impotente democracia. Se, por acaso, os democratas vencerem, então o bravo McClellan & os egressos de Westpoint ficarão em uma posição mais vantajosa, & o espetáculo chegará em breve ao final. Os sujeitos são capazes de celebrar a paz, se o Sul retornar à União, sob a condição de que o presidente seja sempre um sulista[4] & o Congresso tenha sempre o mesmo

número de sulistas e nortistas[5]. São capazes de proclamar Jefferson Davis presidente dos Estados Unidos[6], & até mesmo entregar todos os estados fronteiriços[7], se não houver outra proposta de paz. Dessa forma, adeus, América.

Da emancipação de Lincoln não se vê nenhum efeito até agora, a não ser que o Noroeste votou pelos democratas por medo de uma inundação de negros nas cidades.

[…]

Saudações fraternas à esposa & às meninas.

Seu

F. E.

---

[a] Excerto traduzido de “Friedrich Engels an Karl Marx in London, Manchester, Samstag, 15. November 1862”, em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 12 (Berlim, Akademie Verlag, 2013), p. 279-80.

[1] *Steamer*. (N. T.)

[2] *En masse*. (N. T.)

[3] *On its own merits*. (N. T.)

[4] *Southerners*. (N. T.)

[5] *Southerners and Northerners*. (N. T.)

[6] *United States*. (N. T.)

[7] *Border states*. (N. T.)

32. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)

Londres, segunda-feira, 17 de novembro de 1862[a]

17 nov.

Caro Engels,

[...]

Parece-me que você está olhando somente para um lado no arranca-rabo americano. Vi no American Coffee House uma penca de jornais sulistas e percebi neles que a Confederação está no limite. Os jornais[1] ingleses ocultaram a batalha de “Corinth”. Os jornais sulistas a descrevem como o mais extraordinário infortúnio que se abateu sobre eles desde que pegaram em armas. O estado da *Geórgia* declarou nulo e inválido o “Ato de Conscrição” dos confederados[2]. A *Virgínia*, na pessoa de Floyd, o ladrão[3], contestou o direito das “*criaturas* [sic] de Jefferson Davis” de continuar o recrutamento no estado. Oldham, representante do *Texas* no Congresso de Richmond, fez um protesto formal contra o deslocamento das “tropas centrais” de sudoeste a leste, ou seja, para a Virgínia. De todas essas disputas, emergem inegavelmente duas coisas:

Que o governo confederado[4] foi longe demais nos esforços frenéticos para preencher as fileiras do Exército;

Que os estados estão fazendo valer os “direitos dos estados”[5] contra o Sonderbund[6], da mesma forma que este os usou como pretexto[7] contra a União.

Considero as vitórias dos democratas no Norte uma reação, que foi facilitada para esse elemento conservador e pelego[8] em razão da péssima condução da guerra e dos erros financeiros[9] do governo federal. Aliás, é um tipo de reação que acontece em todo movimento revolucionário e, por exemplo, era tão forte na época da Convenção que era considerado contrarrevolucionário querer submeter a morte do rei ao sufrágio universal[10] e tão forte sob o Diretório que o senhor Bonaparte I teve de canonizar Paris.

Por outro lado, as eleições antes de 4 de dezembro de 1864 não tiveram nenhuma influência na composição do Congresso; servem apenas como uma espinha na garganta do governo republicano, que já tem uma espada em seu pescoço. E, de todo modo, a Câmara dos Deputados republicana fará melhor uso desse prazo estipulado, nem que seja por ódio aos opositores.

Quanto a[11] McClellan, ele tem em seu exército Hooker e outros republicanos que podem prendê-lo a qualquer momento por ordem do governo.

[…]

Salut (também para as damas)

Seu

KM

---

[a] Excerto traduzido de “Karl Marx an Friedrich Engels in Manchester, London, Montag, 17. November 1862”, em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 12 (Berlim, Akademie Verlag, 2013), p. 281-2.

[1] *Papers*. (N. T.)

[2] *Confederate*. (N. T.)

[3] *Floyd, the thief*. (N. T.)

[4] *Confederate government.* (N. T.)

[5] *State rights*. (N. T.)

[6] Referência à aliança de sete cantões conservadores na Alemanha, em 1845, cujo intuito era proteger a religião católica e a soberania cantonal. (N. E.)

[7] *Pretext*. (N. T.)

[8] *Blackleg*. (N. T.)

[9] *Financial blunders*. (N. T.)

[10] *Suffrage universel*. (N. T.)

[11] *As to*. (N. T.)

33. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)

Londres, quinta-feira, 20 de novembro de 1862[a]

20 nov. 62

Caro Engels,

[…]

A não ser que Spence destroce os nortistas[1], nada vai ajudar; nem mesmo o péssimo generalato[2] de McClellan.

Salut

Seu

KM

---

[a] Excerto traduzido de “Karl Marx an Friedrich Engels in Manchester, London, Donnerstag, 20. November 1862”, em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 12 (Berlim, Akademie Verlag, 2013), p. 286.

[1] *Northerners*. (N. T.)

[2] *Bad generalship*. (N. T.)

34. Karl Marx a Ferdinand Freiligrath (Londres)

Londres, segunda-feira, 15 de dezembro de 1862[a]

15 dez. 62

Caro Freiligrath,

[…]

Estive alguns dias em Liverpool e Manchester, esses centros de plutocracia algodoeira e entusiasmo pró-escravidão[1]. Na maioria das classes médias e da aristocracia dessas cidades, pode-se observar o maior eclipse da mente humana que se tem registro na história dos tempos modernos[2].

[…]

A melhor estima de casa para casa.

Seu

K. Marx

---

[a] Excerto traduzido de “Karl Marx an Ferdinand Freiligrath in London, London, Montag, 15. Dezember 1862”, em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 12 (Berlim, Akademie Verlag, 2013), p. 292.

[1] *Cottoncracy and proslavery enthusiasm*. (N. T.)

[2] *Among the great bulk of the middle classes and the aristocracy of those towns you may observe the greatest echpsus [sic] of the human mind ever chronicled in the history of modern times*. (N. T.)

35. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)

Manchester, terça-feira, 30 de dezembro de 1862[a]

252 Hyde Road

Mehr, 30 dzbro 62

Caro Mouro,

[...]

A derrota de Burnside é tremendamente exagerada. É claro que ela deve influenciar o moral do Exército, mas não tanto quanto se tivesse sido em campo aberto. Os arranjos táticos parecem ter sido muito ruins. O ataque pelo flanco esquerdo obviamente deveria ter acontecido antes do ataque frontal de Sumner. Ele foi totalmente desperdiçado. Sumner parecia estar afundado na lama antes mesmo que Franklin pudesse chegar apropriadamente ao combate. Dessa forma, Burnside não parece ter tomado nenhuma decisão sobre o uso de sua reserva. Os sucessos da ala esquerda deveriam tê-lo induzido a enviar ao menos uma parte para lá, porque ali devia ser decisivo; ao invés disso, ele a usou na frente, & também tarde demais, ou seja, 1) em substituição e não como reforço das tropas derrotadas de Sumner, & 2) tão perto de escurecer que já era noite antes que a metade entrasse na batalha. Isso, naturalmente, como resultado do parco material dado pelos jornais americanos & sem conhecimento do terreno. Aliás, parece-me que Burnside poderia ter

rechaçado completamente os canalhas contornando-os, sobretudo porque parece que ele tinha 150 mil homens contra 100 mil; mas a crença de que Washington somente poderá ser protegida se o inimigo for combatido de frente, aparentemente o impediu de fazê-lo. A estupidez de permitir que os confederados ficassem um mês fincados na posição, & depois atacá-los de frente, é digna de ser criticada com uma surra de palmatória na bunda.

Mary & Lizzy mandam saudações.

Seu

F. E.

---

[a] Excerto traduzido de “Friedrich Engels an Karl Marx in London, Manchester, Dienstag, 30. Dezember 1862”, em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 12 (Berlim, Akademie Verlag, 2013), p. 299.

36. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)

Londres, sexta-feira, 2 de janeiro de 1863[a]

2 jan. 1863

Caro Frederick,

Feliz Ano Novo!

[…]

Burnside parece ter cometido barbeiragens táticas grotescas na batalha de Fredericksburg. Ele estava claramente receoso de utilizar tão vasta força militar. No que tange às burradas mais elementares: 1) a espera de 26 dias; junto a isso há que se considerar envolvida no jogo necessariamente a traição direta na administração da guerra em Washington. Até o correspondente[1] do *Times* em Nova York admite que Burnside recebeu os recursos prometidos apenas semanas depois; 2) o fato de ele ter feito esse ataque de qualquer maneira mostra a fraqueza moral do homem. O valoroso *Tribune* começa a desconfiar e ameaça despedi-lo do cargo. Esse jornal, com seu entusiasmo e ignorância, está causando grandes estragos.

Os democratas e mcclellanistas gritam naturalmente em uníssono para exagerar revés. O “rumor” de que McClellan, “o monge” do *Times*, foi convocado em Washington se deve ao senhor Reuter.

“Politicamente” a derrota foi boa. Não seria bom que os camaradas tivessem um golpe de sorte antes de 1º de janeiro de

1863. Qualquer coisa nesse sentido poderia ter revertido a “Proclamação”.

Times e consortes estão altamente irritados com as assembleias de trabalhadores em Manchester, Sheffield e *Londres*. É muito bom que os ianques parem de tapar o sol com a peneira. A propósito, Opdyke (prefeito[2] de Nova York e economista político[3]) disse em uma assembleia em Nova York: “*Nós sabemos que a classe trabalhadora inglesa está conosco e que as classes governantes da Inglaterra estão contra nós*”[4].

[…]

Saudação e cumprimentos de Feliz Ano Novo às senhoritas[5].

Seu

KM

---

[a] Excerto traduzido de “Karl Marx an Friedrich Engels in Manchester, London, Freitag, 2. Januar 1863”, em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 12 (Berlim, Akademie Verlag, 2013), p. 302-3.

[1] *Correspondent.* (N. T.)

[2] *Mayor*. (N. T.)

[3] *Political economist*. (N. T.)

[4] “*We know that the English working classes are with us, and that the governing classes of England are against us.*” (N. T.)

[5] *Compliments of the season to the ladies*. (N. T.)

37. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)

Londres, sexta-feira, 13 de fevereiro de 1863[a]

13 fev. 63

Caro Frederick,

[…]

Nos Estados Unidos tudo caminha muito lentamente. Espero que J. Hooker esteja se virando por lá.

[…]

Salut

Seu

KM

---

[a] Excerto traduzido de “Karl Marx an Friedrich Engels in Manchester London, Freitag, 13. Februar 1863”, em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 12 (Berlim, Akademie Verlag, 2013), p. 331-2.

38. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)

Londres, terça-feira, 24 de março de 1863[a]

24 de março de 63

Caro Frederick,

[…]

O que considero muito importante na história recente nos Estados Unidos é que eles vão começar a distribuir cartas de corso[1] novamente. Quanto à[2] Inglaterra, isso dará uma forma completamente diferente à coisa e pode sob circunstâncias favoráveis[3] levar à guerra contra a Inglaterra, de sorte que o orgulhoso Bull, além do algodão, verá também o milho sumir debaixo do seu nariz. No início da Guerra Civil, Seward, por conta própria, tomou a iniciativa de aceitar provisoriamente as resoluções do Congresso de Paris de 1856 como válidas também para a América. (Isso veio à tona com a publicação dos despachos sobre o caso Trent). O Congresso de Washington e Lincoln, furiosos com o reequipamento dos piratas do Sul[4] em Liverpool etc., resolveram pôr fim à brincadeira. Isso causou um grande temor na bolsa daqui, embora naturalmente os fiéis cães da imprensa cumpram as ordens e não mencionem o assunto nos jornais.

[…]

Salut

Seu

KM

---

[a] Excerto traduzido de “Karl Marx an Friedrich Engels in Manchester, London, Dienstag, 24. März 1863”, em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 12 (Berlim, Akademie Verlag, 2013), p. 350-2.

[1] Tratava-se de um documento oficial que autorizava seu portador a atacar navios e povoados de países inimigos. As cartas de corso foram abolidas em 1856, pela Declaração de Paris. (N. E.)

[2] *Quoad*. (N. T.)

[3] *Under favourable circumstances*. (N. T.)

[4] *Outfitting of southern pirates*. (N. T.)

39. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)

Manchester, quinta-feira, 11 de junho de 1863[a]

Manchester, 11 de junho de 1863

Caro Mouro,

[…]

Na América a ação voltou. Joe *Lutador*[1] envergonha a todos com suas grotescas rodomontadas, Rosenkranz dorme & apenas Grant opera bem. Seu movimento de sudoeste a nordeste contra Vicksburg, cortando e repelindo o exército de apoio, e depois o avanço rápido contra Vicksburg & mesmo o fracasso dos violentos ataques relâmpago foram muito bons. Não acredito na possibilidade de reunir tropas de apoio suficientes em tempo. Por outro lado, vimos tantas vezes os generais americanos de repente manobrando bem durante catorze dias & depois cometendo novamente grandes asneiras que não se pode dizer nada de absoluto sobre os seus próximos movimentos.

[…]

Seu

F. E.

---

[a] Excerto traduzido de “Friedrich Engels an Karl Marx in London, Manchester, Donnerstag, 11. Juni 1863”, em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 12 (Berlim, Akademie Verlag,

2013), p. 383-4.

[1] *Fighting* Joe. (N. T.)

40. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)

Londres, segunda-feira, 6 de julho de 1863[a]

Londres, 6 de julho de 1863

Caro Engels,

[…]

A expedição dos sulistas[1] contra o Norte foi, em minha opinião, imposta a Lee pelos gritos dos jornais de Richmond[2] e seus *apoiadores*[3]. Considero isso um ato de desespero[4]. Aliás, essa guerra vai se eternizar e isso é do interesse dos *europeus*.

[…]

Salut

Seu

KM

---

[a] Excerto traduzido de “Karl Marx an Friedrich Engels in Manchester, London, Montag, 6. Juli 1863”, em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 12 (Berlim, Akademie Verlag, 2013), p. 398-404.

[1] *Southerners*. (N. T.)

[2] *Richmond papers*. (N. T.)

[3] *Supporters*. (N. T.)

[4] *Coup de désespoir*. (N. T.)

41. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)

Londres, sábado, 15 de agosto de 1863[a]

15 de agosto de 1863

Caro Frederick,

[…]

Parece-me muito importante para os Estados Unidos que eles tomem os portos restantes, Charleston, Mobil etc., por causa da colisão que podem ter a qualquer momento com Boustrapa[1]. Esse Lazarillo de Tormes imperial está caricaturando não apenas o tio, mas a si próprio. Porque o "sufrágio"[2] no México já é uma bela caricatura não apenas do sufrágio[3] que o levou ao poder, mas também de Nice e da Savoia francesa. Para mim, não resta nenhuma dúvida que ele vai quebrar o pescoço no México, se não for para a forca antes.

[…]

Salut

Seu

KM

---

[a] Excerto traduzido de "Karl Marx an Friedrich Engels in Manchester, London, Samstag, 15. August 1863", em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 12 (Berlim, Akademie Verlag, 2013), p. 409-11.

[1] Boustrapa, junção de Bolonha, Estrasburgo e Paris, era um apelido de Napoleão III inventado por Victor Hugo. (N. T.)

[2] *Suffrage*. (N. T.)

[3] Idem.

42. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)

Londres, quinta-feira, 26 de maio de 1864[a]

Quinta-feira, 26 de maio de 1864

Caro Frederick,

[…]

O que você me diz das operações de Grant[1]? O *Times*, por óbvio[2], louva apenas a estratégia de Lee, disfarçada sob as retiradas. “Ele”, disse-me Tussy hoje pela manhã, “considera isso muito astuto, ouso dizer”[3]. O que mais desejo é que Butler tenha sucesso. Seria impagável, se fosse o primeiro a entrar em Richmond. Seria péssimo, se Grant tivesse de recuar, mas acho que o camarada sabe o que está em jogo[4]. De todo modo, são dele a primeira campanha do Kentucky, Vicksburg e as surras que Bragg levou no Tennessee.

[…]

Com estima a você e a toda a família[5].

Seu

KM

---

[a] Excerto traduzido de “Karl Marx an Friedrich Engels in Manchester, London, Donnerstag, 26. Mai 1864”, em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 12 (Berlim, Akademie Verlag, 2013), p. 539.

[1] *What do you say of Grant's operations?* (N. T.)

[2] *Of course.* (N. T.)

[3] "*It considers this very canny, I dare say.*" (N. T.)

[4] *But I think that fellow knows what he is about*. (N. T.)

[5] *Whole family*. (N. T.)

43. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)

Manchester, segunda-feira, 30 de maio de 1864[a]

30 de maio de 1864

Caro Mouro

[...]

A campanha da Virgínia volta ao caráter de indefinição, mais precisamente, de dificuldade de se tomar qualquer decisão nesse terreno. Não dou importância às notícias vindas da *Scotia*, significam apenas que a chuva de oito dias salvou Lee da necessidade de continuar lutando à Solferino. E isso é muito para ele. Mais duas batalhas assim & seu exército, que toda noite tinha de recuar para uma nova posição e estava em mau estado, dificilmente seria capaz de manter uma posição antes de Richmond. Grant certamente também se beneficiou da paralisação, mas não na mesma medida. Os reforços que ele está recebendo não serão de grande valia. No entanto, não ficaria surpreso se Lee partisse em breve para Richmond. Sendo assim, a batalha decisiva será lá.

[...]

Seu

F. E.

[a] Excerto traduzido de “Friedrich Engels an Karl Marx in London, Manchester, Montag, 30. Mai 1864”, em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 12 (Berlim, Akademie Verlag, 2013), p. 540-1.

44. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)

Londres, terça-feira, 7 de junho de 1864[a]

7 de junho de 1864

Caro Frederick,

[…]

As notícias americanas[1] me parecem muito boas, e estou especialmente satisfeito com o editorial[2] de hoje do *Times*, que prova que Grant levou várias surras e talvez seja punido por suas derrotas – com a tomada de Richmond.

Salut

O Mouro

---

[a] Excerto traduzido de "Karl Marx an Friedrich Engels in Manchester, London, Dienstag, 7. Juni 1864", em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 12 (Berlim, Akademie Verlag, 2013), p. 554-7.

[1] *American news*. (N. T.)

[2] *Leader*. (N. T.)

45. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)

Manchester, quinta-feira, 9 de junho de 1864[a]

Manchester, 9 de junho de 64

Caro Mouro,

[...]

Estou muito ansioso para saber como vão as coisas na Virgínia. As forças parecem bem equilibradas, & um mero acaso, a possibilidade de derrotar isoladamente uma única tropa de Grant, pode dar a superioridade a Lee novamente. A batalha por Richmond pode ser travada em circunstâncias bem diferentes; já que Butler está certamente mais fraco do que Beauregard, caso contrário não se permitiria empurrar para a defensiva, & mesmo que ambos tenham forças equivalentes, Lee, unindo-se a Beauregard em Richmond, ficará mais forte do que Grant com Butler, pois Lee, do seu acampamento entrincheirado, pode atacar com força total dos dois lados do rio James, enquanto Grant terá de se dividir (para o lado sul do rio). Apesar disso, espero que Grant faça história. Em todo caso, é certo que Lee, depois da primeira batalha em ambiente selvagem, demonstrou pouca vontade de travar confrontos decisivos em campo aberto, ao contrário, seu principal trunfo é manter-se em posições entrincheiradas & ousar somente ofensivas curtas. Também me agrada a abordagem metódica das operações de Grant. É o único método correto para esse terreno & esse inimigo.

[...]
Seu
F. E.

---

[a] Excerto traduzido de “Friedrich Engels an Karl Marx in London, Manchester, Donnerstag, 9. Juni 1864”, em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 12 (Berlim, Akademie Verlag, 2013), p. 558-9.

46. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)

Manchester, domingo, 4 de setembro de 1864[a]

Manchester 86 Mornington Str

Stockp. Road, 4 set. 64

Caro Mouro,

[...]

O que você está achando das coisas na América? Lee tem utilizado magistralmente seu acampamento entrincheirado em Richmond; nenhuma surpresa, já é a terceira campanha que gira em torno dele. Mantém as massas de Grant com relativamente poucas tropas & aproveita a maior parte do seu pessoal para ações ofensivas na Virgínia Ocidental & para ameaçar Washington & a Pensilvânia. Excelente modelo de estudo para os prussianos, que poderiam aprender em detalhes como se deve conduzir uma campanha em torno do campo fortificado de Koblenz, mas obviamente são arrogantes demais para aprender o que quer que seja com esses generais improvisados. Grant – um tenente que foi exonerado do Exército seis anos atrás por causa da bebida e depois se tornou um engenheiro beberrão em St. Louis – tem muita unidade de propósito[1] & grande desprezo pela vida da sua bucha de canhão, e parece ter muitos recursos, inclusive de pequeno estrategista (isto é, para os deslocamentos de um dia para o outro), mas procuro em vão sinais de que ele tenha visão geral suficiente para ver a

campanha como um todo. Parece que a campanha contra Richmond está fracassando, a impaciência com que Grant ataca ora aqui, ora ali, mas definitivamente não consegue lidar com trincheiras & minas, é um péssimo sinal. A engenharia de guerra dos ianques parece muito mal calculada; além do conhecimento teórico, também é necessária uma prática tradicional que não pode ser facilmente improvisada. – É questionável se Sherman conseguirá Atlanta, mas penso que ele tem as melhores chances. As guerrilhas & os ataques de cavalaria em sua retaguarda dificilmente vão afetá-lo. A queda de Atlanta seria muito dura para o Sul, Roma[2] cairia com ela, & há as suas fundições de canhões etc., & a ligação ferroviária entre o Alabama e a Carolina do Sul seria perdida. – Farragut permanece na mesma. O sujeito sabe o que faz. Mas é questionável se Mobile cairá. A cidade é bem fortificada &, pelo que sei, somente pode ser tomada pelo lado terrestre, pois navios profundos não podem se aproximar o suficiente. Mas que absurdo é essa fragmentação das forças de ataque na costa, onde Charleston & Mobile serão atacadas ao mesmo tempo, ao invés de uma após a outra sempre com força máxima.

Não me fio nessa bobagem de paz que está se espalhando. Nem nas supostas negociações diretas de Lincoln. Considero tudo isso uma manobra eleitoral. Como as coisas estão por ora, parece-me que a reeleição de Lincoln é praticamente certa.

[...]

Escreva-me, entretanto, sobre o que acha da América.

Os melhores cumprimentos às meninas[3].

Seu

F. E.

[a] Excerto traduzido de “Friedrich Engels an Karl Marx in London, Manchester, Sonntag, 4. September 1864”, em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 12 (Berlim, Akademie Verlag, 2013), p. 634-5.

[1] *Unity of purpose*. (N. T.)

[2] Referência à cidade do estado da Geórgia. (N. T.)

[3] *Girls*. (N. T.)

47. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)

Londres, quarta-feira, 7 de setembro de 1864[a]

7 set. 1864

Caro[1] Frederick,

[…]

Quanto à América, penso, cá entre nós[2], que o atual momento é muito crítico. Se Grant tiver uma grande derrota ou Sherman uma grande vitória, está tudo bem[3]. Uma série crônica de pequenos reveses[4], exatamente agora, no período eleitoral, seria perigosa. Concordo plenamente que a reeleição de Lincoln está assegurada, *em cem para um*. No entanto, esse período eleitoral no país que é modelo de fraudes na democracia está repleto de coincidências que podem desafiar a lógica dos acontecimentos (expressão que Magnus Urquhartus considera tão idiota quanto a "justiça de uma locomotiva"[5]) de forma inesperada. Um armistício parece ser imprescindível para o Sul, para salvá-lo do esgotamento total. Foi o primeiro a dar o grito[6], não apenas nos jornais do Norte, mas diretamente nos jornais de Richmond, embora o *Richmond Examiner*, agora que ele encontrou eco em Nova York, o devolva com desprezo aos ianques. É muito característico que o Sr. Davis tenha se decidido a tratar os soldados negros como "prisioneiros de guerra" – conforme a última ordem oficial de seu ministro da Guerra.

Lincoln tem muitos meios a sua disposição para fazer valer o resultado da eleição. (As propostas de paz de sua parte eram, naturalmente, mera farsa). A eleição de um opositor levaria muito provavelmente a uma verdadeira *revolução*. Mas, com tudo isso, não se pode deixar de reconhecer que nas próximas oito semanas, quando realmente a coisa será decidida, muito dependerá do acaso militar. Desde o início da guerra, esse é definitivamente o momento mais crítico. Se isso mudar, o velho Lincoln pode meter os pés pelas mãos[7] quanto quiser. Aliás, o velhote não pode "criar" generais. Mas ministros, ele poderia escolher melhores. Os jornais confederados[8] atacam seus ministros da mesma maneira que os ianques atacam os de Washington. Se Lincoln tiver sucesso dessa vez – o que é muito provável –, será com uma plataforma[9] muito mais radical e sob circunstâncias muito diferentes[10]. O velho, à sua maneira legalista, terá de encontrar meios mais radicais compatíveis com a sua consciência.

[...]

Saudações, meu velho[11].

Seu

KM

---

[a] Excerto traduzido de "Karl Marx an Friedrich Engels in Manchester, London, Mittwoch, 7. September 1864", em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 12 (Berlim, Akademie Verlag, 2013), p. 637-9.

[1] *Dear*. (N. T.)

[2] *Entre nous*. (N. T.)

[3] *All right*. (N. T.)

[4] *Checks*. (N. T.)

[5] "*the justice of a locomotive*". (N. T.)

[6] *Cry*. (N. T.)

[7] *Shifted*, *old Lincoln can blunder on*. (N. T.)

[8] *Confederate papers.* (N. T.)

[9] *Plataform*. (N. T.)

[10] *Changed circumstances*. (N. T.)

[11] *Salut old boy*. (N. T.)

48. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)

Manchester, quarta-feira, 9 de novembro de 1864[a]

Manchester, 9 nov. 1864

Caro Mouro,

[...]

A coisa em Richmond parece se aproximar do fim. Enquanto Lee não for obrigado a se limitar à linha defensiva, ou seja, trazer de volta as tropas do vale de Shenandoah, & enquanto Richmond não estiver *completamente cercada*, todas as ofensivas de Grant contra as defesas de Richmond ou Petersburg têm pouco a dizer. É como em Sebastopol, onde também não se fez nenhum cerco.

Pergunto-me o que senhor[1] Beauregard fará, provavelmente não muito mais que Hood antes dele, se muito. Não tenho a menor confiança nesses heróis superinflados.

[...]

Saudações

Seu

F. E.

---

[a] Excerto traduzido de “Friedrich Engels an Karl Marx in London, Manchester, Mittwoch, 9. November 1864”, em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 13 (Berlim, Akademie Verlag,

2002), p. 47-8.

[1] *Monsieur.* (N. T.)

49. Friedrich Engels a Joseph Weydemeyer (Saint Louis, Missouri)

Manchester, quinta-feira, 24 de novembro de 1864[a]

Manchester, 24 nvbro 1864

Caro Weydemeyer,

[...]

Vossa guerra é uma das coisas mais fantásticas que se pode vivenciar. Apesar das muitas asneiras cometidas pelo Exército nortista (o Sul também está cheio delas), a onda da conquista se desdobra devagar & de maneira segura, & no decorrer de 1865 deve chegar provavelmente o momento no qual a resistência organizada do Sul se dobrará como um canivete, & a guerra se dissolverá em banditismo, como na guerra carlista na Espanha & recentemente em Nápoles. Essa guerra popular, de ambos os lados, nunca se viu desde a criação dos grandes Estados &, sem dúvida, determinará a direção do futuro de toda a América pelos próximos séculos. Uma vez que a escravidão, o grande obstáculo ao desenvolvimento político & social, seja quebrada nos Estados Unidos, o país deve ter um crescimento que, dentro em breve, lhe dará um lugar completamente diferente na história mundial, & o Exército & a

Marinha, praticamente criados pela guerra, logo encontrão seu uso mais regular.

A propósito, era compreensível que o Norte tivesse dificuldade para formar exércitos & generais. A oligarquia do Sul colocou desde o início sob o seu controle as poucas forças bélicas do país, fornecendo oficiais &, além disso, roubando os arsenais. O Norte não encontrou outro material, a não ser a milícia, que o Sul já treinava havia anos. Desde o início, o Sul possuía uma população que sabia montar para a cavalaria ligeira, o que faltava ao Norte em larga medida. O Norte esbarrou no costume introduzido pelo Sul de ocupar cargos públicos com aliados políticos; o Sul, em meio a uma revolução & com uma ditadura militar, pôde simplesmente ignorá-lo. Disso vieram todos os nós. Não nego que Lee é melhor general que todos os que tenha o Norte, & que suas últimas campanhas ao redor do acampamento entrincheirado de Richmond foram obras-primas das quais tem muito que aprender o glorioso príncipe Frederico Carlos da Prússia. Mas os ataques previsíveis de Grant & Sherman tornaram todas as estratégias inúteis. Que Grant sacrificou um número colossal de pessoas está claro, mas poderia ser diferente? Não tenho nenhuma ideia do nível de disciplina de vosso Exército, da coesão sob fogo que possui, de sua capacidade & disposição de suportar adversidades, & especialmente de sua moral, ou seja, o que se pode exigir sem desmoralizá-lo. É mister saber tudo isso antes de fazer um julgamento deste lado do Atlântico, e com relatos imprecisos e ausência de mapas adequados. Mas parece-me certo que o exército que Sherman conduz neste momento seja o melhor, e o de Hood é tão superior quanto o de Lee em relação ao de Grant.

Vosso manual de campo & táticas elementares são, pelo que ouvi, completamente franceses – ou seja, formação básica em colunas com distanciamento entre os pelotões. O que vocês têm

agora como artilharia de campo? Se puder me informar sobre esses pontos, terei uma noção da situação. O que aconteceu com o grande Anneke? Depois que a batalha de Pittsburgh Landing quase foi perdida, porque ele não teve tudo o que deveria ter de acordo com o manual de campo prussiano, não consigo mais encontrá-lo. Willich parece ter feito mais com os alemães que participaram de toda a guerra, enquanto Sigel, ao contrário, documentou inequivocamente a sua mediocridade. E Schurz, o valente Schurz, um traque debaixo de uma chuva de balas, que tipo de inimigo estaria derrotando agora?

[...]

Os melhores cumprimentos à sua esposa.

Seu

F. Engels.

---

[a] Excerto traduzido de “Friedrich Engels an Joseph Weydemeyer in Saint Louis, Manchester, Donnerstag, 24. November 1864”, em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 13 (Berlim, Akademie Verlag, 2002), p. 71-3.

50. Karl Marx a Lion Philips (Zaltbommel, Holanda)

Londres, terça-feira, 29 de novembro de 1864[a]

29 de novembro de 1864

1, Modena Villas, Maitland Park,
Haverstock Hill, Londres
Querido tio,

[...]

Há poucos dias recebi uma carta da América do meu amigo Weydemeyer, comandante para o regimento estacionado em St. Louis (Missouri). Ele escreve, entre outras coisas, literalmente: “Infelizmente, estamos retidos aqui em St. Louis, porque há muitos elementos conservadores pela região e uma força militar sempre é necessária para impedir uma fuga e uma possível libertação de inúmeros prisioneiros sulistas... Toda a campanha na Virgínia foi um erro que nos custou uma hecatombe de pessoas. Apesar de tudo isso, o Sul não poderá aguentar muito mais tempo: mandou seus últimos homens a campo e já não tem mais exército para empregar. A atual invasão do Missouri, assim como as incursões no Tennessee, tem apenas o caráter de saque: uma reocupação permanente de um distrito perdido está fora de cogitação”.

Se considerar, querido tio, que há três anos e meio, na eleição, a única preocupação de Lincoln era *não fazer mais nenhuma*

concessão aos proprietários de escravos, enquanto hoje a abolição da escravidão é um propósito declarado e, em parte, realizado, é preciso admitir que uma reviravolta dessa gigantesca magnitude jamais aconteceu em tão curto tempo. Ela terá uma influência altamente benéfica em todo o mundo.

[...]

Seu fiel sobrinho

K. M.

---

[a] Excerto traduzido de “Karl Marx an Lion Philips in Zaltbommel, London, Dienstag, 29. November 1864”, em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 13 (Berlim, Akademie Verlag, 2002), p. 89-90.

51. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)

Londres, sexta-feira, 2 de dezembro de 1864[a]

2 dez. 1864

Caro[1] Fred,

[…]

Seu[2]

K. M.

P. S. Em sua resposta ao suábio Meyer (por meio de seu espantalho Bronner), Blind explica que Lincoln e Frémont disputavam seu voto por considerá-lo decisivo para a eleição. Deu em um jornal americano, “O Democrata Radical”, que ele fizera a revolução *polonesa*.

---

[a] Excerto traduzido de “Karl Marx an Friedrich Engels in Manchester, London, Freitag, 2. Dezember 1864”, em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 13 (Berlim, Akademie Verlag, 2002), p. 99-101.

[1] *Dear*. (N. T.)

[2] *Yours* (N. T.)

52. Friedrich Engels a Rudolf Engels (Barmen, Wuppertal)

Manchester, terça-feira, 10 de janeiro de 1865[a]

10/1/65

Querido Rudolf,

Minha visão da guerra americana é: o Sul se esgota gradativamente, & não pode repor seus exércitos. O Norte ainda não colocou em movimento nem metade de seus recursos. O Sul está limitado à defesa, de tal maneira que os contragolpes ofensivos como o que Longstreet fez no vale do Shenandoah já não se fazem mais. Hood ainda tentou, mas com isso revelou sua impotência e decidiu toda a campanha de uma só vez. Em todos os pontos, o Norte é superior aos seus adversários do Sul, & há ainda os 40 mil homens de Sherman à sua disposição, que podem ir aonde quiserem & destruir em todos os lugares as forças, as conexões, os recursos e os suprimentos do Sul, mesmo no coração do Sul. Charleston deverá cair em quatro ou seis semanas, no mais tardar, depois que Sherman a cercar por terra. O Sul ainda tem um exército, que está em Richmond. Certamente este será derrotado em uma batalha decisiva no decorrer do ano &, com isso, a defesa do Sul por seus exércitos chegará ao fim. Disso podem seguir-se guerrilhas, saques etc., que provavelmente continuarão até o próximo ano.

Se o Sul armar seus negros, melhor ainda será para o Norte. Mas eles serão cuidadosos. Apenas no último momento. Os negros não são tão estúpidos a ponto de morrer pelo chicote que os açoita.

Certamente haverá momentos em que as coisas parecerão um pouco melhores para o Sul do que agora, mas já vimos isso outras vezes, & não podemos nos deixar levar. Esses momentos são apenas uma trégua.

Não acredito que conseguiremos mais algodão da América; mas que teremos uma queda temporária. O algodão é neste momento um artigo de tanta especulação que os preços são afetados pela oscilação da opinião pública. Além do mais, há 500 mil fardos em Liverpool, & a tendência das pessoas daqui é sempre cair nos extremos, gritar: o Sul se renderá, vai cair em catorze dias, e assim por diante – não há de se pensar em aumento. Seremos afetados pelas notícias que recebemos, mas sempre com a ressalva de que sabemos que o estoque em Liverpool é o dobro do ano passado. Também acredito que o ano 1865 fechará abaixo dos preços atuais, pois podemos esperar mais algodão de todas as regiões.

Seu

Friedrich.

---

[a] Excerto traduzido de “Friedrich Engels an Rudolf Engels in Barmen, Manchester, Dienstag, 10. Januar 1865”, em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 13 (Berlim, Akademie Verlag, 2002), p. 153-4.

53. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)

Londres, segunda-feira, 6 de fevereiro de 1865[a]

6 fev.

Caro Engels,

[…]

A propósito[1], a resposta de Lincoln a nós está hoje no *Times*.

---

[a] Excerto traduzido de “Karl Marx an Friedrich Engels in Manchester, London, Montag, 6. Februar 1865”, em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 13 (Berlim, Akademie Verlag, 2002), p. 211-2.

[1] *À propos*. (N. T.)

54. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)

Manchester, terça-feira, 7 de fevereiro de 1865[a]

Mehr, 7 fev. 1865

Caro Mouro,

[…]

Na América, a abertura da campanha de Richmond em março-abril provavelmente determinará todo o ano. Se Grant conseguir expulsar Lee, a Confederação sai do jogo[1], seus exércitos se dissolvem, & o banditismo, como está acontecendo agora no oeste do Tennessee &, principalmente, em quase todos os lugares, será o único inimigo. O exército de Lee é, na realidade, o único que os sulistas ainda têm; tudo depende da sua destruição. Podemos supor que a área da qual Lee tira seus recursos está limitada ao sul da Virgínia, às Carolinas &, no máximo, a uma parte da Geórgia.

Salut.

Seu

F. E.

---

[a] Excerto traduzido de “Friedrich Engels an Karl Marx in London, Manchester, Dienstag, 7. Februar 1865”, em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 13 (Berlim, Akademie Verlag, 2002), p. 216-7.

[1] *Confederacy played out*. (N. T.)

55. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)

Londres, sexta-feira, 10 de fevereiro de 1865[a]

10 fev. 1865

Caro Frederick,

[…]

Salut

Seu K. M.

P. S. A propósito[1]. O fato de Lincoln nos ter respondido muito educadamente e à burguesa "Sociedade da Emancipação"[2] rudemente e de maneira puramente formal deixou o *Daily News* indignado a ponto de não publicar a resposta de Lincoln a nós. Mas como viu, para a sua tristeza, que o *Times* a publicou, teve de trazê-la, ainda que *com atraso*, no *Express.* Levy também teve de morder a maçã azeda. A diferença entre a resposta de Lincoln a nós e à burguesia ganhou ares tão grandes de espetáculo que os "*clubes*"[3] em West End estão balançando a cabeça. Você entende como isso faz bem à nossa gente.

---

[a] Excerto traduzido de "Karl Marx an Friedrich Engels in Manchester, London, Freitag, 10. Februar 1865", em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 13 (Berlim, Akademie Verlag, 2002), p. 225-6.

[1] *À propos*. (N. T).

[2] *Emancipation Society*. (N. T.)

[3] *Clubs*. (N. T.)

56. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)

Londres, sábado, 4 de março de 1865[a]

4 de março de 65

Caro[1] Fred,

[…]

Parece que está tudo acabado para a Confederação[2].

Salut

Seu

KM

P. S. Você não poderia me enviar os jornais de Manchester relacionados à crise do algodão?

---

[a] Excerto traduzido de "Karl Marx an Friedrich Engels in Manchester, London, Samstag, 4. März 1865", em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 13 (Berlim, Akademie Verlag, 2002), p. 225-6.

[1] *Dear.* (N. T.)

[2] *Confederacy*. (N. T.)

57. Friedrich Engels a Joseph Weydemeyer (Saint Louis, Missouri)

Manchester, sexta-feira, 10 de março de 1865[a]

Manchester, 10 de março de 1865

Caro Weydemeyer,

[...]

Muito obrigado por sua resposta detalhada às minhas perguntas. Dado o desleixo dos jornais locais a respeito dos assuntos militares[1], perdi o fio das operações “combinadas”; a expedição de Red River está mal esclarecida, & a de Sherman de Vicksburg ao Leste ficou obscura, pois em nenhum momento se falou dos pelotões sulistas de New Orleans. Essas operações combinadas com um ponto de interseção não apenas na zona do inimigo, mas também na retaguarda de suas linhas mostram como eram primitivos os conceitos de estratégia adotados por uma nação totalmente inexperiente em guerras. E, no entanto, se o nobre Wrangel & o príncipe Frederico Carlos não tivessem dois contra um na guerra da Dinamarca, teriam recorrido a truques muito semelhantes. A história de Missunde & as duas inexplicáveis “demonstrações” (para dar nome ao que não tem nome, afinal) contra Düppel antes da tempestade foram muito pueris.

No que tange ao comportamento de Grant em Richmond, busco explicá-lo de outra maneira. Concordo plenamente com você que o

ataque pelo lado *oeste* de Richmond era *estrategicamente* correto. No entanto, parece-me – tanto quanto posso julgar da longa distância a que me encontro & das imprecisas notícias que recebo – é que Grant preferiu o lado leste por dois motivos:

1) porque era mais fácil se abastecer por ali. Enquanto no lado oeste ele tinha apenas a linha férrea para Frederiksburg & o Tennessee (ambas levando a regiões exauridas), pelo lado leste ele tinha a linha para Frederiksburg & ainda York & o rio James. Em razão da dificuldade de abastecer grandes exércitos, que teve um papel tão importante em toda a guerra, não gostaria de fazer um julgamento definitivo da postura de Grant até ter certeza de toda a situação. Você o critica por ter dado as costas para o *mar*. Quando se domina o mar & se estabelecem pontos seguros de embarque (Monroe & Norfolk), é uma vantagem. Compare as campanhas de Wellington na Espanha & a campanha na Crimeia, na qual os Aliados, os vencedores de Alma, fizeram *bem em fugir do inimigo* para que a sua retaguarda fosse coberta pela proteção do mar ao sul de Sebastopol. Que o controle do vale do Shenandoah era o melhor caminho para proteger Washington está bastante claro. Mas? Eis que

2) Grant (& Lincoln) *queria* Washington bem protegida? Parece-me, ao contrário, que com uma Constituição frouxa & uma indiferença às vezes tão gigantesca no Norte em relação à guerra, Lincoln nunca quis de fato expulsar os confederados de Richmond; que, ao contrário, ele queria mantê-los em uma posição tal que ameaçava, até certo ponto, Washington, Pensilvânia e mesmo Nova York. Acredito que, sem isso, não teria conseguido nem recrutas nem dinheiro para pôr fim à guerra. Que Grant gostaria de ter o controle de Richmond já há três ou quatro meses, acredito piamente, mas suas forças militares não são suficientes para isso. Vejo-as em torno

de 70 mil a 90 mil homens, & Lee com 50 mil a 70 mil homens. Se a correlação de forças estiver mais ou menos correta, então com o ataque estratégico claramente equivocado é possível que ele tenha atraído toda a defesa ofensiva de Lee e que ataque Richmond em ao menos três dos quatro lados. Depois do uso brilhante dos contra-ataques ofensivos que fez Lee se sobressair a todos os generais do Norte e do Sul há dois anos, não acredito que ele abra mão desse tipo de estratégia de luta, a não ser que seja obrigado. O Norte ganharia muito se conseguisse manter o melhor exército do Sul, por um pueril ponto de honra[2], nos arredores de Richmond, em um canto da área sulista, até que todo o restante do Sul fosse isolado e militarmente desorganizado, primeiro pela conquista do vale do Mississippi & depois, mais uma vez, pelo comboio de Sherman; até que finalmente, o que parece ser o caso agora, as tropas disponíveis da União marchem sobre Richmond e um golpe decisivo ponha fim à coisa toda.

As últimas notícias que temos são de 25 de fevereiro, de Nova York, ou seja, incluem a tomada de Charleston & Wilmington & o avanço de Sherman desde Columbia até Winnsborough. Esse Sherman parece ser o único camarada no Norte que sabe usar as pernas dos soldados para vencer uma batalha. Aliás, ele deve ter jovens esplêndidos sob o seu comando. Estou ansioso para ver o que vai acontecer. Se Lee avaliar corretamente a sua situação desesperada, não terá alternativa a não ser fazer as malas e voltar para o Sul. Mas por onde? Continua aberto para ele somente o caminho por Lynchburg & Tennessee; mas seria muito arriscado marchar pelo estreito vale montanhoso com apenas uma ferrovia & os fortes de Knoxville & Chattanooga à frente. Provavelmente, isso significaria também sacrificar Beauregard, Hardee & todas as outras tropas confederadas estacionadas na Carolina do Norte, & oferecer

o flanco a Sherman. Ou avançar a partir de Petersburgh, jogar Grant para o flanco esquerdo & marchar diretamente para o Sul contra Sherman? Audacioso, mas melhor; é a única maneira de atrair os remanescentes dos exércitos em fuga, deter Grant, destruindo as ferrovias e as pontes, & atacar Sherman com uma força superior. Se enfrentar a força total, certamente será derrotado; se for para a costa, abrirá caminho até Augusta, onde teria uma trégua. No entanto, nesse caso, certamente Sherman & Grant se uniriam & Lee teria novamente de lidar com uma força superior &, dessa vez, inevitavelmente em campo aberto; pois não acredito que os confederados possam concentrar mais uma vez tanta munição e equipamento em um ponto do interior para organizar ali uma nova Richmond. E mesmo que isso acontecesse, eles somente iriam fugir de uma ratoeira para outra. Ou então invadir o Norte? Jefferson Davis seria bem capaz disso, mas tudo acabaria em duas semanas.

Agora, Lee só pode mandar uma pequena parte de suas forças para o Sul para se unir a Beauregard & consortes e conter Sherman, & isso me parece o mais provável. Nesse caso, Sherman provavelmente lhes dará uma boa “sova”, como se diz no Sul da Alemanha, & Lee ficará encurralado. Mas ainda que Sherman seja derrotado, Lee teria apenas um mês de descanso, & as tropas avançando de toda a costa – sem falar dos sucessos de Grant nesse ínterim contra o fraco exército de Richmond – logo o poriam de novo na velha posição desesperada. Do modo como vai, a coisa está caminhando para o fim & espero com grande ansiedade a chegada de cada vapor[3] – agora estão chovendo notícias palpitantes. As especulações estratégicas dos numerosos simpatizantes dos sulistas[4] por aqui são o mais engraçado de se ouvir; todas se resumem na frase do general polonês do Palatinado

Sznayde, que a cada derrota dizia: “Estamos fazendo o que fez Kossuth”.

[...]

Schimmelfennig tomou Charleston – Viva!

Escreva logo.

Seu

F. Engels

---

[a] Excerto traduzido de “Friedrich Engels an Joseph Weydemeyer in Saint Louis, Manchester, Freitag, 10. März 1865”, em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 13 (Berlim, Akademie Verlag, 2002), p. 313-7.

[1] *Militaria*. (N. T.)

[2] *Point d’honneur*. (N. T.)

[3] *Steamer*. (N. T.)

[4] *Southern sympathisers*. (N. T.)

58. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)

Manchester, domingo, 16 de abril de 1865[a]

16 de abril de 65

Caro Mouro,

[…]

Seu

F. E.

P. S. O que me diz de Richmond? Eu esperava que Lee se comportasse como um soldado & se rendesse, em vez de fugir, ao menos para barganhar melhores condições para o exército. Mas é melhor assim. Termina como um lúmpen, o drama se encerra de forma patética.

---

[a] Excerto traduzido de “Friedrich Engels an Karl Marx in London, Manchester, Sonntag, 16. April 1865”, em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 13 (Berlim, Akademie Verlag, 2002), p. 400.

59. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)

Londres, segunda-feira, 1º de maio de 1865[a]

1º de maio de 1865

Caro[1] Fred!

[…]

A cavalaria do Sul[2] termina de maneira honrosa. O assassinato[3] de Lincoln foi a maior idiotice que poderiam cometer. *Johnson* é severo, inflexível, vingativo[4] e, como um ex-branco pobre[5], odeia mortalmente a oligarquia. Não dará muita abertura e, com o assassinato, encontra o clima[6] adequado no Norte para concretizar suas intenções.

[…]

Salut

Seu

KM

---

[a] Excerto traduzido de "Karl Marx an Friedrich Engels in Manchester, London, Montag, 1. Mai 1865", em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 13 (Berlim, Akademie Verlag, 2002), p. 429.

[1] *Dear*. (N. T.)

[2] *Chivalry of the South*. (N. T.)

[3] *Assassination*. (N. T.)

[4] *Stern, inflexible, revengeful*. (N. T.)

[5] *Poor white*. (N. T.)

[6] *Temper*. (N. T.)

60. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)

Manchester, quarta-feira, 3 de maio de 1865[a]

Manchester, 3 de maio de 1865

Caro Mouro,

[…]

Grant repetiu a Batalha de Jena em Richmond – no que tange ao aspecto estratégico – exatamente da mesma forma e com o mesmo resultado: a captura de todo o exército inimigo. Exceto que não precisou marchar tanto para colher os frutos.

Johnston capitulou também & ganhei a aposta que fiz há dois meses: que em 1º de maio os sulistas[1] não teriam mais nenhum exército. O que ainda resiste é enforcado como bandido e com razão. Johnson insistirá de todo modo no confisco das grandes propriedades & tornará a pacificação & a reorganização do Sul um pouco mais agudas. Lincoln dificilmente teria insistido nisso.

Aqui, os simpatizantes do Sul[2] se consolaram com o uivo hipócrita que tiveram de soltar após o assassinato, profetizando que em quatro semanas teríamos: Grant I, Imperador da América. Fizeram um belo papel de burros!

A propósito, os “confrades” devem estar furiosos que o assassinato de Lincoln tenha gerado um efeito tão colossal em todo o mundo. Nenhum deles jamais teve a honra.

Os melhores cumprimentos à esposa & às meninas.

Seu
F. E.

---

[a] Excerto traduzido de “Friedrich Engels an Karl Marx in London, Manchester, Mittwoch, 3. Mai 1865”, em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 13 (Berlim, Akademie Verlag, 2002), p. 431-2.

[1] *Southerners*. (N. T.)

[2] *Southern sympathisers*. (N. T.)

61. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)

Londres, terça-feira, 9 de maio de 1865[a]

9 de maio de 1865

Caro[1] Fred,

[…]

Estou com a “Carta ao presidente Johnson” para apresentar hoje.

[…]

Seu

KM

---

[a] Excerto traduzido de “Karl Marx an Friedrich Engels in Manchester, London, Dienstag, 9. Mai 1865”, em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 13 (Berlim, Akademie Verlag, 2002), p. 438-9.

[1] *Dear*. (N. T.)

62. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)

Londres, sábado, 20 de maio de 1865[a]

20 de maio de 1865

Caro[1] Fred,

Anexo[2] o recorte no qual está a minha carta a Johnson.

[…]

Salut

Seu

KM

---

[a] Excerto traduzido de “Karl Marx an Friedrich Engels in Manchester, London, Samstag, 20. Mai 1865”, em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 13 (Berlim, Akademie Verlag, 2002), p. 466-7.

[1] *Dear*. (N. T.)

[2] *Enclosed*. (N. T.)

63. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)

Londres, sábado, 24 de junho de 1865[a]

24 de junho de 1865

Caro[1] Fred,

[…]

A política de Johnson não me agrada. Afetação[2] ridícula de severidade em relação a algumas pessoas; até agora muito vacilante[3] e fraco no que interessa. A reação[4] já começou na América[5] e em breve será mais forte se a patacoada não cessar logo.

[…]

Salut

Seu

KM

---

[a] Excerto traduzido de "Karl Marx an Friedrich Engels in Manchester, London, Samstag, 24. Juni 1865", em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 13 (Berlim, Akademie Verlag, 2002), p. 481-4.

[1] *Dear*. (N. T.)

[2] *Affectation*. (N. T.)

[3] *Vacillating.* (N. T.)

[4] *Reaction*. (N. T.)

[5] *In America*. (N. T.)

64. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)

Manchester, sábado, 15 de julho de 1865[a]

15 de julho de 1865

Caro Mouro,

[...]

A política do Sr. Johnson também me desagrada cada vez mais. O ódio aos negros[1] se manifesta cada vez mais violentamente, & contra os velhos senhores do Sul ele renuncia a todo poder em suas mãos. Se continuar assim, em seis meses todos os velhos canalhas da Secessão estarão sentados no Congresso em Washington. Sem um sufrágio colorido[2] não há o que fazer, & Johnson deixará aos vencidos, os ex-proprietários de escravos, a decisão sobre o assunto. Isso é absurdo demais. No entanto, é preciso contar com o fato de que a coisa se desenvolverá distintamente do que imaginam os senhores barões. A maioria está totalmente arruinada e ficaria feliz em vender suas terras a imigrantes e especuladores do Norte. Isso acontecerá em breve & algumas coisas mudarão. Os brancos cruéis[3], penso eu, morrerão pouco a pouco. Essa raça[4] não tem mais jeito; o que restar depois de duas gerações vai se misturar com os imigrantes em uma raça[5] completamente diferente. Os negros[6] se tornarão provavelmente pequenos invasores[7], como na Jamaica. De modo que finalmente a oligarquia chegue ao fim, mas o processo que poderia se resolver de uma vez só, ainda se arrastará.

[…]
Saudações às senhoritas[8].
Seu
F. E.

---

[a] Excerto traduzido de “Friedrich Engels an Karl Marx in London, Manchester, Samstag, 15. Juli 1865”, em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção III, v. 13 (Berlim, Akademie Verlag, 2002), p. 497-8.

[1] *Nigger*. (N.T.)

[2] *Coloured suffrage*. (N. T.)

[3] *Mean whites*. (N. T.)

[4] *Race*. (N. T.)

[5] Idem.

[6] *Niggers*. (N. T.)

[7] *Squatters*. (N. T.)

[8] *Ladies*. (N. T.)

65. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)

Londres, quinta-feira, 23 de abril de 1866[a]

23 de abril de 1866

Caro Fred,

[…]

Terminada a fase da guerra civil, somente agora os Estados Unidos[1] entraram realmente na fase revolucionária, e os sabichões[2] europeus que acreditam na onipotência do senhor Johnson logo ficarão desapontados.

[…]

Abraços à Mrs. Lizzy.

Todo seu.[3]

KM

---

[a] Excerto traduzido de “Marx an Engels in Manchester, [London] 23. April 1866”, em *Marx-Engels-Werke*, v. 31 (Berlim, Dietz Verlag, 1965), p. 210-1.

[1] *United States*. (N. T.)

[2] *Wiseacres*. (N. T.)

[3] *Tout à vous*. (N. T.)

66. Karl Marx a François Lafargue (Bordeaux)

Londres, segunda-feira, 12 de novembro de 1866[a]

Londres, 12 nov. 1866

Meu caro senhor Lafargue,

[...]

O senhor se alegrará tanto quanto eu com a derrota do presidente Johnson nas últimas eleições. Os trabalhadores do Norte finalmente entenderam: o trabalho de pele branca não pode se emancipar onde o trabalho de pele negra é marcado a ferro.

[...]

Todo seu

Karl Marx

---

[a] Excerto traduzido de “Marx an François Lafargue in Bordeaux, London 12. Nov. 1866”, em *Marx-Engels-Werke*, v. 31 (Berlim, Dietz Verlag, 1965), p. 536-7.

67. Karl Marx a Auguste Vermorel (Paris)

Londres, terça-feira, 27 de agosto de 1867[a]

Londres, 27 de agosto de 1867

1, Modena Villas, Maitland Park,

Haverstock Hill

Cidadão,

Duas coisas me causam surpresa em seu jornal[1], que respeito por sua direção, coragem, boa vontade e talento.

1. [...]

2. Você publica o balão de ensaio[2] (de origem russa) de que a América do Norte tomará a iniciativa do ataque contra a Turquia. Você deveria saber que o presidente dos Estados Unidos não tem o poder de declarar guerra. Somente o Senado pode decidir isso. Se o presidente Johnson, uma *ferramenta imunda nas mãos dos ex-proprietários de escravos*[3] (embora você seja suficientemente ingênuo para transformá-lo em um segundo Washington), quer ganhar popularidade gabando-se no exterior[4], os ianques[5] não são nem crianças nem franceses. O simples fato de ele ter tomado a *iniciativa* em todos esses rumores já é suficiente para anular qualquer efeito sério.

[...]

Saudação e fraternidade.

Karl Marx

Membro do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores

---

[a] Excerto traduzido de “Marx an Auguste Vermorel in Paris, *London*, 27. August. 1867”, em *Marx-Engels-Werke*, v. 31 (Berlim, Dietz Verlag, 1965), p. 556-7.

[1] Trata-se de *Le Courrier français* [O correio francês]. (N. E.)

[2] *Canard.* (N. T.)

[3] *Slaveholders*. (N. T.)

[4] *By swaggering abroad*. (N. T.)

[5] *Yankees*. (N. T.)

68. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)

Londres, quarta-feira, 9 de dezembro de 1868[a]

Londres, 9 de dezembro de 1868

Caro[1] Fred,

[...]

Falando nisso[2]! Uma coisa que me intrigou durante muito tempo: onde os ingleses conseguiram algodão nesses três anos de jejum de algodão, mesmo em menor escala de produção[3]? Era impossível explicá-la pelas estatísticas oficiais. Apesar de toda a importação da Índia etc., havia um déficit enorme, se a exportação para o continente era computada (às vezes até para a Nova Inglaterra). Não sobrava nada ou quase nada para o consumo interno[4]. A questão se resolve sozinha. Agora está provado (talvez você já saiba, mas para mim é novo) textualmente[5] que os ingleses, no momento da eclosão da guerra civil, tinham *estoques para cerca de três anos* (naturalmente em menor escala de produção[6]). Portanto, que belo estrondo teria sido se a guerra civil não tivesse estourado!

As exportações de fios e produtos manufaturados[7] em 1862, 1863 e 1864 foram = 1.208.320.000 libras (reduzidas a fio[8]) e os suprimentos (importações[9]) (reduzidos ao peso equivalente em fio[10]) = 1.187.369.000 libras. Nesta primeira publicação provavelmente o excesso de barita contido nos produtos manufaturados foi suprimido. Mesmo assim, se chegaria

aproximadamente ao resultado de que todo o suprimento doméstico[11] poderia ser obtido a partir dos estoques existentes.

Salut
Seu
K. M.

---

[a] Excerto traduzido de “Marx an Engels in Manchester, London, 9. Dezember 1868”, em *Marx-Engels-Werke*, v. 32 (Berlim, Dietz Verlag, 1974), p. 222-4.

[1] *Dear*. (N. T.)

[2] *À propos*. (N. T.)

[3] *Diminished scale of production*. (N. T.)

[4] *Home consumption*. (N. T.)

[5] *Verbotenus*. (N. T.)

[6] *Diminished scale of production*. (N. T.)

[7] *Manufactured goods*. (N. T.)

[8] *Reduced to yarn.* (N. T.)

[9] *Imports*. (N. T.)

[10] *Reduced to equivalent weight in yarn.* (N. T.)

[11] *Home supply.* (N. T.)

69. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)

Manchester, sexta-feira, 11 de dezembro de 1868[a]

11 dez. 1868

Caro Mouro,

[...]

Chamo a superprodução de relativa, porque ela somente ocorreu devido ao sempre crescente preço do algodão. Dois centavos de diferença teriam sido e serão suficientes para absorver todo o lote que está por aí. O algodão Orleans mediano[1] está hoje 11 d., antes da guerra 6 ½ d., 7 d., 8 d., de acordo com a época. Ou seja, sempre ainda de 60 a 80% acima do velho preço.

O que você diz sobre o algodão em 1860-61 não é ruim. A colheita de 1860 foi a maior que já houve e o estoque[2] no momento da eclosão da guerra era o maior de todos os tempos. Vivemos dele em 1861 e ainda em 1862, e os preços subiram apenas em 1863. Mas isso dependeu também de outras coisas – a efetividade do bloqueio dos portos do Sul etc. etc. Mas jamais se mencionou um estoque de três anos, isso é um enorme exagero. Se quiser, posso organizar as coisas para você segundo o relatório oficial (isto é, o relatório da Liverpool Broker Association) e farei isso, de todo modo, antes de deixar a Câmara de Comércio[3]. Você vai encontrar muita coisa em *Watts*.

[...]
Seu
F. E.

---

[a] Excerto traduzido de “Engels an Marx in London, [Manchester] 11. Dez. 1868”, em *Marx-Engels-Werke*, v. 32 (Berlim, Dietz Verlag, 1974), p. 226-7.

[1] *Middling*. (N. T.)

[2] *Stock*. (N. T.)

[3] *Commerce.* (N. T.)

70. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)

Londres, sábado, 12 de dezembro de 1868[a]

Londres, 12 dez. 1868

Caro[1] Fred,

Você terá visto que a estimativa[2] do algodão[3] é baseada em uma comparação entre exportação e importação em 1862, 1863 e 1864. A conclusão sobre o fornecimento no Reino Unido em 1º de janeiro de 1862[4] de algodão cru + manufaturado[5] (creio que me esqueci dessa última adição em minha carta) depende inteiramente da correção das premissas. Os dados são baseados em relatórios dos senhores Ellison e Haywood. As cifras brutas são as seguintes:

Estatísticas relativas ao algodão no Reino Unido em 1862, 1863 e 1864[6]

	1862	1863	1864	Para 3 anos[7]
	Importação[8]			
Algodão importado[9]	533.176	691.847	896.770	Em milhares de libras.[10]
Algodão exportado[11]	216.963	260.934	247.194	
Disponível para consumo[12]	316.213	430.913	649.576	
Quebra na fiação[13]	53.756	64.637	90.940	

Equivalente para a produção em fios[14]	262.457	366.276	558.636	
Total				1.187.369
	Exportação[15]			
Yarn	88.554	70.678	71.951	
Bens em peça[16] etc.	324.128	321.561	332.048	
Total	412.682	392.239	403.999	1.208.320

[…]
Salut
Seu
K. M.

---

[a] Excerto traduzido de “Marx an Engels in Manchester, London, 12. Dez. 1868”, em *Marx-Engels-Werke*, v. 32 (Berlim, Dietz Verlag, 1974), p. 228-9.

[1] *Dear*. (N. T.)

[2] *Estimate*. (N. T.)

[3] *Cotton*. (N. T.)

[4] *United Kingdom on 1 January 1862.* (N. T.)

[5] *Raw cotton + cotton manufactures*. (N. T.)

[6] *Statistics of Cotton in the United Kingdom 1862, 1863, 1864*. (N. T.)

[7] *For 3 years*. (N. T.)

[8] *Import* (N. T.)

[9] *Cotton Imported*. (N. T.)

[10] *Thousand of lbs*. (N. T.)

[11] *Ditto exported*. (N. T.)

[12] *Available to consumption*. (N. T.)

[13] *Waste in spinning*. (N. T.)

[14] *Equal to production in yarn*. (N. T.)

[15] *Export*. (N. T.)

[16] *Piece goods*. (N. T.)

71. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)

Manchester, domingo, 13 de dezembro de 1868[a]

Manchester, 13 dez. 1868

Caro Mouro,

[...]

Agora entendo o que você quis dizer com a história do algodão; no entanto, você não mencionou que o fornecimento se referia também a fios e tecidos. Então devo observar que, para explicar a coisa racionalmente, você tem de considerar *1861*, quando a safra colossal de 4 milhões de 1860 começou a chegar. Para mim, é compreensível que Ellison e Haywood tenham deixado isso de fora, a não ser que haja determinado propósito comercial nas estatísticas. A grande safra americana de 1860, que chegou à Inglaterra em 61 com o aviso de bloqueio, é a base de toda a produção subsequente. Quero ver se lhe envio o que lhe é necessário, ao menos sobre o algodão cru. Naturalmente, isso não muda nada o fato de que, sem a guerra americana em 1861-62, teria havido um estrondo colossal, e dessa vez de uma pura, genuína e indisfarçável superprodução.

[...]

Melhores estimas à esposa e às meninas.

Seu

F. E.

[a] Excerto traduzido de “Engels an Marx in London, Manchester, 13. Dez. 1868”, em *Marx-Engels-Werke*, v. 32 (Berlim, Dietz Verlag, 1974), p. 230-1.

72. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)

Londres, segunda-feira, 14 de dezembro de 1868[a]

14 dez. 1868

Caro[1] Fred,

[…]

No que diz respeito ao algodão, consegui as listas de importação e exportação de 1861 etc. nas comunicações da Câmara de Comércio[2]. De toda forma, o único fato extraordinário que me chamou a atenção foi que durante três anos nada foi produzido para o mercado interno (quero dizer, a partir da matéria-prima recém-importada durante os três anos ou apenas para reposição do estoque).

[…]

Salut

Seu

K. M.

---

[a] Excerto traduzido de “Marx an Engels in Manchester, [London] 14. Dez. 1868”, em *Marx-Engels-Werke*, v. 32 (Berlim, Dietz Verlag, 1974), p. 232-3.

[1] *Dear.* (N. T.)

[2] *Board of Trade*. (N. T.)

73. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)

Londres, segunda-feira, 1º de março de 1869[a]

Londres, 1º de março de 1869

Anexados, 2 *Lanternes* e 1 *Réveil*

Caro[1] Fred,

[…]

Depois que John Bull se comprometeu tão gentilmente a aceitar as condições do Tratado de Alabama, finalmente Tio Sam lhe deu um pé na bunda. Isso é *obra dos irlandeses* na América, como eu mesmo me convenci lendo os jornais ianques. Talvez o prof. Beesly se dê conta de que os irlandeses nos Estados Unidos não são = 0.

Salut

Seu

K. M.

---

[a] Excerto traduzido de “Marx an Engels in Manchester, London, 1. März 1869”, em *Marx-Engels-Werke*, v. 32 (Berlim, Dietz Verlag, 1974), p. 263-6.

[1] *Dear.* (N. T.)

DOCUMENTOS

1. Karl Marx
A Abraham Lincoln, presidente dos Estados Unidos da América[a] [1]

[The Daily News, n. 5.813, 23 de dezembro de 1864]
Escrito entre 22 e 29 de novembro de 1864

Senhor,

Parabenizamos o povo americano por sua reeleição por ampla maioria.

Se a resistência ao Poder Escravagista foi a reservada palavra de ordem de sua primeira eleição, o grito de guerra triunfante de sua reeleição é “Morte à Escravidão”.

Desde o início do titânico conflito americano, os trabalhadores da Europa sentiram instintivamente que a bandeira estrelada carregava o destino de sua classe. A disputa pelos territórios que iniciou a terrível epopeia não foi para decidir se o solo virgem de imensas áreas deveria se casar com o trabalho imigrante ou se prostituir pela marcha dos feitores de escravos?

Quando, pela primeira vez nos anais do mundo, uma oligarquia de 300 mil senhores de escravos ousou inscrever “escravidão” na bandeira de uma revolta armada; quando, nos mesmos lugares onde,

há quase um século, a ideia de uma grande República Democrática emergiu pela primeira vez, resultando na primeira Declaração dos Direitos do Homem[2] e no primeiro impulso para as revoluções europeias do século XVIII; quando, nesses mesmos lugares, a contrarrevolução, com um rigor sistemático, regozijou-se de rescindir "as [...] ideias acolhidas [...] na época da formação da velha Constituição", e defendeu que a "escravidão é uma instituição benéfica", de fato, a única solução para o grande problema da "relação do trabalho com o capital", e cinicamente proclamou a propriedade sobre o homem "a pedra angular do novo edifício"[3], as classes trabalhadoras da Europa entenderam de imediato, antes mesmo que o partidarismo fanático das classes altas a favor do senhorio confederado desse o sombrio alerta, que a rebelião dos senhores de escravos soaria o alarme de uma cruzada santa geral da propriedade contra o trabalho, e que para os trabalhadores, com suas esperanças para o futuro, mesmo as conquistas passadas estavam em risco naquele tremendo conflito do outro lado do Atlântico. Assim, por toda parte, os trabalhadores suportaram pacientemente as dificuldades que lhes foram impostas pela crise do algodão, opuseram-se com entusiasmo às intervenções a favor da escravidão – importunações das classes superiores – e, na maior parte da Europa, contribuíram com sua cota de sangue para a boa causa.

Enquanto os trabalhadores, o verdadeiro poder político do Norte, permitiram que a escravidão corrompesse sua própria república; enquanto, diante do negro dominado e vendido sem o seu consentimento, jactaram-se de que a mais alta prerrogativa do trabalhador de pele banca era vender a si mesmo e escolher seu mestre; eles foram incapazes de alcançar a verdadeira liberdade do trabalho ou apoiar seus irmãos europeus em sua luta pela

emancipação, mas essa barreira contra o progresso foi varrida pelo mar vermelho da guerra civil.

Os trabalhadores da Europa estão seguros de que, assim como a Guerra de Independência americana iniciou uma nova era de ascensão das classes médias, a Guerra contra a Escravidão americana fará o mesmo pelas classes trabalhadoras. Eles consideram um presságio da época vindoura o fato de que coube a Abraham Lincoln, o filho obstinado da classe trabalhadora, a responsabilidade de liderar seu país na inigualável luta pelo resgate de uma raça acorrentada e pela reconstrução de um mundo social.

Assinado em nome da Associação Internacional dos Trabalhadores

O Conselho Central

Le Lubez, secretário correspondente pela França, *F. Rybczińsky* (polonês), *Emile Holtorp* (polonês), *J. B. Bocquet*, *H. Jung*, secretário correspondente pela Suíça; *Morisot*, *Georgy W. Wheeler*, *J. Denoual*, *P. Bordage, Leroux*, *Talandier*, *Jourdain*, *Dupont*, *R. Gray*, *D. Lama*, *Setacci, F. Solustri*, *P. Aldovrandi*, *D. G. Bagnagatti*, *G. P. Fontana*, secretário correspondente pela Itália; *G. Lake*, *J. Buckley*, *G. Howell*, *J. Osborne*, *J. D. Stainsby*, *J. Grossmith*, *G. Eccarius*, *Friedrich Lessner*, *L. Wolff*, *K. Kaub*, *Henry Bolleter*, *Ludwig Otto*, *N. P. Hansen* (dinamarquês), *Karl Pfänder*, *Georg Lochner*, *Peter Petersen*, *Karl Marx*, secretário correspondente pela Alemanha, *A. Dick*, *J. Wolff*, *J. Whitlock*, *J. Carter*, *W. Morgan*, *William Dell*, *John Weston*, *Peter Fox*, *Robert Shaw*, *John H. Longmaid*, *Robert Henry Side*, *William C. Worley*, *Blackmoor W.*, *R. Hartwell*, *W. Pidgeon*, *B. Lucraft*, *J. Nieass*[4],

G. Odger, Presidente do Conselho,

William R. Cremer, Secretário-Geral Honorário[5]

[a] Traduzido de “To Abraham Lincoln, President of the United States of America”, em *Marx & Engels Collected Works*, v. 20 (Londres, Lawrence & Wishart, 2010), p. 19-21.

[1] Em 22 de novembro, o Conselho Central, a partir da proposta dos membros Dick e Howell, decidiu parabenizar Abraham Lincoln pela reeleição à Presidência. A redação da carta foi confiada a um subcomitê. O texto escrito por Marx foi aprovado pelo subcomitê e confirmado por unanimidade pelo Conselho Central em 29 de novembro de 1864. Foi remetido então para o presidente Lincoln por intermédio de Charles Francis Adams, enviado americano em Londres. Em 28 de janeiro de 1865, o Conselho recebeu uma resposta em nome de Lincoln, que foi lida na reunião do conselho em 31 de janeiro e publicada no *The Bee-Hive Newspaper* em 4 de fevereiro de 1865 e no *Times* em 6 de fevereiro do mesmo ano. Como Marx escreveu a Wilhelm Liebknecht em fevereiro de 1865, de todas as respostas de Lincoln às congratulações que recebeu, apenas a da Associação Internacional dos Trabalhadores “não foi um mero reconhecimento *formal* de recebimento”. Essa mensagem a Lincoln foi publicada pela primeira vez no *Daily News*, n. 5.813, 23 de dezembro de 1864, e depois no *Miner and Workman’s Advocate*, n. 95, 24 de dezembro de 1864; no *Reynolds’s Newspaper*, n. 750, 25 de dezembro de 1864; no *The Bee-Hive Newspaper*, n. 169, 7 de janeiro de 1865; e nos jornais alemães *Der Social-Demokrat*, n. 3, suplemento de 30 de dezembro de 1864; no *Berliner Reform*, n. 4, 5 de janeiro de 1865; e no *Hermann,* n. 314, 7 de janeiro de 1865. Foi incluída também no livro de Abott A. Abott, *Life of Abraham Lincoln* (Nova York, T. R. Dawley, 1865). (N. E. I.)

[2] Referência à Declaração de Independência aprovada pelos delegados de treze colônias norte-americanas no Congresso da Filadélfia, em 4 de julho de 1776. A declaração proclamava a separação da Inglaterra e a formação de uma república independente: os Estados Unidos da América. Formulava princípios democráticos burgueses, como liberdade individual, igualdade perante a lei, soberania do povo. Exerceu grande influência sobre o movimento revolucionário europeu e, em particular, sobre a Revolução Francesa. Entretanto, os direitos democráticos proclamados foram violados desde o início pela burguesia americana e pelos proprietários fundiários, que consolidaram seu poder como resultado da Guerra de Independência dos Estados Unidos (1775-1783) – a primeira revolução burguesa americana –, excluindo a população comum da vida política e mantendo a escravidão. (N. E. I.)

[3] Do discurso de Alexander H. Stephens, liderança escravagista do Sul, proferido em Savannah, em 21 de março de 1861. Ver a reportagem do *New York Daily Tribune*, n. 6.215, 27 de março de 1861. (N. O.)

[4] *The Bee-Hive Newspaper* e *The Miner and Workman’s Advocate* assinalam aqui “Nusperli, Schantzenbach, Smales, Cornelius”. (N. E. I.)

[5] *The Bee-Hive Newspaper* diz aqui: “18, Greek Street, Soho”. (N. O.)

2. Resposta do embaixador Adams[a]

Legação dos Estados Unidos
Londres, 28 de janeiro de 1865

Senhor:

Fui incumbido de lhe informar que a mensagem do Conselho Central de sua Associação, que foi devidamente transmitida por esta Legação ao Presidente dos Estados Unidos, foi recebida por ele.

Visto que os sentimentos expressos nela são pessoais, eles são aceitos pelo presidente com o desejo sincero e ávido de poder demonstrar que não é indigno da confiança que lhe foi estendida recentemente por seus concidadãos e por muitos dos amigos da humanidade e do progresso em todo o mundo.

O governo dos Estados Unidos tem clara consciência de que sua política não é e nem pode ser reacionária, mas ao mesmo tempo segue a linha que adotou desde o começo de abster-se, em todas as partes, do propagandismo e da intervenção ilegal. Luta por exercer justiça igual e exata para com todos os Estados e todos os homens e confia nos resultados benéficos desse esforço para o apoio interno e o respeito e a boa vontade em todo o mundo.

Nações não existem apenas para si mesmas, mas para promover o bem-estar e a felicidade da humanidade, através do exemplo e das relações benevolentes. É nesse sentido que os Estados Unidos avaliam sua causa no atual conflito contra a escravidão, sustentando

a insurgência como causa da natureza humana, e ganha novos incentivos para perseverar nas declarações dos trabalhadores da Europa de que a atitude nacional é favorecida por sua aprovação esclarecida e sincera solidariedade.

Tenho a honra, senhor, de ser seu obediente servo,

Charles Francis Adams

---

[a] Traduzido de “Central Council Meeting Jan’y 31st 1865”, em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção I, v. 20 (Berlim, Dietz Verlag, 1992), p. 297-298.

3. Karl Marx
[Mensagem da Associação Internacional dos Trabalhadores ao presidente Johnson][a] [1]

[The Bee-Hive Newspaper, n. 188, 20 de maio de 1865]
Escrito entre 2 e 9 de maio de 1865]
A Andrew Johnson, presidente dos Estados Unidos

Senhor,

O demônio da “peculiar instituição”[2], pela supremacia da qual o Sul se levantou em armas, não permitiria que seus adoradores sucumbissem honrosamente em campo aberto. O que começou com traição deve terminar em infâmia. Assim como a guerra de Filipe II pela Inquisição criou um Gérard, a guerra de Jefferson Davis em favor da escravidão criou um Booth.

Não nos cabe invocar palavras de angústia e horror, enquanto o coração de dois mundos se agita em emoção. Mesmo os sacripantas que, ano após ano, e dia após dia, aferraram-se ao trabalho de Sísifo de assassinar moralmente Abraham Lincoln e a grande República que ele liderava, hoje se encontram perplexos diante dessa explosão universal de emoções populares, e competem

entre si para cobrir de flores retóricas sua sepultura aberta. Descobriram finalmente que ele era um homem que não se intimidava com as adversidades nem se inebriava com o sucesso; avançando inflexivelmente para o seu grande objetivo, nunca cedendo por pressa cega, vagarosamente amadurecendo seus passos, nunca refazendo-os, jamais levado por qualquer surto popular favorável, ou desanimado por qualquer falta de pulso popular, moderando atos austeros com o brilho de um coração generoso, iluminando cenários sombrios com dedicação e sorrisos de boa disposição, realizando seu trabalho titânico de maneira tão humilde e singela quanto os mandatários divinos fazem as pequenas coisas com grandiloquência e pompa; em uma palavra, um dos raros homens que conseguiram se tornar grandes, sem deixar de ser bons. Tal era, de fato, a modéstia desse grande e bom homem que o mundo descobriu herói apenas depois que tombou como mártir.

Distinguir-se ao lado de tal líder, segunda vítima dos deuses infernais da escravidão, foi uma justa honra ao sr. Seward. Não teve ele, na época de uma hesitação generalizada, a sagacidade de antever e a hombridade de sinalizar o “irreprimível conflito”[3]? Nas horas mais sombrias de tal conflito, não se mostrou ele fiel ao dever romano de nunca perder as esperanças na República e em suas estrelas? Nós esperamos sinceramente que ele e seu filho[4] recuperem a saúde, as atividades públicas e as muito merecidas honras, em muito menos do que “noventa dias”[5].

Depois de uma terrível guerra civil, que, no entanto, se considerarmos suas vastas dimensões e seu amplo escopo e a compararmos com as guerras do Velho Mundo de 100, 30 e 23 anos[6], mal se pode dizer que durou 90 dias, tornou-se sua, senhor, a tarefa de extirpar pela lei o que foi tombado pela espada, presidir ao trabalho árduo de reconstrução política e regeneração social. Um

senso profundo de sua grande missão o poupará de qualquer concessão contra seus estritos deveres. O senhor nunca se esquecerá de que, para iniciar a nova era da emancipação do trabalho, o povo americano devolveu as atribuições da liderança a dois homens do trabalho: um foi Abraham Lincoln, o outro Andrew Johnson.

Assinado em nome da Associação Internacional dos Trabalhadores, em Londres, 13 de maio de 1865, pelo Conselho Central:

Charles Kaub, *Edward Coulson*, *F. Lessner*, *Carl Pfänder*, *N. P. Hansen*, *Karl Schapper*, *William Dell*, *George Lochner*, *George Eccarius*, *John Osborne*, *P. Petersen*, *A. Janks*, *H. Klimosch*, *John Weston*, *H. Bolleter*, *B. Lucraft, J. Buckley, Peter Fox*, *N. Salvatella*, *George Howell*, *Bordage*, *A. Valltier*, *Robert Shaw*, *J. H. Longmaid*, *W. Morgan*, *G. W. Wheeler*, *J. D. Nieass*, *W. C. Worley*, *D. Stainsby*, *F. de Lassassie*, *J. Carter*, *Emile Holtorp*, secretário pela Polônia. *Carl*[7] *Marx*, secretário pela Alemanha; *H. Jung*, secretário pela Suíça; *E. Dupont*, secretário pela França; *J. Whitlock*, secretário financeiro; *G. Odger*, presidente; *W. R. Cremer*, secretário-geral honorário.

---

[a] Traduzido de "[Adress from de Working Men's Association to President Johnson]", em *Marx & Engels Collected Works*, v. 20 (Londres, Lawrence & Wishart, 2010), p. 99-100.

[1] Em 14 de abril de 1865, o presidente dos Estados Unidos, Abraham Lincoln, foi assassinado pelo ator John Wilkes Booth, um agente dos proprietários fundiários sulistas e dos banqueiros de Nova York. Andrew Johnson tornou-se presidente. O Conselho Central tomou a decisão, em 2 de maio de 1865, de enviar uma mensagem ao povo americano sobre tais acontecimentos. Na reunião de 9 de maio do Conselho, Marx leu a mensagem que ele mesmo redigiu. Essa mensagem foi aprovada e remetida ao presidente Johnson por intermédio de Charles Francis Adams, enviado americano na Inglaterra. A mensagem foi publicada no *Reynolds's Newspaper*, n. 771, 21 de maio de 1865, e no *New York Daily*

Tribune, n. 7.563, 1 de junho de 1865, e a tradução em alemão apareceu no *Chicago Sonntags-Zeitung*, 4 de junho de 1865. (N. E. I.)

[2] Foi com esses termos que Alexander H. Stephens, líder sulista, referiu-se ao sistema escravagista em seu discurso em Savannah em 21 de março de 1861 (ver *New York Daily Tribune*, n. 6.215, 27 de março de 1861). (N. O.)

[3] Referência à declaração de William Seward em uma reunião em Rochester no dia 25 de outubro de 1858. Na ocasião, ele falou sobre "um irreprimível conflito" que, segundo ele, transformaria os Estados Unidos em uma "nação escravagista" ou em uma "nação do trabalho livre". Em 14 de abril de 1865, quando Lincoln foi assassinado, Seward, então secretário de Estado dos Estados Unidos, e seu filho foram gravemente feridos. (N. E. I.)

[4] Frederick William Seward. (N. O.)

[5] Em 15 de abril de 1861, para responder às hostilidades da Confederação dos Estados Sulistas, a administração Lincoln declarou o recrutamento de 75 mil voluntários, com o intuito de em três meses pôr fim à revolta; a Guerra Civil Americana, entretanto, terminou apenas em 1865. (N. E. I.)

[6] Referência à *Guerra dos Cem Anos* (1337-1453) entre a França e a Inglaterra e à *Guerra dos Trinta Anos*, que envolveu Estados católicos e Estados protestantes apoiados pela França (1618-1648). Sobre a *Guerra de 23 anos*, Marx refere-se às coalizões europeias contra a República francesa e a França napoleônica que, com curtos intervalos, abrangeu o período de 1792 a 1815. (N. E. I.)

[7] Erro de grafia no original. (N. T.)

4. Ata da reunião de 11 de maio de 1869 do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores[a] [1]

[...]

O cidadão Marx levantou-se e disse que a maioria dos membros deve ter visto a carta do professor Goldwin Smith no *Bee-Hive* acerca da impressão que o discurso do senador Sumner causou na América, e que ele, cidadão Marx, recebeu cartas da América sobre a mesma impressão e pensou ser ocasião adequada para o Conselho fazer um apelo aos trabalhadores da América para que ponham fim a essas ameaças do Partido Republicano. Com tal intenção, redigiu uma mensagem ao National Labor Union dos Estados Unidos que, se aprovada pelo Conselho, deve ser adotada e enviada à América. Ele então leu o seguinte:

"Da Associação Internacional dos Trabalhadores para o National Labor Union dos Estados Unidos:

Companheiros trabalhadores,

No programa introdutório de nossa Associação afirmamos: 'Não foi a sabedoria das classes dominantes, mas a heroica resistência das classes trabalhadoras da Inglaterra à sua insensatez que salvou

a Europa Ocidental de mergulhar em uma infame cruzada pela perpetuação e propagação da escravidão do outro lado do Atlântico'[2]. Ora, chegou sua hora de impedir uma guerra cujo resultado mais certo seria fazer retroceder, por um período indefinido, o movimento ascendente da classe trabalhadora em ambos os lados do Atlântico.

É desnecessário dizer que existem potências europeias ansiosamente inclinadas a empurrar os Estados Unidos para uma guerra com a Inglaterra. Um olhar sobre as estatísticas comerciais mostrará que as exportações russas de matérias-primas – e a Rússia não tem nada mais que exportar – estavam caindo rapidamente em face da competição americana, quando de súbito a guerra civil inverteu a balança. Converter a relha dos arados americanos em espadas salvaria de uma iminente bancarrota aquela potência despótica que seus estadistas republicanos escolheram, com toda a sua sabedoria, como conselheira particular. Mas, à parte os interesses particulares desse ou daquele governo, não é do interesse geral de nossos opressores comuns transformar nossa cooperação internacional, que cresce rapidamente, em uma guerra mutuamente destrutiva?

Em uma mensagem de congratulações ao sr. Lincoln pela reeleição presidencial, expressamos nossa convicção de que a Guerra Civil Americana provaria ser de grande importância para o avanço da classe trabalhadora, como a Guerra de Independência Americana o provou ser para a classe média[3]. E, na verdade, o desfecho vitorioso da guerra contra a escravidão abriu uma nova era nos anais da classe trabalhadora. Desde então, nos próprios estados, ganhou vida um movimento independente da classe trabalhadora, visto com maus olhos pelos velhos partidos e seus políticos profissionais. Para que esse movimento seja fecundo, serão

necessários anos de paz. Para esmagá-lo, uma guerra entre os Estados Unidos e a Inglaterra é desejável.

O outro efeito palpável da guerra civil foi, é claro, a deterioração da posição do trabalhador americano. Nos Estados Unidos, assim como na Europa, o íncubo da dívida pública passou de mão em mão para instalar-se nos ombros da classe trabalhadora. O preço dos produtos de primeira necessidade, diz um de seus estadistas, subiu 78% desde 1860, enquanto o salário dos trabalhadores não qualificados subiu 50% e dos qualificados 60% apenas. 'O pauperismo', ele reclama, 'está crescendo na América mais rápido do que a população.' Ademais, os sofrimentos das classes trabalhadoras contrastam com a opulência ultramoderna dos aristocratas financistas, dos *shoddy aristocrats*[4] e pragas similares produzidas pelas guerras. No entanto, ainda assim, a guerra civil compensou, pela libertação dos escravos e pelo consequente ímpeto moral que deu ao próprio movimento classista. Uma segunda guerra, não santificada por um propósito sublime e uma grande necessidade social, mas uma típica guerra do Velho Mundo, forjaria as correntes dos trabalhadores livres, ao invés de arrebentar as dos escravos. A miséria acumulada, se seguisse seu curso, daria imediatamente aos capitalistas os meios e os motivos para divorciar a classe trabalhadora de suas resolutas e justas aspirações, em troca da desalmada espada de um exército permanente.

Cabe a vocês, portanto, a gloriosa tarefa de provar ao mundo que agora, finalmente, as classes trabalhadoras sobem ao palco da história não mais como criados servis, mas como atores independentes, conscientes de sua própria responsabilidade e capazes de comandar a paz, quando os supostos mestres gritam guerra.

Em nome do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores,

Nacionalidade britânica: R. Applegarth, carpinteiro; M. J. Boon, engenheiro; J. Buckley, pintor; J. Hales, tecelão de fitas elásticas; Harriet Law; B. Lucraft, fabricante de cadeiras; G. Milner, alfaiate; G. Odger, sapateiro; J. Ross, costureiro de botas; R. Shaw, pintor; Stepney Cowell; J. Warren, fabricante de baús; J. Weston, fabricante de corrimãos. Nacionalidade francesa: E. Dupont, fabricante de instrumentos; Jules Johannard, litógrafo; Paul Lafargue. Nacionalidade alemã: G. Eccarius, alfaiate, F. Lessner, alfaiate; W. Limburg, sapateiro; Karl Marx. Nacionalidade suíça: H. Jung, relojoeiro; A. Muller, relojoeiro. Nacionalidade belga: P. Bernard, pintor. Nacionalidade dinamarquesa: J. Cohn, cigarreiro. Nacionalidade polonesa: Zabicki, impressor. B. Lucraft, presidente; Cowell Stepney, tesoureiro; J. George Eccarius, secretário-geral. Londres, 12 de maio de 1869.”

O cidadão Odger opôs-se à palavra *praga*. O cidadão Lucraft preferiu-a & o cidadão Marx afirmou que nenhuma outra palavra poderia substituí-la, sem que o contexto fosse alterado. Depois de alguma discussão, a mensagem foi adotada a partir da proposição do cidadão Dupont, apoiada pelo cidadão Odger. Foi acordado que todos os membros do Conselho deverão assiná-la & que as suas ocupações devem ser indicadas.

[...]

[a] Excerto traduzido de “Council Meeting May 11”, em *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, seção I, v. 21 (Berlim, Akademie Verlag, 2009), p. 652-655.

[1] A mensagem do Conselho Geral ao National Labor Union dos Estados Unidos foi redigida por Marx e lida por ele na reunião de 11 de maio de 1869, sob a perspectiva de uma guerra entre a Inglaterra e os Estados Unidos na primavera de 1869. A resposta de William H. Sylvis, presidente do National Labor Union, é citada por Marx em um relatório do Conselho Geral para o Congresso da Basileia. A mensagem de Marx em inglês foi publicada como um panfleto e no *Bee-Hive*, n. 396, 15 de maio de 1869. A tradução em alemão foi publicada no *Demokratisches Wochenblatt*, n. 21, 22 de maio; no *Social-Demokrat*, n. 59, 23 de maio; na *Volksstimme*, n. 4, suplemento de 23 de maio, e no *Vorbote*, n. 8, agosto de 1869. Nos Estados Unidos, a mensagem apareceu nos periódicos dos trabalhadores: *Die Arbeiter Union* (Nova York), n. 10, 2 de junho; *The Workingman’s Advocate* (Chicago-Filadélfia), n. 45, 5 de junho, e *Weekly American Workman* (Boston), n. 22, 18 de setembro de 1869. (N. E. I.)

[2] “Address and Provisional Rules of the Working Men’s International Association” (Londres, 1864). (N. E. I.)

[3] Karl Marx, “A Abraham Lincoln, presidente dos Estados Unidos da América”, neste volume, p. 353. (N. E.)

[4] *Shoddy aristocrats*: pessoas que enriqueceram rapidamente durante a Guerra Civil. (N. T.)

Índice onomástico

Aberdeen, George Hamilton-Gordon, quarto conde de (1784-1860) – político *tory* (depois *peelite*), foi primeiro-ministro (1852-1855). 38, 132

Adams, Charles Francis (1807-1886) – diplomata e político estadunidense; membro do Partido Republicano. 95, 118-9, 129, 140-1, 142-3, 154, 236, 353, 356, 357

Adams, John (1735-1826) – político e diplomata estadunidense, líder da burguesia moderada durante a Guerra da Independência; segundo presidente dos Estados Unidos (1797-1801). 22

Alberto (1819-1861) – príncipe consorte da rainha Vitória da Grã-Bretanha. 161

Alexandre, o Grande (356 a. C.-323 a. C.) – general e estadista da Antiguidade. 238

Alexandre II (1818-1881) – imperador da Rússia (1855-1881). 241

Aníbal (c. 247 a. C.-183 a.C.) – general cartaginense. 166, 204

Arbuthnot, John (1667-1735) – médico e satírico inglês; inventor da caricatura popular inglesa John Bull. 39

Ashburton, Alexander Baring, barão (1774-1848) – banqueiro e político inglês; próximo dos *tories*, cooperou com círculos comerciais estadunidenses. 128, 155

Ashworth, Henry (1794-1880) – industrial e político inglês; defensor do livre-comércio; fundador da Liga Anti-Leis dos Cereais. 158

Atherton, William (1806-1864) – advogado britânico; foi advogado-geral (1859-1861) e procurador-geral (1861-1863) da Inglaterra e do País de Gales. 119, 146

Aumale, Henrique Eugênio Filipe Luís de Orleáns, duque de (1822-1897) – filho do rei Luís Filipe da França; participou da conquista da Argélia na década de 1840; foi governador-geral da Argélia (1847-1848). 60

Bancroft, George (1800-1891) – historiador, diplomata e político estadunidense; membro do Partido Democrata, ficou ao lado do Norte na Guerra Civil. Autor de uma história dos Estados Unidos em 10 volumes. 116

Baring, Thomas (1799-1873) – banqueiro inglês, partidário *tory*. 62

Bazley, Thomas (1797-1885) – industrial e político inglês; defensor do livre-comércio. Fundou a Liga Anti-Leis dos Cereais e presidiu a Câmara de Comércio de Manchester. 158-9

Beales, Edmond (1803-1881) – advogado inglês; presidiu a Liga da Reforma e apoiou o Norte na Guerra Civil dos EUA. 153

Beauregard, Pierre Gustave Toutant (1818-1893) – general estadunidense, comandante do exército confederado na Guerra Civil. 45, 102, 195, 199, 201, 212, 269-70, 273-4, 312, 317, 330

Bennett, Jamens Gordon (1795-1872) – jornalista estadunidense, membro do Partido Democrata; fundador e editor do *New York Herald*; apoiou os confederados na Guerra Civil. 167, 230

Bentinck, George (1821-1891) – parlamentar britânico, *tory*. 174-5

Berkeley, George Cranfield (1753-1818) – almirante britânico, *tory*. 149

Berry, Hiram Gregory (1824-1863) – general estadunidense; lutou na Guerra Civil ao lado do Norte; comandou uma brigada e depois uma divisão do exército do Potomac. 200-1

Birney, David Bell (1825-1864) – general estadunidense, abolicionista; comandou uma brigada do exército do Potomac durante a Guerra Civil. 201

Bragg, Braxton (1817-1876) – general estadunidense; em 1862 comandou o exército do Sul no Kentucky durante a Guerra Civil. 224-5, 227, 309

Breckinridge, John Cabell (1821-1875) – político estadunidense, membro do Partido Democrata; liderou a rebelião de proprietários de escravos do Sul; general do exército do Sul durante a Guerra Civil; secretário da Guerra da Confederação. Foi vice-presidente (1857-61). 46, 53, 66, 213, 284

Bright, John (1811-1889) – industrial e político inglês; partidário do livre-mercado e fundador da Liga Anti-Leis dos Cereais; ocupou vários ministérios. 111, 119, 124, 133, 137

Brooks, Preston Smith – proprietário de escravos do Sul, representante da Carolina do Sul no Congresso. 116

Brougham and Vaux, Henry Peter, primeiro barão (1877-1868) – político, advogado e escritor britânico; partidário *whig*. Foi Lorde Chanceler (1830-34). Afastou-se da política na década de 1850. 216

Brown, John (1800-1859) – fazendeiro estadunidense, líder revolucionário do movimento abolicionista; tentou organizar um levante de escravos na Virgínia em 1859; foi levado a julgamento e executado. 28, 241

Brownson, Orestes Augustus (1803-1876) – teólogo estadunidense, membro do Partido Democrata; publicou diversas revistas; defendeu a preservação da União durante a Guerra Civil. 70

Bruce, J. P. – agente da Confederação. 227

Brutus (*Marcus Junius Brutus*) (c. 85 a. C.-42 a. C.) – político romano. Republicano, organizou uma conspiração para matar Júlio César. 111, 196, 215

Buchanan, James (1791-1868) – político estadunidense, membro do Partido Democrata; apoiador dos proprietários de escravos. Foi presidente de 1857 a 1861. 25-7, 46, 48-50, 66, 70, 92, 107, 125, 167, 182, 228, 248, 258

Buell, Don Carlos (1818-1898) – general estadunidense; lutou na Guerra Civil ao lado do Norte; comandou um exército no Tennessee e no Kentucky (1862). 165, 180, 184, 188, 224-5, 269, 278

Bunch, R. – cônsul britânico em Charleston (1861-1862). 175

Burdett, Francis (1770-1844) – político britânico, primeiro radical e depois *tory*, membro da Câmara dos Comuns. 161

Burnes, Alexander (1805-1841) – tenente-coronel britânico, organizou a expansão colonial na Ásia Central. 39

Burnside, Ambrose Everett (1824-1881) – general estadunidense, membro do Partido Republicano; comandou o exército do Potomac durante a Guerra Civil (novembro de 1862-janeiro de 1863). 116, 235, 301-2

Butler, Benjamin Franklin (1818-1893) – político e general estadunidense. Durante a Guerra Civil, comandou o exército expedicionário do Norte que ocupou New Orleans; governou militarmente o estado. 165, 204-5, 309, 312

Calhoun, John Caldwell (1782-1850) – político estadunidense, líder do Partido Democrata; foi secretário da Guerra (1817-25), vice-presidente (1825-1832), senador (1832-43, 1845-1850) e secretário de Estado (1843-1845). 29, 52, 89

Cameron, Simon (1799-1889) – político estadunidense, membro do Partido Republicano; foi senador e ministro da Guerra de Lincoln. 113-4, 116, 165, 168

Canning, George (1770-1827) – político e diplomata britânico, partidário *tory*. Foi secretário de Relações Exteriores (1807-1808, 1822-1827) e primeiro-ministro (1827). 79, 91, 163

Carlos II (1630-1685) – monarca inglês. Seu pai, Carlos I, foi executado na Guerra Civil Inglesa. Proclamado rei, foi derrotado militarmente por Oliver Cromwell e se exilou na Europa continental. Em 1660, após a morte de Cromwell, retornou à Inglaterra, assumiu o trono e governou até morrer. 106

Carnarvon, Henry Howard Molyneux Herbert, conde de (1831-1890) – político britânico conservador; foi secretário para as colônias. 205

Cass, Lewis (1782-1866) – político, general e diplomata estadunidense, membro do Partido Democrata; foi secretário da Guerra (1831-1836) e de Estado (1857-1860). 70

Cassius (*Gaius Cassius Longinus*) (m. 42 a. C.) – político e general romano. Republicano, tribuno do povo, organizou junto com Brutus o assassinato de Júlio César. 111

Castlereagh, Robert Stewart, marquês de Londonderry, viconde de Castlereagh (1769-1822) – estadista britânico *tory,* ocupou vários ministérios. 205

Catão, *o Velho* (*Marcus Porcius*) (234 a. C.-149 a. C.) – político e escritor romano; foi censor em 184 a. C. 59, 136, 202-3

Catarina II (1729-1796) – imperatriz da Rússia (1762-1796). 123, 264

Cecil, Robert Arthur Talbot Gascoyne, visconde de Cranborne, terceiro marquês de Salisburry (1830-1903) – político conservador britânico. Foi primeiro-ministro três vezes (1885–1886, 1886–1892, 1895–1902). 176

Chateaubriand, François-René de (1768-1848) – escritor, político e diplomata francês. Apoiou a política da Santa Aliança. Foi ministro das Relações Exteriores (1822-1824). 79, 90-1

Cheetham, John (1802-1886) – industrial e político liberal britânico. 159

Claredon, George William Frederick Villiers (1800-1870) – político britânico *whig*. Cumpriu diversos mandatos como ministro das Relações Exteriores. 162

Cobbett, William (1762-1835) – político e escritor radical britânico. 37, 147, 264

Cochrane, John (1813-1898) – oficial do exército e político estadunidense. Foi parlamentar da ala esquerda do Partido Republicano. Lutou ao lado do Norte na Guerra Civil. General-brigadeiro a partir de 1862. 113-4, 116

Conningham, William (1815-1884) – liberal inglês; participou da reunião anti-intervencionista em Brighton em dezembro de 1861. 137, 265

Cooper, James Fenimore (1789-1851) – romancista estadunidense. 94

Cooper, Peter (1791-1883) – industrial, inventor e filantropo estadunidense. Fundou a Cooper Union para o avanço das artes e da ciência na cidade de Nova York. 116

Cowley, Henry Richard Charles Wellesley, 1º conde de (1804-1884) – diplomata britânico; embaixador em Paris (1852-1867).

Crampton, John Fiennes Twisleton (1805-1886) – diplomata britânico; embaixador em Madri (1860-1869). 171

Crittenden, John Jordan (1787-1863) – advogado e político estadunidense. Foi senador pelo partido *whig*. Defendia um compromisso com os proprietários de escravos do Sul. 23

Cromwell, Oliver (1599-1658) – líder militar e político da Revolução Inglesa. Foi parlamentar e Lorde Protetor. 106, 166

Crosswell, Edwin (1797-1871) – jornalista e político estadunidense. Foi líder do Partido Democrata em Nova York nas décadas de 1830 e 1840. 113

Cugia, Efisico di Sant'Orsola (1818-1872) – general e político italiano. 217

Cunard, Samuel (1787-1865) – proprietário de navios britânico, fundador de uma companhia de vapores que transportavam correspondências entre Inglaterra e EUA. 99

Curtis, Samuel Ryan (1807-1866) – oficial do exército estadunidense e político, general a partir de 1861; foi parlamentar pelo Partido Republicano (1857-1861); comandou tropas do Norte no Arkansas e Missouri durante a Guerra Civil. 28, 212, 279-81

Davis, Jefferson (1808-1889) – político estadunidense, membro do Partido Democrata. Foi secretário da Guerra e organizador da rebelião dos proprietários de escravos do Sul. Presidente da Confederação (1861-1865). 23, 28, 66, 116, 129, 201, 209, 219, 222, 228-9, 257, 295, 297, 315, 330, 357

Delane, John Thadeus (1817-1879) – editor do *The Times* londrino. 38

Demóstenes (384 a. C.-322 a. C.) – orador e político grego. 93

Derby, Edward Geoffrey Smith Stanley, conde de (1779-1869) – político inglês, líder dos *tories*. Cumpriu três mandatos como primeiro-ministro (1852, 1858-1859, 1866-1868). 161-4

Dickinson, Daniel Stevens (1800-1866) – advogado e político estadunidense; líder do Partido Democrata e senador (1844-1851). Apoiou o Norte na Guerra Civil. 113

Disraeli, Benjamin, conde de Beaconsfield (1804-1881) – político e escritor britânico. Fundador e ideólogo do Partido Conservador; foi primeiro-ministro (1868, 1874-1880). 39, 129, 161-4, 174

Dix, John Adams (1798-1879) – político e general estadunidense. Foi governador de Nova York; comandou o exército do Norte em Maryland e Virgínia. 113

Douglas, Stephen Arnold (1813-1861) – político estadunidense; líder do Partido Democrata no Norte. Defendia um compromisso com os proprietários de escravos do Sul. Autor da Lei Kansas-Nebraska; concorreu à presidência (1860). 22, 25, 46-7, 49-51, 53

Dumouriez, Charles François du Périer (1739-1823) – general e político francês. 183

Dunlop, Alexander Murray (1798-1870) – advogado e político liberal britânico. 38-40

Duns Escoto, João (c. 1265-1308) – filósofo escolástico escocês; nominalista. 97

Ellet, Charles (1810-1862) – engenheiro e inventor militar estadunidense; lutou na Guerra Civil ao lado do Norte. 208

Ericsson, John (1803-1889) – engenheiro e inventor militar estadunidense; sueco de nascimento. 207, 226

Eustis, George de Lacy (1787-1870 – general e político liberal britânico; lutou na Guerra da Crimeia (1853-1856). 96

Faneuil, Peter (1700-1743) – comerciante colonial, negociante de escravos e filantropo estadunidense. 45

Farragut, David (1801-1870) – almirante estadunidense, lutou na Guerra Civil ao lado do Norte; comandou um esquadrão durante a tomada de New Orleans. 196, 209, 314

"*Fighting Joe*"– ver *Hooker, Joseph*.

Fitzgerald, William Robert Seymour Vesey (1818-1885) – político inglês, *tory*. Foi governador de Bombay (1866-1872). 210

Flahaut de la Billarderie, Auguste Charles Joseph, conde de (1785-1870) – diplomata francês; embaixador em Londres. 171

Floyd, John Buchanan (1806-1863) – político estadunidense, membro do Partido Democrata; governador da Virgínia (1849-1852); secretário da Guerra (1857-1860); combateu na Guerra Civil ao lado do Sul. 180, 187, 228, 258, 297

Forster, William Edward (1818-1886) – industrial e político liberal britânico. 42, 175

Fould, Achille (1800-1867) – banqueiro e político francês. Orleanista e depois bonapartista, foi ministro das Finanças (1848-1852, 1861-1867). 72, 84

Francis, Philip (pseudônimo *Junius*) (1740-1818) – jornalista e político radical britânico; autor de panfletos contra o governo absolutista de George III. 105

Francisco Ferdinando Filipe Luís Maria de Orléans, príncipe de Joinville (1818-1900) – aristocrata francês, casou-se com a princesa Francisca de Bragança, irmã de Pedro II. Exilou-se no Brasil até a eclosão da Guerra Civil dos EUA, para onde foi lutar ao lado de Lincoln. 60

Francisco II (1836-1894) – rei de Nápoles e Sicília. 78

Frederico Carlos (1828-1885) – príncipe e general prussiano. 319, 328

Frederico VII (1808-1863) – rei da Dinamarca (1848-1863). 39

Frémont, John Charles (1813-1890) – viajante e político estadunidense; membro da ala esquerda do Partido Republicano. Participou da conquista da Califórnia durante a Guerra Mexicana de 1846-1848; candidatou-se à presidência (1856); comandou as tropas do Norte no Missouri (até novembro de 1861) e na Virgínia (1862) durante a Guerra Civil. 25, 51, 69-70, 92-4, 113-4, 116, 167, 266, 270-1, 279-81, 321

Frieländer, Max (1829-1872) – jornalista e jurista alemão; editor do *Die Presse*. 43

Garibaldi, Giuseppe (1807-1882) – revolucionário italiano, principal organizador da defesa da República Romana em abril-junho de 1849; liderou a luta de libertação nacional e a unificação da Itália nas décadas de 1850 e 1860. 73, 217

Garrison, William Lloyd (1805-1879) – jornalista estadunidense; líder do movimento abolicionista, fundador da Sociedade Americana Antiescravidão. Defendeu métodos revolucionários durante a Guerra Civil. 218

Gibson, Thomas Milner (1806-1884) – político liberal britânico; presidiu a Câmara de Comércio (1859-1865 e 1865-1866). 111, 128, 263

Gilpin, Charles (1812-1874) – político britânico, defensor do livre-comércio. 143

Gladstone, William Ewart (1809-1898) – político britânico, líder do Partido Liberal (1868-1894); primeiro-ministro (1868-1874, 1880-1885, 1886, 1892-1894). 111, 128, 161, 229, 236, 263

Glücksburg, Cristiano de (*Cristiano IX*) (1818-1906) – rei da Dinamarca (1863-1906). 39, 265

Goethe, Johann Wolfgang von (1749-1832) – filósofo e poeta alemão. 156

Grant, Ulysses Simpson (1822-1885) – general e político estadunidense, membro do Partido Republicano; comandou as tropas do Norte no Kentucky e no Tennessee (1861-1862); comandante em chefe a partir de março de 1864, secretário da Guerra (1867-1868) e presidente dos Estados Unidos (1869-1877). 132, 179-80, 186, 188, 190, 269, 306, 309-13, 315, 317, 319, 325, 328-30, 333

Gregory, William Henry (1817-1892) – político liberal irlandês. 174-6, 205

Guilherme I (1797-1888) – rei da Prússia (1861-1888), imperador da Alemanha (1871-1888). 59

Halleck, Henry Wager (1815-1872) – general estadunidense, membro da ala moderada do Partido Republicano. Comandou o Departamento do Missouri (novembro de 1861-março 1862) e o exército do Mississippi (março-julho 1862); foi comandante em chefe do Exército do Norte (julho 1862-março 1864). 113, 165, 167, 179-80, 184, 186, 188, 195, 201, 212, 233-4, 269, 278-81, 291

Hanôver, casa de – dinastia real inglesa. 63, 105

Hautefeuille, Laurent Basele (1805-1875) – advogado francês, bonapartista; autor de obras sobre direito internacional marítimo. 176

Havelock, Henry – major-general britânico; participou da Guerra Anglo-Afegã (1838-1842) e da Guerra Anglo-Sikh (1845-1846); reprimiu a revolta de libertação nacional na Índia (1857). 139

Haynau, Julius Jacob, barão de (1786-1853) – general austríaco; participou da repressão à revolução italiana de 1848-1849; comandou as tropas austríacas na Hungria (1849-1850); iniciou a repressão contra os revolucionários húngaros. 148

Hegel, Georg Wilhelm Friedrich (1770-1831) – filósofo alemão. 223

Heintzelman, Samuel Peter (1805-1880) – general estadunidense; participou da Guerra Civil ao lado do Norte; comandou um corpo do exército do Potomac (1862). 200-1

Helm, Charles John (1817-1868) – cônsul geral dos EUA em Havana (1858-1861); representou os interesses da Confederação de julho de 1861 até o fim da Guerra Civil. 99

Hennessy, John Pope (1834-1891) – político conservador irlandês. 40

Hooker, Joseph (1814-1879) – general estadunidense, abolicionista, membro do Partido Republicano. Primeiro comandou um corpo do exército do Norte no Potomac (1862) e depois todo o exército da região (janeiro-junho 1863). 234-5, 291, 298, 304, 306

Hudson, James (1810-1885) – diplomata britânico; embaixador em Turim (1851-1863). 216

Istúriz, Francisco Javier de (1790-1871) – político liberal espanhol; participou da Guerra de Independência (1808-1814) e da revolução burguesa de 1820-1823; ministro das

Relações Exteriores (1836, 1846-1847) e primeiro-ministro (1858); embaixador em Londres (1848, 1858-1862). 169-171

Ives, Malcolm – jornalista estadunidense, membro do Partido Democrata; trabalhou no *New York Herald* a partir da década de 1850. 167-8

Jackson, Andrew (1767-1845) – general e político estadunidense, fundador do Partido Democrata (1828); durante a Guerra Anglo-Americana (1812-1815) derrotou o exército britânico perto de New Orleans; foi presidente dos Estados Unidos (1829-1837). 30, 65, 92

Jackson, Thomas Jonathan (1824-1863) – general estadunidense; comandou as tropas do Sul na Virgínia (1861-1863); foi apelidado de Stonewall Jackson depois da Batalha de Bull Run (julho 1861). 45, 213, 222, 234, 281, 286, 288

Jameson, Charles Davis (1827-1862) – general estadunidense; combateu na Guerra Civil do lado do Norte; comandou uma brigada do exército do Norte no Potomac (1861-1862). 201

Jecker, Jean Baptiste (c. 1810-1871) – banqueiro suíço; tornou-se cidadão da França em 1862; era próximo do governo bonapartista da França; apoiou a intervenção francesa no México; foi morto pelos partidários da Comuna de Paris. 192, 211, 271

Jefferson, Thomas (1743-1826) – político e escritor estadunidense, iluminista; líder de círculos democratas durante a Guerra da Independência; presidente dos EUA (1801-1809). 22, 24, 46, 97, 106, 153

Jennison, C. R. – oficial do exército estadunidense, abolicionista; coronel do Exército do Norte durante a Guerra Civil. 114

João I (*João Sem Terra*) (1166-1216) – rei da Inglaterra de 1199 a 1216, perdeu o Ducado da Normandia e a maior parte dos territórios ingleses no continente. Ao final de seu reinado, a Primeira Guerra dos Barões fez com que assinasse a Magna Carta. 161

Jorge III – rei da Inglaterra e da Irlanda (1760-1820). 105

José Carlos Paulo Bonaparte, príncipe Napoleão – filho de Jerônimo Bonaparte, primo de Napoleão III, comandou a divisão da Crimeia em 1854. Tinha por apelidos Pon-Pon e Príncipe Vermelho. 60

Juárez, Benito (1806-1872) – estadista mexicano; líder do Partido Liberal durante a Guerra Civil Mexicana (1858-1860) e durante a Intervenção Francesa no México (1861-1867). Presidente do México de 1861 a 1872. 76, 78, 116, 192, 271

Júlio César (100 a.C.-44 a.C.) – político e general romano. 59, 111

Junius – ver *Francis, Philip.*

Kearny, Philip (1814-1962) – general estadunidense; lutou na Guerra Civil ao lado do Norte. Comandou unidades do exército do Potomac. 200, 234

Kent, James (1763-1847) – jurista e político estadunidense; professor da Universidade de Columbia. 96, 109

Kinglake, Alexander William (1809-1891) – historiador e político liberal britânico; membro do Parlamento de 1857 a 1868. 210-1

Kutchinson – família de músicos. 167

La Fayette, (*Lafayette*), *Marie-Joseph Paul Yves Roch Gilbert du Motier*, marquês de (1757-1834) – general francês; participou da Guerra de Independência dos Estados Unidos (1775-1783). Figura proeminente na Revolução Francesa, foi um constitucionalista moderado. Participou da Revolução de Julho de 1830. 61

Layard, Sir Austen Henry (1817-1894) – arqueólogo e político liberal britânico. 138, 210

Lee, Robert Edward (1807-1870) – general estadunidense; participou da guerra contra o México (1846-1848); reprimiu a insurreição de John Brown (1859); durante a Guerra Civil, comandou o exército confederado na Virgínia (1862-1865); foi comandante em chefe de fevereiro a abril de 1865. 224, 307, 309-10, 312-3, 317-9, 325, 329-31

Leporello – servo de Don Giovanni na ópera de Mozart. 63

Levingood – cidadão da Georgia, Estados Unidos. Recusou-se a servir ao exército da Confederação. 227

Lewis, Sir George Cornewall (1806-1863) – estadista britânico *whig*; foi secretário do Tesouro (1850-1852), ministro da Fazenda (1855-1858), ministro do Interior (1859-1861) e secretário da Guerra (1861-1868). 111, 129, 263

Lincoln, Abraham (1809-1865) – estadista estadunidense; líder do Partido Republicano, presidente dos Estados Unidos (1861-1865). Sob influência popular, promoveu reformas burguesas e democráticas durante a Guerra Civil, tornando possível a adoção de métodos revolucionários de guerra. Foi alvejado por um agente dos escravocratas em abril de 1865. 10-1, 14-5, 22-3, 27-8, 32, 45-6, 53, 68-9, 77, 90, 92-3, 125, 165, 167, 194, 213-5, 218-23, 226, 231, 233, 235, 237, 248, 257, 263, 282, 285, 290, 292, 296, 305, 314-6, 320-1, 324, 326, 329, 332-3, 353-5, 357-8, 361

Lloyd, Edward (*c.* 1648-1713) – um dos primeiros comerciantes de café de Londres. Sua loja era ponto de encontro de comerciantes e navegadores, tendo originado uma série de instituições e publicações ligadas a comércio, navegação e seguros, algumas existentes até hoje. 118-9

Lovejoy, Owen (1811-1864) – pastor e político abolicionista estadunidense; congressista de 1857 a 1864. 153

Lovell, Mansfield (1822-1884) – general estadunidense; lutou ao lado Sul na Guerra Civil; comandou o exército em Nova Orleans. 195

Lowe, Robert, primeiro visconde de Sherbrooke (1811-1892) – estadista e jornalista britânico. Contribuiu para o *The Times*. Foi parlamentar, ministro da Fazenda (1868-1873) e

ministro do Interior (1873-1874). 36, 38, 131

Luís Bonaparte – suposto sobrinho de Napoleão I, presidente da Segunda República (1848-1851), imperador da França (1852-1870). 59-62, 71, 75-6, 79, 85-6, 108, 122, 129, 134, 171, 191-2, 205, 211, 217, 232, 244, 258, 270-1, 277

Luís Filipe Alberto de Orléans, primeiro conde de Paris (1838-1894) – neto de Luís Filipe I, tornou-se herdeiro do trono com a morte de seu pai, Fernando Filipe, em 1842. 60

Luís Filipe I (1773-1850) – duque de Orléans, rei da França (1830-1848). 72

Luís XIII (1601-1643) – rei da França (1610-1643). 93

Luís XIV (1638-1715) – rei da França (1643-1715). 40

Lützow, Ludwig Aldolf Wilhelm, barão de (1782-1834) – oficial do exército prussiano, depois general. Participou de guerras contra a França de Napoleão. 202, 274

Lyons, Richard Bockerton Pemell, segundo barão e lorde de (1817-1887) – diplomata britânico; embaixador em Washington (1858-1865). 119, 135, 142-3

Macaulay, Thomas Babington, barão de (1800-1859) – historiador e político britânico; parlamentar *whig*. Membro do Conselho Supremo das Índias (1834-1838); participou da elaboração de um código penal para a Índia adotado em 1860. 166

Macdonald – oficial britânico preso em Bonn e acusado de insubordinação a autoridades locais em setembro de 1860. 59-60

Mac-Farland (*MacFarland*) – diplomata estadunidense; secretário de George Mason. 96

Madison, James (1751-1836) – estadista estadunidense; desempenhou um papel importante na Guerra de Independência (1775-1783). Foi secretário de Estado (1801-1809) e presidente dos Estados Unidos (1809-1817). 127

Magoffin, Beriah (1815-1885) – advogado e político estadunidense; membro do Partido Democrata do Sul e governador do Kentucky (1859-1862). 66

Mann, Ambrose Dudley (1801-1889) – diplomata estadunidense; membro da comissão da Confederação em Londres (1861-862). 97, 122, 133, 146, 153, 174-5

Mason, James Murray (1798-1871) – político estadunidense; latifundiário detentor de escravos, presidente da Comissão do Senado para Relações Exteriores, defensor da secessão e membro da comissão da Confederação em Londres (1862-1865). 96-8, 100, 105-7, 110, 112, 120, 122, 126, 131, 138, 145, 148, 150, 152-3, 156, 162, 174-5, 264

Maximiliano de Habsburgo (*Ferdinand Maximilian Joseph*) (1832-1867) – arquiduque austríaco, governador-geral na Itália (1857-1859), proclamado imperador do México pelas Intervenções Francesas (1864). Foi morto por republicanos mexicanos em 1867. 76, 172-3

Mazzini, Giuseppe (1805-1872) – revolucionário italiano, democrata burguês, chefe do Governo Provisório da República Romana (1849). Organizou em Londres o Comitê

Central Democrático Europeu em 1850. No começo dessa década apoiou os bonapartistas, mas depois se opôs a eles. 73, 152

McClellan, George Brinton (1826-1885) – general e empresário de ferrovias estadunidense. Próximo do Partido Democrata, defendia um compromisso com os proprietários de escravos do Sul; comandante-em-chefe do exército do Norte (novembro de 1861-março de 1862) e comandante do exército no Potomac (março de 1862-novembro de 1862); candidato à presidência (1864). 102, 165-8, 189, 199-201, 212, 219-20, 232, 233-5, 266, 270-1, 273, 279, 281, 284, 286, 295, 298-9, 302

McCook, Alexander McDowell (1831-1903) – oficial do exército estadunidense; general da União na Guerra Civil. 225

Menill – oficial do exército estadunidense; lutou na Guerra Civil ao lado do Norte. 200

Merivale, Herman (1806-1874) – economista e estadista liberal britânico. Subsecretário de Estado das Colônias (1848-1859) e subsecretário da Índia (1859-1874). 226

Miramón, Miguel (1832-1867) – general mexicano, líder do Partido Conservador, encabeçou a rebelião contra o governo liberal (1857). Chefe do governo dos insurgentes (1859-1860), apoiou as Intervenções Francesas e seu *protégé* Maximiliano entre 1862 e 1867. Foi morto por republicanos mexicanos. 192-3, 271

Mirès, Jules Isaak (1809-1871) – banqueiro francês, proprietário de diversos jornais, foi levado a julgamento sob a acusação de maquinação na bolsa de valores (1861). 191-3

Monroe, James (1758-1831) – estadista estadunidense; presidente dos Estados Unidos (1817-1825), emitiu uma declaração de princípios da política externa dos Estados Unidos conhecida como Doutrina Monroe (1823). 79, 91

Montagu, Robert (1825-1902) – político britânico; parlamentar conservador. 39-40, 210-1, 251

Montauban (*Cousin-Montauban*, *Charles Guillaume Marie Apollinaire Antoine*, conde de Palikao) (1796-1878) – general francês bonapartista; comandou a força expedicionária anglo-francesa na China durante a Segunda Guerra do Ópio (1856-1860). 191

Morgan, John Hunt (1825-1864) – oficial do exército estadunidense; lutou na guerra contra o México (1846-1848). Na Guerra Civil esteve ao lado do Sul. 225

Morny, Charles Auguste Louis Joseph, duque de (1811-1865) – político francês, meio-irmão de Napoleão III. Organizador do golpe de Estado de 2 de dezembro de 1851 e das Intervenções Francesas no México. Foi deputado (1849-1851), ministro do Interior (dezembro de 1851-janeiro de 1852) e presidente do *Corps législatif* (1854-1865). 211, 271

Morrill, Justin Smith (1810-1898) – político estadunidense; membro do Partido Republicano. Congressista por Vermont (1855-1867), foi autor de leis protecionistas (1861). 29, 44, 74

Napier, William Francis Patrick (1785-1860) – general e historiador militar britânico. 102

Napoleão III (1808-1873) – ver *Luís Bonaparte*

Newman, Francis William (1805-1897) – escritor e professor de filologia inglês, radical. 236

Nicolau I (1796-1855) – imperador da Rússia (1825-1855). 203

Palmer, Roundell, primeiro conde de Selborne (1812-1895) – estadista britânico, *peelite* e depois liberal. Lorde Chanceler (1872-1874 e 1880-1885). 119, 133, 146, 176

Palmerston, Henry John Temple, terceiro visconde (*Pam*) (1784-1865) – estadista britânico, primeiro *tory*, *whig* a partir de 1830. Ministro do Exterior (1830-1834, 1835-1841, 1846-1851), ministro do Interior (1852-1855) e primeiro-ministro (1855-1858, 1859-1865). 33, 36-42, 76-7, 85-7, 89-91, 107-12, 118-20, 124-6, 128-34, 139-40, 142-3, 146-8, 150-1, 156, 159, 163-4, 193, 203, 205, 211, 236, 251, 263-5, 271, 277

Pedro III (1728-1762) – imperador da Rússia de junho de 1761 a julho de 1762. 39

Péreire, irmãos – *Isaac Péreire* (1806-1880) e *Jacob Émile Péreire* (1800-1875) foram banqueiros franceses. Isaac foi bonapartista, deputado do *Corps législatif*, autor de trabalhos sobre crédito e fundador, com seu irmão, do banco de ações Crédit Mobilier. Jacob Émile foi inicialmente sansimonista, depois bonapartista. 71, 84

Persigny, Jean Gilbert Victor Fialin, conde de (1808-1872) – estadista francês, bonapartista, organizador do golpe de Estado do 2 de dezembro de 1851. Ministro do Interior (1852-1854, 1860-1863). 71, 84

Peza y Peza, Carlos – participou da rebelião contrarrevolucionária no México (1857). Ministro das Finanças do governo insurgente. 192-3

Phillimore, Sir Robert Joseph (1810-1885) – britânico; jurista e parlamentar (1852-1857); especialista em direito internacional. Foi juiz do Supremo Tribunal do Almirantado (1867-1875). 109-10

Phillips, Wendell (1811-1884) – político estadunidense, líder da ala revolucionária do Movimento Abolicionista durante a Guerra Civil. Presidente da Sociedade Antiescravagista Americana (1865-1870). Participou da Primeira Internacional (1871). 218-19

Pierce, Franklin (1804-1869) – estadista estadunidense; membro do Partido Democrata. Presidente dos Estados Unidos (1853-1857), seguiu uma política favorável aos proprietários de escravos. 92, 107, 167, 254, 260

Pio IX (*Giovanni Maria Mastai-Ferretti*) (1792-1878) – papa da Igreja católica (1846-1878). 216

Pitt, William (1759-1806) – estadista britânico, *tory*; primeiro-ministro (1783-1801, 1804-1806). 151, 285, 291

Polk, James Knox (1795-1849) – estadista estadunidense; membro do Partido Democrata. Presidente dos Estados Unidos (1845-1849), travou uma guerra contra o México (1846-1848). 92, 107

Pope, John (1822-1892) – general estadunidense, membro do Partido Republicano; durante a Guerra Civil, comandou um exército nortista no Mississipi e depois na Virgínia. 167, 234, 279, 285-6

Potter, Edmund (1802–1883) – industrial e político britânico. Livre-cambista, foi parlamentar e presidente da Câmara de Comércio de Manchester (década de 1860). 158-9

Pratt, Frederick Thomas (1799-1868) – jurista britânico, autor de obras sobre direito internacional marítimo. 97

Price, Sterling (1809-1867) – general estadunidense; governador do Mississipi (1853-1857); lutou na Guerra Civil ao lado do Sul; comandou tropas no Missouri, Arkansas, Tenessee e Mississipi entre 1861 e 1862. 167, 227

Quintus Fabius Maximus (m. 203 a.C.) – estadista e comandante militar romano, cujas técnicas de retardamento e de lento desgaste do adversário, usadas durante as Guerras Púnicas, tornaram-no conhecido como *Cunctator* ("o procrastinador"). 166

Raspe, Rudolph Erich (1737-1794) – escritor, aventureiro e cientista alemão; autor de *As aventuras do Barão de Münchausen*. 112

Rattazzi, Urbano (1808-1873) – estadista italiano, representante da burguesia liberal-monárquica. Ministro do Interior do Reino da Sardenha (1855-1858 e 1859-1860), chefe do governo italiano (1862 e 1867). 217

Ricasoli, Bettino (1809-1880) – estadista italiano, representante da burguesia liberal-monárquica. Chefe do governo italiano (1861-1862 e 1866-1867). 217

Richelieu, Armand Jean du Plessis, duque de (1585-1642) – cardeal e estadista francês; ministro-chefe de Luís XIII. 93

Roberto Filipe Luís Eugênio Ferdinando de Orléans, duque de Chartres (1840-1910) – militar e príncipe francês. 60

Rodomonte – personagem de poemas épicos de Matteo Maria Boiardo e de Ludovico Ariosto, é rei de Sarza e de Argel e líder do exército sarraceno que cerca Carlos Magno em Paris. A força e coragem de Rodomonte rivalizam com sua fanfarronice e arrogância. Daí o nome designar hoje tanto forte e corajoso como arrogante e fanfarrão. 129, 306

Russell, John (1792-1878) – estadista britânico e líder *whig*. Foi primeiro-ministro (1846-1852 e 1865-1866) e ministro das Relações Exteriores (1852-1853 e 1859-1865).

Russell, John, primeiro conde (1792-1878) – estadista britânico e líder *whig*; foi primeiro-ministro (1846-1852, 1865-1866) e ministro do Exterior (1852-1853, 1859-1865). 63, 77, 85, 88-9, 115, 119, 129, 132-3, 140-1, 142-4, 145, 147, 162-3, 169-73, 205, 211, 215-6, 236, 263

Scott, Dred (n. entre 1795 e 1810-1858) – escravo estadunidense, tentou alforriar-se por vias judiciais (1848-1857). 25, 48

Scott, William (*Stowell*) (1745-1836) – jurista inglês, *tory*. Especialista em direito internacional marítimo; membro do Tribunal do Almirantado (1798-1828). 96, 109, 121

Scott, Winfield (1786-1866) – general estadunidense, participou da guerra Anglo-Americana de 1812-1815. Lutou ao lado do Norte na Guerra Civil; concebeu o Plano Anaconda. 130, 251, 255

Serrano y Dominguez, Francisco, conde de San Antonio, duque de la Torre (1810-1885) – estadista e general espanhol, participou do golpe de Estado em 1856. Foi ministro da Guerra (1843), ministro do Exterior (1862-1863), primeiro-ministro (1868-1869, 1871, 1874) e regente (1869-1871). 169-71

Seward, William Henry (1801-1872) – estadista estadunidense, líder da ala direita do Partido Republicano. Foi governador do estado de Nova York (1833-1842) e secretário de Estado (1861-1869); candidatou-se à presidência (1860). 92-3, 97, 122, 125, 135, 140-4, 147, 149, 155, 305, 358

Seymour, Horatio (1810-1886) – político estadunidense; líder do Partido Democrata do Norte; governador do estado de Nova York (1853-1855, 1863-1865). Defendeu um pacto com os escravocratas do Sul durante a Guerra Civil. 230, 233

Shaftesbury, Anthony Ashley Cooper, conde de (1801-1885) – político britânico. Foi chefe do grupo filantrópico de parlamentares *tory* nos anos 1840. A partir de 1847, *whig*. Genro de Palmerston. 21, 132

Sherman, Thomas West (1813-1879) – general estadunidense, lutou na Guerra Civil ao lado do Norte; comandou o exército expedicionário na Carolina do Sul e na Flórida. 113, 165, 190, 270, 313, 315, 319, 322, 328-30

Singleton, Otho Robards (1814-1889) – político estadunidense; integrante do Partido Democrata do Sul. Foi membro do Congresso dos EUA e, depois, do Congresso da Confederação (1861-1865). 28

Slidell, John (1793-1871) – político estadunidense, defensor da secessão; membro da Comissão do Senado para Assuntos Exteriores e membro comissionário da Confederação em Paris (1862-1865). 96-8, 100, 105-7, 110, 112, 120, 122, 126, 131, 138, 145, 148, 150, 152-3, 156, 162, 264

Smith, Gerrit (1797-1874) – político estadunidense; foi membro ativo da Sociedade Antiescravagista e líder da ala revolucionária do movimento abolicionista. 218

Spence, James – mercador inglês, presidente do encontro intervencionista em Liverpool (novembro de 1861). Defensor dos escravocratas do Sul durante a Guerra Civil. 99-100, 118, 278-9, 299

Spratt – participante do Congresso de Estados do Sul em Montgomery (fevereiro de 1861). 46

Stanton, Edwin McMasters (1814-1869) – jurista e político estadunidense, opôs-se à escravidão e defendeu métodos revolucionários de luta contra os escravocratas do Sul.

Foi procurador-geral de Justiça (1860-1861) e secretário da Guerra (1862-1868). 165, 167-8, 212, 279-81

Steadman – presidente do encontro anti-intervencionista dos trabalhadores em Londres. 152

Stephens, Alexander Hamilton (1812-1883) – político estadunidense; membro do Partido Democrata. Participou da rebelião de proprietários de escravos sulistas. Congressista (1843-1859) e vice-presidente da Confederação (1861-1865). 22, 46, 288, 354, 357

Stevens, John (1749-1838) – arquiteto naval e engenheiro mecânico estadunidense. Uma petição sua ao Congresso resultou na Lei de Patentes de 1790, base do atual sistema de patentes do país. 207-8

Stevens, Robert Livingston (1787-1856) – engenheiro e projetista de navios estadunidense, inventou diversos dispositivos que modernizaram a navegação e o transporte ferroviário. Filho de John Stevens, ajudou o pai na construção do Phoenix, primeiro navio a vapor a ter êxito no oceano. 207

Stone, Charles Pomeroy (1824-1887) – general estadunidense, comandou as tropas do Norte na Virgínia (1861). Depois da derrota em Ball's Bluff (outubro de 1861), foi preso sob suspeita de alta traição e libertado em agosto de 1862. 94, 167, 178, 185, 266

"*Stonewall Jackson*" – ver *Jackson, Thomas Jonathan*.

Stowe, Harriet Elizabeth Beecher (1811-1896) – escritora estadunidense, autora do romance *A cabana do pai Tomás*. Foi ativa no movimento abolicionista. 21-2, 24, 26

Stowell – ver Scott, William.

Stuart, William – diplomata britânico, atuou em Washington (junho-novembro 1862). 215-6

Sumner, Charles (1811-1874) – político estadunidense, um dos líderes da ala esquerda do Partido Republicano, defendeu métodos revolucionários contra os escravocratas do Sul. Depois da vitória do Norte na Guerra Civil, fez campanha por direitos políticos dos negros. Foi senador e presidente da Comissão do Senado para Relações Exteriores (1861-1871). 116, 198, 301, 360

Tchernychev, Alexander Ivanovich (1786-1857) – militar, estadista e diplomata russo. Começou sua carreira durante as Guerras Napoleônicas, tendo participado da Batalha de Austerlitz. Obteve importantes sucessos militares e diplomáticos. Foi ministro da Guerra (1827-1852) e presidente do Conselho de Estado e Gabinete de Ministros (1848-1856). 202, 274

Temple, William (1628-1699) – diplomata e político britânico; conselheiro privado de Guilherme III de Orange. 107, 148

Thomas – general, comandante de uma brigada do Sexto Corpo do Exército Austríaco (1864). 180

Thouvenel, Édouard Antoine (181-1866) – diplomata francês, embaixador na Turquia (1855-1860), ministro das Relações Exteriores (1860-1862). 77, 85, 172, 211

Toombs, Robert (1810-1885) – político estadunidense; membro do Partido Democrata. Foi secretário de Estado da Confederação (1861) e general do exército sulista durante a Guerra Civil. 28, 52

Turner, James Aspinall (1797-1867) – produtor inglês de algodão, presidente da Câmara de Comércio de Manchester; membro da Câmara dos Comuns. 100, 158

Urquhart, David (1805-1877) – diplomata britânico, escritor e político *tory*; parlamentar (1847-1852). 111, 315

Vallandigham, Clement Laird (1820-1871) – político estadunidense, defensor dos escravocratas. Foi líder do Partido Democrata do Norte e parlamentar (1858-1863). 231

Van Dorn, conde (1820-1863) – general estadunidense; participou da Guerra Civil ao lado do Sul; comandou tropas no Mississipi (1862). 227

Vattel, Emerich Von (*Emer de Vattel*) (1820-1863) – advogado suíço e diplomata em serviço na Saxônia; teórico do direito internacional. 111

Vítor Emanuel – ver *Vítor Emanuel II*

Vítor Emanuel II (1820-1878) – rei de Piemonte-Sardenha (1849-1861); rei da Itália (1861-1878). 71, 73, 84, 216

Vitória (1819-1901) – rainha do Reino Unido e Irlanda (1837-1901). 98, 108-10, 128, 146

Walker, Leroy Pope (1817-1884) – político e general estadunidense; membro do Partido Democrata do Sul; foi secretário da Guerra da Confederação (1861). 45

Walker, Timothy (1806-1856) – jurista estadunidense; autor de diversos livros de direito. 109-10

Walsh, Sir John Benn, Primeiro Barão Ormathwaite (1789-1881) – político britânico *tory*; parlamentar. 205

Washington, George (1732-1799) – estadista estadunidense; comandante em chefe do Exército durante a Guerra de Independência (1775-1783); primeiro presidente dos Estados Unidos. 22, 46, 106, 153, 223, 341

Webster, Daniel (1782-1852) – estadista estadunidense; líder *whig*. Foi secretário de Estado (1841-1843 e 1850-1852). 128, 155

Weydemeyer, Joseph (1818-1866) – político comunista alemão; seguidor de Marx e Engels. Membro da Liga Comunista. Participou da Revolução de 1848-1849 na Alemanha e emigrou para os Estados Unidos depois de sua derrota. Foi coronel do exército do Norte durante a Guerra Civil e o primeiro divulgador do marxismo nos Estados Unidos. 225, 318-9, 320, 328-30

Wheaton, Henry (1785-1848) – jurista e diplomata estadunidense; autor de trabalhos sobre direito internacional. 109-10

White, James – parlamentar britânico liberal, participou da reunião anti-intervencionista de dezembro de 1861 em Brighton. 137-8

Whitney, Eli (1765-1825) – inventor estadunidense; criou uma máquina de descaroçamento de algodão. 56

Whynne – participante da reunião anti-intervencionista dos trabalhadores ocorrida em Londres em janeiro de 1862. 153

Wilberforce, William (1759-1833) – político e filantropo britânico; foi parlamentar; fez campanha contra a escravidão e o comércio de escravos nas colônias britânicas. 155

Wilkes, Charles (1798-1877) – explorador e botânico; comandante do navio que, durante a Guerra Civil, realizou inspeção no Trent, da Royal Mail Ship. 99, 105, 110, 122, 126, 142, 147, 149

Wilkes, John (1727-1797) – jornalista e político britânico; parlamentar. Escreveu panfletos contra o regime absolutista de Jorge III. 105

Wilkes, Washington (c. 1826-1864) – jornalista radical inglês, editor do *The Morning Star*. 145

Williams – oficial da marinha inglesa, representante do Almirantado a bordo do Trent em 1861. 98, 118-9

Wilson, Henry (1812-1875) – político estadunidense, apoiador de Lincoln; foi senador (1855-1873). 116, 159

Wood – trabalhador inglês, participou da reunião anti-intervencionista de Brighton em dezembro de 1861. 137

Wood, Fernando (1812-1881) – político estadunidense, congressista, um dos líderes democratas no Norte. Foi prefeito de Nova York (1854, 1856, 1859 e 1861). Defendeu um acordo com os escravocratas do Sul durante a Guerra Civil. 115, 230

Wool, John Ellis (1784-1869) – general estadunidense, abolicionista. Comandou as tropas do Norte na Virgínia durante a Guerra Civil (agosto de 1861-maio de 1862). 113

Wyke, Charles Lennox (1815-1897) – diplomata britânico, ministro plenipotenciário (1860-1861) e representante especial no México (1862-1863). 173, 211

Yancey, William Lowndes (1814-1865) – político estadunidense do Partido Democrata do Sul. Membro comissionário da Confederação em Londres (1861-1862). 97, 122, 133, 146, 153, 174-5

Yates – participante da reunião anti-intervencionista dos trabalhadores que ocorreu em Londres em janeiro de 1862. 152

Zollicoffer, Felix Kirk (1812-1862) – jornalista, político e militar estadunidense; foi congressista. Participou da Guerra Civil ao lado do Sul. Comandou tropas no Tennessee e no Kentucky. 178, 185

Zuloaga, Fé*lix* (1814-1876) – general mexicano, um dos líderes do Partido Conservador e da rebelião contrarrevolucionária (1857). Chefe do governo insurgente (1858-1859). 192

CRONOLOGIA RESUMIDA DE MARX E ENGELS

	Karl Marx	**Friedrich Engels**	**Fatos históricos**
1818	Em Trier (capital da província alemã do Reno), nasce Karl Marx (5 de maio), o segundo de oito filhos de Heinrich Marx e Enriqueta Pressburg. Trier na época era influenciada pelo liberalismo revolucionário francês e pela reação ao Antigo Regime, vinda da Prússia.		Simón Bolívar declara a Venezuela independente da Espanha.
1820		Nasce Friedrich Engels (28 de novembro), primeiro dos oito filhos de Friedrich Engels e Elizabeth Franziska Mauritia van Haar, em Barmen, Alemanha. Cresce no seio de uma família de industriais religiosa e conservadora.	George IV se torna rei da Inglaterra, pondo fim à Regência. Insurreição constitucionalista em Portugal.
1824	O pai de Marx, nascido Hirschel, advogado e conselheiro de Justiça, é obrigado a abandonar o judaísmo por motivos profissionais e políticos (os judeus estavam		Simón Bolívar se torna chefe do Executivo do Peru.

	proibidos de ocupar cargos públicos na Renânia). Marx entra para o Ginásio de Trier (outubro).		
1830	Inicia seus estudos no Liceu Friedrich Wilhelm, em Trier.		Estouram revoluções em diversos países europeus. A população de Paris insurge-se contra a promulgação de leis que dissolvem a Câmara e suprimem a liberdade de imprensa. Luís Filipe assume o poder.
1831			Em 14 de novembro, morre Hegel.
1834		Engels ingressa, em outubro, no Ginásio de Elberfeld.	A escravidão é abolida no Império Britânico. Insurreição operária em Lyon.
1835	Escreve *Reflexões de um jovem perante a escolha de sua profissão*. Presta exame final de bacharelado em Trier (24 de setembro). Inscreve-se na Universidade de Bonn.		Revolução Farroupilha, no Brasil. O Congresso alemão faz moção contra o movimento de escritores Jovem Alemanha.
1836	Estuda Direito na Universidade de Bonn. Participa do Clube de Poetas e de associações estudantis. No verão, fica noivo em segredo de Jenny von Westphalen, sua vizinha em Trier. Em razão da oposição entre as famílias, casar-se-iam apenas sete anos depois.	Na juventude, fica impressionado com a miséria em que vivem os trabalhadores das fábricas de sua família. Escreve *Poema*.	Fracassa o golpe de Luís Napoleão em Estrasburgo. Criação da Liga dos Justos.

	Matricula-se na Universidade de Berlim.		
1837	Transfere-se para a Universidade de Berlim e estuda com mestres como Gans e Savigny. Escreve *Canções selvagens* e *Transformações*. Em carta ao pai, descreve sua relação contraditória com o hegelianismo, doutrina predominante na época.	Por insistência do pai, Engels deixa o ginásio e começa a trabalhar nos negócios da família. Escreve *História de um pirata*.	A rainha Vitória assume o trono na Inglaterra.
1838	Entra para o Clube dos Doutores, encabeçado por Bruno Bauer. Perde o interesse pelo Direito e entrega-se com paixão ao estudo da Filosofia, o que lhe compromete a saúde. Morre seu pai.	Estuda comércio em Bremen. Começa a escrever ensaios literários e sociopolíticos, poemas e panfletos filosóficos em periódicos como o *Hamburg Journal* e o *Telegraph für Deutschland,* entre eles o poema “O beduíno” (setembro), sobre o espírito da liberdade.	Richard Cobden funda a Anti-Corn-Law- -League, na Inglaterra. Proclamação da Carta do Povo, que originou o cartismo.
1839		Escreve o primeiro trabalho de envergadura, *Briefe aus dem Wupperthal* [Cartas de Wupperthal], sobre a vida operária em Barmen e na vizinha Elberfeld (*Telegraph für Deutschland*, primavera). Outros viriam, como *Literatura popular alemã*, *Karl Beck* e *Memorabilia*	Feuerbach publica *Zur Kritik der Hegelschen Philosophie* [Crítica da filosofia hegeliana]. Primeira proibição do trabalho de menores na Prússia. Auguste Blanqui lidera o frustrado levante de maio, na França.

		de Immermann. Estuda a filosofia de Hegel.	
1840	K. F. Koeppen dedica a Marx seu estudo *Friedrich der Grosse und seine Widersacher* [Frederico, o Grande, e seus adversários].	Engels publica *Réquiem para o Aldeszeitung alemão* (abril), *Vida literária moderna*, no *Mitternachtzeitung* (março-maio) e *Cidade natal de Siegfried* (dezembro).	Proudhon publica *O que é a propriedade?* [Qu'est-ce que la propriété?].
1841	Com uma tese sobre as diferenças entre as filosofias de Demócrito e Epicuro, Marx recebe em Iena o título de doutor em Filosofia (15 de abril). Volta a Trier. Bruno Bauer, acusado de ateísmo, é expulso da cátedra de Teologia da Universidade de Bonn e, com isso, Marx perde a oportunidade de atuar como docente nessa universidade.	Publica *Ernst Moritz Arndt*. Seu pai o obriga a deixar a escola de comércio para dirigir os negócios da família. Engels prosseguiria sozinho seus estudos de filosofia, religião, literatura e política. Presta o serviço militar em Berlim por um ano. Frequenta a Universidade de Berlim como ouvinte e conhece os jovens hegelianos. Critica intensamente o conservadorismo na figura de Schelling, com os escritos *Schelling em Hegel*, *Schelling e a revelação* e *Schelling, filósofo em Cristo*.	Feuerbach traz a público *A essência do cristianismo* [*Das Wesen des Christentums*]. Primeira lei trabalhista na França.
1842	Elabora seus primeiros trabalhos como publicista. Começa a colaborar com o jornal *Rheinische Zeitung* [Gazeta Renana], publicação da burguesia em Colônia, do qual mais tarde seria redator.	Em Manchester, assume a fiação do pai, a Ermen & Engels. Conhece Mary Burns, jovem trabalhadora irlandesa, que viveria com ele até a morte dela. Mary e a irmã Lizzie mostram a Engels as dificuldades da	Eugène Sue publica *Os mistérios de Paris*. Feuerbach publica *Vorläufige Thesen zur Reform der Philosophie* [Teses provisórias para uma reforma da filosofia]. O

	Conhece Engels, que na ocasião visitava o jornal.	vida operária, e ele inicia estudos sobre os efeitos do capitalismo no operariado inglês. Publica artigos no *Rheinische Zeitung*, entre eles “Crítica às leis de imprensa prussianas” e “Centralização e liberdade”.	Ashley’s Act proíbe o trabalho de menores e mulheres em minas na Inglaterra.
1843	Sob o regime prussiano, é fechado o *Rheinische Zeitung*. Marx casa-se com Jenny von Westphalen. Recusa convite do governo prussiano para ser redator no diário oficial. Passa a lua de mel em Kreuznach, onde se dedica ao estudo de diversos autores, com destaque para Hegel. Redige os manuscritos que viriam a ser conhecidos como *Crítica da filosofia do direito de Hegel* [*Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie*]. Em outubro vai a Paris, onde Moses Hess e George Herwegh o apresentam às sociedades secretas socialistas e comunistas e às associações operárias alemãs. Conclui *Sobre a questão judaica* [*Zur Judenfrage*]. Substitui Arnold Ruge na	Engels escreve, com Edgar Bauer, o poema satírico “Como a Bíblia escapa milagrosamente a um atentado impudente, ou o triunfo da fé”, contra o obscurantismo religioso. O jornal *Schweuzerisher Republicaner* publica suas “Cartas de Londres”. Em Bradford, conhece o poeta G. Weerth. Começa a escrever para a imprensa cartista. Mantém contato com a Liga dos Justos. Ao longo desse período, suas cartas à irmã favorita, Marie, revelam seu amor pela natureza e por música, livros, pintura, viagens, esporte, vinho, cerveja e tabaco.	Feuerbach publica *Grundsätze der Philosophie der Zukunft* [Princípios da filosofia do futuro].

	direção dos *Deutsch-Französische Jahrbücher* [Anais Franco-Alemães]. Em dezembro inicia grande amizade com Heinrich Heine e conclui sua “Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução” [Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie – Einleitung].		
1844	Em colaboração com Arnold Ruge, elabora e publica o primeiro e único volume dos *Deutsch-Französische Jahrbücher*, no qual participa com dois artigos: “A questão judaica” e “Introdução a uma crítica da filosofia do direito de Hegel”. Escreve os *Manuscritos econômico-filosóficos* [*Ökonomisch-philosophische Manuskripte*]. Colabora com o *Vorwärts!* [Avante!], órgão de imprensa dos operários alemães na emigração. Conhece a Liga dos Justos, fundada por Weitling. Amigo de Heine, Leroux, Blanqui, Proudhon e Bakunin, inicia em Paris estreita amizade com Engels. Nasce Jenny, primeira filha de Marx. Rompe com Ruge e desliga-se dos	Em fevereiro, Engels publica *Esboço para uma crítica da economia política* [*Umrisse zu einer Kritik der Nationalökonomie*], texto que influenciou profundamente Marx. Segue à frente dos negócios do pai, escreve para os *Deutsch-Französische Jahrbücher* e colabora com o jornal *Vorwärts!*. Deixa Manchester. Em Paris, torna-se amigo de Marx, com quem desenvolve atividades militantes, o que os leva a criar laços cada vez mais profundos com as organizações de trabalhadores de Paris e Bruxelas. Vai para Barmen.	O Graham’s Factory Act regula o horário de trabalho para menores e mulheres na Inglaterra. Fundado o primeiro sindicato operário na Alemanha. Insurreição de operários têxteis na Silésia e na Boêmia.

	Deutsch-Französische Jahrbücher. O governo decreta a prisão de Marx, Ruge, Heine e Bernays pela colaboração nos *Deutsch-Französische Jahrbücher*. Encontra Engels em Paris e em dez dias planejam seu primeiro trabalho juntos, *A sagrada família* [*Die heilige Familie*]. Marx publica no *Vorwärts!* artigo sobre a greve na Silésia.		
1845	Por causa do artigo sobre a greve na Silésia, a pedido do governo prussiano Marx é expulso da França, juntamente com Bakunin, Bürgers e Bornstedt. Muda-se para Bruxelas e, em colaboração com Engels, escreve e publica em Frankfurt *A sagrada família*. Ambos começam a escrever *A ideologia alemã* [*Die deutsche Ideologie*], e Marx elabora "As teses sobre Feuerbach" [*Thesen über Feuerbach*]. Em setembro, nasce Laura, segunda filha de Marx e Jenny. Em dezembro, ele renuncia à nacionalidade prussiana.	As observações de Engels sobre a classe trabalhadora de Manchester, feitas anos antes, formam a base de uma de suas obras principais, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* [*Die Lage der arbeitenden Klasse in England*] (publicada primeiramente em alemão; a edição seria traduzida para o inglês 40 anos mais tarde). Em Barmen, organiza debates sobre as ideias comunistas com Hess e profere os *Discursos de Elberfeld*. Em abril sai de Barmen e encontra Marx em Bruxelas. Juntos, estudam economia e fazem uma breve visita a Manchester (julho e agosto), onde percorrem	Criada a organização internacionalista Democratas Fraternais, em Londres. Richard M. Hoe registra a patente da primeira prensa rotativa moderna.

		alguns jornais locais, como o *Manchester Guardian* e o *Volunteer Journal for Lancashire and Cheshire*. É lançada *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, em Leipzig. Começa sua vida em comum com Mary Burns.	
1846	Marx e Engels organizam em Bruxelas o primeiro Comitê de Correspondência da Liga dos Justos, uma rede de correspondentes comunistas em diversos países, a qual Proudhon se nega a integrar. Em carta a Annenkov, Marx critica o recém-publicado *Sistema das contradições econômicas ou Filosofia da miséria* [*Système des contradictions économiques ou Philosophie de la misère*], de Proudhon. Redige com Engels a *Zirkular gegen Kriege* [Circular contra Kriege], crítica a um alemão emigrado dono de um periódico socialista em Nova York. Por falta de editor, Marx e Engels desistem de publicar *A ideologia alemã* (a obra só seria publicada em 1932, na União Soviética). Em	Seguindo instruções do Comitê de Bruxelas, Engels estabelece estreitos contatos com socialistas e comunistas franceses. No outono, ele se desloca para Paris com a incumbência de estabelecer novos comitês de correspondência. Participa de um encontro de trabalhadores alemães em Paris, propagando ideias comunistas e discorrendo sobre a utopia de Proudhon e o socialismo real de Karl Grün.	Os Estados Unidos declaram guerra ao México. Rebelião polonesa em Cracóvia. Crise alimentar na Europa. Abolidas, na Inglaterra, as “leis dos cereais”.

	dezembro, nasce Edgar, o terceiro filho de Marx.		
1847	Filia-se à Liga dos Justos, em seguida nomeada Liga dos Comunistas. Realiza-se o primeiro congresso da associação em Londres (junho), ocasião em que se encomenda a Marx e Engels um manifesto dos comunistas. Eles participam do congresso de trabalhadores alemães em Bruxelas e, juntos, fundam a Associação Operária Alemã de Bruxelas. Marx é eleito vice-presidente da Associação Democrática. Conclui e publica a edição francesa de *Miséria da filosofia* [*Misère de la philosophie*] (Bruxelas, julho).	Engels viaja a Londres e participa com Marx do I Congresso da Liga dos Justos. Publica *Princípios do comunismo* [*Grundsätze des Kommunismus*], uma "versão preliminar" do *Manifesto Comunista* [*Manifest der Kommunistischen Partei*]. Em Bruxelas, com Marx, participa da reunião da Associação Democrática, voltando em seguida a Paris para mais uma série de encontros. Depois de atividades em Londres, volta a Bruxelas e escreve, com Marx, o *Manifesto Comunista*.	A Polônia torna-se província russa. Guerra civil na Suíça. Realiza-se em Londres o II Congresso da Liga dos Comunistas (novembro).
1848	Marx discursa sobre o livre-cambismo numa das reuniões da Associação Democrática. Com Engels publica, em Londres (fevereiro), o *Manifesto Comunista*. O governo revolucionário francês, por meio de Ferdinand Flocon, convida Marx a morar em Paris após o governo belga expulsá-lo de Bruxelas. Redige com Engels	Expulso da França por suas atividades políticas, chega a Bruxelas no fim de janeiro. Juntamente com Marx, toma parte na insurreição alemã, de cuja derrota falaria quatro anos depois em *Revolução e contrarrevolução na Alemanha* [*Revolution und Konterevolution in Deutschland*]. Engels exerce o cargo de editor do *Neue Rheinische*	Definida, na Inglaterra, a jornada de dez horas para menores e mulheres na indústria têxtil. Criada a Associação Operária, em Berlim. Fim da escravidão na Áustria. Abolição da escravidão nas colônias francesas. Barricadas em Paris: eclode a revolução; o rei Luís Filipe abdica e a República é proclamada. A revolução se alastra

	“Reivindicações do Partido Comunista da Alemanha” [*Forderungen der Kommunistischen Partei in Deutschland*] e organiza o regresso dos membros alemães da Liga dos Comunistas à pátria. Com sua família e com Engels, muda-se em fins de maio para Colônia, onde ambos fundam o jornal *Neue Rheinische Zeitung* [Nova Gazeta Renana], cuja primeira edição é publicada em 1º de junho, com o subtítulo *Organ der Demokratie*. Marx começa a dirigir a Associação Operária de Colônia e acusa a burguesia alemã de traição. Proclama o terrorismo revolucionário como único meio de amenizar “as dores de parto” da nova sociedade. Conclama ao boicote fiscal e à resistência armada.	*Zeitung*, recém-criado por ele e Marx. Participa, em setembro, do Comitê de Segurança Pública criado para rechaçar a contrarrevolução, durante grande ato popular promovido pelo *Neue Rheinische Zeitung*. O periódico sofre suspensões, mas prossegue ativo. Procurado pela polícia, tenta se exilar na Bélgica, onde é preso e depois expulso. Muda-se para a Suíça.	pela Europa. Em junho, Blanqui lidera novas insurreições operárias em Paris, brutalmente reprimidas pelo general Cavaignac. Decretado estado de sítio em Colônia em reação a protestos populares. O movimento revolucionário reflui.
1849	Marx e Engels são absolvidos em processo por participação nos distúrbios de Colônia (ataques a autoridades publicados no *Neue Rheinische Zeitung*). Ambos defendem a liberdade de imprensa na Alemanha. Marx é	Em janeiro, Engels retorna a Colônia. Em maio, toma parte militarmente na resistência à reação. À frente de um batalhão de operários, entra em Elberfeld, motivo pelo qual sofre sanções legais por parte das autoridades	Proudhon publica *Les confessions d’un révolutionnaire* [As confissões de um revolucionário]. A Hungria proclama sua independência da Áustria. Após período de refluxo, reorganiza- -se no fim do ano, em Londres, o

	convidado a deixar o país, mas ainda publicaria *Trabalho assalariado e capital* [*Lohnarbeit und Kapital*]. O periódico, em difícil situação, é extinto (maio). Marx, em condição financeira precária (vende os próprios móveis para pagar as dívidas), tenta voltar a Paris, mas, impedido de ficar, é obrigado a deixar a cidade em 24 horas. Graças a uma campanha de arrecadação de fundos promovida por Ferdinand Lassalle na Alemanha, Marx se estabelece com a família em Londres, onde nasce Guido, seu quarto filho (novembro).	prussianas, enquanto Marx é convidado a deixar o país. É publicado o último número do *Neue Rheinische Zeitung*. Marx e Engels vão para o sudoeste da Alemanha, onde Engels envolve-se no levante de Baden-Palatinado, antes de seguir para Londres.	Comitê Central da Liga dos Comunistas, com a participação de Marx e Engels.
1850	Ainda em dificuldades financeiras, organiza a ajuda aos emigrados alemães. A Liga dos Comunistas reorganiza as sessões locais e é fundada a Sociedade Universal dos Comunistas Revolucionários, cuja liderança logo se fraciona. Edita em Londres a *Neue Rheinische Zeitung* [Nova Gazeta Renana], revista de economia política, bem como *Lutas de classe na França* [*Die Klassenkämpfe in*	Publica *A guerra dos camponeses na Alemanha* [*Der deutsche Bauernkrieg*]. Em novembro, retorna a Manchester, onde viverá por vinte anos, e às suas atividades na Ermen & Engels; o êxito nos negócios possibilita ajudas financeiras a Marx.	Abolição do sufrágio universal na França.

	Frankreich]. Morre o filho Guido.		
1851	Continua em dificuldades, mas, graças ao êxito dos negócios de Engels em Manchester, conta com ajuda financeira. Dedica-se intensamente aos estudos de economia na biblioteca do Museu Britânico. Aceita o convite de trabalho do *New York Daily Tribune*, mas é Engels quem envia os primeiros textos, intitulados "Contrarrevolução na Alemanha", publicados sob a assinatura de Marx. Hermann Becker publica em Colônia o primeiro e único tomo dos *Ensaios escolhidos de Marx*. Nasce Francisca (28 de março), a quinta de seus filhos.	Engels, ao lado de Marx, começa a colaborar com o Movimento Cartista [Chartist Movement]. Estuda língua, história e literatura eslava e russa.	Na França, golpe de Estado de Luís Bonaparte. Realização da primeira Exposição Universal, em Londres.
1852	Envia ao periódico *Die Revolution*, de Nova York, uma série de artigos sobre *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* [*Der achtzehnte Brumaire des Louis Bonaparte*]. Sua proposta de dissolução da Liga dos Comunistas é acolhida. A difícil situação financeira é amenizada com o trabalho para o *New York Daily Tribune*.	Publica *Revolução e contrarrevolução na Alemanha* [*Revolution und Konterevolution in Deutschland*]. Com Marx, elabora o panfleto *O grande homem do exílio* [*Die grossen Männer des Exils*] e uma obra, hoje desaparecida, chamada *Os grandes homens oficiais da Emigração*; nela, atacam os dirigentes	Luís Bonaparte é proclamado imperador da França, com o título de Napoleão Bonaparte III.

	Morre a filha Francisca, nascida um ano antes.	burgueses da emigração em Londres e defendem os revolucionários de 1848-1849. Expõem, em cartas e artigos conjuntos, os planos do governo, da polícia e do judiciário prussianos, textos que teriam grande repercussão.	
1853	Marx escreve, tanto para o *New York Daily Tribune* quanto para o *People's Paper*, inúmeros artigos sobre temas da época. Sua precária saúde o impede de voltar aos estudos econômicos interrompidos no ano anterior, o que faria somente em 1857. Retoma a correspondência com Lassalle.	Escreve artigos para o *New York Daily Tribune*. Estuda persa e a história dos países orientais. Publica, com Marx, artigos sobre a Guerra da Crimeia.	A Prússia proíbe o trabalho para menores de 12 anos.
1854	Continua colaborando com o *New York Daily Tribune*, dessa vez com artigos sobre a revolução espanhola.		
1855	Começa a escrever para o *Neue Oder Zeitung*, de Breslau, e segue como colaborador do *New York Daily Tribune*. Em 16 de janeiro, nasce Eleanor, sua sexta filha, e em 6 de abril morre Edgar, o terceiro.	Escreve uma série de artigos para o periódico *Putman*.	Morte de Nicolau I, na Rússia, e ascensão do czar Alexandre II.

1856	Ganha a vida redigindo artigos para jornais. Discursa sobre o progresso técnico e a revolução proletária em uma festa do *People's Paper*. Estuda a história e a civilização dos povos eslavos. A esposa Jenny recebe uma herança da mãe, o que permite que a família se mude para um apartamento mais confortável.	Acompanhado da mulher, Mary Burns, Engels visita a terra natal dela, a Irlanda.	Morrem Max Stirner e Heinrich Heine. Guerra franco-inglesa contra a China.
1857	Retoma os estudos sobre economia política, por considerar iminente uma nova crise econômica europeia. Fica no Museu Britânico das nove da manhã às sete da noite e trabalha madrugada adentro. Só descansa quando adoece e aos domingos, nos passeios com a família em Hampstead. O médico o proíbe de trabalhar à noite. Começa a redigir os manuscritos que viriam a ser conhecidos como *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie* [Esboços de uma crítica da economia política], e que servirão de base à obra *Para a crítica da economia política* [*Zur Kritik der Politischen*	Adoece gravemente em maio. Analisa a situação no Oriente Médio, estuda a questão eslava e aprofunda suas reflexões sobre temas militares. Sua contribuição para a *New American Encyclopaedia* [Nova Enciclopédia Americana], versando sobre as guerras, faz de Engels um continuador de Von Clausewitz e um precursor de Lenin e Mao Tsé-Tung. Continua trocando cartas com Marx, discorrendo sobre a crise na Europa e nos Estados Unidos.	O divórcio, sem necessidade de aprovação parlamentar, se torna legal na Inglaterra.

	Ökonomie]. Escreve a célebre *Introdução de 1857*. Continua a colaborar no *New York Daily Tribune*. Escreve artigos sobre Jean-Baptiste Bernadotte, Simón Bolívar, Gebhard Blücher e outros na *New American Encyclopaedia* [Nova Enciclopédia Americana]. Atravessa um novo período de dificuldades financeiras e tem um novo filho, natimorto.		
1858	O *New York Daily Tribune* deixa de publicar alguns de seus artigos. Marx dedica-se à leitura de *Ciência da lógica* [*Wissenschaft der Logik*] de Hegel. Agravam-se os problemas de saúde e a penúria.	Engels dedica-se ao estudo das ciências naturais.	Morre Robert Owen.
1859	Publica em Berlim *Para a crítica da economia política*. A obra só não fora publicada antes porque não havia dinheiro para postar o original. Marx comentaria: “Seguramente é a primeira vez que alguém escreve sobre o dinheiro com tanta falta dele”. O livro, muito esperado, foi um fracasso. Nem seus companheiros mais	Faz uma análise, com Marx, da teoria revolucionária e suas táticas, publicada em coluna do *Das Volk*. Escreve o artigo “Po und Rhein” [Pó e Reno], em que analisa o bonapartismo e as lutas liberais na Alemanha e na Itália. Enquanto isso, estuda gótico e inglês arcaico. Em dezembro, lê o recém-publicado *A*	A França declara guerra à Áustria.

	entusiastas, como Liebknecht e Lassalle, o compreenderam. Escreve mais artigos no *New York Daily Tribune*. Começa a colaborar com o periódico londrino *Das Volk*, contra o grupo de Edgar Bauer. Marx polemiza com Karl Vogt (a quem acusa de ser subsidiado pelo bonapartismo), Blind e Freiligrath.	*origem das espécies* [*The Origin of Species*], de Darwin.	
1860	Vogt começa uma série de calúnias contra Marx, e as querelas chegam aos tribunais de Berlim e Londres. Marx escreve *Herr Vogt* Senhor Vogt].	Engels vai a Barmen para o sepultamento de seu pai (20 de março). Publica a brochura *Savoia, Nice e o Reno* [*Savoyen, Nizza und der Rhein*], polemizando com Lassalle. Continua escrevendo para vários periódicos, entre eles o *Allgemeine Militar Zeitung*. Contribui com artigos sobre o conflito de secessão nos Estados Unidos no *New York Daily Tribune* e no jornal liberal *Die Presse*.	Giuseppe Garibaldi toma Palermo e Nápoles.
1861	Enfermo e depauperado, Marx vai à Holanda, onde o tio Lion Philiph concorda em adiantar-lhe uma quantia, por conta da herança de sua mãe. Volta a Berlim e projeta com Lassalle um novo periódico. Reencontra		Guerra civil norte-americana. Abolição da servidão na Rússia.

	velhos amigos e visita a mãe em Trier. Não consegue recuperar a nacionalidade prussiana. Regressa a Londres e participa de uma ação em favor da libertação de Blanqui. Retoma seus trabalhos científicos e a colaboração com o *New York Daily Tribune* e o *Die Presse* de Viena.		
1862	Trabalha o ano inteiro em sua obra científica e encontra-se várias vezes com Lassalle para discutirem seus projetos. Em suas cartas a Engels, desenvolve uma crítica à teoria ricardiana sobre a renda da terra. O *New York Daily Tribune*, justificando-se com a situação econômica interna norte-americana, dispensa os serviços de Marx, o que reduz ainda mais seus rendimentos. Viaja à Holanda e a Trier, e novas solicitações ao tio e à mãe são negadas. De volta a Londres, tenta um cargo de escrevente da ferrovia, mas é reprovado por causa da caligrafia.		Nos Estados Unidos, Lincoln decreta a abolição da escravatura. O escritor Victor Hugo publica *Les misérables* [Os miseráveis].
1863	Marx continua seus estudos no Museu Britânico e se dedica também à matemática.	Morre, em Manchester, Mary Burns, companheira de Engels (6 de janeiro). Ele permaneceria	

	Começa a redação definitiva de *O capital* [*Das Kapital*] e participa de ações pela independência da Polônia. Morre sua mãe (novembro), deixando-lhe algum dinheiro como herança.	morando com a cunhada Lizzie. Esboça, mas não conclui um texto sobre rebeliões camponesas.	
1864	Malgrado a saúde, continua a trabalhar em sua obra científica. É convidado a substituir Lassalle (morto em duelo) na Associação Geral dos Operários Alemães. O cargo, entretanto, é ocupado por Becker. Apresenta o projeto e o estatuto de uma Associação Internacional dos Trabalhadores, durante encontro internacional no Saint Martin's Hall de Londres. Marx elabora o "Manifesto de Inauguração da Associação Internacional dos Trabalhadores".	Engels participa da fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores, depois conhecida como a Primeira Internacional. Torna-se coproprietário da Ermen & Engels. No segundo semestre, contribui, com Marx, para o *Sozial-Demokrat*, periódico da social-democracia alemã que populariza as ideias da Internacional na Alemanha.	Dühring traz a público seu *Kapital und Arbeit* [Capital e trabalho]. Fundação, na Inglaterra, da Associação Internacional dos Trabalhadores. É reconhecido o direito a férias na França. Morre Wilhelm Wolff, amigo íntimo de Marx, a quem é dedicado *O capital*.
1865	Conclui a primeira redação de *O capital* e participa do Conselho Central da Internacional (setembro), em Londres. Marx escreve *Salário, preço e lucro* [*Lohn, Preis und Profit*]. Publica no *Sozial-Demokrat* uma biografia de Proudhon,	Recebe Marx em Manchester. Ambos rompem com Schweitzer, diretor do *Sozial-Demokrat*, por sua orientação lassalliana. Suas conversas sobre o movimento da classe trabalhadora na Alemanha resultam em um artigo	Assassinato de Lincoln. Proudhon publica *De la capacité politique des classes ouvrières* [A capacidade política das classes operárias]. Morre Proudhon.

	morto recentemente. Conhece o socialista francês Paul Lafargue, seu futuro genro.	para a imprensa. Engels publica *A questão militar na Prússia e o Partido Operário Alemão* [*Die preussische Militärfrage und die deutsche Arbeiterpartei*].	
1866	Apesar dos intermináveis problemas financeiros e de saúde, Marx conclui a redação do Livro I de *O capital*. Prepara a pauta do primeiro Congresso da Internacional e as teses do Conselho Central. Pronuncia discurso sobre a situação na Polônia.	Escreve a Marx sobre os trabalhadores emigrados da Alemanha e pede a intervenção do Conselho Geral da Internacional.	Na Bélgica, é reconhecido o direito de associação e a férias. Fome na Rússia.
1867	O editor Otto Meissner publica, em Hamburgo, o primeiro volume de *O capital*. Os problemas de Marx o impedem de prosseguir no projeto. Redige instruções para Wilhelm Liebknecht, recém-ingressado na Dieta prussiana como representante social-democrata.	Engels estreita relações com os revolucionários alemães, especialmente Liebknecht e Bebel. Envia carta de congratulações a Marx pela publicação do Livro I de *O capital*. Estuda as novas descobertas da química e escreve artigos e matérias sobre *O capital*, com fins de divulgação.	
1868	Piora o estado de saúde de Marx, e Engels continua ajudando-o financeiramente. Marx elabora estudos sobre as formas primitivas de propriedade comunal, em especial sobre o *mir* russo. Corresponde-se com o russo Danielson e	Engels elabora uma sinopse do Livro I de *O capital*.	Em Bruxelas, acontece o Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores (setembro).

	lê Dühring. Bakunin se declara discípulo de Marx e funda a Aliança Internacional da Social-Democracia. Casamento da filha Laura com Lafargue.		
1869	Liebknecht e Bebel fundam o Partido Operário Social-Democrata alemão, de linha marxista. Marx, fugindo das polícias da Europa continental, passa a viver em Londres com a família, na mais absoluta miséria. Continua os trabalhos para o segundo livro de *O capital*. Vai a Paris sob nome falso, onde permanece algum tempo na casa de Laura e Lafargue. Mais tarde, acompanhado da filha Jenny, visita Kugelmann em Hannover. Estuda russo e a história da Irlanda. Corresponde-se com De Paepe sobre o proudhonismo e concede uma entrevista ao sindicalista Haman sobre a importância da organização dos trabalhadores.	Em Manchester, dissolve a empresa Ermen & Engels, que havia assumido após a morte do pai. Com um soldo anual de 350 libras, auxilia Marx e sua família. Mantém intensa correspondência com Marx. Começa a contribuir com o *Volksstaat*, o órgão de imprensa do Partido Social-Democrata alemão. Escreve uma pequena biografia de Marx, publicada no *Die Zukunft* (julho). É lançada a primeira edição russa do *Manifesto Comunista.* Em setembro, acompanhado de Lizzie, Marx e Eleanor, visita a Irlanda.	Fundação do Partido Social-Democrata alemão. Congresso da Primeira Internacional na Basileia, Suíça.
1870	Continua interessado na situação russa e em seu movimento revolucionário. Em Genebra, instala-se	Engels escreve *História da Irlanda* [*Die Geschichte Irlands*]. Começa a colaborar com	Na França, são presos membros da Internacional Comunista. Em 22 de

	uma seção russa da Internacional, na qual se acentua a oposição entre Bakunin e Marx, que redige e distribui uma circular confidencial sobre as atividades dos bakunistas e sua aliança. Redige o primeiro comunicado da Internacional sobre a guerra franco-prussiana e exerce, a partir do Conselho Central, uma grande atividade em favor da República francesa. Por meio de Serrailler, envia instruções para os membros da Internacional presos em Paris. A filha Jenny colabora com Marx em artigos para *A Marselhesa* sobre a repressão dos irlandeses por policiais britânicos.	o periódico inglês *Pall Mall Gazette*, discorrendo sobre a guerra franco-prussiana. Deixa Manchester em setembro, acompanhado de Lizzie, e instala-se em Londres para promover a causa comunista. Lá, continua escrevendo para o *Pall Mall Gazette*, dessa vez sobre o desenvolvimento das oposições. É eleito por unanimidade para o Conselho Geral da Primeira Internacional. O contato com o mundo do trabalho permitiu a Engels analisar, em profundidade, as formas de desenvolvimento do modo de produção capitalista. Suas conclusões seriam utilizadas por Marx em *O capital*.	abril, nasce Vladimir Lenin.
1871	Atua na Internacional em prol da Comuna de Paris. Instrui Frankel e Varlin e redige o folheto *Der Bürgerkrieg in Frankreich* [*A guerra civil na França*]. É violentamente atacado pela imprensa conservadora. Em setembro, durante a Internacional em Londres, é reeleito secretário da seção russa. Revisa o Livro I de *O capital* para a segunda edição alemã.	Prossegue suas atividades no Conselho Geral e atua junto à Comuna de Paris, que instaura um governo operário na capital francesa entre 26 de março e 28 de maio. Participa com Marx da Conferência de Londres da Internacional.	A Comuna de Paris, instaurada após a revolução vitoriosa do proletariado, é brutalmente reprimida pelo governo francês. Legalização das trade unions na Inglaterra.

1872	Acerta a primeira edição francesa de *O capital* e recebe exemplares da primeira edição russa, lançada em 27 de março. Participa dos preparativos do V Congresso da Internacional em Haia, quando se decide a transferência do Conselho Geral da organização para Nova York. Jenny, a filha mais velha, casa-se com o socialista Charles Longuet.	Redige com Marx uma circular confidencial sobre supostos conflitos internos da Internacional, envolvendo bakunistas na Suíça, intitulado *As pretensas cisões na Internacional* [*Die angeblichen Spaltungen in der Internationale*]. Ambos intervêm contra o lassalianismo na social-democracia alemã e escrevem um prefácio para a nova edição alemã do *Manifesto Comunista*. Engels participa do Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores.	Morrem Ludwig Feuerbach e Bruno Bauer. Bakunin é expulso da Internacional no Congresso de Haia.
1873	Impressa a segunda edição de *O capital* em Hamburgo. Marx envia exemplares a Darwin e Spencer. Por ordens de seu médico, é proibido de realizar qualquer tipo de trabalho.	Com Marx, escreve para periódicos italianos uma série de artigos sobre as teorias anarquistas e o movimento das classes trabalhadoras.	Morre Napoleão III. As tropas alemãs se retiram da França.
1874	É negada a Marx a cidadania inglesa, “por não ter sido fiel ao rei”. Com a filha Eleanor, viaja a Karlsbad para tratar da saúde numa estação de águas.	Prepara a terceira edição de *A guerra dos camponeses alemães*.	Na França, são nomeados inspetores de fábricas e é proibido o trabalho em minas para mulheres e menores.
1875	Continua seus estudos sobre a Rússia. Redige observações ao	Por iniciativa de Engels, é publicada *Crítica do Programa de Gotha* [*Kritik*	Morre Moses Hess.

	Programa de Gotha, da social-democracia alemã.	*des Gothaer Programms*], de Marx.	
1876	Continua o estudo sobre as formas primitivas de propriedade na Rússia. Volta com Eleanor a Karlsbad para tratamento.	Elabora escritos contra Dühring, discorrendo sobre a teoria marxista, publicados inicialmente no *Vorwärts!* e transformados em livro posteriormente.	É fundado o Partido Socialista do Povo na Rússia. Crise na Primeira Internacional. Morre Bakunin.
1877	Marx participa de campanha na imprensa contra a política de Gladstone em relação à Rússia e trabalha no Livro II de *O capital*. Acometido novamente de insônias e transtornos nervosos, viaja com a esposa e a filha Eleanor para descansar em Neuenahr e na Floresta Negra.	Conta com a colaboração de Marx na redação final do *Anti-Dühring* [*Herrn Eugen Dühring's Umwälzung der Wissenschaft*]. O amigo colabora com o capítulo 10 da parte 2 ("Da história crítica"), discorrendo sobre a economia política.	A Rússia declara guerra à Turquia.
1878	Paralelamente ao Livro II de *O capital*, Marx trabalha na investigação sobre a comuna rural russa, complementada com estudos de geologia. Dedica-se também à *Questão do Oriente* e participa de campanha contra Bismarck e Lothar Bücher.	Publica o *Anti-Dühring* e, atendendo ao pedido de Wolhelm Bracke feito um ano antes, publica pequena biografia de Marx, intitulada *Karl Marx*. Morre Lizzie.	Otto von Bismarck proíbe o funcionamento do Partido Socialista na Prússia. Primeira grande onda de greves operárias na Rússia.
1879	Marx trabalha nos Livros II e III de *O capital*.		
1880	Elabora um projeto de pesquisa a ser executado pelo Partido Operário francês. Torna-se amigo de Hyndman. Ataca o	Engels lança uma edição especial de três capítulos do *Anti-Dühring*, sob o título *Socialismo utópico e científico* [*Die Entwicklung*	Morre Arnold Ruge.

	oportunismo do periódico *Sozial-Demokrat* alemão, dirigido por Liebknecht. Escreve as *Randglossen zu Adolph Wagners Lehrbuch der politischen Ökonomie* [Glosas marginais ao tratado de economia política de Adolph Wagner]. Bebel, Bernstein e Singer visitam Marx em Londres.	*des Socialismus Von der Utopie zur Wissenschaft*]. Marx escreve o prefácio do livro. Engels estabelece relações com Kautsky e conhece Bernstein.	
1881	Prossegue os contatos com os grupos revolucionários russos e mantém correspondência com Zasulitch, Danielson e Nieuwenhuis. Recebe a visita de Kautsky. Jenny, sua esposa, adoece. O casal vai a Argenteuil visitar a filha Jenny e Longuet. Morre Jenny Marx.	Enquanto prossegue em suas atividades políticas, estuda a história da Alemanha e prepara *Labor Standard*, um diário dos sindicatos ingleses. Escreve um obituário pela morte de Jenny Marx (8 de dezembro).	Fundação da Federation of Labor Unions nos Estados Unidos. Assassinato do czar Alexandre II.
1882	Continua as leituras sobre os problemas agrários da Rússia. Acometido de pleurisia, visita a filha Jenny em Argenteuil. Por prescrição médica, viaja pelo Mediterrâneo e pela Suíça. Lê sobre física e matemática.	Redige com Marx um novo prefácio para a edição russa do *Manifesto Comunista*.	Os ingleses bombardeiam Alexandria e ocupam o Egito e o Sudão.
1883	A filha Jenny morre em Paris (janeiro). Deprimido e muito enfermo, com problemas respiratórios, Marx morre em Londres,	Começa a esboçar *A dialética da natureza* [*Dialektik der Natur*], publicada postumamente em 1927. Escreve outro	Implantação dos seguros sociais na Alemanha. Fundação de um partido marxista na Rússia e da Sociedade Fabiana, que

	em 14 de março. É sepultado no Cemitério de Highgate.	obituário, dessa vez para a filha de Marx, Jenny. No sepultamento de Marx, profere o que ficaria conhecido como *Discurso diante da sepultura de Marx* [*Das Begräbnis von Karl Marx*]. Após a morte do amigo, publica uma edição inglesa do Livro I de *O capital*; imediatamente depois, prefacia a terceira edição alemã da obra e já começa a preparar o Livro II.	mais tarde daria origem ao Partido Trabalhista na Inglaterra. Crise econômica na França; forte queda na Bolsa.
1884		Publica *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* [*Der Ursprung der Familie, des Privateigentum und des Staates*].	Fundação da Sociedade Fabiana de Londres.
1885		Editado por Engels, é publicado o Livro II de *O capital*.	
1887		Karl Kautsky conclui o artigo “O socialismo jurídico”, resposta de Engels a um livro do jurista Anton Menger, e o publica sem assinatura na *Neue Zeit*.	
1889			Funda-se em Paris a II Internacional.
1894		Também editado por Engels, é publicado o Livro III de *O capital*. O mundo acadêmico	O oficial francês de origem judaica Alfred Dreyfus, acusado de traição, é preso.

	ignorou a obra por muito tempo, embora os principais grupos políticos logo tenham começado a estudá-la. Engels publica os textos *Contribuição à história do cristianismo primitivo* [*Zur Geschischte des Urchristentums*] e *A questão camponesa na França e na Alemanha* [*Die Bauernfrage in Frankreich und Deutschland*].	Protestos antissemitas multiplicam-se nas principais cidades francesas.
1895	Redige uma nova introdução para *As lutas de classes na França*. Após longo tratamento médico, Engels morre em Londres (5 de agosto). Suas cinzas são lançadas ao mar em Eastbourne. Dedicou-se até o fim da vida a completar e traduzir a obra de Marx, ofuscando a si próprio e a sua obra em favor do que ele considerava a causa mais importante.	Os sindicatos franceses fundam a Confederação Geral do Trabalho. Os irmãos Lumière fazem a primeira projeção pública do cinematógrafo.

Coleção Marx-Engels

O 18 de brumário de Luís Bonaparte
Karl Marx
Tradução de **Nélio Schneider**
Prólogo de **Herbert Marcuse**
Orelha de **Ruy Braga**

Anti-Dühring : a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring
Friedrich Engels
Tradução de **Nélio Schneider**
Apresentação de **José Paulo Netto**
Orelha de **Camila Moreno**

O capital: crítica da economia política
Livro I: *O processo de produção do capital*
Karl Marx
Tradução de **Rubens Enderle**
Textos introdutórios de **José Arthur Gianotti, Louis Althusser** e **Jacob Gorender**
Orelha de **Francisco de Oliveira**

O capital: crítica da economia política
Livro II: *O processo de circulação do capital*
Karl Marx
Edição de **Friedrich Engels**
Seleção de textos extras e tradução de **Rubens Enderle**
Prefácio de **Michael Heinrich**
Orelha de **Ricardo Antunes**

O capital: crítica da economia política
Livro III: *O processo global da produção capitalista*
Karl Marx
Edição de **Friedrich Engels**
Tradução de **Rubens Enderle**
Apresentação de **Marcelo Dias Carcanholo** e **Rosa Luxemburgo**
Orelha de **Sara Granemann**

Crítica da filosofia do direito de Hegel
Karl Marx
Tradução de **Rubens Enderle** e **Leonardo de Deus**
Prefácio de **Alysson Leandro Mascaro**

Crítica do Programa de Gotha
Karl Marx
Tradução de **Rubens Enderle**
Prefácio de **Michael Löwy**
Orelha de **Virgínia Fontes**

Os despossuídos: debates sobre a lei referente ao furto de madeira
Karl Marx
Tradução de **Mariana Echalar** e **Nélio Schneider**
Prefácio de **Daniel Bensaïd**
Orelha de **Ricardo Prestes Pazello**

Dialética da natureza ***Friedrich Engels***
Tradução de **Nélio Schneider**
Apresentação de **Ricardo Musse**
Orelha de **Laura Luedy**

Diferença entre a filosofia da natureza de Demócrito e a de Epicuro
Karl Marx
Tradução de **Nélio Schneider**
Apresentação de **Ana Selva Albinati**
Orelha de **Rodnei Nascimento**

Esboço para uma crítica da economia política
Friedrich Engels
Tradução de **Nélio Schneider**
Organização e apresentação de **josé Paulo Netto**
Orelha de **Felipe Cotrim**

Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858 – Esboços da crítica da economia política
Karl Marx
Tradução de **Mario Duayer** e **Nélio Schneider**, com **Alice Helga Werner** e **Rudiger Hoffman**
Apresentação de **Mario Duayer**
Orelha de **Jorge Grespan**

A guerra civil na França

Karl Marx
Tradução de **Rubens Enderle**
Apresentação de **Antonio Rago Filho**
Orelha de **Lincoln Secco**

A ideologia alemã
Karl Marx e **Friedrich Engels**
Tradução de **Rubens Enderle**, **Nélio Schneider** e **Luciano Martorano**
Apresentação de **Emir Sader**
Orelha de **Leandro Konder**

Lutas de classes na Alemanha
Karl Marx e **Friedrich Engels**
Tradução de **Nélio Schneider**
Prefácio de **Michael Löwy**
Orelha de **Ivo Tonet**

As lutas de classes na França de 1848 a 1850
Karl Marx
Tradução de **Nélio Schneider**
Prefácio de **Friedrich Engels**
Orelha de **Caio Navarro de Toledo**

Lutas de classes na Rússia
Textos de **Karl Marx** e **Friedrich Engels**
Organização e introdução de **Michael Löwy**
Tradução de **Nélio Schneider**
Orelha de **Milton Pinheiro**

Manifesto Comunista
Karl Marx e **Friedrich Engels**
Tradução de **Ivana Jinkings** e **Álvaro Pina**
Introdução de **Osvaldo Coggiola**
Orelha de **Michael Löwy**

Manuscritos econômico-filosóficos
Karl Marx
Tradução e apresentação de **Jesus Ranieri**
Orelha de **Michael Löwy**

Miséria da filosofia: resposta à Filosofia da Miséria, do sr. Proudhon
Karl Marx
Tradução de **José Paulo Netto**

Orelha de **João Antônio de Paula**

A origem da família, da propriedade privada e do Estado
Friedrich Engels
Tradução de **Nélio Schneider**
Prefácio de **Alysson Leandro Mascaro**
Posfácio de **Marília Moschkovich**
Orelha de **Clara Araújo**

A sagrada família : ou A crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes
Karl Marx e **Friedrich Engels**
Tradução de **Marcelo Backes**
Orelha de **Leandro Konder**

A situação da classe trabalhadora na Inglaterra
Friedrich Engels
Tradução de **B. A. Schumann**
Apresentação de **José Paulo Netto**
Orelha de **Ricardo Antunes**

Sobre a questão da moradia
Friedrich Engels
Tradução de **Nélio Schneider**
Orelha de **Guilherme Boulos**

Sobre a questão judaica
Karl Marx
Inclui as cartas de Marx a Ruge publicadas nos *Anais Franco-Alemães*
Tradução de **Nélio Schneider** e **Wanda Caldeira Brant**
Apresentação e posfácio de **Daniel Bensaïd**
Orelha de **Arlene Clemesha**

Sobre o suicídio
Karl Marx
Tradução de **Rubens Enderle** e **Francisco Fontanella**
Prefácio de **Michael Löwy**
Orelha de **Rubens Enderle**

O socialismo jurídico
Friedrich Engels
Tradução de **Livia Cotrim** e **Márcio Bilharinho Naves**
Prefácio de **Márcio Naves**
Orelha de **Alysson Mascaro**

Últimos escritos econômicos: anotações de 1879-1882
Karl Marx
Tradução de **Hyury Pinheiro**
Apresentação e organização de **Sávio Cavalcante e Hyury Pinheiro**
Revisão técnica de **Olavo Antunes de Aguiar Ximenes** e **Luis Felipe Osório**
Orelha de **Edmilson Costa**

Publicado em maio de 2022, este livro marca o retorno das comemorações presenciais do aniversário de Karl Marx, suspensas pela pandemia da covid-19. Foi composto em Palatino Linotype 10/12 e Optima 9,5/13 pela Boitempo.

e-Books da Boitempo

O caderno azul de Jenny
Michael Löwy e Olivier Besancenot

Camarada
Jodi Dean

O dinheiro
Émile Zola

O ecossocialismo de Karl Marx
Kohei Saito

Escritos políticos
Frantz Fanon

Estética da resistência
Arlenice Almeida da Silva

A força da não violência
Judith Butler

Goethe e seu tempo
György Lukács

Imperialismo: estágio superior do capitalismo
Vladímir I. Lênin

Interseccionalidade
Patricia Hill Collins e Sirma Bilge

Os laboratórios do trabalho digital
Rafael Grohmann (org.)

Marx: uma introdução
Jorge Grespan

Minha carne
Preta Ferreira

No entanto, ela se move

Iuri Tonelo

O patriarcado do salário, volume 1
Silvia Federici

Raça, nação classe
Étienne Balibar e Immanuel Wallerstein

Rosa Luxemburgo e a reinvenção da política
Hernán Ouviña
coedição Fundação Rosa Luxemburgo

Sub-humanos: o capitalismo e metamorfose da escravidão
Tiago Muniz Cavalcanti

Teoria econômica marxista: uma introdução
Osvaldo Coggiola

Coleção Pandemia Capital

Anticapitalismo em tempos de pandemia
David Harvey

A arte da quarentena para principiantes
Christian Ingo Lenz Dunker

Construindo movimentos: uma conversa em tempos de pandemia
Angela Davis e Naomi Klein

Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado
Ricardo Antunes

Crise e pandemia
Alysson Leandro Mascaro

A cruel pedagogia do vírus
Boaventura de Sousa Santos

Pandemia: covid-19 e a reinvenção do comunismo
Slavoj Žižek

A peste do capitalismo
Mike Davis

Reflexões sobre a peste
Giorgio Agamben

(Re)Nascer em tempos de pandemia: uma carta à Moana Mayalú
Talíria Petrone

Siga a Boitempo

BOITEMPOEDITORIAL.COM.BR

/blogdaboitempo.com.br

/boitempo

@editoraboitempo

/tvboitempo

@boitempo

Table of Contents

Capa
Sobre A guerra civil dos Estados Unidos
Créditos
Prefácio, Marcelo Badaró Mattos
Nota da edição
Artigos
1. Karl Marx – A questão americana na Inglaterra
2. Karl Marx – O comércio britânico de algodão
3. Karl Marx – O Times de Londres e lorde Palmerston
4. Karl Marx – A Guerra Civil Norte-Americana
5. Karl Marx – A crise na Inglaterra
6. Karl Marx – O Times londrino sobre os príncipes Orléans na América
7. Karl Marx – A Guerra Civil nos Estados Unidos
8. Karl Marx – Notas de economia política
9. Karl Marx – A intervenção no México
10. Karl Marx – O comércio britânico
11. Karl Marx – A intervenção no México [II]
12. Karl Marx – A deposição de Frémont
13. Karl Marx – O caso Trent
14. Karl Marx – O conflito anglo-americano
15. Friedrich Engels – Lições da guerra americana
16. Karl Marx – Os atores principais no Drama Trent
17. Karl Marx – A controvérsia sobre o caso Trent
18. Karl Marx – Crise na questão escravagista
19. Karl Marx – Temas americanos
20. Karl Marx – As notícias e seus impactos em Londres
21. Karl Marx – O governo de Washington e as potências ocidentais
22. Karl Marx – Simpatias crescentes na Inglaterra
23. Karl Marx – A opinião dos jornais e a opinião do povo

24. Karl Marx – Mistificação jornalística francesa – consequências econômicas da guerra
25. Karl Marx – Uma reunião pró-americana
26. Karl Marx – Sobre a história do despacho ocultado de Seward
27. Karl Marx – Um golpe de lorde John Russell
28. Karl Marx – A opinião pública inglesa
29. Karl Marx – Uma reunião operária em Londres
30. Karl Marx – O sentimento anti-intervencionista
31. Karl Marx – Sobre a crise do algodão
32. Karl Marx – O debate parlamentar sobre a fala do trono no Parlamento
33. Karl Marx – Assuntos americanos
34. Karl Marx – O imbróglio mexicano
35. Karl Marx – Os amigos da Secessão na Câmara dos Comuns: o reconhecimento do bloqueio americano
36. Friedrich Engels – A guerra na América
37. Karl Marx e Friedrich Engels – A Guerra Civil Americana
38. Karl Marx – Um caso Mirès internacional
39. Karl Marx – A imprensa inglesa e a queda de New Orleans
40. Karl Marx – Um tratado contra o comércio de escravos
41. Karl Marx e Friedrich Engels – A situação no teatro de guerra americano
42. Karl Marx – A humanidade inglesa e a América
43. Friedrich Engels – A Guerra Civil Americana, os encouraçados e navios-aríete
44. Karl Marx – Um debate sufocado sobre o México e a Aliança com a França
45. Karl Marx – Para a crítica da situação na América
46. Karl Marx – O protesto de Russell contra a grosseria americana. O encarecimento dos grãos – Sobre a situação na Itália
47. Karl Marx – Manifestações abolicionistas na América
48. Karl Marx – Sobre os acontecimentos na América do Norte

49. Karl Marx – Sobre a situação na América do Norte
50. Karl Marx – Sintomas de desintegração na Confederação sulista
51. Karl Marx – [Os resultados eleitorais nos estados do Norte]
52. Karl Marx – A deposição de McClellan
53. Karl Marx – A neutralidade inglesa: sobre a situação dos estados do Sul

Cartas

1. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
2. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)
3. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)
4. Karl Marx a Lion Philips (Zaltbommel, Holanda)
5. Karl Marx a Ferdinand Lassalle (Berlim)
6. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)
7. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
8. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
9. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)
10. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
11. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)
12. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
13. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
14. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
15. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)
16. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
17. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)
18. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
19. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)
20. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)
21. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
22. Friedrich Engels e Karl Marx (Londres)
23. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)
24. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)
25. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
26. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)
27. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)

28. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)
29. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
30. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)
31. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)
32. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
33. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
34. Karl Marx a Ferdinand Freiligrath (Londres)
35. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)
36. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
37. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
38. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
39. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)
40. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
41. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
42. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
43. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)
44. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
45. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)
46. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)
47. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
48. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)
49. Friedrich Engels a Joseph Weydemeyer (Saint Louis, Missouri)
50. Karl Marx a Lion Philips (Zaltbommel, Holanda)
51. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
52. Friedrich Engels a Rudolf Engels (Barmen, Wuppertal)
53. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
54. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)
55. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
56. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
57. Friedrich Engels a Joseph Weydemeyer (Saint Louis, Missouri)
58. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)
59. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
60. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)
61. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)

62. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
63. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
64. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)
65. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
66. Karl Marx a François Lafargue (Bordeaux)
67. Karl Marx a Auguste Vermorel (Paris)
68. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
69. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)
70. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
71. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres)
72. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
73. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester)
Documentos
1. Karl Marx – A Abraham Lincoln, presidente dos Estados Unidos da América
2. Resposta do embaixador Adams
3. Karl Marx – [Mensagem da Associação Internacional dos Trabalhadores ao presidente Johnson]
4. Ata da reunião de 11 de maio de 1869 do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores
Índice onomástico
Cronologia resumida de Marx e Engels
Coleção Marx-Engels

FRIEDRICH **ENGELS**

esboço para uma crítica da economia política

e outros textos de juventude

Esboço para uma crítica da economia política

Engels, Friedrich
9786557171042
296 páginas

Compre agora e leia

Diversos autores e intelectuais apontaram Friedrich Engels como o primeiro marxista. Enquanto Karl Marx ainda focava seus combates na filosofia, o jovem Engels publicava "Esboço para uma crítica da economia política", texto que dá título a esta obra e é considerado o embrião da crítica da economia política, que seria desenvolvida mais tarde por Karl Marx e encontraria seu máximo desenvolvimento em O capital. Além do artigo citado, outros dez compõem a coletânea, sendo oito inéditos em português. Aos artigos compilados por José Paulo Netto, escritos durante a juventude de Engels – de 1839, quando tinha dezenove anos, a 1847, véspera da redação do Manifesto Comunista –, soma-se um relato de viagem que o autor fez a pé da França à Suiça. Registram-se ali seu vibrante bom humor e o contato com os camponeses que lhe permitiu prever a ascensão de Luís Bonaparte. Netto também assina a apresentação, que faz um belíssimo resumo biográfico de Engels à época, sua formação e seu encontro e colaboração com Karl Marx ao longo da vida, além de uma detalhada contextualização da produção do período, por meio de vastas notas de rodapé com indicações bibliográficas úteis para leigos e estudiosos. Em Esboço para uma crítica da economia

política e outros textos de juventude o leitor tem a oportunidade de acompanhar a formação do intelecto crítico de Engels e o surgimento dos principais temas e problemas que, adiante, comporão o núcleo do marxismo, bem como o papel pioneiro do autor, tanto em relação à política comunista moderna quanto à crítica da economia política.

Compre agora e leia

KARL MARX

manuscritos econômico-filosóficos

Manuscritos econômico-filosóficos

Marx, Karl
9786557170502
176 páginas

Compre agora e leia

Quando estive em Moscou em 1930, Riazanov me mostrou os textos escritos por Marx em Paris, em 1844. A leitura desses Manuscritos mudou toda a minha relação com o marxismo e transformou minha perspectiva filosófica. Georg Lukács "Com a descoberta dos Manuscritos econômicos-filosóficos de Marx surge a seus olhos um substituto para essa filosofia falsamente concreta, um novo Marx que era realmente concreto e que ao mesmo tempo se elevava acima do petrificado e amolecido marxismo teórico e prático dos partidos" Jürgen Habermas citando Herbert Marcuse "Quando eu disse a Antônio (Houaiss) que achava os Manuscritos econômico-filosóficos, do jovem Marx, mais importantes que O Capital, ele foi acometido pela ira dos justos e chamou-me de revisionista." Sérgio Paulo Rouanet Com tradução, introdução e notas de Jesus Ranieri e uma cronologia da vida de Karl Marx, a Boitempo Editorial está lançando os Manuscritos econômico-filosóficos, dentro do seu projeto de publicar no Brasil a obra completa de Marx, em novas traduções direto do alemão. Publicados apenas após sua morte, os Manuscritos foram escritos em 1844, quando Marx tinha apenas 26 anos e antes do seu célebre encontro com Engels. Os Manuscritos econômico-filosóficos ou Manuscritos de Paris apresentam a planta

fundamental do pensamento de Marx: a concentração de sua filosofia na crítica da economia nacional de Adam Smith, J.B. Say e David Ricardo. Na obra, Marx expõe a discrepância entre moral e economia, denunciando a radicalidade da exploração do homem pela empresa capitalista. Enquanto a reprodução do capital é o único objetivo da produção, o trabalhador ganha apenas para sustentar suas necessidades mais vitais, ou seja, para não morrer e poder continuar produzindo. O fundamento da teoria da mais-valia, desenvolvida mais tarde em O Capital, já é antecipado nos Manuscritos.

Compre agora e leia

BOITEMPO
PODER E DESAPARECIMENTO
PILAR CALVEIRO
coleção
ESTADO de SÍTIO
978-85-7559-338-7
9788575593387

Poder e desaparecimento

Calveiro, Pilar
9788575593394
192 páginas

Compre agora e leia

Poder e desaparecimento é uma lúcida e profunda reflexão sobre os campos de extermínio criados na ditadura militar argentina. Combinando a autoridade de quem esteve presa e sobreviveu aos campos e o rigor crítico de uma cientista política, Pilar Calveiro faz uma análise da política, das dinâmicas de poder, nas experiências do dia a dia nos campos, mas também de maneira mais ampla, no horror do regime autoritário. Este livro é uma absoluta façanha: Calveiro sobreviveu à situação mais extrema do horror militar e manteve a corajosa tarefa de pensar a experiência.

Compre agora e leia

KLAUS
DÖRRE
TEOREMA DA
EXPROPRIAÇÃO
CAPITALISTA

Teorema da expropriação capitalista

Dörre, Klaus
9786557171646
248 páginas

Compre agora e leia

Desenvolvido pelo autor ao longo dos anos e, hoje, amplamente discutido no mundo de língua alemã e inglesa, o teorema do "regime de expropriação capitalista" é ancorado nas contribuições de Rosa Luxemburgo e sua discussão acerca do estatuto da "assim chamada acumulação primitiva" em O capital, de Karl Marx. O autor formulou tal teorema para abordar como a expansão do modo de produção capitalista traz impactos notáveis para as reflexões que envolvem classes sociais, Estado e precarização. Sua premissa é a de que o capitalismo é "uma economia de mercado que se autonega continuamente". Para Dörre, o pensamento econômico liberal, baseado na ideia de concorrência e eficiência como ausência de coação e regulação, mascara tanto a dinâmica capitalista quanto a dimensão político-estatal de seu projeto. Se, de um lado, a própria economia ortodoxa reivindica o Estado como fórum que determina as regras do jogo, de outro, Dörre mostra que os atores de mercado operam com base em mecanismos de cooperação. Nesse sentido, o autor sustenta que a tese da economia pura de mercado desempenha função ideológica e estratégica (pois, em situações de crise, pode sempre atribuir a culpa ao erro da regulação existente e se manter eternamente válida). A partir desta crítica, Dörre conclui

que a intervenção estatal é uma constante no desenvolvimento do capitalismo. A obra é um conjunto de textos escritos pelo autor ao longo dos anos e apresenta uma chave de leitura sociológica para compreender os atuais fenômenos do capitalismo, notadamente em sua configuração financeira. Primeira compilação de Dörre lançada no Brasil, trata-se de uma análise inovadora, fundada em interpretações consistentes do marxismo e em pesquisas rigorosas, o que justifica seu amplo impacto internacional.

Compre agora e leia

INTRODUÇÃO
AO PENSAMENTO
FEMINISTA NEGRO
CURSO
POR UM
FEMINISMO
PARA OS 99%
CICLO DE
DEBATES
SÃO PAULO
PÁTRIA AMADA
BRASIL

Introdução ao pensamento feminista negro / Por um feminismo para os 99%

Kollontai, Aleksandra
9786557170564
85 páginas

Compre agora e leia

Por que demos a este ciclo de debates o título "Por um feminismo para os 99%"? Inspirados no livro de Cinzia Arruzza, Tithi bhattacharya e Nancy Fraser, publicado pela Boitempo em 2019, escolhemos chamar atenção para as mulheres da classe trabalhadora: "Racializadas, migrantes ou brancas; cis, trans ou não alinhadas à conformidade de gênero; que exercem o trabalho doméstico ou são trabalhadoras sexuais; remuneradas por hora, semana, mês ou nunca remuneradas; desempregadas ou subempregadas; jovens ou idosas"1. Nosso objetivo é, enfim, discutir as premissas de um feminismo incondicional- mente internacionalista e anticapitalista, que cerre fileiras com os movimentos antirracistas, ambientalistas e pelos direitos de trabalhadores e de imigrantes. Os movimentos por emancipação liderados por mulheres tiveram origem muito antes do que hoje se convencionou chamar de "feminismo". Há séculos, as mulheres lutam contra o patriarcalismo, sistema de opressão que se manifesta no tecido social de diferentes culturas. A diversidade do feminismo atual se explica pela existência de formas

bastante variadas de pensar a luta das mulheres: indígenas e empresariais; liberais e socialistas; individualistas e coletivas. Isso se deve à maior ou menor articulação da análise do patriarcado a outros aspectos da formação das sociedades capitalistas modernas. A superação da opressão das mulheres, especialmente na família e no trabalho, continua sendo ponto de atenção para a tão sonhada sociedade igualitária. As feministas liberais defendem a individualidade e o empreendedorismo e preconizam o "empoderamento" como saída para a desigualdade de gênero; as feministas radicais apostam na coletividade, porém enxergam no patriarcado a raiz de todas as opressões; e as feministas marxistas reivindicam a centralidade do trabalho e da classe na identificação da opressão e da exploração sofridas pelas mulheres no sistema capitalista. Tentaremos, nesta pequena coletânea de textos, dar indícios de cada uma dessas vertentes, de modo a estimular leitores e leitoras a tomar parte nessa necessária renovação do pensamento radical feita pelo "marxismo feminista". Para tanto, reunimos aqui excertos de livros e de textos da revista Margem Esquerda, publicados pela Boitempo, com os quais esperamos refletir coletivamente sobre o passado, o presente e, sobretudo, a construção de um futuro mais justo e digno. Boa leitura!

Compre agora e leia